

**Plano
Pluri
Anual**
2020-2023



Relatório Anual de Monitoramento

Sumário Executivo

ANO-BASE
2021

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

Esteves Pedro Colnago Júnior

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL

Ariosto Antunes Culau

SUBSECRETÁRIO DO PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO

Fernando Sertã Meressi

EQUIPE TÉCNICA DO PLANO PLURIANUAL

Anabi Resende Filho

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Clara Maria Guimarães Marinho Pereira

Cristiano Ordones Portugal

Daniel Souza Coelho

Debora Nogueira Beserra

Diego Pereira de Oliveira

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Nunes Loureiro

Eduardo Rodrigues da Silva

Elisa Akemi Nagatami

Elton Bernardo Bandeira de Melo

Ernesto Batista da Silva Filho

Felipe José Piletti

Flávia Pedrosa Pereira

Ismael Damasceno Pavani

Luis Fernando Magnani de Oliveira

Marcelo Augusto Prudente Lima

Márcia Ribeiro Fantuzze Dias

Márcio Gimene de Oliveira

Mariana Meirelles Nemrod Guimarães

Otávio Augusto Ferreira Ventura

Paulo França de Oliveira

Rafael Martins Neto

Rejane Rodrigues de Carvalho Pereira

Roberto Wagner da Silva Rodrigues

Suripongse Naibert Chimpliganond

Valéria Cristina Passos Valentim

Vinícius Barbosa Salles de Azeredo

Welles Matias de Abreu

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Coordenação de Comunicação Interna - SGC

Isaac Costa Campeche

RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 Ano Base 2021

O Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, ano base 2021, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas finalísticos do plano, bem como trazendo um balanço das realizações durante o segundo ano do Plano Plurianual (PPA).

O referido Plano foi instituído no âmbito da Carta Magna brasileira, com o propósito de estabelecer “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (§ 1º, art. 165, da Constituição Federal de 1988).

Além de cumprir a determinação legal contida no artigo 15 da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual 2020-2023, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA vigente, de forma a possibilitar maior eficiência e eficácia na alocação de recursos e melhores resultados para a sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

O Sumário Executivo apresenta, de forma introdutória ao Relatório, a estrutura e a metodologia do PPA 2020-2023. Na sequência, consta a análise do comportamento das variáveis macroeconômicas mais relevantes durante o período do Plano. Posteriormente, são apresentados grandes números referentes à evolução do PPA e o resumo dos principais destaques dos programas finalísticos observados no exercício de 2021. Por fim, este sumário traz o demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos investimentos plurianuais – ano base 2021, conforme consta no artigo 15, inciso III, Lei 13.971/2019.

O Relatório em si (volumes 1 e 2) está organizado em duas partes, sendo a primeira relativa ao monitoramento dos programas finalísticos do PPA, com informações relativas ao objetivo, meta, indicador, resultados intermediários e investimentos plurianuais prioritários constantes do anexo III, seção I, e a segunda reservada aos quadros demonstrativos da execução dos recursos orçamentários e não orçamentários. No conjunto, o relatório fornece um panorama abrangente do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

INTRODUÇÃO

O planejamento das políticas públicas do Governo Federal tem como um dos principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de orientar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma das funções do planejamento governamental é apontar os rumos para o desenvolvimento econômico e social do País, considerando as capacidades estatais disponíveis. Nesse sentido, o PPA 2020-2023 busca, por meio de seus quatro pilares fundamentais (simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação; e visão estratégica com foco em resultados) orientar as políticas públicas expressas através dos programas finalísticos para alcançar efetividade, a fim de atender às demandas oriundas da sociedade.

Estrutura e Metodologia do PPA 2020-2023

O Plano Plurianual 2020-2023 da União é fruto do aprimoramento dos planos anteriores, dando sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no Governo Federal. Os programas finalísticos do PPA têm foco na busca por resultados e, neste sentido, destaca-se o resultado intermediário como atributo infralegal que visa dar maior materialidade às entregas previstas, facilitando o acompanhamento da execução do plano, tanto por parte da própria administração pública, quanto da sociedade.

Conforme previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2020-2023, a estrutura do plano é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na Figura 1. A dimensão estratégica é subdividida em duas categorias, Eixos estratégicos e Diretrizes, enquanto a dimensão programática compreende os programas finalísticos e os programas de gestão, manutenção e Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e não orçamentários, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas.

Figura 1 – Camada Lógica do PPA 2020-2023



A figura acima é importante não apenas porque sintetiza, de forma visualmente amigável, os elementos do PPA, mas também porque permite compreendê-los à luz do modelo lógico. É justamente o encadeamento entre as camadas lógicas e os elementos do PPA que garante a efetividade do plano, ou seja, sua capacidade de servir como instrumento para resolução dos problemas que afligem a sociedade.

O PPA 2020-2023 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do Governo Federal, com o envolvimento de diversos órgãos e de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas dos mais variados segmentos da sociedade.

A metodologia do PPA 2020-2023 não representa um rompimento com as metodologias das edições anteriores, mas um avanço incremental, incorporando os elementos bem-sucedidos, como a utilização do Modelo Lógico para formatar o problema a ser enfrentado e a manutenção da separação formal entre o Plano e o Orçamento. Entre as inovações estão o alinhamento a uma visão de longo prazo, para além da própria vigência do PPA, determinada pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) - 2020-2031, e o foco em qualificar o conteúdo dos programas finalísticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas de políticas públicas para cada área por meio de seus atributos, que representam as entregas mais relevantes e estruturantes da ação governamental.

Na dimensão estratégica, o PPA 2020-2023 assume como visão de futuro a diretriz principal estabelecida pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD): elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais. Essa diretriz principal se desdobra em seis eixos estratégicos:

- Ambiental;
- Econômico;
- Infraestrutura;
- Institucional;
- Social; e
- Estratégia de Defesa.

O PPA 2020-2023, em sua dimensão estratégica, apresenta as prioridades definidas pela cúpula de governo, as quais traduzem a agenda de compromissos apresentada pelo presidente eleito para o País. A dimensão estratégica do PPA também se desdobra em outras duas categorias: Diretrizes e Temas. As Diretrizes representam as demandas da população encampadas pelo governo eleito e orientam a construção dos Programas do PPA. Já os Temas, relacionados à nova estrutura institucional do Governo Federal, correspondem às principais áreas setoriais a serem mobilizadas para o alcance dos objetivos inseridos nas Diretrizes.

Para a superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico acima apresentado, existe um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para o período de 2020 a 2023. As 19 diretrizes do PPA 2020- 2023 estão elencadas no art. 3º da Lei 13.971/2019.

De forma articulada com as 19 diretrizes estratégicas e os 6 eixos estratégicos, a construção do PPA 2020-2023 resultou em 70 programas finalísticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do Governo Federal até 2023, por meio de seus 63 indicadores, 70 objetivos, com 70 metas e 325 resultados Intermediários, conforme a Figura 2. O valor global do PPA atualizado em 2021 para o conjunto dos quatro anos entre 2020 e 2023 atinge R\$ 8,77 trilhões, incluindo recursos orçamentários e não orçamentários.

Figura 2 – Plano Plurianual 2020-2023 (Ano-base 2021)



Elaboração: SOF/SETO/ME

Os programas finalísticos estruturam o PPA 2020-2023 com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui um objetivo, uma meta, e resultados intermediários, com seus respectivos indicadores, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade e quais os resultados pretendidos. Os programas asseguram o vínculo com as ações orçamentárias, detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais, e com as ações não orçamentárias, nos casos previstos. O esquema representado na Figura 3 sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

Figura 3 – Estrutura do PPA 2020-2023



Elaboração: SOF/SETO/ME

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2020-2023 pode ser acessado pelo link <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo edições anteriores.

Monitoramento do PPA 2020-2023

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) deve contribuir com a produção de informações que qualifiquem a ação governamental, aumentando sua eficiência, eficácia e efetividade. O monitoramento destaca-se na medida em que institucionaliza um fluxo de informações relevantes para a tomada de decisão. O trabalho está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2020-2023 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.971, 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual vigente. Todo o processo de monitoramento incide sobre os programas finalísticos, por meio de seus objetivos, metas, indicadores, resultados intermediários e investimentos prioritários, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas finalísticos ocorre junto aos órgãos executores.

O monitoramento do PPA é um processo de aprendizagem que busca o aperfeiçoamento dos programas durante sua execução e aponta para possíveis perturbações que devem ser detectadas tempestivamente a fim de se poder interferir positivamente no processo de implementação. Ele deve ser:

- sistêmico: analisa a política pública para além da ótica setorial;
- dinâmico: para permitir ao PPA se adequar às mudanças conjunturais, orçamentárias, financeiras e de prioridades do governo; e
- seletivo: de forma a abranger apenas as principais metas e resultados dos Órgãos para o período do Plano Plurianual.

São objetivos do monitoramento do Plano Plurianual:

- identificar restrições e propor soluções de forma a viabilizar a implementação dos programas e o alcance dos objetivos e metas do governo;
- destacar informações relevantes para a implementação de programas e políticas prioritários e agendas multissetoriais;
- facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre órgãos e suas políticas públicas;
- aprimorar as ações de monitoramento e avaliação das políticas públicas, orientando-as para o alcance de resultados;
- captar subsídios para orientar a revisão/atualização do Plano e a alocação de recursos nos orçamentos; e
- permitir à sociedade verificar se os compromissos assumidos pelo Governo estão sendo alcançados.

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA E FISCAL EM 2021¹

Conjuntura Macroeconômica e Fiscal em 2021

A economia brasileira demonstrou vigorosa retomada da atividade em 2021, ante os impactos da pandemia de Covid-19. Ao registrar alta de 4,6% do PIB em 2021, mais que compensou a queda de 3,9% ocorrida em 2020. Assim, voltou-se ao nível da atividade anterior à crise, mostrando uma recuperação econômica em “V”, além de abrir caminho para o retorno a uma trajetória sustentada em 2022 e nos anos seguintes.

Em 2021, houve avanço da produção nos dois maiores setores produtivos: serviços (4,7%) e indústria (4,5%). No entanto, a agropecuária mostrou retração (-0,2%), consequência, em grande medida, dos efeitos climáticos e da maior seca em quase cem anos. Na demanda, destaque para a alta de 17,2% no investimento (FBCF) e para a recuperação do consumo das famílias (3,6%).

A alta nos serviços foi disseminada em 2021, sendo mais expressiva nos serviços de informação (12,3%), transportes (11,4%), outros serviços (7,6%) e comércio (5,5%). Esse desempenho recupera a queda observada em 2020 e mostra o resultado efetivo da retomada do setor após o avanço da vacinação e a redução da necessidade de medidas restritivas de isolamento social. Nesse âmbito, cabe destacar a recuperação dos serviços prestados às famílias (PMS/IBGE), que cresceu 18,2% em 2021.

Tabela 1 – Resultados do PIB – 2019 a 2021

	2019	2020	2021	VARIAÇÃO % ANTE MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR					VARIAÇÃO % ANTE TRIMESTRE ANTERIOR (COM AJUSTE SAZONAL)				
				2020. IV	2021. I	2021. II	2021. III	2021. IV	2020. IV	2021. I	2021. II	2021. III	2021. IV
PIB p.m	1,2	-3,9	4,6	-0,9	1,3	12,3	4,0	1,6	3,0	1,4	-0,3	-0,1	0,5
Oferta													
Agropecuária	0,4	3,8	-0,2	1,3	6,5	0,1	-9,0	-0,8	-1,9	4,3	-2,8	-7,4	5,8
Indústria	-0,7	-3,4	4,5	0,9	3,3	16,6	1,3	-1,3	1,4	0,9	-0,8	-0,1	-1,2
Serviços	1,5	-4,3	4,7	-1,9	-0,7	11,0	5,8	3,3	3,0	0,8	0,6	1,2	0,5
Demanda													
Consumo das Famílias	2,6	-5,4	3,6	-3,1	-1,7	10,5	4,2	2,1	2,9	0,5	-0,2	1,0	0,7
Consumo do Governo	-0,5	-4,5	2,0	-3,3	-3,9	5,8	3,5	2,8	1,5	-0,2	1,1	1,1	0,8
FBCF	4,0	-0,5	17,2	13,2	17,8	33,1	18,8	3,4	15,9	7,5	-3,8	-0,6	0,4
Exportação	-2,6	-1,8	5,8	-4,3	1,0	14,2	4,0	3,3	-1,4	3,3	13,7	-9,8	-2,4
Importação (-)	1,3	-9,8	12,4	-3,5	7,5	20,3	20,6	3,7	18,2	9,6	-0,9	-5,1	0,5

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/ME.

A indústria teve bom desempenho em 2021 principalmente pela recuperação da construção civil (9,7%), seguida dos ramos de transformação (4,5%) e da extrativa mineral (3,0%). Por categoria de uso, utilizando-se os indicadores da produção mensal, merece destaque a produção de bens de capital (alta de 28,0% em 2021), que é base para o investimento produtivo e para a sustentação do crescimento.

¹ Esta seção teve sua versão inicial elaborada pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia. A SOF fez adaptações ao texto visando restringir a análise a 2021.

No caso da agropecuária, o desempenho menos expressivo em 2021 refletiu, em grande parte, as adversidades climáticas ao longo do ano, as quais reduziram a safra de grãos, em especial de milho. As perspectivas para 2022 são de recuperação da produção, com previsão de nova safra recorde, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), cuja estimativa é de 261,5 milhões de toneladas, com crescimento de 3,3% em relação à safra de 2021.

Com este resultado do PIB em 2021, o Brasil recuperou o nível pré-crise e registrou desempenho acima da mediana dos países do G7, G20 e América Latina. Ou seja, quando combinados os crescimentos de 2020 e 2021, a variação neste período é de 0,6%, superando o resultado da maioria dos países com maior PIB e dos países vizinhos ao Brasil.

O final de 2021 mostrou retomada do ritmo de crescimento do País. No 4T21, o PIB registrou alta de 0,5% na comparação com o 3T21, com ajuste sazonal. Do lado da oferta, o melhor desempenho foi da agropecuária (5,8%), com recuperação, em parte, da safra após perdas dos trimestres anteriores devido a reveses climáticos, seguido dos serviços (0,5%), ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal. Houve queda na indústria (-1,2%), devido aos gargalos na produção decorrentes da escassez de insumos, efeito da quebra de cadeias globais, e pelo recuo na extrativa mineral. No setor de serviços, destaque para os ramos de informação e comunicação (3,4%), transporte (2,6%) e outras atividades de serviços (2,1%). Por outro lado, houve recuo no comércio (-2,0%). Na indústria, a queda ocorreu na extrativa mineral (-2,4%), devido à queda da produção de petróleo e gás, e nos ramos da indústria de transformação (-2,5%). Destaca-se o bom desempenho da construção (1,5%). Do lado da demanda, houve continuidade da recuperação no consumo das famílias (0,7%) e do consumo do governo (0,8%).

Os investimentos (FBCF) também mostraram alta (0,4%). No setor externo, houve recuo nas exportações (-2,4%) e alta nas importações (0,5%).

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o PIB cresceu 1,6% no 4T21, mantendo pelo quarto trimestre seguido a recuperação ante a queda provocada no ano passado pelos efeitos da pandemia, no que se refere à atividade econômica. Na oferta agregada, em termos interanuais, o destaque positivo veio dos serviços (3,3%), sobretudo pela alta observada nos serviços de informação, outros serviços e serviços de transporte. Cabe notar, todavia, a queda no comércio (-2,9%). A indústria, por sua vez, mostrou recuo de 1,3%, em termos interanuais, devido a problemas nos ramos de transformação (-6,9%). Essa queda foi atenuada pelo desempenho positivo da construção, da extrativa mineral e da produção de eletricidade. A agropecuária também retraiu (-0,8%), ainda com impactos na safra por adversidades climáticas. Pelo lado da demanda, todos os componentes tiveram crescimento interanual. Cabe ressaltar a continuidade da recuperação do investimento, com alta de 3,4% no 4T21 ante mesmo trimestre do ano anterior. Parte desse aumento é influenciado pela produção de bens de capital, em especial máquinas e equipamentos. Importante notar que houve continuidade na recuperação no consumo das famílias (2,1%) e no consumo do governo (2,8%). No setor externo, as exportações (3,3%) e as importações (3,7%) também cresceram, mostrando a continuidade da retomada do dinamismo no comércio exterior.

Diante disso, em valores, o PIB no 4T21 alcançou R\$ 2,3 trilhões, e acumulou R\$ 8,7 trilhões no ano de 2021. O PIB per capita ficou em R\$ 40,7 mil no ano. A taxa de investimento (FBCF/PIB) foi de 19,2% em 2021, com elevação de 2,6 pp frente a 2020. No acumulado em quatro trimestres, é o melhor nível de FBCF/PIB desde 2014. Da mesma forma, a taxa de poupança/PIB elevou-se para 17,4% do PIB em 2021, com alta de 2,7 pp ante 2020. Para o resultado anual, este é o melhor nível de poupança/PIB desde 2013. Esse bom desempenho em 2021 fortalece a perspectiva de continuidade do crescimento em 2022 e anos seguintes.

Por sua vez, a inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano de 2021 em 10,06%, superando o teto da meta estabelecida, com pressão de alimentos e de tarifas de energia, decorrentes dos efeitos da maior crise hídrica enfrentada pelo País, que reduziu a produção agrícola e a geração das hidrelétricas. A elevação recente da inflação provém em grande parte do aumento dos preços internacionais das commodities agrícolas e, principalmente, energéticas, sobretudo dos combustíveis, em meio às tensões ocorridas com a guerra no Leste Europeu. Desse modo, o controle da inflação via sistema de metas tem contribuído para manter o ambiente de negócios favorável. O ajuste dos juros básicos na economia em 2021 fez com que a meta da Taxa Selic passasse de 2,0% aa (menor patamar histórico) para 9,25%.

Cenário Fiscal

Após o período de 2013-2016, marcado por baixo nível de atividade econômica e desequilíbrio estrutural das contas públicas, foi instituído o Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União através da Emenda Constitucional nº 95 (EC nº 95), de 15 de dezembro de 2016. A EC nº 95 estabeleceu limite para as despesas primárias por um período de vinte exercícios financeiros, corrigido pela taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Após sair de 52% em 2013 para 70% do PIB em 2016, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) se estabilizou no terreno 70-75% até 2019. Com a crise sanitária mundial deflagrada em 2020, o Brasil registrou razão dívida/PIB de 89% em 2020 e 80% em 2021, tornando ainda mais desafiador o objetivo central da política fiscal no médio prazo: o controle da trajetória de crescimento da dívida pública em proporção do PIB.

O NRF fixa limites individualizados para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do Artigo 107, o método para sua determinação. Conforme disposto no § 10 do Artigo 107, para a determinação do limite que vigoraria para o ano de 2017 seria tomada como base a despesa paga em 2016, individualizada por órgão, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetem o resultado primário. Do total da despesa apurada, contudo, os §§ 6º e 11 do Artigo 107 estabelecem itens que devem ser excluídos da base de cálculo dos limites. Dessa forma, a regra do Teto dos Gastos instituída pela EC nº 95 representa um elemento essencial na atual estratégia de ajuste fiscal pois disciplina a expansão das despesas primárias e induz a canalização dos recursos públicos para os programas governamentais com maior retorno para a sociedade. A manutenção do Teto dos Gastos segue como uma premissa fundamental de regime fiscal crível de médio e longo prazos, pois não apenas proporciona a ancoragem das expectativas para a trajetória das despesas como também força o debate acerca da alocação orçamentária dos recursos.

Conforme o cenário de referência proposto para o Plano Plurianual 2020-2023, apresentado em 2019, já se esperava, em parte, as dificuldades iniciais e a trajetória de recuperação gradual ao longo do período. Do ponto de vista da recuperação da capacidade fiscal do Estado para implementar políticas públicas, esperava-se que o Resultado Primário do Governo Central seria negativo em 2020, 2021 e 2022, e que haveria recuperação do superávit em 2023. No período, o pressuposto era a redução do déficit no resultado nominal, passando de 6,5% do PIB em 2020 para 5,5% do PIB em 2023. Com isso, haveria estabilização da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em torno de 67% do PIB no final período. Em consequência, haveria redução paulatina da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) para nível próximo de 83% do PIB ao final do período (Tabela 2).

Tabela 2 – Cenário Fiscal de Referência do PPA 2020-2023

	PROJEÇÕES PPA 2020-2023 (EM % DO PIB)			
	2020	2021	2022	2023
Resultado Primário do Governo Central	-1,63	-0,84	-0,36	0,20
Resultado Nominal do Setor Público	-6,5	-6,1	-6,1	-5,5
DLSP	61,9	64,1	66,2	67,3
DBGG	81,9	82,8	83,5	83,4

Fonte: PPA 2020-2023.

No ano de 2020, todavia, o que se observou foi uma realidade bem mais adversa para a evolução do cenário fiscal devido aos efeitos dos gastos emergenciais para enfrentamento da pandemia. O déficit primário foi muito maior do que inicialmente projetado, com reflexos no aumento do déficit nominal e da dívida pública, tanto DLSP quanto DBGG. Com a melhoria do ambiente econômico em 2021, as perspectivas listadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (LDO 2022) apontam para o esforço de consolidação fiscal, com melhoria gradual do resultado primário do setor público consolidado e estabilização da dívida pública.

Tabela 3 – Resultados Fiscais 2019-2021

(EM % DO PIB)	OBSERVADO		
	2019	2020	2021
Superávit primário do Setor Público	-0,84	-9,48	0,75
Governo Central	-1,29	-10,02	-0,41
Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)	54,57	62,70	57,30
Dívida Bruta do Governo Geral	74,26	88,83	80,27
Resultado Nominal do Setor Público	-5,82	-13,60	-4,42

Fonte: BCB, STN/ME e SPE/ME.

De acordo com as estatísticas fiscais do Banco Central do Brasil divulgadas em janeiro de 2022, o resultado nominal do setor público consolidado alcançou em 2021 déficit de 4,42% do PIB, ante déficit de 13,6% do PIB no ano anterior (Tabela 3). O superávit primário do setor público consolidado em 2021 foi de 0,75% do PIB, sendo o primeiro superávit primário dessa esfera de governo desde 2013, quando foi registrado superávit primário de 1,71% do PIB. Por sua vez, a DLSP alcançou aproximadamente 57% do PIB, redução de 5,3 p.p. em comparação com 2020. Os principais fatores condicionantes desse declínio foram o crescimento do PIB nominal (redução de 8,7 p.p.), a desvalorização cambial acumulada no ano de 7,4% (redução de 1,2 p.p.), o superávit primário (redução de 0,7 p.p.), os juros nominais apropriados (aumento de 5,2 p.p.) e a variação da paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (aumento de 0,4 p.p.). Assim, a DBGG apresentou queda anual de mais de 8 p.p. do PIB em 2021 (Tabela 3).

O reequilíbrio da dívida pública é condição necessária para a retomada do crescimento econômico, uma vez que melhora a alocação de recursos e resulta em maior crescimento do PIB. Para que isso ocorra, é preciso aumentar o controle sobre as despesas correntes, principalmente as despesas associadas ao gasto ineficiente, como algumas despesas previdenciárias e subsídios a setores pouco produtivos. Desta forma, iniciativas como a Nova Previdência, reforma administrativa, assim como reformas estruturais e medidas pró-mercado são fundamentais para estabilizar a dívida pública e promover o crescimento econômico sustentável de longo prazo.

No primeiro trimestre de 2021, persistiram as condições adversas advindas da crise sanitária, ainda que parcialmente compensadas pela retomada econômica verificada desde o segundo semestre de 2020. O espaço fiscal para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia era limitado impondo-se desafios à manutenção da regra do teto e de estratégias para a retomada do processo de consolidação fiscal. No entanto, verificou-se que as despesas temporárias de caráter emergencial para o combate às consequências da pandemia não se tornaram permanentes, reforçando o compromisso do Governo Federal com o processo de consolidação fiscal e foco na agenda de reformas econômicas. Após a Reforma da Previdência, outras medidas com impacto fiscal já se encontram em razoável estágio de maturação e, também, são consistentes com os objetivos de austeridade e sustentabilidade fiscal de médio e longo prazos. Dentre essas medidas, destacam-se: reformas no sistema tributário; a desmobilização de ativos – tendo como exemplo a redução do número de empresas estatais; o aumento da liberalização comercial e a Reforma Administrativa. Os efeitos fiscais dessas medidas serão diretos, traduzindo-se em aumento das receitas ou redução de despesas (ou ambos), ou efeitos indiretos verificados pelo maior dinamismo da economia. Ainda com efeitos fiscais indiretos por meio da melhoria do ambiente de negócios deve-se destacar a agenda composta pelos seguintes projetos de lei e medidas provisórias: PL 414/2021 (modernização do setor elétrico), PL 3.178/2021 (mudança de regime de partilha de concessões), MP 1.085/2021 (modernização de registros públicos), PL 4.188/2021 (novo marco de garantias), MP 1.103/2022 (novo marco de securitização) e MP 1.104/2022 (aprimoramento de garantias agro). Com a construção de um equilíbrio fiscal estrutural acompanhado de reformas estruturais e microeconômicas pró-mercado, a economia brasileira terá condições de manter uma inflação estruturalmente ancorada com juros baixos e crescimento sustentável. Torna-se, assim,

fundamental a continuidade dessa agenda de reformas e a continuidade do processo de consolidação fiscal, além de medidas que visem o aumento da produtividade e a melhoria da alocação de recursos.

No campo tributário, o Governo Federal já encaminhou ao Congresso Nacional duas etapas da proposta de reforma tributária. A política tributária de um país afeta a competitividade e o crescimento econômico através do nível e da composição da carga tributária. No caso brasileiro, diversos fatores podem ser responsáveis pela redução da produtividade, com destaque para o direcionamento do crédito pelos bancos estatais, baixa participação da economia no comércio mundial, infraestrutura insuficiente, defasagem na legislação de diversos marcos legais e o sistema tributário. Este último tem gerado alocações ineficientes, o que faz com que o investimento se direcione para setores menos tributados ou com vantagens tributárias e não pelo incentivo ao retorno esperado – lucro futuro. Nesse contexto, as alterações promovidas e a proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso têm como objetivo comum reduzir distorções econômicas.

A primeira etapa da reforma tributária foi enviada em julho/2020, através do PL nº 3.887/2020, e prevê a criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) baseada nos modernos modelos internacionais de Imposto de Valor Agregado (IVA) de tributação uniforme do consumo e propõe a substituição de dois tributos: PIS/Pasep e Cofins. Com esta alteração, será possível acabar com a cumulatividade e complexidade desses tributos, reduzindo os custos das empresas e facilitando o pagamento. A segunda proposta de reforma, o PL nº 2.337/2021, foi enviada em junho de 2021 e propõe avanços na tributação sobre a renda de famílias e empresas. Esta proposta, além de reduzir a cobrança de imposto de renda dos trabalhadores, estimula o investimento nas empresas e racionaliza a tributação de várias aplicações financeiras para beneficiar os pequenos investidores. Esta proposta está em linha com as diretrizes gerais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reforça a aplicação de alíquotas moderadas e bases ampliadas para reduzir as distorções, assim como incentivar o empreendedorismo e a formação de capital humano. Além disso, a redução das alíquotas corporativas pode incentivar o investimento doméstico e atrair investimento externo. Em 2021 houve redução do PIS e Cofins sobre o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), redução do adicional ao frete para renovação da marinha mercante (AFRMM com efeito em 2022) e andamento de medidas visando redução em diversos outros tributos (IPI, IOF cambial e Imposto de Importação, por exemplo).

Por fim, destaca-se que, na segunda metade de 2021, houve a necessidade de se solucionar a conta de precatórios e premência de pagamento. A conta saiu de aproximadamente R\$ 20 bilhões em 2016, quando foi aprovado o Teto dos Gastos, para quase R\$ 90 bilhões atuais, fazendo-se necessário alterar os dispositivos de controle dos gastos sem prejuízo para o processo de consolidação fiscal. Nesse sentido, a solução se deu pelas Emendas Constitucionais nº 113/2021 e 114/2021 – ambas originárias da Proposta de Emenda Constitucional nº 23/2021 (PEC dos Precatórios) – que definiram a revisão da indexação do teto dos gastos, sincronizando-o com o reajuste de despesas indexadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – fundamentalmente as despesas previdenciárias, bastante sensíveis ao reajuste do salário mínimo – e limitaram as despesas com sentenças e precatórios em cada ano ao montante pago em 2016, reajustado pelo IPCA. Foram, portanto, duas as medidas principais da PEC dos Precatórios: (i) mudança retroativa no indexador usado no cálculo do teto dos gastos; (ii) estabelecimento de um limite ao pagamento anual de despesas com sentenças judiciais e precatórios.

Tão logo o reajuste do dispositivo de controle dos gastos foi internalizado pelo mercado e pela sociedade em geral, o que se viu foi uma melhoria significativa das expectativas e maior previsibilidade do quadro fiscal. Mais uma vez, a consolidação fiscal se traduziu em números positivos no fim de 2021.

Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico de referência para o PPA 2020-2023 (Tabela 4), proposto em 2019, tinha como pressuposto a continuidade da recuperação da atividade econômica, o que refletiria o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança.

Tabela 4 – Cenário Macroeconômico de Referência PPA 2020-2023

	PROJEÇÕES (1)				
	2019	2020	2021	2022	2023
PIB - var. % anual	0,8	2,2	2,5	2,5	2,5
IPCA - var. % acum. Ano	3,8	3,9	3,7	3,7	3,8
Taxa de Câmbio R\$/US\$ - média anual	3,8	3,8	3,8	3,9	3,9
Taxa Selic - var. % - média anual	6,2	5,6	7,0	7,5	7,5

1 - Projeções - Grade de Parâmetros Macroeconômicos - 10/07/2019.

Fonte e Elaboração: SPE/FAZENDA/ME

Dado que houve a crise causada pela pandemia de Covid-19, esse cenário não se confirmou em 2020 e 2021. O crescimento do PIB observado em 2019 (1,2%) foi em ritmo maior que o projetado no cenário de referência (0,8%). Todavia, a acentuada recessão de 2020 decorrente das consequências da pandemia de coronavírus, resultou na queda do PIB (-3,9%). Ressaltase que essa retração da economia foi menor do que o esperado à época, quando analistas de mercado e estimativas de organismos internacionais chegaram a apontar queda de 10% para o PIB do Brasil. Com as medidas adotadas no País, a atividade econômica vem se recuperando desde o segundo semestre de 2020. Com isso, houve uma vigorosa recuperação da atividade econômica em 2021, com alta de 4,6% no PIB do Brasil. Desse modo, os anos finais do cenário de referência permanecem coerentes com as expectativas mais recentes de continuidade de retomada da trajetória de crescimento da economia brasileira. A continuidade da consolidação fiscal e a realização de ajustes estruturais e de reformas pró-mercado na economia brasileira tem contribuído para melhorar a alocação de recursos, aumentar a produtividade e ampliar o ritmo de crescimento sustentado do País. A Tabela 5 mostra os indicadores macroeconômicos observados entre 2018 e 2021.

Tabela 5 – Parâmetros Macroeconômicos observados 2018-2021

	DADOS OBSERVADOS			
	2018	2019	2020	2021
PIB (% a.a., real)	1,8	1,2	-3,9	4,6
PIB nominal (R\$ Bilhões)	7.004	7.389	7.468	8.679
IPCA (Acumulado, % a.a.)	3,75	4,31	4,52	10,06
INPC (Acumulado, % a.a.)	3,43	4,48	5,45	10,16
IGP-DI (Acumulado, % a.a.)	7,10	7,70	23,08	17,74
Taxa Over Selic (fim de período, % a.a.)	6,40	4,59	1,90	8,76
Taxa Over Selic (Acumulado, % a.a.)	6,48	5,90	2,64	3,91
Taxa de Câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,65	3,95	5,16	5,40
Preço Médio do Petróleo (US\$/barrel)	71,07	64,03	42,30	70,44
Massa Salarial Nominal (2)	2,86	4,82	-1,51	5,36
Salário Mínimo	954	998	1.045	1.100

Fonte: IBGE, BCB e SPE/ME

Quanto às taxas de inflação, o IPCA observado em 2021 (10,06%) superou o previsto na ocasião da elaboração do PPA (3,7%), devido à pressão dos preços dos alimentos e da energia, sobretudo em razão da crise hídrica, conforme informado acima. Isto fez com que as taxas de juros se elevassem do seu menor patamar histórico, para o nível de 8,76% aa (taxa over Selic fim de período).

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, exercício 2021, apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos durante o ano de 2021, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas finalísticos do plano, trazendo um balanço das realizações do segundo ano deste ciclo do PPA.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números do monitoramento do PPA, em 2021, com sínteses gráficas, incluindo a execução financeira, o andamento das metas e resultados intermediários planejados nos programas finalísticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual no ano de 2021.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados no exercício de 2021, organizado conforme os eixos do PPA 2020-2023:

- Ambiental;
- Econômico;
- Infraestrutura;
- Institucional;
- Social; e
- Estratégia de Defesa.

Por outro lado, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do Governo Federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo (volume 1), o qual traz relatórios específicos de cada um dos 70 programas finalísticos do PPA 2020-2023.

Síntese Numérica do PPA 2020-2023

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual no ano de 2021, e sobre o andamento das metas planejadas nos programas finalísticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA em 2021 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2021

Os recursos alocados para o PPA 2020-2023 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos não-orçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

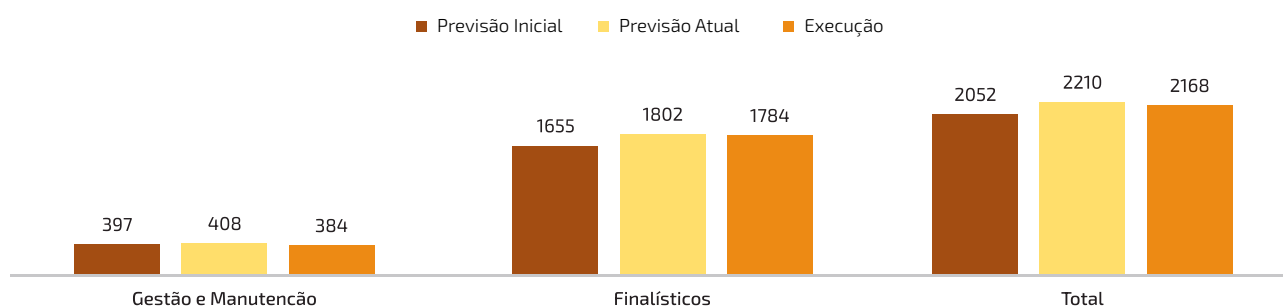
Conforme o Manual Técnico do PPA 2020-2023, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário. Visa atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de ações não orçamentárias são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2021, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2019 da Receita Federal do Brasil (RFB).
- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e aos valores executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista serem os últimos dados sobre execução disponibilizados pela RFB.

O valor global atualizado em 2021 do PPA para o período de quatro anos é de R\$ 8,77 trilhões, sendo R\$ 2,21 trilhões a previsão atualizada relativa ao exercício de 2021. O Gráfico 1 mostra os recursos do PPA 2020-2023 para o exercício de 2021. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas finalísticos, os programas de gestão e os totais do Plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2021 foi de R\$ 2,17 trilhões.

Gráfico 1 - Recursos por Tipo de Programa em 2021 (R\$ bilhões)

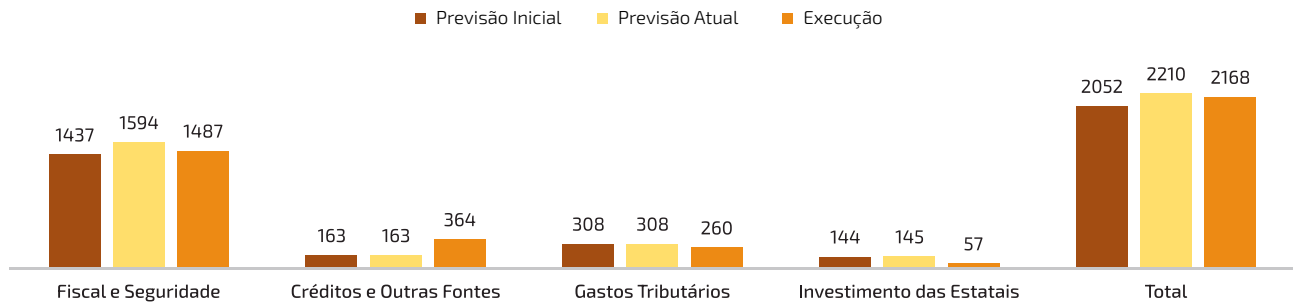


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

O Gráfico 2 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2021, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos não orçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário.

Gráfico 2 - Recursos por Fonte de Financiamento em 2021 (R\$ bilhões)

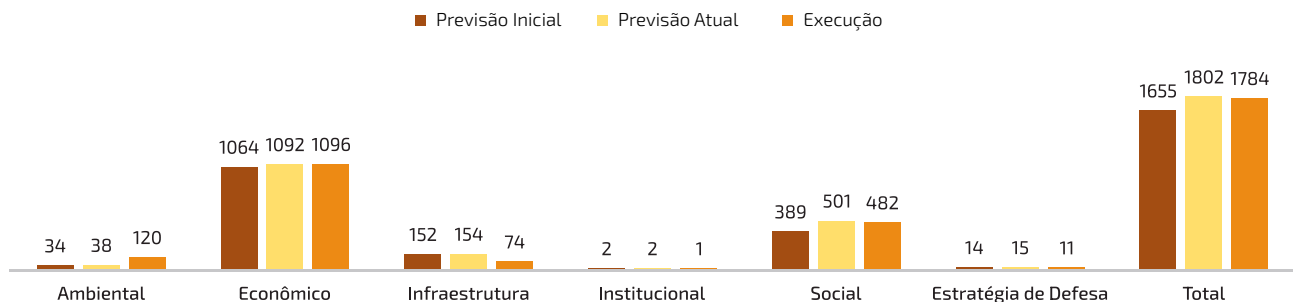


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

O Gráfico 3 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários dos programas finalísticos por eixo do PPA 2020-2023. Em 2021, foram executados mais de R\$ 1 trilhão no eixo econômico e R\$ 482 bilhões no eixo social.

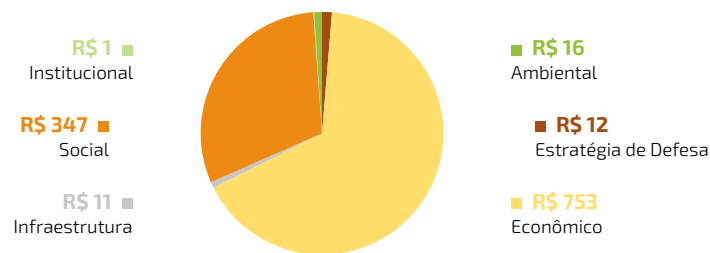
Gráfico 3 - Recursos por Eixos em 2021 (R\$ bilhões)



Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

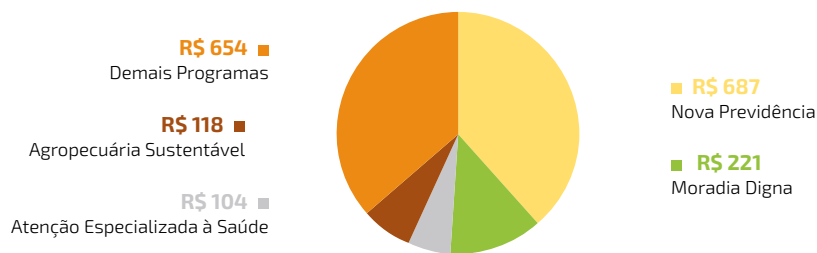
O Gráfico 4 mostra, por eixo, os recursos orçamentários executados pelos programas finalísticos em 2021, cujo valor total passou de R\$ 1,1 trilhão. Destacam-se os eixos econômico, R\$ 755 bilhões, e social, R\$ 347 bilhões.

Gráfico 4 - Execução Orçamentária por Eixo (R\$ bilhões)

Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

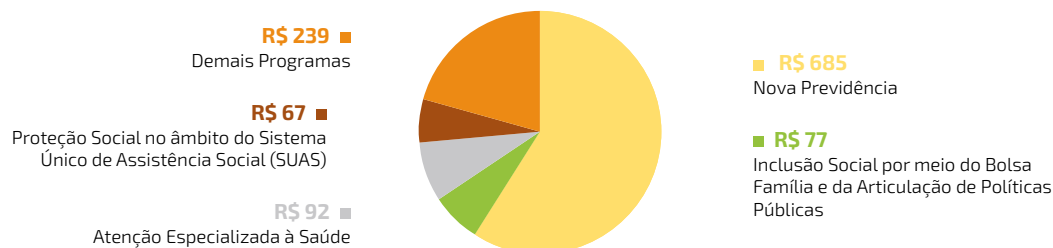
O Gráfico 5 destaca os valores executados relativos aos maiores programas finalísticos do PPA no ano de 2021 considerando recursos orçamentários e extraorçamentários. Pode-se observar que o valor executado em *Nova Previdência* alcançou R\$ 687 bilhões; *Moradia Digna* alcançou o valor de R\$ 221 bilhões; e a *Atenção Especializada à Saúde* R\$ 104 bilhões.

Gráfico 5 - Execução por Maiores Programas (R\$ bilhões)

Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

O Gráfico 6 mostra os maiores programas finalísticos em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários no ano de 2021. Além da Nova Previdência e Atenção Especializada à Saúde, destacam-se os Programas Inclusão Social por meio do Bolsa Família e Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

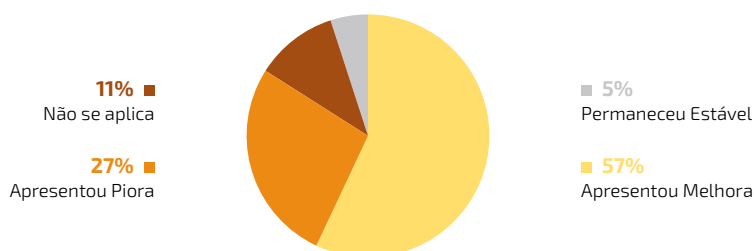
Gráfico 6 - Execução Orçamentárias por Maiores Programas (R\$ bilhões)

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Perfil da Evolução do Indicador do Programa

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Finalísticos do PPA 2020-2023 no exercício de 2021, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 7. De um total de 63 indicadores, houve melhora em relação ao valor apurado em 2020 em 36, ou seja, 57% do total, enquanto outros 17 indicadores apresentaram piora, representando 27%. Para outros 7 (11%) esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de valor apurado em 2020, ou por ser de tipo neutro, ou seja, sem uma direção desejável identificada. Por fim, 3 indicadores se mantiveram estáveis, ou seja, sem alterações em relação ao valor apurado em 2020.

Gráfico 7 - Desempenho dos Indicadores PPA em 2021



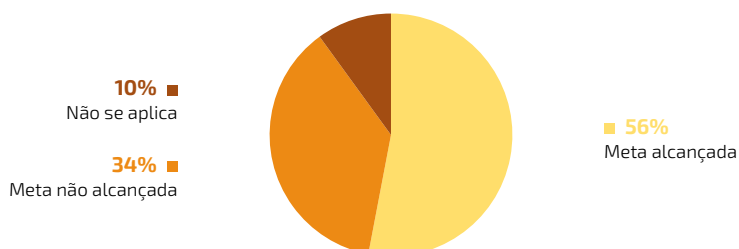
Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência (valor apurado em 2020), enquanto a classificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no período do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Perfil da Evolução da Meta do Programa

Com relação a este segundo ano de monitoramento do PPA 2020-2023, conforme ilustrado no Gráfico 8 a seguir, verificou-se que 56% das metas tiveram seus valores previstos para o ano de 2021 alcançados, enquanto 34% das metas não atingiram o valor previsto. As Metas quantitativas representam 90% das Metas do PPA 2020-2023, sendo as demais Metas qualitativas.

Gráfico 8 - Desempenho das Metas do PPA em 2021



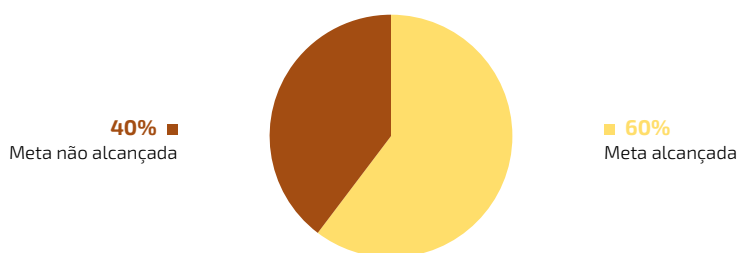
Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto. Metas anuais atingidas no período são classificadas como "andamento adequado".

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Perfil da Evolução dos Resultados Intermediários do PPA

Com relação aos Resultados Intermediários do PPA 2020-2023, conforme ilustrado no Gráfico 9, verificou-se que 60% dos resultados intermediários tiveram seus valores previstos para o ano de 2021 alcançados, enquanto 40% não atingiram o valor previsto.

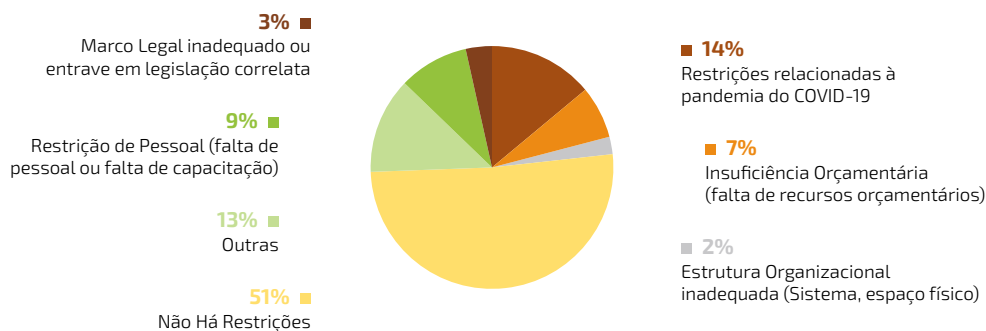
Gráfico 9 - Desempenho dos Resultados Intermediários do PPA em 2021



Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME

O Gráfico 10 apresenta as restrições que impactam no alcance das metas do PPA 2020-2023. As duas principais restrições apontadas foram: restrições relacionadas à pandemia do COVID-19 e restrições de pessoal. Ressalta-se que em 51% dos casos não houve restrições ao alcance da meta.

Gráfico 10 - Restrições para o alcance da Meta - 2021

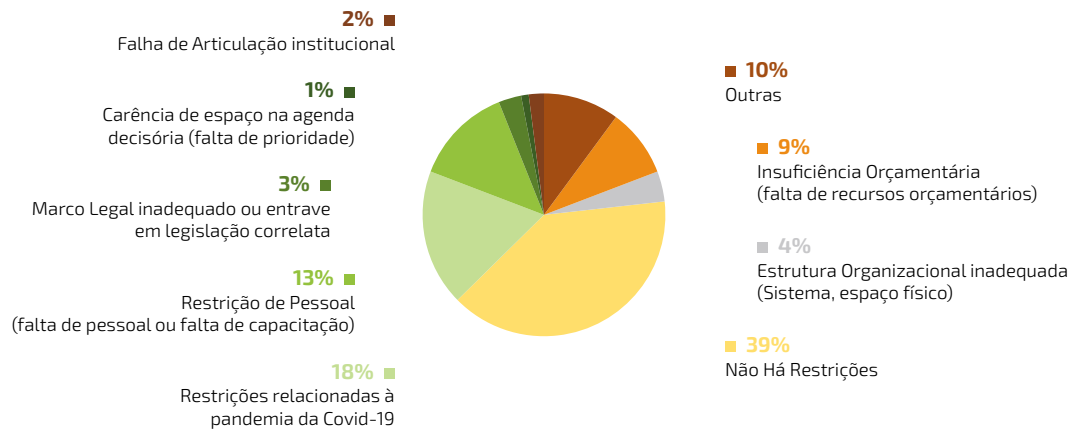


Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida, e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2021. A avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas legais ou infralegais para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

O Gráfico 11 apresenta as restrições que impactam no alcance das metas de Resultados Intermediários do PPA 2020-2023. Assim como na meta do programa, as duas principais restrições apontadas foram as relacionadas à pandemia da covid 19 e restrições de pessoal. Em 39% dos resultados intermediários não houve restrições para o alcance da meta prevista para 2021.

Gráfico 11 - Restrições para o alcance da meta dos Resultados Intermediários - 2021



DESTAQUES DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas finalísticos do Plano Plurianual no exercício de 2021, com os principais destaques das políticas públicas do Governo Federal, organizadas conforme o arranjo dos eixos e programas do PPA 2020-2023. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes dos programas governamentais.

Eixo Institucional

No que concerne à comunicação pública e divulgação de atos e matérias do Governo Federal, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), considerando as emissoras próprias e afiliadas, disponibilizou acesso ao sinal de televisão digital terrestre para cerca de 74,2 milhões de pessoas e o sinal de rádio FM para 42,9 milhões, com referência no Censo 2010 - IBGE, além de disponibilizar seus sinais para todo o País por meio de satélite e transmissão em ondas curtas de rádio.

Dentre as capitais brasileiras, 85% delas já possuem cobertura de sinal da TV Brasil digital, o que equivale a 23 do total de 27 capitais do Brasil. Já com relação à cobertura da radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), esta fechou o ano de 2021 com 59% das capitais brasileiras atendidas, sendo representado em números absolutos por 16 das 27 capitais.

Segundo dados da Kantar IBOPE Media, em 2021, mais de 42,8 milhões de indivíduos foram impactados pelos conteúdos da TV Brasil, em cerca de 20,7 milhões de domicílios únicos, considerando o desempenho nos 15 mercados de medição regular (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Manaus). Esses resultados renderam ao canal, em dezembro de 2021, a marca histórica do alcance da 5ª posição dentre os mais de 95 canais medidos pelo Painel Nacional de Televisão (PNT). Com relação às Rádios FM, as pesquisas de audiência das emissoras "Nacional FM", em Brasília/DF, e "MEC FM", no Rio de Janeiro/RJ, cidades onde há aferição do alcance, apresentaram média mensal de mais de 210,8 mil ouvintes, em 2021.

Além disso, nos últimos anos, a EBC reforçou a sua presença no meio digital. A empresa conta com o aplicativo Rádios EBC que reúne em uma única plataforma as programações das Rádios Nacional e das Rádios MEC, e, em 2021, houve o lançamento de canais da Rádio MEC no Spotify e no Youtube. Confirmou, também, presença para os conteúdos da TV Brasil por meio do aplicativo TV Brasil Play que permite acessar, sob demanda, um catálogo de programas e séries. Esses aplicativos estão disponíveis para as plataformas Android e iOS e podem ser instalados gratuitamente.

Eixo Social

A assistência social tem sido marcada pelo fortalecimento dos Programas Sociais do Governo Federal e do Cadastro Único, que representam conquistas fundamentais para a redução da pobreza juntamente com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua rede de serviços voltada à garantia de direitos socioassistenciais. Ademais, as ações de transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza extrema e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio de condicionalidades representam compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público.

No âmbito do PPA, em 2021, a meta apurada para o objetivo do Programa 5028 - *Inclusão Social por meio do Bolsa Família (PBF) e da Articulação de Políticas Públicas* tem o mês de outubro como referência, quando o

programa foi extinto. Dessa forma, até aquela data foram atendidas 14.654.783 famílias, do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo 106,67% do público, das quais cerca de 9,7 milhões receberam pelo menos uma parcela do Auxílio Emergencial em 2021.

O Programa Auxílio Brasil – PAB, criado pela Lei 14.284/2021 em substituição ao PBF, objetiva integrar as políticas de assistência social, segurança alimentar, saúde, educação e emprego, garantindo renda básica às pessoas mais necessitadas e formando uma teia de proteção social. O PAB visa reduzir as situações de pobreza e de extrema pobreza das famílias beneficiárias; promover, prioritariamente, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, a nutrizes, a crianças e a adolescentes em situação de pobreza ou de extrema pobreza; estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência.

Em novembro de 2021, foi realizado o primeiro pagamento do PAB a 14.506.301 famílias, com 105,59% de cobertura das famílias pobres atendidas. Em dezembro de 2021, o pagamento foi a 14.519.216 famílias, com 105,68% de cobertura das famílias pobres. No mesmo mês, foi pago a 13.006.248 famílias beneficiárias do PAB, o Benefício Extraordinário, que equivale ao valor necessário para alcançar R\$ 400,00 às famílias beneficiárias. Assim, vem sendo assegurado o pagamento mínimo de R\$ 400,00 a essas famílias desde o mês de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.076, de 7 de dezembro de 2021, instituiu o Benefício Extraordinário destinado às famílias do PAB na folha de dezembro de 2021, garantindo o pagamento mínimo de R\$ 400 para todas as famílias, sem caráter continuado, mas podendo ser prorrogado, o que ocorreu por meio do Decreto nº 10.919, de 29 de dezembro de 2021, para o período de janeiro a dezembro de 2022.

Também em 2021, com a continuidade da pandemia, foi publicada a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que instituiu o Auxílio Emergencial 2021, previsto inicialmente para ser pago em quatro parcelas mensais. Com a edição do Decreto nº 10.740, de 5 de julho de 2021, o Auxílio Emergencial 2021 foi prorrogado por mais três meses, passando de quatro para sete parcelas. Com o Auxílio Emergencial e o Auxílio Emergencial Residual, o PBF atingiu um patamar histórico em 2021, alcançando 14,69 milhões de famílias. No total, o valor repassado às famílias PBF, entre AE e PBF, foi em torno de R\$ 28,9 bilhões entre abril e outubro de 2021.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, instrumento de política pública articulador de benefícios e serviços ofertados tem mobilizado uma rede de considerável capilaridade. O SUAS se revestiu em um instrumento fundamental para uma significativa parcela da população vivendo em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. Seus desafios são viabilizar o acesso e qualificação dos serviços com integração de ações. Nesses termos, implementa iniciativas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende a 4,7 milhões de pessoas, sendo 2,56 milhões com deficiência e 2,15 milhões de idosos. Desse total, 93% dos beneficiários e suas famílias já estão no Cadastro Único (posição em novembro/2021), permitindo maior conhecimento da realidade socioeconômica desse público e o acesso a outros serviços, programas e benefícios, da Assistência Social e de outras políticas. Apenas em 2021, foram concedidos novos benefícios a aproximadamente 219,5 mil idosos e 180,7 mil pessoas com deficiência.

No caso da rede SUAS, a prestação dos serviços socioassistenciais é organizada em dois níveis – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são as principais unidades da Proteção Social Básica, que visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 7,45 mil CRAS, o que equivale a 88% das 8,5 mil unidades existentes, cuja cobertura atinge 25,7 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. Foram cerca de 34,2 milhões de atendimentos individualizados, inserção/atualização do registro de 6 milhões de famílias no Cadastro Único, realização de 3,4 milhões de visitas domiciliares e acompanhamento, em média, de 1,34 milhão de famílias/mês. O atendimento às famílias é complementado pelo serviço de convivência, ofertado em grupos organizados por faixas etárias. Ao final de 2021, existiam 2 milhões de usuários nesses grupos, dos quais 821 mil em alguma situação prioritária.

A Proteção Social Especial, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social, ameaças ou violações de direitos. Esses serviços são organizados em dois níveis (Média e Alta Complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 2,6 mil unidades CREAS, cobrindo aproximadamente 2,5 mil municípios, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes, onde a cobertura alcança 98%. Foram realizados cerca de 3 milhões de atendimentos particularizados, 779 mil visitas domiciliares e o acompanhamento, em média, de 304 mil casos/mês.

Os Centros Pop, por sua vez, também têm unidades de média complexidade, são unidades públicas especializadas no atendimento à população em situação de rua. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 228 unidades Centro Pop, existentes em 203 municípios. Em 2021, essas unidades realizaram 2,8 milhões de atendimentos, a quase 444 mil pessoas, dentre as quais migrantes (122 mil) e usuários de drogas (191 mil).

Além do atendimento ofertado no âmbito do SUAS, as crianças na primeira infância, prioridade do PPA 2020 – 2023, são o público do Programa Atenção Integral à Primeira Infância, que desenvolve ações para a promoção do desenvolvimento humano no período mais propício ao desenvolvimento de competências – 0 a 6 anos. Para tanto o Programa Criança Feliz está presente em 3.028 municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal, alcançando no ano de 2021, 404.227 crianças e gestantes atendidas. Assim, desde sua criação até 31 de dezembro de 2021, o programa atendeu 1.625.446 crianças e gestantes – atingindo 87,9% da meta anual prevista no PPA no âmbito do Programa 5024 – *Atenção Integral à Primeira Infância*.

Em 2021, foi incluído, como público prioritário do Programa, as crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da Covid-19.

Ações de inclusão social também são promovidas por meio do esporte, considerando ainda que é baixo o percentual de pessoas que realizam atividades físicas e esportivas, especialmente nos grupos mais vulneráveis. No âmbito do Programa 5026 – *Esporte*, são implementadas iniciativas como o Bolsa Atleta e o Bolsa Pódio, que desde sua criação já, concederam mais de 81 mil bolsas, para mais de 29 mil atletas, superando a marca de R\$ 1,3 bilhão de investimento, para o público beneficiário de atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais. Em 2021, o Bolsa Atleta atingiu a marca histórica com 7.248 atletas contemplados.

Na oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, o Programa Estação Cidadania, que consiste em uma edificação esportiva de alto rendimento, dispondo de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, área de apoio, administração, sala de professores, vestiários, enfermaria, copa, depósito, academia e sanitários, ofertou em 2021, 13 (treze) novos espaços, com a estimativa de 12.551 pessoas beneficiadas. Cada Estação Cidadania oferece até 13 modalidades olímpicas, 6 paralímpicas e 1 não-olímpica e capacidade para atender entre 500 e 1000 pessoas.

O Programa Segundo Tempo tem como objetivo permitir o acesso às práticas esportivas de crianças e adolescentes matriculados nos ensinos fundamental e médio, os quais recebem, num segundo turno escolar, aulas de esporte. São atendidos entre 70 (setenta) a 100 (cem) alunos por núcleo, numa média de 35 (trinta e cinco) alunos por turma. Em 2021, foram 20.760 beneficiários.

No campo da inclusão produtiva, o Plano Progredir, implementado por meio do Programa 5027 – *Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social*, tem por objetivo articular e coordenar políticas públicas inclusivas de forma a garantir a autonomia socioeconômica das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em 2021, 24.073 pessoas realizaram o cadastro na Plataforma do Plano Progredir (foram 20.434 em 2020), tendo condições de acessarem vagas em cursos de qualificação

profissional, oportunidade de empregos formais e microcrédito produtivo ofertados pela rede de parceiros. Aderiram ao Programa 1.226 entidades que passaram a compor a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social, ambiente de mobilização social pela inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerável que reúne entidades públicas e privadas de todo o território nacional. Na plataforma do Plano Progridir também foram ofertadas 54.085 vagas de emprego em 2021, ampliando de forma importante os meios de acesso da população mais vulnerável a melhores condições de vida e renda.

No âmbito do Programa *Segurança Alimentar e Nutricional*, a população mais vulnerável é priorizada por meio de um conjunto de políticas voltadas ao fomento da inclusão produtiva rural e o acesso à alimentação adequada e saudável. No ano de 2021, foram entregues 3.613 tecnologias de acesso à água no total, sendo 3.177 cisternas em municípios prioritários, representando 88% do total de entregas.

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, busca-se combater a insegurança alimentar e nutricional, incentivar a agricultura familiar e fomentar circuitos curtos de comercialização. Em 2021, por meio da Medida Provisória nº 1.061/21, convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, que promoveu consolidação normativa e ampliação dos limites financeiros de venda dos agricultores familiares. Em 2021, foram adquiridas cerca de 107 mil toneladas de alimentos diversos, de 68.658 agricultores familiares, além de 33 milhões de litros de leite adquiridos de 5.698 agricultores da região semiárida. Esses alimentos foram doados a mais de 20 mil entidades da rede socioassistencial que atendem às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Merece destaque, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a publicação do Decreto nº 10.713, de 7 de junho de 2021, que dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). A publicação do normativo é um grande avanço para a retomada do diálogo deste colegiado, possibilitando a realização de encontros regionais com as Caisans das regiões Norte, Sul e Sudeste, que visa a apresentação de agenda de governo sobre a segurança alimentar e nutricional e articulação com os Estados.

Para a Política de Redução da Demanda de Drogas, o Programa Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social objetiva aumentar o número de vagas para tratamento de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas e ampliar, consideravelmente, o número de pessoas conscientizadas e protegidas dos prejuízos sociais, econômicos e de saúde pública representados pelo uso indevido e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas. Em 2021, foram 16.938 vagas para acolhimento em Comunidades Terapêuticas, perfazendo 28.600 dependentes químicos tratados.

Em 2021 o Ministério da Saúde (MS) desenvolveu e aperfeiçoou os processos de gestão e o monitoramento da assistência farmacêutica a fim de evitar o desabastecimento durante a pandemia de COVID-19, com foco na abertura de processos emergenciais e aditivos, além de realizar o contínuo atendimento das demandas e dos processos de aquisição em todas as modalidades (pregão, dispensa, inexigibilidade, cooperação técnica com a OPAS, entre outras). Nessa área, a Fiocruz entregou 392.718.110 unidades de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência).

Na atenção Especializada à Saúde, dado o caráter excepcional para enfrentamento à pandemia de Covid-19, em 2021 houve a autorização, mediante solicitação do gestor local, de 26.155 leitos de UTI adulto e pediátrico. A autorização dos leitos de UTI COVID-19 foi condicionada à avaliação técnica que levava em conta o comportamento do vírus na região, a situação epidemiológica e a rede assistencial disponível, devendo os leitos estarem prontos à utilização em estabelecimentos hospitalares do SUS.

Com relação à oferta regular de leitos, houve uma ampliação de 424 novos leitos de UTI adulto em 2021, totalizando 15.528 leitos disponibilizados com recursos do Ministério da Saúde, o que proporcionou maior acesso de pacientes com necessidade de cuidados intensivos.

No que diz respeito aos transplantes pela rede pública, em 2021 foram realizados 7.327 transplantes de órgãos sólidos, o que corresponde ao índice de 34,6 transplantes por milhão de população, o que torna o país o segundo

no mundo em número de transplantes. Este resultado foi alcançado mesmo com a pandemia de coronavírus tendo impactado negativamente a doação e transplantes de órgãos, devido à paralisação de vários serviços e a destinação de áreas hospitalares para atendimento exclusivo a pacientes acometidos por COVID-19.

No provimento de meios de locomoção foram realizados 6.908.510 procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meio Auxiliares de Locomoção não cirúrgicas nas modalidades auditiva, física, visual, em gastroenterologia e em urologia.

Um total de 237.717 recém-nascidos foram beneficiados pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil.

Na Atenção Primária à Saúde, a cobertura chegou a 69,69% da população brasileira, em decorrência da disponibilização de 47.278 equipes de Saúde da Família (eSF) e 3.835 equipes de Atenção Primária (eAP).

Destaca-se ainda que 1.930 Unidades de Saúde da Família funcionam com horário estendido, 183 eAP de referência são destinadas ao atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa e houve a implantação de 33 Unidades de Saúde da Família Fluvial. Em dezembro de 2021, havia 265.393 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) trabalhando no Brasil. Ainda em 2021, 4.860.591 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos realizaram um exame citopatológico de rastreamento e 1.676.283 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos tiveram acesso à realização de mamografia.

No aspecto do desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo em saúde foram fomentadas 509 pesquisas científicas e tecnológicas em saúde, totalizando um investimento de R\$ 140.750.775. Destas, 139 pesquisas foram direcionadas à produção de conhecimentos relacionados ao SARS-CoV-2, destacando-se as de avaliação da efetividade das vacinas contra Covid-19 e de doses de reforço.

Em razão da deflagração da pandemia de COVID-19 houve expressivo aumento na demanda por elaboração e/ou atualização de Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT). Em 2021 foram elaborados e/ou atualizados 29 PCDT e avaliadas 101 tecnologias para incorporação ao SUS.

A construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde – CDTS, que objetiva promover a inovação em produtos como vacinas, fármacos, biofármacos, métodos e reativos para diagnóstico, teve ajustes de prazos provocados pela pandemia, e seu escopo foi alterado, incluindo a construção do Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias Nível de Biossegurança 2 e 3.

A construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro, complexo para a produção, controle de qualidade, estocagem e distribuição de vacinas e fitofármacos destinados a atender prioritariamente as demandas do MS e exportações para as Nações Unidas, encontra-se com andamento dentro do previsto. Foi realizada a licitação do BTS (*built to suit*) e, em 30/12/21, publicou-se no DOU a adjudicação e homologação do resultado do procedimento licitatório. O início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2022.

No que diz respeito a gestão do Sistema único de Saúde (SUS), o número de certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS em 2021 foi de 694.775. Como um dos reflexos do enfrentamento à pandemia, vários cursos foram disponibilizados nas plataformas de ensino à distância para os profissionais e trabalhadores da área da saúde.

Foi ampliado, também, o número de Bolsas de Residência Médica e de Residência em Área Profissional da Saúde, com a finalidade de elevar o nível de profissionais qualificados em áreas estratégicas e prioritárias de saúde. Em 2021 havia 22.446 residentes ativos. Foram também realizados 824.978 laudos de diagnósticos por meio do Telessaúde em 2021.

Na proteção, promoção e recuperação da saúde indígena, 6.922 crianças indígenas com menos de um ano foram às consultas de crescimento e desenvolvimento, o que representa 34,5% do total dessa faixa etária. Das 100.956 crianças indígenas menores de cinco anos, 84,2% tiveram acompanhamento realizado conforme os

critérios estabelecidos pela Vigilância Alimentar e Nutricional. Embora a pandemia da Covid-19 tenha dificultado o acesso em algumas localidades, entre as crianças indígenas menores de cinco anos, 79.182 estavam com o esquema vacinal completo.

Com relação a cobertura de aldeias indígenas com água potável, a meta era alcançar 3.060 aldeias com sistema de abastecimento de água potável (SAA) em 2021. Ao longo do ano, 34 aldeias tiveram as obras de abastecimento de água concluídas, totalizando 3.066 aldeias com acesso à água potável atualmente. Dentre estas, 1.601 possuem tratamento adequado da água, o equivalente a 52,2% das aldeias com SAA.

Quanto à vigilância em saúde, ao longo de 2021, em que pese o enfrentamento da pandemia de Covid-19 ter prejudicado o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, o Ministério da Saúde obteve avanços importantes com os investimentos e o aprendizado decorrente da pandemia. Após a revitalização e automatização dos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) das Secretarias Estaduais de Saúde, adaptando-os para realizar o exame que detecta o novo coronavírus e ampliando a capacidade de testagem e da rede de vigilância laboratorial, o MS vem apoiando o aperfeiçoamento dos serviços.

A Rede Nacional de Sequenciamento Genético nos Lacen vai investigar mutações e diferentes linhagens do SARS-CoV-2. Na fase piloto executada em 2021, 1,2 mil amostras do vírus de todo o País são sequenciadas. Também cabe destacar a criação da Rede Vírus, coordenada pelo MCTI em cooperação com o MS e com a rede Lacen para atuar no monitoramento e sequenciamento do genoma do vírus circulante no Brasil.

A Rede VigiAR-SUS foi instituída, em 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, para ampliar, modernizar e fortalecer os componentes da Vigilância em Saúde que atuam nos eixos de detecção, monitoramento, alerta e resposta às Emergências em Saúde Pública. Abrange a ampliação e fortalecimento da Rede de Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs), a ampliação e fortalecimento dos núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (REVAVEH), das Equipes de Pronto Resposta e dos serviços de verificação de óbito no Brasil. Os resultados obtidos para o VigiAR SUS representam um legado para a saúde pública, no que tange as ações de gestão de riscos à eventos em saúde pública que possam vir a se tornar emergências.

O Programa Nacional de Imunização é o maior programa público de imunização do mundo. Sua estrutura de atendimento conta com 38 mil salas de vacinação, sendo que em campanhas realizadas anualmente esse número chega a até 50 mil postos, além de 52 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais. Anualmente mais de 400 milhões de doses de imunizantes são distribuídas pelo programa.

Em 2021 foi criada a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 com a missão de propor diretrizes nacionais e coordenar as ações do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Assim que Anvisa conferiu a autorização para uso emergencial do imunizante, o País já estava pronto para iniciar a campanha de vacinação em massa. Foram aplicadas mais de 334 milhões doses de vacina, sendo que mais de 144 milhões de pessoas foram completamente imunizadas. Além das vacinas, também foram disponibilizadas, às secretarias estaduais e municipais de saúde, seringas e agulhas para realização da campanha.

Outro resultado importante em 2021 foi a diminuição da letalidade decorrente de arboviroses. Foram confirmados 246 óbitos relacionados à dengue, 14 à Chikungunya, e 5 por febre amarela. Não houve óbito relacionado à zika.

No setor de educação, o Plano Plurianual 2020-2023 apresenta seis programas finalísticos que abrangem todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Na Educação Básica, os dados do IDEB 2019 evidenciaram que o desempenho da educação básica pública no Brasil segue tendência de elevação. No entanto, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, o crescimento do desempenho segue em ritmo mais lento. Até o final de 2022, serão disponibilizados os índices alcançados em cada etapa a partir dos resultados do IDEB 2021.

Em 2021, o MEC manteve o foco na educação de qualidade, equidade e com acesso a todos, enquanto avançou com planos que se moldaram ao cenário provocado pela Covid-19. O incremento do diálogo e da articulação

com as redes de ensino foi fundamental para agilizar os processos e seguir em frente com ações que não só mitigassem os efeitos da pandemia na educação, mas que também mantivessem o ritmo das ações e dos programas já fundamentados, além da implementação de novos projetos.

As consequências da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19 durante um longo período podem resultar em perda substancial de aprendizagem e maiores taxas de abandono e evasão escolar. Tendo em vista esse cenário, o MEC desenvolveu estratégias voltadas ao enfrentamento da evasão e do abandono escolar, principalmente no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio, sobretudo nas estratégias de busca ativa e sistema de alerta preventivo. Quanto à promoção da aprendizagem, destacam-se as ações de Recuperação das Aprendizagens e Avaliações Diagnósticas e Formativas. Além disso, em 2021, para coordenar esse esforço do retorno às aulas presenciais, foram implementadas as Câmaras Técnicas da Educação, com vistas a compartilhar informações e propor ações que mitigassem os impactos da pandemia com a volta às aulas nas escolas públicas.

Com o propósito de garantir o acesso e a permanência, bem como a qualidade do ensino e da aprendizagem, o MEC deu continuidade em ações de apoio suplementar à educação básica, por meio de programas de alimentação (Pnae); transporte escolar (Pnate e Caminho da Escola); e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência (PNLD); além de transferência de recursos às escolas (PDDE). O MEC também apoiou diversas iniciativas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR). Para o exercício de 2021, ano de início do quarto ciclo do PAR (2021- 2024), a execução orçamentária realizada foi de R\$ 1,07 bilhão, relativos a mais de 4,7 mil projetos apoiados.

Em relação à Educação Infantil, o MEC implementou importantes ações com vistas a garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil. No âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), 201 escolas de educação infantil foram concluídas em 2021, beneficiando 167 municípios em 23 estados da federação. Quanto aos valores totais investidos em infraestrutura educacional, objetivando a construção de creches e pré-escolas, foram empenhados R\$ 153,8 milhões em 2021. Para a expansão da oferta de vagas e para o funcionamento regular das novas matrículas, em 2021 foram investidos R\$ 46,6 milhões, por meio do Apoio à Manutenção da Educação Infantil, beneficiando 7.141 novas matrículas de creche e 4.026 de pré-escola (Brasil Carinhoso – novas turmas), e 2.463 novas matrículas de creche e 826 de pré-escola para os novos estabelecimentos (Proinfância).

Para a alfabetização, o MEC desenvolve estratégias tais como a disponibilização de recursos on-line para apoiar o processo de aprendizagem, o desenvolvimento de *websites* com conteúdo gratuito de amplo acesso, assim como o incentivo e a orientação para maior engajamento dos pais no processo de desenvolvimento intelectual de seus filhos. Em 2021 houve o incremento da Coleção Conta pra Mim com a disponibilização de obras inéditas da Série Biografias. No âmbito do Programa Tempo de Aprender, destacam-se os cursos ofertados por meio da plataforma Avamec: a) Alfabetização Baseada na Ciência – ABC; b) Formação Continuada em Práticas de Alfabetização; e c) Práticas de Produção de Texto. Além disso, foi lançado o Sistema On-line de Recursos para a Alfabetização – Sora, que fornece apoio tecnológico aos professores da educação infantil e do 1º e 2º ano do ensino fundamental. Também foi disponibilizado o aplicativo GraphoGame, com mais de 841 mil *downloads*, para as crianças em fase de alfabetização. Cabe destacar, ainda, o repasse de R\$ 182,8 milhões realizado por meio do PDDE Alfabetização para as 31,1 mil escolas que aderiram ao Programa Tempo de Aprender.

A fim de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, destaca-se o Programa de Inovação Educação Conectada, com investimento de mais de R\$ 340 milhões em 2021, o maior valor já investido desde a criação do Programa, em 2017. Desse valor, R\$ 276 milhões foram repassados via PDDE a mais de 91 mil escolas.

Com a finalidade de implementar ações que fomentem e qualifiquem a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, foi criado, em 2021, o Programa Educação e Família, sendo repassados R\$ 12,7 milhões via PDDE, beneficiando 4,5 mil escolas da educação básica.

Em 2021, o MEC lançou a ação transversal Avaliações Diagnósticas e Formativas que visa possibilitar o diagnóstico e acompanhamento das aprendizagens dos estudantes ao longo do ano escolar. Trata-se de avaliações especialmente calibradas para correções da aprendizagem ao longo do ano letivo, o que permitirá tanto a identificação das dificuldades dos alunos, possibilitando o diagnóstico do nível de aprendizagem, quanto sua remediação tempestiva. As avaliações são disponibilizadas para todas as redes e escolas brasileiras, públicas e privadas, incluindo, a partir de 2022, toda a etapa do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e para o Ensino Médio (1º a 3º ano).

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares possui, atualmente, 127 escolas cívico-militares implantadas. Em 2021, houve a implantação de 74 escolas cívico-militares, destas 30 estaduais e 44 municipais, superando a meta de 54 escolas para o ano, com investimento de R\$ 49 milhões em 2021, beneficiando 86 mil estudantes.

Cabe ainda destacar o Programa Brasil na Escola, instituído em 2021, que visa a apoiar as redes e unidades escolares no fomento de estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental, podendo beneficiar cerca de 47 mil escolas e 10 milhões de estudantes. Em 2021, foram investidos cerca de R\$ 138,6 milhões no Programa, dos quais R\$ 111,1 milhões via PDDE, para 6,5 mil escolas.

O MEC intensificou as ações de monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular e tem acompanhado os estados e municípios no alinhamento de seus currículos à Base por meio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). Em 2021, foram 23 referenciais curriculares estaduais, relativos ao ensino médio, aprovados e homologados pelos conselhos estaduais de educação. A meta foi superada com o apoio do Consed e apoio técnico e financeiro intensificado nas Secretarias Estaduais de Educação (SEDUCs).

No âmbito da etapa do Ensino Médio, foi instituído, em 2021, o Programa Itinerários Formativos com a finalidade de coordenar a implementação do Novo Ensino Médio e promover o apoio técnico e financeiro às escolas de ensino médio e a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e Secretarias de Educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. Foram transferidos para unidades escolares, via PDDE, R\$ 161,3 milhões a fim de apoiar as escolas na oferta de Itinerários Formativos. Destaca-se, também, o Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), com investimento, em 2021, de R\$ 232,8 milhões, contemplando, aproximadamente, 1,4 mil escolas e 312,5 mil matrículas, baseando-se nos dados do Censo Escolar de 2020. Em relação ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, a implementação das escolas-piloto, iniciada em 2018, foi finalizada em 2021. Ressalta-se que essa implementação ocorrerá de forma gradativa, iniciando em 2022 com as turmas das 1ª séries conforme previsto na Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021.

O MEC tem articulado e envidado esforços para fomentar projetos para a criação, a estruturação e o fortalecimento das Escolas Bilíngues de Surdos (EBS). Em 2021, o MEC, em articulação com as Secretarias de Educação, firmou parcerias para implementação de seis escolas especializadas de surdos, sendo quatro reformas e duas construções, com um investimento de R\$ 13 milhões. Além disso, o MEC firmou parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), para a oferta de Cursos de Formação Continuada de professores, gestores, estudantes e profissionais da educação bilíngue de surdos. Em 2021, em parceria com cinco IFEs, foram ofertadas 4,1 mil vagas com recursos no valor de R\$ 2 milhões.

Para melhorar o índice de cobertura do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o MEC revitalizou o Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos, com o aporte de aproximadamente R\$ 354 milhões nos anos de 2020 e 2021. Em 2021, atendeu a 4,6 mil escolas, beneficiando cerca de 113,8 mil estudantes, com investimentos de aproximadamente R\$ 100 milhões por meio do PDDE. Esses recursos destinaram-se a montagem de novas salas ou reequipagem das salas já existentes. No que diz respeito à Educação Especial, conforme o Censo Escolar 2020, o número de matrículas de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 4 a 17 anos, atingiu o total de 1.063.496 matrículas.

Em 2021, todas as etapas de ensino contaram com a intensificação de programas de formação de professores e gestores educacionais que, como facilitadores e articuladores do conhecimento, representam o ponto fundamental de todo o processo. Foram elaborados e disponibilizados materiais e recursos em formato digital, além da realização de fóruns on-line. Assim, o MEC disponibilizou várias formações gratuitas e autoinstrucionais no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC – Avamec, destinadas a professores e gestores de toda a educação básica. Nesse contexto, destaca-se a Formação Continuada para Profissionais da Educação Infantil, lançada em outubro de 2021, que registrou, até janeiro de 2022, cerca de 9,7 mil profissionais certificados e mais de 100 mil profissionais participantes do curso.

Merecem destaque também em 2021, a instituição do Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil (LabInova), com a finalidade de fortalecer e apoiar professores e estudantes para ampliar o processo de ensino-aprendizagem com base no tripé Educação, Tecnologias e Inovação; e o lançamento do Laboratório de Criatividade e Inovação da Educação Básica – LabCrie, com o objetivo de equipar um laboratório em cada uma das unidades da Federação, destinado à formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias, inovação e robótica. Até dezembro de 2021, já tinham aderido ao Programa 24 unidades da Federação.

Além disso, em 2021, diante do cenário provocado pela pandemia da Covid-19, o MEC, por meio da Capes, preocupou-se em manter a continuidade e a oferta de cursos de qualificação e capacitação para professores da educação básica, com investimento total de R\$ 547,7 milhões em bolsas e custeio nos seguintes programas e ações voltados para formação inicial: Residência Pedagógica; Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor); e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Relativamente à educação profissional e tecnológica, conforme dados do Censo Escolar 2020, o número absoluto de matrículas em EPT de nível médio foi de 1.901.477 matrículas, 18,9% delas na Rede Federal. O dado mais recente e consolidado sobre as matrículas em cursos de qualificação profissional é referente ao ano de 2019 e está disponível no Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica. Naquele ano, foram registradas 682.929 matrículas. O MEC apoia a gestão administrativa, financeira e técnica e o desenvolvimento de ações para o funcionamento e a qualidade dos cursos ofertados nas 670 unidades das 41 Instituições Federais da Rede EPCT, distribuídas entre as 27 unidades federativas do País. Em 2021, foram empenhados R\$ 1,4 bilhão para garantir o funcionamento, com qualidade, dos IFs. No âmbito das ações de fortalecimento da Rede Federal EPCT, o MEC disponibilizou o repasse de recursos com a finalidade de concluir as obras em execução; adquirir equipamentos e mobiliário; e para as obras de acessibilidade. As instituições receberam R\$ 109,8 milhões destinados ao apoio de 148 ações, elencadas como prioritárias. Soma-se a esse apoio o recurso empenhado diretamente por cada Instituição Federal, que totalizou R\$ 101,6 milhões. Registra-se que, em 2021, foram iniciadas 219 obras e outras 239 foram concluídas.

Lançado em 2020 pelo MEC, o projeto Alunos Conectados permitiu a oferta de conectividade aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação. O investimento no projeto foi de R\$ 11,6 milhões, com atendimento de 160,2 mil estudantes de Universidades e Institutos Federais.

Em relação ao Ensino Superior, a Rede Federal de Educação é formada por 69 Universidades (Rede Federal de Educação Superior) e 41 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal EPCT). Essas 110 instituições federais amparam 6.669 cursos de graduação, com 1.254.080 estudantes matriculados e uma média de 335 mil novos ingressantes matrículas/ano (entre 2018 e 2020). Durante o período de 2018 a 2019, apenas na Rede Federal, foram 425.061 concluintes nos cursos de graduação. A taxa bruta de matrícula na Graduação no Brasil era de 34,6%, em 2017, e alcançou a marca de 40,7%, em 2020.

No primeiro semestre de 2021, foram 2,4 milhões de inscritos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para mais de 200 mil vagas ofertadas. Enquanto no segundo semestre foram 697 mil inscritos para as 62,3 mil vagas disponíveis. O Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferece bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50%), em instituições de educação superior não gratuitas. Foram mais de 311 mil inscritos no Programa no

primeiro semestre de 2021 para as 162.806 bolsas ofertadas. No segundo semestre, o Prouni recebeu mais de 287 mil inscritos para 134.853 bolsas. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) recebeu cerca de 480 mil inscrições, resultando em quase 46 mil contratos firmados. Uma ação importante do MEC foi a renegociação de débitos de contratos do Fies firmados até o segundo semestre de 2017. Como resultado dessa medida, 39,3 mil pessoas poderão ser beneficiadas com o parcelamento de suas dívidas, com a retirada da situação de inadimplência e, conseqüentemente, com a regularização de suas situações junto aos cadastros devedores, minimizando, assim, o impacto econômico da pandemia para eles.

Além das ações para acesso ao ensino superior, o MEC também assegurou mais de R\$ 1 bilhão para atendimento aos programas de assistência estudantil em 2021. No âmbito do Programa de Bolsa Permanência (PBP), em 2021, foram concedidas bolsas a 26.190 estudantes: 15.773 nas IFEs e 10.417 por meio do PBP-Prouni, com recursos que totalizam R\$ 152,4 milhões. Além disso, em 2021, foram alocados R\$ 852 milhões para execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), recurso alocado diretamente nas Universidades Federais para atender aos alunos de baixa renda matriculados.

Quanto à Residência Médica, modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização em serviço (pós-graduação lato sensu), os dados apurados de 2021 mostram que foram ofertadas 9,2 mil bolsas. Na Residência Multiprofissional, destinada às profissões da saúde, foram ofertadas 4,4 mil bolsas. Os recursos empenhados nas ações de Residência em Saúde (médica e multiprofissional) totalizaram R\$ 654,6 milhões em 2021.

No exercício de 2021, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) atuou na gestão dos Hospitais Universitários vinculados às universidades federais, por meio das ações fomentadas pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), e com recursos destinados ao funcionamento da empresa e de seus hospitais filiados, ao ensino e à pesquisa em saúde. A Ebserh executou R\$ 508,1 milhões no âmbito do Rehuf, esses recursos foram destinados ao apoio das atividades assistenciais e de recuperação da capacidade de oferta de serviços de saúde pelos Hospitais Universitários Federais (HUFs), bem como à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, realização de reformas e obras de adequação e ampliação da infraestrutura física e renovação do parque tecnológico. A Ebserh também atua na formação e na geração de conhecimentos na área da Saúde. Atualmente, a empresa oferece cerca de 8 mil vagas de residências médica e multiprofissional distribuídas em 1.046 programas, além de ser campo de prática para cerca de 51,5 mil estudantes, de graduação e ensino técnico, na área da saúde, em 32 universidades federais. Ademais, o número de preceptores voltados aos programas de residência cadastrados na Rede é de 13.748, sendo 9.893 de residência médica e 3.855 de residência multi/uniprofissional.

No campo da pós-graduação, em 2021, o Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), concedeu cerca de 93,2 mil bolsas de estudo e pesquisa no País, sendo mais de 42 mil de mestrado, aproximadamente 47 mil de doutorado e 4 mil de pós-doutorado, entre outras, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões, entre bolsas e custeio para a pós-graduação, o que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação. Contabilizando também as 3,1 mil bolsas no exterior, alcança-se mais de 96 mil bolsas para formação em nível de pós-graduação.

Por meio dos programas estratégicos chamados de Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG), a Capes promoveu ações voltadas para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento de pesquisas em áreas ainda incipientes no País, buscando a redução dessas assimetrias com o investimento de até R\$ 12,9 milhões. O PDPG – Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira apoia 30 projetos voltados ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico dessa região, que serão desenvolvidos ao longo do quadriênio 2021-2024. Em 2021, foram investidos R\$ 250,1 mil para o financiamento de 60 bolsas.

Houve continuidade do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias. Lançado em 2020 e iniciado com a Ação Emergencial (1.189 bolsas e investimento de R\$ 83,1 milhões), teve três editais publicados naquele ano: Combate a Epidemias; Fármacos e Imunologia; e Telemedicina e Análise de Dados Médicos, os quais selecionaram 109 projetos com investimento de R\$ 94,1 milhões.

Já para o Portal de Periódicos, a Capes trouxe uma nova interface, mais moderna e intuitiva, que facilita a pesquisa e o acesso à informação científica pelos usuários da maior base para a pesquisa do País. Em 2021, o Portal de Periódicos disponibilizou conteúdos científicos para 434 Instituições de Ensino Superior de todo o País, tendo registrado mais de 160,6 milhões de acessos.

Ainda no campo da educação, cabe destacar as atividades associadas a Exames e Avaliações Educacionais realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Ainda com o desafio das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, mas com protocolos de biossegurança mais estruturados, o Inep realizou os exames, as pesquisas, as avaliações e os censos educacionais previstos para 2021. O Instituto produziu também as estatísticas anuais da educação básica e da educação superior, mantendo a qualidade e periodicidade de suas publicações e estudos.

Em 2021, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi realizado regularmente apesar da continuidade da situação de pandemia, não registrando intercorrências em sua aplicação. Foram 3,39 milhões de inscrições, 3,32 milhões para as provas impressas e 69 mil inscritos para o Enem digital. Também foi aplicado com sucesso o Enem PPL 2021 para 54,2 mil pessoas privadas de liberdade ou sob medida socioeducativa que incluía privação de liberdade. A edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – 2021 também foi aplicada em todo o País sendo avaliados cerca de 6 milhões de estudantes, alcançando 255 mil turmas de 116 mil escolas. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), aplicado em agosto de 2021, registrou 1,6 milhão de inscritos, sendo 1,3 milhão para o ensino médio e 300 mil para o ensino fundamental. Em 2021, o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), composto por provas escrita e oral, foi aplicado para 4.980 estrangeiros em 91 postos aplicadores, 37 no Brasil e 54 no exterior.

O Inep também desenvolve, em parceria com países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior. Em 2021, o Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS – *Progress in International Reading Literacy Study*) foi aplicado pela primeira vez no Brasil, para 6,3 mil estudantes do 4º ano do ensino fundamental de 193 escolas (públicas e privadas) de todas as regiões. Como reflexo das dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia de Covid-19, os países-membros e associados à OCDE decidiram adiar a avaliação 2021 do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) para 2022 e do Pisa 2024 para 2025.

No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) foi aplicado com sucesso para cursos de 30 áreas do conhecimento vinculadas ao ano II do ciclo avaliativo. Foram inscritos no Exame 489.958 estudantes concluintes de 8.009 cursos de graduação dos graus de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. As avaliações in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior continuaram, em 2021, a ser impactadas pela pandemia da Covid-19. Diante da impossibilidade de realizações presenciais dessa avaliação, foi instituída, em abril de 2021, de forma emergencial e temporária, a Avaliação Externa Virtual in loco. Com esse novo cenário, foi possível minimizar os impactos e realizar 3.583 avaliações in loco, sendo 3.008 de forma virtual e 575 de forma presencial. Cabe registrar que, em 2021, atingiu-se um número recorde de inscritos no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) – edição 2020, com a participação de 15.580 candidatos.

No tema da Proteção à Vida e Direitos Humanos, houve o aporte financeiro de R\$ 28,3 milhões nos canais de atendimento destinados a receber denúncias de violação de direitos e de violência contra mulheres (Disque 100 e Ligue 180), possibilitando o atendimento de 7,3 milhões de pessoas que realizaram 314 mil denúncias aos órgãos públicos responsáveis.

Destaca-se ainda o Cadastro-Inclusão e ações de qualificação e capacitação desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em 2021, mais de 2 milhões de pessoas foram alcançadas com investimento de aproximadamente R\$ 197 milhões. Além disso, cerca de 107 milhões de pessoas serão beneficiadas com a equipagem de Conselhos de Direitos que ocorreu em 997 municípios em 25 estados e o Distrito Federal.

Com relação à adesão a programas e projetos de fortalecimento no âmbito familiar foram investidos cerca de R\$ 5 milhões por meio dos Programas Famílias Fortes, Programa de Equilíbrio Trabalho-Família e pela Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares, através do Decreto nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020.

Em 2021, foi realizado o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares com a finalidade de aprimorar, integrar e qualificar o impacto das ações do Governo Federal sobre vínculos familiares.

Um setor que foi bastante afetado pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19 foi o Turismo. As ações no âmbito do Ministério do Turismo destinadas a promover destinos turísticos foram adiadas, e os esforços foram concentrados em obras de infraestrutura. Aproximadamente 800 projetos como pavimentação asfáltica, revitalização de orlas, reforma de parques e construção de praças públicas foram finalizadas em 2021.

Foi também consolidado o "Selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro" que se propõe a atestar o compromisso com os protocolos de prevenção à Covid-19 a estabelecimentos e profissionais em todo o País. Em 2021 esse número acumulou aproximadamente 30 mil adesões.

Outro destaque foi a oferta de crédito aos empreendedores turísticos, por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur). A suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos por até oito meses e o fim do limite de faturamento para a contratação de financiamentos foram os principais benefícios dessa operação.

Uma importante iniciativa ocorrida em 2021 foi a criação do Portal de Investimentos no âmbito do Ministério do Turismo. A proposta do Portal é unir o setor público e privado interessados em oportunidades de investimento no turismo brasileiro.

Notadamente as plataformas virtuais que promovem cursos e treinamentos foram amplamente difundidas frente às restrições impostas pela pandemia Covid-19. Particularmente o Programa A Hora do Turismo teve uma experiência exitosa na oferta de cursos à distância em 2021, tendo capacitado aproximadamente 35 mil pessoas no setor turístico. O último destaque foi a instituição da Estratégia Nacional de Qualificação em Turismo, que foi inspirada a partir das capacitações virtuais ofertadas. A Estratégia envolve 30 rotas do País, abrange quase 160 municípios e resulta em mais de 800 horas-aulas.

Já no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional do Consumidor-SENACON do Ministério da Justiça e Segurança Pública continua mantendo em 2021 o serviço público de resolução alternativa de conflitos de consumo pela internet para todo o Brasil, por meio do site Consumidor.gov.br. O serviço está baseado na ação integrada entre os órgãos do governo federal, gestores e empresas participantes. Em 2021, 183 novas empresas aderiram ao serviço e 1.434.101 reclamações foram finalizadas. O índice médio de solução das empresas é de 78%, e as reclamações são respondidas em um prazo médio de 8 dias.

No ano de 2021 destaca-se também o monitoramento da SENACON relativo aos segmentos de turismo e transporte aéreo, setores amplamente afetados em decorrência da pandemia do Covid-19. Em 2021, ainda foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica para adesão ao Consumidor.gov.br com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Ministério do Turismo, Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD com vistas a ampliar a utilização do Consumidor.gov.br. O que se pretende com a gestão desta política é que a plataforma funcione como uma alternativa aos canais clássicos estatais, sobretudo ao Poder Judiciário.

Após redesenho dos processos de gestão de ativos, iniciado em 2019, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD promoveu sua própria reestruturação: implantou novo modelo de contratação de leiloeiros em todo Brasil; celebrou parcerias com outros órgãos; e fomentou a instituição de estruturas orgânicas de apoio à SENAD em todas as unidades da federação. Como resultado do novo modelo operacional, foram realizados 244 (duzentos e quarenta e quatro) leilões em 2021. Esse total é mais de 22 vezes superior à quantidade de leilões realizada em 2019 (11 leilões) e duas vezes maior que a quantidade realizada em 2020 (122 leilões).

Com relação às ações de destinação de ativos, foram destinados 4.654 itens incluindo veículos, imóveis, aeronaves, semoventes, joias, eletrônicos e diversos outros bens, número superior ao valor alcançado em 2020 (4.424 bens destinados) aumentando substancialmente os recursos financeiros decorrentes.

Cabe destacar que a Receita de Gestão de Ativos- RGA, que inclui os valores dos bens patrimoniais que após serem apreendidos, foram destinados a órgãos que atuam diretamente em favor da política sobre drogas no Brasil. Em 2021, registrou-se a RGA de R\$ 360 milhões, superando a meta estabelecida para o ano de 2021, que foi de R\$ 250 milhões. O montante alcançado em 2020, exclusivamente a título de receita financeira, foi de R\$ 134 milhões. Contudo, considerando que o conceito de RGA passou a ser adotado formalmente pela SENAD ao final de 2020, pode-se dizer que a RGA 2020 tenha superado R\$ 192 milhões, se somarmos também a receita patrimonial referente a bens doados e custodiados a outros órgãos ao longo daquele ano.

Visando Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça por meio da 'Análise de processos de naturalização', o Departamento de Migrações superou a meta estabelecida para 2021 de 51,70%, tendo sido recebidos 8.771 processos de naturalização e decididos 5.663, totalizando o resultado positivo de 64,56%. Destaca-se que em novembro de 2020 foi implementado o Sistema Naturalizar-se, que passou a ser o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização, tornando o processo mais ágil e simplificado. Como consequência da simplificação do processo e prestígio ao direito de petição, houve aumento do fluxo de recebimento de pedidos, sendo recebidos, por exemplo, no ano de 2020, 4.444 processos, ao passo em que, em 2021, foram recebidos 8.711 processos, o que importa em um aumento de quase 100%.

Atualmente, regulamentada pela Portaria MJ nº 502 de 23 de novembro de 2021, a Classificação Indicativa é informação aos pais acerca do conteúdo que pode não ser recomendado a determinadas faixas etárias e atinge a programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico (DVD), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG e vídeo por demanda (VOD). Para que fosse realizado o cumprimento da meta, a área realizou ajustes nos fluxos de análise, simplificando o relatório de atribuição da classificação indicativa de obras, sobretudo para aquelas de exibição única (longa, média e curtas-metragens). Neste sentido, e em razão desta melhoria, a área conseguiu reduzir o tempo de finalização de cada obra em aproximadamente 30%, dando fôlego para a Coordenação de Política de Classificação Indicativa - CPCIND. Assim mesmo, observa-se uma variação de demanda, em razão da época do ano. Há alguns períodos em que o mercado do audiovisual é mais ativo e outros menos intensos, em que a equipe instrui processos elegíveis e não somente os que são resultados de inscrição processual. Desta forma, em 2021 foram feitas 15.319 análises sendo que 86% eram com inscrição processual e entrega obrigatória e 14% de processos elegíveis ou discricionários, ou seja, a média anual (2021) informa que a equipe dedicou 86% de sua capacidade de trabalho para a realização dos processos obrigatórios e 14% para as obras elegíveis.

No ano de 2021, O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade analisou 611 Atos de Concentração- AC de um total de 627 notificados, ou seja, 97,44% do estoque de ACs do ano. Vale ressaltar que dos 611 Atos de Concentração analisados pelo CADE, 527 foram pelo rito sumário, com prazo médio de 20,3 dias. Já os casos ordinários foram decididos, em média, em 113,7 dias. Assim, mesmo os casos de maior complexidade foram analisados pela Autarquia em um prazo consideravelmente inferior ao estabelecido na Lei de Defesa da Concorrência. Cabe ressaltar que em 2021 houve um acréscimo de 33% de notificações de Atos de Concentração e de 34,6% na análise dos mesmos em relação a 2020.

No âmbito da Polícia Federal, a unidade conseguiu superar o número planejado de operações de polícia judiciária para o exercício de 2021, alcançando o total de 5.169 operações deflagradas. Dentre os principais resultados dessas ações estão: a) 9.061 Mandados de Busca e Apreensão cumpridos; b) 10.052 Mandados de Prisão cumpridos; c) 2.044.444 pés de maconha erradicados; d) Mais de 2100 armas apreendidas; e) 1,9 bilhão de potencial prejuízo evitado à União, em se tratando de crimes previdenciários; f) 24 operações especiais deflagradas no contexto de repressão e combate a crimes ambientais e contra as comunidades indígenas, todas elas executadas no interior de terras indígenas em todas as regiões do Brasil. Trata-se de incremento na ordem de 42% do quantitativo operacional em relação ao ano anterior; g) 47 operações policiais especiais no contexto de repressão e combate ao crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CP), o que representa um surpreendente aumento na ordem de 470% do quantitativo operacional em relação ao ano anterior.

Na Polícia Rodoviária Federal - PRF foram realizadas ao todo 5.169 operações de fiscalização e combate à criminalidade. A título de exemplificação dos resultados obtidos, sobressaem: a) apreensão de 583,6 toneladas de maconha e 40,2 toneladas de cocaína/cloridrato de cocaína, representando um aumento de 33% da quantidade apreendida no ano anterior, que corresponde num prejuízo financeiro estimado às organizações criminosas na ordem de 2,3 bilhões; b) apreensão de aproximadamente 78,9 milhões de pacotes de cigarros descaminhados; c) detenção de mais de 43 mil pessoas; d) 2.272 armas, 107,5 munições e mais de R\$ 41 milhões em espécie foram retirados de circulação, diminuindo os recursos das organizações criminosas, minimizando confrontos armados e saturando áreas estratégicas, seja pela presença ostensiva das forças de segurança ou pelo controle por meio de recursos tecnológicos; e e) recuperação e devolução aos seus proprietários mais de 11 mil veículos objetos de furto ou roubo, cerca de 25% a mais que no exercício de 2020.

Em apoio às ações para combate à extração ilegal ou excessiva de fauna e flora silvestres, e alinhado à agenda de biodiversidade, em 2021 foram resgatados, em fiscalizações nas rodovias federais, mais de 18 mil animais silvestres, e apreendidos, aproximadamente, 36 mil m³ de madeira em situação irregular.

No âmbito das operações integradas, a Secretaria de Operações Integradas-SEOPI ao longo de 2021 coordenou, planejou e executou 37 operações integradas no País, com vistas ao enfrentamento ao crime organizado e combate aos crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital, e outros.

A SEOPI também inovou no combate aos crimes ambientais, por meio da Operação Guardiões do Bioma, que conta com cerca de 11 mil profissionais atuando na região da Amazônia, Cerrado e Pantanal. Foram combatidos 17 mil incêndios florestais, realizadas mais de 3.000 ações preventivas, resgatados mais de 1.500 animais e mais de 5 mil m³ de madeira foram apreendidos.

Na vanguarda do combate à exploração sexual de criança e adolescente, a Seopi vem atuando por meio de cinco operações integradas (Operação Acalento, Parador 27, Operação Luz na Infância – Fase 8, Pirataria Digital e Operação 404.3), que contou com a participação das 27 Unidades Federativas, obtendo os seguintes resultados: foram atendidas 26.506 vítimas; mais de 1600 pessoas presas; 509 mandados de prisão cumpridos; 115 mandados de busca e apreensão de menor cumpridos; 367 mandados de busca e apreensão domiciliar cumpridos; 999 Autos de Prisão em flagrante lavrados; 8.808 inquéritos policiais instaurados; 5.109 inquéritos policiais concluídos; 1.674 termos circunstanciados de ocorrência lavrados; 1.705 medidas de proteção às vítimas solicitadas; e 22.143 visitas e diligências policiais realizadas em mais de 1.454 municípios. Ainda, aumentou o combate à violência contra a mulher, por meio de duas operações integradas (Maria da Penha e Resguardo), com a participação das 27 Unidades Federativas, apresentando cerca de: 316.298 mil vítimas atendidas, 51.551 mil denúncias apuradas, 68.210 inquéritos instaurados, 47.136 inquéritos concluídos, 1.431 mandados de busca e apreensão cumpridos, 2.582 mandados de prisão cumpridos, 24.565 pessoas presas, 1.367 armas apreendidas e 101.707 Medidas Protetivas de Urgência solicitadas.

Com vistas ao combate à violência contra o idoso, deflagrou a Operação Vetus II, que envolveu 26 unidades federativas, abrangendo 2.399 municípios, resultando na apuração de 15.863 denúncias, com atendimento de 17.250 vítimas, instaurados 2.518 inquéritos policiais, solicitadas 1.139 medidas protetivas e lavrados 8.420 boletins de ocorrências circunstanciados.

Já a Operação Horus – eixo do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas - V.I.G.I.A. foi desencadeada em 13 estados de fronteira e divisas, resultando na prisão de 7.800 pessoas, apreensão de 592.357,52 kg de drogas, 2.037 armas de fogo e R\$ 2.569.521.854,29 de prejuízo estimado aos criminosos. No combate ao crime organizado, destaca-se a Operação Narco Brasil, deflagrada em junho, em alusão à Semana Nacional de Combate às Drogas e a Operação Cangalha, voltada ao combate ao crime organizado na região Nordeste do País, que juntas, essas duas operações, resultaram em 330.735,83 kg de drogas apreendidas, 10.638 pessoas presas, 4.002 armas de fogo e 21.965 munições apreendidas, 5.975 inquéritos policiais instaurados e 4.019 inquéritos policiais concluídos.

Foram diversas ações na área de Operações Cibernéticas, dentre as quais destaca-se a Operação Brick, que teve como objetivo desarticular organizações criminosas dedicadas à prática de crimes de pirataria em video-games, foram cumpridos 07 mandados de busca e apreensão, 34 bloqueio e/ou suspensão de sites e exclusão de perfis em plataformas de comércio eletrônico.

No ano de 2021, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, efetivou a atuação da Força de Cooperação Penitenciária em benefício do sistema prisional do Estado de Roraima, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Informa-se que a presente ação se encerrou em novembro de 2021. A ação em questão mostrou-se ter sido transformadora da realidade do sistema prisional estadual, sobretudo porque atuou em 03 frentes: implementação de protocolos de segurança e rotina carcerária, mediante contundente contenção da atuação contínua do crime organizado; melhoria e aumento expressivo nas assistências garantidoras de direitos fundamentais da população carcerária; e capacitação e treinamento de agentes públicos estaduais. Os resultados mais relevantes foram: a cessação de mortes e da prática de crimes no ambiente interno da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo; a cessação de inúmeras fugas que ocorriam com elevada frequência e que preocupava a população contribuindo na drástica redução dos índices de crimes graves extra-muros; o efetivo isolamento de lideranças criminosas; a manutenção de ordem e disciplina em níveis bem mais acentuados; a significativa melhora na promoção de assistências à população carcerária; a promoção de condições para a reforma e construção de unidades prisionais. Foi possível ainda, realizar o treinamento e capacitação dos servidores que realizaram o curso de formação em 2021, contribuindo para a sustentabilidade na manutenção das melhorias pelo ente federativo. Em dezembro de 2021, houve ainda o emprego da Força de Cooperação no DF, na PFBRA, visando treinamento e sobreaviso.

Já em relação a atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, no contexto do Projeto Piloto “Em Frente Brasil”, foi proposta uma metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta baseada na realização de diagnósticos locais capazes de identificar problemas e causas críticas que contribuam para a elevação dos indicadores de criminalidade violenta. No ano de 2020 essa metodologia inicial foi aplicada em cinco municípios do território nacional (Ananindeua-PA, Cariacica-ES, Goiânia-GO, Paulista-PE e São José dos Pinhais-PR), elaborando-se tais diagnósticos com apoio dos Institutos Federais de Educação e os respectivos planos locais de segurança. A partir de tal experiência foi produzido conhecimento sistematizado objetivando a qualificação da metodologia de forma a viabilizar a construção de um programa nacional escalável, exequível e convergente com o novo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituído pelo Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021, contemplando ajustes apontados pelos órgãos de controle em relação à versão anterior, instituída pelo Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018. Com base no Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado pelo MJSP, por meio da SENASP, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, em 31 de dezembro de 2020, foram desenvolvidos e contratados produtos específicos para materializar a aplicação da metodologia.

Com relação à Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, a política de Promoção ao Etnodesenvolvimento, que busca promover a segurança alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos disponíveis e a melhoria das condições de acesso dos povos indígenas às economias de mercado e geração de renda, teve impactos sensíveis na diminuição dos gastos com saúde e assistência. No ano de 2021 essa política alcançou 278 Terras Indígenas, o que representa um aumento de 22% em relação ao ano anterior. No exercício de 2021 houve predominância de atuação na Região Norte do País, com atendimento a 101 Terras Indígenas.

A política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais visa a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas, essenciais à reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações de povos indígenas. No ano de 2021 essa política alcançou 107 Terras Indígenas, mais que o dobro de Terras atendidas no exercício anterior. Assim como em 2020, houve predominância de atuação na região Norte do País, com atendimento a 31 Terras Indígenas.

A política de Proteção Territorial emprega esforços no combate às invasões, ao desmatamento e à degradação ambiental. O combate aos ilícitos ambientais, coadunados com ações de prevenção, contribui para a manutenção dos benefícios ambientais, sociais e econômicos advindos dos serviços ambientais proporcionados por ecos-

sistemas conservados. Em 2021 foram alcançadas 92 Terras Indígenas. As regiões onde houve maior número de ações foram a região Nordeste, com 40 Terras alcançadas, e a região Norte, com 32 Terras alcançadas.

A política de Proteção e Promoção dos Direitos aos índios isolados e de recente contato tem como objetivo a proteção dos territórios ocupados por grupos indígenas isolados e de recente contato, de modo a proteger seu modo de vida, por meio da elaboração de propostas de restrições de uso, regularização fundiária e realização de atividades contínuas de fiscalização e monitoramento territorial. No exercício de 2021 foram alcançadas 11 Terras Indígenas, com predominância na região Norte, onde se dá a maior concentração de povos isolados do País.

A política de Promoção da Cidadania visa apoiar, qualificar e acompanhar políticas, programas e ações referentes às dimensões de gênero e intergeracional, promovendo e protegendo os direitos das mulheres, da criança, da juventude e da velhice indígena, em especial a participação, acompanhamento e subsídios técnicos para os processos educativos comunitários tradicionais indígenas que valorizam seus conhecimentos, saberes e práticas tradicionais, assim como memórias, línguas, culturas e identidades dos diversos povos indígenas no Brasil. No ano de 2021, essa política triplicou o número de Terras atendidas, alcançando 149 Terras Indígenas. As regiões com maior atendimento foram a região Norte, com 56 terras alcançadas, e a região Nordeste com 36 Terras Indígenas alcançadas.

Por fim, a política de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais consiste na articulação e execução de projetos e ações com os órgãos dos Três Poderes e instituições do Sistema Único de Assistência Social, visando a qualificação do atendimento socioassistencial e previdenciário e a promoção da acessibilidade aos programas de transferência de renda, considerando as especificidades dos povos indígenas. No exercício de 2021, essa política atendeu 388 Terras Indígenas. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, tem-se um aumento de 25% em 2020 para 27% em 2021 em relação ao total de terras indígenas alcançadas.

No total, as políticas supramencionadas atenderam 546 Terras Indígenas em 2021, o que representa o alcance de 73,09% das Terras Indígenas do País, sendo que, 234 Terras foram atendidas por mais de uma política, a exemplo, da Terra Indígena Yanomami, que foi atendida pelas políticas de Promoção da Cidadania, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, Etnodesenvolvimento, Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Proteção e Promoção dos Direitos Sociais; e da Terra Indígena Cachoeira Seca, atendida pelas políticas de Promoção da Cidadania, de Proteção e Promoção dos Direitos Sociais, de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Isolados e de Recente Contato e de Etnodesenvolvimento. Excluídas as duplicidades entre as políticas indígenas, e considerando o biênio 2020 - 2021, a Fundação já atendeu 602 Terras Indígenas, o que equivale a 80,51% do total de Terras.

Eixo Econômico

O Estado brasileiro deve promover a sustentabilidade do sistema previdenciário a fim de preservar os benefícios destinados à cobertura dos diferentes riscos que afetam a capacidade para o trabalho dos seus cidadãos. A busca pela melhoria da qualidade dos serviços prestados pela estrutura da previdência social justifica-se pelo seu efeito no bem-estar dos segurados. Cabe lembrar que os segurados geralmente recorrem à previdência social quando acontece alguma contingência em suas vidas (por exemplo, doença ou morte de familiar) ou quando preenchem as condições para a aposentadoria, após muitos anos de trabalho. Nessas situações, é importante que o serviço disponível ao cidadão atenda às suas necessidades e às suas expectativas, de acordo com limites e critérios estabelecidos na legislação. A percepção da sociedade acerca da qualidade do atendimento é também um elemento importante para a manutenção do apoio político para as políticas públicas. Novos desafios apresentam-se após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, em novembro de 2019. Embora os dois últimos anos tenham sido atípicos, podemos citar algumas realizações importantes.

A revisão de todo o Regulamento da Previdência Social, sem dúvida, é um grande resultado. Com a publicação do Decreto 10.410, em junho de 2020, diversos dispositivos do Decreto nº 3048, de maio de 1999, foram atualizados

de acordo com os novos marcos constitucionais. O Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021, determinou a centralização das atividades de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos civis da União. O Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos extintos (Decipex) ficou encarregado de centralizar os benefícios da administração direta e o INSS, da administração indireta. O INSS poderá se tornar a entidade gestora única do RPPS da União, conforme o Projeto de Lei Complementar nº 189, apresentado pelo Poder Executivo em 11 de novembro de 2021, em atendimento ao disposto no § 20 do artigo 40 da Constituição Federal e no § 6º do art. 8º da Emenda nº 103. Caso aprovada, a proposta deve conferir maior eficiência às atividades do RPPS e melhorar a qualidade dos serviços. Além disso, a padronização dos processos inibirá a criação de privilégios e reduzirá a margem para erros e fraudes.

No que se refere aos RPPS dos entes federativos subnacionais, que não foram diretamente afetados pela reformulação promovida pela Emenda nº 103, destaca-se que grande parte dos estados e alguns municípios revisaram suas alíquotas de contribuição, as regras de acesso e as fórmulas de cálculo dos benefícios previdenciários dos servidores. Essas iniciativas têm sido incentivadas pela Secretaria de Previdência, tendo em vista sua relevância para a sustentabilidade da previdência social. Cumpre mencionar ainda as atividades de fiscalização que visam verificar a conformidade do Regime Próprio de Previdência Social e as certificações emitidas no âmbito do programa Pró-Gestão.

Também foi promovida atualização da metodologia do Indicador de Situação Previdenciária, que visa dar maior transparência sobre a situação dos RPPS dos entes subnacionais, bem como incentivar a promoção de reformas e a melhor gestão desses regimes. Foram editados atos normativos para estabelecer requisitos para os gestores dos RPPS, operacionalizar a compensação previdenciária entre regimes (com impactos positivos esperados para o RPPS da União) e fixar novos parâmetros para a taxa de administração dos RPPS.

Ainda em relação aos regimes próprios, destaca-se a entrada em funcionamento do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social em 2020, possibilitando a participação de representantes de todo o segmento na definição de políticas, diretrizes e parâmetros previstos nas normas gerais desses regimes.

A Emenda nº 103 determinou que os estados e municípios com RPPS devem instituir Regime de Previdência Complementar no prazo de dois anos, para então limitar o valor dos benefícios de acordo com o teto do Regime Geral de Previdência Social. Ciente da dificuldade dos entes federativos menores, que não possuem escala suficiente para manter uma entidade fechada de previdência complementar, a Secretaria tem buscado viabilizar alternativas, como o multipatrocinio e a oferta de planos por entidades abertas de previdência complementar.

As normas e o leiaute do eSocial passaram a contemplar o envio das informações dos segurados dos RPPS, possibilitando a formação de um cadastro único nacional e a atuação para melhoria da gestão e do combate às fraudes. A implantação do eSocial no setor público encontra-se em andamento. Ainda, diversas ações foram tomadas para efetivar as alterações promovidas pela Lei nº 13.846/2019, em especial o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), que terá significativo impacto na redução de fraudes e irregularidades, com relevantes ganhos fiscais esperados. Mais de 80.000 auxílios por incapacidade temporária sem data de cessação fixada foram revisados em 2021.

A Secretaria de Previdência passou a compor o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, com diversas ações voltadas à melhor preparação para aposentadoria, incentivando a formação de poupança previdenciária. No que se refere à qualidade dos serviços, deve-se destacar que a pandemia do novo coronavírus trouxe desafios significativos para o atendimento tempestivo aos segurados, especialmente devido ao número elevado de servidores em regime de trabalho remoto e ao fechamento das Agências da Previdência Social. Nesse contexto, diante da impossibilidade do atendimento presencial, a Secretaria regulamentou as antecipações de benefícios por incapacidade. Posteriormente, uma vez que a pandemia se estendeu por mais tempo do que o inicialmente previsto, a Secretaria regulamentou a conversão das antecipações em benefícios definitivos, desde que observadas algumas condições, sem a necessidade de perícia presencial. Esse contexto impulsionou a agenda de modernização do atendimento no âmbito da Secretaria de Previdência e do INSS.

Para alcançar o equilíbrio fiscal de forma a favorecer o crescimento econômico, a meta estabelecida do Programa "Política Econômica e Equilíbrio Fiscal" visa "Preservar a execução das despesas primárias pagas do Poder Executivo dentro do limite individualizado estabelecido no Art. 107 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal".

A meta do Programa foi alterada em 2021 para a descrita no parágrafo acima e passou de quantitativa para qualitativa. As despesas sujeitas ao teto totalizaram 98,1% do limite atualizado, conforme estabelecido pelo EC nº 95/2016: Despesas apuradas = R\$ 1.458.406 milhões; Limite atualizado EC nº 95/2016 = R\$ 1.485.936 milhões.

A partir de 2021, o Programa passou a contar com 8 Resultados Intermediários, quatro dos quais dispõem de indicadores compostos por quantidades de grades, ou relatórios, ou boletins produzidos no ano. No que se refere aos resultados intermediários quantificáveis, são:

- Redução de gastos com pessoal ativo civil em relação ao ano anterior, cuja meta para 2021 era alcançar uma redução de 0,40%, mas na verdade, houve um aumento dessas despesas em 1,6%;
- Redução das despesas com custeio administrativo da Administração Pública Federal, cujo valor apurado em 2021 atingiu o montante apurado de R\$ 6,1 bilhões, frente a uma meta de R\$ 0,91 bilhões;
- Melhoria no Resultado Orçamentário dos Entes, cujo valor apurado em 2021 atingiu o montante de R\$ 45,0 bilhões. Este RI reflete o resultado orçamentário consolidado dos estados, dado pela diferença entre receitas e despesas orçamentárias, e busca mensurar o esforço discricionário dos estados para alcançar a sustentabilidade fiscal da Federação;
- 'Redução no montante de execução suspensa em relação à carteira de haveres financeiros da União (com Estados e Municípios)': A meta prevista para 2021 era atingir o percentual de 3,84%. Ocorre, entretanto, que no decorrer do ano de 2021 houve alterações legislativas do Regime de Recuperação Fiscal – RRF, obrigando o Estado do Rio de Janeiro, responsável pela maior parte das pendências jurídicas – PJ (dívidas com execução suspensa), retomasse o processo de adesão ao RRF, se apoiando ainda em decisão judicial suspendendo os pagamentos de dívidas durante o processo. Por conta disso, principalmente, ocorreu em 2021 o aumento desse indicador, que atingiu o percentual de 11,29%. O art. 23 da LC 178/2021, estabelece o prazo limite para renegociação de dívidas com execução suspensa até 30 de junho de 2022, havendo, ainda, a expectativa dos Estados do RJ, MG, RS, AP, MA e RN venham a aderir ao referido Regime até a data fixada na Lei Complementar mencionada. Portanto, meta não atingida e não regionalizável.

Com o intuito de garantir a estabilidade monetária e um sistema financeiro sólido e eficiente, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do País, o Governo Federal tem buscado manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para isso, são adotadas duas métricas ou vertentes de avaliação da estabilidade monetária e da eficiência e solidez do sistema financeiro nacional, quais sejam: a) o indicador variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e b) o indicador de enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização.

Na vertente do objetivo de assegurar a estabilidade monetária, o reporte aponta que o IPCA encerrou 2021 em 10,06%, acima da meta de 3,75% definida para o ano (Resolução nº 4.671, de 26/06/2018), bem como acima do teto de tolerância de 1,5% para mais, extrapolando assim o teto máximo de tolerância, fixado em 5,25%. Ou seja, o valor apurado ultrapassou o teto de tolerância em 4,81%.

Por outro lado, o objetivo do Programa, em relação ao enquadramento e nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, foi alcançado a contento.

Na busca por uma maior inserção do Brasil na economia internacional, com a meta de elevar a corrente de comércio exterior de bens e serviços do Brasil para US\$ 547,8 bilhões em 2023, tem-se que, em 2021, em função da redução dos efeitos da Covid-19, bem como de outros fatores, observou-se uma recuperação considerável nas transações de exportações e importações de bens e serviços. Verifica-se que o valor apurado de US\$ 614,9 bilhões, extrapolou, tanto a meta revisada, como a meta prevista inicialmente, demonstrando a reação do comércio exterior após a fase aguda da Covid-19.

Outros resultados relevantes no âmbito da inserção econômica internacional são:

- Redução das barreiras não-tarifárias – licenças de importação. A meta prevista para 2021 foi de 712.590 unidades e o valor apurado foi de 379.547, o que demonstra que a meta foi atingida, pois neste caso, quanto menor, melhor.
- Redução das barreiras não-tarifárias – atos normativos. A meta prevista para 2021 foi de 87 unidades e o valor apurado foi de 119, o que demonstra que a meta foi extrapolada.
- Desburocratização das operações de Comércio Exterior (COMEX) – o indicador é “Desenvolvimento e implantação do Portal Único de Comércio Exterior”. O valor apurado em 2021 foi de 86%, o que demonstra que a meta foi atingida.

O Programa 2212 – *Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade* obteve um desempenho considerado satisfatório a partir da análise situacional do objetivo, do valor já atingido pela meta e da composição das entregas previstas nos resultados Intermediários.

A meta para o período de quatro anos do PPA 2020 – 2023 foi elaborada com base na posição detida pelo Brasil no *World Economic Forum Report* de 2018 (108ª posição), e visava: “Atingir a 76ª posição no *Global Competitiveness Index-Business Dynamism*” em 2023. Neste sentido, a proposta de trajetória anual para a meta era: 100ª posição em 2020; 92ª em 2021; 84ª em 2022; e finalmente a 76ª posição em 2023.

Porém, de acordo com o relatório publicado em 2019, o Brasil avançou da 72ª posição em 2018 para a 71ª colocação em 2019. Um dos melhores resultados alcançados foi no item “Dinamismo de Negócios – 11º Pilar” (indicador utilizado para atingimento da Meta 050B), que subiu da 108ª posição, em 2018, para a 67ª posição, em 2019. Ou seja, como se constata, a meta prevista para 2023, em relação ao indicador, no que diz respeito à colocação do Brasil no indicador “Dinamismo de Negócios” no PPA 2020 2023, não apenas foi atingida, como foi superada, o que implica na necessidade de revisão das metas para 2022 e 2023.

O valor apurado em 2021 refere-se à mesma apuração de 2020. A SEPEC alega que a meta referente ao Programa 050B não pôde ser apurada em 2021, pois o índice não foi divulgado no último ano. Com a descontinuidade do *Doing Business*, ranking que compunha a métrica utilizada para obter a classificação do índice, o Fórum Econômico Mundial ainda não divulgou as novas métricas a serem consideradas.

No que se refere à redução da Participação do Estado na Economia, a meta do Programa (2209 – *Brasil, Nosso Propósito*) engloba a venda de ativos imobiliários imobilizados, a liquidação ou privatização de estatais federais, bem como a realização de desinvestimentos, nos quais se incluem vendas de participações acionárias da união em empresas, vendas de ativos detidos pelas empresas estatais federais, incluindo vendas de subsidiárias, bem como as devoluções de empréstimos concedidos pela União às empresas estatais, principalmente do setor financeiro.

Nesse sentido, meta deste Programa é: “Desmobilizar, desinvestir e privatizar, gerando receitas e economizando despesas na ordem de R\$ 715 bilhões até 2023”. Em 2021, o Programa alcançou um resultado acumulado de R\$ 123,3 bilhões, sendo R\$ 117,1 bilhões em desinvestimentos, R\$ 5,2 bilhões em liquidações/privatizações; e, aproximadamente, R\$ 1,0 bilhão em desmobilização.

Os resultados representam os três Resultados Intermediários do Programa em questão, quais sejam: Reduzir a participação do Estado em empresas por meio de desinvestimentos; Liquidar e privatizar estatais buscando eficiência para o Estado Brasileiro; e Desmobilizar e alienar ativos imobiliários não necessários ao uso da APF.

Em 2021, foi introduzido na revisão do PPA o Resultado Intermediário "Promover a infraestrutura e a prestação de serviço público por meio da iniciativa privada", o qual alcançou, em 2021, o valor apurado de R\$ 382,4 bilhões, contra uma meta estimada em R\$ 359,0 bilhões.

No que se refere ao Objetivo de Modernizar as relações trabalhistas e promover competitividade e proteção ao trabalhador, destaca-se a atuação na desburocratização e simplificação do marco regulatório trabalhista. Tal iniciativa buscou reunir as regulamentações correlatas em atos normativos concentrados por áreas temáticas, facilitando o acesso a trabalhadores e empregadores. Nesse sentido, foram identificados mais de mil atos normativos entre decretos, portarias e instruções normativas. O trabalho de consolidação foi publicado em 2021. Os decretos e as portarias referentes à legislação trabalhista e à segurança e saúde no trabalho passaram por 10 processos de consulta pública, que contaram ao todo com mais de 6 mil contribuições da sociedade e resultaram na consolidação da legislação infralegal trabalhista em apenas 13 atos normativos.

Também se sobressaiu em 2021 a digitalização dos serviços prestados à sociedade, com a ampla utilização de aplicativos e plataformas digitais para emissão e acesso à Carteira de Trabalho Digital e para requerimento do benefício do Seguro-Desemprego pela internet, sem necessidade de deslocamento dos cidadãos aos postos de atendimento do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). O aplicativo da Carteira de Trabalho Digital já possui mais de 52 milhões de usuários cadastrados, totalizando mais de 558 milhões de acessos. Somente em 2021, o aplicativo teve mais de 277 milhões de acessos, estando disponível nas plataformas Android, iOS e no portal Gov.br.

Quanto às solicitações do benefício do Seguro-Desemprego, em 2021, do total de 6,09 milhões de requerimentos apresentados por trabalhadores, 3,86 milhões ocorreram por meios digitais, via aplicativo da Carteira de Trabalho Digital ou pelo portal Gov.br, o que corresponde a 63,4% do total de requerimentos.

No campo da proteção do trabalhador, por meio da atuação da Inspeção do Trabalho, foram intensificadas as ações de combate a fraudes e ao descumprimento de obrigações trabalhistas. Em 2021, segundo o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFITWEB) e relatórios de fiscalização, foram realizadas 8,2 mil ações fiscais de combate a fraudes no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; 30,8 mil ações de combate à informalidade; além de diversas ações voltadas à inclusão no mercado de trabalho de aprendizes profissionais e de reabilitados ou pessoas com deficiência e ao combate ao trabalho infantil. No que diz respeito ao combate ao trabalho análogo ao de escravo, foram realizadas 443 ações fiscais, o maior número desde que o Brasil iniciou o combate à escravidão contemporânea em 1995.

Nos Programas que buscam atender as exigências das políticas de ciência, tecnologia e inovação, continuam em andamento dois importantes projetos de Investimentos Plurianuais, para ampliação e término da construção de grandes infraestruturas laboratoriais de pesquisa: a expansão das instalações do Laboratório Nacional de Nanotecnologia e a esperada conclusão do SIRIUS - Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração. Em 2021, foram realizados investimentos em equipamentos de laboratório, com destaque para processos de micro usinagem; cromatografia com aplicação na purificação de proteínas e microscopia. Quanto aos investimentos em infraestrutura, foi adquirido um data center; destaca-se ainda a aquisição de servidores HPC CPU e GPGPU, unidade de processamento de dados de alto desempenho.

Com as obras civis do Sirius já finalizadas em 2020, em 2021 registrou-se o início da construção e instalação das linhas de luz da fase I-B do Sirius (IMBUIA, CEDRO, SAPÊ, QUATI, JATOBÁ, PAINEIRA, SABIÁ e SAPUCAIA). Entretanto, o ritmo de construção das linhas SAPÊ, SAPUCAIA, QUATI e JATOBÁ foi reduzido substancialmente por falta de recursos financeiros do projeto, mantendo apenas a construção das linhas IMBUIA, PAINEIRA, SABIÁ e CEDRO. Estas 4 linhas foram selecionadas pelo estágio de construção que se encontravam e pelo investimento que seria necessário para sua conclusão. Ainda estão sendo mantidas atividades e investimentos

menores nas demais linhas da fase I-B, embora em um ritmo mais lento e apenas em componentes que estão no caminho crítico dos seus projetos. Avançou a instalação e o comissionamento das linhas de luz da fase 1-A do Sirius (MANACÁ, CATERETÊ, CARNAÚBA, MOGNO, IPÊ e EMA). Além da linha MANACÁ, que já se encontra em comissionamento científico, as linhas CATERETÊ e CARNAÚBA estão passando do comissionamento técnico para o científico e já receberam os primeiros usuários de comissionamento.

A corrente de operação dos aceleradores atingiu a faixa de 100mA e todos os sistemas dos aceleradores operam regularmente com baixo índice de falhas e maior disponibilidade de tempo para os usuários. A performance das fontes de corrente dos eletroímãs melhorou significativamente devido a constantes upgrades em seus sistemas de controle e correções pontuais de hardware, que contribuíram significativamente para melhor estabilidade do feixe e na confiabilidade global dos aceleradores. Os sistemas de monitoramento de nível e temperatura do piso do acelerador entraram em operação e forneceram dados importantes que permitiram a identificação e correção de algumas instabilidades que afetavam a máquina, em especial efeitos relacionados a variações de temperatura e variações no lençol freático.

O conjunto de políticas presentes no Programa 2208 - *Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável* busca promover o empreendedorismo, a inovação e a difusão de tecnologias, visando o aumento do impacto do dispêndio público e na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Dentre as expectativas da resultante dos esforços abrangidos por essas políticas estão, por exemplo: i) indução de investimentos privados em P&D; ii) ampliação do acesso das empresas aos mercados, a partir do desenvolvimento e oferta de produtos e serviços com maior densidade tecnológica e fruto de uma maior interrelação entre os produtores de conhecimento (universidades e institutos de pesquisas) e as empresas; iii) maior oferta de recursos humanos qualificados para as atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação; iv) ampliação na capacidade de transferência e difusão de tecnologias; e v) redução de assimetrias regionais e socioeconômicas.

No tocante ao desenvolvimento produtivo, o Programa Rotas da Integração Nacional promove o incentivo à estruturação de cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Ao todo, já foram implantados 43 Polos da Estratégia até 2021, nas seguintes Rotas de Integração: do Açaí, da Biodiversidade, do Cacau, do Cordeiro, da Economia Circular, da Fruticultura, do Leite, do Mel, da Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2021 foi também lançada uma nova Rota de Integração, denominada Rota da Moda, no estado do Rio Grande do Norte, com perspectivas de regulamentação e de ampliação para todos os estados do nordeste brasileiro, com a implantação de novos polos nessa área. Quanto à temática da irrigação, destaca-se implantação do Polo de Irrigação do Noroeste de Minas – MG, que reúne produtores locais com o objetivo de alavancar a atuação por meio de parcerias, alcançando um total de 7 polos implantados até 2021.

Na área de desenvolvimento urbano, em 2021, houve avanço na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) com a realização de oficinas participativas, regionais e nacional, e de conferências livres para estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS) e com a realização da Semana Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável, em dezembro de 2021. Outras iniciativas na área do desenvolvimento urbano podem ser destacadas: a realização de cursos voltados aos prefeitos, em parceria com a ENAP, para a divulgação e incentivo aos entes para a implantação da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes e o lançamento da Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (REDUS), que tem como objetivo a promoção, integração e coordenação de atores locais, estaduais e federais em prol do desenvolvimento urbano sustentável (DUS) e do intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas. Em 2021, foram apoiados como projetos-piloto 12 municípios e um consórcio, nos quais foi desenvolvido um processo de mentoria aos municípios em instrumentos para o desenvolvimento urbano sustentável. Também em 2021, 19.396 pessoas residentes em 2.077 municípios se inscreveram nos cursos de capacitação no âmbito do Programa de Fortalecimento de Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais – PFCG.

No âmbito da reabilitação urbana, foram concluídos 184 empreendimentos no exercício de 2021, totalizando um valor de investimento de aproximadamente R\$59 milhões, e alcançando a marca de 403 empreendimentos finalizados no período do PPA vigente; no que se refere ao financiamento de projetos integrados de melhoria

de perímetros urbanos por meio do Programa Pró-Cidades, em 2021 foram selecionadas duas intervenções no município de Butiá/RS, que somam aproximadamente o valor de R\$ 2 milhões, e contratadas propostas que somam aproximadamente o valor de R\$ 30 milhões, decorrentes de seleções de anos anteriores.

Na área da Política Externa, em 2021 as ações desenvolvidas no âmbito do Programa 2216 - *Política Externa* concentram esforços em três vertentes:

- I. no combate à pandemia de Covid-19, por meio da "diplomacia da saúde", que buscou assegurar, junto a atores centrais das cadeias de produção de vacinas, o fornecimento de imunizantes e insumos ao Brasil, bem como transferência da tecnologia para viabilizar a produção nacional; e por meio da defesa, em organismos multilaterais, de melhor aproveitamento da capacidade produtiva de vacinas dos países em desenvolvimento;
- II. na recuperação econômica, por meio de intensificação das negociações comerciais com outros países e por medidas de abertura da economia brasileira, como o processo de flexibilização da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL, em paralelo às tratativas de acesso do Brasil à OCDE e, no âmbito da OMC, pelo fortalecimento do sistema multilateral de comércio;
- III. no desenvolvimento sustentável, por meio da articulação de consensos entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, no âmbito das discussões multilaterais, sobretudo na 26ª Conferência das Partes (COP 26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), em novembro de 2021; e por meio de ampliação e reforço dos compromissos ambientais brasileiros, em particular a nova meta de corte de emissões (elevação de 43% para 50% de corte até 2030, em comparação com 2005) e o objetivo de eliminação do desmatamento irregular até 2028.

No que se refere à assistência a comunidades brasileiras no exterior, o número de pessoas atendidas pelo serviço consular brasileiro chegou a 1,5 milhão em 2021, ano em que também se ampliou significativamente o alcance geográfico da plataforma de serviços consulares por via eletrônica (e-consular).

No campo ambiental, destaca-se o projeto Siderurgia Sustentável, uma iniciativa alinhada às prioridades nacionais e estaduais com o objetivo de desenvolver uma cadeia de produção siderúrgica sustentável e de baixa emissão de gases de efeito estufa. Deverá exercer um papel estratégico no cumprimento das contribuições pretendidas pelo Brasil para atingir a redução da emissão de gases de efeito estufa indicada no contexto do Acordo de Paris. Em 2021, o texto da estratégia nacional foi elaborado por meio do projeto BRA/14/G31 – Produção de Carvão Vegetal de Biomassa Renovável para a Indústria Siderúrgica no Brasil (Projeto Siderurgia Sustentável) e encontra-se em avaliação.

No âmbito multilateral político destaca-se a eleição do Brasil como membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2022-2023, após um hiato de 10 anos; e a continuidade ao trabalho desenvolvido com os parceiros do G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia) e do "Grupo de Amigos da Reforma", para avançar na reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Eixo Infraestrutura

Durante o ano de 2021, no âmbito das telecomunicações brasileiras, várias iniciativas contribuíram para a expansão do acesso à internet em alta velocidade e à inclusão digital da população brasileira. Dentre estas iniciativas citamos os programas Wi-fi Brasil, Norte e Nordeste Conectados, Cidades Digitais, Internet Brasil, além do leilão das faixas de radiofrequência 5G, da aprovação de propostas legislativas referentes à redução de encargos tributários ao setor e de melhorias na governança do Funttel.

Com o programa Wi-Fi Brasil, que tem como objetivo levar conectividade em alta velocidade a todas as localidades do País, onde não há nenhuma ou pouca conexão, há, atualmente, 14.192 pontos de presença em

funcionamento, instalados em: instituições públicas; entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, por meio das quais é possível promover ou ampliar o processo de inclusão digital; instituições públicas de ensino, saúde, segurança e unidades de serviço público localizadas em áreas remotas, de fronteira ou de interesse estratégico; povos e comunidades tradicionais em conformidade com os objetivos da política nacional de desenvolvimento sustentável. Só em 2021, foram instalados 2.030 novos pontos. Uma das modalidades do programa é uma evolução do Programa GESAC, que agrega ao serviço de conectividade a distribuição do sinal de Internet via Wi-Fi em locais públicos de comunidades com baixa conectividade, permitindo cumprir os objetivos nacionais das políticas públicas de telecomunicações. Trata-se de uma conexão via satélite de até 20 Mbps e um raio de cobertura de 180 metros. A parceria firmada via Telebras e Ministério das Comunicações prevê a instalação de 2.000 pontos em localidades com baixo índice de conectividade, tendo sido instalados 306 pontos até o final de 2021.

No tocante ao programa Nordeste Conectado, das 16 cidades-polo previstas inicialmente no escopo do programa, 6 foram conectadas à rede troncal e suas redes metropolitanas estão sendo implantadas para expansão do atendimento a escolas e instituições de ensino. Em 2021, houve avanço nas implantações com 64% das atividades relacionadas à rede troncal e 52% dos projetos relativos às redes metropolitanas concluídos. Destaca-se a inclusão de 3 novas cidades ao projeto utilizando recursos otimizados em função de parcerias estabelecidas com provedores privados. Já o programa Norte Conectado prevê a construção de infraestrutura de rede de telecomunicações de fibra óptica subfluvial interligando as principais cidades da Amazônia, por meio de 8 infovias, de modo a ampliar a infraestrutura de transporte de telecomunicações de alta capacidade em fibra óptica na região Norte do País e permitir uma taxa de transmissão de dados de até 100 Gbps. Em 2021, além do avanço no processo de implantação da Infovia 00, que interligará Macapá a Santarém, foram assegurados os recursos para o lançamento das demais infovias do projeto: a Infovia 01 está sendo implantada com recursos oriundos do saldo remanescente do processo de digitalização da TV analógica, e as Infovias 02 a 06 e 08 serão implantadas como parte das obrigações de atendimento do Edital do 5G.

Outra iniciativa refere-se ao programa Cidades Digitais. A infraestrutura de redes ópticas metropolitanas contratada inclui o fornecimento de fibra óptica, de equipamentos e softwares necessários ao seu funcionamento com instalação, capacitação, suporte técnico, garantias e operação assistida. Em 2021, 13 novas cidades receberam redes metropolitanas de fibra óptica, totalizando 196 cidades atendidas pelo programa desde sua criação.

Houve ainda, em 2021, o leilão das faixas de radiofrequência 5G. A realização do leilão marca a chegada da tecnologia 5G no Brasil e fomenta investimentos no setor de telecomunicações. Das faixas disponibilizadas, 85% foram arrematadas com ofertas que somaram R\$ 47,2 bilhões. Desse valor, mais de R\$ 39,8 bilhões serão revertidos em investimentos para ampliar a infraestrutura de conectividade no Brasil.

Em 2021 foi editada a Medida Provisória nº 1.077/2021 que institui o programa Internet Brasil, cuja finalidade é promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica da rede pública de ensino integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Quatro eixos vão nortear a ação do programa: a ampliação de acesso à internet e a inclusão digital das famílias de alunos da educação básica; o acesso a recursos educacionais digitais, inclusive aqueles disponibilizados pela rede pública de ensino; a participação de alunos em atividades pedagógicas não presenciais; e o apoio às políticas públicas que necessitem de conectividade para sua implementação, inclusive ações de governo digital. O programa será executado em caráter piloto em 2022, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Além disso, foi aprovada a Lei nº 14.173/2021, que reduz significativamente os encargos tributários setoriais sobre antenas terrenas de pequeno porte usadas na prestação de serviços de telecomunicações por meio de satélites até o ano de 2025. Foram reduzidos os valores das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento (TFI e TFF), da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), que passaram a ser iguais aos valores cobrados de terminais utilizados para acessar o serviço móvel (celular).

Com o objetivo de alinhar a gestão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) às melhores práticas de governança em políticas públicas, o Conselho Gestor do Funttel (CGF) aprovou a Resolução nº 140, de 8 de junho de 2021, com ações que passaram a compor a Agenda de Modernização Normativa e da Estrutura de Governança do Fundo para o biênio 2021-2022. Entre as ações implementadas ainda em 2021, merece destaque a revogação de 83 atos normativos que se encontravam obsoletos ou desatualizados, o que faz parte do processo de simplificação administrativa definido pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Em relação ao apoio com recursos reembolsáveis, em 2021, foram repassados cerca de R\$ 368 milhões aos agentes financeiros do Funttel, sendo R\$ 184 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 184 milhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Os agentes financeiros utilizam esses recursos para conceder crédito a empresas com o objetivo de apoiar projetos de inovação em Telecomunicações, bem como a aquisição de bens e equipamentos desenvolvidos com tecnologia nacional.

Houve também a implementação de novos instrumentos de apoio reembolsável: o BNDES criou a linha de financiamento Finame Funttel, a ser operada por meio da rede de agentes financeiros credenciada, com maior agilidade, favorecendo o acesso ao crédito para a compra de máquinas, equipamentos e bens de Telecomunicações, de fabricação nacional, por parte de pequenos provedores de serviços; e a Finep criou a linha de financiamento Finep 5G, que visa alavancar o desenvolvimento tecnológico do Setor, de modo a garantir a demanda por soluções de empresas fornecedoras nacionais, por meio do apoio ao desenvolvimento de tecnologias para a infraestrutura 5G e produtos e serviços relacionados, além do apoio à implantação dos empreendimentos vencedores da licitação do 5G.

Outra importante iniciativa foi a permissão para que os recursos do Funttel sejam aplicados em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FDIC), os quais são regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que destinam a maior parte do seu patrimônio para a aquisição de direitos de crédito. A grande vantagem desse mecanismo é que ele possui um maior alcance enquanto instrumento de financiamento para a compra de equipamentos de Telecomunicações, beneficiando principalmente os pequenos provedores de serviços.

Ademais, foram destinados cerca de R\$ 14 milhões de recursos não reembolsáveis para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras por parte da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Merece destaque a contratação de dois novos projetos com a Fundação: o primeiro prevê o desenvolvimento de tecnologias e metodologias de avaliação e investigação voltadas à segurança de redes e de aplicações de governo digital, e o segundo, o desenvolvimento de uma plataforma que possibilita a gestão eficiente das novas redes de Telecomunicações.

Por fim, complementando o repasse de recursos não reembolsáveis, houve a alocação de R\$ 1,4 milhão na contratação de um projeto a ser executado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em parceria com o Ministério da Defesa, que prevê o desenvolvimento de uma Estação de Solo para controle de satélites de pequeno porte, o que abrirá uma nova janela de oportunidade para que universidades, centros de pesquisa e startups brasileiras ingressem na exploração do Espaço.

No segmento de geração de energia elétrica, ao longo de 2021 foram desenvolvidas ações para promover a expansão dessa infraestrutura visando a assegurar as condições ideais de suprimento de energia elétrica de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. Nesse sentido, em 2021 foi alcançada uma expansão de 7.562 MW na geração de energia elétrica centralizada – o maior valor observado nos últimos 5 anos. Desse total, cerca de 78% (5.867 MW) foram a partir de fontes renováveis (eólica, solar, biomassa e hídricas). O destaque foi para a fonte eólica, principalmente na Região Nordeste, que adicionou 3.964 MW ao sistema – 49% do total ampliado. Essa expansão representa 158% do previsto inicialmente para o ano de 2021 (4.791 MW) e este fato se deu, em especial, pela antecipação de cerca de 2.000 MW de projetos de energia eólica na Região Nordeste.

Outro destaque em 2021 refere-se à Geração Distribuída (GD) – aquela gerada junto às instalações de consumidores – que cresceu 78% no ano e acumulou 316% de ampliação nos últimos dois anos. Com isto, atingiu cerca de 8.550 MW ao final de 2021, representando aproximadamente 5% de toda a capacidade instalada atual de geração de energia elétrica do País. Com essas ampliações – e contabilizadas outras situações tais como desativações e repotenciações de unidades geradoras –, em 31 de dezembro de 2021 a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil chegou a mais de 190 GW, mantendo a característica de matriz elétrica com predominância de fontes renováveis (hidráulica, biomassa, eólica e solar), as quais representam 84% do total. Mesmo com a ampliação de outras fontes de energia, a fonte hidráulica ainda representa a maior participação na matriz elétrica, com 58% (109 GW), seguida da fonte térmica, com quase 25%. Por sua vez, a fonte eólica chegou próximo a 11% da matriz e a fonte solar, incluindo GD, passou de 4,3% em 2020 para 6,8% em 2021. No ano de 2021 foram ampliados 2.449 MW em usinas termelétricas (UTES). Destaca-se a conclusão da UTE GNA I, com 1.338 MW, a gás natural, no município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, que vendeu energia no Leilão A-5 de 2014. Também relevante, o fato de que entraram em operação comercial as UTES Bracell (409 MW), a cavaco de madeira, em São Paulo, e William Arjona (177 MW), a gás natural no Estado do Mato Grosso do Sul.

Na geração de energia elétrica por meio da fonte eólica, entraram em operação comercial 3.964 MW, distribuídos em 111 empreendimentos. A propósito, cabe destacar a entrada em operação do Complexo Eólico Rio dos Ventos 2, com 479 MW, no Estado do Rio Grande do Norte. Quanto à fonte solar centralizada, 35 empreendimentos foram concluídos, adicionando 1.299 MW de capacidade instalada à matriz. Nessa fonte, destaca-se o Complexo Solar Alex, no Ceará, com 278 MW, e as usinas Sol do Sertão, na Bahia, com 360 MW.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o governo tem seu modelo de negócio voltado para o planejamento, a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para a ampliação da participação do setor mineral na economia brasileira, com inovação, governança eficaz, estabilidade regulatória e, sobretudo, com consolidação do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento da atividade mineradora no País está essencialmente ligado ao fortalecimento da ANM. Desde a sua instalação, pelo Decreto nº 9.587/2018, o MME busca ajustar a estrutura e o modelo de funcionamento da ANM às normas aplicadas às agências reguladoras. Em 2021, o esforço foi direcionado, em especial, para o reforço de seu quadro de pessoal com a contratação de 24 profissionais temporários para segurança de barragens e a realização de concurso público para o provimento de 40 cargos de Especialista em Recursos Minerais, cujo edital foi publicado em dezembro.

Com relação ao planejamento, ao longo de 2021, trabalhou-se na proposta de mecanismos para orientar e estruturar o planejamento do setor mineral no âmbito da administração pública federal, por meio dos seguintes instrumentos: Plano Nacional de Mineração – PNM – que tem como objetivo o planejamento de longo prazo; Plano de Metas e Ações, com o objetivo de estabelecer ações, metas e projetos, em um horizonte de médio prazo, com vistas ao cumprimento dos objetivos do PNM; e como um instrumento de governança setorial, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, órgão de assessoramento do Presidente da República nos temas pertinentes ao desenvolvimento do setor mineral.

No tema de Segurança de Barragens foram feitas contribuições para o aprimoramento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), promovida com a sanção da Lei nº 14.066/2020, bem como a continuidade do processo de regulamentação das alterações legais destinadas ao estabelecimento de novos padrões de segurança para as barragens de rejeitos de mineração.

Por fim, outro resultado importante foi a oferta de 15.758 áreas em disponibilidade na ANM, consolidando o novo procedimento de retorno ao meio produtor de áreas que se encontravam represadas na Agência.

No setor de exploração e produção de petróleo e gás natural observa-se que o ano de 2021 marcou a consolidação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), com emissão de 34,8 milhões de créditos de descarbonização (CBIOS) pelos produtores de biocombustíveis e 24,4 milhões de CBIOS aposentados pelos

distribuidores (parte obrigada), resultando em 98,2% de cumprimento da meta estabelecida pelo CNPE (24,86 milhões de CBIOS). Além disso, 301 produtores de biocombustíveis estão certificados no Programa, processo que se baseia em análise de ciclo de vida para contabilização das emissões de gases de efeito estufa. Com tais resultados foram retirados 24,4 milhões de toneladas de CO₂eq da atmosfera, contribuindo, significativamente, para a redução do aquecimento global, com as respectivas negociações atingindo um montante financeiro da ordem de R\$ 960 milhões, uma vez que o preço médio do CBIO no ano foi de R\$ 39,31.

Com relação ao setor de aviação civil, 2021 foi o ano de adequação ao novo contexto trazido pelos impactos da pandemia da Covid-19, onde, procurando corresponder às necessidades de adaptação, houve a modernização e flexibilização de normas e procedimentos, bem como de regulamentações relevantes. Nesse sentido, dentre as diversas medidas adotadas para minimizar o impacto da pandemia, foi inaugurado o uso de reconhecimento facial ou biométrico, sem apresentação do cartão de embarque e de documentos de identificação do passageiro, nos aeroportos de Congonhas/SP, Santos Dumont/RJ, Confins/MG, Salvador/BA e Florianópolis/SC, além de executadas e entregues obras de infraestrutura e instalação de equipamentos.

Além disso, foi realizada a 6ª rodada de concessões de aeroportos. A 6ª rodada contempla a concessão de 22 aeroportos divididos em 3 blocos (sul, central e norte). Esses aeroportos foram concedidos à iniciativa privada por um período de 30 anos. Em condições normais de demanda e oferta, os aeroportos processam, juntos, cerca de 11% do total do tráfego de passageiros, o equivalente a 24 milhões de passageiros por ano (dados de 2019). Os contratos de concessão desses aeroportos foram assinados nas seguintes datas:

- Bloco Sul: Aeroporto de Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacheri/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS. Arrematado pela Companhia de Participações em Concessões por R\$ 2,1 bilhões. Contratos assinados em 20 de outubro de 2021.
- Bloco Central: Goiânia/GO, Palmas/TO, São Luís/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI e Petrolina/PE. Arrematado também pela Companhia de Participações em Concessões por R\$ 754 milhões. Contratos assinados em 18 de outubro de 2021.
- Bloco Norte: Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM, Tefé/AM e Boa Vista/RR. Arrematado pela Vinci Airports SAS por R\$ 420 milhões. Contratos assinados em 20 de setembro de 2021.

Foram concluídas ainda as reformas de 10 aeroportos: Maringá/PR, Ipatinga/MG, Cacoal/RO, Estirão do Equador/AM, Bonito/MS, Linhares/ES, Coxim/MS, Santarém/PA, Foz do Iguaçu/PR e Navegantes/SC.

Já o setor de transporte aquaviário mostrou uma grande resiliência frente ao desafio da pandemia do Covid-19 em 2021, apresentando forte crescimento no transporte de cargas na navegação de cabotagem.

Com relação aos terminais portuários, foram realizados 12 leilões de concessão, sendo que 5 contratos foram assinados ainda em 2021. As cinco concessões concluídas em 2021 foram:

- Pelotas/RS (PEL01): Destinado à movimentação de carga geral (toras de madeira), com R\$ 10 mil em outorgas e investimentos previstos de R\$,40 mil;
- Itaqui/MA (IQI03): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 61,30 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 104,78 milhões;
- Itaqui/MA (IQI11): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 56 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 132,02 milhões;
- Itaqui/MA (IQI12): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 40 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 183,72 milhões; e

- Itaqui/MA (IQI13): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 59 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 243,94 milhões.
- Em 2021, também foram assinados quatro contratos referentes a leilões que ocorreram em dezembro de 2020, sendo:
- Paranaguá/PR (PAR12): Destinado à movimentação de veículos, com R\$ 25 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 24,50 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 18 de maio de 2021;
- Maceió/AL (MAC10): Destinado à movimentação de grânéis líquidos (ácido sulfúrico), com R\$ 50 mil em outorgas e investimentos previstos de R\$ 16,80 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 16 de abril de 2021;
- Aratu/BA (ATU12): Destinado à movimentação de granel mineral, com R\$ 10 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 393,51 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 14 de maio de 2021; e
- Aratu/BA (ATU18): Destinado à movimentação de granel vegetal, com R\$ 52,50 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 254,97 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 14 de maio de 2021.

Foi ainda concluída a dragagem do porto de Paranaguá/PR, permitindo a melhoria das condições de navegabilidade e segurança nas suas operações.

Também foram realizadas manutenções em sete hidrovias:

- início da campanha de dragagem da hidrovia do Madeira: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia nos estados do Amazonas e Rondônia, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- manutenção das instalações portuárias públicas de pequeno porte - IP4: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia nos estados do Amazonas e Rondônia, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- início da campanha de dragagem da hidrovia do Taquari: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do Taquari com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade. O início da campanha da dragagem, foi efetivada em março de 2021;
- início da campanha de dragagem da hidrovia do Paraguai: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do Paraguai e implantação de sinalização náutica tem como objetivo melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- desobstrução das hidrovias da bacia hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental: execução de obras e serviços de desobstrução/destocamento a serem realizados nas margens dos rios Mearim e Grajaú com o objetivo de dar continuidade nas condições de segurança e navegabilidade da região garantidas por contratos anteriores;
- escavação canal de acesso Ibatinga/SP: recursos destinados a obras de implantação do canal a montante da eclusa de Ibatinga/SP, com objetivo principal de melhoria do acesso de comboios à eclusa; e
- manutenção das eclusas sob responsabilidade do DNIT: disponibilidade completa de eclusas com a manutenção e operação, potencializando a navegação nas hidrovias brasileiras. Ao longo do ano, todas as eclusas nacionais sob responsabilidade do DNIT foram operacionalizadas. Foram finalizados os primeiros contratos de diagnóstico e já iniciados os contratos de operação e/ou manutenção para os próximos 5 anos.

Quanto aos financiamentos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, foram entregues 46 projetos, sendo: construção de uma embarcação de cabotagem para transporte de derivados de petróleo, conversão de três embarcações de apoio marítimo e reparo de 23 embarcações – 13 de apoio marítimo e 10 de apoio portuário, além da modernização de 19 embarcações de navegação interior. Foram contratados ainda R\$ 178,15 milhões em novos financiamentos do FMM.

Na questão da regulação do trânsito, algumas iniciativas desburocratizantes foram implementadas, como as melhorias e novas funcionalidades na Carteira Digital de Trânsito (CDT), otimizando a interface entre cidadão e serviços de trânsito; a implementação do RENAVE – módulo saída de veículo zero km, projetado para que as concessionárias possam fazer a indicação do comprador e da Nota Fiscal Eletrônica (NFe) utilizada na venda de veículos novos; a disponibilização do aplicativo VIO (validador do QR Code), público e gratuito, traduzido para o espanhol para uso dos agentes de fiscalização dos países que fazem fronteira com o Brasil, objetivando a validação da autenticidade dos documentos brasileiros; o lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital (CRLVe), que reúne o Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Licenciamento Anual (CLA) no mesmo documento; a disponibilização do App Fiscalização com a finalidade de recolhimento administrativo da CNH digital pelos agentes de fiscalização; e o lançamento do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), ferramenta de diagnóstico da sinistralidade no trânsito, que possibilitará a identificação das principais causas e circunstâncias das ocorrências de acidentes e, assim, a promoção de ações e medidas preventivas.

No modal rodoviário, foram leiloadas 2.485,5 km de rodovias, sendo 850,7 km com contrato assinado em 2021, da BR-153/080/414/GO/TO (sendo 178,9 km no estado de Tocantins e 671,8 km no estado de Goiás). Os demais trechos leiloados e com previsão de assinatura de contrato em 2022 foram: BR-163/230/MT/PA (1.009,0 km) e BR-116/101/SP/RJ (625,8 km). Também foram entregues 413,41 km de obras de construção/adequação rodoviárias. Quanto à manutenção rodoviária, foram asseguradas a cobertura de 60.265,22 km (94,24%) de um total de 63.948,66 km (sendo 8.362 km não pavimentados e 55.586,66 km pavimentados) da malha rodoviária federal por contratos de serviços de manutenção, que podem ser do tipo: Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), Contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) e contratos de restauração.

No modal ferroviário, ocorreu a subconcessão do trecho entre Ilhéus/BA - Caetité/BA (FIOL I) da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, com extensão de 537,0 km. Houve ainda a entrega de 73 km de trilhos assentados na FIOL, do trecho entre Caetité/BA e Barreiras/BA, intitulado como FIOL II. Também foi concluída a obra de adequação da linha férrea em Rolândia, na EF-369/PR, no estado do Paraná.

Em infraestrutura urbana, dentre as principais entregas para a sociedade até o ano de 2021, destaca-se a conclusão de 90 empreendimentos de abastecimento de água potável e de 112 empreendimentos de esgotamento sanitário, incluindo empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de saneamento integrado e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Também foram realizados leilões para outorga de serviços de saneamento: no Rio de Janeiro, quatro blocos foram licitados por R\$ 24,8 bilhões de outorga e R\$ 31,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 49 municípios; em Alagoas, dois blocos foram licitados por R\$ 1,6 bilhão de outorga e R\$ 2,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 74 municípios; no Amapá também houve leilão arrematado por R\$ 930 milhões de outorga e R\$ 2,9 bilhões de investimentos em benefício de dezesseis municípios.

Ressalta-se também a conclusão de 30 novos empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas em 2021, resultando num total de 68 empreendimentos concluídos desde 2020. Complementarmente, para alcançar a redução de riscos e ampliar a preparação e redução dos efeitos dos desastres, o Governo Federal realizou medidas tais como a capacitação, em formato EaD, de 1.900 entes no âmbito do Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil e a institucionalização do Grupo de Apoio a Desastres – GADE, por meio do Decreto nº 10.689/2021, que resultará no fortalecimento da articulação e da atuação coordenada entre Governo Federal e entes subnacionais na gestão de desastres. A Sedec instituiu ainda o Manual Operacional da Atuação em Campo, que reúne o conjunto de atividades, procedimentos, instruções e orientações que devem ser observadas no acionamento e atuação do GADE.

No fortalecimento da infraestrutura de mobilidade urbana, até 2021, 255 empreendimentos de transporte coletivo urbano foram concluídos, com o apoio do Programa Pró-Transportes, com recursos do FGTS, e com recursos orçamentários da União. Empreendimentos de transporte não-motorizado alcançaram o total de 6.014 obras concluídas até 2021, representando um aumento significativo no resultado do programa. Isto se deve à revisão metodológica do cômputo dos empreendimentos concluídos e, mais significativamente, pela incorporação de empreendimentos de qualificação viária nos resultados monitorados. Ações complementares de planejamento e gestão da mobilidade urbana foram realizadas, tais como o lançamento do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana - SIMU, que apoiará o monitoramento da política de mobilidade urbana, e a criação do Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana, colegiado de entidades do setor instituído pelo Decreto nº 10.803, de 17 de setembro de 2021, com o objetivo de assessorar o Governo Federal em temas relativos à mobilidade urbana, sobretudo em relação aos serviços de transporte público coletivo. Alcançou-se também a marca de 16,7% municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios pela Lei nº 12.587, de 2012, esperando-se alcançar a marca de 25% até o final do PPA.

No setor da habitação, em 2021 alcançou-se a marca de 909.535 famílias beneficiadas com entrega de unidades habitacionais ou melhoria das condições de moradia durante o PPA 2020-2023. Somente no exercício de 2021, foram beneficiadas 442.446 famílias, sendo 398.510 mil famílias beneficiadas com unidades habitacionais, seja por financiamentos com recursos do FGTS ou por entrega de unidades subsidiadas com recursos federais, e 43.936 mil famílias beneficiadas com obras de urbanização. Mesmo em um contexto de restrição fiscal, foi possível atingir tal desempenho dada as operações de financiamento com recursos do FGTS, que mantiveram um patamar próximo ao do ano anterior, alcançando 354.056 unidades habitacionais.

No âmbito do Programa Casa Verde Amarela (PCVA) buscou-se trazer uma série de aperfeiçoamentos aos modelos e programas até então vigentes e que tiveram impactos em 2021, dos quais se destacam medidas visando facilitar o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento habitacional com recursos FGTS e manter a atratividade para o mercado da construção civil, tais como a ampliação do teto do valor dos imóveis para enquadramento na habitação popular, a redução das taxas de juros dos financiamentos, alçadas às menores taxas de juros da história, e a ampliação dos subsídios concedidos às famílias de menor renda. Novas medidas foram tomadas para intensificar a atuação do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, no estabelecimento de projetos-piloto para a locação social como linha de atendimento habitacional e na modernização do setor da construção civil, por meio do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-h), com o lançamento do novo Portal do PBQP-h. Em 2021 também foi retomado o planejamento de médio e longo prazo da política habitacional, com o início do processo de revisão do Plano Nacional de Habitação – PlanHab 2040, com a contratação dos estudos técnicos, projeção de cenários e metas, construção de diagnóstico, avaliação ex-ante e ex-post, que irão subsidiar a revisão do Plano.

Quanto aos investimentos para ampliação da oferta hídrica, houve significativo avanço, em 2021, na implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, tendo sido concluído o “caminho das águas” do Eixo Norte, foram concluídas as obras do Ramal do Agreste Pernambucano e dado início à implementação do Ramal do Apodi. No que se refere a outras obras hídricas estruturantes, em 2021, também se destacaram a retomada das obras da Barragem de Jaguari no estado do Rio Grande do Sul, a conclusão do Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano, e a sequência nas obras do Cinturão das Águas do Ceará, da Adutora do Agreste Pernambucano e das Vertentes Litorâneas Paraibanas.

Com o objetivo de reduzir a dependência do abastecimento por meio de carros-pipa, em 2021, o Governo selecionou 939 localidades em 319 municípios de nove estados do País para serem priorizadas nos investimentos voltados a ações estruturantes de segurança hídrica, tais como perfuração de poços e implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, cisternas e dessalinizadores do Programa Água Doce, entre outros. Uma série de medidas estão em andamento para a instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 e de seus instrumentos. Medidas concretas estão em implementação para a revitalização de bacias hidrográficas, por meio do Programa Águas Brasileiras, e pelo lançamento do Selo Aliança Pelas Águas, certificação que será dada a empresas, cidadãos e instituições de direito público e privado, com ou sem fins lucrativos, que patrocinem, executem ou apoiem projetos de revitalização de bacias hidrográficas pelo Brasil.

Eixo Estratégia de Defesa

O Programa Defesa Nacional manteve a estratégia adotada no PPA anterior, priorizando os projetos estratégicos dos três comandos militares. A prioridade concedida aos projetos com a sua inclusão no seletivo grupo de investimentos plurianuais prioritários do PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971/2019 anexo III, seção I) considera o fato que esses projetos incluem transferências de tecnologia importantes para a evolução da Base Industrial de Defesa.

A partir de 2020 o País foi submetido a várias limitações sanitárias, com impactos sociais e econômicos que também atingiram os contingentes militares e a base industrial de defesa. Os efeitos da Pandemia Covid-19 perduraram durante 2021 afetando analogamente países com os quais o Brasil mantém relações na esfera militar, sendo alguns deles sede de fornecedores de tecnologia e materiais militares.

Não obstante, em 2021 houve progresso no objetivo de preparo das forças, atingindo-se o valor de 72,9% no índice de operacionalidade ante os 71,5% projetados, correspondendo a 102% da meta prevista. A evolução novamente foi creditada a avanços nas áreas de adestramento e melhorias na capacidade operativa e prontidão logística.

As principais restrições reportadas além daquelas decorrentes da pandemia, foram dificuldades de ordem orçamentária-financeira e, em alguns casos, dificuldades de ordem técnica que afetaram as entregas contratuais (materiais e serviços) acarretando a necessidade de postergações e repactuações de contratos.

No Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional estão contempladas as atividades de cooperação civil desenvolvidas pelo Ministério da Defesa: Programa Calha Norte; Programa Segundo Tempo - Forças no Esporte; Ensino Profissional Marítimo; Projeto Soldado Cidadão; Projeto Rondon; Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam e o programa de Atletas de alto rendimento.

Em 2021, o índice de realização das ações de cooperação atingiu o percentual de 70%, em linha com a meta pactuada. Destacaram-se como medidas mitigadoras dos impactos, a introdução do ensino à distância (EAD) para o Ensino Profissional Marítimo - EPM, a transferência para o ambiente interno das Organizações Militares dos cursos do Projeto Soldado Cidadão, bem como a combinação de atividades presenciais com a entrega de kits alimentação aos beneficiários do Programa Segundo Tempo - Forças no Esporte.

No Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica, em 2021, foram concluídas 74% das ações previstas nos planos setoriais, ante uma meta prevista de 50%. Os planos setoriais componentes do programa são: a) o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), b) o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), c) o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), d) o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI-Oceanos) e e) o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS PLURIANUAIS – 2021(ART. 15, INCISO III, LEI 13.971/2019)

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (Milhões R\$)

PROJETO DE INVESTIMENTO	(PAGO + RAP PAGO) EM 2020	PREVISTO PPA ORIGINAL 2021	PLOA 2021	LOA 2021	DOTAÇÃO ATUAL 2021	EMPENHADO* 2021	LIQUIDADO 2021	PAGO 2021	(PAGO + RAP PAGO) EM 2021
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	158,0	99,0	101,9	99,5	119,2	119,2	119,2	32,1	32,1
SIRIUS - Construção de Fonte de Luz Síncrotron	150,0	90,0	93,9	91,7	111,4	111,4	111,4	28,1	28,1
Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano	8,0	9,0	8,0	7,8	7,8	7,8	7,8	4,0	4,0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	48,2	10,0	24,0	23,6	10,8	10,8	10,8	10,8	-
Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados	48,2	10,0	24,0	23,6	10,8	10,8	10,8	10,8	-
MINISTÉRIO DA DEFESA*	4.061,5	2.624,0	4.790,1	3.826,6	3.933,3	4.128,3	4.128,3	3.662,4	4.249,8
Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Nuclear	1.469,1	728,6	1.641,5	1.133,4	1.342,2	1.384,1	1.384,1	1.273,7	1.499,2
Programa Estratégico ASTROS 2020	195,8	100,0	181,7	173,2	134,0	134,0	134,0	112,7	139,6
Programa Estratégico do Exército Guarani	314,8	315,6	440,0	415,2	409,2	412,5	412,5	333,0	530,1
Programa Nuclear da Marinha	242,1	300,0	300,0	154,3	213,1	214,0	214,0	122,7	197,8
Projeto FX-2 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins	1.087,3	549,0	1.600,0	1.431,0	1.315,5	1.454,5	1.454,5	1.438,0	1.454,6
Projeto KC-390 - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares	599,6	348,3	227,0	193,3	433,3	443,1	443,1	350,7	375,5
Projeto KC-X - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar	152,8	282,6	400,0	326,0	86,0	86,0	86,0	31,5	53,1
MINISTÉRIO DA SAÚDE	115,7	207,2	162,5	162,5	216,1	216,1	216,1	73,4	157,3
Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs	-	39,6	10,5	10,5	90,1	90,1	90,1	10,4	10,4
Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no RJ	115,7	167,6	152,0	152,0	126,0	126,0	126,0	63,0	146,9
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.082,3	744,8	908,0	753,5	880,9	880,9	880,9	624,5	772,8
Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano	545,0	225,8	304,0	252,4	332,4	332,4	332,4	284,7	349,3
Integração do Rio São Francisco (Eixo Leste)	95,2	304,0	117,1	76,7	50,4	50,4	50,4	36,5	86,3
Integração do Rio São Francisco (Eixo Norte)	442,1	215,0	487,0	424,4	498,0	498,0	498,0	303,3	337,2
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	14,9	15,3	8,0	8,0	1,7	0,7	0,7	0,7	4,3
Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS	-	14,3	8,0	8,0	1,0	-	-	-	0,3
Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses	14,9	1,0	-	-	0,7	0,7	0,7	0,7	4,0
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	1.786,8	1.038,7	1.016,7	908,3	1.089,0	1.089,0	1.089,0	561,9	1.034,6
BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE	134,0	80,0	49,0	44,3	117,0	117,0	117,0	74,5	93,0
BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA - Entr. BR-324	105,8	90,0	52,2	46,9	77,2	77,2	77,2	52,9	89,0
BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul - Pelotas	159,2	100,0	93,1	106,6	96,0	96,0	96,0	31,7	77,2
BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil	120,3	41,0	36,8	33,3	32,8	32,8	32,8	10,7	31,0
BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém	115,1	50,0	18,0	16,3	15,3	15,3	15,3	4,1	26,2
BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra	96,6	60,0	33,5	30,3	42,1	42,1	42,1	38,7	57,0
BR-163/PR - Adequação Entr. BR-277 - Cascavel - Marmelândia	89,9	60,0	34,4	31,1	20,6	20,6	20,6	1,7	4,0
BR-280/SC - Adequação - S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul	128,9	70,0	57,2	60,8	115,1	115,1	115,1	63,0	79,4
BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte	213,1	103,7	4,1	3,7	13,4	13,4	13,4	4,7	48,9
BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio do Sul	180,3	50,0	59,5	55,9	98,5	98,5	98,5	74,8	99,6
Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus-Barreiras/BA)	300,8	263,9	503,7	411,3	405,9	405,9	405,9	176,8	371,7
Construção da Segunda Ponte - Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS	104,2	30,0	57,2	51,7	9,7	9,7	9,7	2,3	15,8
Porto de Pecém - Acesso Rodoviário - BR-222/CE	38,5	40,0	18,0	16,3	45,4	45,4	45,4	25,9	41,7
TOTAL DOS 30 PROJETOS*	7.267,4	4.739,0	7.011,2	5.782,0	6.251,1	6.445,0	6.445,0	4.965,7	6.250,9

Fonte: SIOP

* Devido a ajustes contábeis em razão da variação cambial, em alguns projetos do Ministério da Defesa o valor empenhado supera o da dotação atualizada.

VOLUME I

Monitoramento dos Programas Finalísticos

**Plano
Pluri
Anual**
2020-2023

Ministério da Economia
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria do Plano Plurianual da União

PPA 2020-2023
Monitoramento 2021
Volume 1 - Monitoramento dos Programas Finalísticos do
Plano Plurianual 2020-2023, ano base 2021

PROGRAMA: 0617 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Objetivo: 1246 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em virtude da extensão da caracterização da Análise Situacional do Objetivo: 1246 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, as informações foram disponibilizadas no arquivo anexo.

Meta: 0525 - Atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 55
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 85
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 80,51
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	17,98	31/12/2021	Goiás: 0,63%; Mato Grosso do Sul: 3,841%; Mato Grosso: 13,51%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	14,755	31/12/2021	Alagoas 1,625% Bahia 3,045% Ceara 1,425% Maranhão 3,633% Paraíba 1,182% Pernambuco 3,04% Sergipe 0,805%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	34,19	31/12/2021	Acre 3,09% Amazonas 14,36% Amapá 0,74% Pará 6,84% Rondônia 4,29% Roraima 3,745% Tocantins 1,125%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	5,57	31/12/2021	São Paulo 3,49% Minas Gerais 1,145% Espírito Santo 0,725% Rio de Janeiro ,21%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	8,015	31/12/2021	Paraná 2,675% Rio Grande do Sul 3,315% Santa Catarina 2,025%	Não informado

Indicador: 8760 - Índice de Atuação em Terras Indígenas

Informações básicas

Unidade de medida: %
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 80,51
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0285 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de promoção ao etnodesenvolvimento.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento.

Meta prevista para 2020: 10

Meta prevista para 2021: 15

Meta prevista para 2022: 18

Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 17

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de Promoção ao Etnodesenvolvimento busca promover a segurança alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos disponíveis e a melhoria das condições de acesso dos povos indígenas às economias de mercado e geração de renda, com impactos sensíveis na diminuição dos gastos com saúde e assistência. No ano de 2020, essa política atendeu 227 Terras Indígenas. Já em 2021, essa política alcançou 278 Terras Indígenas, o que representa um aumento de 22% em relação ao ano anterior. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, tem-se um aumento de 13% em 2020 para 17% em 2021 em relação ao total de terras indígenas. No exercício de 2021 houve predominância de atuação na Região Norte do país, com atendimento a 101 Terras Indígenas.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em que pese a superação do resultado previsto para o exercício, informa-se a carência de pessoal para atender aos obstáculos e anseio das comunidades indígenas. Mantém-se ainda a preocupação com os desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus e para a manutenção de ações para visando conter o avanço da doença em terras indígenas. Outros desafios são a falta de instrumento eficaz para monitorar a execução das ações e a intempestividade no fornecimento dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando autorização para realização de concurso para novos servidores; em elaboração um sistema de apuração e acompanhamento das Relatórios de Atividades Executadas - RAE's.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	4,5	31/12/2021	Goiás: 0,2%; Mato Grosso do Sul: 1,3%; Mato Grosso: 3%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	3	31/12/2021	Alagoas: 0,3%; Bahia: 0,9 %; Maranhão: 0,6%; Paraíba: 0,2% Pernambuco: 0,8% Sergipe: 0,2 %	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	7	31/12/2021	Acre:0,7%; Amazonas: 3%; Amapá: 0,1%; Pará:1,5%; Rondônia: 1,1%; Roraima: 0,2%; Tocantins: 0,4%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1	31/12/2021	São Paulo: 0,8%; Minas Gerais: 0,2%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	1,5	31/12/2021	Paraná: 0,87 Rio Grande do Sul: 0,03% Santa Catarina: 0,6%	Não informado

Resultado Intermediário: 0286 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de gestão sustentável dos recursos naturais

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais.

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 2

Meta prevista para 2022: 4

Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4,651

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais visa a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas, essenciais à reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações de povos indígenas. No ano de 2020, essa política alcançou 46 Terras Indígenas. Já em 2021, alcançou-se mais que o dobro do número de Terras atendidas no exercício anterior, 107 Terras Indígenas. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, tem-se um aumento de 1% em 2020 para 4,6% em 2021 em relação ao total de terras indígenas. Assim como em 2020, houve predominância de atuação na Região Norte do país, com atendimento a 31 Terras Indígenas.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em que pese a superação do resultado previsto para o exercício, informa-se a carência de pessoal para atender aos obstáculos e anseio das comunidades indígenas. Mantém-se ainda a preocupação com os desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus e para a manutenção de ações para visando conter o avanço da doença em terras indígenas. Outros desafios são a falta de instrumento eficaz para monitorar a execução das ações e a intempestividade no fornecimento dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando autorização para realização de concurso para novos servidores; em elaboração um sistema de apuração e acompanhamento das Relatórios de Atividades Executadas - RAE's.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	0,881	31/12/2021	Mato Grosso: 0,341% Mato Grosso do Sul: 0,54%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	0,655	31/12/2021	Alagoas: 0,15% ; Bahia: 0,02%; Maranhão: 0,043%; Paraíba: 0,182%; Sergipe: 0,13%, Pernambuco: 0,13%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	1,16	31/12/2021	Acre: 0,43% ; Amazonas: 0,32%; Amapá: 0,29%; Pará: 0,02% ;	Não informado

							Rondônia: 0,06%; Roraima: 0,02% ; Tocantins: 0,02%	
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1,57	31/12/2021	São Paulo: 0,69% Rio de Janeiro: 0,21% Espírito Santo: 0,60 % Minas Gerais : 0,07%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	0,385	31/12/2021	Paraná: 0,385%	Não informado

Resultado Intermediário: 0287 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de proteção territorial

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção territorial.

Meta prevista para 2020: 15

Meta prevista para 2021: 20

Meta prevista para 2022: 27

Meta prevista para 2023: 35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24,66

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de Proteção Territorial emprega esforços no combate às invasões, ao desmatamento e à degradação ambiental. O combate aos ilícitos ambientais, coadunados com ações de prevenção, contribui para a manutenção dos benefícios ambientais, sociais e econômicos advindos dos serviços ambientais proporcionados por ecossistemas conservados. No ano de 2020, essa política alcançou 133 Terras Indígenas. Em 2021 foram alcançadas 92 Terras Indígenas. As regiões onde houve maior número de ações foram a região Nordeste, com 40 Terras alcançadas, e a região Norte, com 32 Terras alcançadas. Apesar de o número de Terras atendidas terem diminuído, houve o alcance de novas Terras não atendidas em 2020. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, tem-se um aumento de 15% em 2020 para 24,6% em 2021 em relação ao total de terras indígenas.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em que pese a superação do resultado previsto para o exercício, informa-se a carência de pessoal para atender aos obstáculos e anseio das comunidades indígenas. Mantém-se ainda a preocupação com os desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus e para a manutenção de ações para visando conter o avanço da doença em terras indígenas. Outros desafios são a falta de instrumento eficaz para monitorar a execução das ações e a

intempestividade no fornecimento dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando autorização para realização de concurso para novos servidores; em elaboração um sistema de apuração e acompanhamento das Relatórios de Atividades Executadas - RAE's.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	4,25	31/12/2021	Goiás: 0,4%; Mato Grosso: 3,85%;	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	6,5	31/12/2021	Alagoas: 0,8% Bahia: 1,5% Ceará: 0,3% Maranhão: 2,24% Paraíba: 0,3% Pernambuco: 1,06% Sergipe: 0,3%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	11,03	31/12/2021	Acre: 0,5%; Amazonas: 4,76%; Amapá: 0,3 % Pará: 1,64% Rondônia: 1,7% Roraima: 1,5%; Tocantins: 0,63%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	0,75	31/12/2021	São Paulo: 0,625%; Minas Gerais: 0,125%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	2,13	31/12/2021	Paraná: 0,67% Rio Grande do Sul: 0,66% Santa Catarina: 0,8%	Não informado

Resultado Intermediário: 0288 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de Direitos dos Povos indígenas Isolados e de Recente contato

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.

Meta prevista para 2020: 2

Meta prevista para 2021: 3

Meta prevista para 2022: 4

Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de Proteção e promoção dos direitos aos índios isolados e de recente contato tem como objetivo a proteção dos territórios ocupados por grupos indígenas isolados e de recente contato, de modo a proteger seu modo de vida, por meio da elaboração de propostas de restrições de uso, regularização fundiária e realização de atividades contínuas de fiscalização e monitoramento territorial. No ano de 2020 essa política alcançou 23 Terras Indígenas. No exercício de 2021 foram alcançadas 11 Terras Indígenas, com predominância na região Norte, onde se dá a maior concentração de povos isolados do país

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em que pese a superação do resultado previsto para o exercício, informa-se a carência de pessoal para atender aos obstáculos e anseio das comunidades indígenas. Mantém-se ainda a preocupação com os desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus e para a manutenção de ações para visando conter o avanço da doença em terras indígenas. Outros desafios são a falta de instrumento eficaz para monitorar a execução das ações e a intempestividade no fornecimento dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando autorização para realização de concurso para novos servidores; em elaboração um sistema de apuração e acompanhamento das Relatórios de Atividades Executadas - RAE's.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	0,25	31/12/2021	Mato Grosso: 0,25%	Não informado

Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	0,25	31/12/2021	Maranhão: 0,25%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	1,9	31/12/2021	Acre: 0,5 % Pará: 0,83 % Rondônia: 0,43 % Amazonas: 0,13%	Não informado

Resultado Intermediário: 0289 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de Cidadania

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania.

Meta prevista para 2020: 2

Meta prevista para 2021: 3

Meta prevista para 2022: 4

Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4,8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de Promoção da Cidadania visa apoiar, qualificar e acompanhar políticas, programas e ações referentes às dimensões de gênero e intergeracional, promovendo e protegendo os direitos das mulheres, da criança, da juventude e da velhice indígena, em especial a participação, acompanhamento e subsídios técnicos para os processos educativos comunitários tradicionais indígenas que valorizam seus conhecimentos, saberes e práticas tradicionais, assim como memórias, línguas, culturas e identidades dos diversos povos indígenas no Brasil. No ano de 2020, essa política atendeu 47 Terras Indígenas. Já em 2021, essa política triplicou o número de Terras, alcançando 149 Terras Indígenas. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, tem-se um aumento de 2% em 2020 para 4,8% em 2021 em relação ao total de terras indígenas. As regiões com maior atendimento foram a região Norte, com 56 terras alcançadas, e a região Nordeste com 36 Terras Indígenas alcançadas.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em que pese a superação do resultado previsto para o exercício, informa-se a carência de pessoal para atender aos obstáculos e anseio das comunidades indígenas. Mantém-se ainda a preocupação com os desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus e para a manutenção de ações para visando conter o avanço da doença em terras indígenas. Outros desafios são a falta de instrumento eficaz para monitorar a execução das ações e a intempestividade no fornecimento dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando autorização para realização de concurso para novos servidores; em elaboração um sistema de apuração e acompanhamento das Relatórios de Atividades Executadas - RAE's.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	0,6	31/12/2021	Goiás: 0,03%; Mato Grosso:0,57%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	2,1	31/12/2021	Ceará: 0,125% Maranhão: 0,5% Alagoas: 0,375% Sergipe: 0,175% Pernambuco: 0,55% Bahia:0,375%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	0,6	31/12/2021	Amazonas: 0,15% Amapá: 0,05% Pará:0,35% Roraima: 0,025% Tocantins:0,025%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1	31/12/2021	Minas Gerais: 0,125% São Paulo: 0,875%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	0,5	31/12/2021	Santa Catarina: 0,125% Paraná: 0,25% Rio Grande do Sul: 0,125%	Não informado

Resultado Intermediário: 0290 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de Direitos Sociais

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígena com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos sociais.

Meta prevista para 2020: 25

Meta prevista para 2021: 27

Meta prevista para 2022: 28
Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais consiste na articulação e execução de projetos e ações com os órgãos dos três poderes e instituições do Sistema Único de Assistência Social, visando a qualificação do atendimento socioassistencial e previdenciário (como aposentadoria rural, salário maternidade e auxílio-doença) e a promoção da acessibilidade aos programas de transferência de renda, considerando as especificidades dos povos indígenas. No ano de 2020, essa política alcançou 207 Terras Indígenas. No exercício de 2021, essa política atendeu 388 Terras Indígenas. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, tem-se um aumento de 25% em 2020 para 27% em 2021 em relação ao total de terras indígenas alcançadas.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em que pese a superação do resultado previsto para o exercício, informa-se a carência de pessoal para atender aos obstáculos e anseio das comunidades indígenas. Mantém-se ainda a preocupação com os desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus e para a manutenção de ações para visando conter o avanço da doença em terras indígenas. Outros desafios são a falta de instrumento eficaz para monitorar a execução das ações e a intempestividade no fornecimento dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando autorização para realização de concurso para novos servidores; em elaboração um sistema de apuração e acompanhamento das Relatórios de Atividades Executadas - RAE's.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	7,5	31/12/2021	Mato Grosso do Sul: 2,2% Mato Grosso: 5,3%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	2,25	31/12/2021	Ceará: 1 % Paraíba: 0,5% Bahia: 0,25% Pernambuco: 0,5%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	12,5	31/12/2021	Acre: 0,5%; Amazonas: 6%; Pará: 2,5%;	Não informado

							Rondônia: 1%; Roraima: 2%; Tocantins: 0,5	
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1,25	31/12/2021	São Paulo: 0,5% Minas Gerais: 0,625% Espírito Santo: 0,125%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	3,5	31/12/2021	Paraná: 0,5 Santa Catarina: 0,5 Rio Grande do Sul: 2,5%	Não informado

PROGRAMA: 1031 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Objetivo: 1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Agropecuária Sustentável propõe o conceito da sustentabilidade como ponto central de interferência nas cadeias produtivas do agronegócio, ao apoiar o produtor rural na implementação de boas práticas de produção da agricultura, como forma de manter a capacidade produtiva dos ecossistemas e obter a preservação da qualidade ambiental, do solo, da água e da biodiversidade da flora e fauna, no sentido de construir maior resiliência dos sistemas de produção e atender às necessidades das gerações futuras. Para medir o alcance do Objetivo do Programa, foram determinadas metas a serem aferidas pelo indicador “Índice de Sustentabilidade da Agropecuária” (ISA), composto pelas seguintes dimensões/componentes: “Crescimento da Produtividade”, “Adequação Ambiental” e “Sistemas de Produção e Acesso a Mercados”. As três dimensões se referem ao tripé da sustentabilidade, com resultados nas áreas ambiental, social e econômica. A Dimensão Crescimento da Produtividade (DCP) mensura a quantidade de culturas (considerando grãos, cana-de-açúcar e café) com avanços de produtividade observados em relação ao ano anterior, utilizando os valores da produtividade em séries históricas publicadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Dimensão de Adequação Ambiental (DAA) visa mensurar a implementação da política de regularização ambiental de imóveis rurais, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012 - Código Florestal. Para tal, computa os resultados relacionados ao avanço na análise dos cadastros de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em relação ao total de imóveis inscritos, assim como a área de imóveis com processos de regularização ambiental concluída, em relação à área de imóveis rurais do Cadastro que sofreram qualquer tipo de análise ambiental. A terceira e última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados (DSM), mensura o avanço relacionado à adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e à facilitação de acesso a mercados específicos, e é composta pelos componentes: Área sob uso de Sistema de Plantio Direto (SPD); Área de Florestas Plantadas (FP); Área de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Municípios com financiamentos do Programa ABC (NMABC); Área de Recuperação de Pastagens Degradadas (RDP); e, Produtores orgânicos inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). Exceto a ação relacionada ao CNPO, as outras integram o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC. As ações que integram o Plano ABC – preconizada na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) e a ação relacionada ao CNPO têm como objetivos melhorar a eficiência no uso de recursos naturais, fortalecer a renda do produtor rural e aumentar a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas, com vistas a promover a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agricultura. O Indicador ISA do Programa Agropecuária Sustentável suplantou a meta anual prevista, perfazendo o total de 51,87% em 2021. Todas as Dimensões que compõem o Índice obtiveram rendimento acima das suas metas, que eram de 50%, 19,5% e 48% para DCP, DAA e DSM, respectivamente. A Dimensão Crescimento da Produtividade (DCP) obteve resultado de 52,94%. Os

cultivos que tiveram crescimento de produtividade foram amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, soja, trigo e triticale, enquanto os demais produtos tiveram redução na produtividade. No que diz respeito à safra de café, os efeitos fisiológicos da bienalidade negativa, observados em diversas regiões produtoras nesta safra, bem como as condições climáticas adversas de seca em muitas localidades, influenciaram diretamente nas lavouras, tanto para a redução do rendimento médio como para a diminuição da área em produção. Além disso, houve a ocorrência de geadas em junho e julho, embora com pouca interferência nesta safra, impactando as lavouras de café em produção e em formação. Já quanto a produção de cana-de-açúcar, esta considera os efeitos climáticos adversos da estiagem durante o ciclo produtivo das lavouras e as baixas temperaturas registradas em junho e julho deste ano, inclusive com episódios de geadas em algumas áreas de produção, sobretudo em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Em decorrência desses problemas, este levantamento aponta para uma redução na produção de cana-de-açúcar em comparação à temporada passada. A Dimensão Adequação Ambiental (DAA) excedeu a meta prevista, obtendo resultado de 24,32%, quase um quarto acima da meta prevista em 2021. Apesar do bom resultado do indicador, ainda há desafios a serem superados, tais como: particularidades regionais do país; particularidades das inscrições dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos Assentamentos; falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (se traduz em resistência do público-alvo); necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais competentes nas novas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural; insuficiência de equipe técnica nas Unidades Federativas; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; e, a necessidade de se ampliar a articulação e sinergia com diferentes atores, nas três esferas governamentais. A última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados (DSM), obteve excelente resultado, ao ficar 63% acima da meta proposta de 48% para o ano. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao “Número de produtores orgânicos inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)” e à “Área de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)”, que ultrapassaram suas respectivas metas para o ano. No que se refere ao número de produtores orgânicos, o período de isolamento imposto pela Pandemia de COVID-19 prejudicou a entrada de novos produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Entretanto, nos últimos meses do ano de 2021, quando houve relaxamento das restrições impostas pela pandemia, houve a retomada de atividades presenciais que possibilitaram o retorno das visitas de pares e inspeções imprescindíveis para a verificação dos sistemas de produção orgânica, indicando, ao final, crescimento da produção, principalmente justificada pela demanda dos consumidores. Em relação à tecnologia de ILPF, obteve-se valor bem acima do esperado. Em virtude da sistemática utilizada para obtenção dos dados, diretamente pelo Sistema SICOR do Banco Central do Brasil, não é possível fazer detalhamentos dos financiamentos ofertados via crédito rural - Programa ABC. Sem esses detalhamentos não há como qualificar o destino do recurso, e é possível que a área com uso da tecnologia ILPF seja superestimada. O aumento da área com ILPF ocorreu apesar do aumento de cerca de 20% nas taxas de juros mínimas e máximas das linhas de crédito do Programa ABC. Os demais subindicadores que compõem o DSM tiveram resultado abaixo do esperado: os das tecnologias de Sistema Plantio Direto (SPD), de Florestas Plantadas (FP), de Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD) e do número de Municípios que utilizam Tecnologia do Plano ABC. Esse desempenho se deu pela existência de outras linhas de crédito do Plano Safra que competiram com o Programa ABC, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto) e da participação do crédito rural oficial no financiamento da produção agropecuária brasileira. Outro ponto que também contribuiu de forma negativa para o resultado desses subindicadores foi a suspensão do protocolo de pedidos de financiamento no BNDES, que já vinha ocorrendo em alguns anos anteriores e voltou a ocorrer no ano de 2021 (de setembro em diante). Especificamente, no que diz respeito ao “Número de Municípios que utilizam Tecnologia do Plano ABC”, contribuiu para o não alcance da meta a insuficiência de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC, com impacto negativo sobre o conhecimento e a compreensão do benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC pelos produtores rurais. Ainda nesse sentido, as restrições impostas pela pandemia comprometeram a execução das ações de transferência de tecnologia e de promoção do Plano ABC, também impactando negativamente na sua adoção e consequente expansão. Outros pontos a serem superados para melhoria dos resultados do Plano ABC no país seriam: o tratamento das restrições fundiárias; as restrições de acesso à crédito; restrições de logística (seja de insumos ou de bens produzidos) em diversas regiões do país; restrições derivadas da seca no Nordeste; e a necessidade de criação/disseminação de tecnologias/práticas que proporcionem o avanço das tecnologias do Plano ABC na Caatinga. Outros resultados relevantes obtidos são os seguintes: Em 2021, para agricultores familiares, médios produtores, técnicos agrícolas e outros atores, foram ofertados 49.612 serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), atingindo o resultado de 96% da meta para o ano. Os reflexos continuados da pandemia por SARS-COV-2 gerados em toda a população impactaram mais fortemente alguns setores do sistema produtivo brasileiro. Em contrapartida, os mecanismos de monitoramento e avaliação de ATER foram aprimorados em 2021, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados. O Programa Residência Profissional Agrícola - AgroResidência beneficiou 570 estudantes e profissionais recém-egressos da faculdade, dos quais, ainda em 2021, 97 (17%) foram empregados pelas empresas. No âmbito do Programa ATER Digital, foram realizadas ações de estruturação, modernização, organização, e desenvolvimento de sistemas e de aplicativos para prestação de assistência técnica e extensão rural, que capacitarão agentes de

ATER, assim como beneficiarão um público direto estimado atualmente em 4.307.814 pessoas, dentre produtores familiares, agroindústrias, cooperativas, estudantes, jovens, mulheres produtoras rurais e extensionistas. Em relação ao Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, a pandemia possibilitou o aumento no número de produtores rurais beneficiados, pois houve maior aporte de crédito e, conseqüentemente, maior demanda por parte dos produtores rurais, impactando positivamente a execução dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Vendas em Balcão (ProVB), e da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). No âmbito de todo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como um todo, atualmente substituído pelo Programa Alimenta Brasil (Lei nº 14.284/2021), na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS), relativa aos projetos contratados em 2019 e 2020, foram entregues 47 mil toneladas de alimentos em 2021. Além da modalidade CDS, foram entregues mais de 38,4 mil toneladas de alimentos, distribuídos em cerca de 1,7 milhão de cestas, a 596 mil famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, distribuídas da seguinte forma, por segmento: 1) Quilombolas: 111.944 famílias, 410.785 cestas e 8.909 t de alimentos; 2) Indígenas: 203.493 famílias, 744.170 cestas e 16.182 t de alimentos; 3) Pescadores artesanais: 246.027 famílias, 500.340 cestas e 10.945 t de alimentos; 4) Extrativistas: 27.751 famílias, 105.314 cestas e 2.320 t de alimentos; e, 5) Mulheres em vulnerabilidade: 6.928 mulheres, 6.928 cestas e 111 t de alimentos. A taxa de juros atrativa praticada ao longo do ano para os produtores rurais, conjugada com o aumento da Taxa Selic, proporcionou maior demanda pela tomada de recursos do crédito rural, obtendo-se o resultado de 36,95% de aumento em relação ao ano anterior, suplantando a meta de 6,2% em 2021. Esteve disponível para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em 2021, o montante de R\$ 1,181 bilhão, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento da subvenção. Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 121,2 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 14 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 68,3 bilhões. O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) visa fornecer informações mais confiáveis, auxiliando a tomada de decisões do setor público e privado sobre aptidão para o cultivo de culturas no país. Resultado satisfatório foi obtido em 2021, pois executou-se 100% dos estudos previstos (13) no ano, apesar de todos os problemas advindos da pandemia de Covid-19. A pandemia aumentou a demanda por alimentos no mundo, mantendo-se intensa em 2021. Esse fato ensejou um recorde no volume de exportações do agronegócio brasileiro, totalizando US\$ 120,6 bilhões no ano (aumento de 20% em relação ao ano anterior, representando o agronegócio 43% das exportações totais brasileiras). Também foram abertos 77 mercados no ano, significando a possibilidade de acesso a novas categorias de produtos do agronegócio para os diversos países que o Brasil já exporta. Entre as safras 2019/2020 e 2020/2021 houve redução no volume da produção de grãos em cerca de 2%. Essa tendência de redução veio acompanhada de um aumento da capacidade estática de armazenagem pelo poder público no Brasil em cerca de 2,8%. A redução da safra somada ao aumento da capacidade estática fez com que a disponibilidade de armazenamento de grãos aumentasse no País. Referente ao Cadastro Ambiental Rural, em 2021 obteve-se o resultado de 210.210.306,53 ha (29,29% maior do que a meta prevista para o ano) de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Esse resultado incorpora 90.106.230,44 ha em relação ao valor observado em dezembro de 2019, cumulativamente. Dentre os principais fatores que contribuíram positivamente para a execução apresentada, podemos destacar o lançamento da Análise Dinamizada e do Módulo de Regularização Ambiental, a produção de mapeamentos temáticos, capacitações em apoio aos entes federados e elaboração do Plano de Comunicação para implantação da ferramenta de análise dinamizada.

Meta: 0513 - Elevar de 29,5% para 59% o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 29,5

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Meta prevista para 2020: 32

Meta prevista para 2021: 39

Meta prevista para 2022: 48

Meta prevista para 2023: 59

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 51,87

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: A adoção das tecnologias do Plano ABC depende apenas da escolha do produtor. Essa decisão pode estar em embasada em: aspectos econômicos, sociais, políticos ou ambientais, tais como: decisões políticas em nível local (planos estaduais mais atrativos); concorrência de linhas de crédito com condições melhores que as oferecidas pelo Plano ABC; direcionamentos por agentes bancários para a escolha de outra linha de crédito; condições climáticas podem favorecer a demanda por crédito em uma região em detrimento de outra, fazendo com que as metas propostas se tornem mera expectativa ao invés de metas objetivas; metodologia de transferência de tecnologia se dá por meio de universidades, institutos federais, entre outras instituições de pesquisa, assim a governança do MAPA no alcance de metas propostas se torna baixa; diferenças edafoclimáticas relevantes entre as várias regiões do país podem dificultar a implantação das tecnologias do Plano ABC, fazendo com que algumas regiões sejam adequadas e outras não; impossibilidade de prever a adoção do Plano ABC, sendo que, historicamente, há alternância entre as regiões, não havendo uma métrica linear a ser seguida. Assim, as ações praticadas no âmbito do Programa ABC não possuem um impacto direto na adoção das tecnologias do Plano, via Programa ABC, pelo produtor rural, que se refletiria nos indicadores: número de municípios com ABC e área das tecnologias mencionadas no PPA. Ela tem um impacto indireto, mas o grau deste varia em virtude dos pontos levantados acima.

Notas do usuário: Lançamento realizado pela CGPLAN/MAPA após coleta de informações com as áreas técnicas do MAPA.

Indicador: 8710 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária

Informações básicas

Unidade de medida: %

Valor de referência: 29,54

Data de Apuração: 31/12/2019

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 51,87

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0201 - Ampliar a utilização das tecnologias do Plano ABC nos municípios do Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 2.930

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Municípios com Tecnologias do Plano ABC financiadas.

Meta prevista para 2020: 2.989

Meta prevista para 2021: 3.050

Meta prevista para 2022: 3.110

Meta prevista para 2023: 3.170

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.036

Data do valor apurado: 19/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O desempenho foi impactado, principalmente, devido ao aumento de cerca de 20 % nas taxas de juros mínima e máxima da linha de crédito Programa ABC, sem mencionar no impacto causado pela existência de outras linhas de crédito do plano safra que competem com o Programa ABC, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto), etc. Não obstante, entendemos que a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento e compreensão e benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC. Neste sentido, o estado de pandemia compromete a execução in loco destas ações de transferência de tecnologia e de promoção do Plano ABC, impactando negativamente na sua adoção e consequente expansão. Adicionalmente, este desempenho se deu apesar da existência de outras linhas de crédito do plano safra que competem com o Programa ABC, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto), da participação do crédito rural oficial no financiamento da produção agropecuária brasileira, etc. Outro ponto que também contribui de forma negativa é a suspensão do protocolo no BNDES de pedidos de financiamento, que já vem ocorrendo em alguns anos anteriores e voltou a ocorrer no ano de 2021 (suspensão em setembro de 2021), tendo em vista o exposto a seguir, nos termos da própria comunicação do BNDES: "...em razão do nível de comprometimento dos recursos disponíveis no aludido Programa, para o Ano Agrícola 2021/2022."

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: insuficiência orçamentária de recursos do BNDES que causa a suspensão dos protocolos de financiamento da linha de crédito do Plano ABC / ABC+, o Programa ABC.

Providências implementadas para a superação da restrição: Providências sob a responsabilidade de outro órgão ou setor do MAPA.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia compromete a execução in loco das ações de transferência de tecnologia e de promoção do Plano ABC (ABC+, atualmente), impactando negativamente na sua adoção e consequente expansão.

Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de eventos virtuais que minimizam os efeitos da pandemia, mas que não permitem uma melhor interação ou visualização dos resultados da implementação das tecnologias do ABC+ em campo.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	431	19/01/2022	3 municípios a menos do que o informado em dez[2020, tendo em vista as explicações contidas na página do resultado intermediário. Em que pese 92,3% dos municípios desta região já possuem financiamento com as tecnologias do Plano ABC, via Programa ABC.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	390	19/01/2022	A região alcançou 21,7% dos municípios da região, ao atingir um montante de 390 municípios diferentes com financiamentos das tecnologias do Plano ABC, via Programa ABC.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	297	19/01/2022	7 municípios a menos do que o informado em dez20,tendo em vista as explicações contidas na página do resultado intermediário. em que pese 66% dos municípios desta região já possuírem financiamentos com as tecnologias do Plano ABC, via Programa ABC	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.188	19/01/2022	13 municípios a mais do que o informado em dez20. O valor alcançado de 1.188 municípios representa 71,2% dos municípios desta região com financiamentos das tecnologias do Plano ABC, via Programa ABC.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	730	19/01/2022	A região alcançou 61,3% dos municípios da região, ao atingir um montante de 730 municípios diferentes com financiamentos das tecnologias do Plano ABC, via Programa ABC.	Não informado

Resultado Intermediário: 0202 - Ampliar a oferta de serviços de ATER aos agricultores familiares, médios produtores, técnicos agrícolas e outros atores

Informações básicas

Unidade de medida: Serviço Ofertado

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

Meta prevista para 2020: 45.500

Meta prevista para 2021: 53.344

Meta prevista para 2022: 36.200
Meta prevista para 2023: 36.200

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 49.612

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2021 atingimos 96% da meta proposta em decorrência continuada dos reflexos da pandemia por SARS-COV-2 gerados em toda a população e impactando mais fortemente em alguns setores do sistema produtivo brasileiro. Os mecanismos de monitoramento e avaliação foram aprimorados em 2021, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Diminuição de recursos orçamentários.

Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliar recursos via emendas parlamentares e de outras áreas e instituições.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Número limitado de servidores

Providências implementadas para a superação da restrição: Contratação de pessoal via concurso público.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O atendimento às famílias pela assistência técnica e extensão rural ficou afetado devido a restrições encontradas nos Estados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Construir metodologias de atendimento remoto.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	6.500	6.500	6.500	7.232	31/12/2021	Dentro do previsto.	Não informado
Região Nordeste	-	33.144	16.000	16.000	25.869	31/12/2021	Dentro do limite.	Não informado
Região Norte	-	7.000	7.000	7.000	2,397	31/12/2021	Dentro do limite.	Não informado

Região Sudeste	-	3.000	3.000	3.000	800	31/12/2021	Dentro do limite.	Não informado
Região Sul	-	3.700	3.700	3.700	13.314	31/12/2021	Dentro do limite.	Não informado

Resultado Intermediário: 0203 - Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 11.195
Data de referência da linha de base: 31/07/2020
Indicador: Número de produtores familiares atendidos pelo PAA, PGPM-Bio e ProvB.
Meta prevista para 2020: 13.000
Meta prevista para 2021: 23.643
Meta prevista para 2022: 23.643
Meta prevista para 2023: 23.643

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 29.580
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com a pandemia do Coronavírus um maior número de produtores rurais foi beneficiado com os atendimentos. Houve aumento na demanda e na execução dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Vendas em Balcão (ProvB) e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o que levou a superação da meta estabelecida.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Amazônia Legal	13.000	23.643	23.643	23.643	29.580	31/12/2021	Com a pandemia do Corona Vírus um maior número de produtores rurais foram beneficiados, pois houve maior demanda em relação à execução dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Vendas em Balcão (ProvB) e Política de	Com o alcance da meta o Projeto

							Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o que levou a superação da meta estabelecida. produtores rurais foram beneficiados com os atendimentos	será encerrado nos próximos meses.

Resultado Intermediário: 0204 - Ampliar o acesso ao crédito rural

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: -1,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de crescimento das contratações do crédito rural
Meta prevista para 2020: 1,79
Meta prevista para 2021: 6,2
Meta prevista para 2022: 6,2
Meta prevista para 2023: 6,2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 36,953
Data do valor apurado: 05/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Face a uma previsão de crescimento de 6,2% nas contratações do crédito rural, baseada na média dos últimos 5 anos, foi observado um crescimento de 36,95% no valor das contratações do crédito. Tal performance se deve, principalmente, à grande demanda por tomada de recursos do crédito rural, observada ao longo do ano; conjugada com o reduzido valor da taxa de juros praticada - fator que se agrava, principalmente, com o aumento da Taxa Selic no segundo semestre do ano - configurando uma taxa de juros extremamente atrativa aos produtores rurais.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Mesmo com tal crescimento nas contratações realizada, observa-se, ainda, considerável demanda por recursos equalizáveis - informada pelos agentes financeiros - que acaba por não ser atendida e gera uma demanda represada crescente a cada safra. Como há limitação nos recursos disponibilizados, para equalização de taxa de juros, pelo Tesouro Nacional, tal demanda acaba não sendo atendida e os recursos equalizados esgotam-se cada vez mais cedo, após o início de um novo Ano Safra. Assim sendo, seria possível estabelecer metas e obter resultados ainda mais benéficos aos produtores rurais caso houvesse maior disponibilidade de recursos para equalização de taxa de juros.
Providências implementadas para a superação da restrição: Como a disponibilidade orçamentária é determinada pelo Tesouro Nacional, não há como ampliar tal disponibilidade.
Notas do usuário: Sem mais notas.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	9,9	9,9	9,9	43,79	05/01/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	15,2	15,2	15,2	35,111	05/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	4	4	4	53,612	05/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	3,6	3,6	3,6	34,429	05/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	9	9	9	30,499	05/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0205 - Ampliar a quantidade de culturas realizadas ou revisadas para os estudos ZARC no ano.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de culturas realizadas ou revisadas para os estudos ZARC no ano
Meta prevista para 2020: 15
Meta prevista para 2021: 13
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 13
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Diante de algumas dificuldades enfrentadas 2020, para o exercício de 2021 houve um planejamento melhor e a execução das metas transcorreu normalmente. Já bem ambientados com as restrições do trabalho presencial e trabalhando remotamente por conta da pandemia causada pelo COVID 19, foram realizadas reuniões de validação dos estudos de ZARC todas de forma virtual, assim como as demais de coordenações e alinhamento das prioridades atendimento de demandas e toda parte operacional do dia-dia. À medida que a Embrapa entregava os estudos validados, nosso pessoal aqui da Coordenação já consolidava e fazia as publicações. Desta forma a meta de 13 culturas foi alcançada com sucesso e conforme informado, todas as regiões foram contempladas. Importante destacar que as ações executadas no âmbito do ZARC visam fornecer informações mais

confiáveis, auxiliando na tomada de decisões do setor público e privado. As ações contemplam todas regiões brasileiras, visto que o ZARC é realizado por Estado e muitas das culturas que foram objeto de estudos em 2021 possuem aptidão para cultivo em todas as regiões do país. Referente a questão orçamentária, tivemos o aporte de recursos do Banco Central para a Embrapa por meio do convenio de Cooperação Técnica para fins de pesquisas agropecuárias referente ao ZARC. No entanto, cabe destacar que é preciso reforçar junto a área econômica a importância de destinação de recursos compatíveis com as demandas de ZARC no orçamento, pois não se tem a garantia que nos próximos anos o Banco Central continuará fornecendo este aporte financeiro.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O ZARC vem avançando com vistas se tornar uma ferramenta cada vez mais eficaz. Neste exercício de 2021, além das revisões de 13 culturas, foi dado início ao desenvolvimento do Zoneamento baseado em produtividade e para o exercício de 2022 esta previsto a conclusão desta nova modalidade para as culturas de soja, milho e cana de açúcar

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	10	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	9	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	6	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	11	31/12/2021	Não informado	Data do Valor Apurado nesta Regionalização inserida em 24/02/2022 por LFMO (ME/SEPLA)
Região Sul	-	-	-	-	12	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0340 - Ampliar a área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR

Informações básicas

Unidade de medida: hectare (ha)

Linha de base: 120.104.076,09

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR

Meta prevista para 2020: 135.552.397,98

Meta prevista para 2021: 162.583.376,68

Meta prevista para 2022: 195.223.143,93

Meta prevista para 2023: 234.690.210,42

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 210.210.306,53

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O total acumulado (desde o início do CAR) de área de cadastros analisados até 31 de dezembro de 2021 perfaz 210.210.306,53 hectares, o que representa 129% da meta estabelecida para 2021. Os fatores que mais contribuíram positivamente para os resultados foram: importância da agenda no contexto internacional e consequente aporte de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e execução da política; realização do VIII Encontro Nacional de Implantação do Cadastro Ambiental Rural em outubro de 2021, com a participação das 27 unidades da federação e instituições parceiras; desenvolvimento e manutenção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) associados à solução da análise do CAR, disponibilização de recursos tecnológicos/transferência de tecnologias/apoio técnico às UFs; lançamento da Análise Dinamizada e do Módulo de Regularização Ambiental, produção de mapeamentos temáticos e capacitações em apoio aos entes federados; e elaboração do Plano de Comunicação para implantação da solução da análise dinamizada CAR. Por outro lado, os principais fatores que impediram maiores avanços na agenda foram: equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do SFB, como competências da agenda compartilhadas com Estados e Distrito Federal (o SFB não analisa CAR); insuficiência de recursos nos órgãos estaduais competentes; falta de regulamentação e priorização da agenda nos Estados; transição de competências entre instituições estaduais; falta de conhecimento dos produtores rurais acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (se traduz em resistência do público-alvo); e situação da pandemia do COVID-19, com reflexos na capacidade de análise de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelos órgãos competentes e retorno do proprietários e possuidores.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: O corpo técnico da Diretoria de Regularização Ambiental, responsável pela agenda de regularização ambiental em âmbito nacional, é extremamente reduzido. Os órgãos estaduais gestores do CAR também possuem insuficiência de recursos humanos para a análise de equipe do CAR, análise dinamizada, apoio aos proprietários e possuidores de imóveis rurais pequenos e assistência técnica/capacitação. .

Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito do SFB: Solicitação de apoio ao Gabinete da Ministra para movimentação interna (SFB e MAPA) e externa (outros Ministérios) de servidores para a Diretoria de Regularização Ambiental; contratação de consultores; contratação de estagiários. No âmbito dos Estados: apoio do SFB por meio de Projetos de Cooperação Internacional (produção de mapeamentos, contratação de consultorias, aquisição de bens, etc), produção de material didático e capacitação à distância para capacitação dos servidores e produtores rurais; articulação e capacitação do Serviço Nacional de Aprendizado Rural - SENAR para apoio e aumento da capilaridade das capacitações no meio rural.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: A maioria dos órgãos estaduais gestores do CAR não possuem computadores, sistemas, infraestrutura tecnológica e espaço físico suficientes e/ou adequados à operacionalização da política de regularização ambiental em âmbito estadual, sobretudo da análise do CAR.

Providências implementadas para a superação da restrição: Lançamento e desenvolvimento de melhorias no módulo de Análise Dinamizada do CAR com implantação de infraestrutura de processamento centralizada, hospedada pelo Serviço Florestal Brasileiro, disponibilização de recursos tecnológicos/transferência de tecnologias/apoio técnico às UFs.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Detalhamento da restrição: Em grande parte das Unidades Federativas a agenda de regularização ambiental não é priorizada como deveria pela alta gestão.

Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliação da articulação da Diretoria finalística e do Diretor Geral do SFB com os diversos atores da política, em especial com os gestores estaduais da agenda de regularização ambiental.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Mudanças nas diretrizes de implementação da agenda de regularização ambiental, transição ou compartilhamento de competências relativas à política de regularização ambiental entre órgãos de meio ambiente e agricultura em várias Unidades Federativas do CAR (perda da memória sobre a agenda, necessidade de novas capacitações técnicas, necessidade de definição de atribuições) e atrasos na regulamentação da política em âmbito estadual.

Providências implementadas para a superação da restrição: Oferta de novas capacitações, realização do VIII Encontro de Implantação do Cadastro Ambiental Rural (com fóruns de discussões técnicas e de implantação dos marcos legais) e articulações da Diretoria finalística e do Diretor Geral do SFB com diversos atores, sobretudo gestores estaduais responsáveis pela agenda de regularização ambiental, para sensibilização quanto à importância da política.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: 1 - Fatores externos adversos à governança do SFB, como as competências da agenda compartilhadas com Estados e Distrito Federal, o que reduz o impacto das soluções engendradas pelo SFB na implantação da política e gera necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores, sendo importante ressaltar que ao SFB, enquanto órgão gestor do SICAR e coordenador do CAR em âmbito federal, não compete analisar os dados declarados, e sim prestar apoio técnico à implantação da análise nas unidades federativas, conforme dispõe o Decreto nº 10.253, de 2020; 2 - Insuficiência orçamentária e financeira nos órgãos estaduais gestores do CAR traduzida em inexistência, insuficiência ou inadequação de insumos de qualidade para a produção de bases de referência para a análise e retificação dinamizada do CAR e inadequação de infraestrutura tecnológica para operacionalização de determinadas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural; 3 - Falta de conhecimento dos produtores rurais acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios e consequente resistência do público-alvo em razão de limitações de conexão com a internet no campo, que precarizam o acesso às informações e acompanhamento da situação e condição do cadastro pelos produtores rurais; a complexidade da temática e baixa escolaridade dos produtores rurais; insuficiência de capacitação e assistência técnica estadual; 4 - Situação da pandemia do COVID-19, com reflexos na capacidade de análise de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelos órgãos competentes e na capacidade da equipe responsável pela política de regularização ambiental de operacionalização da agenda.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1 - Aumento de eventos de articulação institucional; 2 - Apoio financeiro (orçamentário e não-orçamentário) e operacional - descentralização e/ou contratação da produção de insumos (mapeamentos temáticos) para a análise e retificação dinamizada do CAR, desenvolvimento de customizações e soluções de integração de informações do CAR, aquisição de infraestrutura, etc) - do SFB aos órgãos estaduais gestores do CAR; 3 - Produção de material didático para capacitação à distância, cartilhas, tutoriais e material de divulgação (digital e impresso) em linguagem acessível sobre a regularização ambiental de imóveis rurais, publicações em mídias sociais; ações de reformulação do site do CAR para torná-lo mais atrativo e acessível, em formato web e para celulares; 4 - Foram ofertadas capacitações, eventos e reuniões na modalidade à distância, e, além disso, especificamente para a equipe técnica da Coordenação Geral do SFB responsável pela agenda, foram emprestados computadores patrimoniados com configurações compatíveis à operacionalização das demandas da agenda de regularização ambiental.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	9.009.120,72	10.630.762,45	12.544.299,69	14.802.273,63	38.843.221,57	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	26.740.751,05	34.228.161,34	43.812.046,52	56.079.419,54	45.416.882,21	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Norte	90.633.318,47	106.947.315,79	126.197.832,64	148.913.442,51	116.436.891,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	850.560,87	961.133,79	1.086.081,18	1.227.271,74	533.103,69	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	8.318.646,87	9.816.003,31	11.582.883,9	13.667.803	8.980.207,87	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 1040 - GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

Objetivo: 1236 - Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Governança Fundiária tem como objetivo “Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra” e, para medir o alcance desse objetivo, foram determinadas metas anuais para o período do PPA, a serem aferidas, anualmente, pelo indicador “Índice de Regularização Fundiária - IRF”. No ano de 2021 foram emitidos 139.526 documentos titulatórios, sendo 120.946 referentes a Projetos de Assentamento e 18.580 da titulação de Regularização Fundiária. Para ano de 2021 no Plano Plurianual - PPA foi estabelecida para o indicador - Índice de Regularização Fundiária, a meta de alcance de 9,75% e o índice obtido foi de 24,24%, considerando o total de 248.638 documentos titulatórios emitidos (cumulativamente entre os anos de 2020 e 2021), em relação a demanda estimada de 1.025.875 de processos. Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à Pandemia da Covid-19, que limitaram as atividades de campo nos PA, e a redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, tanto no Incra/Sede como nas SR, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo. Outra restrição que tivemos foi relativa ao orçamento, em termos de valores disponibilizados e extemporaneidade na liberação. Ainda em 2021, foi instituído o Programa Titula Brasil, com o objetivo de tornar mais eficaz a política pública de titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou da Autarquia. O programa aumentou a capacidade operacional do Incra na execução das políticas tendo o apoio dos municípios por meio de Núcleos Municipais de Regularização Fundiária – NMRF, uma parceria operacionalizada mediante Acordos de Cooperação Técnica entre o Incra e as Prefeituras, a qual proporciona a inserção dos agricultores definitivamente na dinâmica produtiva e social do município. Outro avanço foi o lançamento da Plataforma de Governança Fundiária - PGT, que faz parte da transformação digital que vem para modernizar e agilizar a prestação de serviços ao cidadão e no campo rural. A ferramenta representa um avanço significativo, já que irá facilitar a vida dos produtores rurais de todo o País, pois reúne diversos serviços essenciais do Incra e ajudará a levar mais segurança, transparência, agilidade e acesso à tecnologia e serviços digitais aos beneficiários das políticas públicas ofertadas pelo Incra.

Meta: 052H - Elevar de 0,00% para 19,50% o Índice de Regularização Fundiária até 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 11/06/2019
Meta prevista para 2020: 4,87
Meta prevista para 2021: 9,75
Meta prevista para 2022: 14,62
Meta prevista para 2023: 19,5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 24,24
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Elevado número de servidores aposentados nos últimos anos, reduzindo a capacidade operacional da Instituição.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estabelecimento de parcerias institucionais com outras esferas do poder público (municípios, estados e instituições federais).

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As restrições da Covid 19 impactaram na capacidade operacional das Superintendências Regionais para as atividades de campo (supervisão ocupacional), com muitos servidores atuando em trabalho remoto.

Providências implementadas para a superação da restrição: Planejamento, monitoramento e apoio operacional junto às Superintendências Regionais.

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	20,18	40,35	60,53	80,7	58,11	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	2,49	4,98	7,48	9,97	17,06	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	6,36	12,72	19,09	25,45	38,7	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Sudeste	4,49	8,99	13,48	17,97	9,85	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	12,79	25,58	38,37	51,16	24,68	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8703 - Índice de Regularização Fundiária

Informações básicas

Unidade de medida: percentual alcançado
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 11/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Quadrimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 24,24
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0187 - Hectares de terras devolutas arrecadadas

Informações básicas

Unidade de medida: hectares/ano
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Hectares de terras devolutas arrecadadas anualmente
Meta prevista para 2020: 500.000
Meta prevista para 2021: 200.000
Meta prevista para 2022: 500.000
Meta prevista para 2023: 500.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As equipes do Incra na região são insuficientes para a execução dessa meta. Os recursos humanos existentes estão alocados nas ações de emissão de documentos titulatários em Glebas Públicas Federais já arrecadadas.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: As equipes nas Superintendências Regionais são insuficientes para a execução dessa meta. Os recursos humanos existentes estão alocados nas ações de emissão de documentos titulatários em Glebas Públicas Federais já arrecadadas

Providências implementadas para a superação da restrição: A Diretoria de Governança Fundiária está organizando um treinamento das equipes e montará um monitoramento constante da ação durante o ano de 2022 com vistas melhorar o desempenho dessa ação no próximo exercício.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Detalhamento da restrição: Os recursos humanos e orçamentários estão alocados para a emissão de documentos titulatários.

Providências implementadas para a superação da restrição: Será montada pela diretoria, durante o exercício 2022 um plano de monitoramento da ação com metas específicas a serem cumpridas por cada Superintendência Regional.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: As metas pactuadas são muito acima das condições orçamentárias e de pessoal da Autarquia.

Providências implementadas para a superação da restrição: o Incra deverá promover gestão junto às instâncias responsáveis pela repactuação das metas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Norte	500.000	200.000	500.000	500.000	0	31/12/2021	As equipes nas Superintendências Regionais são insuficientes para a execução dessa meta. Os recursos humanos existentes estão alocados nas ações de emissão de documentos titulatários em Glebas Públicas Federais já arrecadadas.	Não informado

Resultado Intermediário: 0188 - Vistorias de supervisão ocupacional realizadas através do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) ou através do sistema Regularização Ambiental e Diagnóstico dos Sistemas Agrários (RADIS).

Informações básicas

Unidade de medida: unidade/ano
Linha de base: 27.221
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de vistorias anuais de supervisão ocupacional com geração de laudos.
Meta prevista para 2020: 20.000
Meta prevista para 2021: 20.000
Meta prevista para 2022: 20.000
Meta prevista para 2023: 20.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58.047
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado satisfatório da ação de supervisão ocupacional em 2021, superando a meta prevista, reflete o efeito das parcerias institucionais estabelecidas pelo Incra para esta ação, em especial por meio de TEDs com Universidades e Institutos Federais e ACTs com municípios no Programa Titula Brasil. No caso da Região Sul, o resultado abaixo da meta se explica pois foi a única região que não foi contemplada com TEDs em 2021, aliado às restrições da Covid-19 que impactou a capacidade operacional das Superintendências Regionais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Elevado número de servidores aposentados nos últimos anos, reduzindo a capacidade operacional da Instituição.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estabelecimento de parcerias institucionais com outras esferas do poder público (municípios, estados e instituições federais).

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: As restrições da Covid 19 impactaram na capacidade operacional das Superintendências Regionais para as atividades de campo (supervisão ocupacional), com muitos servidores atuando em trabalho remoto.
Providências implementadas para a superação da restrição: O estabelecimento de parcerias institucionais (TEDs, ACTs, entre outras) permitiu a execução da supervisão ocupacional nos projetos de assentamento.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4.000	4.000	4.000	4.000	14.114	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Nordeste	6.000	6.000	6.000	6.000	27.156	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	7.000	7.000	7.000	7.000	11.960	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	1.000	1.000	1.000	1.000	4.460	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000	357	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0189 - Concessão de títulos dominiais provisórios e definitivos emitidos em assentamentos da reforma agrária.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade/ano

Linha de base: 28.216

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de títulos dominiais provisórios (CCU) e definitivos (TD e CDRU) emitidos em assentamentos da reforma agrária anualmente.

Meta prevista para 2020: 25.000

Meta prevista para 2021: 25.000

Meta prevista para 2022: 25.000

Meta prevista para 2023: 25.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 120.946

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado satisfatório da ação de titulação em 2021, superando a meta prevista, reflete a prioridade dada pela Instituição no desenvolvimento da ação, com planejamento e monitoramento constante pela Direção do Incra junto às Superintendências Regionais.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	5.000	5.000	5.000	5.000	14.425	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	8.000	8.000	8.000	8.000	43.103	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	5.000	5.000	5.000	5.000	50.944	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3.000	3.000	3.000	3.000	6.795	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	4.000	4.000	4.000	4.000	5.679	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0190 - Concessão de documentos provisórios e definitivos de formalização de vínculo com a terra e de consolidação da propriedade no domínio privado.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade/ano

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Número de documentos provisórios e definitivos de formalização de vínculo com a terra e de consolidação da propriedade no domínio privado concedidos ao ano.

Meta prevista para 2020: 25.000

Meta prevista para 2021: 25.000

Meta prevista para 2022: 25.000

Meta prevista para 2023: 25.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18.580

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta regional não se coaduna com a realidade vivenciada em campo. Há uma discrepância para as metas de titulação para as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste daí o não cumprimento da meta por regiões, mesmo cumprindo e superando a meta para a região Nordeste.

Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de Articulação institucional

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: No ano de 2021 houve problemas com os sistemas fins da autarquia, notadamente o sistema SIGEF Titulação que apresentou várias inconsistências, sanadas apenas no final do exercício.

Providências implementadas para a superação da restrição: A partir da migração dos sistemas fins para o ambiente SERPRO houve melhorias significativas

nos sistemas fins. No quatro trimestre iniciamos os trabalhos da Plataforma de Governança Territorial - PGT que proporcionará ambiente necessário para a aceleração da titulação no exercício 2022.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: A meta regional não se coaduna com a realidade vivenciada em campo. Há uma discrepância para as metas de titulação para as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste daí o não cumprimento da meta por regiões, mesmo cumprindo e superando a meta para a região Nordeste.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Incra realizará gestão junto às instâncias competentes para a correção da meta regionalizada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3.750	3.500	3.500	3.500	98	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	6.250	5.000	5.000	5.000	14.274	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	12.500	15.000	15.000	15.000	4.208	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	1.250	200	200	200	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	1.250	1.300	1.300	1.300	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 1041 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS

Objetivo: 1227 - Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Com o intuito de contribuir com o objetivo de fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras, foram implementadas, em 2021, uma série de iniciativas, ferramentas e instrumentos de gestão. Para a meta de gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos sobre a biodiversidade da flora em Unidades de Conservação – UCs, desenvolver novas ferramentas integrativas e dinâmicas para gestão dos dados sobre biodiversidade é fundamental no contexto de um país megadiverso como o Brasil, que conta com uma ampla rede de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. O Catálogo de Plantas das UCs do Brasil se identifica como uma ferramenta inovadora, desenvolvida para atender à necessidade fundamental de conhecimento e acesso à informação sobre a biodiversidade nas áreas protegidas brasileiras. O objetivo do catálogo é disponibilizar online a lista de espécies de plantas ocorrentes em UCs federais, estaduais e municipais. Os usuários do catálogo podem ter acesso à imagem de um exemplar testemunho representativo da espécie na unidade de conservação pesquisada, proveniente do sistema Herbário Virtual Re flora ou do sistema de gerenciamento de coleções, o JABOT, assim como também é possível conferir o grau de ameaça da espécie atribuído através do sistema Pró-Flora. A plataforma do Catálogo da Flora das Unidades de Conservação, além de propiciar a disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade em áreas protegidas, atua também como um instrumento de gestão para as equipes gestoras das UCs auxiliando no planejamento do uso e do manejo dessas áreas. O catálogo também é utilizado por grupos de pesquisa tanto na procura de espécie foco de estudo quanto no planejamento de projetos de pesquisa principalmente no que tange a escolha da área e da metodologia a serem utilizadas. Em relação às metas estabelecidas para os resultados intermediários, foram acrescidas ao catálogo listas de flora de importantes Unidades de Conservação da Mata Atlântica, o que permitiu superar a meta estabelecida para o ano de 2021, que estava previsto em 16 listas de flora, tendo sido alcançadas 18 listas. Com relação às espécies da flora com o estado de conservação avaliado ou reavaliado, dentre os principais avanços alcançados em 2021, destaca-se os avanços na propositura da lista de espécies da flora, vislumbrando a atualização da lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. A proposta para atualização da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas da Flora Brasileira indica total acumulado (2012-2020) de 22% da flora brasileira avaliada quanto ao risco de extinção, constituindo 7.830 espécies analisadas. Em resumo, do total de espécies avaliadas (avaliações inéditas + reavaliações da Portaria MMA nº 443/2014), 61% foram classificadas em alguma categoria de ameaça, 685 – Criticamente em Perigo CR (13.02%), 681 – Vulnerável VU (12.94%), 1.847 – Em Perigo EN (35.12%). Entre as categorias não ameaçadas, 774 – Dados Insuficientes DD (14.71%), 1078 – Menos Preocupantes LC (20.49%) e 194 – Quase Ameaçados NT (6.68%). No que se refere à regionalização, que pode ser determinada por biomas e estados, é importante esclarecer que uma mesma espécie pode ter ocorrência em mais de um bioma e/ou estado e, portanto, os dados regionalizados não são diretamente comparáveis aos dados de avaliações/reavaliações supracitado. Para o número de espécies avaliadas e ameaçadas por bioma, se verifica as seguintes ocorrências: Amazônia (216); Caatinga (249); Mata Atlântica (2099); Cerrado (786); Pantanal (24); e Pampa (114). Já com relação à distribuição por estados: Rio de Janeiro (989); Minas Gerais (911); Bahia (681); Espírito Santo (581); São Paulo (506); Paraná (309); Santa Catarina (265); Rio Grande do Sul (249); Goiás (166); Amazonas (159); Pará (111); Mato Grosso (105); Pernambuco (90); Mato Grosso do Sul (74); Distrito Federal (59); Tocantins (49); Rondônia (48); Acre (44); Alagoas (44); Maranhão (35); Ceará (34); Piauí (31); Paraíba (30); Amapá (27); Roraima (21); e Rio Grande do Norte (16). Como pode ser verificado, os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e São Paulo apresentaram o maior número de espécies ameaçadas. Esses resultados podem ser justificados pela ocorrência geográfica dos estados na Mata Atlântica, bioma de maior riqueza e com mais espécies ameaçadas de extinção. Por fim, cabe esclarecer que dificuldades não previstas foram fatores limitantes para que os avanços numéricos não fossem maiores do que os efetivamente realizados, dentre estas: (i) insuficiência de servidores e equipe colaboradora, composta em grande maioria por bolsistas vinculados à projetos de pesquisa; (ii) pandemia de COVID19 que impôs dificuldades do trabalho remoto e causou o afastamento de colaboradores; e (iii) problemas no acesso às imagens

disponíveis em bases de dados biológicos digitalizados com impacto direto em uma das principais fases do processo metodológico da avaliação de risco. Destaca-se que foi superada a meta de alcançar 630 unidades de conservação – UCs monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão, uma vez que se contabilizou 645 UCs preenchendo o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGE. Dentre essas, 327 são federais, 308 estaduais e 10 municipais. Regionalmente, têm-se 222 UCs localizadas na Mata Atlântica, 184 na Amazônia, 98 Cerrado 85 na Caatinga, 11, no Pampa, 3 no Pantanal e 42 no ambiente marinho e costeiro. A ferramenta acima mencionada fornece subsídios para a elaboração ou a revisão de Planos de Manejo, contribuindo para o aprimoramento de processos nos órgãos gestores e possibilitando a qualificação da gestão das UCs quanto à efetividade no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, contribuindo para o fortalecimento a conservação e o uso sustentável das unidades de conservação, em especial, em Áreas Protegidas e Comunidades Locais, que também sofrem influência das políticas públicas. Em 2021, foram elaboradas 13 estratégias e instrumentos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras. Alcançou-se importantes avanços no âmbito da conservação da biodiversidade brasileira, dentre os quais destacam-se a reinstalação da Comissão Nacional de Biodiversidade e aprovação da minuta de Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no âmbito da CONABIO para atualização das Listas Nacionais Oficiais; a instituição de Grupo de Trabalho para avaliar e recomendar ações de conservação e uso sustentável

para espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos; e a criação do Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre – Resgate+, com objetivo de propiciar a implementação de ferramentas afugentamento, resgate e assistencialismo de fauna silvestre, em situação de risco e vulnerabilidade. Com relação ao uso sustentável podem ser relacionados os seguintes instrumentos: publicação de lista de espécies nativas da biodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados; portaria com lista para incentivo ao uso de espécies de flora nativa brasileira ameaçadas de extinção em procedimentos para recomposição de vegetação nativa em áreas degradadas, desmatadas ou alteradas; e a impressão do Livro Plantas para o Futuro – Região Norte, publicação com o objetivo de identificar e priorizar espécies nativas com potencial econômico como forma de ampliar o conhecimento e diversificar cadeias produtivas locais. No âmbito da pauta de controle de espécies exóticas invasoras foram realizados avanços na execução do Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - (GEF Pró-Espécies) que possibilitarão a construção do sistema de alerta, detecção precoce e resposta rápida de espécies exóticas invasoras no Brasil. Também cabe destacar a impressão de material informativo para campanha sobre o peixe-leão, visto que tal espécie exótica pode causar grande impacto no ecossistema marinho brasileiro devido a predação de espécies nativas pela mesma e também ao risco à saúde humana, uma vez que os espinhos presentes nas nadadeiras do animal são venenosos. Também é importante ressaltar que, em 2021, foi realizada reorganização dos recursos do Projeto GEF Pró-Espécies, possibilitando destinar, já em 2022, recursos em importantes iniciativas para combate ao tráfico de animais silvestres e, também, na melhoria de infraestrutura de Centros de Triagens de Animais Silvestres – CETAS/IBAMA. Com relação ao ordenamento e efetivação do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, garantindo a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes, em 2021, registraram-se 74.123 cadastros de Acesso, de Notificações de Material Reprodutivo ou Produto Acabado e de Cadastros de Remessa de Patrimônio Genético no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SISGen, valor superior ao previsto para o ano, que era de 61.459 cadastros. O aumento do número de acessos, bem como o aumento do número de remessas e notificações, têm forte relação com a implementação de melhorias no Sistema SisGen, como os novos módulos de Pré-Cadastro e Gerenciamento de Rascunhos, que possibilitam ao usuário a administração do preenchimento das informações de acordo com o avanço da pesquisa ou desenvolvimento tecnológico. Foram realizadas, também, outras melhorias no SisGen decorrentes de Resoluções e Orientações Técnicas definidas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - CGen. Ainda, 756 Termos de Compromisso foram assinados para que os interessados cumprissem com as obrigações de cadastrar, notificar e repartir os benefícios, fortalecendo ainda mais o alcance das metas para o Resultado Intermediário. Diante dos desafios causados pela pandemia de Covid-19, para a implementação de processos de formação e capacitação em temáticas ambientais promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, investiu-se no desenvolvimento de meios digitais para a realização de cursos, seminários, palestras e sistemas informatizados. Em 2021, inovou-se na promoção da educação ambiental não formal com o lançamento e consolidação do Programa Educa+. Em uma linguagem simples e de fácil compreensão, foram 27 lançamentos, entre cursos na modalidade EaD e palestras, sendo todos 100% virtuais e gratuitos. Em um ano, 8.770 pessoas concluíram oito cursos e foram mais de 17 mil visualizações em palestras divididas em 19 temas diferentes. No total, 27 cursos ou palestras com temática ambiental foram disponibilizados em plataformas online do MMA. Em 2021, 3 estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal foram elaborados e/ou implementados. Por meio de emendas parlamentares, cerca de R\$ 22,3 milhões foram destinados para proteção e defesa animal, totalizando 107 instrumentos celebrados. Os projetos em questão terão sua aplicação em municípios de 19 estados brasileiros, de todas as regiões do país. A execução será realizada por municípios e Organização da Sociedade Civil – OSCs, envolvendo, principalmente, a pauta de controle populacional de cães e gatos. Também foram realizados avanços na elaboração de portaria para institucionalização do Programa Nacional de Proteção e Defesa Animal - Pet+, buscando o fomento a ações de bem-estar, guarda-responsável, combate aos maus-tratos, atenção veterinária e controle populacional de cães e gatos, o qual deverá ser publicado no primeiro semestre de 2022. Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs - são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, visando o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido a ser alcançado em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e o envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio 21/2018, Art. 12. § 1º). Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 884 (75,36%) estão contempladas em 48 PANs em execução, portanto, em conformidade com a meta estabelecida para o ano de 2021. Diante dos impactos decorrentes da pandemia de COVID-19, destaca-se a adaptação, criatividade e inovação da atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, para garantir o engajamento de parceiros de forma virtual. Assim, ao longo de 2021, 33 PANs foram monitorados e quatro planos estão na fase de elaboração (Aves do Cerrado e Pantanal - 2º ciclo, Cavernas do Brasil, Insetos Polinizadores e São Francisco - 2º ciclo). Em busca do aprimoramento da ferramenta PAN, por meio da capacitação dos colaboradores do ICMBio, a turma piloto de 2021 do curso “Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção: da concepção à gestão do ICMBio” foi

desenvolvida na modalidade à distância, com carga horária de 40 horas, contando com a participação de 14 educandos selecionados que atuam ou já atuaram com a ferramenta. Houve também avanço em articulação interinstitucional, com apoio da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA. Foram realizadas cinco reuniões regionais envolvendo mais de 70 colaboradores de órgãos estaduais buscando a sinergia das ações de conservação para a fauna ameaçada de extinção.

Meta: 052D - Estratégias e instrumentos de gestão desenvolvidos para conservação, monitoramento, recuperação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0246 - Gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos sobre a biodiversidade da flora em Unidades de Conservação

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Unidades de Conservação

Linha de base: 6

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Unidades de Conservação com lista de flora disponibilizada

Meta prevista para 2020: 8

Meta prevista para 2021: 16

Meta prevista para 2022: 24

Meta prevista para 2023: 32

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação às metas estabelecidas no Plano Plurianual, tanto os resultados

intermediários quanto a meta do programa não sofreram muitas restrições por serem produto de atividades realizadas on-line. Foram acrescentadas ao catálogo listas de flora de importantes Unidades de Conservação da Mata Atlântica, o que permitiu superar a meta estabelecida para o ano de 2021 (prevista em 16 listas de flora), tendo sido alcançadas 18 listas.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	6	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0247 - Espécies da flora com o estado de conservação avaliado ou reavaliado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de espécies da flora

Linha de base: 7.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de espécies da flora avaliadas e reavaliadas quanto ao risco de extinção.

Meta prevista para 2020: 7.050

Meta prevista para 2021: 9.418
Meta prevista para 2022: 9.818
Meta prevista para 2023: 10.218

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7.830

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A síntese da propositura para atualização da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas da Flora Brasileira indica total acumulado (2012-2020) de 22% da flora brasileira avaliada quanto ao risco de extinção, constituindo 7.830 espécies analisadas, sendo 3.213 espécies em categorias CR, EN e VU (inéditas e espécies já presentes na Portaria MMA nº 443/2014 ainda não reavaliadas). Além disso, 2.046 espécies ficaram nas categorias NT, LC e DD dentre as espécies inéditas e 2.571 nas categorias NT, LC e DD dentre as espécies avaliadas na ocasião do Livro Vermelho da Flora do Brasil (2013). A supracitada compilação de dados tem 3.308 avaliações inéditas e 420 reavaliações das 2.113 espécies da flora brasileira oficialmente consideradas ameaçadas de extinção pela Portaria MMA nº 443/2014. Em suma, do total de espécies avaliadas (avaliações inéditas + reavaliações da Portaria MMA nº 443/2014), 61% foram classificadas em alguma categoria de ameaça, 685 – CR (13.02%), 681 - VU (12.94%), 1.847 – EN (35.12%). Entre as categorias não ameaçadas, 774 - DD (14.71%), 1078 - LC (20.49%) e 194 - NT (6.68%).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização se mostrou inviabilizada devido à incidência de diversas espécies em mais de um bioma, ocasionando duplicidade na consolidação dos números regionalizados em comparação ao valor real alcançado na meta.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores atrelados à este Centro (apenas três) e equipe colaboradora diminuta, composta na grande maioria por bolsistas vinculados à projetos de pesquisa com prazo de início e fim pré-estabelecidos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Nova proposta de estrutura regimental e regimento interno e ações internas para vincular pesquisadores à unidade.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia de COVID-19 impôs dificuldades do trabalho remoto e o afastamento de colaboradores por doença.

Providências implementadas para a superação da restrição: Limitação de algumas atividades presenciais e atuação remota nas atividades passíveis de mudança de modelo de trabalho.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0263 - Monitoramento da gestão das Unidades de Conservação

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Unidades de Conservação

Linha de base: 555

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Unidades de Conservação monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão
Meta prevista para 2020: 570
Meta prevista para 2021: 630
Meta prevista para 2022: 660
Meta prevista para 2023: 700

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 645

Data do valor apurado: 21/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador teve seu valor apurado com base nos dados coletados pelas ferramentas SAMGe no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. A meta prevista para o exercício foi superada, mostrando-se adequada com os esforços da Secretaria Áreas Protegidas em difundir a ferramenta junto aos órgãos gestores estaduais e municipais para ampliação da capacidade de monitoramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, por meio do incremento no número de UCs sendo avaliadas por ferramentas de avaliação de efetividade.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	-	-	-	-	184	21/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Caatinga	-	-	-	-	85	21/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Cerrado	-	-	-	-	98	21/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Mata Atlântica	-	-	-	-	222	21/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Pampa	-	-	-	-	11	21/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Pantanal	-	-	-	-	3	21/02/2022	Não informado	Não informado
Zona costeira e marinha	-	-	-	-	42	21/02/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0265 - Estratégias e instrumentos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras elaboradas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de estratégias, iniciativas e instrumentos

Linha de base: 4

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Nº de estratégia e instrumentos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras elaboradas

Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 12

Meta prevista para 2022: 17

Meta prevista para 2023: 22

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 13

Data do valor apurado: 25/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foram realizados importantes avanços no âmbito da conservação da biodiversidade brasileira, dentre os quais destacam-se a reinstalação da Comissão Nacional de Biodiversidade e aprovação da minuta de Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no âmbito da CONABIO para atualização das Listas Nacionais Oficiais; a instituição de GTI para avaliar e recomendar ações de conservação e uso sustentável para espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos; e a criação do Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre – Resgate+, com objetivo de propiciar a implementação de ferramentas afugentamento, resgate e assistencialismo de fauna silvestre, em situação de risco e vulnerabilidade. Com relação ao uso sustentável podem ser relacionadas os seguintes instrumentos: publicação de lista de espécies nativas da biodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados; portaria com lista para incentivo ao uso de espécies de flora nativa brasileira ameaçadas de extinção em procedimentos para recomposição de vegetação nativa em áreas degradadas, desmatadas ou alteradas; e a impressão do Livro Plantas para o Futuro – Região Norte, publicação com o objetivo de identificar e priorizar espécies nativas com potencial econômico como forma de ampliar o conhecimento e diversificar cadeias produtivas locais. No âmbito da pauta de controle de espécies exóticas invasoras foram realizados avanços que possibilitarão a construção do sistema de alerta, detecção precoce e resposta rápida de espécies exóticas invasoras no Brasil. Também cabe destacar a impressão de material informativo para campanha contra o peixe-leão, visto tal espécie exótica pode causar grande impacto no ecossistema marinho brasileiro devido a predação de espécies nativas pela mesma e também o risco à saúde humana, uma vez que os espinhos presentes nas nadadeiras do animal são venenosos.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Haja vista a natureza das ferramentas e estratégias implementadas, as quais objetivam resultados no âmbito nacional, não foi possível a regionalização do presente Resultado Intermediário.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0268 - Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado ordenado e efetivo, garantindo a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes

Informações básicas

Unidade de medida: número de cadastros

Linha de base: 51.459

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Nº de Cadastros de Acesso, de Notificações de Material Reprodutivo ou Produto Acabado e de Cadastros de Remessa de Patrimônio Genético registrados no SISGen

Meta prevista para 2020: 56.459

Meta prevista para 2021: 61.459

Meta prevista para 2022: 66.459

Meta prevista para 2023: 71.459

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 74.123

Data do valor apurado: 25/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No âmbito do presente Resultado Intermediário, entre 2019 e 2020, observa-se um aumento de 11,5% no número de cadastros. Já no ano de 2021, o aumento é de 7,5% quando comparado à 2020, superando em 2,15% a meta anteriormente estabelecida para 2021 em cadastros de Acesso. O aumento do número de acessos, bem como aumento do número de remessas e notificações têm forte relação com a implementação de Módulos no SisGen, como os módulos de Pré-Cadastro e Gerenciamento de Rascunhos, que possibilitam ao usuário a administração do preenchimento das informações de acordo com o avanço da pesquisa ou desenvolvimento tecnológico. Foram realizadas também melhorias no SisGen que foram determinadas por meio de Resoluções e Orientações Técnicas definidas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - CGen. Ainda, 756 Termos de Compromisso foram assinados para que os interessados cumprissem com as obrigações de cadastrar, notificar e repartir os benefícios, fortalecendo ainda mais o alcance das metas para o indicador.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O resultado em questão diz respeito a medidas a serem tomadas em âmbito nacional para garantir o ordenamento e repartição efetiva dos benefícios do patrimônio genético.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0269 - Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - PAN

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 69,22

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN

Meta prevista para 2020: 73

Meta prevista para 2021: 75,36

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75,36

Data do valor apurado: 24/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs - são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, visando o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido a ser alcançado em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio 21/2018, Art. 12. § 1º). Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 884 (75%) estão contempladas em 48 PANs em execução. Diante dos impactos decorrentes da pandemia pelo COVID-19, destaca-se a adaptação, criatividade e inovação da atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, para garantir o engajamento de parceiros de forma virtual. Assim, ao longo do ano, 33 PANs foram monitorados, quatro planos estão na fase de elaboração (Aves do Cerrado e Pantanal - 2º ciclo, Cavernas do Brasil, Insetos Polinizadores e São Francisco - 2º ciclo).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Planos de Ação para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) fazem parte de uma estratégia nacional e devido a: existência de espécies com ampla distribuição, a sobreposição de espécies entre os diversos PANs; PANs que contemplam diversas regiões e, até mesmo, PANs com abrangência em todo país. E ainda, a distribuição do número de espécies (riqueza) não é equitativa, ou seja, algumas regiões têm mais espécies que outras, além disso, a pressão sobre as espécies também é diferente nas diversas regiões do Brasil. Assim, a regionalização para essa meta pode trazer resultados imprecisos, irreais e que não refletem o objetivo do indicador e a situação de conservação, não demonstrará a relação de causalidade com o esforço do ICMBio e não possuirá especificidade e acurácia como orientador para tomada de decisões.

Restrições: Insuficiência de recursos não orçamentários (Subsídios, FGTS, FAT, etc.); Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência de recursos não orçamentários (Subsídios, FGTS, FAT, etc.)

Detalhamento da restrição: Falta de recursos orçamentários.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para definição das próximas metas é necessário garantir a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Esse indicador depende e considera o processo de Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira e as listas de

espécies ameaçadas oficiais vigentes, caso o valor de referência altere, as metas deverão ser ajustadas (até janeiro de 2022 são consideradas 1.173 espécies da fauna ameaçadas de extinção: Portarias MMA 444 e 445/2014).

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardar publicação dos estudos supracitados para reavaliar as metas.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Devido a Pandemia de COVID-19, o processo de elaboração de PAN foi fortemente impactado. A maioria das oficinas presenciais foi adiada ou cancelada, e a retomada está condicionada à resolução da situação epidemiológica. Portanto, a definição de metas para os próximos anos ainda é incerta.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardar resolução desta situação epidemiológica.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0296 - Implementação de processos de formação e capacitação em temáticas ambientais promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais

Informações básicas

Unidade de medida: Número de cursos

Linha de base: 2

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Nº de cursos ou palestras com temática ambiental disponibilizados em plataformas online do MMA

Meta prevista para 2020: 2

Meta prevista para 2021: 14

Meta prevista para 2022: 24

Meta prevista para 2023: 34

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27

Data do valor apurado: 25/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MMA investiu no desenvolvimento de meios digitais para a realização de cursos, seminários, palestras e sistemas informatizados. Em 2021, o MMA, por meio da Secretaria de Biodiversidade, inovou na promoção da educação ambiental não formal com o lançamento e consolidação do Programa Educa+. Em uma linguagem simples e de fácil compreensão, foram 27 lançamentos, entre cursos na modalidade EaD e palestras, sendo todos 100% virtuais e gratuitos. Em um ano, 8.770 pessoas concluíram oito cursos e foram mais de 17 mil visualizações em palestras divididas em 19 temas diferentes.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os cursos e palestras com temática ambiental disponibilizados pelo MMA tem abrangência nacional, conforme publicados na plataforma de educação à distância deste Ministério.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0297 - Elaboração e implementação de estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal

Informações básicas

Unidade de medida: Número de estratégias e instrumentos

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Nº de estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal elaborados

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 3

Meta prevista para 2022: 4

Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3

Data do valor apurado: 25/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 cerca de R\$ 22,3 milhões foram destinados, por meio de emendas parlamentares, para proteção e defesa animal, totalizando 107 instrumentos celebrados. Os projetos em questão terão sua aplicação em municípios de 19 estados brasileiros, de todas as regiões do país. A execução será realizada por municípios e OSCs, envolvendo, principalmente, a pauta de controle populacional de cães e gatos. Também se realizou avanços na elaboração de portaria para institucionalização do Programa Nacional de Proteção e Defesa Animal - Pet+, buscando o fomento a ações de bem-estar, guarda-responsável, combate aos maus-tratos, atenção veterinária e controle populacional de cães e gatos, o qual deverá ser publicado no primeiro semestre de 2022.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Haja vista a natureza das ferramentas e estratégias implementadas, as quais objetivam resultados no âmbito nacional, não foi possível a regionalização do presente Resultado Intermediário.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 1043 - QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

Objetivo: 1226 - Promover a melhoria da qualidade ambiental urbana, com ênfase nos temas prioritários: combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana segue avançando pelo País, com ações concretas para a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida das pessoas em seis eixos prioritários (combate ao lixo no mar, resíduos sólidos urbanos, áreas verdes urbanas, áreas contaminadas, qualidade do ar e qualidade das águas), com os seguintes destaques para os resultados intermediários: • Programa Lixão Zero – alcançou a marca de 645 lixões encerrados, o que representa uma redução de 20% das áreas irregulares de disposição de resíduos em relação a janeiro de 2019. Um total de 57 Municípios e consórcios públicos receberam veículos, máquinas e equipamentos para melhorar a coleta seletiva, a reciclagem e a gestão de resíduos sólidos. A logística reversa permitiu que produtos e embalagens descartados pelo consumidor retornassem ao processo produtivo, com a preservação de recursos naturais e redução do descarte inadequado e da poluição ambiental. O sistema de logística reversa de eletroeletrônicos, instituído em 2020, registrou avanços, em 2021, com a instalação de 3.152 pontos de descarte adequado, em 1.216 Municípios. Centrais de consolidação foram instaladas em dez capitais. Também foram implantados mais de três mil pontos de descarte adequado de medicamentos vencidos. Um termo de compromisso assinado com a União resultou em investimento privado de R\$ 750 milhões na ampliação da capacidade de reciclagem de latas de alumínio, com criação de 2.500 postos de trabalho durante as obras, que foram concluídas e inauguradas em 2021. Também foi realizado, pela primeira vez na história, um leilão de energia elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos, trazendo para o País R\$ 520 milhões em investimentos. O lixo vira energia, evita a poluição e ajuda na diversificação da matriz energética brasileira. • Programa Cidades +Verdes – voltado à gestão, ampliação, manutenção e recuperação de áreas verdes nas cidades, onde vive 85% da população, o Programa aponta benefícios ambientais e econômicos que as áreas verdes urbanas trazem, desde a prevenção de enchentes à regulação dos microclimas, passando pela valorização da biodiversidade e das paisagens urbanas. Já em seu lançamento o Programa disponibilizou o Cadastro Ambiental Urbano – CAU, sistema público e gratuito, que permite a gestão das áreas verdes urbanas por gestores municipais, estaduais e federais, além de possibilitar o acesso e permitir a avaliação das áreas verdes urbanas pelo cidadão. O sistema está disponível nas lojas de aplicativos para celular e no Portal Cau: portalcau.mma.gov.br. Também foi lançado o Edital nº 2/2021, com o objetivo de criar, ampliar, recuperar e integrar Parques Urbanos, essenciais para o controle de temperatura nas cidades, drenagem urbana, saúde e bem-estar da população. • Programa Rios+Limpos – lançado em 2021, já promoveu quatro ações de limpeza em rios, com o recolhimento total de 31 toneladas de resíduos, em 277 km de extensão e com a participação de 1.338 voluntários.

Meta: 051Y - Realizar ações para a melhoria da qualidade ambiental urbana em 27 unidades da federação, de forma a contemplar pelo menos uma ação de um dos temas prioritários do programa Qualidade Ambiental Urbana (combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas) em cada unidade.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 15
 Meta prevista para 2022: 22
 Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 15
 Data de Referência: 31/12/2021
 Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8755 - Número de Unidades da Federação com pelo menos uma ação dos temas prioritários do Programa Qualidade Ambiental Urbana realizada

Informações básicas

Unidade de medida: unidade por ano
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/08/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 15
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0254 - Atlas de Potencial Energético dos RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) publicado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Atlas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Atlas Publicado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Lançado oficialmente em 08/12/2021 pelo MMA, o Atlas consiste em importante ferramenta para atrair investimentos para aplicação em tecnologias que permitam gerar energia térmica e elétrica a partir de resíduos sólidos.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Atlas de abrangência nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0255 - Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares elaborado

Informações básicas

Unidade de medida: Números de Planos

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Planares Elaborado.

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Principal ferramenta de planejamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano é aguardado desde 2010 e irá orientar a implantação da política pública de resíduos considerando um horizonte de 20 anos, e detalhar metas, diretrizes e estratégias para alcançar os principais objetivos estabelecidos na Lei.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O plano é de abrangência nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0257 - Inventário Nacional de Resíduos on-line lançado

Unidade de medida: Número de ferramentas digitais

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Inventário Nacional de Resíduos Sólidos on-line lançado no âmbito do SINIR.

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Lançado pela Portaria MMA nº 280/220, que instituiu o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR e o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos: www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-280-de-29-de-junho-de-2020-264244199. O Inventário consiste do conjunto de informações sobre a geração, tipologia, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados no país e declarados no MTR.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O inventário é de abrangência nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0258 - Manifesto de Transporte de Resíduos MTR on-line lançado.

Informações básicas

Unidade de medida: Número de ferramentas digitais

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Manifesto de Transporte de Resíduos MTR on-line lançado no âmbito do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos)

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Lançado pela Portaria MMA nº 280/220, que instituiu o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR e o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos: www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-280-de-29-de-junho-de-2020-264244199. O MTR é um documento auto declaratório, válido no território nacional, emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR. Com o MTR on-line é possível rastrear a massa de resíduos e controlar a geração, o armazenamento temporário, o transporte e a destinação dos resíduos sólidos no Brasil.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ferramenta de abrangência nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0270 - Sistema de Logística Reversa implementado ou aprimorado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Sistemas

Linha de base: 2

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Sistemas de Logística Reversa implementados ou aprimorados

Meta prevista para 2020: 4

Meta prevista para 2021: 5

Meta prevista para 2022: 7

Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sistemas implementados/novos: - Eletroeletrônicos e seus componentes: Decreto nº 10.240/2020: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10240.htm. - Medicamentos vencidos: Decreto nº 10.388/2020: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10388.htm. - Baterias de chumbo ácido: Acordo Setorial para Implementação de Sistema de Logística Reversa de Baterias Chumbo Ácido: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10388.htm, publicado no DOU em 27/09/2019. Sistemas aprimorados: Latas de alumínio para bebidas: Termo de Compromisso nº 10.388/2020, publicado no DOU em 12/11/2020: sinir.gov.br/images/sinir/LOGISTICA_REVERSA/LatasAluminio/Termo_de_Compromisso_Logistica_Reversa_de_Latas_de_Aluminio_para_Bebidas_ASSINADO.pdf. - Óleos Lubrificantes Usados ou Contaminados (OLUC) - Portaria Interministerial nº 475/2019: www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-475-de-19-de-dezembro-de-2019-236096644.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os sistemas de logística reversa implementados/aprimorados são de abrangência nacional, com ampliação da cobertura de forma progressiva no território nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0271 - Ações de combate ao lixo nos rios realizadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de ações
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Ações de combate ao lixo nos rios realizadas
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 3
Meta prevista para 2023: 3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Lançamento do Programa Rios+Limpos, em 16/09/2021. Realização de 4 ações de combate ao lixo nos rios, com o recolhimento total de 31 toneladas de resíduos, em 277 km de extensão, com a participação de 1.338 voluntários, nos seguintes locais: - 16 a 18/09/2021- Rio Cuiabá/Baía de Chacororé/Baía de Siá Mariana - Várzea Grande e Barão de Melgaço/MT; - 20/10/2021 - Rio Araguaia - Aruanã/GO; - 03 a 06/11/2021 - Rio Pacaas Novos - Guajará-Mirim/RO; e - 04/12/2021 - Rio Tapajós - Santarém/PA.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	31/12/2021	20/10/2021 - Rio Araguaia - Aruanã/GO.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1	31/12/2021	16 a 18/09/2021- Rio Cuiabá/Baía de Chacororé/Baía de Siá Mariana - Várzea Grande e Barão de Melgaço/MT.	Não informado

No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	31/12/2020	03 a 06/11/2021 - Rio Pacaas Novos - Guajará-Mirim/RO.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2021	04/12/2021 - Rio Tapajós - Santarém/PA.	Não informado

Resultado Intermediário: 0272 - Ações para a melhoria da gestão de resíduos realizadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de municípios beneficiados
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Municípios beneficiados
Meta prevista para 2020: 48
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 150
Meta prevista para 2023: 150

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 207
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Indicador utilizado para o resultado intermediário é a quantidade de municípios atendidos com ações do Programa Lixão Zero, para a melhoria da gestão de resíduos sólidos. A quantidade de municípios atendidos até dezembro de 2021 foi de 207 municípios, ultrapassando amplamente a meta prevista de 100 municípios, a saber: 1. 57 municípios - aquisição de equipamentos e máquinas para a melhoria da gestão de resíduos sólidos, no valor de R\$ 41,7 milhões; 2. 11 municípios - Projeto Lixão Zero Rondônia - eliminação de todos os lixões do Estado, no valor de R\$ 12 milhões; 3. 47 municípios - entregas realizadas por meio de emendas parlamentares 2020, que totalizam R\$ 7.515.427,59; 4. 92 municípios - entregas realizadas por meio de emendas parlamentares 2021, que totalizam R\$ 15.228.840,13.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de Alagoas	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	10	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	12	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	19	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	94	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	17	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	3	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	5	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	35	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0273 - Sistema de gestão de áreas verdes urbanas lançado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Sistemas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Sistema lançado (municípios atendidos).
Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Cadastro Ambiental Urbano - CAU foi instituído pela Portaria MMA nº 504, de 21 de setembro de 2020: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-504-de-21-de-setembro-de-2020-278695663>. O CAU, que é um sistema público e gratuito, permite a gestão das áreas verdes urbanas por gestores municipais, estaduais e federais, além de possibilitar o acesso e permitir a avaliação das áreas verdes urbanas pelo cidadão. O sistema está disponível nas lojas de aplicativos para celular e no Portal Cau: portalcau.mma.gov.br.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Sistema de abrangência nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 1058 - MUDANÇA DO CLIMA

Objetivo: 1181 - Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo de implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono, depende da contribuição de iniciativas que estão nas diversas áreas de governo. Por exemplo, estimativa de investimentos em fontes renováveis de energia, que foram feitas pela Empresa de Pesquisa Energética, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia. Da mesma forma, estimativas de recursos e benefícios ambientais do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que estão no âmbito do Ministério da Agricultura. Adicionalmente, a principal iniciativa no âmbito do MMA é o Programa Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas. O Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – Ciclo 2016-2020 foi finalizado e aprovado no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, por meio da Resolução no 6 de outubro de 2021. Atualmente, encontra-se em processo de revisão pelo Grupo Técnico Temporário para revisão do primeiro ciclo e elaboração de diretrizes para o segundo ciclo de avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA (GTAdapta). Já com relação a elaboração da estratégia nacional de incentivo à siderurgia brasileira com uso do carvão vegetal, o texto da estratégia nacional foi elaborado por meio do projeto BRA/14/G31 – Produção de Carvão Vegetal de Biomassa Renovável para a Indústria Siderúrgica no Brasil (Projeto Siderurgia Sustentável) e encontra-se em avaliação no órgão. Finalmente, as entregas relativas aos documentos preparatórios do Projeto Vertentes foram realizadas adequadamente sob os aspectos de prazo e qualidade técnica, sendo o Concept Note e o Child Project já aprovados pelo Banco Mundial e GEF. O Documento de Projeto (Prodoc) já foi elaborado pela

UGP, assim como outros documentos necessários para o endosso do projeto: plano de engajamento dos stakeholders, estratégia de mitigação de riscos, planilha de orçamento, plano de monitoramento e avaliação, matriz de indicadores, matriz de taxonomia, matriz de cofinanciamento e mapas específicos da área de implementação do projeto. O Prodoc foi revisado pelo Secretariado do GEF (GEFSEC) e encaminhado para revisão do Conselho do GEF. O Manual Operacional do Projeto (MOP) segue em elaboração. Compete destacar, ainda, que o escopo das políticas que contribuem para o objetivo é muito mais amplo e essas políticas estão estruturadas em diferentes Programas do PPA e em diferentes áreas do governo. Com isso, permanece o desafio da identificação e sistematização das diversas iniciativas que guardam relação com o objetivo.

Meta: 0507 - Reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 30% abaixo dos níveis de 2005

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Os dados para o monitoramento de redução de emissões de GEE são baseados nas Comunicações Nacionais à UNFCCC. A última versão do documento que contém o inventário mais atualizado possui dados até 2016.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardar a publicação dos próximos inventários nacionais das emissões antrópicas, por fontes e remoções por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal no âmbito das Comunicações Nacionais.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0249 - Mapeamento de estimativa de necessidades de financiamento para combate e enfrentamento da mudança do clima relatado à UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: % do Mapeamento com estimativa de necessidades de financiamento para combate e enfrentamento da mudança do clima elaborado

Meta prevista para 2020: 90

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90

Data do valor apurado: 22/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A elaboração de um documento preliminar foi realizada em 2020 e concluída em 2021 porém, durante a elaboração, observou-se que se trata de um estudo de maior complexidade que será viabilizado em momento oportuno após as revisões normativas em andamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Abrangência federal.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Dificuldade de acesso a dados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando as revisões normativas em andamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0250 - Relatório final de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA elaborado.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: % do Relatório final de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima elaborado

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – Ciclo 2016-2020 foi finalizado e aprovado no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, por meio da Resolução no 6 de outubro de 2021. Encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico do MMA - <https://www.gov.br/mma/pt->

br/assuntos/climaozoniodesertificacao/clima/arquivos/relatorio_final_pna_web.pdf Atualmente encontra-se em processo de revisão pelo Grupo Técnico Temporário para revisão do primeiro ciclo e elaboração de diretrizes para o segundo ciclo de avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA (GTAdapta).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de um plano nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0252 - Estratégia Nacional de incentivo à siderurgia brasileira com uso de carvão vegetal validado pelos entes do Governo Federal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: % da Estratégia Nacional de incentivo à siderurgia brasileira com uso do carvão vegetal elaborada

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O texto da estratégia nacional foi elaborado por meio do projeto BRA/14/G31 – Produção de Carvão Vegetal de Biomassa Renovável para a Indústria Siderúrgica no Brasil (Projeto Siderurgia Sustentável) e encontra-se em avaliação no órgão.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de iniciativa nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0256 - Projeto Vertentes - Consórcios de Uso Múltiplo Sustentável da Paisagem - elaborado e submetido ao BIRD.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: % do Projeto Vertentes elaborado a ser submetido ao BIRD
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90
Data do valor apurado: 22/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A previsão da meta 2021 foi de 100%. No entanto, devido a algumas dificuldades no arranjo de governança do projeto, não foi possível elaborar todos os documentos necessários para obtenção do endosso do GEF e início das atividades do projeto ainda em 2021.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Dificuldades de articulação institucional e entraves inerentes à pandemia de COVID-19.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas reuniões de alinhamento entre os gestores do MMA, MAPA, SENAR e Banco Mundial para superar os entraves.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Cerrado	-	-	-	-	90	22/02/2022	O valor será apurado assim que se iniciarem as atividades do projeto previstas para agosto/2022.	Não informado

PROGRAMA: 2201 - BRASIL MODERNIZA

Objetivo: 1212 - Aumentar a qualidade da prestação de serviços à sociedade, modernizando o ambiente de negócios e a gestão pública, com ênfase na transformação digital dos serviços públicos.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A política de transformação digital tem alcançado resultados expressivos nos últimos anos, evidenciando uma evolução positiva do presente objetivo. No ano de 2021, 497 serviços foram transformados e, em três anos, somam 1.615 serviços, superando a meta estabelecida para o triênio 2019-2021. Em relação a Modernização do Ambiente de Negócios no Brasil, o Governo tem trabalhado firmemente para alcançar melhorias consistentes para se realizar negócios no país. Nos últimos 3 anos os esforços foram marcados por mudanças no arcabouço regulatório, obtidas por meio de 9 Planos de Modernização do Ambiente de Negócios (PMA) assinados com Ministérios e Agências contendo 130 ações/metadados, concretizadas pelas normas: Lei de Liberdade Econômica 13.874/2019; Nova Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial 14.112/2021; Nova Lei de Licitações 14.133/2021, Lei de Ambiente de Negócios 14.195/21 e MP de Registros Públicos 1.085/21. A publicação do relatório DOING BUSINESS SUBNACIONAL trouxe um diagnóstico elaborado pelo banco Mundial, com as necessidades de melhorias em todos os Estados e o DF. O evento MODERNIZA BRASIL em Dez21, apresentou a sociedade e em especial, aos empresários no Brasil, diversas entregas realizadas pelo Governo Brasileiro, com a presença do Presidente da República e a maioria dos Ministros do governo.

Meta: 051K - Melhorar o Índice de Modernização (IM) para 85% nos próximos quatro anos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 60,01
Data de referência da linha de base: 31/01/2019
Meta prevista para 2020: 59,5
Meta prevista para 2021: 71,5
Meta prevista para 2022: 77,5
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 65
Data de Referência: 21/02/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Não se aplica

Notas do usuário: -

Indicador: 8756 - Índice de Modernização

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem %
Valor de referência: 60,01
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 65
Data do valor apurado: 21/02/2022
Notas do usuário: A fórmula de calculo do indicador vai ser objeto de revisão.

Resultado Intermediário: 0014 - Serviços públicos digitais oferecidos pelo Governo

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 400
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de serviços públicos digitalmente transformados
Meta prevista para 2020: 400
Meta prevista para 2021: 750
Meta prevista para 2022: 1.050
Meta prevista para 2023: 1.300

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 497
Data do valor apurado: 21/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A política de transformação digital tem alcançado resultados expressivos nos últimos anos, evidenciando uma evolução positiva do presente objetivo. No ano de 2021, 497 serviços foram transformados e, em três anos, somam 1.615 serviços, superando a meta estabelecida para o triênio 2019-2021.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não se aplica
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0015 - Agilização do procedimento de abertura de empresas

Informações básicas

Unidade de medida: Dia(s)
Linha de base: 4,45
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Redução do tempo de abertura de empresa
Meta prevista para 2020: 3
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 1,16
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2
Data do valor apurado: 21/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação a Modernização do Ambiente de Negócios no Brasil, o Governo tem trabalhado firmemente para alcançar melhorias consistentes para se realizar negócios no país. Nos últimos 3 anos os esforços foram marcados por mudanças no arcabouço regulatório, obtidas por meio de 9 Planos de Modernização do Ambiente de Negócios (PMA) assinados com Ministérios e Agências contendo 130 ações/metasp, concretizadas pelas normas: Lei de Liberdade Econômica 13.874/2019; Nova Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial 14.112/2021; Nova Lei de Licitações 14.133/2021, Lei de Ambiente de Negócios 14.195/21 e MP de Registros Públicos 1.085/21. A publicação do relatório DOING BUSINESS SUBNACIONAL trouxe um diagnóstico elaborado pelo banco Mundial, com as necessidades de melhorias em todos os Estados e o DF. O evento MODERNIZA BRASIL em Dez21, apresentou a sociedade e em especial, aos empresários no Brasil, diversas entregas realizadas pelo Governo Brasileiro, com a presença do Presidente da República e a maioria dos Ministros do governo.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

No Estado da Bahia	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2202 - DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: 1230 - Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Visando promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos, a Secretaria de Defesa Agropecuária executa um conjunto de ações de regulação e fiscalização, que estão espelhadas nas Ações Orçamentárias do Programa Defesa Agropecuária. São ações de modernização da ação de defesa agropecuária, de fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, de Vigilância Agropecuária Internacional e de promoção dos mecanismos de garantia da produção orgânica. Não há investimentos plurianuais relacionados ao Programa atualmente. O Programa Defesa Agropecuária é composto pelo Objetivo “Promover a Sanidade da População Agropecuária, a Idoneidade, e inocuidade de seus insumos e produtos”. Tem como meta manter 81% da conformidade dos produtos de origem animal e vegetal. Além disso, conta com metas intermediárias nas áreas de Saúde Animal, Sanidade Vegetal, Insumos Agropecuária e Gestão. A meta do programa foi alcançada, mas num patamar inferior ao ano anterior, em razão das dificuldades de coleta e transporte de amostras devido à Pandemia de COVID-19. Também houve redução das fiscalizações de estabelecimentos. Do ponto de vista das análises de conformidade realizadas pela Rede LFDA, aproximadamente 96% das amostras puderam ser adequadamente processadas. Em 2021, a Defesa Agropecuária seguiu executando ações relevantes para a promoção da sanidade da produção agropecuária e a inocuidade de insumos e produtos. No âmbito da Saúde Animal, o Brasil obteve o reconhecimento internacional de novas zonas livres de febre aftosa sem vacinação, em seis estados. A área abrange o Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e parte do Amazonas e do Mato Grosso. O Paraná foi reconhecido como área livre de Peste Suína Clássica. Destacam-se também as ações de prevenção à Peste Suína Africana, doença com alto potencial de impacto e que foi reportada pela primeira vez na América Latina. Na área vegetal, tem-se as ações de contingenciamento para bloqueio da disseminação da Monilíase no território brasileiro, doença que ataca plantações de cacau e cupuaçu, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva do cacau. A doença foi detectada este ano pela primeira vez em cacaueiros e cupuaçuzeiros em um pomar urbano na cidade de Cruzeiro do Sul - AC. Também seguem as ações de manutenção da área livre da Mosca da Carambola. A Inspeção de Produtos de Origem Animal tem ampliado o rol de produtos padronizados, o que garante agilidade futura nos registros destes produtos. Aproximadamente 80% das solicitações de registro ou alterações de registros de produtos de origem animal foram aprovadas automaticamente. Na Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, avançou-se na padronização de diversos produtos,

dentre eles cita-se: bebidas não-alcóolicas, derivados de uva e vinho, pimentão, morango, café torrado e castanhas, nozes e frutas secas. Além disso, houve um conjunto de ações fiscais de combate à fraude, clandestinidade e irregularidade de produtos de origem vegetal. O Projeto de Lei do Autocontrole foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2021 e segue para análise do Senado Federal de 2022. Além disso, já está em desenvolvimento a base tecnológica da implementação do Autocontrole. O Programa Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais, que visa combater o trânsito e o comércio irregular de mercadorias, bens e insumos agropecuários nas áreas de fronteiras internacionais, obteve grandes avanços em 2021, com 232 autuações e a interdição de nove estabelecimentos irregulares. No ambiente de adversidade causada pela pandemia, a Defesa Agropecuária logrou acelerar a transformação de diferentes serviços ao cidadão para a modalidade remota. Em 2021, a SDA disponibilizou o acesso a 47 serviços em plataformas digitais, totalizando 104 serviços inteiramente digitais. Além disso, o tempo médio de análise das solicitações de registro de estabelecimentos mantém redução consistente. A falta de pessoal técnico em diversas áreas tem prejudicado a realização de atividades de fiscalização. A Secretaria tem realizado ações de otimização da força de trabalho, mas que são insuficientes para todos cobrir todas as unidades.

Meta: 052M - Manter em 81,0% o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 81
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 81
Meta prevista para 2021: 81
Meta prevista para 2022: 81
Meta prevista para 2023: 81

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 85,62
Data de Referência: 31/12/2020
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Justificativa para não regionalização da Meta: A meta se refere ao um programa de coleta de amostras em âmbito nacional, não sendo possível regionalização.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Deficiência no quadro de técnicos de fiscalização agropecuária e de auditores fiscais federais agropecuários, sobretudo Engenheiros Agrônomos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de concurso feita ao Ministério da Economia, ainda sem resposta.

Notas do usuário: Tendo em vista o prazo de coleta, análise e consolidação dos dados, o indicador se refere sempre ao ano anterior de referência.

Indicador: 8735 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 81
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 85,62
Data do valor apurado: 31/12/2020
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0195 - Unidades da federação livres da febre aftosa com e sem vacinação

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 27
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Reconhecimento de Estados como livres de Febre Aftosa, com ou sem vacinação
Meta prevista para 2020: 27
Meta prevista para 2021: 27
Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar dos desafios trazidos pela pandemia provocada pelo Coronavírus, as ações foram desempenhadas conforme planejamento, com algumas alterações de cronogramas não impactantes para as entregas finais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de Articulação institucional; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Considerando o quantitativo de atividades previstas e a complexidade do tema, ainda se observa restrições de pessoal técnico e capacitado em algumas Unidades Federativas.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Unidade vem envidando esforços para a automação de processos, bem como para a elaboração e implantação de eventos de capacitação de pessoal e Plano de Educação e Comunicação em saúde animal, com enfoque na febre aftosa.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: Algumas ações do Programa de competência de outras instâncias dentro do MAPA requerem atenção em função de atrasos que podem comprometer andamentos futuros.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi instituído um Grupo de Trabalho para o levantamento das demandas pendências e para melhorar a articulação com setores internos e externos.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Problemas relacionados a deslocamentos para reuniões e outras ações de capacitação. Quanto às fiscalizações, houve restrições nos Estados e a vigilância foi reduzida em praticamente todas as Unidades Federativas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram implementados treinamentos EAD, assim como foi dado andamento ao projetos de vídeos técnicos. Apesar das restrições quanto à vigilância, foram mantidos os estudos soropidemiológicos para certificação nas zonas livres de febre aftosa com vacinação.

Notas do usuário: O site do PNEFA traz todas as informações atualizadas, com nova seção contendo conteúdos de educação e comunicação voltados a Febre Aftosa - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa>.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2021	As atividades vêm sendo realizadas sem restrições impactantes.	Não informado
Região Nordeste	9	9	9	9	9	31/12/2021	As atividades vêm sendo realizadas. No entanto já identificamos necessidade de incremento na força de trabalho.	Não informado
Região Norte	7	7	7	7	7	31/12/2021	As atividades vêm sendo realizadas. No entanto já identificamos necessidade de incremento na força de trabalho.	Não informado
Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2021	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado

Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2021	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado

Resultado Intermediário: 0196 - Unidades da federação livres da Peste Suína Clássica

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 16
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Reconhecimento de Estados como livres da Peste Suína Clássica
Meta prevista para 2020: 16
Meta prevista para 2021: 16
Meta prevista para 2022: 16
Meta prevista para 2023: 16

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O sistema de vigilância para PSC do Brasil possui componentes da vigilância passiva e ativa em todos os rebanhos de suínos (vigilância clínica, virológica e sorológica de suínos domésticos e asselvajados). Além disso, possui um sistema de produção técnico eficiente e desenvolvido, que mantém altos padrões sanitários e compartilha responsabilidades com o serviço veterinário oficial, permitindo a manutenção de uma vigilância abrangente e confiável para a detecção da PSC. O Brasil manteve a condição de livre de PSC junto à OIE. Buscando adequar a configuração sanitária a composição regional da exploração suína no Brasil, bem como facilitar a gestão zoossanitária nas atuais zonas livres de PSC, foi pleiteado à OIE o reconhecimento do Paraná como uma zona livre de PSC, pleito atendido durante a 88ª Sessão Geral Anual da Assembleia Mundial dos Delegados Nacionais da OIE. O MAPA vem trabalhando intensamente no intuito de modernizar e aprimorar as legislações e documentos relacionados aos procedimentos de atuação do serviço veterinário brasileiro, visando implantar ações de vigilância que busquem atender às condições produtivas e sanitárias, considerando os aspectos e peculiaridades existentes na suinocultura nacional. Neste sentido, elaborou o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos que estabelece diretrizes atualizadas e adequadas à realidade contemporânea da suinocultura presente na zona livre de PSC. Ainda, amplia o escopo para outras doenças de grande importância econômica em todo o mundo como a Peste Suína Africana (PSA) e a Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos (PRRS).
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de implementação; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A falta de recursos orçamentários destinados ao combate à PSC na zona não livre do Brasil pode colocar em risco a zona livre da doença. Esta é uma premissa do Plano estratégico Brasil Livre de PSC e até o momento não foi atendida.
Providências implementadas para a superação da restrição: O DSA busca o direcionamento de recursos orçamentários para o combate à PSC.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A falta de pessoal na Divisão de Sanidade dos Suínos compromete a entrega de produtos de interesse do MAPA e da cadeia produtiva de suínos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Utilização da força de trabalho de servidores lotados em outras unidades como Unidades Técnicas Virtuais.

Restrição: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição: Até o momento o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos que estabelece diretrizes atualizadas e adequadas à realidade contemporânea da suinocultura presente na zona livre de PSC não foi implementado, por que o Sistema de Gerenciamento de Estudos Epidemiológicos - SIGEP que fará o registro dos dados da vigilância e gestão das atividades do PNSS não foi finalizado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Início do Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos sem o SIGEP.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia da COVID-19 prejudicou alguns componentes do sistema de vigilância para PSC.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi orientada a manutenção das atividades essenciais do sistema de vigilância.

Notas do usuário: Houve continuidade do combate à PSC na Zona não Livre da doença no Brasil, com a detecção e eliminação de nove focos de PSC no Piauí. Em junho de 2021 houve início ao projeto piloto de implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica (PSC) em Alagoas. O primeiro passo foi uma ação conjunta entre os setores público e privado para a execução da vacinação contra a PSC de forma regionalizada na Zona não Livre da doença. Outra atividade iniciada em 2021, dentro do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC, foi a realização de um inquérito soropidemiológico na Região III do referido Plano, composta por: Amazonas (exceto região pertencente à ZL), Roraima e parte do Pará, constituída pelas mesorregiões do Baixo Amazonas, Sudoeste e Sudeste (exceto microrregião de Paragominas). Visando suprir a deficiência de informações e ações de vigilância, aprimorar a caracterização do sistema produtivo de suínos e da condição epidemiológica da PSC. Relativo ao Projeto inserido no Sistema de Gestão de Estratégia e Projetos, há 14 tarefas em atraso e foram suspensas 10 tarefas do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC em função da Covid-19. Independentemente da pandemia da Covid-19, há dificuldade de ação na Zona não Livre de PSC, pois as premissas relativas ao Plano ainda não foram atendidas.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2021	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das fronteiras e das divisas, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e	Não informado

							subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para o Estado do MT, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual. Implantar o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.	
Região Nordeste	2	2	2	2	2	31/12/2021	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica nos dois estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das divisas com a zona não livre de PSC do Brasil, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para os Estados de SE e BA, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual. Implantar o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.	Não informado
Região Norte	3	3	3	3	3	31/12/2021	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das divisas com a zona não livre de PSC do Brasil, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para os Estados do AC, RO e TO, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual. Implantar o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.	Não informado
Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2021	Restrições/Obstáculos a serem superados Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos	Não informado

							produtores. Implantar o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.	
Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2021	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Implantar o Plano Integrado de vigilância de doenças dos suínos.	Não informado

Resultado Intermediário: 0198 - Aumentar a capacidade de processamento de amostras aproveitadas para análise de conformidade na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 90

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária

Meta prevista para 2020: 91

Meta prevista para 2021: 91

Meta prevista para 2022: 91

Meta prevista para 2023: 91

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 95,94

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado alcançado no ano de 2021 é considerado bastante satisfatório, visto estar acima dos 95%, enquanto a meta estabelecida foi de 91%. Do total de 138.257 amostras recebidas, 132.640 amostras, ou seja, 95,94% tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até o fechamento do ciclo em 31/12/2021, sendo consideradas processadas. Comparado ao mesmo período de 2020, cujo resultado fora igual a 91,80%, e 2019 (88,6%), observa-se melhoria progressiva no resultado do Indicador. Neste ano de 2021, dentre as amostras não processadas, houve 3.415 amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório, o que representa 2,47% das amostras. Outras 138 amostras foram rejeitadas por motivos internos aos laboratórios, o que representa 0,1% do total recebido, mesmo percentual observado em 2020. Com exceção da área de Medicamentos Veterinários e Defensivos, que não rejeitou amostras em 2021, o cenário de rejeição de amostras por motivos externos ao laboratório se repetiu pelo terceiro ano consecutivo, com as áreas técnicas relacionadas a produtos de origem animal liderando os percentuais deste tipo de rejeição. São elas: Identidade e Qualidade de Alimentos-IQA, com 8,93% de amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório (ou 660 amostras), Microbiologia de Alimentos-MIC, com 5,67% (ou 658 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos-RCA, com 4,72% (ou 811

amostras). Em relação às amostras aguardando análise, ou seja, aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo, a Rede LFDA encerrou o ano de 2021 com 1,49% de amostras não finalizadas (equivalente a 2.064 amostras). Este percentual é bem inferior ao observado no ano de 2020, quando a Rede LFDA encerrou o período com 5,3% de amostras não finalizadas (ou 9.050 amostras), e no 2019 (7,8%, ou 14.218 amostras).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária atuam em âmbito nacional, de acordo com seus escopos de atuação. Logo, podem receber amostras de todas as regiões do país.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A provisão recebida pela Rede LFDA em 2021 (no PI FUNLABB) foi de R\$ 76.406.237,35, sendo R\$ 64.406.237,35 em custeio e R\$ 12.000.000,00 em investimento. Considerando a real necessidade da Rede na modalidade custeio, calculada em R\$ 83.706.934,82, tem-se que o déficit nesta modalidade para a Rede LFDA no ano de 2021 foi de R\$ 19.300.697,50. Não somente a insuficiência de recursos de custeio, mas especialmente a falta de tempestividade de disponibilização destes recursos, são fatores preocupantes, visto que ameaçam o cumprimento das metas por dificultar a aquisição de insumos e a manutenção de contratos importantes, como os de manutenção de equipamentos e limpeza dos laboratórios. A liberação tardia de recursos dificulta sobremaneira a execução do que foi planejado, tanto pela falta de tempo hábil para os trâmites legais, quanto pelo desgaste que tal fato impõe às equipes nos últimos dias do ano.

Providências implementadas para a superação da restrição: Diante de tais dificuldades impostas ao longo do ano, foi realizada gestão junto às autoridades competentes da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio de Processo SEI, informando as necessidades reais da Rede LFDA. Importante ressaltar que a Rede LFDA vem, ao longo dos últimos anos, envidando grandes esforços no sentido de racionalizar contratos de prestação de serviços.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0199 - Reduzir o tempo médio de análise de processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Informações básicas

Unidade de medida: Dias

Linha de base: 90

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Meta prevista para 2020: 88

Meta prevista para 2021: 83

Meta prevista para 2022: 78

Meta prevista para 2023: 74

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 60

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O ano de 2021 iniciou com aumento no prazo de análise de registros de

estabelecimento de fertilizantes, 110 dias (1º T). No decorrer do ano foi possível reduzir os prazos trimestrais para 90 dias (2º T), 80 dias (3º T) e encerramos o ano com 71 dias de concessão, dentro da meta de 83 dias. Essa redução foi possível pela intensificação das análises da equipe em teletrabalho, no primeiro semestre, e posteriormente, pela liberação de recursos, no segundo semestre, para a execução das fiscalizações de vistorias das instalações de novos estabelecimentos. Em casos de maior prazo decorrido ou menor risco, como renovações de registro, adotamos a concessão de registro sem a vistoria prévia, procedimento que foi incluído na Instrução Normativa Nº 53/2013 no ano de 2020. Com relação ao registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas, também houve um alcance das metas ao longo do ano. Isso ocorreu porque, embora com número extremamente reduzido de auditores para o desempenho das atividades de fiscalização de vinhos e bebidas, o contexto da pandemia de COVID-19 e suas medidas de segurança propiciaram o deslocamento da força de trabalho para atividades que poderiam ser realizadas de forma remota, em prejuízo das atividades externas. Além da análise documental, foi estabelecida a possibilidade de realização de vistoria remota para concessão de registro de estabelecimento, com posterior inspeção in loco, quando possível. Por fim, o prazo de 43 dias no primeiro trimestre, menor em relação aos demais trimestres (66, 59, 50), deve-se à ausência de orçamento aprovado para o exercício 2021 no início do ano, concentrando ainda mais a força de trabalho para atividades passíveis de realização em condição remota. O prazo médio, portanto, ficou em 60 dias, superando a meta prevista de 83 dias.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Grande redução do quadro de Auditores Fiscais Engenheiros Agrônomos. Só houve reposição nos últimos anos de Auditores Veterinários

Providências implementadas para a superação da restrição: Pedido de concurso encaminhado ao Ministério da Economia nos últimos anos, sem autorização até o momento

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	85,5	07/02/2022	médias de tempo de bebidas + fertilizantes	tempo de fertilizantes incluindo apenas tempo de empresa

Resultado Intermediário: 0200 - Número de unidades da federação livres da Mosca da Carambola

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 24

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Estados mantidos sem ocorrência da Mosca da Carambola

Meta prevista para 2020: 24

Meta prevista para 2021: 24

Meta prevista para 2022: 24
Meta prevista para 2023: 24

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar das restrições relacionadas à pandemia para COVID-19 e às deficiências no monitoramento decorrentes principalmente da restrição de pessoal, foi possível ainda manter o status de 24 UFs sem ocorrência da praga.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Redução do quadro de servidores aptos à realização das ações de monitoramento e controle da praga em função de aposentadorias. .

Providências implementadas para a superação da restrição: Reporte da situação aos níveis hierárquicos superiores para as providências cabíveis.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2021	Apesar das restrições relacionadas à pandemia para COVID-19 e às deficiências no monitoramento decorrentes principalmente da restrição de pessoal, foi possível ainda manter o status de 4 UFs sem ocorrência da praga na região Centro-Oeste do país.	Não informado
Região Nordeste	9	9	9	9	9	31/12/2021	Apesar das restrições relacionadas à pandemia para COVID-19 e às deficiências no monitoramento decorrentes principalmente da restrição de pessoal, foi possível ainda manter o status de 9 UFs sem ocorrência da praga na região Nordeste do país.	Não informado
Região Norte	4	4	4	4	4	31/12/2021	Apesar das restrições relacionadas à pandemia para COVID-19 e às deficiências no monitoramento decorrentes principalmente da restrição de pessoal, foi possível ainda conter a praga restrita aos estados do Amapá, Pará e Roraima.	Não informado

Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2021	Apesar das restrições relacionadas à pandemia para COVID-19 e às deficiências no monitoramento decorrentes principalmente da restrição de pessoal, foi possível ainda manter o status de 4 UFs sem ocorrência da praga na região Sudeste do país.	Não informado
Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2021	Apesar das restrições relacionadas à pandemia para COVID-19 e às deficiências no monitoramento decorrentes principalmente da restrição de pessoal, foi possível ainda manter o status de 3 UFs sem ocorrência da praga na região Sul do país.	Não informado

Resultado Intermediário: 0334 - Fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 2,8

Data de referência da linha de base: 30/12/2020

Indicador: Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados (IFPV)

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 5

Meta prevista para 2022: 41

Meta prevista para 2023: 40

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5,82

Data do valor apurado: 20/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado do indicador 0334 - "Fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário" atingiu a meta proposta para 2021. Ressalta-se que embora a meta tenha sido alcançada, a quantidade de fiscalizações realizadas para verificar o atendimento às Boas Práticas de Fabricação foi aquém da programação realizada com base em risco. Esse fato já era esperado em virtude da pandemia, razão pela qual a meta foi estipulada para 5% considerando como linha de base o resultado atingido em 2020 que foi 2,8%. Para os próximos períodos, a meta foi estipulada levando em consideração o cumprimento total da programação com base em risco, além das fiscalizações não realizadas em 2020 e 2021 em virtude da pandemia.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A meta para 2021 já foi ajustada considerando esta limitação; no entanto, caso tal limitação fosse superada, a meta estipulada poderia ter sido mais elevada para este ano.

Providências implementadas para a superação da restrição: Como as fiscalizações virtuais ainda não tem uma metodologia robusta, não foi possível implementar este tipo de atividade de forma a auxiliar na superação das limitações da pandemia.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	0	50	50	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	25	50	25	0	20/01/2022	Meta não alcançada em 2021 por falta de pessoal e restrições devido à pandemia.	Não informado
No Estado de Goiás	-	0	42	50	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	0	0	100	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	0	33	67	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	7	37	44	7,41	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	0	29	71	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	4	58	17	0	20/01/2022	Meta não alcançada em 2021, por ter sido necessário incluir 13 fiscalizações que não estavam previstas no Plano Operativo Anual (por recebimento de denúncias, pedidos de vistoria, alteração de local de fabricação, ou retorno de fiscalização anterior). Adicionalmente, o SISA-SC contou praticamente com 1 AFFA para cumprir o cronograma, e este AFFA também esteve alguns períodos em afastamentos legais.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	4	41	41	5,18	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	0	100	0	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	33	33	33	0	20/01/2022	Meta não alcançada em 2021: Havia apenas 01 estabelecimento a ser fiscalizado; no entanto, esse teve seu registro cancelado por não fabricar produto veterinário no	Não informado

							período de 02 anos, conforme previsto no art. 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.053/2004	
No Estado do Espírito Santo	-	0	0	100	0	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	7	39	48	11,36	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	21	57	21	28,57	20/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	0	27	27	0	20/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0335 - Reduzir o prazo de análise das solicitações de registro de produtos de uso veterinário

Informações básicas

Unidade de medida: meses

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Prazo de registro de produtos de uso veterinário (PRPV)

Meta prevista para 2020: 40

Meta prevista para 2021: 34

Meta prevista para 2022: 28

Meta prevista para 2023: 24

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 32,7

Data do valor apurado: 20/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Houve uma pequena melhora do indicador em 2020 (33,27 meses) para 2021 (32,7 meses), estando o indicador hoje melhor que a meta estabelecida para 2021 (34 meses). Esperava-se, pelas ações implementadas, melhoria ainda mais expressiva do indicador; essa melhoria mais expressiva ocorreu no prazo de análise dos processos protocolizados a partir de 2019, hoje bem abaixo da meta estabelecida. No entanto, há ainda um passivo de processos de registro acumulados por razões diversas (que incluem desde baixo efetivo de AFFAs em anos anteriores até lacunas da legislação que levaram ao sobrestamento dos processos) e esses processos estão sendo agora concluídos - muitos são processos protocolizados em 2015 e 2016, com elevado prazo de análise, o que impediu a melhoria mais expressiva do indicador.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A análise de processos de registro inicial e alteração de registro de produtos veterinários é conduzida em sua totalidade na CPV, em Brasília, não cabendo, portanto, regionalização.

Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Ainda enfrentamos muitas dificuldades relacionadas aos sistemas utilizadas: para produtos farmacêuticos, hoje no SIPEAGRO, há dificuldades relacionadas ao sistema em si, como instabilidades frequentes do SIPEAGRO, limitações em termos de gerenciamento dos dados, entre outras. Para produtos biológicos, o fato de ainda não ter sido concluída sua migração para o SIPEAGRO pela TI torna ainda mais difícil sua gestão, pelo fato de que ainda são analisados via processos SEI (gerenciamento de dados, emissão de relatórios, etc, ainda mais complicados).

Providências implementadas para a superação da restrição: A Coordenação fechou um Acordo de Cooperação Técnica com o setor regulado para o desenvolvimento de uma plataforma em BPMS integrada ao SIPEAGRO, que solucionará várias das limitações do SIPEAGRO. Paralelamente, dedicamos esforços contínuos em reuniões junto à TI buscando a finalização da migração dos produtos biológicos; no entanto, a morosidade da TI/ fábrica de software está além do alcance de nossas ações.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2203 - PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Objetivo: 1228 - Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento da agropecuária.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária faz parte do Plano Plurianual do Governo Federal 2020-2023 por haver uma necessidade constante de informações organizadas, tecnologias e soluções inovadoras que garantam o desenvolvimento sustentável e a competitividade da agropecuária brasileira em um mundo dinâmico e globalizado. O crescente aumento na demanda por alimento de qualidade, tanto devido ao crescimento da população como pela busca de alimentação saudável, coloca a pesquisa e inovação agropecuária diante da importante missão de apoio à busca pela segurança alimentar e nutricional dos brasileiros e pela sustentabilidade da produção agropecuária, conjuntamente com outros atores dos ecossistemas de inovação, como entes públicos, empresas, indústrias, agentes de assistência técnica e sociedade civil organizada. A importância do agro para o desenvolvimento sustentável e o peso que ele possui, em especial, na balança comercial do Brasil apresentam um desafio de atualização contínua da pauta de pesquisa agropecuária pública. Considerando o cenário ainda bastante desafiante da pandemia de Covid-19 em 2021, o setor agropecuário brasileiro vem respondendo à altura aos desafios impostos pela crise sanitária e econômica, que teve impactos diretos nos hábitos alimentares de populações inteiras e, conseqüentemente, afetou a atuação de todos os agentes das cadeias produtivas do setor – desde os que produzem no campo até aqueles que trabalham nos pontos finais de venda direta ao consumidor. Os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da Embrapa produziram, em 2021, uma quantidade de ativos muito próximo à meta estabelecida, com alcance de 98%; os 1.230 projetos de pesquisa em execução pela empresa geraram 1.952 resultados, em diferentes estágios de maturidade tecnológica, incluindo também resultados de apoio à inovação. Entre esses resultados, 654 são ativos pré-tecnológicos (servem de base para produtos e processos, tais como: coleção biológica, metodologia técnico-científica e banco de dados) e 747 são ativos tecnológicos (produtos e/ou processos com uso direto pelo setor produtivo, tais como: cultivar, matriz ou reprodutor, processo agropecuário, processo industrial, produto/insumo agropecuário ou industrial, máquinas e/ou implementos, software para clientes externos). Esses ativos foram gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Desse total de ativos, 181 deles foram gerados em parcerias formalizadas com o setor privado, com aporte de recursos financeiros. Os projetos da carteira da Embrapa, que são iniciados por

demandas do mercado (chamados projetos tipo III), passaram de 6% em 2020 para 11% em 2021. Ao longo do ano, novos produtos, serviços e soluções tecnológicas desenvolvidos pela pesquisa agropecuária da Embrapa e parceiros foram disponibilizados para o setor agropecuário: 34 soluções tecnológicas prontas para adoção foram disponibilizadas para a sociedade (www.embrapa.br/solucoes-tecnologicas). Em 2021 foram solicitados 26 pedidos de registro de marcas, 3 pedidos de proteção por patentes e 11 pedidos de registro de programas de computador. Mais de 150 novas parcerias foram efetivadas e, somadas com as 118 existentes, disponibilizaram para pesquisa cerca de R\$ 46 milhões. Adicionalmente, foram firmados 888 instrumentos de contratos e convênios, sendo 858 nacionais e 30 internacionais. No ano em que foi realizada a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (COP26), além de participar de debates durante o encontro de lideranças globais, a Embrapa intensificou a busca por soluções para o agro que contribuem para a sustentabilidade e a preservação do planeta ([/www.embrapa.br/cop26](http://www.embrapa.br/cop26)). Dois novos projetos com foco na descarbonização das atividades agropecuárias foram iniciados: Soja Baixo Carbono e Leite Carbono Neutro, que têm como base as mesmas premissas do projeto, pioneiro que deu origem à certificação Carne Carbono Neutro (CCN). O selo é atribuído à carne bovina produzida em sistemas integrados que sequestram o carbono e diminuem consideravelmente as emissões desse gás para a atmosfera. Também houve contribuição de técnicos nas discussões do novo arcabouço global de biodiversidade (GBF) e suas metas em direção a 2030 e 2050, que serão aprovadas durante a COP15 da Convenção de Diversidade Biológica, em 2022. Grande atenção e apoio foi dado à Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, quando a Embrapa participou ativamente das várias etapas nacionais e internacionais, construindo com o MAPA e MRE, o posicionamento do Brasil que foi externado aos participantes na forma de documento encaminhado à ONU: Caminhos Nacionais para Sistemas Alimentares Sustentáveis (<https://summitdialogues.org/overview/member-state-food-systems-summit-dialogues/convenors/>). Além disso, várias das tecnologias disponibilizadas contribuem para políticas públicas relacionadas ao setor agropecuário e para a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS; www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods). São exemplos dessas tecnologias lançadas em 2021: - Trigo BRS Jacana. A cultivar é um trigo da classe Pão, ideal para o fabrico do tradicional “pão francês”, farinha branca, de ciclo precoce, grão duro, moderadamente resistente ao acamamento. Esta solução tecnológica foi desenvolvida pela Embrapa em parceria com outras instituições. Saiba mais: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/8352/trigo-brs-jacana> - Aplicativo Restaura Mata Atlântica. Aplicativo móvel contendo informações sobre espécies florestais nativas da Mata Atlântica. Seu foco é a identificação, de forma rápida e dinâmica, das características ecológicas, fisiológicas, fitotécnicas e econômicas das espécies vegetais com potencial para uso em projetos de adequação ambiental, facilitando a restauração das áreas de preservação permanente e reserva legal, em apoio à Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) e ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas. Saiba mais: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/6051/aplicativo-restaura-mata-atlantica> - Sonda Acqua Probe - Sonda Multiparâmetros para Aquicultura. Desenvolvida com tecnologia nacional, a Sonda Acqua Probe é capaz de aferir, por meio de celular, tablet ou computador, 12 parâmetros como pH, oxigênio dissolvido e temperatura da água de viveiros destinados ao cultivo de organismos aquáticos, como peixes e crustáceos. Saiba mais: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/7343/sonda-multiparametros-para-aquicultura> - Choque térmico nos frutos do açaí para inativação do protozoário Trypanosoma cruzi e outros agentes patogênicos. Este ativo trata-se de uma prática de choque térmico para a inativação de diversos microorganismos causadores de doenças adquiridas por açaí contaminado, como o protozoário causador da doença de Chagas, entre outros agentes patogênicos. Saiba mais: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/8384/choque-termico-nos-frutos-do-acai-para-inativacao-do-protozoario-trypanosoma-cruzi-e-outros-agentes-patogenicos> O Portal da Embrapa é a principal plataforma de interação e transparência da Empresa, proporcionando acesso à informação institucional e técnico-científica demandada pela sociedade e partes relacionadas. Em 2021, o Portal contou com 35,8 milhões visualizações de páginas e atendeu a quase 10 milhões de usuários. O Portal é um grande hub de serviços digitais da Embrapa, com a lista completa de soluções tecnológicas disponíveis (1.805), uma biblioteca digital com mais de 140 mil publicações para download gratuito, uma carta de serviços ao cidadão renovada em 2021 e milhares de páginas e informações geradas por todos os centros de pesquisa da Embrapa. O e-Campo é a vitrine de capacitações on-line da Embrapa (www.embrapa.br/e-campo), uma ferramenta de transferência de tecnologia, de inovação e de negócios. Busca democratizar o acesso aos conhecimentos e tecnologias da Embrapa, com inscrição ilimitada e acesso à capacitação em qualquer hora e lugar. Destaca-se o elevado índice de satisfação dos usuários que sempre atinge níveis superiores a 90%, bem como a diversidade de formatos e estratégias adotados nas capacitações, como cursos com tutoria e autoinstrucionais; cursos síncronos, assíncronos ou mistos; cursos de oferta contínua e cursos para turmas fechadas; cursos gratuitos e cursos pagos. Dentre os públicos beneficiários destacam-se os agentes de ATER e multiplicadores, produtores, agricultores, professores, estudantes, empresas e comunidade em geral. Em 2021, foram produzidos 47 novos cursos e, considerando os cursos já existentes na plataforma, foram ofertadas 86 capacitações, totalizando 231.567 inscritos. As limitações orçamentárias são uma realidade ainda em expansão para os próximos anos, a Embrapa segue enfrentando o desafio de ampliar as alternativas de financiamento da pesquisa agropecuária junto ao setor privado, mas também ao próprio Estado, a fim de garantir o financiamento da produção pública de conhecimento científico de excelência.

Meta: 052G - Incrementar em 15%, em termos reais, o impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 3,5
Meta prevista para 2021: 7,5
Meta prevista para 2022: 11
Meta prevista para 2023: 15

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 15,5
Data de Referência: 31/12/2020
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: A forma de obtenção do resultado do indicador não permite elaborar metas por região. Grande parte dos conhecimentos, tecnologias e inovações geradas que fazem parte da seleção utilizada para obter o indicador podem e normalmente são adotadas em mais de uma região ou em todo o território nacional ou até no exterior, o que é determinado ex-post. Desta forma, a regionalização ex-ante poderia inibir a flexibilidade do gasto público para a geração de tecnologias de ampla aplicação e também pode inviabilizar a apuração adequada dos dados visto que, metodologicamente, a soma dos recortes não representaria o conjunto final no indicador.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: As limitações orçamentárias são uma realidade ainda em expansão para os próximos anos. Os recursos para investimento estão reduzidos e estagnados desde 2015, o que pode levar à obsolescência de infra-estrutura e equipamentos para pesquisa.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Embrapa segue enfrentando o desafio de ampliar as alternativas de financiamento da pesquisa agropecuária junto ao setor privado, mas também ao próprio Estado, a fim de garantir o financiamento da produção pública de conhecimento científico de excelência.

Notas do usuário: A meta reportada refere-se ao último valor do indicador disponível no momento, relativo ao quadriênio 2017-2020, obtido em abril de 2021. O indicador relativo ao quadriênio 2018-2021 estará disponível em abril de 2022.

Indicador: 8738 - Impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ bilhão por ano
Valor de referência: 36,9
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 56,2456
Data do valor apurado: 31/12/2020
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0192 - Tecnologias, processos e produtos para inovação agropecuária caracterizados quanto ao potencial de mercado

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 614
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa/ano
Meta prevista para 2020: 630
Meta prevista para 2021: 640
Meta prevista para 2022: 670
Meta prevista para 2023: 690

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 703
Data do valor apurado: 14/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até o dia 14/03/2022, foram qualificados 696 ativos tecnológicos e 7 ativos pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) gerados em 2021 pela Embrapa. O valor apurado foi 9,8% maior que a meta prevista, reflexo das estratégias e dos novos modelos de negócios para inserção de tecnologias no mercado. A partir da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2021 e qualificados até o momento são indicados para a região Centro-Oeste (69%), seguida da região Nordeste (67%) e Sudeste (66%). Para a região Sul, são indicados 58% dos ativos e, para a região Norte, 49% dos ativos. É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A permanência do cenário de pandemia de Covid-19 bem como as mudanças nas necessidades e prioridades do mercado, as incertezas e os riscos financeiros, trouxeram insegurança para o setor produtivo. Como a qualificação, negociação e inserção de ativos no mercado são em grande parte impulsionados pelo próprio mercado, seus indicadores tornam-se reflexo do cenário econômico atual.

Providências implementadas para a superação da restrição: A Empresa tem realizado e incentivado ações de prospecção e fomento a parcerias com o setor produtivo, bem como atividades de desenvolvimento de mercado com a finalidade de potencializar as negociações e otimizar a disponibilização e a adoção dos ativos pelos clientes e públicos-alvo. Dentre as estratégias de estímulo às parcerias com o setor produtivo no âmbito dos projetos, a Embrapa tem adotado o modelo de "Projetos Tipo III", que são projetos de Inovação Aberta, movidos por demandas definidas e prospectadas de forma alinhada com os cenários de mercado atuais. Essas ações tendem a potencializar a visão de negócios para o ativo desde a fase de desenvolvimento, aumentando possibilidades negociais e, conseqüentemente, o número de ativos qualificados para este fim.

Notas do usuário: Conforme definição no Calendário Institucional do Modelo Integrado de Gestão de Desempenho da Embrapa, os ativos pré-tecnológicos com potencial para inserção no mercado e os ativos tecnológicos resultantes dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Embrapa entregues no ano têm a sua qualificação finalizada no sistema de gestão de ativos da Empresa até 13 de março do ano seguinte, com a maior concentração entre os dias 01 e 13 de março de cada ano. Quanto à regionalização dos dados, é importante ressaltar que um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total. Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2022.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	482	16/03/2022	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2022.
Região Nordeste	-	-	-	-	470	14/03/2022	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2022.
Região Norte	-	-	-	-	342	14/03/2022	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2022.
Região Sudeste	-	-	-	-	465	14/03/2022	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2022.

Região Sul	-	-	-	-	405	14/03/2022	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2022.

Resultado Intermediário: 0193 - Tecnologias, processos e produtos para inovação agropecuária obtidos em projetos de pesquisa

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 1.372

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Ativos tecnológicos e ativos pré-Tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa/ano

Meta prevista para 2020: 1.400

Meta prevista para 2021: 1.430

Meta prevista para 2022: 1.500

Meta prevista para 2023: 1.550

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.401

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A programação de P&D da Embrapa obteve, em 2021, montante de ativos muito próximo à meta estabelecida, com alcance de 98%. A programação entregou 654 ativos pré-tecnológicos (servem de base para produtos e processos, tais como: coleção biológica, metodologia técnico-científica e banco de dados) e 747 ativos tecnológicos (produtos e/ou processos com uso direto pelo setor produtivo, tais como: cultivar, matriz ou reprodutor, processo agropecuário, processo industrial, produto/insumo agropecuário ou industrial, máquinas e/ou implementos, software para clientes externos). Esses ativos são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado. Desse modo, a regionalização do indicador é a seguinte, em número de ativos e participação percentual, respectivamente: centro-oeste, 448 (32%); norte, 126 (9%); nordeste, 238 (17%); sul, 280 (20%) e sudeste 308 (22%). Em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano. A prorrogação do cronograma de execução das atividades gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021. Em 2021, cerca de 13% dos resultados foram indicados como não alcançados, evidenciando os riscos da atividade de P&D e/ou limitações na condução dos projetos, por razões diversas, entre elas, a Covid-19. É esperado que parte dos resultados (re)planejados para 2021 seja, ainda, (re)planejada para 2022 ou anos posteriores. O desafio atual está relacionado aos desdobramentos da pandemia e seus impactos na execução da programação de pesquisa, e restrições orçamentárias poderão comprometer entregas futuras.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em função da pandemia de Covid-19, o desenvolvimento de atividades que demandavam o uso de laboratórios, atividades de campo e presenciais, ficou parcialmente prejudicado, dada a necessidade de distanciamento social.

Providências implementadas para a superação da restrição: Revisão do cronograma de execução dos projetos de P&D e entrega de resultados. Em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano. A prorrogação do cronograma de execução das atividades gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021. Em 2021, cerca de 13% dos resultados foram indicados como não alcançados, evidenciando os riscos da atividade de P&D e/ou limitações na condução dos projetos, por razões diversas, entre elas, a Covid-19. É esperado que parte dos resultados (re)planejados para 2021 seja, ainda, (re)planejada para 2022 ou anos posteriores.

Notas do usuário: Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	449	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021
Região Nordeste	-	-	-	-	238	30/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021
Região Norte	-	-	-	-	126	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021

							aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	
Região Sudeste	-	-	-	-	308	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021
Região Sul	-	-	-	-	280	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021

Resultado Intermediário: 0194 - Tecnologias, produtos e processos oriundos de projetos em parceria com o setor produtivo.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 78

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de tecnologias, produtos e processos oriundos de projetos em parceria com o setor produtivo/ano

Meta prevista para 2020: 144

Meta prevista para 2021: 147

Meta prevista para 2022: 154

Meta prevista para 2023: 159

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 181

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os projetos desenvolvidos em cooperação com o setor produtivo (projetos de inovação aberta), movidos por demandas do mercado, passaram de 6% em 2018 para 17% em 2020 e 24% ao final de 2021, percentual que já supera a metade dos 40% estabelecidos como meta para 2023. Esse é um resultado visível do empenho contínuo da empresa em aprimorar sua governança institucional, enfrentando a crescente escassez de recursos públicos. O fomento a projetos de inovação aberta proporciona a redução da dependência do Tesouro Nacional, tendo em vista que 73,5% do orçamento investido nesses projetos são oriundos de fontes externas comparado a apenas 44,6% de financiamento externo médio em toda a programação (Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021). O resultado desse esforço é o número de ativos (133 tecnológicos e 48 pré-tecnológicos) obtidos em 2021, frutos dessa parceria com o setor produtivo. Uma aproximação possível para a regionalização dos resultados desse indicador é considerar a região onde está localizada a Unidade da Embrapa responsável pela obtenção do resultado. Desse modo, a regionalização do indicador é a seguinte, em número de resultados obtidos e percentual de participação, respectivamente: centro-oeste, 54 (30%); norte, 2 (1%); nordeste, 19 (10%); sul, 50 (28%); e sudeste, 56 (31%). O número de resultados obtidos na região norte é justificado pelo fato das Unidades de pesquisa da Embrapa dessa região serem unidades ecorregionais e, nesse contexto, a programação de pesquisa dessas unidades é desenvolvida, principalmente com recursos do Tesouro Nacional, componentes do orçamento da Embrapa. O desafio atual está relacionado aos desdobramentos da pandemia e seus impactos na execução da programação de pesquisa, e restrições orçamentárias poderão comprometer entregas futuras.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em função da pandemia de Covid-19, o desenvolvimento de atividades que demandavam o uso de laboratórios, atividades de campo e presenciais, ficou parcialmente prejudicado, dada a necessidade de distanciamento social.

Providências implementadas para a superação da restrição: Revisão do cronograma de execução dos projetos de P&D e entrega de resultados. Em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano. A prorrogação do cronograma de execução das atividades gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021. Em 2021, cerca de 13% dos resultados foram indicados como não alcançados, evidenciando os riscos da atividade de P&D e/ou limitações na condução dos projetos, por razões diversas, entre elas, a Covid-19. É esperado que parte dos resultados (re)planejados para 2021 seja, ainda, (re)planejada para 2022 ou anos posteriores.

Notas do usuário: Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021 e 12/01/2022

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	54	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação,	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021 e 12/01/2022

							considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	
Região Nordeste	-	-	-	-	19	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021 e 12/01/2022
Região Norte	-	-	-	-	2	31/12/2021	O número de resultados obtidos na região norte é justificado pelo fato das Unidades de pesquisa da Embrapa dessa região serem unidades ecorregionais e, portanto, enfrentam maiores dificuldades para realização de parcerias com o setor produtivo, diferente das Unidades de produto ou temáticas. Nesse contexto, a programação de pesquisa dessas unidades é desenvolvida, principalmente com recursos do Tesouro Nacional, componentes do orçamento da Embrapa. Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021 e 12/01/2022
Região Sudeste	-	-	-	-	56	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021 e 12/01/2022

Região Sul	-	-	-	-	50	31/12/2021	Os resultados da programação de pesquisa são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado.	Fonte: Business Intelligence/Ideare, em 30/12/2021 e 12/01/2022

PROGRAMA: 2204 - BRASIL NA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO

Objetivo: 1176 - Otimizar a capacidade científica do país na dimensão dos desafios da realidade brasileira

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Brasil na Fronteira do Conhecimento busca impulsionar a Pesquisa Básica e o Desenvolvimento Experimental (P&D), buscando avançar a fronteira em todas as áreas do conhecimento, a partir da otimização da capacidade científica do País. Abrange vasto leque de políticas públicas e ações orientadas ao fomento a projetos de pesquisa, à formação de pesquisadores, ao fortalecimento, recuperação e otimização da infraestrutura de pesquisa, assim como à popularização e divulgação da Ciência e à promoção do ensino de Ciências. Tais políticas e ações são uma resposta institucional à necessidade do Brasil suplantando problemas estruturais, a exemplo do baixo contingente de recursos humanos qualificados para a pesquisa. Segundo a Unesco, o País possuía em 2017 cerca de 700 pesquisadores por milhão de habitantes, muito distante de países como a Coreia, com 6.400. Esse quadro de insuficiência perdura, assim como a insuficiência dos investimentos em infraestrutura de pesquisa e fomento à pesquisa. Isso tudo em contexto de constante dificuldade de garantia dos recursos orçamentários essenciais para a área. A superação dos desafios do País guarda estreita relação com o fortalecimento das políticas públicas e esforços de coordenação governamental, envolvendo as instituições que compõem o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para a inserção do Brasil na Sociedade do Conhecimento, são condições básicas o avanço na produção de ciência de boa qualidade, o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura de P&D e iniciativas de divulgação científica, que devem prosperar de forma articulada. O Programa é referenciado na Política Científica e Tecnológica do País, expressa nas recomendações contidas no documento da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022) e seus Planos de Ação, sendo estes marcos importantes a orientar a atuação do MCTI na coordenação dos esforços nacionais em CT&I. O êxito das políticas e ações presentes neste Programa traz a expectativa de que o País: amplie sua capacidade científica em dar respostas a questões culturais, sociais, ambientais, sanitárias e econômicas; amplie sua capacidade na construção de políticas públicas; continue figurando no seleto grupo de países que mais produzem Ciência; aumente os níveis de educação e cultura científica da população; diminua seu gap científico e tecnológico vis-à-vis aqueles países que estão na fronteira científica e tecnológica; diminua sua condição de atraso social e econômico em relação aos países desenvolvidos, etc. Com um Objetivo e sua respectiva Meta e Indicador, em 2021 o Programa possuía 16 Resultados Intermediários, que expressam as principais temáticas aqui envolvidas: capacidade de produção científica do País; visibilidade internacional da produção científica brasileira; produção científica em colaboração com pesquisadores de outros países; ampliação da difusão do conhecimento científico produzido no País; divulgação e educação científica; formação de recursos humanos em C&T; investimentos em infraestrutura de pesquisa e na formação de recursos humanos para as atividades de pesquisa, além da criação de facilidades para os pesquisadores importarem insumos e equipamentos para Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Além

disso, o Programa lança mão de dois importantes e vultosos projetos de Investimentos Plurianuais, para ampliação/construção de grandes infraestruturas laboratoriais de pesquisa - a expansão das instalações do Laboratório Nacional de Nanotecnologia e a construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS. No arquivo anexo são apresentadas as principais realizações/entregas do Programa no ano de 2021.

Meta: 052P - Aumentar a participação dos dispêndios públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para 0,7%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0,66
Data de referência da linha de base: 31/12/2016
Meta prevista para 2020: 0,59
Meta prevista para 2021: 0,59
Meta prevista para 2022: 0,59
Meta prevista para 2023: 0,7

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,59
Data de Referência: 31/12/2019
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Em média (2015-2019), 35% dos dispêndios públicos nacionais em P&D são realizados pelos governos estaduais, sobre os quais não se tem governança para o estabelecimento de metas.

Notas do usuário: O resultado refere-se ao ano de 2019, apurado em 31/12/2021. Os dispêndios públicos em P&D se dividem em federais e estaduais. Os dispêndios federais têm como fonte o SIAFI. São considerados os dispêndios em P&D realizados por todos os órgãos. O MCTI, unidades de pesquisa e vinculadas (CNPq, AEB etc.), Embrapa, Fiocruz, Centros Tecnológicos e Institutos de Estudos e Pesquisas do Exército, Marinha e Aeronáutica, CAPES e Universidades federais, por exemplo. Os dispêndios estaduais em P&D têm como fonte os SIAFIs estaduais, BGEs e portais da transparência. São considerados os dispêndios em P&D de todas as Secretarias Estaduais de C&T, FAPs, empresas estaduais de pesquisa agropecuária, centros de pesquisa e institutos de pesquisa das Secretarias de Saúde, de Meio Ambiente e universidades estaduais. Os dispêndios em P&D das universidades federais e estaduais são estimados, por que não são identificados por meio de ações orçamentárias. A estimativa leva em consideração dados da execução orçamentária de todas as instituições de ensino superior federais e estaduais com curso de pós-graduação reconhecido pela CAPES, dados sobre o total de docentes dessas instituições obtidos no Censo da Educação Superior e do total de docentes da pós-graduação, cuja fonte é o Sistema GEOCAPES. A metodologia está detalhada em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Notas_Metodologicas/Notas_Metodologicas.html

Indicador: 8721 - Dispendios públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0,66
Data de Apuração: 31/12/2016
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,59
Data do valor apurado: 31/12/2019
Notas do usuário: O resultado refere-se ao ano de 2019, apurado em 31/12/2021. Os dispendios públicos em P&D se dividem em federais e estaduais. Os dispendios federais têm como fonte o SIAFI. São considerados os dispendios em P&D realizados por todos os órgãos. O MCTI, unidades de pesquisa e vinculadas (CNPq, AEB etc.), Embrapa, Fiocruz, Centros Tecnológicos e Institutos de Estudos e Pesquisas do Exército, Marinha e Aeronáutica, CAPES e Universidades federais, por exemplo. Os dispendios estaduais em P&D têm como fonte os SIAFIs estaduais, BGEs e portais da transparência. São considerados os dispendios em P&D de todas as Secretarias Estaduais de C&T, FAPs, empresas estaduais de pesquisa agropecuária, centros de pesquisa e institutos de pesquisa das Secretarias de Saúde, de Meio Ambiente e universidades estaduais. Os dispendios em P&D das universidades federais e estaduais são estimados, por que não são identificados por meio de ações orçamentárias. A estimativa leva em consideração dados da execução orçamentária de todas as instituições de ensino superior federais e estaduais com curso de pós-graduação reconhecido pela CAPES, dados sobre o total de docentes dessas instituições obtidos no Censo da Educação Superior e do total de docentes da pós-graduação, cuja fonte é o Sistema GEOCAPES. A metodologia está detalhada em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Notas_Metodologicas/Notas_Metodologicas.html

Investimento Plurianual: 0512 - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Informações básicas

Custo total: 63.647.592
Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 7,5
Valor da execução financeira: 4.013.446
Data da informação: 01/02/2022
Detalhamento da execução física: Entre os investimentos em equipamentos de laboratório destacam-se: (i) upgrade do amplificador AFM Modelo Nanoir2-S; (ii) ablação a laser, sistema de micro usinagem, de operação manual, com comprimento de onda selecionável; (iii) sistema de cromatografia coletor de frações, do tipo f9-

r, que tem como função purificar proteínas, próprio para sistemas cromato; (iv) potenciostato e led driver, composto por banco ótico, suporte com fotodiodo calibrado, suporte para led; (v) Microscópio Duplo Feixe – HELIOS; (vi) prensa de pellets com aquecimento até 1000 OC; e (vii) equipamentos laboratoriais para Microscopia Óptica, Nanobio, Ambiental. Quanto aos investimentos em infraestrutura, foi adquirido um data center, gabinete integrado smartrow br. Destaca-se a aquisição de servidores HPC CPU e GPGPU, unidade de processamento de dados, de alto desempenho. Entre os processos em andamento, destacam-se: (i) o 4D-Stem e Micro ED, sensor de elétrons, para difração, próprio para microscópio eletrônico; (ii) equipamento XPS, ARPES, sistema de espectroscopia, de emissão de fotoelétrons; e (iii) equipamento para difração de elétrons, próprio para investigar a organização cristalina de amostras. As ações acima descritas foram viabilizadas pela reprogramação do saldo financeiro de 2020.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0531 - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Informações básicas

Custo total: 2.250.000.000

Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 1,5

Valor da execução financeira: 28.120.820

Data da informação: 01/02/2022

Detalhamento da execução física: O ano 2021 foi marcado pelo início da construção e instalação das linhas de luz da fase I-B do Sirius (IMBUIA, CEDRO, SAPÊ, QUATI, JATOBÁ, PAINEIRA, SABIÁ e SAPUCAIA). Entretanto, o ritmo de construção das linhas SAPÊ, SAPUCAIA, QUATI e JATOBÁ foi reduzido substancialmente por falta de recursos financeiros do projeto, mantendo apenas a construção das linhas IMBUIA, PAINEIRA, SABIÁ e CEDRO. Estas 4 linhas foram selecionadas pelo estágio de construção que se encontravam e pelo investimento que seria necessário para sua conclusão. Ainda estão sendo mantidas atividades e investimentos menores nas demais linhas da fase I-B, embora em um ritmo mais lento e apenas em componentes que estão no caminho crítico dos seus projetos. No último semestre, prosseguimos com a instalação e comissionamento das linhas de luz da fase 1-A do Sirius (MANACÁ, CATERETÊ, CARNAÚBA, MOGNO, IPÊ e EMA). Além da linha MANACÁ, que já se encontra em comissionamento científico, as linhas CATERETÊ e CARNAÚBA estão passando do comissionamento técnico para o científico e já receberam os primeiros usuários de comissionamento. A corrente de operação dos aceleradores atingiu a faixa de 100mA e todos os sistemas dos aceleradores operam regularmente com baixo índice de falhas e maior disponibilidade de tempo para os usuários. A performance das fontes de corrente dos eletroímãs melhorou significativamente nos últimos meses devido a constantes upgrades em seus sistemas de controle e correções pontuais de hardware, o que contribuíram significativamente para melhor estabilidade do feixe e na confiabilidade global dos aceleradores. Os sistemas de monitoramento de nível e temperatura do piso do acelerador entraram em operação e forneceram dados importantes que permitiram a identificação e correção de algumas instabilidades que afetavam a máquina, em especial efeitos relacionados a variações de temperatura e variações no lençol freático.

Observação: Neste ano, houve avanços no projeto, fabricação e revisão de protótipos das câmaras de vácuo para os onduladores Delta; “front-end” máquina, primeiro trecho de conexão entre o anel de armazenamento e as linhas de luz; e “scrapers”, visando-se componentes robustos e confiáveis a longo prazo para otimizações e novas instalações no Sirius. Os preparativos para a instalação das cavidades supercondutoras estão em andamento, com o foco no desenvolvimento dos novos amplificadores de RF e Infraestruturas Prediais. Por fim, um dos principais projetos em andamento são os onduladores tipo delta, sendo que a construção dos protótipos curtos das câmaras de vácuo de dois onduladores foi finalizado e a estrutura magnética encontra-se em fase final de montagem, com previsão de

instalação no Sirius para o primeiro trimestre de 2022. As ações acima descritas foram viabilizadas pela reprogramação do saldo financeiro de 2020. A metodologia de cálculo do avanço físico considera que a nova fase do Projeto representa 1/5 do escopo total, enquanto o projeto com o escopo inicial representa 4/5 do total.

Resultado Intermediário: 0057 - Produção Científica Brasileira em Colaboração Internacional

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 33,87

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual de publicações brasileiras na base Scopus com colaboração internacional. Fonte: Scimago/Scopus.

Meta prevista para 2020: 36,76

Meta prevista para 2021: 33,5

Meta prevista para 2022: 39,64

Meta prevista para 2023: 39,64

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 36,09

Data do valor apurado: 11/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados disponíveis nesta data são referentes ao ano de 2020. Houve um incremento no percentual de artigos científicos brasileiros publicados em cooperação com pesquisadores de outros países, embora o acréscimo tenha sido menor do que o que se projetava há dois anos. O desempenho da produção científica e tecnológica brasileira vem sendo influenciado pela redução de investimentos em ciência e tecnologia ocorridos nos últimos anos - cujo efeito se projeta para os anos posteriores.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0058 - Desempenho da produção científica brasileira

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0,71

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Proporção entre a média de citações das publicações brasileiras e a média global de citações

Meta prevista para 2020: 0,72

Meta prevista para 2021: 0,65
Meta prevista para 2022: 0,73
Meta prevista para 2023: 0,73

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,71

Data do valor apurado: 11/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados disponíveis nesta data são referentes ao ano de 2020. Esse indicador aponta o quão próximo da média mundial de citações por artigo o Brasil se encontra, sendo o valor 1 indicativo de que o país está igual à média mundial. O recuo observado indica uma redução na relevância comparativa das publicações brasileiras, e se explica pela combinação da redução de investimentos em ciência e tecnologia ocorridos nos últimos anos - cujo efeito se projeta para os anos posteriores - com o ritmo de crescimento mais acelerado da produção científica no mundo.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0059 - Participação do Brasil na produção científica mundial.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 2,63

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual de publicações brasileiras na base Scopus em relação ao total mundial de publicações. Fonte: Scimago/Scopus.

Meta prevista para 2020: 2,77

Meta prevista para 2021: 2,6

Meta prevista para 2022: 2,91

Meta prevista para 2023: 2,91

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2,69

Data do valor apurado: 11/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados disponíveis nesta data são referentes ao ano de 2020. Nessa apuração houve uma retomada do acréscimo no percentual de artigos científicos brasileiros em relação ao total mundial. A retomada da participação relativa do Brasil na produção científica mundial é uma excelente sinalização após um cenário de redução no ano anterior, impactado pela combinação da redução de

investimentos em ciência e tecnologia ocorridos nos últimos anos com o ritmo de crescimento mais acelerado da produção científica no mundo.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0060 - Proporção de artigos brasileiros com acesso aberto

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 38,69

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual da produção brasileira na base Scopus publicada com acesso aberto. Fonte: Scimago/Scopus.

Meta prevista para 2020: 39,91

Meta prevista para 2021: 45

Meta prevista para 2022: 41,13

Meta prevista para 2023: 41,13

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 43,72

Data do valor apurado: 11/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados disponíveis nesta data são referentes ao ano de 2020. O indicador teve um recuo nessa apuração, possivelmente impactado pela redução de investimentos em ciência e tecnologia ocorridos nos últimos anos - cujo efeito se projeta para os anos posteriores. As publicações com acesso aberto geram impacto positivo no aumento do acesso aos resultados das pesquisas brasileiras, maior difusão de conhecimento e agilidade no avanço científico. A publicação de resultados em periódicos de acesso aberto depende de disponibilidade de recursos – pois possuem custo maior para publicação – e o decréscimo observado pode ser resultado de uma influência negativa da menor disponibilidade de recursos para os grupos de pesquisa.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O valor deste indicador pode ter sofrido forte influência da pandemia de COVID-19, em função dos impactos na operação das instituições de pesquisa e na condução de projetos de pesquisa. Os dados disponíveis no momento ainda são referentes ao ano de 2020, e as metas para os anos seguintes foram ajustadas para corrigir o efeito da pandemia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Ajuste das ações de ciência e tecnologia para comportar os efeitos da pandemia de COVID-19

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0061 - Adesão institucional à SNCTe ao MNCTI

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 497

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Instituições cadastradas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) e no Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação (MNCTI)

Meta prevista para 2020: 208

Meta prevista para 2021: 291

Meta prevista para 2022: 407

Meta prevista para 2023: 600

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 291

Data do valor apurado: 14/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Houve um crescimento de aproximadamente 12,35% nas instituições que aderiram ao evento em relação ao ano de 2020. A experiência virtual proporcionou um resultado positivo, com ampla adesão de instituições e superação das metas inicialmente estipuladas.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	81	17/02/2022	Das 291 instituições cadastradas foram registradas 81 instituições oriundas da região centro-oeste, o que corresponde a 27,8% das instituições participantes da SNCT cadastradas no site oficial do evento no ano de 2021.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	69	17/02/2022	Das 291 instituições cadastradas foram registradas 69 instituições oriundas da região nordeste, o que corresponde a	Não informado

							23,7% das instituições participantes da SNCT cadastradas no site oficial do evento no ano de 2021.	
Região Norte	-	-	-	-	34	17/02/2022	Das 291 instituições cadastradas foram registradas 34 instituições oriundas da região norte, o que corresponde a 11,6% das instituições participantes da SNCT cadastradas no site oficial do evento no ano de 2021.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	70	17/02/2022	Das 291 instituições cadastradas foram registradas 70 instituições oriundas da região sudeste, o que corresponde a 24,5% das instituições participantes da SNCT cadastradas no site oficial do evento no ano de 2021.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	37	17/02/2022	Das 291 instituições cadastradas foram registradas 37 instituições oriundas da região sul, o que corresponde 12,7% das instituições participantes da SNCT cadastradas no site oficial do evento no ano de 2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0062 - Abrangência de municípios participantes da SNCT e do MNCTI

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 1.408

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Números de municípios participantes da SNCT e no Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação (MNCTI)

Meta prevista para 2020: 480

Meta prevista para 2021: 672

Meta prevista para 2022: 941

Meta prevista para 2023: 1.550

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.014

Data do valor apurado: 14/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Houve um crescimento de aproximadamente 116,20%% em relação aos municípios que aderiram ao evento em 2020. Esta ampliação de beneficiários na SNCT, com parte das atividades e eventos em caráter virtual, foi dada a necessidade de adaptação dessas ações devido a pandemia da COVID-19. Neste aspecto, a experiência virtual proporcionou um resultado positivo, com ampla adesão de municípios e superação das metas inicialmente estipuladas.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	90	17/02/2022	Das 1.014 municípios alcançados, 90 municípios pertencem à região centro-oeste, o que corresponde a 8,8% dos municípios participantes da SNCT cadastrados no site oficial do evento, no ano de 2021.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	315	17/02/2022	Das 1.014 municípios alcançados, 315 municípios pertencem à região nordeste, o que corresponde a 31% dos municípios participantes da SNCT cadastrados no site oficial do evento, no ano de 2021.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	71	17/02/2022	Das 1.014 municípios alcançados, 71 municípios pertencem à região norte, o que corresponde a 7% dos municípios participantes da SNCT cadastrados no site oficial do evento, no ano de 2021.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	360	17/02/2022	Das 1.014 municípios alcançados, 360 municípios pertencem à região sudeste, o que corresponde a 35,5% dos municípios participantes da SNCT cadastrados no site oficial do evento, no ano de 2021.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	178	17/02/2022	Das 1.014 municípios alcançados, 178 municípios pertencem à região sul, o que corresponde a 17,5% dos municípios participantes da SNCT cadastrados no site oficial do evento, no ano de 2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0063 - Investimento em infraestrutura de C,T&I

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 17,67

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Participação do orçamento em infraestrutura de C,T&I em relação ao fomento a pesquisa do MCTI.

Meta prevista para 2020: 7,1

Meta prevista para 2021: 12

Meta prevista para 2022: 12

Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 11,4

Data do valor apurado: 03/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O acréscimo na dotação orçamentária para infraestrutura de pesquisa em 2021 (aprox. 37%) contribuiu para a melhora do indicador. Embora tenha havido redução em importantes projetos de infraestrutura do MCTI, a exemplo da Construção da Fonte de Luz Síncrotron (SIRIUS) (aprox. 46%), houve aumento substantivo (aprox. 298%) na dotação para o Fomento a projetos de implantação, recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-INFRA). Destaque-se, também, que em 2021 houve um aporte de 7,5% no orçamento de infraestrutura (aprox. R\$ 22 milhões) no projeto de implantação do laboratório nacional de máxima contenção biológica (NB-4).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As ações orçamentárias que são base do cálculo não são regionalizáveis. Logo, não é possível regionalizar o RI.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0122 - Contribuir para ampliar a capacidade científica nacional pelo investimento em Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (RHCTI).

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 127.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Total de beneficiários/ano de bolsas de formação e capacitação para o desenvolvimento científico nacional apoiados pelo CNPq

Meta prevista para 2020: 128.000

Meta prevista para 2021: 130.674

Meta prevista para 2022: 134.354

Meta prevista para 2023: 138.645

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 107.166

Data do valor apurado: 03/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foram apoiados 107.166 bolsistas, correspondendo a 82,01% da meta anual destinada a apoiar a formação de recursos humanos, de modo a promover a ampliação da capacidade científica nacional através do desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. A diminuição no total de beneficiários neste exercício refletiu os impactos da Pandemia de COVID/19, de estudantes em aulas remotas. Contudo, verificou-se a permanência destes beneficiários no sistema de capacitação de recursos humanos, no desenvolvimento de atividades em P&D, considerando o total de processos de bolsas pagos em 2021, em torno de 127.998 bolsas, ou seja, foram concedidas no exercício mais

de uma bolsas ao mesmo beneficiário, mostrando que a concessão da bolsa de pesquisa para aquele beneficiário foi renovada ao longo do exercício, diminuindo o impacto negativo pra ausência de recursos humanos no desenvolvimento das atividades de P&D.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Estudantes em atividades remotas, medidas de restrição de locomoção, a permanência reduzida de profissionais em laboratórios de pesquisa, entre outras medidas de prevenção à Covid/19 consistiram nas principais dificuldades impostas pela Pandemia, à entrada de novos beneficiários no Programa. A modalidade de bolsas de Iniciação Científica, destinada a alunos de graduação é o principal instrumento do CNPq para atrair e estimular estudantes no desenvolvimento de atividades em P&D.

Providências implementadas para a superação da restrição: Os esforços do órgão em manter os mesmos beneficiários no desenvolvimento das atividades de P&D, se configuram na estratégia de gestão para evitar o colapso do sistema, prejudicando o andamento dos projetos em execução, muitos dos quais o CNPq vem prorrogando a pedido dos pesquisadores devido aos impactos causados pela Pandemia.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	286	286	286	286	245	03/01/2022	245 pesquisadores desenvolveram projetos de pesquisa em parceria com Instituições no exterior, correspondendo a 85,66% de execução da meta de 2021. Neste período, o intercâmbio internacional para o desenvolvimento de atividades de pesquisa envolveu 27 países, cujo principal destino dos pesquisadores brasileiros foram os Estados Unidos, seguidos pela Espanha, França, Inglaterra e Portugal. Com destaque para atividades de pesquisa em engenharias e ciências biológicas, especialmente engenharia química e engenharia elétrica.	Não informado
Região Centro-Oeste	10.037	10.520	11.457	12.547	8.438	03/01/2022	Na região Centro-Oeste foi executada cerca de 80,21% da meta em 2021, com a concessão de bolsas para 8.438 beneficiários, permitindo o desenvolvimento de atividades de pesquisas na fronteira do conhecimento nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente em Agronomia, Zootecnia, Educação e pesquisa nas áreas de Química, Física e Ciência da Computação. Alunos em aulas remotas, como medida de prevenção à COVID/19, foi o principal entrave para a entrada de novos beneficiários no sistema de capacitação de recursos humanos para P&D, contudo foram pagas 9.741 bolsas,	A diferença entre o total de beneficiários e o total de bolsas pagas, revela que o beneficiário da bolsa teve a concessão do benefício

							demonstrando a permanência do bolsista nas atividades de capacitação e no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e desenvolvimento científico, ou seja no período os bolsistas em atividade, permaneceram no programa por meio da renovação da bolsa, indicando que 13,38% dos bolsistas continuaram vinculados ao programa. permanência do bolsista no Programa indica a efetividade da Ação de capacitação de recursos humanos.	renovada no período.
Região Nordeste	23.188	24.282	26.429	28.944	19.324	03/01/2022	Na região Nordeste foram beneficiados 19.324 bolsistas, equivalente a 79,58% da meta executada de 2021. No período, as principais atividades de pesquisa foram desenvolvidas, principalmente nas áreas de educação, química e ciência da computação contribuindo para o avanço da ciência. As restrições impostas pela Pandemia de COVID-19 e as medidas de prevenção à proliferação do vírus, com alunos e pesquisadores em atividades remotas por um longo período, foram um obstáculo para a entrada de novos beneficiários no Programa, no entanto 22.598 bolsas foram pagas em 2021, demonstrando a manutenção de muitos beneficiários nas atividades de P&D. Cerca de 14,5% dos beneficiários permaneceram desenvolvendo atividades de pesquisa e tiveram as concessões renovadas, refletindo na eficácia do Programa, cujo objetivo é estimular a formação de recursos humanos em P&D em prol do desenvolvimento econômico da sociedade.	A diferença entre o total de beneficiários e o total de bolsas pagas, revela que o beneficiário da bolsa teve a concessão do benefício renovada no período.
Região Norte	6.199	6.519	7.115	7.801	4.971	03/01/2022	Na região Norte foram financiados até o momento 4.971 beneficiários de bolsas nas mais diversas modalidades, principalmente àquelas destinadas a estudantes de graduação e de ensino médio, bolsas de Iniciação Científica e Iniciação Científica-júnior, como também bolsas para os níveis de Mestrado e Doutorado. O total de beneficiários de bolsas executadas em 2021 corresponde a 76,25% da meta prevista para o exercício, no entanto foram pagas 5.848 bolsas, indicando que 17,64 % dos beneficiários permaneceram no Programa de formação de recursos humanos em P&D, refletindo sua eficácia com a renovação da concessão das bolsas para o mesmo beneficiário.	A diferença entre o total de beneficiários e o total de bolsas pagas, revela que o beneficiário da bolsa teve a concessão do benefício renovada no período.
Região Sudeste	67.348	67.348	67.348	67.348	56.041	03/01/2022	Na região sudeste foi executado 83,25% da meta prevista para 2021, com 56.041 beneficiários de bolsas destinadas a estudantes do ensino médio, superior e pesquisadores. Nesta região destacamos o envolvimento dos bolsistas em	A diferença entre o total de beneficiários e o total de

							projetos de pesquisa nas áreas de Matemática, Física, engenharia Mecânica, Odontologia e Medicina, entre outras. O impacto da Pandemia nas rotinas da academia prejudicou a entrada de novos beneficiários no Programa, mas foi observada a permanência de 27,55% dos beneficiários no Programa, com o pagamento de 68.480 bolsas, demonstrando a eficácia do Programa na capacitação e treinamento de recursos humanos em P&D, pela renovação na concessão das bolsas.	bolsas pagas, revela que o beneficiário da bolsa teve a concessão do benefício renovada no período.
Região Sul	21.719	21.719	21.719	21.719	18.147	03/01/2022	Do total de 18.147 beneficiários financiados na região sul, 15,4% desenvolvem projetos de pesquisa em ciências agrárias, 14,05 em ciências humanas, 13,3% em ciências exatas e da terra e 13,0% em engenharias, os demais bolsistas estão distribuídos em atividades de pesquisa nas mais variadas áreas do conhecimento. A Pandemia e as medidas preventivas tomadas pela Academia prejudicaram a entrada de novos beneficiários no Programa. Neste cenário a meta anual ficou em torno de 85,6%, contudo o total de bolsas pagas em 2021, 21.014 bolsas demonstram a permanência de 18,5% dos bolsistas no Programa, permitindo a continuidade de muitos projetos de pesquisa, permitindo a continuidade de muitos projetos de pesquisa com a renovação das concessões do benefício ao mesmo beneficiário.	A diferença entre o total de beneficiários e o total de bolsas pagas, revela que o beneficiário da bolsa teve a concessão do benefício renovada no período.

Resultado Intermediário: 0124 - Ampliar o montante, em valor, de bens e materiais importados para P&D por meio da desoneração tributária (Imposto de Importação, PIS/PASEP, COFINS, IPI e Taxa da Marinha Mercante).

Informações básicas

Unidade de medida: Reais
Linha de base: 756.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Valor total das desonerações tributárias em P&D avalizadas pelo CNPq.
Meta prevista para 2020: 907.291.171,69
Meta prevista para 2021: 907.291.171,69
Meta prevista para 2022: 907.291.171,69
Meta prevista para 2023: 907.291.171,69

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 351.511.067,98

Data do valor apurado: 03/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A cota de importação do CNPq, em 2021, sofreu acentuada redução, caindo de 300 milhões de dólares para 193,290 milhões de dólares. Nesse sentido, o alcance da meta, estimado a partir da série histórica desde 1990, ficou prejudicado. Não obstante, o CNPq, ao final do exercício, entregou 100% da cota aos pesquisadores e ICTs credenciados pela Lei 8.010/1990 junto a este Conselho. A redução citada gerou problemas à execução sendo necessária a complementação da cota. Ocorreu que, em janeiro/2021, foi concedido ao CNPq somente USD 93.290 milhões de modo que este valor foi completamente consumido até 20/05/2021. Com isso, as importações para pesquisa ficaram paralisadas até setembro. Após diversas solicitações e negociações, houve a complementação da cota em mais USD 100 milhões, a partir de setembro/2021, havendo paralisação das importações por 4 meses. Para que a complementação fosse implementada houve aumento de IOF para pessoas física e jurídica, por meio da Portaria do ME n. 11.358 de 17 de setembro de 2021. Outra consideração a ser relatada para o ano de 2021 foi o aprimoramento da metodologia do cálculo da renúncia: (1) quanto à métrica do dólar - em 2019 e 2020, foi utilizado o valor do dólar do último dia do ano; em 2021, foi realizada a média do câmbio, com paridade de USD 1,00 para R\$ 5,3955; (2) quanto ao percentual dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados (II, IPI e AFRMM), com redução de 23 para 10% e de 14 para 12%. Ressaltamos que o cálculo da cota é realizado em dólar, cuja variação cambial impacta diretamente a renúncia fiscal calculada em real. Diante dos pontos acima, para 2022 e 2023 será estimada nova meta a luz da nova metodologia e ainda já levando em conta que a cota para 2022 é de USD 358.550 milhões. Reforçamos independente do valor que o CNPq alcançou 100% da cota diante do valor ofertado.

Restrições: Insuficiência de recursos não orçamentários (Subsídios, FGTS, FAT, etc.)

Restrição: Insuficiência de recursos não orçamentários (Subsídios, FGTS, FAT, etc.)

Detalhamento da restrição: O valor da cota de importação teve queda de 35,6% em relação ao ano anterior, sendo a principal restrição quanto à ampliação do atendimento das demandas de importação para pesquisa científica no país. Além disso, a cota foi entregue em parcelas nos meses de janeiro e de setembro, sendo USD 93.290.000,00 e USD 100.000.000,00.

Providências implementadas para a superação da restrição: Negociações com o governo federal a fim de conseguir cota complementar, sendo que obtivemos resultado parcialmente positivo em USD 100.000.000 milhões.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	40.105.388,43	40.105.388,43	40.105.388,43	40.105.388,43	14.468.050,56	03/02/2022	A região Centro-oeste executou apenas 36,08% da meta prevista para o período, demonstrando os prejuízos na queda do valor da cota concedida para o CNPq neste	As mudanças na metodologia foram provenientes de uma reunião entre servidores do CNPq (da COCIF e da COEST) e servidores da Receita Federal (da CETAD) em

							exercício. A cota utilizada para a demanda de importação para pesquisa na região Centro-Oeste ficou em torno de 4,12% do total concedido em 2021.	que discutimos sobre as alíquotas médias desses impostos no Brasil e recebemos a informação que a média nacional gira em torno de 30% sobre importações. Tal reunião, gerou a revisão da memória de cálculo dos impostos não recolhidos, para melhor ajuste quanto às informações prestadas.
Região Nordeste	31.851.751,93	31.851.751,93	31.851.751,93	31.851.751,93	20.735.138,85	03/02/2022	No nordeste foi executado em 2021, cerca de 65,10% da meta anual prevista para a região, contabilizando R\$ 20.735.138,85, refletindo a diminuição no valor de renúncia fiscal anual no período, neste cenário a execução da meta ficou comprometida, inferindo-se prejuízos incalculáveis para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa em curso. A cota utilizada para a demanda de importação para	As mudanças na metodologia foram provenientes de uma reunião entre servidores do CNPq (da COCIF e da COEST) e servidores da Receita Federal (da CETAD) em que discutimos sobre as alíquotas médias desses impostos no Brasil e recebemos a informação que a média nacional gira em torno de 30% sobre importações. Tal reunião, gerou a revisão da memória de

							pesquisa na região Nordeste foi de 5,9% do total concedido.	cálculo dos impostos não recolhidos, para melhor ajuste quanto às informações prestadas.
Região Norte	60.813.160,04	60.813.160,04	60.813.160,04	60.813.160,04	2.312.745,47	03/02/2022	A execução da meta ficou prejudica no período tendo em vista a queda no valor da cota concedida ao longo de 2021 para o CNPq, permanecendo em torno de 3.80% da meta anual prevista para o exercício. A cota utilizada para a demanda de importação para pesquisa na região Norte alcançou 0,66%, sendo o menor percentual dentre as regiões do país, situação recorrente considerando a capacidade de P,D&I disponível em relação a infraestrutura, número de pesquisadores e ICTs na região norte.	As mudanças na metodologia foram provenientes de uma reunião entre servidores do CNPq (da COCIF e da COEST) e servidores da Receita Federal (da CETAD) em que discutimos sobre as alíquotas médias desses impostos no Brasil e recebemos a informação que a média nacional gira em torno de 30% sobre importações. Tal reunião, gerou a revisão da memória de cálculo dos impostos não recolhidos, para melhor ajuste quanto às informações prestadas.
Região Sudeste	680.716.225	680.716.225	680.716.225	680.716.225	283.502.480,72	03/02/2022	Mantendo o histórico a região apresentou o maior percentual de utilização do	As mudanças na metodologia foram provenientes de uma reunião entre servidores do

							benefício da renúncia fiscal alcançado 80,65% do total da cota concedida em 2021. Contudo, o valor previsto como meta para concessão no período ficou em torno de 41,65% da previsão anual, considerando o corte no valor da cota e aumento do dólar.	CNPq (da COCIF e da COEST) e servidores da Receita Federal (da CETAD) em que discutimos sobre as alíquotas médias desses impostos no Brasil e recebemos a informação que a média nacional gira em torno de 30% sobre importações. Tal reunião, gerou a revisão da memória de cálculo dos impostos não recolhidos, para melhor ajuste quanto às informações prestadas.
Região Sul	93.804.646,29	93.804.646,29	93.804.646,29	93.804.646,29	30.492.652,38	03/02/2022	Coube a região sul o percentual de 8,67% do total da cota concedida, correspondendo a 32,51% da meta anual para o ano de 2021, tendo em vista a queda no valor da cota de importação para o CNPq neste exercício.	As mudanças na metodologia foram provenientes de uma reunião entre servidores do CNPq (da COCIF e da COEST) e servidores da Receita Federal (da CETAD) em que discutimos sobre as alíquotas médias desses impostos no Brasil e recebemos a informação que a média nacional gira em torno de

								30% sobre importações. Tal reunião, gerou a revisão da memória de cálculo dos impostos não recolhidos, para melhor ajuste quanto às informações prestadas.

Resultado Intermediário: 0314 - Publicações com patrocínio do CNPq na base Scopus no ano dividido pelo número total de publicações de autores brasileiros na base Scopus no ano

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 33,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Artigos publicados por autores brasileiros com patrocínio do CNPq
Meta prevista para 2020: 33,8
Meta prevista para 2021: 34
Meta prevista para 2022: 34,5
Meta prevista para 2023: 35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 34,36
Data do valor apurado: 25/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 o total de publicações financiadas pelo CNPq em relação ao total de artigos publicados por autores brasileiros foi de 34,36%, sendo que o CNPq financiou 33.838 artigos científicos num total de 98.472 artigos de autores brasileiros. Importante ressaltar que os resultados alcançados por meio das publicações financiadas pelo CNPq em relação ao total de publicações de autores brasileiros refletem o investimento em ciência, tecnologia e inovação de modo que a consistência deste tipo de investimento é essencial para o desenvolvimento da ciência brasileira.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Artigos científicos são escritos, na sua maioria, em parcerias, podendo inclusive ser fruto de trabalhos de pesquisa em rede, envolvendo pesquisadores de várias regiões do país, dificultando a vinculação dos autores à uma região geopolítica.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0315 - Estímulo ao desenvolvimento científico regional

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 10,43

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Fixação de recursos humanos nas regiões centro-oeste, norte, nordeste e Estado do Espírito Santo em relação aos auxílios de pesquisa pagos por região

Meta prevista para 2020: 32

Meta prevista para 2021: 35

Meta prevista para 2022: 38

Meta prevista para 2023: 42

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 578,95

Data do valor apurado: 03/01/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foram beneficiados 147 bolsistas de Desenvolvimento Científico Regional nas regiões CO (exceto o DF), NE, NO e no estado do ES. Apenas 58 projetos de pesquisa estão em execução nas regiões alvo do Programa, contra 677 projetos de pesquisa apoiados em 2020. A meta de 13% prevista para a região Norte foi alcançada em 14,29%, nas demais regiões o índice foi superior aos 100%. Este RI é fortemente influenciado pelo total de projetos de pesquisa apoiados nas regiões alvo do Programa DCR, por isto a importância da estabilidade no repasse dos recursos e no volume de recursos para o financiamento de projetos de P&D. pois a limitação de recursos para o fomento não permitiu a contratação de novos projetos de P&D. Isto acabou gerando uma distorção nos percentuais apurados de cada região, de maneira que os números não são representativos da situação real. O ano de 2021 em termos de apoio a projetos de pesquisa foi abaixo do esperado, a previsão de contratação de projetos de pesquisa pela Chamada Universal não se configurou por restrições orçamentárias, impactando diretamente na apuração deste RI. Dado o ocorrido estamos monitorando o comportamento deste indicador e se a manutenção desse cenário se configurar iremos rever o RI no sentido de melhor traduzir o esforço dos investimentos em P&D para fixação de recursos humanos regionalmente.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Ação PPA Região Total de Beneficiários – Bolsas DCR Total de Beneficiários - APQ apuração do RI 00LV CO 27 9 300,00 00LV NE 83 33 251,52 00LV NO 2 14 14,29 00LV ES 35 2 1.750,00 147 58

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Espírito Santo	70	70	70	70	1.750	11/02/2022	O Índice de Estímulo ao Desenvolvimento Científico Regional (DCR) é fortemente influenciado pelo total de projetos apoiados nas regiões alvo do Programa DCR. No estado do Espírito Santo foram concedidas 35 bolsas DCR e apenas 2 projetos de pesquisa apoiados no período. O investimento no desenvolvimento de pesquisa nas regiões alvo do programa é imprescindível para a fixação do pesquisador. A baixa contratação de projetos de pesquisa aliada as restrições de deslocamento impostas pela pandemia de Covid/19 impactaram diretamente na apuração deste indicador. O Programa DCR é desenhado em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados com o objetivo de estimular a fixação de recursos humanos altamente qualificados em P&D em áreas estratégicas para a região e demonstra o esforço conjunto do governo federal e estadual para o desenvolvimento regional, por isto a importância deste Programa e do indicador.	Este Resultado intermediário é calculado pelo somatório do total de beneficiários de bolsas na modalidade DCR (Desenvolvimento Científico Regional) no estado do Espírito Santo, dividido pelo total de projetos de pesquisa pagos no estado do Espírito Santo, multiplicado por 100. O indicador visa demonstrar o esforço do governo para a fixação de recursos humanos nas regiões alvo do programa, norte, centro-oeste (exceto o DF), nordeste e o estado do Espírito Santo, a fim de promover o desenvolvimento econômico regional através do financiamento da ciência.
Região Centro-Oeste	43	43	47	53	300	11/02/2022	Em 2021 na região centro-oeste, exceto no DF, foram financiadas 27 bolsas de estímulo ao Desenvolvimento Científico Regional (DCR) e apenas 9 projetos de pesquisa, extrapolando o índice em mais de 100%, calculado em 300%. O Índice de Estímulo ao Desenvolvimento Científico Regional (DCR) é fortemente influenciado pelo total de Projetos apoiados nas regiões alvo do Programa	Este Resultado intermediário é calculado pelo somatório do total de beneficiários de bolsas na modalidade DCR (Desenvolvimento

							DCR, por isto o financiamento de projetos de pesquisa na região alvo do programa é imprescindível para a fixação de recursos humanos altamente qualificados em P&D. Assim, o índice foi desenhado para refletir o esforço dos dois programas, o de fomento a pesquisa científica e às bolsas de estímulo ao desenvolvimento científico regional a fim de indicar os resultados da política pública em promover o desenvolvimento econômico regional a partir do financiamento científico. O Programa DCR é desenhado em parceria com as Fundações de Amparo a Pesquisa dos Estados e visa à fixação de pesquisadores altamente qualificados em P&D em áreas estratégicas, de modo a refletir o esforço conjunto dos governos federal e estadual para o desenvolvimento regional.	Científico Regional) nos estados da região Centro-oeste, com exceção do DF, dividido pelo total de projetos de pesquisa pagos nos estados do Centro-Oeste, exceto o DF, multiplicado por 100. O indicador visa demonstrar o esforço do governo para a fixação de recursos humanos nas regiões alvo do programa, norte, centro-oeste (exceto o DF), nordeste e o estado do Espírito Santo, a fim de promover o desenvolvimento econômico regional através do financiamento da ciência.
Região Nordeste	15	15	17	18	251,52	11/02/2022	Na região nordeste foram financiadas 83 bolsas DCR e 33 projetos de pesquisa em 2021, o baixo valor no total de projetos apoiados na região impactou diretamente no cálculo do índice que chegou a 251,52%. O investimento no desenvolvimento de pesquisa nas regiões alvo do programa é imprescindível para a fixação do pesquisador, demonstrado pelo valor apurado. A baixa contratação de projetos de pesquisa aliada as restrições de deslocamento impostas pela pandemia de Covid/19 afetaram a apuração do indicador. O Programa DCR é desenhado em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados com o objetivo de estimular a fixação de recursos humanos altamente qualificados em P&D em áreas estratégicas para a região e demonstra o esforço conjunto do governo federal e estadual para o desenvolvimento regional, por isto	Este Resultado intermediário é calculado pelo somatório do total de beneficiários de bolsas na modalidade DCR (Desenvolvimento Científico Regional) nos estados do nordeste, dividido pelo total de projetos de pesquisa pagos nos estados da região nordeste multiplicado por 100. O indicador visa demonstrar o esforço do governo

							a importância deste Programa e do indicador para o objetivo do PPA Na região nordeste foram financiadas 83 bolsas DCR e 33 projetos de pesquisa em 2021, o baixo valor no total de projetos apoiados na região impactou diretamente no cálculo do índice que chegou a 251,52%. O investimento no desenvolvimento de pesquisa nas regiões alvo do programa é imprescindível para a fixação do pesquisador, demonstrado pelo valor apurado. A baixa contratação de projetos de pesquisa aliada as restrições de deslocamento impostas pela pandemia de Covid/19 afetaram a apuração do indicador. O Programa DCR é desenhado em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados com o objetivo de estimular a fixação de recursos humanos altamente qualificados em P&D em áreas estratégicas para a região e demonstra o esforço conjunto do governo federal e estadual para o desenvolvimento regional, por isto a importância deste Programa e do indicador para o objetivo do PPA	para a fixação de recursos humanos nas regiões alvo do programa, norte, centro-oeste (exceto o DF), nordeste e o estado do Espírito Santo, a fim de promover o desenvolvimento econômico regional através do financiamento da ciência.
Região Norte	0	13	20	26	14,29	11/02/2022	A meta prevista para este indicador em 2021 de 13% na região Norte foi alcançada, ficando em torno de 14,29%. Contudo apenas 2 bolsas DCR foram apoiadas nos estados da região norte, em contrapartida 14 projetos de pesquisa foram financiados na região, indicando que mesmo com o baixo volume de bolsas implementadas na região, o quantitativo de projetos apoiados nos estados do norte contribuíram para o alcance da meta, reforçando a influência do financiamento do fomento em pesquisa para o cálculo do índice. Assim, o indicador visa refletir o esforço dos dois programas, o de fomento a pesquisa científica e às bolsas de estímulo ao desenvolvimento científico regional a fim de demonstrar os resultados da política pública em promover o desenvolvimento econômico regional a partir do financiamento científico. O Programa DCR é desenhado em parceria com as Fundações de Amparo a Pesquisa dos Estados para promover a fixação de pesquisadores altamente qualificados em P&D em áreas estratégicas, refletindo o esforço conjunto	Este Resultado intermediário é calculado pelo somatório do total de beneficiários de bolsas na modalidade DCR (Desenvolvimento Científico Regional) nos estados da região norte, dividido pelo total de projetos de pesquisa pagos no estados da região norte, multiplicado por 100. O indicador visa demonstrar o esforço do governo para a fixação de recursos humanos nas regiões alvo do programa, norte, centro-oeste

							dos governos federal e estadual em prol do desenvolvimento regional.	(exceto o DF), nordeste e o estado do Espírito Santo, a fim de promover o desenvolvimento econômico regional através do financiamento da ciência.

Resultado Intermediário: 0316 - Estímulo ao desenvolvimento sustentável nacional

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 20

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Produtos obtidos pelo apoio e desenvolvimento de projetos de pesquisa no Programa SinBiose (RN CNPq-007/2019)

Meta prevista para 2020: 20

Meta prevista para 2021: 25

Meta prevista para 2022: 30

Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 68

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os projetos do SinBiose entregaram no total 68 produtos em 2021, valor mais que duas vezes superior à meta prevista de 25 produtos. Tal resultado deve-se em grande parte à elevada inserção na mídia observada nos artigos publicados, muitos dos quais em revistas de alto impacto e focando em temas de interesse da sociedade. Contribuiu, ainda, para o bom desempenho observado a existência e execução de um plano de ação em comunicação científica específico do programa SinBiose. Os dados foram obtidos a partir de um formulário de levantamento de produtos dos projetos financiados pelo SinBiose/CNPq. O formulário contempla diversas categorias de produtos, dentre as quais: artigos publicados em periódicos indexados, artigos ou vídeos de divulgação, bases de dados e mapas. A apuração semestral dos produtos gerados permite um acompanhamento próximo da evolução da pesquisa, a geração de produtos e seus desdobramentos para a sociedade.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Tratam-se de amplos projetos de pesquisa em redes multi-institucionais, a maior parte dos quais envolve pesquisadores e instituições de diversas unidades da federação do país, bem como do exterior. Assim, não é possível indicar de forma adequada para fins de PPA a regionalização desses produtos.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0317 - Produção científica das Unidades de Pesquisa

Informações básicas

Unidade de medida: Publicações indexadas/TNSE
Linha de base: 1,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: IPUB - Índice de Publicações
Meta prevista para 2020: 1,22
Meta prevista para 2021: 1,5
Meta prevista para 2022: 1,5
Meta prevista para 2023: 1,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1,51
Data do valor apurado: 31/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não obstante a crescente diminuição no quadro de pesquisadores das Unidades de Pesquisa, motivada sobretudo por aposentadorias e não reposição de servidores, foi possível atingir a meta pactuada de 1,5 artigos indexados por TNSE, por Unidade de Pesquisa (média). A reabertura gradual dos laboratórios, ao longo de 2021, contribuiu diretamente para o alcance da meta, considerando que boa parte dessas infraestruturas estiveram fechadas ao longo de 2020, devido à pandemia de Covid-19.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os dados estão consolidados, agregando todas as UP diretamente vinculadas ao MCTI. Devido à amplitude e às temáticas transversais nas quais as UP atuam, esses dados não serão regionalizados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Projeções inferiores à linha de base em razão de que, para 2020, a maioria das UPs reduziu suas metas nos TCG sob a justificativa de cortes ocorridos no orçamento ao longo dos anos.

Resultado Intermediário: 0318 - Fomento a projetos e espaços de divulgação científica

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Projetos que visem estimular a divulgação, a criação, a modernização, a atualização de acervos, ou projetos museológicos ligados a museus, espaços ou centros de ciência e tecnologia
Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 37
 Meta prevista para 2022: 44
 Meta prevista para 2023: 63

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 62,5

Data do valor apurado: 14/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Havia a previsão inicial de atendimento de 37% de participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total nacional de projetos apoiados a museus e outros espaços de divulgação científica. Neste sentido, foi dada prioridade no apoio a projetos oriundos destas regiões. O impacto destas ações pode ser visto pelo resultado expressivo de 62,5% dos projetos de 2021 apoiados pela SEAPC para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Estuda-se, portanto, a reformulação dos resultados do indicador para os próximos dois anos, tendo em vista o sucesso alcançado no primeiro ano de implantação.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	20	20	20	60	14/02/2022	Dos 5 projetos apoiados pela SEAPC no ano de 2021 para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 3 projetos foram destinados para Região Centro-Oeste, o que corresponde 60,0% do total de projetos apoiados.	Não informado
Região Nordeste	0	30	30	30	20	14/02/2022	Dos 5 projetos apoiados pela SEAPC no ano de 2021 para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 1 projeto foi destinado para Região Nordeste, o que corresponde 20,0% do total de projetos apoiados.	Não informado
Região Norte	0	50	50	50	20	14/02/2022	Dos 5 projetos apoiados pela SEAPC no ano de 2021 para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 1 projeto foi destinado para Região Norte, o que corresponde 20,0% do total de projetos apoiados.	Não informado

Resultado Intermediário: 0319 - Inscritos em Olimpíadas Científicas, Tecnológicas e Inovadoras

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Participação de alunos em Olimpíadas Científicas, Tecnológicas e Inovadoras de âmbito nacional ou internacional.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 11

Meta prevista para 2022: 16

Meta prevista para 2023: 25

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 68,37

Data do valor apurado: 14/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com base de alunos matriculados da educação básica, ensino médio e educação de jovens e adultos constante no Censo Escolar - planilha 2021 - fonte: INEP. Registra-se nos sites da Olimpíada Nacional de Ciências, Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronautica, Olimpíada Brasileira de Satélite e Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas os relatórios com o total de alunos participantes totalizando cerca de 20.577.041 alunos participantes das olimpíadas apoiadas pelo MCTI).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os instrumentos de apoio desta Secretaria se dão por meio de editais de abrangência nacional que podem variar seus beneficiários de acordo com qualidade técnica dos projetos submetidos, o que inviabiliza a regionalização, considerando que os resultados dos indicadores ocorrem à medida que os projetos são realizados e/ou apoiados.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0320 - Investimento em formação de recursos humanos para CT&I

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 31,4

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Participação do orçamento do MCTI em formação de recursos humanos para CT&I em relação ao fomento a pesquisa do MCTI

Meta prevista para 2020: 28,1

Meta prevista para 2021: 30

Meta prevista para 2022: 30

Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

4Valor Apurado: 17

Data do valor apurado: 03/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A perda de dotação em 2021, relativa ao ano de 2020, para duas das três ações orçamentárias que compõem o indicador: 2,37%, na ação 2B32; e 12,43%, na ação 00LV, associada ao aumento em cerca de 47% na dotação do fomento, afetou o desempenho do indicador, explicando sua diminuição no exercício de 2021.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As ações orçamentárias que são base do cálculo não são regionalizáveis. Logo, não é possível regionalizar o RI.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A ação 00LV, executada pelo CNPq, representa mais de 90% do volume de recursos empreendidos no esforço do MCTI na formação e capacitação de recursos humanos para Ciência & Tecnologia (C&T) e, por esta razão, o RI 0320 é sensível a variações nesta ação. A recomposição de níveis superiores de investimentos em C&T faz-se necessário, para uma melhoria do indicador.

Providências implementadas para a superação da restrição: A providência necessária para superar a restrição apontada passa pela busca da recomposição dos investimentos do setor, seriamente afetados nos últimos anos.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2205 - CONECTA BRASIL

Objetivo: 1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Os dados mostram evolução da oferta de serviços de telecomunicações no país, porém ainda indicam a necessidade de investimentos para ampliação do acesso, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Assim, o Programa tem como desafio promover a expansão de infraestrutura, principalmente no que diz respeito à massificação dos serviços em regiões remotas, diante de um país de grandezas continentais e de alta concentração populacional. Embora a prestação dos serviços seja realizada pela iniciativa privada, esses serviços são de interesse público e, constitucionalmente, responsabilidade da União, que, por sua vez, deve agir com vistas à massificação dos serviços e garantia da qualidade.

Meta: 052Q - Ampliar o acesso à internet em banda larga para os domicílios brasileiros de 74,68% para 91,00% .

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 78,97
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 82,44
Meta prevista para 2021: 85,2
Meta prevista para 2022: 88,05
Meta prevista para 2023: 91

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 84
Data de Referência: 30/12/2019
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	85,96	88,25	90,59	93	87,7	31/12/2019	Dado relativo à PNAD TIC 2019 (87,7%). Os resultados da pesquisa para os anos mais recentes 2020 e 2021 ainda não estão disponíveis, sobretudo em função da pandemia de COVID-19.	Não informado
Região Nordeste	72,79	76,05	79,45	83	75,7	31/12/2019	Dado relativo à PNAD TIC 2019 (75,7%). Os resultados da pesquisa para os anos mais recentes 2020 e 2021 ainda não estão disponíveis, sobretudo em função da pandemia de COVID-19.	Não informado
Região Norte	77,09	80,26	83,56	87	77	31/12/2019	Dado relativo à PNAD TIC 2019 (77%). Os resultados da pesquisa para os anos mais recentes 2020 e 2021 ainda não estão disponíveis, sobretudo em função da pandemia de COVID-19.	Não informado

Região Sudeste	87,67	90,05	92,49	95	88,6	31/12/2019	Dado relativo à PNAD TIC 2019 (88,6%). Os resultados da pesquisa para os anos mais recentes 2020 e 2021 ainda não estão disponíveis, sobretudo em função da pandemia de COVID-19.	Não informado

Região Sul	83,87	86,5	89,21	92	86,4	31/12/2019	Dado relativo à PNAD TIC 2019 (86,4%). Os resultados da pesquisa para os anos mais recentes 2020 e 2021 ainda não estão disponíveis, sobretudo em função da pandemia de COVID-19.	Não informado

Indicador: 8722 - Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 74,68
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 84
Data do valor apurado: 31/12/2019
Notas do usuário: O valor referente ao ano 2021 não está disponível. Último valor disponível, PNAD TIC 2019 (84%).

Investimento Plurianual: 0561 - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados

Informações básicas

Custo total: 171.153.303
Meta de execução física prevista até 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 0
Data da informação: 31/12/2021
Detalhamento da execução física: Norte – Licenciamento ambiental para implantação da infovia concluído. Equipamentos do Sistema Óptico (DWDM) e Contêineres adquiridos. Processo para seleção do Operador Neutro concluído. Cabo subfluvial entregue e transbordados à balsa da empresa que fará o lançamento. Nordeste - Aquisição de todos os equipamentos ópticos para iluminação da troncal efetivados; para as redes metropolitanas, aquisição dos cabos ópticos e equipamentos e implantação das redes, em andamento.

Observação: Norte Conectado - Acompanhamento das atividades no âmbito do PPA 2020-2023 será relativa à implantação da Infovia 00 – Projeto Piloto. O Programa completo é composto de 8 infovias, uma vez que o exército brasileiro implantou em 2021 uma das infovias inicialmente previstas. A execução das outras 7 infovias se dará com recursos oriundos dos editais de licitação de radiofrequência da Anatel, como projeto adicional / compromissos de abrangência. Recursos para ambos os programas já foram inteiramente repassados à RNP, como fomento, em aditivos ao contrato de gestão assinados em 2019 e 2020, sendo: - Norte Conectado - R\$ 42.146.000,00 em 2019 e R\$ 52.005.303,00 em 2020. - Nordeste Conectado - R\$ 30.000.000,00 em 2019 e R\$ 5.000.000,00 em 2020.

Resultado Intermediário: 0064 - Digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 54

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Meta prevista para 2020: 60

Meta prevista para 2021: 70

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 55,6097

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O ano de 2021 foi de avanços nas etapas preparatórias do Programa Digitaliza Brasil, iniciativa que visa contribuir para o avanço do Resultado Intermediário 0064. Foram publicados editais convocando 1.394 municípios dos 1.638 contemplados pelo Programa. Dos convocados, 99% manifestaram interesse em receber a infraestrutura. Houve avanços significativos também nos editais para que os conteúdos analógicos hoje transmitidos nesses municípios aderissem ao Programa, com a publicação de 3.539 consignações e autorizações para retransmissoras de televisão. Para a entrada em operação de canais digitais nas cidades contempladas, é necessária a adesão tanto do município quanto de entidade que transmita a programação veiculada atualmente em analógico no município. Dos municípios constantes dos editais publicados em 2021, 863 já aderiram formalmente ao Programa, sendo que as infraestruturas de suporte à transmissão da TV Digital de 221 deles já estavam com a infraestrutura em construção ou entregue no final do ano. Entretanto, não houve avanço no indicador porque apenas contam os municípios onde a TVD já está com canal digital outorgado e a situação em 2021 foi de avanço em etapas anteriores a essa outorga.

Restrições: Falhas de Articulação institucional

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: Boa parte dos municípios que ainda não iniciaram sua digitalização são muito pequenos e têm exclusivamente canais de TV operados por suas prefeituras, que frequentemente têm dificuldades financeiras e/ou administrativas para realizar a transição.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi aprovado um programa (Programa Digitaliza Brasil) em parceria com a Anatel e o GIRED, fruto do leilão de 4G, para realizar o investimento de capital na digitalização desses canais de prefeituras. Os detalhes operacionais e jurídicos estão sendo resolvidos, e a implementação ficará à cargo da EAD, que cuidou da interferência e distribuição de kits para famílias de baixa renda na primeira fase do

desligamento da TV analógica.

Notas do usuário: Devido ao bom andamento do Programa Digitaliza Brasil, estima-se que em 2022 haverá um avanço no indicador e a meta prevista para 2023 será atingida até o final daquele ano.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	60,2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	49,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	67,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	58,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	50,9	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0066 - Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI).

Informações básicas

Unidade de medida: Posição hierárquica no ranking de países
Linha de base: 59
Data de referência da linha de base: 19/10/2020
Indicador: Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI)
Meta prevista para 2020: 65
Meta prevista para 2021: 59
Meta prevista para 2022: 58
Meta prevista para 2023: 57

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 52
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador deste RI foi alterado na revisão do PPA 2020-2023, ocorrida em 2021,

para o Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI), sendo a última publicação de dezembro/2021 (02/12/2021), em que o Brasil ocupou a posição nº 52 no ranking de 130 países, sendo a meta prevista para o ano a de ocupar a 59ª posição. Tal desempenho representou uma melhoria de 7 posições em relação ao ano de 2020 (59º lugar). Sua apuração é anual. A mudança de indicador foi necessária devido à descontinuidade de publicação do Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI), que passa por reformulação metodológica na União Internacional de Telecomunicações (UIT) e cujo valor mais recente apurado foi referente ao ano de 2017, com o Brasil ocupando a posição nº 66 no ranking.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador é calculado apenas para países, servindo como benchmark internacional.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Não há restrições quanto ao NRI. Quanto ao Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI), que tinha previsão anual, houve descontinuidade na publicação do índice desde o ano de 2017, em função de passar por reformulação metodológica na União Internacional de Telecomunicações (UIT). Deste modo, por sucessivos períodos, foi considerado como valor apurado para o indicador a sua última publicação referente ao ano de 2017, com o Brasil ocupando a posição nº 66 no ranking. Como solução, o indicador deste RI foi alterado na revisão do PPA 2020-2023, ocorrida em 2021, para o Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI).

Providências implementadas para a superação da restrição: O indicador deste RI foi alterado na revisão do PPA 2020-2023, ocorrida em 2021, para o Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI), sendo a última publicação de dezembro/2021. A apuração do NRI é anual.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0067 - Melhoria no Índice de Cibersegurança Global.

Informações básicas

Unidade de medida: Posição hierárquica no ranking de países

Linha de base: 70

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Índice de Cibersegurança Global.

Meta prevista para 2020: 69

Meta prevista para 2021: 68

Meta prevista para 2022: 67

Meta prevista para 2023: 66

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com relação ao Índice de Cibersegurança Global, a sua última edição foi publicada pela UIT em junho de 2021, referente ao ano base de 2020, com o Brasil ocupando a posição nº 18 no ranking, tendo subido 53 posições em relação ao relatório anterior. Nas Américas, o Brasil ocupa a 3ª colocação, atrás dos Estados Unidos e do Canadá. Destacam-se as seguintes iniciativas que contribuíram para o bom resultado: a publicação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), da Lei nº 13.853/2019 (cria a Autoridade Nacional de Proteção de

Dados), do Decreto nº 9.573/2018 (Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas), do Decreto nº 9.637/2018 (Política Nacional de Segurança da Informação) e do Decreto nº 10.222/2020 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética - E-Ciber), e a continuidade dos trabalhos de estruturas de resposta a incidentes (CDCIBER, CTIRGov.br e CERT.br). Sua apuração é anual.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador é calculado apenas para países.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0068 - Maior adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Informações básicas

Unidade de medida: Posição hierárquica no ranking entre países

Linha de base: 67

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Maior adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Meta prevista para 2020: 66

Meta prevista para 2021: 65

Meta prevista para 2022: 64

Meta prevista para 2023: 63

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 67

Data do valor apurado: 31/12/2019

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador referente a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que constitui um dos pilares do Índice de Competitividade Global, não foi apurado nos anos de 2020 e 2021. O último Relatório de Competitividade Global foi publicado em 2020 como uma edição especial em função da pandemia de coronavírus, e não contou com a divulgação do índice de Competitividade Global. Sendo assim, o último valor medido é o de 2019 (Posição 67). Deste modo, não houve publicação do indicador para o ano de 2021. Sua apuração é anual. Apesar de não ter havido publicação do Índice de Competitividade Global em 2021, a pesquisa TIC Domicílios, publicada em novembro de 2021 e realizada pelo CETIC.BR, registrou avanços no uso de TICs nos domicílios brasileiros, incluindo o avanço do número de usuários de internet para 87% da população (contra 79% no ano anterior) e de do percentual de domicílios com internet para 83% (contra 71% no ano anterior). Além disso, houve aumento na adoção de equipamentos TIC para acesso à internet nos domicílios, como telefone celular (de 90% para 93% dos domicílios) e computadores (de 39% para 45%). Merece destaque também o aumento da penetração da banda larga fixa de 61% para 69% dos domicílios com acesso à internet.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador é calculado apenas para países.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2206 - POLÍTICA NUCLEAR

Objetivo: 1193 - Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentável

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo do ano de 2021 foram alcançados avanços quanto ao atingimento do Objetivo, no que se refere ao desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações no País, embora tenha havido uma redução da demanda por produtos e serviços, decorrente da recessão econômica causada pela situação de pandemia que ainda assola as economias mundiais. No âmbito do setor nuclear houve uma recuperação das atividades referentes aos serviços de medicina nuclear, cujo atendimento ficou prejudicado em função do aumento dos custos das matérias primas importadas, o que implicou na necessidade de suplementação dos recursos orçamentários destinados ao atendimento desse segmento. Essa situação pode se agravar no curto e médio prazo caso o País não dê segmento ao projeto de implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, que garantirá a produção nacional desses insumos. Também foi dada continuidade aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que disponibilizam novos produtos e serviços para aplicação no âmbito do setor produtivo, além da capacitação e formação especializada para atender às demandas do setor. Foram alcançados avanços no âmbito dos processos de tratamento e acondicionamento de rejeitos radioativos, em particular no que se refere ao projeto de implantação do Centro de Tecnologia Nuclear e Ambiental que se encarregará do recebimento e armazenamento dos rejeitos de baixo e médio níveis de radiação, oriundos da utilização da tecnologia nuclear em diversos setores de aplicação. O estudo com a seleção do local para a instalação do Centro já foi concluído e submetido à apreciação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Apesar das dificuldades trazidas pela pandemia, foram mantidas as atividades de regulamentação, licenciamento, fiscalização e controle de instalações nucleares, depósitos de rejeitos radioativos, minas com urânio e tório associados, além de instalações que utilizam fontes de radiação em seus processos, nas áreas médica, industrial, pesquisa, segurança e serviços. A CNEN também atuou, no âmbito de suas atribuições, para o cumprimento dos acordos internacionais de salvaguardas e não proliferação, tendo mantido a integralidade das ações de fiscalização e controle de material nuclear. Considerando todas as suas áreas de atuação, foram executadas inspeções regulatórias e alcançados importantes marcos, tais como o licenciamento da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irrradiados (UAS) da Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto e a da 9ª cascata de ultracentrífugas da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio, na Fábrica de Combustível Nuclear da Indústrias Nucleares do Brasil. Mais de 3.000 pareceres técnicos foram elaborados assegurando a execução de um processo de licenciamento robusto, de modo a garantir o uso seguro da tecnologia nuclear no País. Em 2021, a produção realizada na Fábrica de Combustíveis Nuclear da INB foi suficiente para atender a 100% da demanda das usinas nucleares de Angra 1 e 2. Em relação à atividade de mineração e beneficiamento de urânio, foi dada continuidade às atividades de lavra da Mina do Engenho e de beneficiamento de minério de urânio na Unidade de Concentração de Urânio (URA). A Mina do Engenho possui vida útil de 16 anos e produção prevista de aproximadamente 250 t/ano de concentrado de urânio. A retomada das atividades da mineração de urânio no Brasil contribui para a redução da importação de urânio, sendo um marco importante para o Programa Nuclear Brasileiro. A produção de U308 sofreu impacto em 2021, devido à escassez de matéria-prima observada no mercado, utilizados no beneficiamento do Minério, e em menor escala, pelos reflexos da pandemia de Covid-19, impactando na disponibilidade de mão de obra na operação da planta química. Ao final do exercício, foram produzidas 33,8 t de concentrado de Urânio na Unidade, a partir do início da produção, ocorrido em abril de 2021, após a obtenção de licença de operação concedida pela CNEN. O outro projeto sob responsabilidade da INB que possui ligação direta com a Meta do Programa 2206 é a Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio. Para tanto, encontra-se em fase avançada a sua primeira etapa, composta por 4 módulos dotados de um total de 10 cascatas de ultracentrífugas (UC). Apesar das restrições orçamentárias que têm afetado o projeto, foi inaugurada em novembro de 2021 a 9ª cascata e iniciadas as atividades de montagem eletromecânica da 10ª cascata. Ainda em 2021, a INB avançou com as atividades relacionadas ao

licenciamento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), a ser implantado no município de Santa Quitéria, situado na região centro-norte do estado do Ceará, que é realizado em consórcio com a iniciativa privada. A expectativa é obter a licença prévia, que é a primeira etapa do licenciamento ambiental junto ao IBAMA, até o primeiro semestre de 2022. O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2024. Quando entrar em operação, a produção prevista é de 2.300 t/ano de concentrado de urânio para geração de energia elétrica (suficiente para suprir 3,1 vezes a demanda da Central Nuclear de Angra dos Reis, incluindo Angra 3), além de 1.050.000 t/ano de fertilizantes fosfatados de alto teor para nutrição de plantas e 220.000 t/ano de fosfato bicálcico para ração animal. A produção de concentrado de urânio do PSQ contribuirá para que a INB alcance sua autossuficiência, ao eliminar a necessidade de importação e assegurar maior estabilidade à matriz energética brasileira.

Meta: 052R - Reduzir o Índice de Dependência Internacional em Produtos e Serviços (IAN), de 0,75 para 0,41.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: índice
Linha de base: 0,75
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 0,58
Meta prevista para 2021: 0,57
Meta prevista para 2022: 0,57
Meta prevista para 2023: 0,41

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,92
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Justificativa para não regionalização da Meta: A meta do objetivo é de abrangência nacional, entretanto, as metas dos resultados intermediários 0069 e 0077 correspondentes à CNEN encontram-se regionalizadas.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: No âmbito da CNEN, a situação de pandemia afetou a cadeia produtiva internacional referente ao fornecimento de radioisótopos destinados à produção de radiofármacos, com significativo incremento nos custos de importação, incluindo as despesas de natureza logística, entre elas o transporte aéreo. Além disso, a situação de recessão econômica causou forte desvalorização cambial do Real. Esses fatores contribuíram para o incremento das despesas com importação, sem o correspondente incremento na receita auferida.

Providências implementadas para a superação da restrição: A restrição correspondente à participação da CNEN no índice somente será superada com a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que possibilitará a substituição integral dos insumos importados por insumos produzidos no País, agregando autonomia e assegurando o atendimento das demandas nacionais. Sobre o projeto do empreendimento, as principais dificuldades encontradas em 2021 foram relativas ao não aporte dos recursos necessários na LOA/FNDCT, o que impossibilitou o avanço do projeto. Foram adotadas as seguintes medidas para superar as dificuldades encontradas: (1) articulações no âmbito do CDPNB para a implantação do RMB; (2) negociações para aprovação do novo Termo de Referência junto à coordenadora do FNDCT e ao MCTI; (3) Reunião com equipe do MCTI para apresentar o empreendimento RMB e discutir a sua situação

físico-financeira. Essa reunião proporcionou aos participantes um melhor entendimento sobre o contexto do RMB e das questões relacionadas à sua implantação; e (4) Readequação do planejamento das ações afetadas pelo corte de recursos.

Notas do usuário: O cálculo do indicador é realizado a partir do resultado de 3 componentes: Irad/Ifrac (refletem atuação da CNEN); Pen/Den e Pu3/Du3 (são obtidos a partir de dados fornecidos pelas Indústrias Nucleares do Brasil - INB). Analisando a parcela da CNEN (Irad e Frad), o resultado apresentado foi 0,89. O resultado desse componente do indicador foi superior ao do exercício de 2020, cujo valor apurado foi de 0,79. Essa regressão no índice de nacionalização referente ao componente correspondente à produção de radioisótopos decorreu do aumento dos custos da matéria prima importada, agravada pela forte desvalorização do Real frente à moeda americana, sem que tenha havido o aumento do preço dos produtos comercializados pela CNEN.

Indicador: 8723 - Índice de Autonomia Nacional em Produtos e Serviços Derivados da Tecnologia Nuclear

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0,75
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto menor melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,92
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0069 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos.

Informações básicas

Unidade de medida: Ci / semana
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 11/07/2019
Indicador: Quantidade média anual de radioisótopos e radiofármacos fornecida aos centros de medicina nuclear, medida em Curie/semana.
Meta prevista para 2020: 480
Meta prevista para 2021: 500
Meta prevista para 2022: 560
Meta prevista para 2023: 580

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 392

Data do valor apurado: 10/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O fornecimento de radioisótopos e radiofármacos foi prejudicado pela insuficiência de recursos orçamentários durante o exercício de 2021. Ocorreu a paralisação da produção no segundo semestre, que somente pode ser retomada a partir da alocação de crédito suplementar obtido junto ao Congresso Nacional.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O fornecimento de radioisótopos e radiofármacos foi prejudicado pela insuficiência de recursos orçamentários durante o exercício de 2021. Ocorreu a paralisação da produção no segundo semestre do ano.

Providências implementadas para a superação da restrição: A produção somente pode ser retomada a partir da alocação de crédito suplementar obtido junto ao Congresso Nacional. Para o exercício de 2022, foi providenciado um teto orçamentário para alocação na atividade de produção superior ao de 2021, e espera-se que essa situação não ocorra no presente exercício, dependendo das condições de demanda e da situação cambial.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	35	38	40	40	27	10/02/2022	Valor abaixo do projetado em função da paralisação parcial da produção ocorrida no segundo semestre, conforme informado na apuração do resultado intermediário.	Não informado
Região Nordeste	90	94	103	110	74	10/02/2022	Valor abaixo do projetado em função da paralisação parcial da produção ocorrida no segundo semestre, conforme informado na apuração do resultado intermediário.	Não informado
Região Norte	20	21	22	25	17	10/02/2022	Valor abaixo do projetado em função da paralisação parcial da produção ocorrida no segundo semestre, conforme informado na apuração do resultado intermediário.	Não informado
Região Sudeste	265	272	310	317	216	10/02/2022	Valor abaixo do projetado em função da paralisação parcial da produção ocorrida no segundo semestre, conforme informado na apuração do resultado intermediário.	A região Sudeste é a região de maior demanda e, portanto, a que mais sofreu o

								impacto da paralisação da produção.
Região Sul	70	75	85	88	58	10/02/2022	Valor abaixo do projetado em função da paralisação parcial da produção ocorrida no segundo semestre, conforme informado na apuração do resultado intermediário.	Não informado

Resultado Intermediário: 0070 - Proteção radiológica social e ambiental.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 11/07/2019
Indicador: Percentual anual de atendimento à situações de emergências radiológicas
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 10/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Atendida a totalidade das ocorrências de potencial situação de emergência radiológica ao longo do exercício.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Uma situação de emergência radiológica que venha a ocorrer em algum local causa impacto em todo o território nacional (vide Goiânia 1987), motivo pelo qual a regionalização, neste caso, não se aplica.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0077 - Pesquisa e desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 16
Data de referência da linha de base: 11/07/2019

Indicador: Produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos anualmente na área nuclear e afins.

Meta prevista para 2020: 16

Meta prevista para 2021: 18

Meta prevista para 2022: 20

Meta prevista para 2023: 22

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 22

Data do valor apurado: 10/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A internalização da Lei de Inovação na CNEN, disciplinada por intermédio da publicação da Política de Inovação da CNEN, complementada pelas respectivas orientações normativas internas, possibilitou um incremento no número de projetos de inovação efetivados ao longo do ano.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	1	1	2	1	10/02/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	16	17	19	20	21	10/02/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0078 - Segurança Nuclear e controle de materiais nucleares.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 11/07/2019

Indicador: Segurança Nuclear e controle de materiais nucleares.

Meta prevista para 2020: 100

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 112

Data do valor apurado: 06/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As inspeções regulatórias foram realizadas visando atender o Plano Geral de Fiscalizações 2021. Contudo, em decorrência da Pandemia Covid-19 algumas dificuldades foram identificadas devido às restrições para o deslocamento das equipes pelo território nacional.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Plano Geral de Fiscalização de instalações radiativas e nucleares é executado de forma centralizada pela Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear, abrangendo todo território nacional.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Algumas dificuldades de deslocamento das equipes e acesso às instalações, em decorrência da pandemia COVID-19

Providências implementadas para a superação da restrição: Espera-se que com o avanço da vacinação contra Covid-19 e fim da Pandemia as dificuldades apontadas sejam superadas.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2207 - PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

Objetivo: 1192 - Aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Para o PPA 2020-2023, o indicador definido para mensurar o Programa 2207 é o Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais (IGASE). Esse índice tem como objetivo demonstrar o ganho de autonomia do país para condução de missões espaciais complexas que requeiram satélites da classe de 500 kg, bem como o ganho de autonomia para injeção orbital de cargas úteis de pequeno porte. No segmento de satélites, o incremento de autonomia para missões espaciais com satélites da classe de 500 kg é resultado da validação em órbita da Plataforma Multimissão (PMM) nacional, utilizada na missão Amazonia 1. A fase orbital da missão Amazonia 1, com validação em órbita da PMM, contribui com 50% da autonomia medida pelo indicador. Os 50% restantes do indicador ficam por conta do segmento de lançadores, para o qual se almeja o incremento de autonomia do país para injeção orbital de cargas úteis de pequeno porte, compreendido pela qualificação do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) nacional. O voo de qualificação do VLM-1 decorre de um esforço de desenvolvimento conduzido pelo Programa Espacial Brasileiro e representa um marco importante no desenvolvimento de um conjunto de lançadores nacionais capazes de levar ao espaço diferentes tipos de satélites, de maneira a ampliar a capacidade nacional para produzir produtos e serviços espaciais de interesse da sociedade brasileira. Também contribuem para o objetivo, as atividades de manutenção da operacionalidade de nosso principal centro de lançamento, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado no Maranhão (MA) e o desenvolvimento de tecnologias consideradas críticas para satélites e veículos lançadores. Para o segmento

satelital, em 28 de fevereiro de 2021 ocorreu com sucesso o lançamento e injeção em órbita do Satélite Amazonia 1, a partir do Centro de Lançamento Satish Dhawan Space Centre, em Sriharikota, na Índia, e também a realização das operações críticas iniciais, do comissionamento e da operação e distribuição das primeiras imagens de satélite. No dia 25 de junho de 2021, a missão Amazonia 1 foi aprovada em sua revisão de comissionamento e considerada apta para entrar em operação de rotina e distribuir para a sociedade imagens do Brasil e do mundo. Além das aplicações diretas dos dados e imagens produzidos pelo satélite, a missão Amazonia proporcionou diversos ganhos tecnológicos para o Brasil, dentre os quais destacam-se a validação da PMM; a consolidação do conhecimento do País no ciclo completo de desenvolvimento de satélites estabilizados em 3 eixos; e o domínio de tecnologias satelitais mais complexa por parte da indústria nacional. Com essas realizações em 2021, o segmento satelital para o indicador IGASE está em 40,0%. Para o segmento de veículos lançadores, houve vários avanços em 2021. O desenvolvimento do VLM-1 teve como principais marcos a realização das operações Santa Maria e Acre. Realizada no segundo semestre, a segunda fase da Operação Santa Maria executou adequações na mesa de lançamento e na Torre Móvel de Integração (TMI), a montagem e testes de sistemas e a realização de testes de integração do motor S50, que corresponde ao primeiro estágio dos veículos VS-50 e do VLM-1. No dia 01 de outubro de 2021, a Operação Acre realizou com sucesso o primeiro ensaio de tiro em banco do motor S50, maior motor-foguete já fabricado no hemisfério sul, com 12 toneladas de propelente sólido. O motor utiliza tecnologias inovadoras, como o uso de fibra de carbono na produção do envelope-motor, que o torna mais leve e eficiente. O sucesso do ensaio é crítico para se avançar nas fases finais de desenvolvimento do S50, que permitirá ao país novas capacidades em termos de produção de veículos lançadores. Como o marco de acompanhamento é o lançamento do veículo VS-50, o segmento lançador para o indicador IGASE permanece em 27,50%. Com os resultados do segmento satelital (40,0%) e do segmento lançador (27,50%), o indicador IGASE está em 67,50%. Os principais fatores que impactaram em atrasos no cronograma previsto da missão, foram os relacionados à pandemia da COVID-19. A adoção de protocolos de segurança para deslocamentos e medidas de distanciamento social, como teletrabalho, permitiram superar as dificuldades e garantir continuidade à missão. Há dificuldades e atrasos no cronograma do projeto, oriundos da situação de pandemia da COVID-19, que obrigou a redução de equipes e alteração dos testes previstos. Entretanto, alterações e medidas de distanciamento social foram adotadas, com a retomada das atividades do projeto. Há também dificuldades técnicas relacionadas a componentes importantes do lançador. Reformulações e ajustes estão sendo providenciados para resolver e contornar essas dificuldades. Com relação a operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), em 2021 foram realizadas três campanhas de lançamento para treinamento e verificação de desempenho dos sistemas operacionais do centro. Os lançamentos realizados a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foram: • 14/10/21 - Falcão I - Foguete de Treinamento Básico (FTB) • 15/11/21 - Águia I - Foguete de Treinamento Intermediário (FTI) • 07/12/21 - Falcão II - Foguete de Treinamento Básico (FTB) Com os 3 lançamentos realizados em 2021 e os 2 lançamentos realizados em 2020, o indicador IOCLA chega ao resultado parcial de 5 lançamentos contabilizados. Em relação ao desenvolvimento das tecnologias consideradas críticas para satélites e lançadores, o indicador não avançou em 2021, principalmente pelo recurso orçamentário insuficiente ao longo dos anos anteriores. O longo tempo de desenvolvimento dessas tecnologias e os desafios tecnológicos inerentes levaram a uma análise de novos modelos de contratação como alternativas para perseguir os objetivos inicialmente propostos. Por fim, as principais restrições e dificuldades enfrentadas para persecução do objetivo e dos resultados intermediários são de ordem orçamentária e de pessoal.

Meta: 052S - Aumentar o Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais de 27,50% para 100%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 27,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 65
Meta prevista para 2021: 71,5
Meta prevista para 2022: 83,5
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 67,5

Data de Referência: 27/01/2022

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Justificativa para não regionalização da Meta: Tratam-se de projetos de desenvolvimento tecnológico (satélite e veículo lançador) cujos resultados são de abrangência nacional.

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: No segmento lançador, com relação ao projeto VLM-1, após uma falha do equipamento para testes de vibração mecânica, tornou-se necessário um aporte financeiro de aproximadamente R\$ 1.3 milhões de reais para a troca da bobina e serviços de manutenção. Sendo assim, esse recurso que iria para o Convênio do Projeto VLM-1 terá de ser ressarcido no exercício atual ou subsequentes.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para resolver a situação foi utilizado recurso do convênio do Projeto VLM-1, de forma a suprir a necessidade de conserto do equipamento para testes de vibração mecânica. Essa suplementação terá de ser articulada junto ao MCTI.

Valor da insuficiência de recursos: 1.300.000

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Redução continuada do quadro de pessoal das instituições responsáveis por executar as iniciativas ligadas ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). Atualmente, há um quantitativo de pessoal nos quadros efetivos aquém do necessário nos Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), e de outros institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), bem como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Com quadro reduzido, há dificuldades em planejar e dar andamento às atividades do PEB. As questões relacionadas à pandemia, tais como distanciamento social e isolamento, reduziram consideravelmente o número de pessoas disponíveis para as atividades in loco dos projetos. O Projeto VLM-1 teve seu cronograma alterado não somente por conta da COVID19, mas também devido a algumas modificações nos requisitos de testes, pela ausência da equipe Alemã nos ensaios realizados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Adoção do teletrabalho como solução alternativa para a realização de atividades que independem da presença física em laboratório e rodízio das equipes envolvidas. No caso da redução de força de trabalho, elaboraram-se e disponibilizaram-se os relatórios finais do Grupo Técnico 09 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que versam sobre a recomposição de quadros de pessoal. Anualmente, solicitam-se concursos para provimento de pessoal em caráter temporário e permanente.

Notas do usuário: -

Indicador: 8724 - Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Valor de referência: 27,5

Data de Apuração: 31/12/2018

Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 67,5
Data do valor apurado: 27/01/2022
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0080 - Desenvolvimento de tecnologias críticas.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 25
Data de referência da linha de base: 18/07/2019
Indicador: Índice de Desenvolvimento de Tecnologias Críticas - IDT.
Meta prevista para 2020: 25
Meta prevista para 2021: 50
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 25
Data do valor apurado: 03/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não houve avanço no desenvolvimento da tecnologia SISNAC. Apesar da tecnologia ser considerada crítica para o desenvolvimento de veículos lançadores, o recurso orçamentário disponibilizado ao longo dos anos não permitiu o desenvolvimento significativo dessas tecnologias nos institutos de pesquisas, o que também ocorreu sem o envolvimento da indústria. O longo tempo de desenvolvimento dessas tecnologias e a dificuldades impostas para a desenvolvimento de tecnologias inovadoras por contratação levaram a AEB a iniciar estudos de novos modelos de contratação por meio de Encomendas Tecnológicas (ETEC). Em relação à ETEC, os estudos e ações realizados, que compreenderam basicamente Estudos Técnicos Preliminares, Consulta Pública, Relatório da Consulta Pública e Termo de Referência, antecederam o processo de contratação da 1ª etapa, ocorrido em dezembro de 2020. Desde então, executaram-se os contratos firmados, os quais previam entregas parciais e um projeto de engenharia completo sobre o desenvolvimento tecnológico do Sistema de Navegação Inercial. Os consórcios contratados entregaram os produtos conforme o previsto e realizaram-se as análises técnicas das respectivas entregas. Em 2021, após as respectivas análises técnicas e adequações orçamentárias e financeiras, procedeu-se à contratação da 2ª etapa da ETEC, referente à modelos de desenvolvimento de sensores inerciais (acelerômetro e girômetro), sistemas auxiliares (GNSS, controle de temperatura, etc.), eletrônica associada à Unidade de Medidas Inerciais (UMI) e tratamento de sinais, cuja execução contratual está prevista para ocorrer em 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não se vislumbra a regionalização desse indicador no momento, pois a contratação das

empresas fornecedoras de soluções no âmbito da Encomenda Tecnológica e os resultados do desenvolvimento tecnológico contratado têm abrangência nacional.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Restrições de ordem orçamentária, por conta dos cortes, contingenciamentos e insuficiência de recursos para execução, em tempo hábil, da ETEC.

Providências implementadas para a superação da restrição: Adotou-se o processo de Encomenda Tecnológica como alternativa para manter ativa a linha de desenvolvimento tecnológico associada, com a contratação mínima de consórcios para cada etapa, com vistas à continuidade do desenvolvimento da tecnologia.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Há a redução continuada do quadro de pessoal das instituições responsáveis por executar as iniciativas ligadas ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). Atualmente, há um quantitativo de pessoal nos quadros efetivos aquém do necessário nos Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), e de outros institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), bem como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Com quadro reduzido, há dificuldades em planejar e dar andamento às atividades do PEB.

Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboraram-se e disponibilizaram-se os relatórios finais do Grupo Técnico 09 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) conduzido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, que versam sobre a recomposição de quadros de pessoal. Anualmente, solicitam-se concursos para provimento de pessoal em caráter temporário e permanente.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0206 - Operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 18/07/2019

Indicador: Operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara (IOCLA).

Meta prevista para 2020: 2

Meta prevista para 2021: 4

Meta prevista para 2022: 6

Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5

Data do valor apurado: 31/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Lançamentos realizados a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) em 2021: 14/10 - Falcão I - Foguete de Treinamento Básico (FTB) 15/11 - Águia I - Foguete de Treinamento Intermediário (FTI) 07/12 - Falcão II - Foguete de

Treinamento Básico (FTB)

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) precisa de cerca de R\$40.000.000,00 por ano para se manter. No entanto, historicamente os valores destinados ao centro são aquém do necessário. Em 2020, houve falta de cerca de R\$10.000.000,00 em custeio para as atividades previstas, recurso este que foi disponibilizado apenas no mês de dezembro. Em 2021, houve grande déficit em relação à necessidade apontada para o custeio, por meio da Ação 21AI, e para a ampliação do Centro Espacial de Alcântara (CEA) para a Categoria II, por meio da Ação 7F40. Apesar de terem sido descentralizados R\$ 11.959.197,59 para o CLA, ainda há um déficit da ordem de aproximadamente R\$ 26 milhões.

Providências implementadas para a superação da restrição: Os contratos são realizados por menor período, enquanto se busca outras fontes de financiamento ou ações orçamentárias.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Há a redução continuada do quadro de pessoal das instituições responsáveis por executar as iniciativas ligadas ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). Atualmente, há um quantitativo de pessoal nos quadros efetivos aquém do necessário nos Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), e de outros institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), bem como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Com quadro reduzido, há dificuldades em planejar e dar andamento às atividades do PEB.

Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboraram-se e disponibilizaram-se os relatórios finais do Grupo Técnico 09 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que versam sobre a recomposição de quadros de pessoal. Anualmente, solicitam-se concursos para provimento de pessoal em caráter temporário e permanente.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	2	4	6	8	5	31/01/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2208 - TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivo: 1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa tem por objetivo promover o empreendedorismo, a inovação e a difusão de tecnologias, visando o aumento do impacto do dispêndio público, do investimento privado, e na contribuição de ambos para o desenvolvimento sustentável. É referenciado na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022) e prevê ações coordenadas entre o MCTI, suas agências, unidades de pesquisa, organizações sociais e articulação com os atores que compõem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), incluindo o setor produtivo inovador, cuja participação ativa nas ações consiste em elemento essencial para o alcance do objetivo. A resultante dos esforços dessas políticas visam, por exemplo: i) indução de investimentos privados em P&D; ii) ampliação do acesso das empresas aos mercados, a partir do desenvolvimento e oferta de produtos e serviços com maior densidade tecnológica e fruto de uma maior inter-relação entre os produtores de conhecimento (universidades e institutos de pesquisas) e as empresas; iii) maior oferta de recursos humanos qualificados para as atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação; iv) ampliação na capacidade de transferência e difusão de tecnologias; e v) redução de assimetrias regionais e socioeconômicas. A transferência de tecnologia gerada nas ICT (Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação) para o setor privado é um dos principais indicadores de inovação de um País. As ICT, além da formação de Recursos Humanos, também são ambientes propícios à geração de conhecimento e inovação. Graças ao Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2018) e o novo enfoque dado à Propriedade Intelectual, há estímulo ao compartilhamento de benefícios, ICT e empresas, bem como facilita a transferência de conhecimento e inovação para as empresas, gerando novos produtos e serviços, competitividade e geração de empregos. Na implementação de ações, no âmbito do Programa 2208, foram utilizados recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e recursos próprios da Finep, oriundos do retorno dos financiamentos concedidos (amortizações pagas pelas empresas). Também foram utilizados recursos oriundos de incentivos setoriais no programa Finep 2030, voltado ao desenvolvimento da cadeia automotiva através do apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Esses recursos tiveram como objetivo estimular a cooperação entre ICT e empresas, mitigar os riscos de inovar e foco no empreendedorismo e nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) inovadoras.

Meta: 052O - Ampliar a participação dos dispêndios empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para 0,7%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0,6

Data de referência da linha de base: 31/12/2016

Meta prevista para 2020: 0,56

Meta prevista para 2021: 0,56

Meta prevista para 2022: 0,56

Meta prevista para 2023: 0,7

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,63

Data de Referência: 31/12/2019

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: Os dados empresariais em P&D têm como fonte a PINTEC/IBGE, divulgada a cada 3 anos. Embora a Pesquisa apresente dados regionalizados, o MCTI solicita uma extração especial do IBGE com o total nacional. A extração recebida exclui dispêndios em P&D de empresas estatais dependentes e outras instituições, como a Embrapa e a Fiocruz, por exemplo, cujos dispêndios são levantados pelo Ministério no SIAFI e contabilizados nos dispêndios públicos federais em P&D. Por outro lado, os dados regionais da Pesquisa não contemplam todos os setores da CNAE apresentados na PINTEC nacional, em razão da necessidade de preservação de sigilo estatístico. Em algumas regiões, empresas poderiam vir a ser identificadas quando da existência de apenas uma ou duas informantes em determinados setores.

Notas do usuário: O resultado refere-se ao ano de 2019, apurado em 31/12/2021. A PINTEC é divulgada a cada três anos com dados do triênio anterior. Entre uma pesquisa e outra, o MCTI estima os dispêndios empresariais em P&D com base na variação anual dos investimentos em P&D das empresas beneficiárias da Lei do Bem, dados consolidados e fornecidos pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI), com 2 anos de defasagem em relação ao exercício atual. A metodologia está detalhada no endereço a seguir:
https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Notas_Metodologicas/Notas_Metodologicas.html

Indicador: 8719 - Dispêndios empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0,6
Data de Apuração: 31/12/2016
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,63
Data do valor apurado: 31/12/2019
Notas do usuário: O resultado refere-se ao ano de 2019, apurado em 31/12/2021. A PINTEC é divulgada a cada três anos com dados do triênio anterior. Entre uma pesquisa e outra, o MCTI estima os dispêndios empresariais em P&D com base na variação anual dos investimentos em P&D das empresas beneficiárias da Lei do Bem, dados consolidados e fornecidos pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI), com 2 anos de defasagem em relação ao exercício atual. A metodologia está detalhada no endereço a seguir:
https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Notas_Metodologicas/Notas_Metodologicas.html

Resultado Intermediário: 0082 - Investimento em P&D realizado pelas empresas beneficiárias da Lei do Bem.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ Bilhões
Linha de base: 13,1

Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Total de investimento anual em P&D realizado pelas empresas beneficiárias da Lei do Bem.
Meta prevista para 2020: 15,72
Meta prevista para 2021: 17,29
Meta prevista para 2022: 19,02
Meta prevista para 2023: 20,92

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15,3

Data do valor apurado: 30/09/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As análises das atividades de P,D&I ainda não foram concluídas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O usufruto dos incentivos fiscais da Lei do Bem é o mesmo para todas regiões do País, não havendo nenhuma obrigação de regionalização. Restrições: Os incentivos fiscais à Inovação Tecnológica estabelecidos no Capítulo III da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), alcançam apenas as empresas que operam no Regime Tributário do Lucro Real.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A unidade do MCTI responsável pela gestão da lei do Bem não dispõe de pessoal capacitado para atender as necessidades do instrumento.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MCTI está implementando sistemas informatizados para mitigar a falta de pessoal.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: O sistema atual é muito precário e precisa ser substituído ou modernizado.

Providências implementadas para a superação da restrição: A unidade responsável está em constante discussão com a área de informática do MCTI, com vistas de atender suas necessidades.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0083 - Transferência de Tecnologia celebrada entre as ICT (Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação) e o setor privado.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ bilhão

Linha de base: 1,21

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Montante de Recursos de Contratos de Transferência de Tecnologia celebrados entre as ICT e o setor privado.

Meta prevista para 2020: 1,34

Meta prevista para 2021: 1,47

Meta prevista para 2022: 1,6
Meta prevista para 2023: 1,76

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: Valor não disponível

Data do valor apurado: 15/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A análise técnica das informações coletadas ainda não foi concluída, tendo em vista problemas apresentados com o sistema informatizado e as restrições com a Pandemia do COVID. A expectativa é dispor do resultado em dezembro de 2022.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Regionalização não está sendo contemplada no momento, mas se avalia a Regionalização Política para ser adotada oportunamente.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A unidade do MCTI responsável pela coleta e análise das informações é carente de pessoal capacitado, acarretando demora na divulgação dos resultados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estamos em processo substituir ou modernizar o atual sistema de coleta e de apoio na análise das informações.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: O atual sistema informatizado não atende as necessidades para uma boa gestão das informações.

Providências implementadas para a superação da restrição: A Unidade responsável está em tratativas com a área de informática do MCTI para solucionar esses problemas.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0084 - Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional no âmbito da Lei de TICs.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 13,77

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional no âmbito da Lei de TICs.

Meta prevista para 2020: 5

Meta prevista para 2021: 14,46

Meta prevista para 2022: 15,18
Meta prevista para 2023: 15,94

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15,0961

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Observa-se que a participação do faturamento nos bens com tecnologia nacional foi superior ao percentual estimado para 2021 (14,46%). Esse resultado demonstra um aumento do segmento de bens produzidos no País e que têm tecnologia local.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: N/A

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0,01	0,01	0,01	0,01	0	31/12/2021	Não houve faturamento de bens reconhecidos como sendo desenvolvidos com tecnologia nacional, no âmbito da Portaria MCT nº 950/2006, de empresas situadas na região Centro Oeste. O percentual apurado foi calculado com base no faturamento dos produtos com reconhecimento como sendo desenvolvidos no país, conforme apresentado no PCPR 2021.	N/A
Região Nordeste	1,12	1,17	1,23	1,29	1,1171	31/12/2021	O percentual apurado foi calculado com base no faturamento das empresas fabricantes de produtos com reconhecimento como sendo desenvolvidos no país ficou abaixo da meta prevista para 2021, possivelmente por causa da diminuição da atividade industrial causada pela pandemia COVID-19.	N/A
Região Sudeste	5,96	6,26	6,58	6,9	7,0307	31/12/2021	O percentual apurado foi calculado com base no faturamento das empresas fabricantes de produtos com reconhecimento como sendo desenvolvidos no país, indicando resultado acima do previsto para 2021.	N/A
Região Sul	6,68	7,02	7,37	7,74	6,9482	31/12/2021	O percentual apurado foi calculado com base no faturamento de empresas fabricantes de produtos com reconhecimento como sendo desenvolvidos no país. O resultado demonstrou estar próximo da meta prevista para o ano de 2021 para a região.	N/A

Resultado Intermediário: 0126 - Ampliação do número de beneficiários de bolsas concedidas pelo CNPq visando à qualificação em pesquisa tecnológica, empreendedorismo e inovação.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 5.400

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número total de beneficiários/ano de bolsas de formação e capacitação em atividades de pesquisa tecnológica, empreendedorismo e inovação apoiados pelo CNPq.

Meta prevista para 2020: 9.396

Meta prevista para 2021: 9.875

Meta prevista para 2022: 10.768

Meta prevista para 2023: 11.821

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.330

Data do valor apurado: 17/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Está no arquivo anexo.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: As incertezas e o atraso no repasse de orçamento e financeiro tem sido um problema para o planejamento e implementações das Ações para qualificação tecnológica do país. A estimativa de recursos orçamentários/financeiros para impulsionar à formação e capacitação em atividades de pesquisa tecnológica, o empreendedorismo e a inovação apoiados pelo CNPq necessita de confirmação a contento, de modo a permitir a execução mais adequada, não obstante o otimismo do primeiro semestre.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para garantir a disponibilidade de recursos orçamentários financeiros, o CNPq, juntamente com a alta direção do MCTI, atuou em duas frentes, junto ao Ministério da Economia e ao Parlamento, visando à liberação dos recursos para a área de C,T&I, de modo a permitir que ao órgão honrar com os compromissos assumidos junto a estudantes e pesquisadores. O esforço logrou êxito parcial, pois um dos pontos em negociação, que era justamente a liberação mais significativa de recursos orçamentários e financeiros para o CNPq e para a C,T&I não se concretizou como planejado. De qualquer maneira este esforço que tem sido realizado nos últimos anos de sensibilizar o governo para o repasse de recursos em maior volume e de forma mais estável para os investimentos em C,T&I foi continuado durante o processo de elaboração da PLOA 2022. A ação 00RL em 2022 tem a mesma previsão de Recursos Orçamentários do ano de 2021. Ocorre que para 2022 teremos a Ação 21AF relacionada ao Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação que trará possibilidade adicional de promoção da capacitação e formação por parte do CNPq ainda mais que a destinação dos recursos do CNPq poderão ser suplementados com recursos advindos do FNDCT. Com esta previsão, o CNPq poderá atuar de forma mais contundente na aplicação de seus recursos para o alcance da meta prevista.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: -
 Providências implementadas para a superação da restrição: -

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	137	147	161	176	26	03/01/2022	Os resultados classificados como exterior foram o que mais se distanciaram do estimado. Vai exigir revisão dos números e da sistemática utilizada na apuração. Eventualmente o número estimado pode ser realista visto que questões de variação cambial, questões de lockdown aplicada pelos países (restrição), tenham afetado momentaneamente o número de beneficiários ao exterior com a diminuição de oportunidades. De qualquer maneira o RI será reanalisado. Explicando os números no exterior. Apontamos que são 17 processos que não ficaram enquadrados em nenhum das regiões pois se tratam de implementações no exterior por conta de parcerias de cooperação internacional estabelecidas com o CNPq e 9 que foram modalidades de Pós Graduação Profissional que são modalidades no país contudo formadas para serem implementadas em instituição no exterior também não permitindo a regionalização no país.	Não informado
Região Centro-Oeste	923	973	1.067	1.172	619	17/01/2022	Na região Centro Oeste a execução da meta ficou em torno de 63,62% , tendo os beneficiários desenvolvendo atividades, principalmente em Universidades e Institutos de pesquisa, a participação de novos estudantes e pesquisadores ficou comprometida em virtude dos impactos econômicos, educacionais e sociais. Com as medidas de isolamento e da diminuição de atividades presenciais, a região Centro-Oeste diminui a demanda por bolsas de cunho tecnológico neste período. Contudo, um total de 619 processos foram pagos em 2021, o que implica em dizer que muitos beneficiários deram continuidade às atividades de pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico que estavam envolvidos em anos anteriores.	Não informado
Região Nordeste	1.414	1.482	1.621	1.778	1.397	17/01/2022	Na região Nordeste a execução da meta estimada para 2021 foi de 94,26%. Contudo, em se tratando de processos implementados foram pagos 1.667 bolsas, ou seja, indicando	Não informado

							a permanência do bolsista no sistema de qualificação e formação de profissionais no desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação, como parte essencial do objetivo do programa, a formação de recursos humanos em áreas tecnológicas e inovação, em prol do desenvolvimento sustentável e da diminuição das desigualdades regionais e sociais.	
Região Norte	414	436	478	525	472	17/01/2022	A execução da meta na região Norte ultrapassou a estimativa em 8,36%, e demonstra a permanência de estudantes e pesquisadores no programa de capacitação tecnológica, considerando que na região foram pagos em 2021 um total de 557 processos de bolsas distintos.	Não informado
Região Sudeste	4.244	4.468	4.848	5.324	3.459	17/01/2022	Junto com a região CO foi a região que registrou diferença significativa entre o valor estimado e o apurado apontando para uma diferença de 22,58%. Porém, o número de processos pagos no decorrer do ano foi 4.628, o que indica a manutenção dos beneficiários no sistema de capacitação tecnológica e empreendedorismo. No entanto, na região sudeste se observou o maior número de parceiros privados atuando na capacitação tecnológica de estudantes e pesquisadores, por ser uma região altamente industrializada, aparentemente a mais afetada pelos impactos econômicos da pandemia.	Não informado
Região Sul	2.264	2.369	2.593	2.846	2.357	17/01/2022	Na região sul foram executados 99,49% da meta prevista para o exercício. Com destaque para atividades de empreendedorismo em Cooperativas, com a parceria junto ao SESCOOP, o Programa InovaTalentos e a chamada de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação.	Não informado

Resultado Intermediário: 0182 - Evolução dos recursos aplicados em P&D, pelas empresas aptas aos incentivos, Lei das TICs (Lei 8.248, 1991) em ICTs credenciadas junto ao CATI, nos convênios firmados entre estas empresas e as ICTs.

Informações básicas

Unidade de medida: Reais

Linha de base: 785.399.626

Data de referência da linha de base: 31/08/2019

Indicador: Montante de recursos aplicados em convênios com ICTs credenciadas junto ao CATI para realização de projetos de P&D.

Meta prevista para 2020: 785.399.626

Meta prevista para 2021: 797.180.620,39

Meta prevista para 2022: 809.138.329,7
Meta prevista para 2023: 809.138.329,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.175.122.984,34

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O valor alcançado superior à meta prevista pode ser explicado pelo novo modelo de incentivos introduzido pela Lei nº 13.969/19, em que o benefício é diretamente proporcional aos investimentos em P&D.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: N/A

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	22.486.988,78	22.824.293,61	23.166.658,02	23.166.658,02	33.645.263,49	31/12/2021	N/A	N/A
Região Nordeste	131.217.936,42	133.186.205,47	135.183.998,55	135.183.998,55	196.329.623,72	31/12/2021	N/A	N/A
Região Norte	6.375.108,83	6.470.735,46	6.567.796,49	6.567.796,49	9.538.503,28	31/12/2021	N/A	N/A
Região Sudeste	554.633.625,63	562.953.130,01	571.397.426,96	571.397.426,96	829.848.525,25	31/12/2021	N/A	N/A
Região Sul	70.685.966,34	71.746.255,84	72.822.449,67	72.822.449,67	105.761.068,59	31/12/2021	N/A	N/A

Resultado Intermediário: 0321 - Processos e Técnicas Desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa

Informações básicas

Unidade de medida: Processos e técnicas/TNSEt

Linha de base: 1,35

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

Meta prevista para 2020: 1,04

Meta prevista para 2021: 0,5

Meta prevista para 2022: 0,5

Meta prevista para 2023: 0,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1,04

Data do valor apurado: 25/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2021, foram desenvolvidos 573 processos, protótipos, softwares e técnicas por 569 pesquisadores, o que resultou em um PCTD de 1,04. Os resultados deste indicador foram alcançados pelas seguintes Unidades de Pesquisa, com metas pactuadas nos Termos de Compromisso de Gestão: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE Centro de Tecnologia Mineral - CETEM Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE Instituto Nacional do Semiárido - INSA As contribuições dessas Unidades para o cômputo dos resultados apurados são as seguintes:

	Processos e técnicas	TSNE	PCTD2021	INPE	310	292	1,06	CETEM	145
43 3,37 INPA	36	34	1,06	CTI	49	102	0,48	INSA	5
22 0,68 CETENE	13	65	0,20	TOTAL	573	569	1,04		15

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As Unidades de Pesquisa estão localizadas em várias regiões do País, o que representa uma distribuição regional da infraestrutura de pesquisa. Nessa linha, as tecnologias desenvolvidas (produtos, processos, técnicas e softwares) podem ter foco em questões regionais em casos específicos (ex.: INSA), mas têm aplicação ampla nas áreas de atuação de cada Unidade de Pesquisa. Pode-se considerar que o conjunto de tecnologias possui abrangência regional, nacional e, inclusive, internacional.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: As Unidades de Pesquisa têm sofrido significativa redução dos recursos orçamentários, o que compromete a execução de suas atividades de PD&I e impacta na melhoria das respectivas infraestruturas de pesquisa.

Providências implementadas para a superação da restrição: Houve busca por recursos externos e iniciativas de prestação de serviços para empresas.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: O quadro de servidores das Unidades de Pesquisa decresce a cada ano, sem reposição. A falta de concurso público para a recuperação da quantidade de servidores especializados e capacitados compromete a perenidade do trabalho, bem como a entrega de produtos e serviços inovadores para os vários setores da economia e sociedade do Brasil.

Providências implementadas para a superação da restrição: As restrições de pessoal foram mitigadas com o apoio de colaboradores (projetos) e de bolsistas (Programa PCI e outros). O Programa PCI teve importância fundamental para reforçar a capacidade de pesquisa, com maior peso em algumas Unidades.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As restrições impostas pela pandemia de COVID-19, notadamente aquelas relacionadas às medidas de distanciamento social e à necessidade de trabalho remoto, comprometeram várias atividades dependentes da estrutura laboratorial das Unidades de Pesquisa, tendo em vista a restrição de acesso a elas. No caso das colaborações, houve redução significativa do número de pesquisadores visitantes.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi adotado o trabalho remoto nos casos em que não havia atividades essenciais envolvidas. Nos casos em que o trabalho presencial foi necessário, foram adotadas todas as orientações de enfrentamento da pandemia, com vistas a proporcionar as condições de segurança e salubridade dos servidores e colaboradores.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0323 - Evolução do montante de recursos aplicados em P&D, pelas empresas habilitadas à fruição dos incentivos da Lei das TICs (Lei no 8.248, de 1991)

Informações básicas

Unidade de medida: bilhão de reais

Linha de base: 1,5

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Total de recursos aplicados em P&D, pelas empresas habilitadas à fruição dos incentivos da Lei das TICs (Lei no 8.248, de 1991).

Meta prevista para 2020: 1,5

Meta prevista para 2021: 1,55

Meta prevista para 2022: 1,6

Meta prevista para 2023: 1,6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2,2

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A exemplo do que se observou no RI-0182, o valor alcançado superior à meta prevista pode ser explicado pelo novo modelo de incentivos introduzido pela Lei nº 13.969/19, em que o benefício é diretamente proporcional aos investimentos em P&D, que contribui tanto para ampliar os investimentos em convênio quanto os investimentos totais.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Como no investimento total em P&D existe uma parcela que é discricionária da empresa, torna-se inadequado estabelecer a regionalização, uma vez que a legislação fomenta a distribuição de investimentos em P&D apenas na parcela de investimentos em convênio.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: N/A

PROGRAMA: 2209 - BRASIL, NOSSO PROPÓSITO

Objetivo: 1214 - Reduzir a participação do Estado na economia.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Desde 2019, a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (SEDDM/ME) vem trabalhando de forma a reordenar o papel do Estado na economia através do aperfeiçoamento de estratégias de redução do seu tamanho e de fomento ao capital privado, de aprimoramento da governança das empresas estatais federais e da gestão do patrimônio imobiliário da União. Tais processos vêm contribuindo para o equilíbrio da gestão fiscal e para a melhoria da qualidade dos serviços públicos ao cidadão, e também para o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira. A execução de um plano eficiente de desestatizações e desinvestimentos é primordial para o alcance desses objetivos. Esse plano inclui, inicialmente, uma avaliação técnica minuciosa de todo o portfólio de ativos da União, composto por empresas estatais federais e por imóveis públicos. Essa avaliação busca melhor orientar o processo decisório no âmbito da Secretaria Especial. Nesse sentido, a estratégia de desestatização e maior fomento ao capital privado busca avaliar se as empresas estatais cumprem ou não função de política pública estratégica e se há interesse do setor privado pela atividade desempenhada. Em relação aos imóveis, analisa-se se são de interesse coletivo e se estão ocupados, além de verificar a regularidade dessa ocupação, se for esse o caso. Dessa forma, a desestatização é feita através da liquidação de empresas estatais federais cujas políticas públicas já não cumprem mais um papel estratégico e nem despertam o interesse do setor privado; do desinvestimento pela venda de subsidiárias de estatais e pela alienação de ações da União e de suas controladas; e da racionalização do uso de imóveis. Por fim, fica estabelecida uma maior governança aos ativos públicos que permanecerem sob gestão da Administração Pública: maior controle dos imóveis federais, mais incentivo à racionalização, mais transparência nos dados das empresas públicas federais, entre outros. Nos três primeiros anos de governo, a SEDDM passou por reformulações no quadro de servidores, reestruturação interna e modernizações, e adequou seu plano de trabalho. Deste modo, nos exercícios de 2020 e 2021, alcançou o patamar de R\$ 117,1 bi em desinvestimentos e desestatizações e, aproximadamente, R\$ 1 bi em gestão eficiente dos imóveis da União em 2021. Durante a gestão desse Governo, 13 empresas foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND (Eletrobras, ECT, EBC, ABGF, Emgea, Ceitec, Nuclep, Ceagesp, Serpro, Dataprev, Codesa, CBTU e Trensurb), permitindo o início de um importante trabalho de análise de alternativas de desestatização. O processo é complexo e perpassa pela análise de diversos órgãos da Administração Pública para verificação da viabilidade do procedimento, bem como da melhor forma para sua execução. Os projetos mais adiantados são os da Eletrobras, CBTU-MG, Ceasaminas e ECT. A aprovação da MP da Eletrobras (Medida Provisória 1.031/2021, convertida na Lei nº 14.182, de 12/07/2021) é um marco histórico para o país, e representa a entrada de de cerca de R\$ 25bi nos cofres da União, além de quase R\$ 40bi de valorização da participação acionária do governo na empresa. Estima-se mais R\$ 40bi de redução das tarifas de energia e investimento adicional de R\$ 9bi em obras e melhorias das bacias hidrográficas, gerando potencial de novos investimentos no setor elétrico, dos atuais R\$ 4bi para R\$ 14bi, apenas para manter o atual market share da Companhia. Além disso, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) aprovou, por unanimidade, a Resolução nº 203/2021, que trata da modelagem da desestatização da empresa. No caso da CBTU-MG, foi aprovado o investimento para viabilizar a desestatização, R\$ 2,8 bi de recursos federais para a revitalização da linha 1 do metrô de Belo Horizonte/MG e construção da linha 2. Além de reduzir despesas, busca proporcionar a melhor gestão e o incremento da qualidade do serviço de transporte metropolitano. Em relação ao projeto de desestatização da Ceasaminas, os estudos estão em estágio final. Cabe ressaltar que a empresa estava desde o ano 2000 no PND e não apresentava avanços. A operação tem potencial de investimentos, com impacto para as 6.220 empresas ativas e cerca de 90.000 pessoas/dia. Por fim, o projeto dos Correios exige alteração legislativa. Atualmente, o PL 591/21 encontra-se em análise no Senado Federal. A proposta autoriza a exploração dos serviços postais pela iniciativa privada. Destaca-se também, a política de desinvestimentos: nos anos de 2019, 2020 e 2021, foram R\$ 227,3 bi acumulados nas maiores empresas estatais do país (BNDESPAR, Banco do Brasil, CAIXAPAR e Petrobras). Essa política, além de contribuir para o equilíbrio das contas públicas, permite que as empresas busquem modelos de negócios mais dinâmicos e competitivos, gerando cada vez mais valor para a sociedade brasileira. No final de 2021, foi publicada a Portaria SEDDM/ME nº 14.490, de 9 de dezembro de 2021, para a aplicação de sondagem de mercado visando a obtenção de subsídios para auxiliar na estruturação de fundos de investimento imobiliário com imóveis da União. O projeto trata da utilização de FIIs como instrumento para alienação de imóveis da União, possibilitando a transferência dos ativos à iniciativa privada, que possui mais capacidade de maximizar o valor dos bens enquanto promove a geração de emprego e renda com o desenvolvimento adequado destes ativos, seja pela geração de recursos diretos, seja pelo

desenvolvimento imobiliário que se possibilita nesses ativos. Na gestão do patrimônio imobiliário, o Governo promoveu avanços significativos com ações diretas e parcerias na identificação, demarcação, avaliação, administração, fiscalização, arrecadação e cobrança de receitas patrimoniais. A SPU enfrenta hoje um necessário processo de modernização, implementando ações baseadas na inovação e na transformação da gestão pública do patrimônio da União. Ferramentas digitais foram criadas para aproximar a população da secretaria (envio de proposta para compra de imóveis) e para viabilizar o trabalho remoto. Uma nova e unificada base de dados está em fase de aplicação e a implantação de tecnologias para cadastro e geolocalização dos ativos por todo o Brasil está próxima de ser concluída. Por fim, o impacto da COVID-19 não cessou totalmente, mas a equipe econômica do Governo Federal vem trabalhando de forma incansável, com resultados expressivos nas aprovações de projetos e na retomada dos trabalhos de campo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Meta: 0515 - Desmobilizar, desinvestir e privatizar, gerando receitas e economizando despesas na ordem de R\$ 715 bilhões até 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: real
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 150.000.000.000
Meta prevista para 2021: 333.000.000.000
Meta prevista para 2022: 536.000.000.000
Meta prevista para 2023: 715.000.000.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 123.292.176.167
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Em 2021, a SEDDM manteve a estrutura organizacional do início do governo, sem a aprovação da nova estrutura, que criaria uma Secretaria finalística própria para conduzir a atividade de desestatização, desvinculando-a da gestão direta do Gabinete da Secretaria Especial. Com isso, ocorreu algum impacto na eficiência e na abrangência do trabalho proposto. Apesar disso, a equipe manteve seus esforços para que o andamento dos projetos não fosse impactado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2021, a SEDDM dedicou seus esforços executando os projetos e planos de trabalho estabelecidos no exercício anterior. Assim, esses projetos vêm obtendo um acompanhamento apurado das ações realizadas. Ademais, amadureceu as articulações do processo de desestatização e desinvestimentos, e prosseguiu com os projetos no campo do patrimônio imobiliário da União.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A COVID-19 teve menor impacto em comparação a 2020, o que possibilitou avanço da equipe econômica na articulação com o Congresso Nacional nos projetos dessa Secretaria Especial, os quais seguem como prioritários para 2022. No ano de 2020, o Governo Federal precisou voltar totalmente os seus esforços para a pandemia, o que tornou mais desafiadora a aprovação de projetos que estavam tramitando no Congresso, dado que o Poder Legislativo envidou seus esforços primordialmente para as ações de combate à Covid-19. A SEDDM, aguarda a reestruturação da pasta, e os projetos, metas e indicadores estabelecidos vem prosseguindo, viabilizando assim, um acompanhamento mais eficiente das ações dessa Secretaria.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2021, a SEDDM dedicou seus esforços executando os projetos e planos de trabalho estabelecidos no exercício anterior. Assim, esses projetos vêm obtendo um acompanhamento apurado das ações realizadas. Ademais, amadureceu as articulações do processo de desestatização e desinvestimentos, e prosseguiu com os projetos no campo do patrimônio imobiliário da União.

Notas do usuário: O valor informado pela unidade R\$ 118.097.176.000,00.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	10.800.000.000	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste.	Valor informado pela unidade R\$ 10,8 bi. (Meta não atingida)
Região Nordeste	-	-	-	-	0	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	0	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste. Os valores regionais encaminhados pelas empresas não contemplam o terceiro trimestre de 2021.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	106.300.000.000	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste.	Valor informado pela unidade R\$ 106,3 bi (Meta não atingida)
Região Sul	-	-	-	-	0	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das	Não informado

							maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste. Os valores regionais encaminhados pelas empresas não contemplam o terceiro trimestre de 2021.	

Indicador: 8678 - Valores arrecadados com desestatizações e economizados com eficiência na gestão de ativos

Informações básicas

Unidade de medida: -
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 58.597.176.000
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0221 - Reduzir a participação do Estado em empresas por meio de desinvestimentos.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ 1,00
Linha de base: 54.000.000.000
Data de referência da linha de base: 01/12/2019
Indicador: a + b: a = valores (R\$) arrecadados por desinvest. de estat. fed. em empresas subsidiárias, coligadas e participações simples; b = valores (R\$) arrecadados por desestat. de emp. estatais federais
Meta prevista para 2020: 83.500.000.000
Meta prevista para 2021: 257.000.000.000
Meta prevista para 2022: 398.000.000.000
Meta prevista para 2023: 531.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 117.100.000.000

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Na linha de diminuição do tamanho do Estado e geração de caixa para a redução da dívida pública, cabe destaque para a política de desinvestimentos: nos anos de 2020 e 2021, foram R\$ 117,1 bi acumulados em desinvestimentos nas maiores empresas estatais do país (BNDESPAR, Banco do Brasil, CAIXAPAR e Petrobras). Essa política, além de contribuir para equilibrar as contas públicas, permite que as empresas busquem modelos de negócios mais dinâmicos e competitivos, gerando cada vez mais valor para a sociedade brasileira. Importante observar que o valor não cumulativo durante o exercício de 2021, totalizou 57,6 bi e que o total acumulado apresentado nesta planilha (2020 - 2021) é de R\$ 117 bi. Se fossemos acumular o valor na planilha de 2020 com o exercício de 2021 (49 bi + 57,6 bi), teríamos o total de 108 bi. Isto posto, esclarecemos que o valor cumulativo de 117bi, disposto na presente planilha, já contempla os dados das empresas acrescidos os valores do terceiro trimestre de 2020, os quais não se encontravam disponíveis durante a coleta de dados daquele ano (a observação consta na planilha de 2020).

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As execuções das operações de desinvestimentos são realizadas, basicamente, em operações de venda de ações na Bolsa de Valores, portanto são dependentes das flutuações de mercado e momento histórico. O Brasil está trilhando seu caminho para superar a pandemia de COVID-19, que teve impacto arrasador no país e que deixou as forças políticas e econômicas focadas na crise da saúde. Além disso, está em curso um importante processo de esclarecimento das vantagens trazidas pela redução do tamanho do Estado, tais como mais competitividade, mais eficiência e maior qualidade de serviços prestados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2021, a SEDDM passou por uma reestruturação interna e conseguiu integrar, em seu quadro, profissionais especializados em desinvestimento e desestatização para integrar, futuramente, uma nova secretaria finalística (cujo projeto ainda está em tramitação). Hoje, essas atividades ainda são realizadas pelo Gabinete do Secretário Especial, mas mesmo assim espera-se maior sucesso nas articulações políticas e execução dos projetos de desinvestimento em decorrência da atuação de profissionais mais especializados.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	10.800.000.000	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste.	10,8 bi valor informado pela unidade.
Região Nordeste	-	-	-	-	0	31/12/2021	Os valores regionais encaminhados pelas empresas não contemplam o terceiro trimestre de 2021.	Não informado

Região Norte	-	-	-	-	0	31/12/2021	Os valores regionais encaminhados pelas empresas não contemplam o terceiro trimestre de 2021.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	106.300.000.000	31/12/2021	A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas: - Desinvestimentos do BB e da CAIXAPAR estão contabilizados na Região Centro-Oeste. - Desinvestimentos do BNDESPAR e da Petrobras estão contabilizados na Região Sudeste.	R\$ 106,3 bi valor informado pela unidade
Região Sul	-	-	-	-	0	31/12/2021	Os valores regionais encaminhados pelas empresas não contemplam o terceiro trimestre de 2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0222 - Liquidar e privatizar estatais buscando eficiência para o Estado Brasileiro.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ 1,00
Linha de base: 51.400.000.000
Data de referência da linha de base: 01/12/2019
Indicador: Indicador = c c = valores (R\$) economizados com subvenção de estatais federais dependentes desestatizadas
Meta prevista para 2020: 51.400.000.000
Meta prevista para 2021: 20.000.000.000
Meta prevista para 2022: 28.000.000.000
Meta prevista para 2023: 37.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5.195.000.000
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Decreto nº 10.578 de 15 de dezembro de 2020 dispôs sobre a dissolução societária do CEITEC e a AGE para o início da liquidação ocorreu em 11.02.2021, com prazo de 12 meses renováveis.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As empresas que o CPPI indica para desestatização na modalidade de liquidação, não obedecem a critérios regionais e produzem efeitos, quando da sua extinção, no caixa da União.
Restrições: Outras
Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Acórdão nº 2061/2021 - TCU - Plenário suspendeu o processo de desestatização do CEITEC, até que se ultime a decisão do TCU. Não ocorreram liquidações de empresas no período.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não se aplica.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0223 - Desmobilizar/alienar ativos imobiliários não necessários ao uso da administração pública federal.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ 1,00
Linha de base: 155.600.000
Data de referência da linha de base: 01/12/2019
Indicador: Valor dos ativos imobiliários alienados
Meta prevista para 2020: 1.500.000.000
Meta prevista para 2021: 56.000.000.000
Meta prevista para 2022: 110.000.000.000
Meta prevista para 2023: 147.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 997.176.167
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado se refere ao total de R\$ 506.767.607,77 em alienação de ativos imobiliários, R\$ 458.635.680,00 em economia estimada com racionalização no uso de imóveis e R\$ 31.772.879,23 com cessões onerosas e concessões de imóveis.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Risco pertinente aos objetivos do órgão diz respeito à falta de carreira própria no âmbito da unidade, o que, conjugado com o impacto de aposentadoria programadas, pode comprometer a disponibilidade de recursos humanos adequados. Desta forma, a gestão do órgão tem buscado soluções através da análise de diferentes cenários, levando em contas as restrições orçamentárias vigentes.

Providências implementadas para a superação da restrição: A gestão está levantando cenários para remediar a escassez de pessoal.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Atualmente, o processo de coleta de dados dentro da Secretaria é complexo e trabalhoso devido à falta de padronização das informações existentes e do banco de dados não unificado e incoerente.

Providências implementadas para a superação da restrição: A SPU enfrenta hoje um necessário processo de modernização, implementando ações baseadas na inovação e na transformação da gestão pública do patrimônio da União. Ferramentas digitais foram criadas para aproximar a população da secretaria (envio de proposta para compra de imóveis) e para viabilizar o trabalho remoto. Uma nova e unificada base de dados está em fase de aplicação e a implantação de tecnologias para cadastro e geolocalização dos ativos por todo o Brasil está próxima de ser concluída.

Notas do usuário: Valor informado pela unidade R\$ 997.176.167,00

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	172.260.938,79	31/12/2021	Valor inclui: R\$ 96.899.185,78 de alienação de ativos imobiliários, R\$ 71.479.020,00 de racionalização no uso de imóveis e R\$ 3.882.733,01 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Valor informado pela unidade 172.260.938,79
Região Nordeste	-	-	-	-	47.479.131,7	31/12/2021	Valor inclui: R\$ 21.638.482,92 de alienação de ativos imobiliários, R\$ 24.695.950,00 de racionalização no uso de imóveis e R\$ 1.144.698,78 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Valor informado pela unidade 47.479.131,70
Região Norte	-	-	-	-	37.210.116,7	31/12/2021	Valor inclui: R\$ 10.234.708,09 de alienação de ativos imobiliários, R\$ 8.961.030,00 de racionalização no uso de imóveis e R\$ 18.014.378,61 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Valor informado pela unidade 37.210.116,70
Região Sudeste	-	-	-	-	669.365.040,6	31/12/2021	Valor inclui: R\$ 322.128.479,57 de alienação de ativos imobiliários, R\$ 341.098.000,00 de racionalização no uso de imóveis e R\$ 6.138.561,03 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME e ao valor de R\$ 313.368.000,00 de Racionalização em 2020	Valor informado pela unidade 669.365.040,60

							constante do RGI 2020, relacionado a Piloto em MG.	
Região Sul	-	-	-	-	70.860.939,21	31/12/2021	Valor inclui: R\$ 55.866.751,41 de alienação de ativos imobiliários, R\$ 12.401.680,00 de racionalização no uso de imóveis e R\$ 2.592.507,80 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Valor informado pela unidade 70.860.939,21 "

Resultado Intermediário: 0341 - Promover a infraestrutura e a prestação de serviço público por meio da iniciativa privada

Informações básicas

Unidade de medida: R\$

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: 01/02/2021

Indicador: Investimentos em infraestrutura econômica e social viabilizados por parceria privada em projetos federais e subnacionais

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 359.000.000.000

Meta prevista para 2022: 118.000.000.000

Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 382.435.801.566,4

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em um ano de recuperação pós-pandemia, com a retomada gradual dos trabalhos e andamento dos projetos, entendemos que o resultado obtido foi excelente, vez que 106% da meta prevista foi alcançada. A concretização de cada projeto exige um esforço muito grande de coordenação e monitoramento para que os prazos sejam cumpridos e para que os empreendimentos apresentem a qualidade esperada. Sendo assim, ao considerarmos a complexidade das pautas de concessão - com a atuação de diversos atores, inclusive carecendo de aprovação de órgãos de controle externo e, muitas vezes, de chancela de institutos municipais, estaduais, dentre outros - a conquista assume ainda maior relevância. Vale mencionar que o desempenho poderia ter sido superior caso alguns projetos (previstos inicialmente para 2021) tivessem sido concretizados. Exemplos desses empreendimentos são as desestatizações da Eletrobras e dos Correios, com leilões antes agendados para 2021. Essas grandes iniciativas, todavia, só podem ser concretizadas por atos complexos, que dependem da atuação de mais de um dos poderes, carecendo da chancela do Congresso Nacional, o que foge da ingerência desta Secretaria. No caso, ambos os projetos permanecem no aguardo de deliberação pelo Poder Legislativo.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Programa de Parcerias de Investimentos - PPI tem em seu portfólio projetos qualificados que alcançam todo o país, não havendo uma regionalização específica de investimentos. A variedade de ativos é imensa alcançando cerca de 40 setores, por exemplo, parques, terminais pesqueiros, rodovias, aeroportos, energia, saneamento básico, dentre outros. A regionalização fica a cargo de cada projeto

especificamente. Uma rodovia tem seu percurso natural e, claro, que está delimitado, assim como o leilão de um terminal pesqueiro em Cabedelo/PB. Todavia, há projetos que alcançam todo o território nacional como o leilão realizado do 5G ou a disponibilização de direitos minerários para pesquisa e extração que, somente em 2021, passou à iniciativa privada mais de 10 mil áreas distribuídas em todo o território nacional. Sendo assim, o alcance do PPPI é nacional. O Programa não tem objetivo de atender regiões específicas do Brasil e, sim, desenvolver a nação.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2210 - EMPREGABILIDADE

Objetivo: 1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo das políticas ativas de mercado de trabalho é aumentar a probabilidade de os trabalhadores permanecerem ou retornarem ao mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação profissional ou de colocação no mercado de trabalho (intermediação de mão de obra). Buscou-se alcançar esse objetivo por meio da implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento do capital humano e da possibilidade de sua reorientação profissional. Tais medidas foram aliadas à interlocução com o setor produtivo, com vistas à oferta de ações compatíveis com as reais demandas do mercado. Em que pese os esforços, surgiram desafios que inviabilizaram o cumprimento das metas, dentre os quais, o mais premente foi necessidade de ajustes nas políticas para uma melhor sintonia entre a qualificação do trabalhador e as demandas de mercado, bem como o desenvolvimento de políticas que contribuam para a inserção de trabalhadores em atividades produtivas. Além desse ponto, devido à pandemia de COVID-19, fez-se necessário realizar ajustes na implantação dos projetos propostos, de forma a adequar as iniciativas para a oferta de qualificação profissional efetiva de forma presencial e a distância. A pandemia afetou também o desempenho das políticas ativas de emprego ao reduzir a quantidade de pessoas buscando o serviço de intermediação de mão de obra devido à escassez de vagas e à necessidade de isolamento social. Nesse contexto, em 2021, foram disponibilizadas novas funcionalidades nos serviços digitais de intermediação de mão obra no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine), de forma a possibilitar a autointermediação dos usuários (trabalhadores e empregadores). Ademais, a restrição de recursos orçamentários-financeiros para as políticas ativas de emprego foi outra relevante restrição que impossibilitou o alcance do objetivo. Também merece destaque a recriação recente do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), o qual absorveu, em agosto de 2021, parte das competências da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia. Nesse cenário, foi necessária a criação de nova estrutura para o bom funcionamento da nova Pasta, o que depende de Decreto presidencial ainda em fase final de elaboração.

Meta: 050C - Alcançar 12% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal. Sendo 6% em 2021, 9% em 2022 e 12% em 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 3,19
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 6
Meta prevista para 2021: 6
Meta prevista para 2022: 9
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 2,25
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O Sistema Nacional de Emprego (SINE) dispôs de orçamento em torno de R\$20 milhões (10% do valor alocado em 2010).
Providências implementadas para a superação da restrição: Disponibilização do serviço de intermediação de mão de obra por meio digital para trabalhadores e empregadores. As restrições orçamentário-financeiro das políticas ativas de emprego reduzem a capacidade de execução física.
Valor da insuficiência de recursos: 130.000.000

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Recriação recente do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), o qual absorveu, em agosto de 2021 parte das competências da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia
Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboração de proposta de decreto com a estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), conferindo estruturas adequadas à execução das políticas públicas relacionadas à empregabilidade.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Impactos negativos da pandemia Covid-19 no mercado de trabalho formal.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ajustes na implantação dos projetos, de forma a adequar as iniciativas para a oferta de qualificação profissional efetiva de forma presencial e à distância, além da oferta do serviço de intermediação de mão de obra por meio digital

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	7,34	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	3,08	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	1,95	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	0,44	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1,03	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado

No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	5,43	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado

No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	3,92	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1,07	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	0,84	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	1,73	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1,73	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	0,61	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado

No Estado de São Paulo	-	-	-	-	0,59	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	0,32	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	0,19	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0,42	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	2,22	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	8,89	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado

No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	0,87	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	0,64	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1,32	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	6,56	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	0,18	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	0,44	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado

No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	0,13	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1,62	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	1,84	31/12/2021	A regionalização dos dados aferidos somente foi possível quanto à intermediação de mão de obra. Não foi possível regionalizar os dados referentes aos empregados contratados após a conclusão da aprendizagem 2021 (qualificação), tendo em vista que os dados existentes se encontram agrupados nacionalmente. Esse número, para as próximas medições, deverá ser regionalizado.	Não informado

Indicador: 8652 - Taxa de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual alcançado
Valor de referência: 3,19
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2,25
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0274 - Escola do Trabalhador 4.0

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas capacitadas
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Quantidade de alunos qualificados
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 1.200.000
Meta prevista para 2022: 1.200.000
Meta prevista para 2023: 1.200.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 14.075
Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em outubro de 2020 foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 86/2020, celebrado com a Microsoft, com o objeto de disponibilizar, sem custos para a Administração Pública, uma solução de apoio à qualificação profissional. O intuito é auxiliar as pessoas que procuram formação e capacitação para encontrar um emprego de alta demanda. Tal solução é denominada Escola do Trabalhador 4.0. A oferta de cursos iniciou-se em março de 2021.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Insuficiência de recursos para divulgação do projeto Escola do Trabalhador 4.0, objeto do ACT firmado com a Microsoft. Apesar do quantitativo grande de vagas, apenas a divulgação orgânica pelas redes do ministério não consegue fazer com que o programa alcance o público esperado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em relação aos entraves na divulgação do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Microsoft, foi promovida articulação com outras Secretarias para divulgação das oportunidades em programas governamentais, a exemplo da Carteira de Trabalho Digital. Além disso, o MTP irá lançar o Caminho Digital, um programa amplo que, entre outras coisas, integrará serviços digitais de qualificação profissional, como a Escola do Trabalhador 4.0, a ferramentas disponíveis nos postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE), e contará com a articulação de órgãos e entidades para divulgação dessas ações na sociedade.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Recriação recente do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), o qual absorveu, em agosto de 2021 parte das competências da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboração de proposta de decreto com a estrutura regimental do MTP, conferindo estruturas adequadas à execução das políticas públicas relacionadas à empregabilidade.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	447	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	829	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	176	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	144	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	336	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	165	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	119	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.086	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	639	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	81	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	98	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	443	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	3.538	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	126	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	38	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	33	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1.099	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Ceará	-	-	-	-	628	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	290	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	248	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	467	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	705	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	134	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1.338	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	203	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	626	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	39	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0283 - Qualificação e empregabilidade de jovens.

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Contrato de Impacto Social para qualificação de jovens

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 800

Meta prevista para 2022: 0

Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Contrato Administrativo nº 38/2021 foi rescindido unilateralmente por

impossibilidade de execução do objeto contratado devido a fatos supervenientes e de força maior ocasionados pela Pandemia de COVID-19. Fatos principais para rescisão contratual- impossibilidade de execução contratual da qualificação dos trabalhadores de forma presencial e vedação orçamentária de nova prorrogação do prazo para a execução do contrato, uma vez que, considerando o princípio orçamentário da anualidade, a despesa decorrente do contrato em tela foi integralmente empenhada no exercício financeiro de 2019 e inscrita em restos a pagar não processados em 31 de dezembro do mesmo ano.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Resultado intermediário não foi executado.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O objeto do contrato nº 38/2019 consiste na prestação de serviços visando a empregabilidade de jovens desempregados, em quantidade igual ou superior a 8% em comparação ao grupo de controle, por meio de qualificação profissional para 800 jovens, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência. A pandemia de COVID-19 impossibilitou a execução de aulas presenciais, objeto contratado. Por esse motivo, a Subsecretaria de Capital Humano propôs a celebração do 1º Termo Aditivo contratual, de 26 de março de 2020, no qual foi solicitada a prorrogação do prazo de execução do contrato e consequente suspensão de sua primeira fase por seis meses. O Termo Aditivo teve por objeto: suspensão da execução da primeira etapa, desenvolvimento de metodologia geral da intervenção, pesquisa de prospecção do mercado de trabalho local, organização geral dos trabalhos e qualificação social e profissional do grupo de tratamento pela CONTRATADA, por 6 meses, a contar de 26 de março de 2020, data do pedido realizado pela CONTRATADA, com fulcro no inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93. Posteriormente, houve a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 6 meses, contados de 26 de dezembro de 2021, devendo ter sua vigência encerrada em 26 de junho de 2022, com fundamento no §1º, inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Entretanto, devido à impossibilidade de execução do objeto contratado devido a fatos supervenientes e de força maior ocasionados pela Pandemia do COVID-19, o Contrato Administrativo nº 38/2021 foi rescindido unilateralmente. Fatos principais para rescisão contratual: impossibilidade de execução contratual da qualificação dos trabalhadores de forma presencial e vedação orçamentária de nova prorrogação do prazo para a execução do contrato, uma vez que, considerando o princípio orçamentário da anualidade, a despesa decorrente do contrato em tela foi integralmente empenhada no exercício financeiro de 2019 e inscrita em restos a pagar não processados em 31 de dezembro do mesmo ano.

Providências implementadas para a superação da restrição: Contrato rescindido unilateralmente.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0342 - Qualificação social e profissional de trabalhadores via transferências de recursos entre fundos da União para Estados, DF e Municípios.

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Número de pessoas beneficiadas de Qualificação social e profissional de trabalhadores via transferências de recursos financeiros entre fundos.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 2.000

Meta prevista para 2022: 2.000

Meta prevista para 2023: 2.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os atrasos na disponibilização financeira impossibilitaram a execução das ações de qualificação profissional pelos entes que aderiram ao fundo a fundo.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Resultado intermediário não foi executado.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em decorrência do calendário de tarefas relativas ao planejamento e alocação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os recursos de 2021 somente foram transferidos aos entes em dezembro de 2021. Somente após a transferência dos recursos é que os entes passam a executar a política pública.

Providências implementadas para a superação da restrição: Recursos transferidos aos entes, que iniciarão a execução no exercício de 2022.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2211 - INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

Objetivo: 1191 - Alcançar maior inserção do Brasil na economia internacional.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo trata de estimular e adotar diferentes ações para aumentar a abertura da economia nacional aos fluxos globais de comércio e investimentos e melhor representar o Brasil em bancos multilaterais de desenvolvimento e foros econômicos e financeiros internacionais, contribuindo para o aumento do bem-estar da população brasileira. A manutenção de conjuntura internacional tensionada entre alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil e eventos extraordinários de ordem sanitária ocasionaram instabilidade global, contribuindo fortemente para desaquecimento da economia internacional e afetando negativamente o trabalho das áreas, em especial as negociações internacionais. Assim, ações unilaterais que dependem apenas desta Secretaria Especial puderam ser realizadas a contento, como por exemplo a Redução das barreiras não-tarifárias - licenças de importação, a diminuição verificada na quantidade de licenças de importação emitidas pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) ocorreu em função das iniciativas de redução de barreiras não tarifárias implementadas no segundo semestre de 2020 e ao longo de 2021. Como exemplo citamos a edição da Portaria SECEX nº 43, de 17 de julho de 2020, que excluiu o regime de licenciamento não automático com anuência da Secretaria para produtos sujeitos a medidas de defesa comercial e da Portaria ME nº 7.058, de 21 de junho de 2021, a qual estabeleceu novos requisitos e condições para a substituição de mercadorias importadas que tenham apresentado defeito técnico após a sua nacionalização no Brasil. Outra ação relevante diz respeito às normas de comércio exterior, investimentos e financiamento às exportações revisadas, revogadas, consolidadas ou criadas com o propósito de desburocratizar e simplificar a regulação. Ainda, podemos citar a ação de Desburocratização das operações de Comércio Exterior (COMEX), que com o Programa Portal Único de Comércio Exterior tem previsão de alcançar potencial para abarcar 100% das operações de importação até o final de 2023.

Atualmente o projeto Exportação já foi 100% entregue e o projeto importação, após a iteração finalizada em jan/2022, encontra-se com capacidade para absorver 40% das operações. Considerando o cenário internacional, algumas metas tiveram que ser readequadas.

Meta: 050F - Elevar a corrente de comércio exterior de bens e serviços do Brasil para US\$ 547,8 bilhões em 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: dólar norte-americano
Linha de base: 526.476.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 526.476.000.000
Meta prevista para 2021: 475.913.271.300
Meta prevista para 2022: 521.680.668.721
Meta prevista para 2023: 547.764.702.158

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 614.916.160.000
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A fonte de informação da meta são os dados estatísticos disponibilizados pelo Banco Central, o qual apenas apresenta os dados agregados em nível nacional. Por isso, não é possível desdobrar a meta de forma regional ou estadual. Cumpre destacar também que a medida de corrente de comércio calculada pela Balança Comercial refere-se apenas a bens e essas informações estão disponíveis de forma regionalizada. Mas a meta apurada no PPA se refere a bens e serviços e, como informado acima, esses números não estão disponíveis.
Notas do usuário: Quantidade Alcançada = US\$ 614.916,16 milhões. Meta estimada para 2023 atingida ou extrapolada em 2021.

Indicador: 8655 - Corrente de comércio exterior de bens e serviços do Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: bilhões de US\$ FOB
Valor de referência: 526.476.000.000
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 614.916,16
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: Valor Aferido - US\$ 614.916,16 milhões

Resultado Intermediário: 0280 - Redução das barreiras não-tarifárias - licenças de importação.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 1.174.529
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Licenças de Importação
Meta prevista para 2020: 915.990
Meta prevista para 2021: 712.590
Meta prevista para 2022: 641.330
Meta prevista para 2023: 609.264

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 379.547
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta para 2021 foi alcançada, e, inclusive, superada. A diminuição verificada na quantidade de licenças de importação emitidas pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) ocorreu em função das iniciativas de redução de barreiras não tarifárias implementadas no segundo semestre de 2020 e também ao longo de 2021, a exemplo da edição da Portaria SECEX nº 43, de 17 de julho de 2020, que excluiu o regime de licenciamento não automático com anuência da Secretaria para produtos sujeitos a medidas de defesa comercial, e da Portaria ME nº 7.058, de 21 de junho de 2021, a qual estabeleceu novos requisitos e condições para a substituição de mercadorias importadas que tenham apresentado defeito técnico após a sua nacionalização no Brasil.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A ação trata da redução do número de licenças de importação emitidas pela SECEX/SECINT, o que é uma consequência direta dos processos de desburocratização que estão sendo realizados pela Secretaria. Esta redução ocorre igualmente para todos os agentes que operam no processo de importação, independente da UF de desembarque, UF de desembarço ou UF de destino da mercadoria importada, que são dados circunstâncias da operação de internalização de bens. A ação toma em conta as importações realizadas pelo país em sua totalidade, portanto, não faz sentido realizar o cálculo de forma regionalizada.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: Valor apurado - 379.547 unidades

Resultado Intermediário: 0281 - Redução das barreiras não-tarifárias - atos normativos.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Atos normativos
Meta prevista para 2020: 300
Meta prevista para 2021: 87
Meta prevista para 2022: 83
Meta prevista para 2023: 19

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 119
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Número de normas de comércio exterior, investimentos e financiamento às exportações revisadas, revogadas, consolidadas ou criadas com o propósito de desburocratizar e simplificar a regulação.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A ação trata da redução do número de licenças de importação emitidas pela SECEX/SECINT, o que é uma consequência direta dos processos de desburocratização que estão sendo realizados pela Secretaria. Esta redução ocorre igualmente para todos os agentes que operam no processo de importação, independente da UF de desembarque, UF de desembaraço ou UF de destino da mercadoria importada, que são dados circunstâncias da operação de internalização de bens. A ação toma em conta as importações realizadas pelo país em sua totalidade, portanto, não faz sentido realizar o cálculo de forma regionalizada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Valor apurado - 119 unidades

Resultado Intermediário: 0282 - Redução das barreiras tarifárias.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 189
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCMs) com redução tarifária
Meta prevista para 2020: 200
Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 120
Meta prevista para 2023: 130

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9.307

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As reduções tarifárias em 2021 superaram extraordinariamente as expectativas. O Comitê de Alterações Tarifárias recomendou o tratamento tarifário para 280 produtos, entre deferimentos e indeferimentos, que resultaram em 225 reduções tarifárias, abrangendo Lista de Exceções à TEC, Lista de Exceções de Bens de Informática e Tecnologia, Desabastecimento (Res. GMC 49/19), Lista Covid e Alterações Permanentes da TEC. No entanto, o Governo brasileiro reduziu em 10%, de forma transversal, as alíquotas do Imposto de Importação da maior parte do universo tarifário brasileiro, por meio, entre outras, das Resoluções 173/2021, 231/2021 e, principalmente, da Resolução 269/2021.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A ação trata da redução do número de licenças de importação emitidas pela SECEX/SECINT, o que é uma consequência direta dos processos de desburocratização que estão sendo realizados pela Secretaria. Esta redução ocorre igualmente para todos os agentes que operam no processo de importação, independente da UF de desembarque, UF de desembarço ou UF de destino da mercadoria importada, que são dados circunstâncias da operação de internalização de bens. A ação toma em conta as importações realizadas pelo país em sua totalidade, portanto, não faz sentido realizar o cálculo de forma regionalizada.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Valor aferido - 9.307 unidades

Resultado Intermediário: 0284 - Desburocratização das operações de Comércio Exterior (COMEX).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 75

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Desenvolvimento e implantação do Portal Único de Comércio Exterior

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 86

Meta prevista para 2022: 92

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 86

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Portal Único de Comércio Exterior tem previsão de alcançar potencial

para abarcar 100% das operações de importação até o final de 2023. Atualmente o projeto Exportação já foi 100% entregue e o projeto importação, após a iteração finalizada em jan/2022, encontra-se com capacidade para absorver 40% das operações. A etapa realizada no 2º semestre de 2021 resultou na implementação das seguintes funcionalidades percebidas diretamente pelos operadores: • Realização de inspeção física de Órgãos Anuentes via Duimp durante o curso do despacho aduaneiro, permitindo o controle paralelo entre a inspeção física dos Anuentes e a verificação física da RFB; • Canal Único da Duimp (canal revelado sobre águas para os OEA e na atracação para os demais), dando transparência à intervenção do Estado sobre as operações de importação e promovendo a atuação coordenada dos agentes públicos de fronteira; • Pagamento automático de guias de ICMS via Pagamento Centralizado de Comércio Exterior – PCCE – no Portal Único; • Disponibilização da guia de recolhimento para pagamento da taxa de licenças emitidas por meio de LPCO, assim como a confirmação do pagamento; • Desbloqueio de créditos tributários recolhidos a maior, oriundos de retificação de Duimp no pós-desembaraço, simplificando a compensação e a restituição desses créditos; • Disponibilização de consulta do Tratamento Tributário via navegação da árvore NCM do Classif."

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A entrega trata do desenvolvimento e implantação, centralizado na União, de um sistema de informações disponível para todos os que operam no comércio exterior. Portanto, não faz sentido ofertar o sistema de forma regionalizada.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: • O orçamento total para manutenção e aprimoramento do Siscomex, o qual abarca o custo do Programa Portal Único de Comércio Exterior, vem sofrendo sucessivas reduções nos últimos 4 anos. Isso pode prejudicar a sustentação dos sistemas já operacionais e comprometer os recursos que poderiam ser utilizados em investimento nas novas funcionalidades. • O Programa prevê melhorias significativas nos processos de exportação e importação, as quais dependerão de alterações de leis e de normas infralegais sob responsabilidade de outros órgãos além do Ministério da Economia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Os obstáculos são acompanhados periodicamente pela comissão gestora do Siscomex, no âmbito do Ministério da Economia, e também pela Casa Civil da Presidência da República.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: • Sucesso do projeto dependente de atualização normativa (legal e infralegal)

Providências implementadas para a superação da restrição: Os obstáculos são acompanhados periodicamente pela comissão gestora do Siscomex, no âmbito do Ministério da Economia, e também pela Casa Civil da Presidência da República.

Notas do usuário: Valor apurado - 86%

PROGRAMA: 2212 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA PRODUTIVIDADE

Objetivo: 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo dos últimos dois anos, a SEPEC do Ministério da Economia tem conduzido sua atuação com foco em eixos estratégicos, voltados para o ambiente de negócios, de modo a reduzir o Custo Brasil em R\$ 1 trilhão, aumentar a produtividade de Micro e Pequenas Empresas em 30%, e levar o

Brasil ao 50ª posição do Doing Business até 2022; o Futuro Digital e Produtivo, visando aumentar a maturidade digital do setor produtivo em 20%, posicionar o país em Top 3 no Ecossistemas de Startups Mundial e qualificar 10 milhões de pessoas em Tecnologia da Informação (TI); e para o choque de investimento privado que busca somar mais R\$ 107 bilhões ao ano em investimentos privados em infraestrutura e atingir a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ranking do PMR em dois anos. De maneira geral, o eixo Ambiente de Negócios visa articular a remoção de obstáculos regulatórios e legais à produtividade e competitividade das empresas assim como reduzir o Custo Brasil em R\$ 1 trilhão; o Próspera MPE propõe-se a promover políticas públicas para o desenvolvimento das MPEs, empreendedores individuais e artesãos, por meio da articulação entre atores públicos e sociedade, de forma inovadora e sustentável; e o Brasil 4.0 objetiva a promoção da modernização das empresas por meio de fomento a inovação, digitalização e habilidades gerenciais.

Meta: 050B - Atingir a 76ª posição no Global Competitiveness Index - Business Dynamism.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: posição
Linha de base: 108
Data de referência da linha de base: 31/07/2018
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 92
Meta prevista para 2022: 84
Meta prevista para 2023: 76

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 67
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Trata-se de ações de alcance nacional, sem um tratamento específico diferenciado para cada região.

Notas do usuário: A SECAP/SETO orientou a repetir a apuração de 2020 (quantidade alcançada = 67) e a mesma justificativa para não regionalização da mesma.

Indicador: 8653 - Global Competitiveness Index - Business Dynamism (Pilar 11)

Informações básicas

Unidade de medida: posição em listagem de países
Valor de referência: 108
Data de Apuração: 31/07/2018

Polaridade: Quanto menor melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 67
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: A SECAP/SETO orientou a repetir a apuração de 2020 (quantidade alcançada = 67) e a mesma justificativa para não regionalização da mesma.

Resultado Intermediário: 0230 - Economia 4.0 (Brasil 4.0).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Conclusão dos produtos do Brasil 4-0
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 57
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Catálogo de Casos de Uso e Mapeamento do Ecossistema de Aplicações de 5G praticamente finalizados, com qualidade satisfatória e sem atrasos significativos. Elaboração da Plataforma para o Projeto Conexão 4.0. segue conforme cronograma. Quanto à Estratégia Nacional da Economia 4.0., houve repriorização de ações em favor de uma nova iniciativa, a proposta de programa para aumentar a inovação empresarial, que já está em andamento em projeto conduzido pela ENAP. Parceria BNDES/FUNTEC ainda pendente de aprovação dos termos pelo BNDES.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de processo interno que não cabe regionalização.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0231 - InovAtiva 15K (Brasil 4.0) - Programa de Aceleração InovAtiva de Impacto Socioambiental

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Quantidade de startups de impacto socioambiental atendidas
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 40
Meta prevista para 2023: 40

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 71
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O programa InovAtiva de Impacto atende projetos inovadores e startups que possuam soluções para questões sociais e/ou ambientais. Em 2021 o número de vagas foi ampliado para 80 e das selecionadas 71 concluíram o ciclo de aceleração do programa.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	16	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	36	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	15	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0346 - Sistema Obra Legal

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: 01/02/2021
Indicador: Liberação do Obra Legal para todos os municípios
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado Intermediário Obra Legal era oriundo da Resolução nº64 CGSIM, onde a SEMPE/SDIC faria o apoio na divulgação com os municípios, mas a Resolução foi revogada e até então não temos um substituto. Portanto não há qualquer indicador e também não está claro se teremos alguma nova atividade com uma possível nova resolução do Obra Legal. Na próxima revisão do PPA sugerimos a exclusão deste RI
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Resolução nº64 CGSIM, onde a SEMPE/SDIC faria o apoio na divulgação com os municípios, mas a Resolução foi revogada e até então não temos um substituto. Portanto não há qualquer indicador e também não está claro se teremos alguma nova atividade com uma possível nova resolução do Obra Legal. Sugerida a exclusão deste RI.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Na próxima revisão do PPA foi sugerida a exclusão deste RI

Resultado Intermediário: 0347 - InovAtiva 15K (Brasil 4.0) - Programa de Aceleração de Startups InovAtiva Brasil.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Quantidade de startups atendidas.
Meta prevista para 2020: 232
Meta prevista para 2021: 600

Meta prevista para 2022: 600
Meta prevista para 2023: 600

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 609

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa InovAtiva Brasil realiza ciclos semestrais de aceleração de startups. Como o primeiro ciclo do ano se encerra em agosto, o resultado para o período intermediário de janeiro a junho foi igual a zero. De qualquer forma o somatório dos dois semestres de 2021 , apurado no final do ano, foi 609 startups aceleradas (de todas as regiões do país).

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	39	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	108	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	17	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	281	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	164	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2213 - MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO

Objetivo: 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No que se refere ao Objetivo de Modernizar as relações trabalhistas e promover competitividade e proteção ao trabalhador, destaca-se a atuação na desburocratização e simplificação do marco regulatório trabalhista. Tal iniciativa buscou reunir as regulamentações correlatas em atos normativos concentrados por áreas temáticas, facilitando o acesso a trabalhadores e empregadores. Nesse sentido, foram identificados mais de mil atos normativos entre decretos, portarias e instruções normativas. O trabalho de consolidação foi publicado em 2021. Os decretos e as portarias referentes à legislação trabalhista e à segurança e saúde no trabalho passaram por 10 processos de consulta pública, que contaram ao todo com mais de 6 mil contribuições da sociedade e resultaram na consolidação da legislação infralegal trabalhista em apenas 13 atos normativos. Também se sobressaiu em 2021 a digitalização dos serviços prestados à sociedade, com a ampla utilização de aplicativos e plataformas digitais para emissão e acesso à Carteira de Trabalho Digital e para requerimento do benefício do Seguro-Desemprego pela internet, sem necessidade de deslocamento dos cidadãos aos postos de atendimento do MTP. O aplicativo da Carteira de Trabalho Digital já possui mais de 52 milhões de usuários cadastrados, totalizando mais de 558 milhões de acessos. Somente em 2021, o aplicativo teve mais de 277 milhões de acessos, estando disponível nas plataformas Android, IOS e no portal Gov.br. Quanto às solicitações do benefício do Seguro-Desemprego, em 2021, do total de 6,09 milhões de requerimentos apresentados por trabalhadores, 3,86 milhões ocorreram por meios digitais, via aplicativo da Carteira de Trabalho Digital ou pelo portal Gov.br, o que corresponde a 63,4% do total de requerimentos. No campo da proteção do trabalhador, por meio da atuação da Inspeção do Trabalho, foram intensificadas as ações de combate a fraudes e ao descumprimento de obrigações trabalhistas. Em 2021, segundo o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFITWEB) e relatórios de fiscalização, foram realizadas 8,2 mil ações fiscais de combate a fraudes no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; 30,8 mil ações de combate à informalidade; além de diversas ações voltadas à inclusão no mercado de trabalho de aprendizes profissionais e de reabilitados ou pessoas com deficiência e ao combate ao trabalho infantil. No que diz respeito ao combate ao trabalho análogo ao de escravo, foram realizadas 443 ações fiscais, o maior número desde que o Brasil iniciou o combate à escravidão contemporânea em 1995.

Meta: 0524 - Atingir o índice 1 de condições e relações de trabalho (ICRT), que contempla ações de promoção da conformidade legal e melhoria dos serviços.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: índice Numérico, variando de 0 a 1

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Meta prevista para 2020: 0,3

Meta prevista para 2021: 0,5

Meta prevista para 2022: 0,7

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,87

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Outras

Justificativa para não regionalização da Meta: A fórmula de cálculo, da forma como foi estruturada, não possibilita a regionalização do indicador. Isso porque alguns elementos que compõem o ICRT não são passíveis de regionalização.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Não foi possível apurar as variáveis I1 e I2 nesse ciclo de monitoramento. Cumpre informar que as variáveis I1 e I2 foram incluídas na revisão do PPA 2020-2023 realizada em 2021 na perspectiva de mensurar a efetividade da intervenção da Inspeção do Trabalho na redução da gravidade e da frequência dos acidentes de trabalho nos estabelecimentos inspecionados. Os índices I1 (Redução do índice de gravidade (IG) de acidentes e doenças do trabalho) e I2 (Redução do índice de frequência (IF) de acidentes e doenças do trabalho) buscam comparar variações de taxas entre dois grupos: estabelecimentos fiscalizados e estabelecimentos não fiscalizados. Para que essa variação possa ser captada, é necessário um período de três anos. Para a apuração dos resultados das ações realizadas em 2021 é necessária a comparação com o cenário anterior à fiscalização, numa margem de pelo menos 12 meses antes do início da fiscalização e uma comparação com o cenário pós-fiscalização, também com uma margem de pelo menos 12 meses após à fiscalização. Assim, a apuração de 2021 precisa considerar os resultados obtidos durante o ano de 2022, ainda indisponíveis. Para a apuração dos resultados, são necessários os dados integrais de fiscalização (Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFITWeb), de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), as informações adicionais dos benefícios previdenciários de natureza acidentária (Sistema Único de Informações de Benefícios - SUIBE) e os vínculos de trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e eSocial), referentes ao período de 12 meses antes e 12 meses após a última competência do período a ser apurado. Dessa forma, os componentes I1 e I2 do ICRT referentes ao ano de 2021 não puderam ser calculados neste ciclo de monitoramento, havendo previsão de apuração dos mesmos no primeiro semestre de 2023.

Providências implementadas para a superação da restrição: Cabe destacar que a RAIS está gradativamente sendo descontinuada e que seus dados serão substituídos pelos dados do eSocial. Dessa forma, espera-se que a demora na apuração dos dados de I1 e I2 devidas à data de divulgação da RAIS se encerre tão logo esta seja integralmente substituída pelo eSocial, uma vez que os dados desse sistema são prestados dentro do próprio exercício em que o fato é gerado.

Notas do usuário: -

Indicador: 8700 - Índice de Condições e Relações de Trabalho

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,87
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0275 - Simplificação e desburocratização do marco regulatório do trabalho.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de modernização da legislação trabalhista
Meta prevista para 2020: 60
Meta prevista para 2021: 60
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 88
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No final de 2018 foram identificadas 1.041 normas vigentes. Até o final de 2021, 88% da legislação trabalhista, considerando decretos, portarias e instruções normativas, foi modernizada. O trabalho de modernização consistiu na triagem, revisão e consolidação das normas em coletâneas de temas correlatos. Ainda houve a simplificação e a retirada de obrigações desnecessárias ou meramente cartoriais, para desburocratizar os processos de prestação de serviços e informações pelo Estado aos cidadãos. Essa agregação de normas tornará a legislação mais acessível e clara à sociedade e aos operadores do direito do trabalho, promovendo maior segurança jurídica. Também foram realizadas até o final de 2021, 10 consultas públicas e tomadas de subsídios para possibilitar a participação da sociedade no processo de revisão das normas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Pela característica do Resultado Intermediário e indicador, não se vislumbra possibilidade de regionalização.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0276 - Serviços digitais ofertados aos trabalhadores e empregadores.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de serviços do trabalho ofertados digitalmente.
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação ao resultado de 2020, restava apenas a implementação do sistema para apresentação de recurso de auto de infração, o qual já se encontra disponível em <https://eprocessos.trabalho.gov.br/>

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Pela característica do Resultado Intermediário e Indicador, não se vislumbra possibilidade de regionalização.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0277 - Fiscalização do Trabalho - Promoção da conformidade às normas trabalhistas.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de acerto em fiscalizações estratégicas diretas e indiretas

Meta prevista para 2020: 50

Meta prevista para 2021: 50

Meta prevista para 2022: 50

Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 56,1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Alcance de 56,1%, superando a meta de 50% definida para o período. Como resultados individuais da fórmula, obtiveram-se as seguintes apurações em 2021: - Combate à Informalidade: $((3.993/10.488) \times 100) = 38,07\%$ - Combate ao Trabalho Infantil: $((535/1.238) \times 100) = 43,21\%$ - Operações DETRAE: $((32/49) \times 100) = 65,30\%$ - Indiretas (Geral): $((79.036/101.603) \times 100) = 77,79\%$

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: É importante esclarecer que o indicador em questão é composto por diversas variáveis. Duas delas, as variáveis H e I se referem a resultados alcançados apenas pelo Órgão Central, através do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo. Dessa maneira, não é adequado aferir o indicador de forma regionalizada, o que poderia provocar distorções nos resultados regionais, sobretudo nos Estados da Região Norte, onde há maior demanda de ações coordenadas pelo Órgão Central.

Restrições: Não Há Restrições

Resultado Intermediário: 0348 - Investigação das causas de acidentes e doenças ocupacionais

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 1.812

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de acidentes ou doenças do trabalho analisados.

Meta prevista para 2020: 909

Meta prevista para 2021: 1.600

Meta prevista para 2022: 1.600

Meta prevista para 2023: 1.600

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.075

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado de 1.075 análises em 2021, havendo prioridade para casos graves e fatais. Com relação ao não atingimento da meta de 1.600 análises, cabe ressaltar que as atividades no ano de 2021 foram impactadas de forma substancial pela pandemia causada pela COVID-19. A interrupção de atividades econômicas e as medidas emergenciais adotadas em função da crise internacional gerada pela pandemia, inclusive com limitações à circulação e ao funcionamento dos estabelecimentos, prejudicaram a execução das fiscalizações. Em decorrência da pandemia, as análises de acidentes do trabalho sofreram diminuição, tendo em vista as restrições à execução de fiscalizações dirigidas, que regularmente se dão com a presença no local de trabalho, entrevistas com trabalhadores e empregadores e outros atos que poderiam comprometer a saúde de trabalhadores, empregadores e do próprio agente de Inspeção. A análise das causas multifatoriais dos acidentes de trabalho demanda a interação do agente de inspeção com distintos órgãos, empresas e trabalhadores, inclusive com familiares das vítimas. Portanto, diante das restrições impostas pela pandemia, essa atividade não pôde ser desenvolvida em sua plenitude, acarretando prejuízo para o alcance da meta. Vale ressaltar ainda que, a despeito de as atividades da Inspeção do Trabalho não terem sido totalmente interrompidas durante esse período, uma parcela dos Auditores-Fiscais do Trabalho foi afastada da atividade presencial por serem considerados como integrantes de grupo de risco.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A Inspeção do Trabalho conta, atualmente, com 2.009 Auditores-Fiscais do Trabalho, sendo que destes apenas 1396 à disposição para realizar fiscalizações tanto relacionadas ao cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, inclusive através da análise de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, como também da legislação trabalhista em geral, em todos os setores econômicos do País.

Providências implementadas para a superação da restrição: Sempre que oportunizado, são formalizados e instruídos processos com solicitação de realização de concurso para carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho para o preenchimento das vagas não ocupadas. Estão sendo desenvolvidas ferramentas

informatizadas de auxílio à Inspeção do Trabalho. No entanto, cabe ressaltar que as ações fiscais em segurança e saúde no trabalho, incluídas as análises de acidentes do trabalho demandam, essencialmente, a inspeção in loco do ambiente de trabalho pelo Auditor-Fiscal do Trabalho. Além disso, estão sendo disponibilizadas capacitações pela Escola Nacional da Inspeção do Trabalho - ENIT para atualizar os Auditores-Fiscais do Trabalho nas melhores práticas de análises de acidentes do trabalho.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Por vezes, os acidentes de trabalho ocorrem distantes dos grandes centros o que demanda deslocamento dos Auditores-Fiscais para realização da análise. Porém, há dificuldades com o número reduzido de viaturas oficiais e manutenção das existentes. Há, ainda, carência no número de motoristas disponíveis. Além disso, há defasagem no valor das diárias e das indenizações de transporte, o que prejudica o planejamento e a execução das ações fiscais que demandam deslocamentos e viagens.

Providências implementadas para a superação da restrição: Com relação ao número de viaturas e motoristas, está sendo realizado um levantamento prévio que permitirá a identificação da situação real e a propositura de soluções para encaminhamento aos gestores.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As atividades no ano de 2021 foram impactadas de forma substancial pela pandemia causada pela COVID-19. A interrupção das atividades e as medidas emergenciais adotadas em função da crise internacional gerada pela pandemia prejudicaram a execução das fiscalizações, não permitindo que as ações fiscais dirigidas e análises de acidentes do trabalho fossem realizadas em sua plenitude.

Providências implementadas para a superação da restrição: As restrições relacionadas à COVID vêm sendo reduzidas paulatinamente, o que permitirá um retorno às atividades de fiscalização dentro dos parâmetros anteriores à pandemia.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	10	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	36	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	25	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	4	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	62	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	15	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	131	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	43	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	33	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	172	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	15	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	5	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	15	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	49	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	41	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	17	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	12	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	44	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	33	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	118	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	7	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	148	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	12	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0349 - Promoção da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 45.610

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de estabelecimentos alcançados por fiscaliz., ação setorial ou ação preventiva realizada pela Inspeção do Trab. p/ aumentar conformid. com Normas Regulamentadoras

Meta prevista para 2020: 43.316

Meta prevista para 2021: 50.000

Meta prevista para 2022: 50.000

Meta prevista para 2023: 50.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 29.239

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O dado de 29.239 estabelecimentos se trata de uma apuração parcial, pois o sistema informatizado da Inspeção do Trabalho não pôde ser atualizado tempestivamente e, dessa maneira, não foi possível aferir o número relacionado às ações setoriais ou às ações preventivas realizadas no período. O número apresentado, portanto, refere-se apenas às ações fiscais realizadas na modalidade direta e indireta, não computando as ações setoriais ou preventivas.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A Inspeção do Trabalho conta, atualmente, com 2.009 Auditores-Fiscais do Trabalho, sendo que destes apenas 1396 à disposição para realizar fiscalizações tanto relacionadas ao cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, inclusive através da análise de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, como também da legislação trabalhista em geral, em todos os setores econômicos do País.

Providências implementadas para a superação da restrição: Sempre que oportunizado, são formalizados e instruídos processos com solicitação de realização de concurso para carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho para o preenchimento das vagas não ocupadas. Estão sendo desenvolvidas ferramentas informatizadas de auxílio à Inspeção do Trabalho. No entanto, cabe ressaltar que as ações fiscais em SST, incluídas as análises de acidentes do trabalho demandam, essencialmente, a inspeção in loco do ambiente de trabalho pelo Auditor-Fiscal do Trabalho. Além disso, estão sendo disponibilizadas capacitações pela Escola Nacional da Inspeção do Trabalho - ENIT para atualizar os Auditores-Fiscais do Trabalho nas melhores práticas de análises de acidentes do trabalho.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Por vezes, os acidentes de trabalho ocorrem distantes dos grandes centros o que demanda deslocamento dos Auditores-Fiscais para realização da análise. Porém, tem-se enfrentado dificuldades com o número reduzido de viaturas oficiais e manutenção das existentes. Há, ainda, carência

no número de motoristas disponíveis. Além disso, há defasagem no valor das diárias e das indenizações de transporte, o que prejudica o planejamento e a execução das ações fiscais que demandam deslocamentos e viagens.

Providências implementadas para a superação da restrição: Com relação ao número de viaturas e motoristas, está sendo realizado um levantamento prévio que permitirá a identificação da situação real e a propositura de soluções para encaminhamento aos gestores.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As atividades no ano de 2021 foram impactadas de forma substancial pela pandemia causada pela COVID-19. A interrupção das atividades e as medidas emergenciais adotadas em função da crise internacional gerada pela pandemia prejudicaram a execução das fiscalizações, não permitindo que as ações fiscais dirigidas e análises de acidentes do trabalho fossem realizadas em sua plenitude.

Providências implementadas para a superação da restrição: As restrições relacionadas à COVID vêm sendo reduzidas paulatinamente, o que permitirá um retorno às atividades de fiscalização dentro dos parâmetros anteriores à pandemia.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1.000	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.156	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	652	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	354	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	806	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	288	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	404	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	3.823	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	950	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	65	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de Roraima	-	-	-	-	170	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1.463	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	6.075	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	395	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	74	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	109	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	266	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	1.057	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	727	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	533	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	743	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1.451	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	1.011	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	3.161	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	857	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.455	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	194	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2214 - NOVA PREVIDÊNCIA

Objetivo: 1172 - Garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, com foco na proteção do cidadão e na melhoria da qualidade dos serviços.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Estado brasileiro deve promover a sustentabilidade do sistema previdenciário a fim de preservar os benefícios destinados à cobertura dos diferentes riscos que afetam a capacidade para o trabalho dos seus cidadãos. Tais benefícios já correspondem a mais da metade das despesas federais primárias, sendo indispensável que sua trajetória no futuro seja compatível com a evolução prevista para a arrecadação e com a preservação de outras políticas públicas essenciais, como educação, saúde e segurança. A busca pela melhoria da qualidade dos serviços prestados pela estrutura da previdência social justifica-se pelo seu efeito no bem-estar dos segurados. Cabe lembrar que os segurados geralmente recorrem à previdência social quando acontece alguma contingência em suas vidas (por exemplo, doença ou morte de familiar) ou quando preenchem as condições para a aposentadoria, após muitos anos de trabalho. Nessas situações, é importante que o serviço disponível ao cidadão atenda às suas necessidades e às suas expectativas, de acordo com limites e critérios estabelecidos na legislação. A percepção da sociedade acerca da qualidade do atendimento é também um elemento importante para a manutenção do apoio político para as políticas públicas. Novos desafios apresentam-se após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, em novembro de 2019. Embora os dois últimos anos tenham sido atípicos, podemos citar algumas realizações importantes. A revisão de todo o Regulamento da Previdência Social, sem dúvida, é um grande resultado. Com a publicação do Decreto 10.410, em junho de 2020, diversos dispositivos do Decreto nº 3048, de maio de 1999, foram atualizados de acordo com os novos marcos constitucionais. O Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021, determinou a centralização das atividades de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos civis da União. O Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos extintos (Decipex) ficou encarregado de centralizar os benefícios da administração direta e o INSS, da administração indireta. O INSS poderá se tornar a entidade gestora única do RPPS da União, conforme o Projeto de Lei Complementar nº 189, apresentado pelo Poder Executivo em 11 de novembro de 2021, em atendimento ao disposto no § 20 do artigo 40 da Constituição Federal e no § 6º do art. 8º da Emenda 103. Caso aprovada, a proposta deve conferir maior eficiência às atividades do RPPS e melhorar a qualidade dos serviços. Além disso, a padronização dos processos inibirá a criação de privilégios e reduzirá a margem para erros e fraudes. No que se refere aos RPPS dos entes federativos subnacionais, que não foram diretamente afetados pela reformulação promovida pela Emenda nº 103, destaca-se que grande parte dos estados e alguns municípios revisaram suas alíquotas de contribuição, as regras de acesso e as fórmulas de cálculo dos benefícios previdenciários dos servidores. Essas iniciativas têm sido incentivadas pela Secretaria de Previdência, tendo em vista sua relevância para a sustentabilidade da previdência social. Cumpre mencionar ainda as atividades de fiscalização que visam verificar a conformidade do Regime Próprio de Previdência Social e as certificações emitidas no âmbito do programa Pró-Gestão. Também foi promovida atualização da metodologia do Indicador de Situação Previdenciária, que visa dar maior transparência sobre a situação dos RPPS dos entes subnacionais, bem como incentivar a promoção de reformas e a melhor gestão desses regimes. Foram editados atos normativos para estabelecer requisitos para os gestores dos RPPS, operacionalizar a compensação previdenciária entre regimes (com impactos positivos esperados para o RPPS da União) e fixar novos parâmetros para a taxa de administração dos RPPS. Ainda em relação aos regimes próprios, destaca-se a entrada em funcionamento do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social em 2020, possibilitando a participação de representantes de todo o segmento na definição de políticas, diretrizes e parâmetros previstos nas normas gerais desses regimes. A Emenda nº 103 determinou que os estados e municípios com RPPS devem instituir Regime de Previdência Complementar no prazo de dois anos, para então limitar o valor dos benefícios de acordo com o teto do Regime Geral de Previdência Social. Ciente da dificuldade dos entes federativos menores, que não possuem escala suficiente para manter uma entidade fechada de previdência complementar, a Secretaria tem buscado viabilizar alternativas, como o multipatrocínio e a oferta de planos por entidades abertas de previdência complementar. As normas e o leiaute do eSocial passaram a contemplar o envio das informações dos segurados dos RPPS, possibilitando a formação de um cadastro único nacional e a atuação para melhoria da gestão e do combate às fraudes. A implantação do eSocial no setor público encontra-se em andamento. Ainda, diversas ações foram tomadas para efetivar as alterações promovidas pela Lei nº 13.846/2019, em especial o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), que terá significativo impacto na redução de fraudes e irregularidades, com relevantes ganhos fiscais esperados. Mais de 80.000 auxílios por incapacidade temporária sem data de cessação fixada foram revisados em 2021. A Secretaria de Previdência passou a compor o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, com diversas ações voltadas à melhor preparação para aposentadoria, incentivando a formação de poupança previdenciária. No que se refere à qualidade dos serviços, deve-se destacar que a pandemia do novo coronavírus trouxe desafios significativos para o atendimento tempestivo aos segurados, especialmente

devido ao número elevado de servidores em regime de trabalho remoto e ao fechamento das Agências da Previdência Social. Nesse contexto, diante a impossibilidade do atendimento presencial, a Secretaria regulamentou as antecipações de benefícios por incapacidade. Posteriormente, uma vez que a pandemia se estendeu por mais tempo do que o inicialmente previsto, a Secretaria regulamentou a conversão das antecipações em benefícios definitivos, desde que observadas algumas condições, sem a necessidades de perícia presencial. Esse contexto impulsionou a agenda de modernização do atendimento no âmbito da Secretaria de Previdência e do INSS.

Meta: 0504 - Melhorar o indicador de qualidade previdenciária em 1 unidade, incluindo melhorias na cobertura, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: índice
Linha de base: 62,61
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Meta prevista para 2020: 70,4
Meta prevista para 2021: 63,79
Meta prevista para 2022: 63,7
Meta prevista para 2023: 63,53

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 65,55
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Justificativa para não regionalização da Meta: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: - Aprovação da EC 103 com efeitos menores do que os inicialmente esperados em relação à PEC 6/2019 encaminhada ao Congresso Nacional. - Não abrangência de reformas de estados e municípios pela EC 103 como foi aprovada, exceto por alterações das alíquotas e outros pontos de menor impacto

Providências implementadas para a superação da restrição: - Atuação para auxiliar e incentivar estados e municípios na Aprovação de suas reformas previdenciárias e adequação às regras previstas na EC 103/2019.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: - Efeitos da pandemia sobre a economia, com reflexos sobre alguns componentes do indicador, com redução do percentual de trabalhadores formalizados e consequente redução da quantidade de segurados em relação à população ocupada, afetando a cobertura e a arrecadação previdenciária do RGPS, efeitos negativos sobre o resultado técnico das entidades fechadas de previdência complementar e sobre a poupança previdenciária (ativos das entidades abertas e fechadas de previdência complementar e ativos dos RPPS), efeitos negativos sobre o tempo médio de concessão de benefícios e

sobre a adesão e certificação dos entes ao Programa Pró-Gestão.

Providências implementadas para a superação da restrição: - Realização de projeções financeiras e atuariais do RGPS e do RPPS da União para informar sobre o desequilíbrio destes regimes, com realização de estudos acerca de propostas que possam contribuir para busca do equilíbrio. - Atuação para conter os efeitos da pandemia sobre a política previdenciária e sua operacionalização, como a realização de concessão de benefícios remotamente por meio de validação de atestados médicos, entre outras.

Notas do usuário: -

Indicador: 8697 - Índice de Qualidade Previdenciária, composto por dados relativos à cobertura previdenciária, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 62,61
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 65,55
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0227 - Aumento da cobertura previdenciária.

Informações básicas

Unidade de medida: % da população
Linha de base: 77,2
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Média entre a cobertura da população ocupada e da proteção social à população idosa
Meta prevista para 2020: 77,2
Meta prevista para 2021: 77,2
Meta prevista para 2022: 77,5
Meta prevista para 2023: 78

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 77,5

Data do valor apurado: 31/12/2019

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado ainda não disponível para 2021, mas pode ser inferior à meta, tendo em vista efeitos da crise provocada pela pandemia de COVID-19.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Pandemia de COVID-19 afetou o número de segurados em relação à população ocupada, com impacto negativo no indicador.

Providências implementadas para a superação da restrição: Atuação para conter os efeitos da pandemia sobre a política previdenciária e sua operacionalização, como a realização de concessão de benefícios remotamente por meio de validação de atestados médicos, antecipação do abono anual para aposentados e pensionistas do RGPS, atendimento remoto aos segurados, entre outras.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0278 - Redução do crescimento acelerado da despesa previdenciária.

Informações básicas

Unidade de medida: Variação real %

Linha de base: 4,04

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Variação da despesa previdenciária anual

Meta prevista para 2020: 4,04

Meta prevista para 2021: 3

Meta prevista para 2022: 2,5

Meta prevista para 2023: 2,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado melhor do que a meta. Entre os fatores que contribuíram para conter o crescimento da despesa previdenciária, cabe destacar os efeitos da Emenda Constitucional n. 103/2019 sobre as aposentadorias e pensões do RGPS e do

RPPS da União. Ademais, nota-se que persiste o represamento de benefícios do INSS, impulsionado pela pandemia de Covid-19.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0279 - Aumento da poupança previdenciária do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ 1.000,00

Linha de base: 1.990.000.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Ativos das entidades de previdência complementar

Meta prevista para 2020: 2.110.000.000

Meta prevista para 2021: 2.140.000.000

Meta prevista para 2022: 2.260.000.000

Meta prevista para 2023: 2.420.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.126.097.430,01

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No 5º bimestre de 2021, o Ativo de Investimentos da Previdência Complementar atingiu o montante de R\$ 2,13 trilhões, superior em aproximadamente 8% ao Ativo de Investimentos do 5º bimestre de 2020 (R\$ 1,97 trilhões). Esse resultado foi considerado um bom desempenho para o setor, tendo em vista a crise financeira deflagrada pela pandemia da covid-19 e o aumento de juros para contenção da inflação, o que causou baixo retorno dos investimentos em renda variável e renda fixa no ano.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Inflação; Evolução do número de Participantes; Volatilidade dos retornos dos Investimentos. Os principais obstáculos a serem superados são os fatores internos e externos que afetam o desempenho do mercado financeiro e o crescimento da economia brasileira.

Providências implementadas para a superação da restrição: Acompanhamento e monitoramento do mercado financeiro e possível diversificação dos investimentos, promoção de políticas de atração e retenção de participantes nos planos.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Apesar do bom desempenho em relação ao mesmo período do ano anterior, o Brasil ainda enfrenta uma crise devido o avanço da variante Ômicron pelo país e em meio a um aumento no número de casos de Covid-19, o que deixa o mercado em alerta sobre a volatilidade dos retornos dos investimentos e estagnação da população dos planos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Acompanhamento e monitoramento do mercado financeiro e possível diversificação dos investimentos, promoção de políticas de atração e retenção de participantes nos planos.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2215 - POLÍTICA ECONÔMICA E EQUILÍBRIO FISCAL

Objetivo: 1207 - Alcançar o equilíbrio fiscal de forma a favorecer o crescimento econômico.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2021, o resultado fiscal apresentou melhora significativa em relação aos anos anteriores. A receita total apresentou elevação de 21,6% em termos reais, em relação à 2020, enquanto a despesa total sofreu redução de 23,6%. Dessa forma, o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 35,9 bilhões no mesmo período, ante à meta fiscal de R\$ 250,9 bilhões. Com relação ao teto de gastos, desde o início da vigência da EC 95/2016, a maior parte dos agregados da despesa apresenta tendência de queda em termos reais. As despesas totais do Governo Central, a preços de dez/21, excetuadas as despesas para fazer frente à crise COVID-19 e as relativas à cessão onerosa, chegaram ao menor patamar desde 2014. Nos últimos dois exercícios, as despesas de pessoal também apresentaram redução expressiva. As despesas sujeitas ao teto totalizaram 98,1% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016. A verificação do cumprimento da regra estabelecida pela EC nº 95/2016 é feita no Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais (3º Quadrimestre de 2021): Despesas apuradas = R\$ 1.458.406 milhões; Limite atualizado EC nº 95/2016 = R\$ 1.485.936 milhões.

Meta: 0510 - Preservar a execução das despesas primárias pagas do Poder Executivo dentro do limite individualizado estabelecido no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0238 - Grade de Projeções e Cenários Fiscais

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Grades de Projeções de arrecadação bruta de tributos federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para fins de planejamento fiscal de médio e longo prazo

Meta prevista para 2020: 12

Meta prevista para 2021: 12

Meta prevista para 2022: 12

Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em atendimento ao artigo 37 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, trata-se de produto desenvolvido com base em metodologia de projeções de receitas tributárias útil no planejamento fiscal e tributário de médio e longo prazos.

Referência: GADELHA, S.R.B.; LIMA, A. F. R.; POLLI, D. A. Uso da metodologia de combinação de previsões para projeções da arrecadação de receitas brutas primárias de tributos federais. XXIV Prêmio Tesouro Nacional, Monografia Premiada em 2º Lugar. Brasília: ENAP, 2019.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria característica do produto, cujo foco é o ciclo orçamentário ao nível federal. Trata-se de projeções da arrecadação bruta de tributos federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Com o advento da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a obrigatoriedade de orçamentos fiscais equilibrados tem sido fundamental para o bom desempenho da gestão pública no uso eficiente dos recursos orçamentários escassos. Mas a fim de que se possa garantir o pleno funcionamento das funções do Estado, o poder público precisa arrecadar recursos para custear seu funcionamento. A realização de previsão de arrecadação de receitas públicas é importante para que se tenha uma adequada execução orçamentária do governo federal, uma vez que uma acurada estimação de receitas públicas não apenas permite que se tenha um horizonte de previsibilidade de arrecadação de recursos para o atendimento das demandas da população brasileira, mas também que se respeite a restrição orçamentária intertemporal do governo federal. Assim, o equilíbrio fiscal caracterizado não apenas pelo controle dos gastos públicos, mas também pelo estímulo ao esforço arrecadatório, é primordial para que se tenha um crescimento econômico sustentável, com geração de empregos e renda.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Até a data de 31/12/2021, a Secretaria de Política Econômica aguarda o recebimento dos dados de arrecadação federal do mês de

novembro, por parte da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de elaborar a Grade de Cenários Fiscais relacionada ao mês de novembro. Já em Janeiro/2022, espera-se o recebimento dos dados realizados da arrecadação federal de dezembro/2021, a fim de que se possa elaborar a Grade de Cenários e Projeções Fiscais de dezembro/2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: A Secretaria de Política Econômica tem solicitado frequentemente à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil o compartilhamento dos dados de arrecadação federal, os quais são necessários para a elaboração mensal da Grade de Projeções e Cenários Fiscais.

Notas do usuário: Por se tratar de um produto interno, as grades são produzidas em arquivo excel, as quais excedem o tamanho limite para serem anexas ao SIOP.

Resultado Intermediário: 0239 - Planejamento Fiscal de Médio e Longo Prazo

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Projeções e cenários fiscais de médio e longo prazo.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 2

Meta prevista para 2022: 2

Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em atendimento ao artigo 37 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, as projeções fiscais e cenários fiscais visam: (i) analisar a sustentabilidade das finanças públicas no médio e longo prazos; (ii) subsidiar a elaboração do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como avaliação da probabilidade de o governo federal atingir suas metas fiscais. Compõem o Relatório de Política Econômica, de frequência semestral. Aguarda-se a possibilidade de esse produto ser desenvolvido no âmbito de um Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria característica do produto, cujo foco é o planejamento fiscal de médio e longo prazo no nível federal. Trata-se de um documento em elaboração - intitulado Relatório de Política Econômica - cujo foco é destacar a estratégia fiscal de médio prazo e permitir que as políticas fiscais anuais sejam consistentes com o quadro macrofiscal de médio prazo. Esse documento integra a análise macroeconômica, prioridades e objetivos de política fiscal, assim como mudanças de política necessárias para atingir as metas fiscais de médio prazo.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Falta de pessoal tem sido uma das principais restrições à elaboração desse produto.

Providências implementadas para a superação da restrição: Levando-se em consideração o Ofício SEI nº 59.766/2021/ME, datado de 10 de março de 2021, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”) aprovou a utilização de recursos para a cooperação técnica em referência no equivalente a US\$ 300.000.00 (trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), que serão desembolsados a débito dos recursos do Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Instituições, doravante denominada “Cooperação Técnica”, para a execução das atividades descritas no Documento de Cooperação Técnica aprovado pelo Banco em 13 de agosto de 2021. Esta Cooperação Técnica tem por objetivo prestar apoio técnico ao Governo Federal do Brasil, mais especificamente ao Ministério da Economia, na análise e desenho de reformas estruturantes das finanças públicas, assim como a identificação dos impactos econômicos, fiscais e sociais de tais reformas. Espera-se que esse produto possa ser desenvolvido no âmbito da referida Cooperação Técnica com o BID.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0240 - Redução de gastos com pessoal ativo civil em relação ao ano anterior

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0,7

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Variação acumulada anual do gasto com servidores ativos (total) - Direta, Autárquica e Fundacional

Meta prevista para 2020: 94.000.000.000

Meta prevista para 2021: 0,4

Meta prevista para 2022: 0,4

Meta prevista para 2023: 0,4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1,6

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A despesa com pessoal ativo civil do Poder Executivo Federal apresentou um aumento de 1,6% no ano de 2021 em relação a 2020. Não houve redução de gasto, mas sim um aumento. Os R\$ 97,1 bilhões correspondem ao gasto com pessoal ativo civil do poder executivo, portanto, houve um aumento de R\$1,5 bilhões em relação a 2020, o que corresponde percentualmente a um aumento de 1,6%.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Os fatores que mais impactaram no aumento desses gastos foram: i) Aumento da contribuição patronal ao Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS, ocasionado pelo aumento da alíquota de contribuição do PSS descontada do servidor, em razão da Reforma Previdenciária; ii) Pagamento de valores represados de Despesas de Exercícios Anteriores possibilitado pela liberação de recursos para esse fim; iii) Contratação de temporários no Ministério da Saúde, no Instituto Nacional do Seguro Social e no Ministério da Economia; iv) Admissão de servidores na Polícia Federal e na Polícia Federal Rodoviária; e v) Pagamento do 1/3 constitucional sobre as férias de servidores que, possivelmente influenciados pelas medidas restritivas impostas pela

pandemia em 2020, optaram por não gozar suas férias em 2020, transferindo seu gozo para 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Governo Federal tem implementado diversas ações no sentido de reduzir e otimizar o gasto com pessoal, porém algumas variáveis dificultaram o alcance dessa meta. No entanto, acreditamos que tratam-se hipóteses excepcionais e a tendência é a de restabelecimento da redução dos gastos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	47.755.571.776,99	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	13.694.097.710,94	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	6.253.160.233,71	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	20.815.652.989,36	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	8.604.954.884,91	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0241 - Resultado Fiscal Estrutural.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Boletim Resultado Fiscal Estrutural

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado Fiscal Estrutural deve ser compreendido como o resultado primário livre de influências transitórias, isto é, aquele que seria observado com o Produto Interno Bruto (PIB) no nível potencial, preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo, e sem receitas e gastos não recorrentes. O indicador procura medir o esforço discricionário e recorrente do setor público para alcançar a solvência de longo prazo do país.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria natureza do produto. O Resultado Fiscal Estrutural deve ser compreendido como o resultado primário livre de influências transitórias, isto é, aquele que seria observado com o Produto Interno Bruto (PIB) no nível potencial, preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo, e sem receitas e gastos não recorrentes. O indicador procura medir o esforço discricionário e recorrente do setor público para alcançar a solvência de longo prazo do país.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0242 - Redução das despesas com custeio administrativo da Administração Pública Federal.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ 1,00

Linha de base: 910.000.000

Data de referência da linha de base: 15/04/2021

Indicador: Redução dos gastos com custeio administrativo

Meta prevista para 2020: 1.500.000.000

Meta prevista para 2021: 910.000.000

Meta prevista para 2022: 300.000.000

Meta prevista para 2023: 200.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6.119.851.034,35

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Valor apurado registra uma economia acumulada de R\$ 6,1 bilhões, o que representa um resultado superior ao previsto pela meta. Contribuiu para esse resultado o fato de alguns gastos com custeio continuarem em patamar semelhante ao patamar de 2020, especialmente, no que diz respeito a itens como gasto com: energia, vigilância ostensiva, diárias, material de consumo e serviços de limpeza e conservação. Outro fator que contribuiu foi o deflacionamento dos valores nominais dos anos anteriores, aumentando significativamente os valores médios de gasto com custeio nesses anos, dado que o valor apurado mensalmente é resultado da diferença entre o valor gasto no mês de referência e a média mensal gasta nos anos anteriores corrigidos pela inflação.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O custeio administrativo do Governo Federal compõe-se de um grande espectro de despesas, que constituem a base para a prestação de serviços públicos, e compreendem gastos correntes relativos a apoio administrativo, energia elétrica, água, telefone, pessoal de apoio, entre outros. A apuração regionalizada dessa meta fica prejudicada em face da própria natureza desse tipo de gasto público, que está

relacionado com o funcionamento do que é conhecido como "área meio dos órgãos", havendo muitas aquisições e gastos que são realizados por unidades centrais de compra e de execução orçamentária e financeira.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0244 - Melhoria no resultado orçamentário dos entes.

Informações básicas

Unidade de medida: R\$ 1,00

Linha de base: -2.175.000.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Resultado Orçamentário dos Entes

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 0

Meta prevista para 2022: 0

Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 45.020.507.756,04

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os entes subnacionais encontram-se em boa situação estrutural, com resultado orçamentário positivo de 45 bilhões em 2021. Além disso, contam com recursos em caixa, decorrente do auxílio da União em função da pandemia e de outros fatores. Não há indícios de necessidade de novos auxílios aos entes federados no curto prazo. Para manter a situação favorável é recomendável não utilizar os recursos disponíveis para criação de novos gastos de caráter continuado. Por questão de autonomia dos entes, a STN não têm ingerência na meta do resultado orçamentário dos entes.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Ceará	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Pará	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	0	0	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	5.845.963.931,38	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	8.083.049.591,78	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	4.134.611.876,47	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	21.334.472.243,32	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	5.622.410.113,09	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0245 - Redução no montante de execução suspensa em relação à carteira de haveres financeiros da União (com Estados e Municípios).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 38.795.613.871,38

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: % Montante de execução suspensa em relação à carteira de haveres financeiros da União (com Estados e Municípios)

Meta prevista para 2020: 4,11

Meta prevista para 2021: 3,84

Meta prevista para 2022: 3,57

Meta prevista para 2023: 3,3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 11,29

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado Intermediário: Os valores de pendência jurídica - PJ (dívidas com execução suspensa) são compostos, em sua maioria, por dívidas de estados que pretendem aderir ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF. No decorrer do ano de 2021 houve alterações legislativas do RRF, obrigando que o estado do RJ - responsável pelo maior valor de PJ - retomasse o processo de adesão ao regime, se apoiando ainda em decisão judicial suspendendo os pagamentos de dívidas durante esse processo. Esse é o principal fator que levou a um aumento do indicador, pois além do acréscimo de novas parcelas de dívida ao montante suspenso, passou-se a considerar na PJ valores acumulados no RRF antigo que não estavam suspensos. Há a expectativa que o RJ venha aderir ao RRF em breve, assim como MG e RS - estados de maior montante de dívida suspensa. Embora não seja possível afirmar que tais entes irão integrar o RRF, existe a expectativa da adesão no decorrer do ano de 2022. Por outro lado, tivemos a adesão de GO ao RRF, o que diminuiu o montante da PJ, além de renegociações com alguns municípios que possuíam valores de PJ, porém a soma desses valores foi insuficiente para fazer frente aos aumentos dos estados citados. Ainda, há a expectativa de outros entes devedores, como AP, MA e RN venham a aderir ao art. 23 da LC 178/21, podendo renegociar suas dívidas com execução suspensa, com o prazo máximo previsto em lei de jun/22.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: i) a distribuição da Pendência Jurídica é extremamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul. A participação das outras Regiões nesse montante é praticamente irrelevante; ii) não há a possibilidade de serem adotadas medidas regionalizadas. A legislação não permite: todos os estados recebem o mesmo tratamento. Seja qual for a medida adotada visando reduzir esse montante (por exemplo: a Lei Complementar 178/2021, o Regime de Recuperação Fiscal, etc), aplica-se a todos os entes da federação, sem distinção.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: 1) Permanência das liminares judiciais suspendendo os pagamentos das dívidas com a União e das dívidas garantidas pela União; 2) Não adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) previstas para 2022 por parte dos entes com dívida suspensa.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1) A STN continuará em 2021: i) fornecendo à AGU os subsídios necessários à defesa da União no âmbito das ações judiciais; ii) com as tratativas para adesão dos Entes ao RRF; iii) auxiliando os Entes que optarem pela adesão ao disposto no art. 23 da LC 178/2021, no caso de não poderem aderir ao RRF.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0266 - Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais.

Meta prevista para 2020: 6

Meta prevista para 2021: 7

Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Trata-se de projeção das séries desagregadas de tributos estaduais administrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária do Ministério da Economia. Referência: MENDONÇA, M. J.; GADELHA, S. R. B.; MEDRANO, L. A.; LIMA, A. F. R.; LAVAGNOLE, M. G.; POLLI, D. A. Aplicação de modelos dinâmicos bayesianos para projeção de arrecadação tributária. Texto para Discussão nº 2590, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 2019; Processo SEI 12177.100408/2019-66.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria natureza do produto. Trata-se de projeções da arrecadação de tributos estaduais, no intuito de subsidiar as autoridades do Ministério da Economia (Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica etc.) na tomada de decisões envolvendo a situação fiscal dos entes subnacionais. Referência: MENDONÇA, M. J.; GADELHA, S. R. B.; MEDRANO, L. A.; LIMA, A. F. R.; LAVAGNOLE, M. G.; POLLI, D. A. Aplicação de modelos dinâmicos bayesianos para projeção de arrecadação tributária. Texto para Discussão nº 2590, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 2019; Processo SEI 12177.100408/2019-66.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Em 2021, ocorreu o término da vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2020, celebrado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Secretaria de Política Econômica. A parceria visava a implementação de ações conjuntas que assegurassem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes à elaboração de modelos para previsão de arrecadação de tributos e de variáveis macroeconômicas, assim como a elaboração de estudos em política fiscal. Com o término da Cooperação Técnica, não foi possível produzir mais edições da Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais, além das 5 já elaboradas ao longo de 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: A equipe da Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica tem envidado esforços no sentido da continuidade da elaboração do produto ao longo de 2022, por meio do aprimoramento da metodologia econométrica.

Notas do usuário: Por se tratar de um produto interno, as grades são produzidas em arquivo excel, as quais excedem o tamanho limite para serem anexas ao SIOP.

PROGRAMA: 2216 - POLÍTICA EXTERNA

Objetivo: 1225 - Garantir a defesa dos interesses e valores do Brasil nas relações internacionais e a prestação de serviços consulares de excelência ao cidadão brasileiro.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2021, a política externa brasileira (PEB) concentrou-se em esforços para a solução de três urgências principais: combate à pandemia de COVID-19; recuperação econômica; e desenvolvimento sustentável. As três questões situaram-se, em 2021, no topo das prioridades da política externa.

Meta: 051L - Fortalecer o diálogo político bilateral e multilateral, com vistas ao aproveitamento de oportunidades econômicas, comerciais e de ciência, tecnologia e inovação, à preservação da cultura e do idioma nacionais e à assistência à comunidade brasileira no exterior.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0180 - Cursos de formação e de aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco - Programa de Ação Afirmativa

Informações básicas

Unidade de medida: Bolsas Concedidas

Linha de base: 22,5

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Bolsas concedidas no âmbito do Programa de Ação Afirmativa

Meta prevista para 2020: 28

Meta prevista para 2021: 18

Meta prevista para 2022: 36

Meta prevista para 2023: 54

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 19

Data do valor apurado: 17/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Instituto Rio Branco (IRBr) previa, em 2020, concessão de 18 bolsas ao ano entre 2021 e 2023 no âmbito do Programa de Ação Afirmativa (PAA) do Instituto. Em decorrência da não realização, em 2020, do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, o IRBr cogitou oferecer até 28 bolsas em 2021. Finalizou-se o ano com concessão de 19 bolsas no âmbito do referido Programa.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O mecanismo do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBr) carece de dispositivo com critérios sobre regionalização, tendo em conta encontrar-se aberto a quaisquer postulantes que preencham os requisitos, independentemente de procedência regional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0181 - Expansão da estrutura de atendimento ao público dos serviços consulares prestados nos postos no exterior.

Informações básicas

Unidade de medida: Atendimentos realizados

Linha de base: 1.091.315

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Atendimento ao público dos serviços consulares

Meta prevista para 2020: 1.200.447

Meta prevista para 2021: 1.530.000

Meta prevista para 2022: 1.560.000

Meta prevista para 2023: 1.590.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.500.000

Data do valor apurado: 17/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O número de pessoas atendidas pelo serviço consular brasileiro totalizou 1,5 milhão em 2021, cifra que reproduz o número registrado em 2020.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O atendimento consular a cidadãos brasileiros no exterior segue, por essência, política de portas abertas, ou seja, encontra-se acessível e disponível a todos os cidadãos que busquem serviços junto aos postos, independentemente de origem ou procedência regional de cada cidadão.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2217 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO

Objetivo: 1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo do Programa é estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas, alcançando os seguintes resultados esperados: 1) desenvolvimento da base produtiva regional nos espaços prioritários da PNDR, incluindo o fortalecimento de cadeias produtivas, a geração de emprego e renda e a ação integrada com os projetos públicos de irrigação; 2) fortalecimento do papel das cidades no desenvolvimento das regiões prioritárias; 3) construção de uma visão orientadora para o desenvolvimento urbano; 4) ampliação da articulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional e urbano, por meio de um sistema de governança e de planejamento regional e urbano; 5) produção de informação e conhecimento para o desenvolvimento de regiões e cidades; e 6) fortalecimento da capacidade técnica dos municípios com vistas a ampliar o acesso a recursos e o aperfeiçoamento de sua aplicação. Na área de desenvolvimento urbano, em relação à melhoria dos espaços, o Governo vem dialogando com os entes subnacionais, a academia e representantes da sociedade civil para construir políticas públicas que beneficiem quem vive nas cidades brasileiras. Em 2021, houve avanço na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) com a realização de oficinas participativas e conferências livres para estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS), que estruturam uma agenda nacional para o desenvolvimento urbano e irão nortear a PNDU. Ao todo, foram realizadas cinco oficinas regionais, uma oficina nacional, além das conferências livres, por meio das quais foram colhidos insumos técnicos para elaboração dos ODUS. Os resultados parciais deste processo foram apresentados na Semana Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável, no período de 6 a 10 de dezembro de 2021, transmitidos pelo canal do MDR no YouTube. O processo de construção dos ODUS continuará ao longo do próximo exercício e a previsão é que seja colocado em consulta pública e posterior publicação no segundo semestre de 2022. Além disso, foram realizadas iniciativas de divulgação e incentivo aos entes para a implantação da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, com a realização de cursos voltados aos prefeitos, em parceria com a ENAP. Ocorreram avanços significativos na elaboração do guia de cidades inteligentes para prefeitos e no site da Carta, que devem ser lançados no primeiro semestre de 2022. A versão resumida da Carta já foi entregue. Assim sendo, novos encaminhamentos devem ser dados a essas iniciativas em 2022. Neste ano também serão envidados esforços para expansão da Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (REDUS), lançada em agosto de 2021. Novas iniciativas e funções serão incorporadas à plataforma, que tem como objetivo a promoção, integração e coordenação de atores locais, estaduais e federais em prol do desenvolvimento urbano sustentável (DUS) e do intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas. No âmbito do Projeto Andus, foi desenvolvido um trabalho voltado a municípios piloto que teve foco em instrumentos de desenvolvimento urbano sustentável, e buscou receber contribuições atentas à diversidade dos biomas, das realidades sociais e de identidades culturais de nosso País. O processo foi realizado em duas etapas: em sua primeira fase (2020), contou com seis municípios piloto e, na segunda fase (2021), com mais 12 municípios e um consórcio, em que foi desenvolvido um processo de mentoria aos municípios em instrumentos para o desenvolvimento urbano sustentável. Ainda no âmbito do desenvolvimento urbano relacionado à reabilitação urbana, com o objetivo de fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis, com foco em urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade, foram concluídos 184 empreendimentos, no exercício de 2021, totalizando um valor de investimento de aproximadamente R\$59 milhões, e alcançando a marca de 403 empreendimentos finalizados no período do PPA vigente. Além dos empreendimentos concluídos, foram celebrados mais 183 contratos para execução de novos empreendimentos, os quais somam um valor de aproximadamente 330 milhões. No que se refere ao financiamento de projetos integrados de melhoria de perímetros urbanos por meio do Programa Pró-Cidades, foram selecionadas duas intervenções no município de Butiá/RS, que somam aproximadamente o valor de dois milhões de reais, em 2021, e contratadas propostas que somam aproximadamente o valor de 30 milhões de reais, decorrentes de seleções de anos anteriores. No mesmo ano, foram realizados seminários de divulgação do Programa Pró-Cidades para os entes públicos e privados em todas as regiões do país e foi disponibilizado sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) um aumento de R\$1bilhão no valor anual disponível para o programa, totalizando o valor de R\$2 bilhões disponíveis para novas contratações em 2022. O Programa Rotas da Integração Nacional promove o incentivo à

estruturação de cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Ao todo, já foram implantados 43 Polos da Estratégia até 2021, nas seguintes Rotas de Integração: do Açaí, da Biodiversidade, do Cacau, do Cordeiro, da Economia Circular, da Fruticultura, do Leite, do Mel, da Tecnologia da Informação e Comunicação. Cumpre destacar que em 2021 foi também lançada mais uma Rota de Integração, denominada Rota da Moda, no estado do Rio Grande do Norte, com perspectivas de regulamentação e de ampliação para todos os estados do nordeste brasileiro, com a implantação de novos polos nessa área. Para 2022, está previsto fortalecimento dessas cadeias por meio da seleção de projetos e ampliação dos polos da estratégia. As cidades localizadas nas fronteiras com países vizinhos também ganharam um olhar especial com o lançamento do Programa Fronteira Integrada, que visa reduzir as desigualdades socioeconômicas nas cidades localizadas em uma área de 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres brasileiras. Para 2022, está previsto finalizar a elaboração da carteira de projetos estruturantes para o desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira, seguida pelo lançamento do primeiro edital do Programa Fronteira Integrada. Além disso, há intenção de ampliar a rede com as universidades da faixa de fronteira, com o intuito de se formarem parcerias para a construção de ações na região. A elaboração do Plano de Ação para a Faixa de Fronteira é uma iniciativa necessária para: (i) levantamento de carteira de projetos de desenvolvimento regional nos três Arcos de fronteira e (ii) fortalecer o diálogo interministerial no âmbito da CDIF, Núcleos Estaduais de Fronteira e outras entidades atuantes nesta sub-região da PNDR. A elaboração do Plano de Ação sofreu atrasos em 2021, pois a licitação que permitiria a contratação de empresa especializada para tal consultoria, em parceria com a FAO, foi esvaziada. O Termo de Referência foi redesenhado e encontra-se em curso novo processo seletivo. Em 2021, restrições orçamentárias, de equipe e dificuldades com o processo licitatório para a construção do Plano de Ação para a Faixa de Fronteira geraram atrasos na definição das estratégias para o lançamento do edital. No âmbito do Programa de Fortalecimento de Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais - PFCG, foram alcançados bons resultados na capacitação para o desenvolvimento regional e urbano. Em 2021, 19.396 pessoas residentes em 2.077 municípios se inscreveram nos cursos de capacitação, valor que se pretende ampliar em 2022. Também foi estabelecido, em 2021, plano de ação para a reestruturação do Portal Capacidades, atividade fundamental para reposicionar o Programa, dando-lhe mais capilaridade e efetividade. Para 2022, há duas previsões: lançamento do referido Portal e publicação da portaria do Cadastro Técnico Multifinalitário. A reestruturação do Portal Capacidades é uma atividade fundamental para reposicionar o Programa de Fortalecimento de Capacidades Governativas, dando-o mais capilaridade e efetividade. A estrutura do portal é antiga e pouco funcional para as demandas atuais. Em 2021, foi estabelecido um plano de ação para tal atividade e objetiva-se lançá-lo no primeiro trimestre de 2022. Restrições de equipe, sobretudo com a vacância do coordenador da Coordenação de Fortalecimento de Capacidades, tornou a execução do plano mais lenta. Apesar da realização de entrevistas, a vaga ainda não foi preenchida, pois não se encontrou ainda um perfil adequado à ação. Neste momento, as unidades responsáveis pelo Portal (CFC, CGGT e CGTI) estão em processo de trabalho conjunto para análise e depuração do portal e subsequente início do processo de reformulação. Sobre o Cadastro Técnico Multifinalitário, a minuta da portaria desse cadastro técnico foi proposta e enviada para a área técnica, e neste momento encontra-se em análise. Restrições e reformulações de equipe dificultaram o processo de análise. Neste sentido, houve repactuação das etapas e dos prazos desta iniciativa. Em relação ao Programa de Planejamento Regional e Ordenamento Territorial, em 2021, foram realizadas as primeiras reuniões entre MDR e Superintendências a fim de estruturar o plano de trabalho do Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. As reuniões ocorreram quinzenalmente e suscitaram a construção da minuta de portaria para implementação do Núcleo de Inteligência Regional. Ademais, foi iniciada a elaboração do projeto de lei de estabelecimento da PNOT. Avaliamos que a elaboração do Plano de Trabalho para o CE-CPINDR será um passo subsequente para a elaboração de Plano de Trabalho. A sintonia entre MDR, superintendências e demais membros do Comitê Executivo (ME, GSI, SEGOV, Casa Civil), que é Interministerial, é condição chave para a fidedigna execução deste trabalho. A pouca responsividade de algumas destas instituições pode protelar a execução da iniciativa. Além disso, foi definido na Ata que propôs esta iniciativa que o "núcleo duro" para sua execução seja o MDR e as Superintendências, com participação pontual, quando necessária, dos demais membros. Desta forma, o Plano de Trabalho pode sofrer prejuízos técnicos em função do não envolvimento sistemático dos demais membros. De qualquer forma, o referido "núcleo" envolveu-se na elaboração da Portaria do Núcleo de Inteligência Regional, cuja minuta foi enviada para consideração de todas as unidades do Ministério. No âmbito do Plano Sub-Regional de Desenvolvimento do Xingu, será reativado o comitê gestor. Sobre este plano, aguarda-se a publicação da portaria que institui a comissão eleitoral para eleição de sete membros da sociedade civil para o referido comitê. Após esta publicação, o Edital, que já está pronto, será lançado. Após a finalização deste processo seletivo, estes membros, bem como os demais, serão nomeados. Quanto à temática irrigação, destaca-se o avanço na implantação de Polos de Agricultura Irrigada, que reúnem produtores locais com o objetivo de alavancar a atuação por meio de parcerias. Nesse sentido, em 2021, destaca-se a implantação do Polo de Irrigação do Noroeste de Minas - MG. Com isso, chegou-se a um total de 7 polos implantados até 2021, número que será ampliado em 2022. Ainda no que tange à política de irrigação, em 2022, pretende-se avançar na emancipação de projetos públicos de irrigação (PPIs), na implantação de sistemas de reuso de águas residuárias para irrigação e na estruturação de Unidades de Referência em Ensino para a Agricultura Irrigada. Além disso, será elaborado um programa de assistência técnica para agricultores familiares em PPIs e iniciado o processo de elaboração do

Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades, a ser finalizado em 2023. No que diz respeito à aferição da Meta, desde 2020 foram concluídos 1.159 empreendimentos, sendo 719 em 2021.

Meta: 050G - Concluir 1.828 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento regional e urbano.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 400
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Meta prevista para 2020: 3,6
Meta prevista para 2021: 829
Meta prevista para 2022: 1.250
Meta prevista para 2023: 1.828

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.159
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	383	568	774	107	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	92	132	246	378	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	0	157	235	351	206	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	128	232	294	243	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	0	69	83	163	225	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8744 - Quantidade de empreendimentos concluídos no âmbito do desenvolvimento regional e urbano

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 400
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.159
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0086 - Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 30
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional Implantados.
Meta prevista para 2020: 32
Meta prevista para 2021: 35
Meta prevista para 2022: 37
Meta prevista para 2023: 40

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 43
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Refere-se ao somatório dos Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional implantados. Consideram-se implantados os polos cujo comitê gestor foi instalado, a oficina de planejamento estratégico realizada e possuem carteira de projetos em execução. Até 2019, 30 polos foram implantados, sendo prevista a meta de implantação de cinco novos polos até 2021. Até 2021 foram implantados ao todo 43 polos das Rotas de Integração Nacional (7 em 2020 e 6 em 2021) e outros 6 se encontravam em fase de implementação. Cumpre destacar que em 2021 foi

lançada a 11ª Rota de Integração, denominada Rota da Moda, no estado do Rio Grande do Norte, com perspectivas de regulamentação e de ampliação para todos os estados do nordeste brasileiro, com a implantação de novos polos nessa área.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Conforme retificação de informações da SMDRU (vide anexo) os seguintes resultados foram verificados para os anos: 2019: 30 polos implantados (Norte: 2, Nordeste: 18, Centro-Oeste: 2, Sudeste: 2, Sul: 6) 2020: 37 polos implantados (Norte: 3, Nordeste: 23, Centro-Oeste: 3, Sudeste: 2, Sul: 6) 2021: 43 polos implantados (Norte: 5, Nordeste: 25, Centro-Oeste: 5, Sudeste: 2, Sul: 6)

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	25	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	6	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0087 - Polos de Agricultura Irrigada.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 4

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quantidade de Polos de Agricultura Irrigada Implantados.

Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 10

Meta prevista para 2022: 12

Meta prevista para 2023: 14

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Refere-se ao somatório dos Polos de Agricultura Irrigada implantados. Consideram-se implantados os polos que têm o comitê gestor instalado, a oficina de planejamento estratégico realizada e que estejam instituídos por meio de portaria ministerial que os delimitam. A meta é cumulativa e tem a linha de base definida com 4 polos implantados, sendo prevista a implantação de seis novos polos entre 2020 e 2021. Até 2020, haviam seis polos implantados e, em 2021, foi implantado em Minas Gerais um novo polo de irrigação. Dessa forma, atualmente estão implantados os seguintes polos: 1 - Polo de Irrigação da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria – RS 2 - Polo de Irrigação do Noroeste do Rio Grande do Sul - RS 3 - Polo de Irrigação do Oeste da Bahia – BA 4 - Polo de Irrigação do Vale do Araguaia - GO 5 - Polo de Irrigação do Planalto Central - GO 6 - Polo de Irrigação do Sul do Mato Grosso - MT 7 - Polo de Irrigação do Noroeste de Minas - MG

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Ano após ano, há cortes orçamentários que impedem assumir novos compromissos junto aos polos de irrigação, para executar demandas da carteira de projeto. A carteira dos polos conta com demandas de infraestruturas que exigem, em alguns casos, quantia expressiva de orçamento para a execução delas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Indicações de necessidades orçamentárias.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos 12 meses, foram perdidos três analistas com experiência em irrigação.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi solicitada recomposição de equipe.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3	4	4	4	3	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	2	2	3	5	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	2	3	3	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	2	2	2	2	2	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0088 - Estruturas urbanas implantadas nos territórios, cidades e regiões.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 125

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quantidade dos Empreendimentos de Desenvolvimento Urbano concluídos.

Meta prevista para 2020: 135

Meta prevista para 2021: 135

Meta prevista para 2022: 135

Meta prevista para 2023: 199

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 403

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No exercício de 2020, foram concluídos 219 empreendimentos de desenvolvimento urbano e no exercício de 2021 foram concluídos 184 empreendimentos. Desta forma, considerando os dados acumulativos referente aos exercícios de 2020 e 2021, somam-se 403 empreendimentos na área de desenvolvimento urbano entregues. Cabe registrar que as metas atingidas foram acima das metas previstas pois a previsão inicial estava considerando somente entregas com orçamentos do mesmo exercício. Assim, a metodologia utilizada foi a seleção das entregas realizadas nos exercícios de 2020 e 2021, independente do exercício que foram contratados.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: No exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano revisou a base de dados de 2020. Atualizando o valor apurado de 125 para 206 empreendimentos de desenvolvimento urbano concluídos até 2020.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	19	19	19	29	61	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	38	38	38	58	103	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	3	3	3	6	13	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	56	56	56	73	179	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	19	19	19	33	47	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0301 - Sistemas implantados de reúso das águas residuárias para irrigação.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade.

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Quantidade de sistemas implantados de reúso das águas residuárias para irrigação.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 3

Meta prevista para 2022: 4

Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Trata-se da implantação de sistemas e desenvolvimento de ações para melhoria da gestão dos recursos hídricos e energia renovável, com foco no desenvolvimento da região Nordeste. Para 2021, a meta não foi atingida. Porém, os sistemas de Ganambi-BA, Nossa Senhora das Dores-SE e Parnamirim-PE encontram-se na fase final de implantação com previsão de ateste da conclusão para 2022.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	3	4	5	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0302 - Capacitação continuada para o fortalecimento do desenvolvimento regional e urbano.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade.

Linha de base: 7.520

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Quantidade de pessoas capacitadas.

Meta prevista para 2020: 7.520

Meta prevista para 2021: 15.040

Meta prevista para 2022: 22.560

Meta prevista para 2023: 30.080

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 19.396

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: É importante ressaltar que o resultado intermediário descrito acima, diz respeito à totalidade de pessoas inscritas em 32 cursos de capacitação oferecidos no ano de 2021. O perfil profissional dos participantes é diverso, abrangendo tanto servidores públicos, quanto estudantes e outros profissionais da sociedade civil. Cabe ainda ressaltar que a meta para o ano de 2021 foi cumprida, mesmo em um contexto de excepcionalidade do regime de trabalho no Brasil em função da pandemia. Este resultado intermediário revela o alcance que o Portal Capacidades obteve no ano em questão. Contudo, em relação à quantidade de pessoas certificadas, alcançamos a marca de 6.257 pessoas, revelando uma taxa de conclusão de curso de 32%. A conclusão e certificação dos cursos está amplamente relacionada com o engajamento do cidadão no atendimento dos cursos. Além disso, não foi possível a regionalização de 1.687 inscritos devido à incompletude do preenchimento dos dados por parte dos inscritos cadastrados (não informaram o seu estado de origem).

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Conta-se apenas com três pessoas para ser feita a gestão do Portal Capacidades (que envolve, dentre outros processos, o atendimento ao público externo, o cadastro e monitoramento dos cursos no Sistema, e o controle de cadastro), que se encontram frequentemente sobrecarregados com as demandas. Isto também implica em questões de capacitação, visto que parte das atividades necessárias para a execução da meta (por exemplo: monitoramento de indicadores, gestão e revisão de cursos EAD) seriam melhor realizadas com a adequada capacitação das equipes e com a absorção de profissionais com conhecimento mais especializado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitado a recomposição de colaboradores.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: A restrição organizacional também é um gargalo, visto que (i) o portal encontra-se bastante defasado e apresenta, constantemente, problemas técnicos; e (ii) ações frequentes de comunicação e de monitoramento do Sistema do Portal são atribuições que estão em outras unidades do MDR (CGTI e AESCOM). Isto torna a cadeia de comunicação e de processos mais longa e complexa, o que pode trazer atrasos ou inconsistências nas demandas requeridas.

Providências implementadas para a superação da restrição: A área finalística está identificando meios para superar este gargalo.

Notas do usuário: No exercício de 2021 somente foi possível a regionalização de 17.709 pessoas capacitadas, e 1.687 pessoas não informaram sua origem, não permitindo sua regionalização. O valor global do exercício foi de 19.396 pessoas capacitadas.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	755	1.510	2.265	3.020	1.619	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	1.782	3.564	5.346	7.128	4.242	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	512	1.024	1.536	2.048	1.711	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3.832	7.664	11.496	15.328	6.779	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	639	1.278	1.917	2.556	3.358	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2218 - GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Objetivo: 1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Para se atingir o objetivo de investir na compreensão e redução do risco e ampliar a preparação e redução dos efeitos dos desastres, o Governo Federal desenvolve iniciativas de fortalecimento e aprimoramento da Gestão de Riscos e Desastres no Brasil. A meta é ampliar de 2,68 para 3,31 a capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres até 2023. Em 2021, o Indicador de Capacidade Municipal (ICM) foi impactado positivamente pela publicação da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE que trouxe em 2021 os dados relacionados à gestão de riscos (publicada a cada quatro anos). A atualização do ICM ao final de 2021 traz 510 municípios superando a meta de 3,13. Os itens que mais impactaram foram o aumento do número de planos de contingência, a capacitação e adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Em âmbito nacional foi alcançado um nível médio de capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres de 3,45, superando a meta prevista para o período de 3,13. Tal resultado foi influenciado positivamente pelos avanços ocorridos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste e negativamente pelas regiões Centro-Oeste e Norte. Entretanto, quando comparados os resultados dessas duas regiões em relação aos valores de 2020, conclui-se que em 2021 tivemos significativos avanços em todas as regiões do País. A seguir destacam-se as principais realizações em 2021: - Capacitação de 1.900 entes no âmbito do Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil. O resultado se deveu especialmente à oferta de um portfólio de cursos, a nível nacional, via plataforma EaD (EV.G da Enap); - Conclusão de 30 novos empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas em 2021, resultando num total de 68 empreendimentos concluídos desde 2020. - Lançamento de ambiente virtual para compartilhamento do Banco de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil. Nesse ambiente são apresentadas experiências de sucesso para a replicação e adaptação a outras realidades; - Avanço no desenvolvimento, no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2iD 4.0, do Cadastro de Usuários e de Municípios Críticos, a execução das primeiras etapas dos módulos de Reconhecimento Federal, de Monitoramento e de Resposta. O projeto como um todo tem previsão para término em 2023; e - Institucionalização do Grupo de Apoio a Desastres – GADE, por meio do Decreto nº 10.689/2021, que disciplinou as regras e forma de atuação desse grupo, que resultará no fortalecimento da articulação e da atuação coordenada entre governo federal e entes subnacionais na gestão

de desastres. A Sedec instituiu ainda o Manual Operacional da Atuação em Campo, que reúne o conjunto de atividades, procedimentos, instruções e orientações que devem ser observadas no acionamento e atuação do GADE.

Meta: 050L - Ampliar de 2,68 para 3,31 a capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: nota
Linha de base: 2,68
Data de referência da linha de base: 31/05/2019
Meta prevista para 2020: 2,95
Meta prevista para 2021: 3,13
Meta prevista para 2022: 3,22
Meta prevista para 2023: 3,31

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 3,45
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2	2,43	2,64	2,86	1,84	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	2,49	2,6	2,66	2,71	2,88	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	2,87	3,32	3,54	3,76	2,96	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3,07	3,19	3,25	3,31	3,92	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	3,86	4,03	4,11	4,19	4,47	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8737 - Capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres

Informações básicas

Unidade de medida: nota
Valor de referência: 2,68
Data de Apuração: 31/05/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 3,45
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0093 - Empreendimentos de Manejo de Águas Pluviais.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas concluídos.
Meta prevista para 2020: 10
Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 40
Meta prevista para 2023: 55

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 68
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado refere-se ao somatório dos empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas concluídos. Consideram-se empreendimentos de manejo de águas pluviais aqueles resultantes da implantação, ampliação e melhorias dos sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais em municípios críticos para eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos, com a construção de infraestruturas de contenção, amortecimento, urbanização, recuperação ambiental e macro e microdrenagem. No exercício de 2021, foram

concluídos 30 empreendimentos, totalizando 68 empreendimentos concluídos no período do PPA vigente.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A Secretaria Nacional de Saneamento, em 2021, revisou a base de dados de 2020 e apurou o valor de 38 empreendimentos de drenagem e manejo de águas fluviais concluídos em 2020.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	7	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	16	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	28	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	12	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0095 - Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 166

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quantidade de entes capacitados em Defesa Civil.

Meta prevista para 2020: 430

Meta prevista para 2021: 690

Meta prevista para 2022: 980

Meta prevista para 2023: 1.300

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.900

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A seguir destacam-se as principais realizações em 2021: - Capacitação de 1.900 entes no âmbito do Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil. O resultado se deveu especialmente à oferta de um portfólio de cursos, a nível nacional, via plataforma EaD (EV.G da Enap).

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	30	64	89	110	129	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	120	140	199	230	477	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	49	68	100	120	166	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	140	253	358	450	750	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	91	165	234	390	378	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2219 - MOBILIDADE URBANA

Objetivo: 1196 - Aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Aumentar a qualidade dos deslocamentos de pessoas e cargas nas áreas urbanas, diminuir o tempo gasto no percurso residência-trabalho ou deste para aquela e reduzir congestionamentos, emissão de poluentes e acidentes no trânsito são desafios enfrentados pelo poder público. No âmbito federal, são executadas políticas públicas integradas com o objetivo de aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões, mediante acesso universal ao espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável, à luz das definições da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). Para cumprimento desse objetivo, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Ministério do Desenvolvimento Regional, desenvolve ações de ampliação da oferta de infraestrutura e serviços por meio do apoio a projetos e obras de implantação e/ou requalificação dos sistemas locais e regionais de mobilidade urbana. Além disso, atua para aprimorar o planejamento e a gestão da

mobilidade urbana a partir de ações de fomento, produção de informação, capacitação, pesquisa e desenvolvimento. As ações de mobilidade urbana priorizam o incentivo aos meios de transporte coletivo e transporte não motorizados, além da promoção de boas práticas de planejamento e gestão da mobilidade pelos entes federados. No âmbito do Programa Pró-Transportes, com recursos do FGTS, foram concluídos 11 empreendimentos de transporte coletivo e 71 de transporte não-motorizado, totalizando 82 empreendimentos em 2021. Já com recursos orçamentários da União, foram concluídos 128 empreendimentos de transporte coletivo e 2.549 de não-motorizado, totalizando 2.677 empreendimentos em 2021. Dessa forma, foram concluídos, ao todo, 2.759 empreendimentos de mobilidade urbana em 2021, o que, juntamente com os empreendimentos de 2020, alcançou o valor total de 6.269, superando a meta prevista para o período. Para 2022, está prevista a conclusão de mais 576 empreendimentos. Cumpre ressaltar que um dos principais desafios para aferição dos empreendimentos concluídos consistia na ausência de uma base referencial unificada que contemplasse as particularidades de cada instrumento no âmbito do MDR. No que tange especificamente a área de Mobilidade Urbana essa dificuldade refletia diretamente na aferição, uma vez que dificultava a análise de parte considerável da carteira de empreendimentos. Em 2021, a Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital adotou um conjunto de datas referenciais que permitiu a padronização na análise dos dados da carteira de empreendimentos do Ministério. Com isso o conceito de “obra concluída” foi alterado para se adequar aos padrões referenciais. Tal avanço possibilitou a ampliação do universo a ser aferido, aprimorando a aferição da carteira de empreendimentos, o que refletiu diretamente no considerável aumento dos valores apurados em 2021 e deu origem à revisão dos valores de 2020. Ademais, uma vez que as metas são calculadas considerando os dados históricos até 2019, essa alteração de conceito também repercutiu na previsão das metas. Desta forma, tornou-se premente a necessidade de atualização das metas para os indicadores relativos aos empreendimentos de mobilidade urbana concluídos, visto que tais valores restam defasados em face ao universo aferido. No que se refere à indução de boas práticas de planejamento e gestão da mobilidade urbana, dois importantes avanços foram realizados ao final de 2021: a) o lançamento do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana - SIMU, que apoiará o monitoramento da política de mobilidade urbana, reunindo em um único ambiente de armazenamento os principais dados e informações da área de mobilidade urbana para formulação de políticas públicas e para uso da sociedade; e b) a criação do Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana, colegiado de entidades do setor instituído pelo Decreto n. 10.803, de 17 de setembro de 2021, com o objetivo de assessorar o Governo Federal em temas relativos à mobilidade urbana, sobretudo em relação aos serviços de transporte público coletivo. Outro fator importante para uma mobilidade urbana de qualidade nas cidades é a adoção de Planos de Mobilidade Urbana pelos municípios. Nesse sentido, verificou-se evolução de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios pela Lei n. 12.587, de 2012, se comparado a 2020, evoluiu de 15% para 16,7%. Para 2022 há perspectiva de ampliação para 22%. Cumpre ainda destacar os esforços para atração de investimentos e fortalecimentos de parcerias com o setor privado no setor de mobilidade urbana. Nesse sentido, em 2021, foram realizadas iniciativas de habilitação de projetos de emissão de debêntures incentivadas. Sendo enquadrados como projetos prioritários os empreendimentos da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo e o BRT de Sorocaba. Também foram realizadas iniciativas de apoio a projetos de infraestrutura em mobilidade urbana, por meio do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. Destaque-se, ademais, a apresentação de um projeto de enquadramento no REIDI pela Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo, que tem por objeto a concessão do transporte metroviário de passageiros das Linhas 08 - Diamante e 09 - Esmeralda, do sistema público de transporte metropolitano sobre trilhos de passageiros de São Paulo. Em 2022, está prevista a intensificação de ações voltadas ao fortalecimento dessas iniciativas. Por fim, cabe destacar que uma das mais importantes entregas para o setor de mobilidade urbana está prevista para 2022: a elaboração de proposta de Novo Marco Legal para o Transporte Público Coletivo Urbano, iniciativa que possui o objetivo de estruturar políticas públicas de fomento e melhorar o ambiente regulatório do setor, de forma a viabilizar maior atratividade para realização de investimentos no setor, em benefício da sociedade. Ao final de 2021, a 1ª versão da minuta do Marco Legal foi elaborada para discussão.

Meta: 050H - Concluir 583 empreendimentos de mobilidade urbana.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 152

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Meta prevista para 2020: 29,4

Meta prevista para 2021: 295
 Meta prevista para 2022: 438
 Meta prevista para 2023: 583

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 6.269
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Com isso, no exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional do MDR, a SMDRU retificou também a base de dados de 2020 e apurou a conclusão de 3.510 empreendimentos de mobilidade urbana em 2020, no âmbito da Meta 050H. No exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional do MDR, a SMDRU retificou também a base de dados de 2020 e apurou a conclusão de 3.510 empreendimentos de mobilidade urbana em 2020, no âmbito da Meta 050H. O ajuste se deve à inclusão dos empreendimentos de qualificação viária não contabilizados inicialmente no momento do monitoramento. Cumpre esclarecer que em 2021, a metodologia de apuração foi alterada pela SMDRU quanto ao que se considera como empreendimento concluído. Assim, na Meta 050H - Concluir 583 empreendimentos de mobilidade urbana, houve alteração no valor apurado até 31/12/2021 para 6.269 (valor cumulativo 2020+2021) e as regionalizações para a seguinte forma: Norte (218); Nordeste (1.710); Centro-Oeste (555); Sudeste (2.253) e Sul (1.533). Cabe citar que durante a Revisão do PPA 2020-2023 – Ano Base 2022 -os valores da Meta 050H, para os anos de 2022 e 2023, serão revistos.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	14	28	46	64	555	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	19	37	55	73	1.710	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	10	21	30	39	218	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	39	76	105	135	2.253	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	70	133	202	272	1.533	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8736 - Quantidade de empreendimentos de mobilidade urbana concluídos

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 152
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 6.269
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: No exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional do MDR, a SMDRU retificou também a base de dados de 2020 e apurou a conclusão de 3.510 empreendimentos de mobilidade urbana em 2020, no âmbito da Meta 050H. O ajuste se deve à inclusão dos empreendimentos de qualificação viária não contabilizados inicialmente no momento do monitoramento. Cumpre esclarecer que em 2021, a metodologia de apuração foi alterada pela SMDRU quanto ao que se considera como empreendimento concluído. Assim, na Meta 050H - Concluir 583 empreendimentos de mobilidade urbana, deverá ser promovida alteração no valor apurado até 31/12/2021 para 6.269 (valor cumulativo 2020+2021) e as regionalizações para a seguinte forma: Norte (218); Nordeste (1.710); Centro-Oeste (555); Sudeste (2.253) e Sul (1.533). Cabe citar que durante a Revisão do PPA 2020-2023 – Ano Base 2022 - os valores da Meta 050H, para os anos de 2022 e 2023, serão revistos.

Resultado Intermediário: 0089 - Empreendimentos de transporte coletivo urbano.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de empreendimentos de transporte coletivo urbano concluídos.
Meta prevista para 2020: 42
Meta prevista para 2021: 52
Meta prevista para 2022: 84
Meta prevista para 2023: 114

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 255
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, no âmbito do Programa Pró-Transportes, com recursos do FGTS, foram concluídos 11 empreendimentos de transporte coletivo. Já com recursos orçamentários da União, foram concluídos 128 empreendimentos de transporte coletivo. Com isso, somam-se 139 empreendimentos de transporte coletivo concluídos em 2021. Cabe destacar que no exercício de 2021, quando da revisão do

Planejamento Estratégico Institucional do MDR, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano revisou a base de dados de 2020. Dessa forma, o valor apurado em 2020 foi atualizado para 116 empreendimentos de transporte coletivo concluídos. Sendo assim, temos o valor apurado acumulado de 255 empreendimentos de transporte coletivo concluídos até 2021.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A permanência das restrições orçamentárias impacta diretamente no andamento dos empreendimentos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Feitas solicitações para recomposição orçamentária.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A redução da força de trabalho é um fator que afeta diretamente o bom andamento das atividades.

Providências implementadas para a superação da restrição: São abertos constantes processos seletivos com intuito de recompor a equipe, porém não há interessados no momento.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O prolongamento da pandemia de COVID-19 ainda impacta diretamente no andamento dos empreendimentos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Planejamento interno.

Notas do usuário: No exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano revisou a base de dados de 2020. Com isso, o valor apurado em 2020 foi atualizado de 41 para 116 empreendimentos de transporte coletivo concluídos. Sendo 4 no âmbito do Programa Pró-Transporte (1 Nordeste e 3 Sudeste) e mais 112 no Programa de Mobilidade Urbana (3 Norte, 9 Nordeste, 10 Centro-Oeste, 42 Sudeste e 48 Sul).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	2	5	7	22	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	15	24	33	32	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	0	4	7	9	7	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	19	29	40	95	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	0	12	19	25	99	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0090 - Empreendimentos de transporte não-motorizado.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quantidade de empreendimentos de transporte não-motorizado concluídos.

Meta prevista para 2020: 182

Meta prevista para 2021: 243

Meta prevista para 2022: 354

Meta prevista para 2023: 469

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6.014

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, no âmbito do Programa Pró-Transportes, com recursos do FGTS, foram concluídos 71 empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária. Com recursos orçamentários da União, foram concluídos 2.549. Com isso, somam-se 2.620 empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária concluídos em 2021. Cabe destacar que no exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional do MDR, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano revisou a base de dados de 2020. Dessa forma, o valor apurado em 2020 foi atualizado para 3.394 empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária concluídos. Sendo assim, temos o valor apurado acumulado de 6.014 empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária concluídos até 2021.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A permanência das restrições orçamentárias impacta diretamente no andamento dos empreendimentos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Feitas solicitações para recomposição orçamentária.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A redução da força de trabalho é um fator que afeta diretamente o bom andamento das atividades.

Providências implementadas para a superação da restrição: São abertos constantes processos seletivos com intuito de recompor a equipe, porém não há interessados no momento.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O prolongamento da pandemia de COVID-19 ainda impacta diretamente no andamento dos empreendimentos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Planejamento interno.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	26	41	57	533	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	22	31	40	1.678	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	0	17	23	30	211	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	57	76	95	2.158	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	0	121	183	247	1.434	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0306 - Planos Municipais de Mobilidade Urbana.

Informações básicas

Unidade de medida: Porcentagem (%)
Linha de base: 15
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 18
Meta prevista para 2022: 22
Meta prevista para 2023: 25

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16,7
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em abril de 2022, vence o prazo para os municípios com mais de 250 mil habitantes elaborarem e aprovarem os Planos de Mobilidade Urbana (§ 4º, art. 24, Lei 12.587/2012). Até o momento, somente 53% destes municípios concluíram a elaboração do plano. Espera-se que esse número aumente consideravelmente ao longo de 2022. A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), divulgou que ao menos 12 municípios com mais de 250 mil habitantes estão com plano em elaboração. Além disso, o MDR disponibiliza apoio aos municípios com até 100 mil habitantes, através da plataforma <https://planmob.mdr.gov.br/>
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O recorte territorial legal para os Planos de Mobilidade é definido por porte de município,

conforme art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012. A atuação do MDR obedece a tais critérios, com ações discriminadas por porte (abaixo e acima de 250 mil). Nesse sentido, entende-se que a regionalização dos resultados por macrorregião não tem aderência à realidade de implementação da ação do MDR em relação aos planos de mobilidade (assistência técnica, capacitação, sistema eletrônico de apoio à elaboração apoio financeiro, com recursos do FGTS e do OGU – emendas parlamentares).

Restrições: Falhas de Articulação institucional

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: O cumprimento da meta depende da elaboração dos planos por parte das prefeituras municipais. Mesmo com apoio técnico e disponibilização de plataforma para municípios com até 100 mil habitantes, pode haver falta de informação e assimilação da obrigatoriedade da lei. Nesse sentido, o arranjo federativo e os canais de comunicações existentes podem não ser suficientes para que as prefeituras sejam sensibilizadas e viabilizem a elaboração dos planos municipais de mobilidade urbana. Em outras palavras, há restrições na articulação institucional que podem afetar o resultado do indicador.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2021, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, por intermédio do Departamento de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbana, criou o Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana, com órgãos relevantes nacionalmente para o setor. Além disso, vem sendo fortalecida a articulação com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para reforçar a sensibilização junto às prefeituras.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2220 - MORADIA DIGNA

Objetivo: 1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O programa tem como objetivo promover o acesso e a melhoria das condições de moradia de famílias de baixa renda, tendo como meta beneficiar 1.380.000 famílias até 2023. A meta, considera a produção habitacional, as obras de urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária e as obras de melhoria habitacional. A fim de medir o seu avanço, utiliza-se como indicador a quantidade de famílias beneficiadas com a ampliação do acesso à moradia digna e com a melhoria das condições habitacionais. Considerando que esta é uma meta cumulativa e tendo, ao final de 2020, alcançado a marca de um pouco mais de 467 mil famílias beneficiadas, o desafio posto para o ano de 2021 era atingir a marca de 690 mil famílias beneficiadas. A referida meta foi superada, tendo sido atingida a marca de 909.535 famílias beneficiadas com entrega de unidades habitacionais ou melhoria das condições de moradia até o final de 2021. Somente no exercício de 2021, foram beneficiadas 442.446 famílias, sendo 398.510 mil famílias beneficiadas com unidades habitacionais, seja por financiamentos com recursos do FGTS ou por entrega de unidades subsidiadas com recursos federais, e 43.936 mil famílias beneficiadas com obras de urbanização. A maioria das famílias beneficiadas se encontravam na região Sudeste e Nordeste, responsáveis por 46% (416.308) famílias e 23% (206.535) famílias do total, respectivamente. As demais regiões tiveram uma participação menor, com a região Sul representando 16% (148.197) famílias, a região Centro-Oeste 11% (100.191 famílias) e a região Norte 4% (38.304 famílias). Mesmo em um contexto de restrição fiscal, foi possível atingir tal desempenho dada as operações de financiamento com recursos do FGTS, que mantiveram um patamar próximo ao do ano anterior, alcançando 354.056 unidades habitacionais. Para o exercício de 2022, a previsão é de que sejam contratadas cerca de 490 mil operações. Visando manter os patamares de oferta de moradia, foram implementadas uma série de medidas visando

facilitar o acesso das famílias de menor renda ao financiamento habitacional e a manter a atratividade para o mercado da construção civil. Tais medidas serão detalhadas mais abaixo. Também vale destacar os esforços empreendidos para garantir a continuidade das obras em andamento, bem como a retomada de obras paralisadas, em que pese o corte de recursos previstos para as ações orçamentárias destinadas à provisão habitacional quando da sanção da LOA 2021 (Lei nº 14.144, de 2021). Tais esforços refletem na progressão das entregas de unidades habitacionais subsidiadas e, conseqüentemente, das famílias beneficiadas, o que pode ser verificado já no exercício de 2021, quando das 32.167 unidades habitacionais do PMCMV Faixa 1 entregues, 3.333 unidades (cerca de 10%), foram provenientes de empreendimentos cujas obras estavam paralisadas e foram retomadas e concluídas. Também houve um esforço de retomada das obras inconclusas da modalidade Oferta Pública para municípios com até 50 mil habitantes. A Lei nº 14.118, de 2021 concedeu novo prazo para retomada, conclusão e entrega das obras inconclusas, permitindo que, já no exercício de 2021, 4.326 unidades fossem entregues aos seus beneficiários finais. Quanto à provisão habitacional por agentes públicos, em 2021 foram retomadas 9 operações plurianuais contratadas em exercícios anteriores, e outras 13 foram concluídas, tendo sido entregues 7.069 unidades habitacionais. Em 2022, há perspectiva de abertura da recepção de propostas na modalidade produção de conjuntos habitacionais do Programa Pró-Moradia, operado com recursos do FGTS. Quanto à urbanização de assentamentos precários, em 2021 foram retomadas 58 operações plurianuais contratadas em exercícios anteriores, e outras 26 foram concluídas. Também foram contratadas 2 operações de crédito, no âmbito do Programa Pró-Moradia, e selecionadas 12 novas propostas na modalidade urbanização de assentamentos precários. Ao mesmo tempo, foram verificados entraves como paralisações e atrasos na execução pelos tomadores dos recursos devido, entre outros motivos, à pandemia de COVID-19. Importante marco de 2020, a instituição do Programa Casa Verde Amarela (PCVA) pela Medida Provisória nº 996 de 25 de agosto de 2020, convertida na Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.600, de 14 de janeiro de 2021, buscou trazer uma série de aperfeiçoamentos aos modelos e programas até então vigentes e que tiveram importantes impactos em 2021. Para manter a oferta de moradia, o PCVA implementou medidas visando facilitar o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento habitacional com recursos FGTS e manter a atratividade para o mercado da construção civil, de forma a garantir a continuidade das contratações. Dentre elas, destacamos: a ampliação do teto do valor dos imóveis para enquadramento na habitação popular, a redução das taxas de juros dos financiamentos, alçadas às menores taxas de juros da história, e a ampliação dos subsídios concedidos às famílias de menor renda, notadamente aquelas com renda mensal bruta de até R\$ 2 mil. Além disso, também foi aprovada a expansão dos orçamentos oneroso e não oneroso do FGTS para os programas de habitação popular a partir de 2022, e criada a iniciativa “Parcerias”, por meio da qual os Entes Públicos Locais poderão, na forma de contrapartida, custear a entrada do financiamento em nome da família. O PCVA teve um caráter inovador ao criar o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, que visa superar as inadequações habitacionais mais graves e assegurar segurança jurídica na posse, por meio da concessão de financiamento, em condições altamente subsidiadas, para a execução de obras e serviços de regularização fundiária de núcleos urbanos informais e melhoria habitacional. Em 2021, além dos esforços de concepção e regulamentação do novo programa, foram realizadas uma série de tratativas para a disponibilização de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para financiar o Programa. Vencidas todas essas etapas, foi lançado o primeiro edital para seleção e contratação de propostas, a Portaria MDR nº 3.261, de 20 de dezembro de 2021. O PCVA inovou, ainda, ao prever a locação social como linha de atendimento habitacional, medida importante uma vez que o maior componente do déficit habitacional é o ônus excessivo com o aluguel. Nesse sentido, no ano de 2021 foram articulados estudos para a implantação de projetos-piloto de iniciativas de locação social por estados e municípios. Com isso, em 2021, o MDR, a Prefeitura de Recife/PE, o Ministério da Economia e a Caixa Econômica Federal assinaram termo de contratação de estudo, com recursos do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parceria Público-privada – FEP, para estruturação da primeira PPP habitacional voltada à locação social com apoio federal. Em 2022, com base nesses estudos será avaliada a viabilidade de estruturação de ações para apoio a outras iniciativas locais de aluguel social por meio de parceiros público privados e entes públicos locais. No que se refere à modernização do setor da construção civil, por meio do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-h), um marco de 2021 foi o lançamento do novo Portal do PBQP-h e a premiação de projetos habitacionais vencedores do Concurso de Arquitetura “Habitação de Interesse Sustentável”, realizado em parceria com a cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ). O novo Portal (<https://pbqp-h.mdr.gov.br/>) apresenta maior interatividade, facilita a navegação e a busca por informações. A nova identidade visual e a estratégia de comunicação como um todo buscam comunicar melhor os valores do Programa, se alinhando com sua evolução em direção a um olhar não só para a qualidade, produtividade e segurança, como também para a sustentabilidade do setor da construção civil. Acredita-se que a estratégia de comunicação possa resultar em uma maior interação dos agentes e dos consumidores com os sistemas e iniciativas do Programa. Por fim, o ano de 2021 representou a retomada do planejamento de médio e longo prazo da política habitacional, com o início do processo de revisão do Plano Nacional de Habitação – PlanHab 2040. Foram firmados dois Termos de Execução Descentralizada para realização de estudos técnicos, projeção de cenários e metas, construção de diagnóstico, avaliação ex-ante e ex-post, que irão subsidiar a revisão do Plano. A construção do diagnóstico, primeira etapa da revisão, está sendo realizada de forma colaborativa, por meio de um conjunto de Webinários, Nacional e Regionais, que ocorreram ainda em 2021, e encontram-se disponíveis no

canal do MDR no YouTube. Ao longo do ano de 2022, serão formulados e debatidos estudos técnicos e proposições para a implementação e monitoramento de estratégias e ações para o enfrentamento da questão da moradia nas diferentes regiões do país, com a contribuição da sociedade civil, dos setores públicos estaduais e municipais e de agentes do setor privado.

Meta: 050K - Beneficiar 1.380.000 famílias com a ampliação do acesso a moradia e a melhoria das condições de habitabilidade.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Família beneficiada
Linha de base: 345.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Meta prevista para 2020: 345.000
Meta prevista para 2021: 690.000
Meta prevista para 2022: 1.035.000
Meta prevista para 2023: 1.380.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 909.535
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor 2020 revisado: 467.089 famílias beneficiadas (Centro-Oeste: 56.439, Nordeste: 93.929, Norte: 23.564, Sudeste: 211.872, Sul: 81.285).

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	100.191	31/12/2021	Não informado	Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e

								Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor 2020 revisado: 56.439 famílias beneficiadas e Valor 2021: 43.752.
Região Nordeste	-	-	-	-	206.535	31/12/2021	Não informado	Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor 2020 revisado: 93.929 famílias beneficiadas e Valor 112.606.
Região Norte	-	-	-	-	38.304	31/12/2021	Não informado	Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor 2020 revisado: 23.564 famílias beneficiadas e Valor 2021: 14.740.
Região Sudeste	-	-	-	-	416.308	31/12/2021	Não informado	Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor 2020 revisado: 211.872 famílias beneficiadas e Valor 2021: 204.436.
Região Sul	-	-	-	-	148.197	31/12/2021	Não informado	Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando

								alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor 2020 revisado: 81.285 famílias beneficiadas e Valor 2021: 66.912.

Indicador: 8752 - Quantidade de famílias beneficiadas com a ampliação do acesso à moradia digna e melhoria das condições habitacionais

Informações básicas

Unidade de medida: família
Valor de referência: 345.000
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 909.535
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0114 - Entregas Efetivas de Unidades Habitacionais.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de unidades habitacionais entregues.
Meta prevista para 2020: 325.000
Meta prevista para 2021: 650.000
Meta prevista para 2022: 975.000
Meta prevista para 2023: 1.300.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 829.323

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta prevista de 2020 a 2021 contemplava a entrega de 650 mil unidades habitacionais, tendo sido efetivamente entregues mais de 829,3 mil unidades no período. Somente em 2021 foram entregues 398.510 unidades habitacionais. Mesmo em um contexto de restrição fiscal, foi possível atingir tal desempenho dada as operações de financiamento com recursos do FGTS, que mantiveram um patamar próximo ao do ano anterior, alcançando 354.056 UH. Visando manter os patamares de oferta de moradia, foram implementadas uma série de medidas visando facilitar o acesso das famílias de menor renda ao financiamento habitacional e a manter a atratividade para o mercado da construção civil.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Em 2021 houve mudança de metodologia na contabilização de unidades habitacionais contratadas com recursos FGTS, para melhor adequá-la às diretrizes estabelecidas para o novo Programa Casa Verde e Amarela. Consequentemente, para fins de comparabilidade, adotou-se a mesma metodologia para revisão da apuração dos dados de 2020, acarretando alteração dos valores informados no SIOP quando da apuração daquele ano. Valor apurado em 2020 após revisão: 430.813 famílias beneficiadas (Centro-Oeste: 49.357, Nordeste: 87.316, Norte: 17.302, Sudeste: 202.763, Sul: 74.075).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	92.083	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional de Habitação atualizou, em 2021, os valores apurados de 2020 chegando a 49.357 famílias beneficiadas e em 2021 42.726, totalizando, de forma cumulativa, 92.083 famílias beneficiadas.
Região Nordeste	-	-	-	-	171.934	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional de Habitação atualizou, em 2021, os valores apurados de 2020 chegando a 87.316 famílias beneficiadas e em 2021 84.618, totalizando, de forma cumulativa, 171.934 famílias beneficiadas.
Região Norte	-	-	-	-	30.549	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional de Habitação atualizou, em 2021, os valores apurados de 2020 chegando a 17.302 famílias beneficiadas e em 2021 13.247, totalizando, de forma cumulativa, 30.549 famílias beneficiadas.
Região Sudeste	-	-	-	-	396.953	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional de Habitação atualizou, em 2021, os valores apurados de 2020 chegando a 202.763 famílias beneficiadas e em 2021 194.190, totalizando, de forma cumulativa, 396.953 famílias beneficiadas.
Região Sul	-	-	-	-	137.804	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional de Habitação atualizou, em 2021, os valores apurados de 2020 chegando a 74.075 famílias beneficiadas e em 2021 63.729, totalizando, de forma cumulativa, 137.804 famílias beneficiadas.

Resultado Intermediário: 0115 - Urbanização de Assentamentos Precários.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quantidade de famílias beneficiárias devido à urbanização de assentamentos precários.

Meta prevista para 2020: 20.000

Meta prevista para 2021: 40.000

Meta prevista para 2022: 60.000

Meta prevista para 2023: 80.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 80.212

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considera-se urbanização de assentamentos precários a urbanização e melhoria das condições de habitabilidade das famílias de baixa renda de assentamentos precários, em áreas urbanas e rurais, abrangendo obras de melhoria e produção habitacional, saneamento básico, infraestrutura urbana, recuperação ambiental e do solo, construção de equipamentos públicos, regularização fundiária e trabalho social. A meta previa que, até 2021, seria alcançado o valor de 40 mil famílias beneficiárias por urbanização de assentamentos precários, tendo sido efetivamente alcançado o valor de 80.212, sendo 43.936 somente no exercício de 2021.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A Secretaria Nacional Habitação atualizou em 2021 os dados apurados de 2020, chegando no montante de 36.276 famílias beneficiárias (Centro-Oeste: 7.082, Nordeste: 6.613, Norte: 6.262, Sudeste: 9.109, Sul: 7.210).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	8.108	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional Habitação revisou os dados apurados de 2020, chegando no montante de 7.082 famílias beneficiárias no Centro-Oeste naquele período. Em 2021, o valor foi de 1.026. Ao todo, 8.108 nos dois períodos. Solicita-se, assim, correção das informações de 2020 no SIOP.

Região Nordeste	-	-	-	-	34.601	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional Habitação revisou os dados apurados de 2020, chegando no montante de 6.613 famílias beneficiárias no Nordeste naquele período. Em 2021, o valor foi de 27.988. Ao todo, 34.601 nos dois períodos. Solicita-se, assim, correção das informações de 2020 no SIOP.
Região Norte	-	-	-	-	7.755	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional Habitação revisou os dados apurados de 2020, chegando no montante de 6.262 famílias beneficiárias no Norte naquele período. Em 2021, o valor foi de 1.493. Ao todo, 7.755 nos dois períodos. Solicita-se, assim, correção das informações de 2020 no SIOP.
Região Sudeste	-	-	-	-	19.355	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional Habitação revisou os dados apurados de 2020, chegando no montante de 9.109 famílias beneficiárias no Sudeste naquele período. Em 2021, o valor foi de 10.246. Ao todo, 19.355 nos dois períodos. Solicita-se, assim, correção das informações de 2020 no SIOP.
Região Sul	-	-	-	-	10.393	31/12/2021	Não informado	A Secretaria Nacional Habitação revisou os dados apurados de 2020, chegando no montante de 7.210 famílias beneficiárias no Sul naquele período. Em 2021, o valor foi de 3.183. Ao todo, 10.393 nos dois períodos. Solicita-se, assim, correção das informações de 2020 no SIOP.

PROGRAMA: 2221 - RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: 1174 - Ampliar a Segurança Hídrica.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo do Programa 2221 – Recursos Hídricos é ampliar a segurança hídrica, condição que está relacionada à disponibilidade de água, em quantidade e qualidade suficientes, para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas, acompanhada de um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias. Considerando que a promoção da segurança hídrica depende da articulação e conexão entre diversas ações, o Programa envolve medidas como o mapeamento, a coleta, a gestão e o tratamento de informações, o desenvolvimento de estudos, planos e projetos, a realização atividades de gerenciamento dos recursos hídricos, o desenvolvimento de empreendimentos de infraestrutura hídrica e a revitalização de bacias hidrográficas. A diretriz que orienta o Programa Recursos Hídricos é a “promoção da melhoria da qualidade ambiental, da conservação e do uso sustentável

de recursos naturais, considerados os custos e os benefícios ambientais”. No âmbito da segurança hídrica, o governo federal vem realizando importantes ações organizadas em três frentes: investimento para ampliação da oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas; gerenciamento de recursos hídricos nacionais e transfronteiriços e revitalização de bacias hidrográficas. Em 2021, foram empenhados R\$ 1.285 milhões e pagos (LOA+RAP) R\$ 893 milhões de reais nas ações relacionadas à segurança hídrica. Quanto aos investimentos para ampliação da oferta hídrica, houve significativo avanço, em 2021, na implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, tendo sido concluído o “caminho das águas” do Eixo Norte, foram concluídas as obras do Ramal do Agreste Pernambucano e dado início à implementação do Ramal do Apodi. Para 2022 estão previstos avanços nas obras complementares do Eixo Leste, início da execução do Ramal do Salgado, e contratação e início da recuperação do Dique de Negreiros e da barragem Jati, no Eixo Norte do PISF. Ainda será realizado projeto que promoverá a duplicação da capacidade de bombeamento do PISF para condução de água aos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. No que se refere a outras obras hídricas estruturantes, em 2021, também se destacaram a retomada das obras da Barragem de Jaguari no estado do Rio Grande do Sul, a conclusão do Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano, e a sequência nas obras do Cinturão das Águas do Ceará, da Adutora do Agreste Pernambucano e das Vertentes Litorâneas Paraibanas. Para 2022, além de dar continuidade nestas obras, está prevista a retomada das obras da Barragem de Arvorezinha no Município de Bagé no estado do Rio Grande do Sul. No que se refere às ações voltadas para a prevenção de riscos de desastres, para 2022 estão previstos avanços nas obras das Barragens de Gatos e Panelas II para contenção de cheias na Bacia do Rio Una no estado de Pernambuco, ampliando a segurança hídrica da região. Com o objetivo de reduzir a dependência do abastecimento por meio de carros-pipa, em 2021, o Governo selecionou 939 localidades em 319 municípios de nove estados do País para serem priorizadas nos investimentos voltados a ações estruturantes de segurança hídrica, tais como perfuração de poços e implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, cisternas e dessalinizadores do Programa Água Doce, entre outros. A realização desses projetos resultará, nos próximos anos, em melhorias significativas de qualidade de vida para a população dos municípios que mais sofrem com as secas no Brasil. No âmbito do Programa Água Doce (PAD), política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, foram implantados como parte da “Fase 1” do Programa 13 sistemas de dessalinização em 2021 e está prevista, para 2022, a implantação de mais 100 sistemas. Quanto à “Fase 2” do Programa, o MDR concluiu a contratação para implantar 426 sistemas novos a partir de 2022. Também, no âmbito da Fase 2, foi lançada licitação para contratar mais 246 sistemas novos do Água Doce. No âmbito da estratégia de reduzir a dependência da operação carro-pipa foi lançado um edital para contratar a elaboração de 18 projetos de sistemas de dessalinização para atender poços que possuem grande produção de águas salobras e salinas na região semiárida brasileira. A melhoria do planejamento e do ambiente regulatório tem recebido especial atenção do Governo Federal no sentido de qualificar a atuação pública para o desenvolvimento das infraestruturas hídricas estratégicas e para estabelecer um modelo de sustentabilidade econômica e financeira, abrindo espaço para a expansão de investimentos e atuação do setor privado. Em 2021, foi publicado o edital de licitação do “Estudo de Avaliação Estratégica Integrada e Planejamento de Intervenções Hídricas para o Desenvolvimento Sustentável nas Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco, Paraíba, Araguaia-Tocantins, Munim, Itapecuru, Mearim e na Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)”, que será utilizado como referência para a elaboração de políticas públicas setoriais e servirá como insumo e base técnica para orientar a elaboração de estudos de viabilidade e projetos das intervenções hídricas a serem executadas na área de abrangência até 2050. Outro avanço diz respeito à iniciativa de elaboração do marco legal e normativo do serviço público prestado pelas infraestruturas hídricas, que foi concluída, em 2021, resultando na apresentação do Projeto de Lei nº 4.546/2021 ao Congresso Nacional, que pretende instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispor sobre a organização da prestação e de exploração dos serviços hídricos que são prestados por meio das infraestruturas hídricas. No que se refere à melhoria do gerenciamento de recursos hídricos, o governo concluirá o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 e a revisão da resolução do CNRH que trata da normatização das modalidades de reuso direto não potável da água. Também será entregue, em 2022, o Painel de Segurança Hídrica, plataforma que será um instrumento de planejamento, monitoramento e gestão das ações públicas, com dados de diagnóstico e prognóstico das condições hídricas e dados sistematizados sobre o acompanhamento de projetos e obras previstos e em andamento. Cumpre destacar o avanço realizado na revitalização de bacias hidrográficas, por meio do Programa Águas Brasileiras, cujo 1º Edital de Chamamento, publicado em janeiro de 2021, selecionou 26 projetos de revitalização que serão implementados nas Bacias dos rios São Francisco, Paraíba, Taquari e Tocantins/Araguaia. Em outubro de 2021 foi publicado o 2º Edital de Chamamento com abrangência nacional. Em 2021, foi também iniciada a execução de convênios que vão resultar na construção dos programas estaduais de revitalização de bacias hidrográficas nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além desses convênios contemplarem projetos-piloto de intervenções voltadas à preservação e recuperação ambiental. Por fim, há de se destacar o lançamento do Selo Aliança Pelas Águas, certificação que será dada a empresas, cidadãos e instituições de direito público e privado, com ou sem fins lucrativos, que patrocinem, executem ou apoiem projetos de revitalização de bacias hidrográficas pelo Brasil. Com essa iniciativa, espera-se disseminar boas práticas de conservação de águas e solos, incentivar a replicação de iniciativas positivas em outros locais, engajar a

população e difundir a importância da participação pública e privada no processo de conservação e manutenção da disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas brasileiras.

Meta: 0516 - Ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: município
Linha de base: 26
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Meta prevista para 2020: 650
Meta prevista para 2021: 37
Meta prevista para 2022: 122
Meta prevista para 2023: 132

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 61
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A dotação orçamentária destinada ao Programa, em 2021, representou apenas 44% dos recursos planejados pela Secretaria planejados para a implementação das políticas públicas de Segurança Hídrica e de Recursos Hídricos. Essa defasagem impactou negativamente o ritmo de execução de diversas obras, prejudicou o cumprimento de compromissos assumidos e terá reflexos no cumprimento da meta para os próximos 2 anos.

Providências implementadas para a superação da restrição: A Secretaria tem, por meio de Notas Técnicas, buscado apresentar a situação orçamentária e lograr mais recursos para a continuidade de suas políticas públicas. Em 2021, também enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.546/2021, que pretende instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispor sobre a organização da prestação e de exploração dos serviços hídricos que são prestados por meio das infraestruturas hídricas, de forma a viabilizar novas fontes de investimento e atrair a participação do setor privado.

Valor da insuficiência de recursos: 1.665.000.000

Notas do usuário: Em 2020, foram concluídas obras que atenderam 26 municípios com ISH, na dimensão humana, mínimo ou baixo. Em 2021, foram concluídas obras que atenderam 35 municípios com ISH, na dimensão humana, mínimo ou baixo. Na revisão do PPA, em 2021, houve ajuste na fórmula de cálculo da meta e do indicador. Por isso, o valor registrado no SIOP como "aferido em 2020" destoa das apurações atuais.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	37	122	129	61	31/12/2021	Não informado	2020: 26 municípios 2021: 35 municípios
Região Sul	0	0	0	3	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8680 - Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo beneficiados com a ampliação da oferta hídrica

Informações básicas

Unidade de medida: municípios
Valor de referência: 26
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 61
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: 2020: 26 municípios 2021: 35 municípios Na revisão do PPA, em 2021, houve ajuste na fórmula de cálculo da meta e do indicador. Por isso, o valor registrado no SIOP como "aferido em 2020" destoa das apurações atuais.

Investimento Plurianual: 0491 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)

Informações básicas

Custo total: 4.426.364.537,08
Meta de execução física prevista até 2023: 3

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 81.335.558,75
Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Não houve avanço físico no trecho, devido ao insucesso da licitação para a contratação das obras remanescentes do Eixo Leste. Mesmo assim, no período: o volume de água bombeado nas 06 Estações de Bombeamento atingiu 677,200 m³, sendo que a liberação de água no trecho totalizou 80,479 m³; Liberação de água para Ramal do Agreste; Segunda captação da adutora do Pajeú – reservatório de Campos; Interligação da SE-E6 para SE-E7 (Ramal do Agreste); Novos testes da adutora Custódia (Compesa) – reservatório Moxotó.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0492 - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – EIXO NORTE

Informações básicas

Custo total: 7.354.909.916,67

Meta de execução física prevista até 2023: 3

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 1,86

Valor da execução financeira: 304.108.916,86

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Execução das obras de implantação da infraestrutura hídrica de 97,61% para 99,51%, representando 1,90% de avanço físico em 2021. O maior destaque do Eixo Norte, em 2021, foi a sua operacionalização integral e o fluxo de água em toda a sua extensão de canais. O volume de água bombeados nas 03 Estações de Bombeamento atingiu 845,747 m³; A liberação de água no trecho totalizou 569,799 m³; Foram substituídas as válvulas da EBI-2 e EBI-3; Execução da impermeabilização dos aquedutos Pinga, Boi e Catingueira, possibilitando o avanço da água no eixo; Avanço das obras do trecho Caiçara-Avidos de 33,22% para 92,29%, representando avanço físico de 59,07% em 2021; Encaminhamento das águas dos reservatórios Morros e Boa Vista, por leito natural, para o reservatório estratégico Eng. Avidos.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0497 - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano

Informações básicas

Custo total: 1.368.317.456,52

Meta de execução física prevista até 2023: 32,9

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 17,66

Valor da execução financeira: 286.110.392,49

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Execução das obras de implantação da infraestrutura hídrica de 81,46% para 99,12%, representando 17,66% de avanço em 2021. Água já percorre 100% Ramal, chegando ao reservatório Ipojuca, que está em fase de enchimento; Realizado teste com carga das estruturas do ramal do Agreste.

Observação: No ano de 2021, o caminho crítico para a conclusão das obras do Ramal do Agreste foi o conjunto de ações que compreendem os sistemas elétricos, teste de comissionamento com carga do projeto e todas atividades relacionadas a energização da linha de transmissão, que teve seu prazo comprometido inicialmente pela incidência de sítios arqueológicos e da autorização pelos proprietários dos Imóveis Particulares, situados ao longo da faixa de Servidão Administrativa a ser instituída pela União ao longo do traçado de implantação da Linha de Transmissão 69 kV do Ramal do Agreste, a saber: - Conclusão e energização da Linha de Transmissão; - Montagem, teste e comissionamento da Subestação; - Montagem, teste e comissionamento da Estação elevatória; - Testes e comissionamento em carga da adutora; - Teste com carga de todas as estruturas à jusante da EBVII-1; - Pandemia do COVID -19.

Resultado Intermediário: 0116 - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Subprojetos do PISF concluídos.

Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 2

Meta prevista para 2022: 3

Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Projeto de Integração do Rio São Francisco é a maior obra de infraestrutura hídrica do País. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento tem o objetivo de garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente. Esses dois subprojetos previstos até 2021 foram concluídos, tendo em vista a antecipação da entrega de águas ao Ceará para 2020 e a entrega de água à Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, para benefício da Paraíba e do Rio Grande do Norte no ano de 2021. O maior destaque do Eixo Norte, em 2021, foi a sua operacionalização e o fluxo de água em toda a sua extensão de canais, que propiciou a liberação 569,799 milhões de m³ de água no trecho. No que se refere ao Eixo Leste, a liberação de água aos beneficiários totalizou 80,479 milhões de m³.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A necessidade de recursos para 2021 era R\$ 1,1 Bi (PLOA 2021 R\$ 731 milhões + R\$ 355 milhões solicitado para suplementação), mas foram disponibilizados R\$ 720 milhões.

Providências implementadas para a superação da restrição: A SNSH promoveu ajustes nos cronogramas de licitação e contratação de projetos, o que impactará nos prazos para entrega dos empreendimentos, bem como gera maior demanda Orçamentária para 2022

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A falta de pessoal está impactando a capacidade de realização das licitações dos subprojetos.

Providências implementadas para a superação da restrição: SNSH tem realizado chamadas de servidores e solicitações de reforço na equipe.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	2	3	4	2	31/12/2021	O Projeto de Integração do Rio São Francisco é a maior obra de infraestrutura hídrica do País. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento tem o objetivo de garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente. Esses dois subprojetos previstos até 2021 foram concluídos, tendo em vista a antecipação da entrega de águas ao Ceará para 2020 e a entrega de água à Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, para benefício da Paraíba e do Rio Grande do Norte no ano de 2021. O maior destaque do Eixo Norte, em 2021, foi a sua operacionalização e o fluxo de água em toda a sua extensão de canais, que propiciou a liberação 569,799 milhões de m³ de água no trecho. No que se refere ao Eixo Leste, a liberação de água aos beneficiários totalizou 80,479 milhões de m³.	Não informado

Resultado Intermediário: 0117 - Obras Hídricas Estruturantes.**Informações básicas**

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quantidade de obras hídricas estruturantes concluídas.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 3
Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta até 2021 era a conclusão de uma obra hídrica estruturante, a qual foi alcançada com a entrega do Canal do Sertão Alagoano até o Trecho IV. Destaca-se ainda, os avanços relacionados às obras hídricas estruturantes a seguir: Ramal do Agreste: em 2021, a execução física das obras passou de 81,46% para 99,12%, representando 17,66% de avanço. Água já percorre 100% Ramal, chegando ao reservatório Ipojuca, que está em fase de enchimento; Barragem Jaguari: o ano de 2021 permitiu a retomada da obra em ritmo adequado. Espera-se que haja recuperação do avanço físico da execução e que o objeto seja concluído ainda no primeiro semestre de 2022; Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1: os trechos prioritários dos Lotes 1, parte do Lote 2 e Lote 5 se encontram em funcionamento; Sistema Adutor do Agreste Pernambucano: em relação ao Lote 1, o Sistema já opera parcialmente. Quanto ao Lote 2, foi realizada nova licitação e a execução foi retomada no ano de 2021; Implantação das Vertentes Litorâneas Paraibanas (Trechos I e II e derivações de Gurinhém e Araçagi): foi verificada melhora no ritmo de execução das obras em relação aos exercícios anteriores e início de testes nos sifões Surrão e Ingá.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: As obras de infraestrutura hídrica possuem capacidade de execução maior que a disponibilidade orçamentária.

Providências implementadas para a superação da restrição: SNSH, em todas as oportunidades, vem apresentando proposta e justificativa de expansão orçamentária.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	1	3	5	1	31/12/2021	A meta até 2021 era a conclusão de uma obra hídrica estruturante, a qual foi alcançada com a entrega do Canal do Sertão Alagoano até o Trecho IV. Destaca-se ainda, os avanços relacionados às obras hídricas estruturantes a seguir: Ramal do Agreste: em 2021, a execução física das obras passou de 81,46% para 99,12%, representando 17,66% de avanço. Água já percorre 100% Ramal, chegando ao reservatório Ipojuca, que está em fase	Não informado

							de enchimento; Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1: os trechos prioritários dos Lotes 1, parte do Lote 2 e Lote 5 se encontram em funcionamento; Sistema Adutor do Agreste Pernambucano: em relação ao Lote 1, o Sistema já opera parcialmente. Quanto ao Lote 2, foi realizada nova licitação e a execução foi retomada no ano de 2021; Implantação das Vertentes Litorâneas Paraibanas (Trechos I e II e derivações de Gurinhém e Araçagi): foi verificada melhora no ritmo de execução das obras em relação aos exercícios anteriores e início de testes nos sifões Surrão e Ingá.	
Região Sul	0	0	0	3	0	31/12/2021	Barragem Arvorezinha: No ano de 2021 foi possível concluir o ajuste do Plano de Trabalho do instrumento de repasse de recursos que permitirá a retomada da obra. Espera-se que nos próximos meses a prefeitura municipal de Bagé - RS consiga apresentar a documentação técnica pendente para o início da execução. Barragem Jaguari: O ano de 2021 permitiu a retomada da obra em ritmo adequado. Espera-se que haja recuperação do avanço físico da execução e que o objeto seja concluído ainda no primeiro semestre de 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0207 - Reabilitação de barragens e de outras infraestruturas hídricas.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 19
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Infraestruturas hídricas recuperadas.
Meta prevista para 2020: 21
Meta prevista para 2021: 7
Meta prevista para 2022: 9
Meta prevista para 2023: 14

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 41
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para 2021, previa-se a reabilitação de sete barragens, sendo cinco a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e duas a cargo da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, tendo sido executadas, durante o ano de 2021, 41 intervenções da seguinte forma: Por parte da Codevasf foi realizada a recuperação da Barragem

Cova da Mandioca - BA, da Barragem Zabumbão - BA e da Barragem Estreito - BA, perfazendo três entregas. Quanto ao DNOCS, foram concluídas 38 obras nos seguintes reservatórios: Brumado/BA, Anagé/BA, Tábua II/BA, Caricá/BA, Champrão/BA, Jacaré/BA, Morrinhos/BA, Tancão do Caititu/BA, Tremedal/BA, Truvisco/BA, Jacurici (Engº Rômulo Campos)/BA, Quicé/BA, Sohen/BA, Araci/BA, Serrote/BA, Ajustina/BA, Andorinha II/BA, Cocorobó/BA, Tapera/BA, Riacho da Onça/BA, Monteiro/BA, Genipapo/BA, Riacho do Sítio/BA, Rancharia/BA, Rio do Peixe/BA, São Domingos/BA, Valente/BA, Miguel Calmon/BA, Laginha/BA, Barra do Mendes/BA, Juraci Magalhães/BA, Jatobá I/PB, Jatobá II/PB, Riacho de Santo Antônio/PB, Serra Branca/PB, Soledade/PB, Sumé/PB e Mundo Novo/RN.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O forte aumento ocorreu em decorrência de disponibilidade orçamentária para Recuperação de Barragens do Programa de Segurança de Barragens - PROSB, bem como dos créditos provenientes da celebração de Termos de Execução Descentralizada com o MDR, ao longo do exercício financeiro, para a Recuperação de Barragens inseridas no PISF.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	7	9	12	41	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	0	0	2	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0208 - Recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 26,1

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Taxa de barragens recuperadas.

Meta prevista para 2020: 17,4

Meta prevista para 2021: 43,5

Meta prevista para 2022: 43,5

Meta prevista para 2023: 52,2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 34,8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação à informação inserida em 2020, cumpre informar que um dos

reservatórios considerados como concluídos (Camalaú/PB) somente havia terminado suas duas primeiras etapas, sendo necessária a finalização da terceira, que está prevista para 2022. Dessa forma, até 2020, o percentual correto deveria ser de 34,8% (8 dos 23 reservatórios). No ano de 2021, nenhum reservatório estratégico teve sua recuperação concluída. Porém, destacam-se os seguintes avanços de obras em reservatórios naquele ano: 1) São gonçalo/PB, com 90% de execução física; 2) Eng.º Avidos/PB, com 21% de execução física; 3) Camalaú - 3ª Etapa/PB, com 92% de execução física; e 4) Banabuiú/CE, com 30% de execução física.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Disponibilidade orçamentária aquém da necessidade, impactando no cumprimento das metas.

Providências implementadas para a superação da restrição: SNSH, em todas as oportunidades, vem apresentando e justificando a proposta de expansão orçamentária

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	43,5	43,5	43,5	52,2	34,8	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0209 - Informações consolidadas anualmente acerca da segurança das barragens no país.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Relatório de Segurança de Barragens elaborado.

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foi publicado, sob a coordenação da Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico - ANA, a partir das informações enviadas pelas entidades fiscalizadoras de segurança de barragens, o Relatório de Segurança de Barragens 2020 – RSB (<https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2020>), que apresenta um panorama da evolução da segurança desse tipo de estrutura no Brasil e abrange o desenvolvimento das ações dos órgãos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), no período de 01/01/2020 a 31/12/2020. Tendo em vista a evolução da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens nos 10 anos de sua existência e os desafios a serem enfrentados na próxima década foram elencadas as seguintes recomendações no relatório de 2020: Necessidade de atuação protagonista de empreendedores (privados e públicos federais) de barragens de acumulação de água para usos múltiplos, de forma a realizar as inspeções de segurança regular e elaborar seus Planos de Seguranças de Barragens; Estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil nas 3 esferas de governo, para atuação em conjunta com empreendedores e prefeituras em situações de emergência; Maior intensificação, de maneira estruturada, da comunicação sobre a temática Segurança de Barragens com a sociedade e diversos atores envolvidos, visando fomentar e desenvolver a cultura de prevenção de acidentes e desastres. Apropriação, pelos atores envolvidos na PNSB, dos resultados do trabalho em andamento de Avaliação Ex-Post da Política Nacional de Segurança de Barragens. O Relatório de Segurança de Barragens 2021 (RSB) encontra-se em elaboração, e a ANA já exarou as orientações às entidades fiscalizadoras de Segurança de Barragens para o envio das informações que comporão o documento (<https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2021>).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de documento consolidado. As informações regionalizadas encontra-se na planilha excel publicada: <https://www.snisb.gov.br/relatorioanual-de-seguranca-de-barragem/2020/dados-rsb-2020-para-portal-snisb.xlsx>

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2222 - SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: 1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Saneamento básico é um setor estratégico para o desenvolvimento do País. Assim, o investimento em saneamento além de promover a geração de empregos e a melhoria da infraestrutura das cidades, tem forte potencial de redução de desigualdades e de melhoria das condições de saúde da população com a ampliação do acesso da população a serviços adequados de saneamento básico. No que diz respeito à aferição da meta de elevação do índice de atendimento adequado em saneamento básico, cumpre esclarecer que os dados mais recentes datam de 2019. Isso ocorre pois o indicador é produzido a partir de pesquisas do IBGE e outras fontes cujo tempo para levantamento e consolidação de informações pode durar mais de um ano. O destaque para o ano da última apuração foi a melhoria do indicador referente à taxa de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários, que passou de 80,2% para 81,2%. Mais informações sobre dados daquele período podem ser acessadas nos relatórios de avaliação anual do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, disponível no link a seguir: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>. Dentre as principais entregas para a sociedade no ano de 2021, destaca-se a conclusão de 49 empreendimentos de abastecimento de água potável, de 50 empreendimentos de esgotamento sanitário, de 3 empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de 19 empreendimentos de saneamento integrado e de 30 empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, além da elaboração de 11 estudos e projetos de engenharia e outros 5 contratos de desenvolvimento institucional e redução e controle de perdas. Com isso, milhões de pessoas foram beneficiadas com geração de empregos, desenvolvimento da infraestrutura das cidades e a consequente

melhoria das condições de saúde da população, garantindo, assim, mais qualidade de vida a todos. No âmbito do Programa Saneamento para Todos – Mutuários Públicos, em 2021, foram selecionados 21 empreendimentos nas modalidades de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo de Águas Pluviais, Redução e Controle de Perdas, e Estudos e Projetos, perfazendo aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em investimentos, com vistas à universalização e à melhoria da qualidade dos serviços de saneamento. Para 2022, tem-se como meta a conclusão de 119 empreendimentos de saneamento básico (considerando todas as suas modalidades). Também é importante destacar que o Novo Marco Legal do Saneamento, em vigor desde 2020, garantiu investimentos de R\$ 71 bilhões em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2021, foram realizados leilões nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Amapá. No Rio de Janeiro, quatro blocos foram licitados por R\$ 24,8 bilhões de outorga e R\$ 31,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 49 municípios. Em Alagoas, dois blocos foram licitados por R\$ 1,6 bilhão de outorga e R\$ 2,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 74 municípios. No Amapá também houve leilão arrematado por R\$ 930 milhões de outorga e R\$ 2,9 bilhões de investimentos em benefício de dezesseis municípios. Quanto à qualidade dos serviços de saneamento básico, os resultados recentes datam de 2020. Naquele ano, foi verificado aumento no índice de perdas de água na distribuição de 39,2% para 40,1%, influenciado por questões como vazamentos nos sistemas de abastecimento ou devido às ligações clandestinas e falhas de leitura por conta da utilização hidrômetros antigos. Com o objetivo de enfrentar esse desafio na gestão dos serviços de saneamento básico, o marco regulatório adotou a redução e controle das perdas de água como princípio fundamental dos serviços públicos de saneamento básico e como diretriz da política federal de saneamento básico, além de exigir a inclusão de metas de redução e controle de perdas como uma das condições para validade dos contratos de prestação de serviços públicos do setor. Outro aspecto medido em relação à gestão dos serviços de saneamento é o percentual de municípios que cobram pelos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. Por meio da cobrança, busca-se a autossuficiência e a melhoria da capacidade de prestação do serviço. Em 2020, foi verificado que somente 40,3% dos municípios cobravam pelos serviços, taxa que se almeja aumentar para 65,2% até 2023. Acerca das iniciativas para melhoria dos serviços de saneamento, cumpre destacar que foi publicado o Decreto nº 10.710/2021, que regulamentou a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas prestadoras de serviços de saneamento. A implantação de estruturas de prestação regionalizada de água e esgoto nos estados é outra iniciativa apoiada pelo MDR para garantir a viabilidade econômico-financeira da prestação e a universalização dos serviços mediante ganho de escala e gerenciamento integrado. Ao final de 2021, foram selecionados para recebimento de consultoria os estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul e, para 2022, foram iniciadas tratativas com os estados do Pará, Santa Catarina, Amapá e São Paulo. A melhoria dos serviços de saneamento no Brasil é fundamental para um planejamento efetivo e carece de acompanhamento de indicadores consistentes. Nesse sentido, foi iniciado o processo de revisão do Plansab. Em 2021, foi contratada consultoria que está realizando a revisão do modelo de cálculo das necessidades de investimentos para universalização do acesso ao saneamento básico – com entrega final da ferramenta de software com o modelo implementado já no primeiro semestre de 2022. Além disso, estão previstos importantes avanços em 2022 para o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), que viabilizarão ganhos de escala e de escopo de informações e indicadores disponíveis sobre saneamento básico. Em 2022, será concluído o sistema web para coleta de informações e serão feitas as primeiras coletas experimentais, de modo que, em 2023, será possível substituir o SNIS pelo SINISA, proporcionando melhores condições de acompanhamento e diagnóstico sobre o setor. Por fim, um importante avanço para o setor previsto para 2022, será o desenvolvimento de modelo lógico e framework para a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) nos instrumentos sob a gestão do governo federal, no crédito via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em mercado de capitais, em especial Debêntures Incentivadas de Infraestrutura.

Meta: 050I - Elevar de 56.30% para 64,1% o Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 56,3

Data de referência da linha de base: 31/12/2017

Meta prevista para 2020: 57,5

Meta prevista para 2021: 61

Meta prevista para 2022: 62,6
Meta prevista para 2023: 64,1

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 59,21
Data de Referência: 31/12/2019
Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: A titularidade dos serviços não é federal. O avanço do indicador depende muito do papel e dos investimentos dos prestadores.

Providências implementadas para a superação da restrição: A parte que cabe ao Governo Federal vem sendo realizada, haja vista a modernização do novo marco regulatório e a disponibilização de recursos onerosos.

Notas do usuário: Os dados utilizados para aferir o indicador da Meta datam de 2019. Isso ocorre pois o indicador é produzido a partir de pesquisas do IBGE e outras fontes cujo tempo para levantamento e consolidação de informações pode durar mais de um ano; impossibilitando, assim, a sua apuração. A previsão de publicação dos dados referentes ao ano de 2020, pelo IBGE, é JUL/22.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	59,5	60,8	62	63,3	69,49	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Nordeste	42,3	44,2	46,2	48,2	47,09	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Norte	36,9	39,5	42,2	44,9	33,02	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Sudeste	71,3	72,6	73,8	75	70,96	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Sul	72,1	73,2	74,4	75,5	63,83	31/12/2019	Não informado	Não informado

Indicador: 8739 - Índice de atendimento adequado em saneamento básico

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 56,3
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 59,21
Data do valor apurado: 31/12/2019
Notas do usuário: Os dados utilizados para aferir o indicador da Meta datam de 2019. Isso ocorre pois o indicador é produzido a partir de pesquisas do IBGE e outras fontes cujo tempo para levantamento e consolidação de informações pode durar mais de um ano impossibilitando, assim, a sua apuração.

Resultado Intermediário: 0091 - Empreendimentos de abastecimento de água.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Empreendimentos de abastecimento de água concluídos.
Meta prevista para 2020: 23
Meta prevista para 2021: 65
Meta prevista para 2022: 103
Meta prevista para 2023: 140

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta até 2021 era a conclusão de 65 empreendimentos de abastecimento de água concluídos. Consideram-se empreendimentos de abastecimento de águas aqueles resultantes da implantação, ampliação ou melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água potável para a população. Por se tratar de Resultado cumulativo, a meta prevista para 2021 foi alcançada e superada, com a conclusão de 41 em 2020 e 49 em 2021.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: No exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional, a Secretaria Nacional de Saneamento revisou a base de dados de 2020 e apurou o valor de 41 empreendimentos concluídos.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	6	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	27	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	9	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	29	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	19	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0092 - Empreendimentos de esgotamento sanitário.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Empreendimentos de esgotamento sanitário concluídos.
Meta prevista para 2020: 29
Meta prevista para 2021: 92
Meta prevista para 2022: 146
Meta prevista para 2023: 202

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 112
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta até 2021 era a conclusão de 92 empreendimentos de esgotamento sanitário. Consideram-se empreendimentos de esgotamento sanitário aqueles resultantes da implantação, ampliação ou melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios, contemplando projetos e obras que visem garantir a coleta, tratamento e disposição final adequada de efluentes domésticos. Por se tratar de Resultado cumulativo, a meta prevista para 2021 foi alcançada e superada. Desses 112 empreendimentos, 62 foram concluídos em 2020 e 50 em 2021.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: No exercício de 2021, quando da revisão do Planejamento Estratégico Institucional, a Secretaria Nacional de Saneamento revisou a base de dados de 2020 e apurou o valor de 62 empreendimentos concluídos.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	16	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	23	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	7	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	31	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	35	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2223 - A HORA DO TURISMO

Objetivo: 1216 - Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2021 iniciou com forte expectativa de que o setor de turismo pudesse retomar os resultados históricos obtidos antes da pandemia de Covid-19. Contudo, o surgimento de uma segunda onda da doença, por conta da propagação de novas cepas do vírus, gerou novamente dificuldades para o setor, que movimentou mais de 50 segmentos da cadeia produtiva do País, desde grandes companhias aéreas até o comércio da comunidade local. Nesse cenário, o Ministério do Turismo permaneceu empenhado em garantir a subsistência do setor turístico. Especificamente em 2021, o Ministério entregou à população uma série de ações para fazer com que o turismo pudesse voltar a alcançar todo o seu potencial, preparando o setor para a retomada de suas atividades. O ritmo de conclusão de obras de infraestrutura turística se manteve acelerado, mesmo com a pandemia. Foram quase 800 projetos finalizados, como pavimentação asfáltica, revitalização de orlas, reforma de parques e construção de praças públicas, entre outros. Isso sem contar as obras executadas no âmbito do Programa de Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que entregou mais de duas dezenas de restaurações pelo País. O Selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro, lançado ainda em 2020, consolidou-se em 2021 e alcançou a marca de mais de 30 mil adesões de estabelecimentos e profissionais de turismo de todo País, que se comprometem a cumprir protocolos de prevenção à Covid-19 e, desta forma, aumentar a segurança de turistas e funcionários. O crédito ofertado a empreendedores

turísticos de todo o País por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) continuou sendo um importante diferencial na vida de quem retira do turismo o seu sustento, mantendo milhares de empregos. As medidas adotadas para facilitar o acesso aos recursos incluíram a suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos por até oito meses e o fim do limite de faturamento para a contratação de financiamentos via Caixa Econômica Federal. Outra ação desenvolvida no âmbito do Ministério do Turismo foi a criação do Portal de Investimentos, no intuito de atrair mais recursos ao País, aproximando os setores público e privado. A plataforma dá visibilidade a oportunidades concretas de investimento, possibilitando, assim, a geração de empregos e desenvolvimento para o Brasil. Por meio do portal, foram mapeados mais de R\$ 30 bilhões em novos investimentos no turismo, com potencial para gerar cerca de 120 mil postos de trabalho. Também no ano de 2021, mais de 30 mil profissionais de turismo foram qualificados em quase 100 cursos ofertados gratuitamente pelo Ministério do Turismo em vários segmentos, como atrativos naturais e culturais, idiomas, marketing digital, Libras e atendimento ao turista. Outro avanço foi a construção da Estratégia Nacional de Qualificação em Turismo, focada nas reais demandas dos trabalhadores e gestores do setor, que teve como inspiração capacitações ofertadas entre 2020 e 2021 nas 30 rotas estratégicas do País, abrangendo quase 160 municípios e resultando em mais de 800 horas-aulas. Como resultado do permanente esforço para promover a formalização e a legalização de serviços turísticos no Brasil, o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) superou a marca de 130 mil registros. O número configura um recorde, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2018. Além de ser uma importante fonte de consulta para os turistas, o Cadastur também garante diversas vantagens e oportunidades aos cadastrados, como acesso a financiamentos, oportunidades de qualificação e apoio em eventos, feiras e ações do Ministério do Turismo.

Meta: 051C - Restabelecer os empregos formais no setor de turismo ao nível pré-pandemia

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Empregos Formais
Linha de base: 1.802.906
Data de referência da linha de base: 26/03/2021
Meta prevista para 2020: 2.139.012
Meta prevista para 2021: 1.847.920
Meta prevista para 2022: 1.922.944
Meta prevista para 2023: 2.103.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.816.336
Data de Referência: 02/03/2022
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta051C refere-se a empregos formais cujos dados anuais são coletados pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTPS) por meio de duas fontes. Uma se refere ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no qual dados mensais sobre o saldo de contratações e demissões no país são coletados através dos sistemas eSocial, CAGED e Empregador Web e são disponibilizados em média com defasagem de 2 a 3 meses; e a outra, à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no qual dados detalhados dos trabalhadores formais no país são coletados por sistema próprio. Os estabelecimentos com CNPJ constituídos declaram à RAIS anualmente as informações dos seus empregados. Essa é a base de dados referente ao mercado de trabalho formal no Brasil mais confiável que se tem disponível no momento, no entanto os dados demoram mais para serem disponibilizados. Para o ano de

2020, por exemplo, os dados estatísticos foram disponibilizados somente em dezembro de 2021. Portanto, enquanto a RAIS contém informações sobre o total de empregados no Brasil no ano, o CAGED contém informações sobre a movimentação geral desses empregados, ou seja, se houve mais demissões do que contratações em um mês, o saldo foi negativo. Ante o exposto, para atender a confiabilidade necessária das informações para o PPA, utiliza-se a RAIS como fonte principal, mas como esses dados necessitam de um tempo maior para serem acessados, em contrapartida, para atender a tempestividade do preenchimento das informações do PPA, é utilizado os dados do CAGED de forma complementar. Então, conforme atualização dos dados, as ocupações formais no setor de turismo em 2020 foi de 1.667.561 pessoas empregadas, como em 2021 o setor mais contratou do que demitiu, saldo positivo de 148.775 admissões, a estimativa preliminar do total de empregos no turismo em 2021 é de 1.816.336. É importante destacar que os dados definitivos da ocupação formal no turismo só estarão disponíveis quando o MTPS divulgar os dados da RAIS de 2021

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	154.636	157.841	163.182	176.000	156.527	02/03/2022	Não informado	Memória de cálculo anexa na apuração da Meta 051C.
Região Nordeste	318.460	324.691	335.076	360.000	327.812	02/03/2022	Não informado	Memória de cálculo anexa na apuração da Meta 051C.
Região Norte	72.746	73.384	74.448	77.000	75.602	02/03/2022	Não informado	Memória de cálculo anexa na apuração da Meta 051C.
Região Sudeste	963.544	990.462	1.035.326	1.143.000	964.117	02/03/2022	Não informado	Memória de cálculo anexa na apuração da Meta 051C.
Região Sul	293.520	301.542	314.912	347.000	292.278	02/03/2022	Não informado	Memória de cálculo anexa na apuração da Meta 051C.

Indicador: 8681 - Empregos Formais no Setor de Turismo

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 1.802.906
Data de Apuração: 26/03/2021
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.816.336
Data do valor apurado: 14/02/2022
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0183 - Realização de obras para estruturar o turismo no Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de conclusão de obras
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Taxa de conclusão das obras em execução no período
Meta prevista para 2020: 30
Meta prevista para 2021: 31
Meta prevista para 2022: 32
Meta prevista para 2023: 33

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 35,02
Data do valor apurado: 17/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado alcançado de 35,02% no exercício de 2021 supera o estipulado para a Meta no período (31%), tal resultado é reflexo principalmente do grande volume de recursos liberados no ano de 2020. Todavia, a redução de obras contratadas pelo MTur nos períodos anteriores está ocasionando a diminuição da carteira ativa de contratos de repasse, ou seja, no curto prazo haverá redução substancial do número de obras concluídas. Quanto ao resultado regionalizado, verifica-se um incremento em todas as regiões, exceto o Centro-Oeste que ficou ligeiramente abaixo da Meta.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3	3	3	3	2,56	17/01/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	11	11	11	11	13,01	17/01/2022	Não informado	Não informado

Região Norte	2	2	2	2	2,87	17/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	5	6	7	7	6,88	17/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	9	9	9	10	9,7	17/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0184 - Qualificação de pessoas para setor de turismo

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas qualificadas
Linha de base: 5.547
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Pessoas Qualificadas
Meta prevista para 2020: 7.000
Meta prevista para 2021: 8.000
Meta prevista para 2022: 9.000
Meta prevista para 2023: 10.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 34.864
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Coordenação-Geral de Qualificação do Turismo superou a meta do resultado intermediário prevista para o exercício 2021, em razão da grande oferta de cursos gratuitos no formato EaD, por intermédio da realização de parcerias com Institutos de Educação, selecionados por Editais de Chamada Pública.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	540	640	720	800	3.586	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Nordeste	1.570	1.760	1.980	2.200	7.247	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	470	560	630	700	2.510	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	2.500	2.880	3.240	3.600	12.882	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	1.920	2.160	2.430	2.700	8.435	31/12/2021	Não informado	Não informado
Exterior	-	-	-	-	204	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0185 - Promoção dos destinos e qualificação dos serviços turísticos

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de municípios
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Municípios prioritários promovidos
Meta prevista para 2020: 60
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 23
Data do valor apurado: 07/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Realização de campanhas de utilidade pública, como a segunda fase da campanha Não Cancele, Remarque; Ações para retomada do Turismo; Rotas criativas do Brasil; Turismo em natureza; Portal de Investimentos do MTur; Campanha Fungetur.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Situação de pandemia do COVID-19 com impacto na promoção de destinos
Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de campanhas online de utilidade pública em todo o território nacional.
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	7	13	18	4	07/01/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	6	10	20	30	7	07/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	2	3	10	16	3	07/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	7	10	14	18	6	07/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	6	10	13	18	3	07/01/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 3001 - ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: 1208 - Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro em condições adequadas de qualidade e equilíbrio entre segurança e preço, de forma sustentável.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No segmento de geração de energia elétrica, ao longo de 2021 foram desenvolvidas ações para promover a expansão dessa infraestrutura visando a assegurar as condições ideais de suprimento de energia elétrica de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. Nesse sentido, em 2021 foi alcançada uma expansão de 7.562 MW na geração de energia elétrica centralizada – o maior valor observado nos últimos 5 anos. Desse total, cerca de 78% (5.867 MW) foram a partir de fontes renováveis (eólica, solar, biomassa e hídricas). O destaque foi para a fonte eólica, principalmente na Região Nordeste, que adicionou 3.964 MW ao sistema – 49% do total ampliado. Essa expansão representa 158% do previsto inicialmente para o ano de 2021 (4.791 MW) e este fato se deu, em especial, pela antecipação de cerca de 2.000 MW de projetos de energia eólica na Região Nordeste. Outro destaque em 2021 refere-se à Geração Distribuída (GD) – aquela gerada junto às instalações de consumidores – que cresceu 78% no ano e acumulou 316% de ampliação nos últimos dois anos. Com isto, atingiu cerca de 8.550 MW ao final de 2021, representando aproximadamente 5% de toda a capacidade instalada atual de geração de energia elétrica do País. Com essas ampliações - e contabilizadas outras situações tais como desativações e repotenciações de unidades geradoras -, em 31 de dezembro de 2021 a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil chegou a mais de 190 GW, mantendo a característica de matriz elétrica com predominância de fontes renováveis (hidráulica, biomassa, eólica e solar), as quais representam 84% do total. Mesmo com a ampliação de outras fontes de energia, a fonte hidráulica ainda representa a maior participação na matriz elétrica, com 58% (109 GW), seguida da fonte térmica, com quase 25%. Por sua vez, a fonte eólica chegou próximo a 11% da matriz e a fonte solar, incluindo GD, passou de 4,3% em 2020 para 6,8% em 2021. No ano de 2021 foram ampliados 2.449 MW em usinas termelétricas (UTES).

Destaca-se a conclusão da UTE GNA I, com 1.338 MW, a gás natural, no município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, que vendeu energia no Leilão A-5 de 2014. Também relevante, o fato de que entraram em operação comercial as UTEs Bracell (409 MW), a cavaco de madeira, em São Paulo, e William Arjona (177 MW), a gás natural no Estado do Mato Grosso do Sul. Na geração de energia elétrica por meio da fonte eólica, entraram em operação comercial 3.964 MW, distribuídos em 111 empreendimentos. A propósito, cabe destacar a entrada em operação do Complexo Eólico Rio dos Ventos 2, com 479 MW, no Estado do Rio Grande do Norte. Quanto à fonte solar centralizada, 35 empreendimentos foram concluídos, adicionando 1.299 MW de capacidade instalada à matriz. Nessa fonte, destaca-se o Complexo Solar Alex, no Ceará, com 278 MW, e as usinas Sol do Sertão, na Bahia, com 360 MW.

Meta: 050O - Manter em 100% o Índice de Expansão da Geração.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 158
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A escolha de local para instalação de unidades geradoras não é decorrente de política de desenvolvimento de regiões, mas de local onde é possível e viável instalar, e como a grande maioria das unidades consumidoras está conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN não faz sentido estabelecer previsões regionais para a geração, por isso o valor é agregado nacionalmente e não por região.

Notas do usuário: -

Indicador: 8662 - Índice de Expansão da Geração (IEG)

Informações básicas

Unidade de medida: indicador mantido
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/07/2019

Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 158
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0098 - Segurança energética.

Informações básicas

Unidade de medida: %
Linha de base: 1,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Índice de Risco de Déficit (Energia Elétrica).
Meta prevista para 2020: 5
Meta prevista para 2021: 5
Meta prevista para 2022: 5
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A apuração deste índice foi descontinuada para reavaliação da fórmula de cálculo.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: É calculado em nível nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0099 - Expansão da geração de energia.

Informações básicas

Unidade de medida: Megawatt

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica - Não Renováveis.

Meta prevista para 2020: 2.078,2

Meta prevista para 2021: 3.785,78

Meta prevista para 2022: 4.720,98

Meta prevista para 2023: 5.008,98

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.626,18

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foi efetivada expansão de 1.695,18 MW de usinas que utilizam combustíveis de fontes não renováveis. Com isso, o acumulado até 2021 foi de 3.773,38 MW, estando o atingimento da meta entre 95% e 100%, a unidade responsável considera a meta alcançada.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Valor não disponível nesta data

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0100 - Expansão da transmissão de energia.

Informações básicas

Unidade de medida: km

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Km de linha de transmissão adicionada ao sistema.

Meta prevista para 2020: 9.297,3

Meta prevista para 2021: 17.682

Meta prevista para 2022: 26.545,8

Meta prevista para 2023: 33.626,18

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15.484,571

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foi efetivada a conclusão de 7.821,953 km de linhas de transmissão, resultando um acumulado para o período de 15.484,571 km (46% do esperado até 2023). A meta está abaixo do previsto, devido, principalmente, a efeitos nas obras de transmissão causados pela pandemia da covid-19. Até o final do período, com o controle da pandemia, a expectativa é de atingir a meta prevista.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	-	-	-	5.867,598	31/12/2021	Não há meta a priori, mas o resultado pode ser apurado ao fim do exercício.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	1.750,1	31/12/2021	Não há meta a priori, mas o resultado pode ser apurado ao fim do exercício	Não informado
Região SE/CO	-	-	-	-	2.746,5	31/12/2021	Não há meta a priori, mas o resultado pode ser apurado ao fim do exercício	Não informado

Resultado Intermediário: 0101 - Energias renováveis.

Informações básicas

Unidade de medida: %

Linha de base: 46,1

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Proporção de renováveis na matriz energética.

Meta prevista para 2020: 47,6

Meta prevista para 2021: 47,3

Meta prevista para 2022: 47,4

Meta prevista para 2023: 47,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 48,4

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2020 a pandemia do COVID-19 resultou em recuo de 2,2% na demanda total de energia, sendo os combustíveis fósseis fortemente afetados, principalmente nos transportes aéreo e de veículos leves. As fontes renováveis, ao contrário, tiveram taxa positiva de 2,5%, ancoradas por expansões da bioenergia e solar principalmente. Assim, as renováveis passaram a 48,4% em 2020, indicador

superior ao de 2019, de 46,1%. Para 2021, com o aumento perto de 4% para a demanda total de energia, e previsões de recuperação das fontes fósseis nos transportes, e de recuos para os setores agropecuário e sucroalcooleiro, ambos fortes usuários de bioenergia, é esperado que as renováveis recuem para um indicador abaixo de 47%. Nos anos seguintes pode haver aumento das renováveis, tendo por base demandas de energia não tão crescentes e melhores resultados para os setores agropecuário e sucroalcooleiro. Além disso, eólica e solar continuam com boas expansões.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Dados referentes ao Brasil.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0102 - Universalização do acesso à energia elétrica - Programa Luz para Todos.

Informações básicas

Unidade de medida: unidades consumidoras

Linha de base: 15.087

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Novas Unidades consumidoras com acesso à energia no meio rural.

Meta prevista para 2020: 60.000

Meta prevista para 2021: 97.754

Meta prevista para 2022: 149.414

Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 36.718

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foi estabelecida a meta de atender 83.542 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos, porém foram realizadas 35.267 novas ligações, o que corresponde a 42% da meta prevista. Neste período, aproximadamente, 141 mil pessoas foram beneficiadas com o acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica por meio de extensão de rede convencional. A meta prevista para o ano de 2021 não foi alcançada em razão dos obstáculos que surgiram para a realização das obras de eletrificação rural em virtude dos efeitos da pandemia do COVID-19, tais como impedimento de acesso a algumas localidades pelas prefeituras municipais, contaminação de membros das equipes de construção, atraso e/ou cancelamento na entrega de materiais. PROGRAMA MAIS LUZ PARA A AMAZÔNIA Em 2021, foi estabelecida a meta de atender, com energia elétrica, 14.212 domicílios localizados em regiões remotas da Amazônia Legal pelo Programa Mais Luz para a Amazônia, porém foram realizadas 1.451 novas ligações, o que corresponde a cerca de 10% da meta prevista. Neste período, aproximadamente, 5.804 pessoas foram beneficiadas com o acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica por meio de sistemas de geração off-grid.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Até esta data não há valor regionalizado disponível.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A meta prevista para o ano de 2021 não foi alcançada em razão dos obstáculos que surgiram para a realização das obras de

eletrificação rural em virtude dos efeitos da pandemia do COVID-19, tais como impedimento de acesso a algumas localidades pelas prefeituras municipais, contaminação de membros das equipes de construção, atraso e/ou cancelamento na entrega de materiais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Não há

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 3002 - GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Objetivo: 1186 - Ampliar a participação do setor mineral na economia com sustentabilidade, governança, segurança jurídica, estabilidade regulatória e inovação

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Uma das grandes forças da economia brasileira, a mineração leva o Brasil a ter posição de destaque no cenário mundial nessa atividade econômica. Em 2021, o faturamento apenas da mineração foi estimado em R\$ 339 bilhões, o que representa uma expansão de 62% em relação à 2020. A arrecadação de CFEM foi histórica, alcançou R\$ 10,3 bilhões, 69,2% superior à registrada em 2020. No exercício, o saldo da balança comercial do setor foi de US\$ 41,2 bilhões (44% maior que 2020), valor correspondente a cerca de 67% do saldo acumulado da balança comercial brasileiro no ano (US\$ 61,2 bilhões). As exportações de todo o setor mineral – que além da mineração inclui a transformação mineral – aumentaram 36% na comparação com 2020, atingindo US\$ 80 bilhões, cerca de 30% das exportações brasileiras totais, melhor desempenho dos últimos anos. O principal produto exportado foi minério de ferro, representando 16% das exportações totais, totalizando US\$ 44,6 bilhões, crescimento de 73% em relação a 2020. Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o governo tem seu modelo de negócio voltado para o planejamento, a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para a ampliação da participação do setor mineral na economia brasileira, com inovação, governança eficaz, estabilidade regulatória e, sobretudo, com consolidação do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a ênfase é dedicada a maximizar o desempenho do setor mineral em todas as suas dimensões, com o propósito de transformar recursos minerais em riqueza e bem-estar social. Isto inclui não apenas aumento da produção de bens minerais, mas principalmente a expansão do conhecimento geológico, o desenvolvimento tecnológico setorial e o incentivo à agregação de valor, a atração de investimentos e, sobretudo, o equilíbrio entre atividade econômica, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente. Em 2021, podem ser citados como os principais resultados da gestão: Fortalecimento da ANM Desde a sua instalação, pelo Decreto nº 9.587/2018, o MME busca ajustar a estrutura e o modelo de funcionamento da ANM às normas aplicadas às agências reguladoras. Em 2021, o esforço foi direcionado, em especial, para o reforço de seu quadro de pessoal com a contratação de 24 profissionais temporários para segurança de barragens e a realização de concurso público para o provimento de 40 cargos de Especialista em Recursos Minerais, cujo edital foi publicado em dezembro. Planejamento do Setor Mineral Ao longo de 2021, trabalhou-se na proposta de mecanismos para orientar e estruturar o planejamento do setor no âmbito da administração pública federal, por meio dos seguintes instrumentos: Plano Nacional de Mineração – PNM - que tem como objetivo o planejamento de longo prazo; e Plano de Metas e Ações – com o objetivo de estabelecer ações, metas e projetos, em um horizonte de médio prazo, com vistas ao cumprimento dos objetivos do PNM; e como um instrumento de governança setorial, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, órgão de assessoramento do Presidente da República nos temas pertinentes ao desenvolvimento do setor mineral. Segurança de Barragens Contribuições para o aprimoramento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), promovida com a sanção da Lei nº 14.066/2020, bem como a continuidade do processo de regulamentação das alterações legais destinadas ao estabelecimento de novos padrões de segurança para as barragens de rejeitos de mineração. Oferta de Áreas Em 2021 foram ofertadas 15.758 áreas em disponibilidade na ANM, consolidando o novo procedimento de retorno ao meio produtor de áreas que se encontravam represadas na Agência. No primeiro semestre de 2021, foram finalizados os procedimentos

relativos aos 1º e 2º Editais, publicados em 2020, e foram publicados editais da 3ª, 4ª e 5ª rodada de oferta pública de áreas. Este novo modelo, no qual a disponibilidade de áreas passou a ser realizada em rodadas regulares, garante, por exemplo, mais objetividade no julgamento do certame; menor de risco de fraude; redução de recursos administrativos/judiciais e de custos para a ANM e para os licitantes; maior celeridade e competitividade; e eliminação do passivo acumulado na ANM ao longo dos anos. As rodadas já finalizadas geraram arrecadação de R\$ 270 milhões. A expectativa é que as 5 rodadas atinjam valor superior a R\$ 360 milhões. Também foram realizados leilões de dois blocos de áreas de titularidade da CPRM. O Projeto Fosfato de Miriri, com áreas nos estados da Paraíba e de Pernambuco, foi arrematado com bônus de assinatura de R\$ 51 mil e de descoberta de R\$ 2,6 milhões. O investimento previsto para a implantação do projeto é de R\$ 190 milhões.

Política Pró-Minerais Estratégicos O Decreto nº 10.657/2021 instituiu a Política de apoio ao licenciamento ambiental de projetos de investimentos para a produção de bens minerais estratégicos e criou o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME). Desde o início de sua atividade, em maio de 2021, o CTAPME já habilitou na Política Pró-Minerais 12 (doze) projetos de mineração. Com base em informações das empresas envolvidas, estima-se um potencial de investimentos superior a R\$ 40 bilhões. Prevê-se ainda que sejam gerados 20 mil empregos durante a implantação, e mais de 15 mil durante as operações.

Rede de Financiamento do Setor Mineral (Invest Mining) Lançada em outubro de 2021, a Invest Mining: Rede Colaborativa para Financiamento da Mineração no Brasil visa promover condições que favoreçam o financiamento da mineração no Brasil, promovendo uma cultura de investimentos em pesquisa mineral e mineração. A Rede conta a colaboração de representantes de instituições públicas, entidades representativas do setor mineral e agentes financeiros. A atuação inicial da Rede está definida em quatro frentes de trabalho: Hub de Projetos, na qual mineradores poderão apresentar seus projetos para a busca de fontes de financiamento; ESG na Mineração, onde mineradores poderão apresentar as melhores práticas adotadas nas áreas social, de meio ambiente e de governança; Mecanismos de Financiamento, na qual mineradores, reguladores e agentes financeiros poderão disponibilizar os mecanismos atuais de financiamento e propor alternativas; e a frente de Aprimoramento Normativo, onde serão discutidas alterações normativas necessárias para viabilizar tais mecanismos de financiamento.

Acordo de Cooperação Técnica com a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB O MME, por meio da SGM, e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) assinaram, em junho de 2021, Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com foco no desenvolvimento sustentável da Mineração Artesanal e em Pequena Escala - MAPE, especialmente as cooperativas minerais e o fortalecimento do cooperativismo e associativismo no setor mineral. A cooperação objetiva a realização de ações conjuntas destinadas à promoção, apoio à regularização e estruturação das cooperativas minerais e elaboração de material técnico e compartilhamento de informações sobre a MAPE. Em dezembro de 2021, no âmbito do ACT, foi realizado o Seminário “Garimpo e Cooperativismo no Brasil”, que debateu a importância do cooperativismo mineral no Brasil em três painéis, com temas relativos à regulação e segurança jurídica, rastreabilidade e certificação, governança e sustentabilidade.

Agenda ODS na Mineração - Mapeando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Mineração Brasileira Com apoio de parceiros, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, a SGM prepara uma nova exposição das realizações do setor produtivo da mineração: o Seminário Mapeando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Mineração Brasileira 2022, a ser realizado no primeiro semestre. É esperada colaboração e empenho das associações do setor para adesão voluntária das empresas e cooperativas do ramo mineral. A iniciativa englobou reuniões e oficinas preparatórias para o evento, realizadas ao longo de 2021.

DESAFIOS REMANESCENTES PRÓXIMOS A abaixo apresenta-se os principais desafios para o exercício de 2022, de acordo com as diretrizes estratégicas e, os compromissos do governo com: (i) boas práticas de governança; (ii) transparência; (iii) previsibilidade; (iv) diálogo com todos os setores da sociedade (v) segurança jurídica e regulatória.

Diretriz - Governança Pública Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) - Proposta de estruturação de Conselho, aos moldes do CNPE, ressalvadas as particularidades para o setor de Mineração. Política Mineral Brasileira - Instituição da Política Mineral Brasileira e definição de instrumentos para seu planejamento Criação e institucionalização da COMAPE - Proposta de criação e institucionalização da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala - COMAPE, consideradas as particularidades da Mineração Artesanal e em Pequena Escala - MAPE

Diretriz - Geologia, Mineração e Transformação mineral Plano Nacional de Mineração - Estruturação, aos moldes do PDE, do Plano Nacional de Mineração 2050. Programa Mineração e Desenvolvimento - Monitorar a execução das ações do PMD. Incentivo e melhoria do ambiente de negócios da mineração - (i) Uso do título minerário como garantia; (ii) Inclusão do setor de mineração no rol de projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura e passíveis de emissão de debêntures

Faixa de Fronteira - Proposta de Projeto de Lei para alteração da Lei nº 6.634/1979, para entre outras, eliminar as restrições à participação estrangeira na mineração na Faixa de Fronteira. Política Pró-Minerais Estratégicos – (i) Qualificação de novos projetos; (ii) Ampliação da divulgação da Política; e (iii) Monitoramento dos resultados. Oferta de áreas da CPRM: (i) Caulim do Rio Capim; (ii) Diamante de Santo Inácio; (iii) Calcário de Aveiro; e (iv) Gipsita do Rio Cupari; Oferta de áreas em disponibilidade da ANM: Publicação do 6º, 7º, 8º e 9º Editais – cerca de 18 mil áreas a serem ofertadas; Agrominerais (i) Matérias Primas para Fertilizantes e Remineralizadores; (ii) Proposta de Programa Agrominerais Regionais: (Estruturação de Programa de Agrominerais Regionais para o Centro-Oeste e Estruturação de Centro de Excelência em Remineralizadores); e (iii) Inserção dos remineralizadores na Lei nº 6.567/1978, que trata do regime jurídico de aproveitamento de

substâncias minerais de uso direto (sem transformação mineral) na construção civil, na agricultura e na indústria; Política de Inovação Tecnológica – (i) Estruturação e divulgação da Política; e (ii) Realização de Seminários e Workshops; Programa de Transição Energética Justa (TEJ) – (i) Criação do Conselho do TEJ; (ii) Monitorar a execução das ações do TEJ e adotar as medidas corretivas necessárias para assegurar o atingimento dos resultados e Metas fixadas; Regulamento do Código de Mineração - Alteração do Decreto Nº 9.406/2018, com vistas à redução da burocracia, simplificação processual, eliminação de entraves à liberdade econômica, melhoria da governança, além de inserção das alterações resultantes da aprovação da Lei de Segurança de Barragens; Permissão de Lavra Garimpeira - PLG: Publicação de decreto que regulamenta a Lei nº 7.805/1989, a fim de estabelecer as diretrizes técnicas necessárias para a normatização, por parte da ANM, da atividade de lavra garimpeira.

Meta: 052L - Atingir o valor de 5,00 do Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM)

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Meta prevista para 2020: 0,61

Meta prevista para 2021: 1,22

Meta prevista para 2022: 2,13

Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 2,5625

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: META: 052L - Atingir o valor de 5,00 do Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM). INDICADOR - Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM O Programa 3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral, sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, é coordenado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM com a participação da Agência Nacional de Mineração - ANM e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM. O Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM tem por objeto mensurar os esforços da administração federal na gestão do patrimônio mineral da União. O IEGM é composto por indicadores que fazem parte do Planejamento Estratégico da ANM e da CPRM, alinhados aos Objetivos Estratégicos do MME. Os indicadores e suas metas para o período do PPA alcançam desde as atividades para aumento do conhecimento geológico, a segurança jurídica e a estabilidade regulatória, até a gestão dos títulos minerários, na autorização de pesquisa e concessão de lavra, oferta de áreas em disponibilidade e a segurança de barragens. Desta forma, o IEGM é composto por um conjunto de indicadores para aferição da gestão de outorgas (pesquisa, lavra, disponibilidade de áreas e segurança de barragens); e outro conjunto para aferir a ação regulatória e a realização de estudos geológicos. Estes indicadores avaliam o resultado global destas atividades e não é possível regionalizar a execução das atividades e estabelecer metas regionais.

Notas do usuário: Valor do índice acumulado PPA 2020 e 2021

Indicador: 8707 - Índice de Eficiência da Gestão Mineral

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2,5625
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: Valor do índice acumulado PPA 2020 e 2021

Resultado Intermediário: 0325 - Análise de Requerimentos de Lavra

Informações básicas

Unidade de medida: dia
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Redução do Tempo de Análise dos Requerimentos de Lavra
Meta prevista para 2020: 2.818
Meta prevista para 2021: 2.812
Meta prevista para 2022: 455
Meta prevista para 2023: 228

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.630
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O bom resultado na redução do tempo de análise dos requerimentos de lavra se deve sobretudo à aplicação de padronização e uniformização de procedimentos, notadamente o uso dos Formulários I, II, III e IV (OS DGTM 02/2011), bem como o contínuo alerta sobre a obrigatoriedade do uso do Check list instituído em 2019 (MEMO CIRCULAR Nº 02/2019-DIRE/DNPM/SEDE).
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os requerimentos de lavra são apresentados pelos interessados após a aprovação do

Relatório Final de Pesquisa. O prazo para apresentação é de um ano após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. Diversos fatores influenciam a decisão do detentor do direito minerário em requerer a concessão da lavra. O indicador procura medir os esforços da administração em assegurar a produtividade, a simplificação e integração dos processos organizacionais da Agência Nacional de Mineração. O indicador avalia o resultado global das atividades de revisão, padronização de procedimentos e automação dos processos de trabalho. Vários fatores, como a diferença de volume de processos entre as regiões, a diferença do quantitativo de servidores, a diversidade de requerimentos existentes (Concessão de Lavra, Registro de Extração, Licenciamento e Permissão de Lavra Garimpeira) torna inviável regionalizar a execução das atividades e estabelecer metas regionais. Logo, a indicação de resultados intermediários regionais mostra-se inviável, pois não existem parâmetros para estimar regionalmente os resultados advindos das atividades.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A falta de pessoal tanto na coordenação de títulos minerários (sede) como também, e sobretudo, nas unidades regionais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Simplificação e padronização de procedimento de análise dos requerimentos de títulos de lavra com o uso efetivo e obrigatório dos formulários foi a ação preponderante para a tentativa de aumento da produtividade, pois evitou sensivelmente a restituição dos requerimentos às unidades regionais, assim evitando a reanálise dos processos e consequentemente diminuindo a redução do tempo médio de análise.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0326 - ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE PESQUISA

Informações básicas

Unidade de medida: dia

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Redução do Tempo de Análise dos Requerimentos de Pesquisa

Meta prevista para 2020: 270

Meta prevista para 2021: 240

Meta prevista para 2022: 210

Meta prevista para 2023: 180

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 198

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O sistema de Requerimento Eletrônico de Pesquisa Mineral (REPEM) agilizou o procedimento para requerer área na ANM, o que além de permitir tramitação mais célere, busca instituir o processo auto declaratório, onde o solicitante assina a declaração e se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os requerimentos de pesquisa são apresentados pelos interessados de acordo com a avaliação de oportunidade de investimento no setor mineral. Diversos fatores influenciam a decisão do empreendedor em requerer a autorização de pesquisa. O indicador procura medir os esforços da administração em assegurar a produtividade, a simplificação e integração dos processos organizacionais da Agência

Nacional de Mineração. O indicador avalia o resultado global das atividades de revisão, padronização de procedimentos e automação dos processos de trabalho. Vários fatores, como a diferença de volume de processos entre as regiões, a diferença do quantitativo de servidores, a diversidade de substâncias não permitem a regionalização e estabelecer metas regionais. Logo, a indicação de resultados intermediários regionais mostra-se inviável, pois não existem parâmetros para estimar regionalmente os resultados advindos das atividades.

Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: O interessado delimita a área que deseja pesquisar e, se ela estiver livre de interferências com outras áreas ou sem restrição (seja ambiental, indígena ou qualquer outro tipo de bloqueio), o requerimento será aprovado em até 34 dias – sendo que 30 dias para cumprir a exigência do Código de Mineração (inciso III do artigo 18), e os quatro dias restantes para o procedimento de publicação no Diário Oficial da União.

Providências implementadas para a superação da restrição: Minuta de resolução que trata sobre requerimento de autorização de pesquisa - REPEM

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0327 - Oferta pública de áreas em disponibilidade da Agência Nacional de Mineração

Informações básicas

Unidade de medida: %

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Índice de disponibilização de áreas em oferta pública

Meta prevista para 2020: 20

Meta prevista para 2021: 40

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 130

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 41

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Por meio do Sistema de Oferta Pública e Leilão de Áreas da ANM, passou-se a liberar, por rodadas, uma grande quantidade de áreas em duas etapas: Oferta Pública Prévia, quando identificam-se os interessados nas áreas, e Leilão Eletrônico, fase em que se disputa a proposta de maior valor financeiro. Rodadas Oferta Pública - Qte Áreas Oferta Pública -

Disponibilidade - %	1ª Rodada, publicada no DOU de 03/09/2020 -	502 -	1,3%	2ª Rodada, publicada no DOU de 29/12/2020
-	7.027 -	17,6%	Subtotal 2020 -	7.529 -
no DOU de 31/03/2021 -	2.762 -	6,9%	4ª Rodada, publicada no DOU de 16/06/2021 -	1.658 -
4,1%	5ª Rodada, publicada no DOU de 30/08/2021 -	4.500 -	11,3%	Subtotal 2021 -
8.920 -	22,3%	Total (2020 + 2021) -	16.449 -	41,0%

A partir de 2020 foram lançadas cinco rodadas de ofertas de áreas em disponibilidades, que somaram 16.449 áreas e totalizaram 19.671.937 ha, nos 26 estados da federação e no

Distrito Federal. Como resultado das rodadas, foram arrecadados R\$ 273.966.711,30, com previsão de arrecadação de adicionais R\$ 121.323.816,00. 3.896 processos minerários já foram reativados. As áreas que não foram arrematadas ou requeridas, em número de 10.245, se tornaram livres para novos requerimentos.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A oferta pública e áreas em disponibilidade cumpre os requisitos do Código Mineral para selecionar interessados em dar prosseguimento a projetos minerários que já haviam sido outorgados a terceiros, mas que retornaram à carteira ANM por algum motivo, tais como indeferimentos de requerimentos, caducidade do título ou abandono da mina. O Decreto 9.406/2018, de 12 de junho de 2018, introduziu a possibilidade de seleção de interessados em áreas em disponibilidade por meio de leilão eletrônico. O indicador avalia o resultado global das atividades de revisão normativa, padronização de procedimentos e automação dos processos de trabalho. A indicação de resultados intermediários regionais mostra-se inviável pois não existem parâmetros para estimar regionalmente os resultados advindos das atividades do procedimento de oferta pública de áreas em disponibilidade. Adicionalmente, cada edital de disponibilidade de áreas possui regras diferentes de seleção de área, e não necessariamente fazem correlação com as unidades regionais.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores que atuam na área que, em geral, atuam nas unidades da ANM distribuídas tanto na sede como nas regionais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estudo com objetivo de reestruturação da área técnica que trabalha com leilão e oferta pública de disponibilidade.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Necessidade de uma estrutura organizacional adequada, necessidade de criação de uma área específica para um melhor controle das atividades de leilão e oferta pública de disponibilidade.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estudo com objetivo de reestruturação da área técnica que trabalha com leilão e oferta pública de disponibilidade.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0328 - Segurança de barragens de mineração

Informações básicas

Unidade de medida: %

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Índice de redução da Categoria de Risco de Barragens de Mineração

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 83

Meta prevista para 2022: 86

Meta prevista para 2023: 89

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 78

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em maio de 2021, a ANM fez uma revisão do seu Planejamento Estratégico 2020-2023 e promoveu adequações em alguns indicadores estratégicos, como o Índice de redução da Categoria de Risco de Barragens de Mineração. À época da elaboração do indicador do PPA, em 2019, utilizou-se como base o texto original do art. 5º da Portaria DNPM nº 70.389/2017, que passou por alterações substanciais em maio de 2020. O novo texto fixado pela Resolução ANM nº 32/2020, trouxe parâmetros mais conservadores para a base de cálculo, transformando barragens de CRI Baixo e Médio em CRI alto. Desse modo, a apuração da meta em 2021 ficou um pouco aquém do previsto (apesar dos expressivos números de fiscalizações diretas e indiretas efetuadas pela ANM, bem como da contínua evolução normativa infralegal sobre o tema), e houve solicitação de alteração das metas previstas para 78,5% (2022) e 80,5% (2023) durante o processo de revisão do PPA.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Resultado Intermediário faz parte do Objetivo Estratégico da ANM - Aprimorar a regulação tendo como foco a sustentabilidade, desburocratização e a ampliação da liberdade econômica – do Planejamento Estratégico 2020 – 2023. O indicador foi construído para avaliar o resultado global, uma vez que o intuito da Agência é conseguir uma redução global da Categoria de Risco nas barragens incluídas na Política Nacional de Segurança de Barragens. Nesse sentido, do ponto de vista de segurança de barragens, não há significado técnico na parametrização do indicador por regiões, nesse momento.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Em que pese a realização do concurso temporário no segundo semestre de 2021, apenas 55% das vagas ofertadas foram preenchidas no certame. Houve ainda a saída de alguns dos novos ingressados antes mesmo do final do ano. Desta forma, a equipe de segurança de barragens da ANM permanece subdimensionada em função das demandas que lhe são impostas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para o cumprimento das metas estabelecidas houve a necessidade de remanejamento de equipes de fiscalização, o que acabou por impactar negativamente no desenvolvimento de outras atividades da GSBM.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Planejamento com objetivo de reestruturação da área técnica que trata do assunto das barragens.

Providências implementadas para a superação da restrição: Houve solicitação da GSBM para a reorganização do setor por meio da criação de coordenações e divisões técnicas, bem como a vinculação direta de equipes regionais à GSBM, na nova estrutura proposta.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0329 - Programa de Regulação da Agência Nacional de Mineração – ANM (Agenda Regulatória)

Informações básicas

Unidade de medida: %

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Indicador de cumprimento da Agenda Regulatória da Agência Nacional de Mineração - ANM

Meta prevista para 2020: 30

Meta prevista para 2021: 81

Meta prevista para 2022: 40
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 48,3

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em virtude de ser a primeira Agenda Regulatória elaborada pela ANM, incorreu-se nas seguintes situações, resultando em um valor apurado para a meta aquém do previsto para o exercício de 2021: 1- Reestruturação dos projetos devido a sobreposição de escopo e projetos com escopo muito amplo; 2- Readequação das equipes alocadas para o desenvolvimento dos projetos da Agenda Prioritária da ANM; 3- Cronogramas superestimados; 4- Dificuldades de algumas equipes em avaliar problemas regulatórios e dificuldade em alguns projetos em relação aos procedimentos de realização de PPCS e a forma de análise das contribuições recebidas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Agenda Regulatória da Agência Nacional de Mineração – ANM é um instrumento de planejamento que indica temas prioritários de cunho regulatório que serão estudados em determinado período, e que resultarão em regulamentação ou revisão de regulamentação existente. Isso não significa, entretanto, que todas as matérias que a compõem resultarão em uma Resolução Normativa, posto que os estudos podem recomendar outras opções regulatórias mais adequadas. A Agenda Regulatória faz parte do tripé de Governança Regulatória da ANM: a Agenda Regulatória (AR), a Análise de Impacto Regulatório (AIR) e o Processo de Participação e Controle Social (PPCS). Por ser uma ferramenta de planejamento regulatório, fornece maior segurança ao setor regulado e aos usuários, buscando efetividade, previsibilidade e transparência no cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos da ANM. A Agenda Regulatória abrange normativos de aplicação nacional, e não é possível regionalizar a execução das atividades e estabelecer metas regionais.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Falhas de Articulação institucional

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: No que concerne a estruturação das equipes, durante o desenvolvimento dos projetos da Agenda 2020-2021, houve mobilidade intermediária dos membros na maior parte dos projetos, que culminou com as readequações propostas por meio da Portaria nº 558, de 08 de outubro de 2020 (1812713), e da Portaria nº 880, de 19 de novembro de 2021 (3259689), principalmente em decorrência do número reduzido de servidores que, em geral, atuam nas unidades da ANM distribuídas tanto na sede como nas regionais. Desta forma, o atingimento das metas estabelecidas para a Agenda Regulatória possui dependência da disponibilidade de equipes alocadas para o desenvolvimento dos projetos alocados na Agenda Prioritária da ANM. Muito embora a ANM tenha avançado rapidamente na utilização da metodologia robusta que envolve a Análise de Impacto Regulatório, algumas equipes tiveram dificuldades em avaliar problemas regulatórios com base no uso desta importante ferramenta. Outros pontos de dificuldade apresentados em alguns projetos estão relacionados aos procedimentos de realização de PPCS e à forma de análise das contribuições recebidas. Em ambos os casos, as dificuldades afetaram diretamente o cronograma inicialmente proposto.

Providências implementadas para a superação da restrição: Remodelamento dos processos de planejamento e execução da nova agenda regulatória.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: O interessado delimita a área que deseja pesquisar e, se ela estiver livre de interferências com outras áreas ou restrição (seja ambiental, indígena ou qualquer outro tipo de bloqueio), o requerimento será aprovado em até 34 dias – sendo que 30 dias para cumprir a exigência do Código de Mineração (inciso III do artigo 18) e os quatro dias restantes para o procedimento de publicação no Diário Oficial da União.

Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboração da agenda regulatória do ciclo 2022-2023.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: A estruturação inicial dos projetos gerou dois problemas que resultaram nas duas Revisões Extraordinárias. O primeiro diz respeito à sobreposição de escopo identificada, sanada a partir da primeira Revisão Extraordinária, realizada em setembro de 2020. Esse fato atrasou o andamento dos projetos que foram reestruturados. O segundo ponto relevante foi a constatação de projetos com escopo muito amplo, tais como "Atualização da Portaria nº 374/2009 e Regulamento Técnico - Água Mineral" e "Regulamentação da Lei nº 13.540/2017". No curso desses projetos, verificou-se a dificuldade de atuação abrangente, tendo em vista a necessidade de elaboração de Análise de Impacto Regulatório - AIR em relação aos problemas identificados. A definição de cronograma dos projetos da Agenda Regulatória foi realizada inicialmente em abril de 2020. Não obstante, as equipes formalizadas não tinham parâmetros prévios para formular tais planejamentos. Somado a isso, a utilização de novos instrumentos de governança, como AIR e PPCS, demandou mais tempo do que o inicialmente estimado. Já as etapas de análise jurídica e análise institucional no âmbito dos projetos finalizados não foram concluídas dentro do período de medição, fato que contribuiu para o não atingimento das metas. Considerando que os indicadores levam em conta as atividades planejadas em face das realizadas em determinado período, este fator afetou bastante os indicadores estratégicos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Remodelamento dos processos de planejamento e execução da nova agenda regulatória

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0330 - Publicação de Estudos Geológicos

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 42

Data de referência da linha de base: 31/01/2020

Indicador: Estudos Geológicos Publicados

Meta prevista para 2020: 42

Meta prevista para 2021: 38

Meta prevista para 2022: 39

Meta prevista para 2023: 38

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 39

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram 39 estudos publicados. Os estudos estimados no PPA são oriundos de projetos plurianuais. Aqueles produzidos no ano de 2021 estão disponibilizados na base de dados GEOSGB (<https://geosgb.cprm.gov.br/>) ou no repositório Institucional RIGEO (<https://rigeo.cprm.gov.br/>). Os produtos fazem parte da LOA 2021. As entregas de estudos dos Grupos 1 e 2, que ficaram comprometidas em 2020, foram entregues em 2021 e suplantaram o não alcance do número de bases de dados estimadas para o ano. Análise Situacional 2021: A performance de desenvolvimento do coeficiente foi alta. Alguns produtos que eram para ter sido entregues em 2020, mas que por restrições foram entregues em 2021, somaram-se ao valor dos estudos disponibilizados no ano, além das repactuações que foram feitas junto aos Grupos 2 e 3. Como restrição tem-se a ausência de dotação orçamentária para aerolevantamentos geofísicos fundamentais para o avanço no setor mineral, quer seja pelo seu teor de incremento na atratividade mineral quer seja para a avaliação de sustentabilidade econômica e ambiental. No primeiro semestre de 2021 não foram efetuados trabalhos de campo por causa

da pandemia covid19. No segundo semestre, os levantamentos de campo foram retomados, mas com impacto no cronograma da carteira de projetos. No Grupo 5 houve atraso na tramitação do TED com a Universidade Federal de Lavras e no PDL com a Imagem, para desenvolvimento de novas bases de dados. No entanto, em 2021 foram medidos avanços de conhecimento nas áreas de levantamentos para o Brasil, e o projeto para uma Plataforma única de dados do Setor Mineral foi iniciada em parceria SGM/MME-ANM/SGB-CPRM. O índice IEGM para esse programa foi de 0,750.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os projetos são de abrangência nacional. Exemplo o programa de levantamento geológico em escala de 1:100K que se desenvolvem em todas as regiões.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: As restrições foram apontadas nas descrições de 4 ações orçamentárias relacionadas ao programa no plano plurianual (Ações 213Y, 2399, 2B51 e 2D62). Duas ações que foram transformadas em plano orçamentários estão com insuficiência e/ou não tem dotação orçamentária. São elas: Levantamento geoquímico e levantamento aerogeofísico. Os levantamentos geoquímicos foram impactados no semestre 1 de 2021 por causa da COVID19, pois os mesmos são feitos exclusivamente em campo.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi solicitada emenda parlamentar e elaboradas notas técnicas para suplementação orçamentária, entretanto os pleitos não puderam ser atendidos.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Reportada para a ação de avaliação de recursos minerais do Brasil a pequena equipe com expertise para levantamentos geoquímicos. Devido a COVID19, que repercutiu na suspensão por 18 meses dos trabalhos de levantamento geoquímico, os quais são essencialmente serviços em campo, as demandas da área ficaram represadas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2022 foi programada a terceirização para o alcance de meta represada.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia impactou no desenvolvimento de trabalhos de laboratório e levantamentos de campo, que foram retomados no segundo semestre de 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: Trabalhos como consistência e estruturação de base de dados foram acelerados em virtude da impossibilidade dos trabalhos de campo e laboratório.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 3003 - PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS

Objetivo: 1173 - Desenvolver as indústrias do petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis e promover o abastecimento nacional.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2021 marcou a consolidação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), com emissão de 34,8 milhões de créditos de descarbonização (CBIOS) pelos produtores de biocombustíveis, 24,4 milhões de CBIOS aposentados pelos distribuidores (parte obrigada), resultando em 98,2% de cumprimento da meta estabelecida pelo CNPE (24,86 milhões de CBIOS). Além disso, 301 produtores de biocombustíveis estão certificados no Programa, processo que se baseia em análise de ciclo de vida para contabilização das emissões de gases de efeito estufa. Com tais resultados foram retirados 24,4 milhões de toneladas de CO₂eq da atmosfera, contribuindo, significativamente, para a redução do aquecimento global, com as respectivas negociações atingindo um montante financeiro da ordem de 960 milhões de reais, uma vez que o preço médio do C BIO no ano foi de R\$ 39,31.

Meta: 050A - Elevar o Índice de Produção Nacional de Petróleo e Gás de 1.263,99 para 2.000,81.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: barris de óleo equivalente
Linha de base: 1.263,99
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 1.579,39
Meta prevista para 2021: 1.670,54
Meta prevista para 2022: 1.845,96
Meta prevista para 2023: 2.000,81

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 3.746,48
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: O valor da produção é calculado para todo o país.

Notas do usuário: -

Indicador: 8651 - Índice de Produção Nacional de Petróleo e Gás

Informações básicas

Unidade de medida: barril de petróleo equivalente por dia
Valor de referência: 1.263,99
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 3.746,48
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0107 - Revitalização de Atividades Terrestres em E&P – REATE.

Informações básicas

Unidade de medida: mil barris de petróleo equivalentes por dia
Linha de base: 234
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Produção de petróleo e gás natural em terra.
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 239
Meta prevista para 2022: 239
Meta prevista para 2023: 231

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 237,7
Data do valor apurado: 30/06/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado muito próximo da expectativa.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: É um projeto, medido em percentual.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0108 - Diversificação dos Agentes no Fornecimento de Diesel.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 11
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Agentes no Fornecimento de Diesel.
Meta prevista para 2020: 9
Meta prevista para 2021: 9
Meta prevista para 2022: 10
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado acumulado no ano de 2021 foi abaixo da meta em função de atrasos nos desinvestimentos da Petrobras no segmento de refino, previstos no Termo de Compromisso de Cessação (TCC) entre a empresa e o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE).
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Por ser intensivo em capital o número de agentes é pequeno, não sendo possível a regionalização.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0109 - Diversificação dos Agentes no Fornecimento de Gasolina.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Agentes no Fornecimento de Gasolina.
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 9
Meta prevista para 2022: 10
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado acumulado no ano de 2021 foi abaixo da meta em função de atrasos nos desinvestimentos da Petrobras no segmento de refino, previstos no Termo de Compromisso de Cessação (TCC) entre a empresa e o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Por ser intensivo em capital o número de agentes é pequeno, não sendo possível a regionalização.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0110 - Diversificação dos Agentes Ofertantes no Mercado de Gás Natural.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Agentes Ofertantes no Mercado de Gás Natural.

Meta prevista para 2020: 3

Meta prevista para 2021: 4

Meta prevista para 2022: 8

Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foram dados passos importantes para a diversificação do mercado de gás natural, como a aprovação da Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134) e seu decreto regulamentador (Decreto 10.712), que têm o potencial de proporcionar a diversificação, dinamização e competição almejadas. Entretanto, o processo de ampliação do número de agentes ofertantes no mercado de gás natural foi prejudicado, mais uma vez, pelas incertezas resultantes dos efeitos adversos globais da pandemia de Covid-19. Oscilações do mercado internacional fizeram o preço do GNL, por exemplo, atingir patamares históricos de alta. Com isso, o valor apurado em 31/12/2021 foi de 2 unidades.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A impossibilidade de regionalização do resultado está relacionada ao fato de os ofertantes de gás natural atuarem em todo o país, ou seja, disponibilizando o gás em mais de uma região.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0111 - Segurança energética em Gás Natural.

Informações básicas

Unidade de medida: anos
Linha de base: 5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Relação Entre Reserva e Produção de Gás Natural.
Meta prevista para 2020: 3
Meta prevista para 2021: 32
Meta prevista para 2022: 32
Meta prevista para 2023: 32

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7,8
Data do valor apurado: 31/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Muitas descobertas já realizadas precisam ser “provadas”, o que fará com que o índice fique mais próximo da meta.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Tratam-se de dados nacionais consolidados.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0112 - Segurança energética em Petróleo.

Informações básicas

Unidade de medida: Ano
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Relação entre Reserva e Produção de Petróleo.
Meta prevista para 2020: 14
Meta prevista para 2021: 22
Meta prevista para 2022: 23
Meta prevista para 2023: 21

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12,5
Data do valor apurado: 31/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Muitas descobertas já realizadas precisam ser “provadas”, o que fará com que o

Índice fique mais próximo da meta.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A segurança é calculada a partir das reservas existentes no território nacional e zona econômica exclusiva, não importando a região.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 3004 - AVIAÇÃO CIVIL

Objetivo: 1211 - Incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O IDAC de 2021, em função do cenário atual, não alcançou a meta estabelecida no PPA, porém demonstrou uma evolução de 51% em relação ao ano de 2020, com destaque para o subíndice ISAC que alcançou a meta estabelecida. Constatou-se que o setor de aviação civil ainda vem se recuperando gradualmente do impacto da pandemia do Covid-19, sendo que os voos totais ainda estão abaixo do nível pré-pandemia. Para o ano de 2021, estavam previstas a conclusão de obras nos aeroportos de Maringá/PR, Ipatinga/MG, Cacoal/RO, Estirão do Equador/AM, Bonito/MS e Sorriso/MT, sendo que, dentre estes seis aeroportos citados, cinco já estão com suas obras concluídas (Maringá/PR, Ipatinga/MG, Cacoal/RO, Estirão do Equador/AM, Bonito/MS) e um está com sua conclusão prevista para 2022 (Sorriso/MT). Ainda em 2021, ocorreu a 6ª rodada de concessões aeroportuárias, em que foram leiloados 22 aeroportos em abril do mesmo ano. Os contratos de concessão desses aeroportos foram assinados nas seguintes datas: bloco Sul - Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacacheri/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS, contratos assinados em 20 de outubro de 2021; bloco Central - Goiânia/GO, Palmas/TO, São Luís/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI e Petrolina/PE, contratos assinados em 18 de outubro de 2021; e bloco Norte - Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM, Tefé/AM e Boa Vista/RR, contratos assinados em 20 de setembro de 2021. A meta estabelecida para 2021, de concessão de 22 aeroportos, foi atingida integralmente, pois todos os contratos foram assinados no exercício.

Meta: 0512 - Melhorar o nível do Indicador de Desenvolvimento da Aviação Civil, passando de 0,55 para 0,66.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: --

Linha de base: 0,55

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Meta prevista para 2020: 0,6

Meta prevista para 2021: 0,66

Meta prevista para 2022: 0,66
Meta prevista para 2023: 0,66

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,489

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Outras

Justificativa para não regionalização da Meta: O IDAC é composto por vários subíndices e aferido nacionalmente. Devido a metodologia aplicada, a aferição regional é inexequível.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Mesmo não havendo mudanças metodológicas, foram detectadas algumas inconsistências na planilha de cálculo do IDRA, que precisaram ser corrigidas, tais como: a inclusão da localidade de dois aeroportos que estavam ausentes no rol de aeroportos pesquisados e atualização nas siglas de três aeroportos (as siglas antigas estavam impossibilitando a filtragem do código e impactando no resultado do IDRA). Devido a estas inconsistências, houve a necessidade de recálculo do IDRA para 2020 o que, conseqüentemente, impactou no resultado do IDAC 2020, que passou de 0,297 para 0,324. Para 2021, o resultado do IDAC foi de 0,489. Dos três subíndices que compõem o IDAC, dois (IDRA e ISGP) tiveram seus cálculos adaptados devido às restrições impostas pela pandemia: IDRA - para o ano de 2021, houve a continuidade da metodologia utilizada no ano anterior, onde foram considerados somente os aeroportos que tiveram operações por pelo menos oito meses no referido ano. Com isso, se encaixaram no critério 110 aeroportos e o resultado foi de 0,375. Houve a inclusão do novo aeroporto de Vitória da Conquista/BA; e ISGP - foi realizada a pesquisa de satisfação dos passageiros no primeiro, terceiro e quarto trimestres de 2021. No segundo trimestre foi repetido o valor do primeiro, pois não foi possível a realização da pesquisa, uma vez que o Brasil enfrentava a segunda onda de Covid-19. O valor de satisfação anual foi de 4,45, resultando no valor do ISGP de 0,560. O IDAC de 2021, em função do cenário atual, não alcançou a meta estabelecida no PPA, porém demonstrou uma evolução de 51% em relação ao ano de 2020, com destaque para o subíndice ISAC que alcançou a meta estabelecida. Consta-se que o setor de aviação civil ainda vem se recuperando gradualmente do impacto da pandemia do Covid-19, sendo que os voos totais ainda estão abaixo do nível pré-pandemia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Correção das inconsistências na planilha de cálculo do IDRA, subíndice que compõe o IDAC, e retomada das atividades planejadas com adequação aos protocolos de segurança sanitária.

Notas do usuário: -

Indicador: 8677 - Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil

Informações básicas

Unidade de medida: indicador mantido

Valor de referência: 0,55

Data de Apuração: 31/12/2018

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,489
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0002 - Concessões aeroportuárias realizadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de concessões aeroportuárias realizadas por ano.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 22
Meta prevista para 2022: 16
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 22
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em abril de 2021, ocorreu a 6ª rodada de concessões aeroportuárias, em que foram leiloados 22 aeroportos. Os contratos de concessão desses aeroportos foram assinados nas seguintes datas: bloco Sul - Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacacheri/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS, contratos assinados em 20 de outubro de 2021; bloco Central - Goiânia/GO, Palmas/TO, São Luís/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI e Petrolina/PE, contratos assinados em 18 de outubro de 2021; e bloco Norte - Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM, Tefé/AM e Boa Vista/RR, contratos assinados em 20 de setembro de 2021. A meta estabelecida para 2021, de concessão de 22 aeroportos, foi atingida integralmente, pois todos os contratos foram assinados no exercício.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	1	3	0	1	31/12/2021	O Aeroporto Santa Genoveva (SBGO) - Goiânia/GO: foi leiloado em 7 de abril de 2021, contrato assinado em outubro do mesmo ano.	Não informado
Região Nordeste	0	4	0	0	4	31/12/2021	Os quatro aeroportos foram leiloados em 7 de abril de 2021, sendo os contratos de concessão assinados em outubro do mesmo ano. Os aeroportos concedidos foram: aeroporto Marechal Cunha Machado (SBSL) - São Luís/MA; aeroporto Senador Petrônio Portella (SBTE) - Teresina/PI; aeroporto Senador Nilo Coelho (SBPL) - Petrolina/PE; e aeroporto Prefeito Renato Moreira (SBIZ) - Imperatriz/MA.	Não informado
Região Norte	0	8	6	0	8	31/12/2021	Os oito aeroportos foram leiloados em 7 de abril de 2021, sendo sete dos contratos de concessão assinados em setembro e um em outubro (aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ) - Palmas/TO). Os aeroportos concedidos foram: aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ) - Palmas/TO; aeroporto Internacional Eduardo Gomes (SBEG) - Manaus/AM; aeroporto Governador Jorge Teixeira de Oliveira (SBPV) - Porto Velho/RO; aeroporto Plácido de Castro (SBRB) - Rio Branco/AC; aeroporto de Cruzeiro do Sul (SBCZ) - Cruzeiro do Sul/AC; aeroporto de Tabatinga (SBTT) - Tabatinga/AM; aeroporto de Tefé (SBTF) - Tefé/AM; e aeroporto Atlas Brasil Cantanhede (SBBV) - Boa Vista/RR.	Não informado
Região Sudeste	0	0	7	0	0	31/12/2021	Sem previsão de concessão aeroportuária para a região sudeste em 2021.	Não informado
Região Sul	0	9	0	0	9	31/12/2021	Os nove aeroportos foram leiloados em 7 de abril de 2021, sendo os contratos de concessão assinados em outubro do mesmo ano. Os aeroportos concedidos foram: aeroporto Afonso Pena (SBCT) - Curitiba/PR; aeroporto Cataratas (SBFI) - Foz do Iguaçu/PR; aeroporto Ministro Victor Konder (SBNF) - Navegantes/SC; aeroporto Governador José Richa (SBLO) - Londrina/PR; aeroporto Lauro Carneiro de Loyola (SBJV) - Joinville/SC; aeroporto de Bacacheri (SBBi) - Bacacheri/PR; aeroporto de Pelotas (SBPK) - Pelotas/RS; aeroporto Rubem Berta (SBUG) - Uruguaiana/RS; e aeroporto Comandante Gustavo Kraemer (SBBG) - Bagé/RS.	Não informado

Resultado Intermediário: 0003 - Aeroportos reformados.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Reforma em aeroportos e/ou recuperação de pistas.

Meta prevista para 2020: 8

Meta prevista para 2021: 6

Meta prevista para 2022: 10

Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para o ano de 2021, estavam previstas a conclusão de obras nos aeroportos de Maringá/PR, Ipatinga/MG, Cacoal/RO, Estirão do Equador/AM, Bonito/MS e Sorriso/MT, sendo que, dentre estes seis aeroportos citados, cinco tiveram suas obras concluídas (Maringá/PR, Ipatinga/MG, Cacoal/RO, Estirão do Equador/AM, Bonito/MS) e um está com sua conclusão prevista para 2022 (Sorriso/MT). Com relação aos Resultados Intermediários de 2020, foram entregues cinco aeroportos: um na região sudeste, aeroporto de Linhares/ES, um na região centro-oeste, aeroporto de Coxim/MS, um na região norte, aeroporto de Santarém/PA, e dois na região Sul, Foz do Iguaçu/PR e Navegantes/SC. Quanto ao aeroporto de Congonhas/SP as obras foram postergadas devido dificuldades da contratada na aquisição de insumos, em decorrência da pandemia, e pelas dificuldades inerentes à execução de obras em área operacional do aeroporto. Previsão de conclusão em fevereiro 2022.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Aeroporto de Sorriso/MT: a obra não foi concluída como o previsto devido à rescisão contratual por parte da empresa contratada, sendo necessário efetuar uma relicitação. Aeroporto Congonhas/SP: as obras foram postergadas devido dificuldades da contratada na aquisição de insumos, em decorrência da pandemia, e pelas dificuldades inerentes à execução de obras em área operacional do aeroporto. Previsão de conclusão em fevereiro 2022.

Providências implementadas para a superação da restrição: Realizar relicitação do aeroporto de Sorriso/MT.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	1	2	1	4	2	31/12/2021	Aeroporto de Bonito/MS - Concluído em junho de 2021. Aeroporto de	Entrega da reforma do Aeroporto de Coxim/MS (resultado intermediário previsto em 2020), as

							Sorriso/MT - a obra não foi concluída como o previsto devido à rescisão contratual por parte da empresa contratada, sendo necessário efetuar uma relicitação. A conclusão das obras está prevista para o final de 2022.	obras foram concluídas em dezembro de 2021, estando em plena operação.
Região Nordeste	0	0	1	2	0	31/12/2021	Não há previsão de reformas em aeroportos na região nordeste em 2021.	Não informado
Região Norte	1	2	1	1	3	31/12/2021	Aeroporto de Estirão do Equador/AM - conclusão da obra em dezembro de 2021. Aeroporto de Cacoal/RO (TPS) - conclusão da obra em dezembro de 2021.	Entrega da reforma do aeroporto de Santarém/PA (resultado intermediário previsto em 2020), obra concluída em dezembro de 2020. Vistoria e entrega realizada em janeiro de 2021.
Região Sudeste	2	1	2	0	2	31/12/2021	Aeroporto de Ipatinga/MG - conclusão da obra em dezembro de 2021.	Não ocorreu a entrega do aeroporto de Congonhas/SP (resultado intermediário previsto em 2020): postergação da conclusão da obra devido dificuldades da contratada na aquisição de insumos, em decorrência da pandemia, e pelas dificuldades inerentes à execução de obras em área operacional do aeroporto. Previsão de conclusão em fevereiro 2022. Conclusão da reforma do aeroporto de Linhares/ES (Lado Ar - resultado intermediário previsto em 2020) - obra concluída, faltando apenas a certificação para que a entrega aconteça, que está prevista para o primeiro semestre de 2022
Região Sul	4	1	5	1	3	31/12/2021	Aeroporto de Maringá/PR (Lado Ar) - conclusão da obra em outubro de 2021.	Entrega da reforma do aeroporto de Foz do Iguaçu/PR (resultado intermediário previsto em 2020) - obra concluída em março 2021. Entrega da reforma do aeroporto de Navegantes/SC (resultado intermediário previsto em 2020) - obra concluída em maio de 2021.

PROGRAMA: 3005 - TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Objetivo: 1184 - Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O programa Transporte Aquaviário teve bom desempenho em 2021, apresentando forte crescimento no transporte de cargas na navegação de cabotagem, o que impulsionou o resultado do Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário – IESTA para 4,17, ultrapassando em 4,25% a meta para o ano. Ocorreram manutenções em sete hidrovias, sendo uma na região Sul, uma na região Nordeste, duas na região Norte, uma na região Sudeste, uma na região Centro-Oeste e uma Nacional. Foram realizados 12 leilões de terminais portuários, dos quais cinco tiveram os contratos assinados. Além disso, houve assinatura de quatro contratos de terminais leiloados em 2020, e foi computado mais um terminal com contrato assinado em dezembro de 2020. Também foi realizada uma dragagem na região Sul. Todos os empreendimentos estão especificados nas abas de regionalização. Quanto aos financiamentos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, foram entregues 46 projetos, sendo: construção de uma embarcação de cabotagem para transporte de derivados de petróleo, conversão de três embarcações de apoio marítimo e reparo de 23 embarcações - 13 de apoio marítimo e 10 de apoio portuário, além da modernização de 19 embarcações de navegação interior. Sobre os novos financiamentos do FMM, foram contratados R\$ 178,15 milhões, distribuídos entre: -construção de quatro rebocadores azimutais para apoio portuário; -suplementação de recursos ao projeto de construção de um dique flutuante para a expansão do estaleiro Navship; -reparo e conversão de embarcação tipo PSV, casco NAV-103, de apoio marítimo; -reparo e conversão de duas embarcações do tipo PSV, denominadas Bram Bahia e Bram Belém, - conversão da embarcação também do tipo PSV, denominada Bram Brasil (Apoio Marítimo); -reparo e conversão de embarcação do tipo PSV, denominada Campos Clipper; -reparo de duas embarcações - uma do tipo PSV, denominada Bram Buck, e uma do tipo WSV denominada Stim Star Brasil; e -conversão de duas embarcações, ambas do tipo PSV, denominadas Bram Búzios e Bram Brasília. Todas essas entregas contribuíram para o alcance do objetivo proposto.

Meta: 0523 - Melhorar o nível do Indicador de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário – IESTA, passando de 1,88 para 8,00.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: --
Linha de base: 1,88
Data de referência da linha de base: 19/06/2019
Meta prevista para 2020: 2,04
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 4,17

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: O IESTA é composto por vários subíndices e aferido nacionalmente. Devido a metodologia aplicada, a aferição regional é inexecutável.

Notas do usuário: -

Indicador: 8696 - Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário

Informações básicas

Unidade de medida: pontos

Valor de referência: 1,88

Data de Apuração: 19/06/2019

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 4,17

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0004 - Concessões de Portos e Terminais Portuários.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Número de concessões de Portos ou Terminais por ano.

Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 11

Meta prevista para 2022: 11
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Nesse resultado intermediário, considera-se a entrega realizada a partir da assinatura do contrato. Foram realizados doze leilões de terminais portuários em 2021, um a mais que o previsto na meta, e cinco tiveram os contratos assinados: -Pelotas/RS (PEL01): Destinado à movimentação de carga geral (toras de madeira), com R\$ 0,01 milhão em outorgas e investimentos previstos de R\$ 0,04 milhões; -Itaqui/MA (IQI03): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 61,30 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 104,78 milhões; -Itaqui/MA (IQI11): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 56,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 132,02 milhões; -Itaqui/MA (IQI12): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 40,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 183,72 milhões; e -Itaqui/MA (IQI13): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 59,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 243,94 milhões. Os sete portos que faltam a assinatura do contrato estão especificados na regionalização.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: O intervalo de tempo entre o leilão e a assinatura do contrato de concessão tem afetado o desempenho deste resultado intermediário, pois nem sempre é possível pactuar os termos do contrato dentro do mesmo exercício do leilão. Assim, a previsão da meta (que é feita baseada nas datas dos leilões) acaba comprometida.

Providências implementadas para a superação da restrição: Atualização das datas de assinatura dos contratos que ficaram pendentes em eventos de monitoramento posteriores.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	4	7	5	0	7	31/12/2021	Quatro terminais tiveram o contrato assinado em agosto de 2021: - Itaqui/MA (IQI03): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 61,30 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 104,78 milhões; -Itaqui/MA (IQI11): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 56,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 132,02 milhões; - Itaqui/MA (IQI12): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 40,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 183,72 milhões; e -Itaqui/MA (IQI13): Destinado à	Não informado

							movimentação de combustíveis líquidos, com R\$ 59,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 243,94 milhões. Três terminais foram leiloados em 2020 e a assinatura de contrato ocorreu em 2021: -Maceió/AL (MAC10): Destinado à movimentação de granéis líquidos (ácido sulfúrico), com R\$ 0,05 milhão em outorgas e investimentos previstos de R\$ 16,80 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 16 de junho de 2021; -Aratu/BA (ATU12): Destinado à movimentação de granel mineral, com R\$ 10,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 393,51 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 14 de maio de 2021; e -Aratu/BA (ATU18): Destinado à movimentação de granel vegetal, com R\$ 52,50 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 254,97 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 14 de maio de 2021. Três terminais foram leiloados em 2021 e tem previsão de assinatura de contrato no primeiro semestre de 2022: -Salvador/BA (SSDD9): Destinado à movimentação de carga geral, de projeto ou conteneurizada, leilado em 13 de agosto por R\$ 32,00 milhões em outorgas, com investimentos previstos de R\$ 17,73 milhões; -Areia Branca/RN (TERSAB): Destinado à movimentação de granel mineral (sal), leilado em cinco de novembro por R\$ 0,1 milhão em outorgas, com investimentos previstos de R\$ 164,11 milhões; -Maceió/AL (MAC13): Destinado à movimentação de granel vegetal (açúcar), leilado em cinco de novembro por R\$ 0,02 milhão em outorgas, com investimentos previstos de R\$ 57,86 milhões.	
Região Norte	0	1	2	0	1	31/12/2021	Foi realizado o leilão do terminal portuário de Macapá/PA (MCP02): Destinado à movimentação de farelo de soja, com R\$ 5,80 milhões em outorgas e investimentos de R\$ 41,35 milhões. A previsão da assinatura do contrato é para o primeiro semestre de 2022. Houve ainda a inclusão do terminal portuário de Vila do Conde/PA VDC30, previsto para 2020 e teve assinatura do contrato em 15/12/2020, porém, no monitoramento anterior ele não foi computado como realizado porque toda a gestão foi feita no próprio porto e não no MInfra, que só obteve esta confirmação após o período de monitoramento do PPA, ano base 2020. Por esta razão a entrega está sendo computada agora.	Não informado
Região Sudeste	2	2	3	0	0	31/12/2021	Foi realizado o leilão do terminal portuário de Santos/SP (STS08A): destinado à movimentação de combustíveis líquidos (GLP), leilado em 19 de novembro por R\$ 558,25 milhões em outorgas, com investimentos previstos de R\$ 678,33 milhões. A previsão da assinatura do contrato é para o primeiro semestre de 2022. O arrendamento do outro terminal que estava previsto para a região sudeste (Santos/SP STS08) não foi realizado devido a	Não informado

							falta de interessados no leilão que ocorreu em 2021. Entretanto, um novo leilão está previsto para 2022.	
Região Sul	1	1	1	0	2	31/12/2021	Em 2021, o terminal de Pelotas/RS (PEL01) foi leiloadado em abril e teve o contrato assinado em agosto, destinado à movimentação de carga geral (toras de madeira), com R\$ 0,01 milhão em outorgas e investimentos previstos de R\$ 0,04 milhões. O terminal de Paranaguá/PR (PAR12) foi leiloadado em 2020 e teve o contrato assinado em maio de 2021, destinado à movimentação de veículos, com R\$ 25,00 milhões em outorgas e investimentos previstos de R\$ 24,50 milhões.	Não informado

Resultado Intermediário: 0005 - Dragagens em portos organizados

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de dragagens em portos organizados realizadas
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foi realizada a Dragagem do Paranaguá/PR: o empreendimento permite a melhoria das condições de navegabilidade e segurança nas operações no porto de Paranaguá no estado do Paraná a partir de dragagens de aprofundamento. Os recursos foram destinados ao aumento de calado no acesso ao Porto de Paranaguá/PR, por meio de dragagem.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	1	0	0	0	0	31/12/2021	Não havia meta prevista para esta região no exercício de 2021.	Não informado
Região Sul	1	1	0	1	1	31/12/2021	Foi realizada a dragagem do Paranaguá/PR, o empreendimento permite a melhoria das condições de navegabilidade e segurança nas operações no porto de Paranaguá, no estado do Paraná, a partir de dragagens de aprofundamento. Os recursos foram destinados ao aumento de calado no acesso ao Porto, obra concluída em julho de 2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0006 - Manutenção hidroviária realizada

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Número de manutenções hidroviárias realizadas

Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 8

Meta prevista para 2022: 6

Meta prevista para 2023: 7

Valor Apurado: 7

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ocorreram manutenções em sete hidrovias, conforme listadas abaixo: -início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Madeira; -manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4; -início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Taquari; -início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Paraguai; -desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental; -escavação Canal de Acesso Ibitinga/SP; e -manutenção das Eclusas sob responsabilidade do DNIT. As intervenções realizadas em cada manutenção estão descritas na regionalização, exceto a de âmbito nacional, a seguir descrita: -Manutenção de eclusas sob responsabilidade do DNIT: disponibilidade completa de eclusas com a manutenção e operação, potencializando a navegação nas hidrovias brasileiras. Ao longo do ano, todas as eclusas nacionais sob responsabilidade do DNIT foram operacionalizadas. Foram finalizados os primeiros contratos de Diagnóstico e já iniciados os contratos de Operação e/ou Manutenção para os próximos 5 anos.

Restrições: Problemas no processo de Licenciamento Ambiental

Restrição: Problemas no processo de Licenciamento Ambiental

Detalhamento da restrição: Na hidrovia do Parnaíba, que estava prevista na meta de 2021, a execução de obras e serviços de dragagem e desobstrução/destocamento a serem realizados no canal do Delta do Parnaíba foi paralisada e está aguardando liberação de licença ambiental por parte da Marinha. A previsão é a retomada da obra no início de 2022.

Providências implementadas para a superação da restrição: Emitir licença ambiental (SEMA) para retornar atividades de dragagem.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	1	1	1	1	31/12/2021	-Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Paraguai: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do Paraguai e implantação de sinalização náutica tem como objetivo melhorar as condições de segurança e navegabilidade.	Não informado
Região Nordeste	2	2	1	1	1	31/12/2021	-Desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental: execução de obras e serviços de desobstrução/destocamento a serem realizados nas margens dos rios Mearim e Grajaú, tem como objetivo dar continuidade nas condições de segurança e navegabilidade da região garantidas por contratos anteriores. Na hidrovia do Parnaíba, que estava prevista na meta de 2021, a execução de obras e serviços de dragagem e desobstrução/destocamento a serem realizados no canal do Delta do Parnaíba foi paralisada e está aguardando liberação de licença ambiental por parte da Marinha. A previsão é a retomada da obra no início de 2022.	Não informado
Região Norte	2	2	1	2	2	31/12/2021	-Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Madeira: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia nos estados do Amazonas e Rondônia, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade. - Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4: os terminais sob responsabilidade do DNIT no localizador em questão apresentam instrumentos de operação e manutenção, de acordo com as suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos usuários. Estes serviços, garantem ainda, a manutenção da infraestrutura, inclusive edificações de apoio à operação portuária, gestão e operação	Não informado

							do parque portuário, dos equipamentos de carga e descarga, da carga e descarga das embarcações e dos terminais de passageiros.	
Região Sudeste	0	1	1	1	1	31/12/2021	-Escavação do Canal de Acesso de Ibitinga/SP: Recursos destinados a obras de implantação do canal a montante da eclusa de Ibitinga/SP, com objetivo principal de melhoria do acesso de comboios à Eclusa.	Não informado
Região Sul	1	1	1	1	1	31/12/2021	Hidrovia do Taquari: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do taquari com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade. O início da campanha da dragagem, foi efetivada março de 2021.	Não informado

PROGRAMA: 3006 - TRANSPORTE TERRESTRE E TRÂNSITO

Objetivo: 1235 - Promover a eficiência do sistema de transporte terrestre e trânsito.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito - IESTTT aferido foi de 5,63 e superou em 40,75% a meta para o ano. Cinco subíndices que integram o IESTTT tiveram avaliações acima das metas previstas e contribuíram para o resultado: manutenção rodoviária; concessões rodoviárias; morte no trânsito; vítimas fatais em acidentes em rodovias federais; e integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito. Devido ao "delay" para consolidação dos dados, para os subíndices de morte no trânsito e estado de conservação das rodovias federais não-concedidas foram utilizados dados de 2020. No modal rodoviário, foram leiloados 2.485,5 km de rodovias, sendo 850,7 km com contrato assinado em 2021, da BR-153/080/414/GO/TO. Também foram entregues 413,41 km de obras de construção/adequação rodoviárias, superando em 18,62% a meta prevista para o ano. Quanto à manutenção rodoviária, a meta também foi ultrapassada, tendo 60.265,22 km (94,24%) de um total de 63.948,66 km (sendo 8.362 km não pavimentados e 55.586,66 km pavimentados) da malha rodoviária federal assegurada por serviços de manutenção, todos com cobertura contratual, que podem ser do tipo: Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), Contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) e Contratos de Restauração. No modal ferroviário, todas as metas dos Resultados Intermediários - RI foram alcançadas. Quanto ao RI de concessões ferroviárias, ocorreu a subconcessão do trecho entre Ilhéus/BA - Caetité/BA (FIOL I) da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, com extensão de 537,0 km; já no RI de adequações ferroviárias, foi concluída a obra de adequação da Linha Férrea em Rolândia, na EF-369/PR, no Estado do Paraná; e no RI de construção de ferrovias, a meta de 68,81 km foi superada em 6,09% com a entrega de 73 km de trilhos assentados na FIOL, do trecho entre Caetité/BA e Barreiras/BA, intitulado como FIOL II. Na agenda de trânsito, pode-se destacar as melhorias e novas funcionalidades na Carteira Digital de Trânsito (CDT), otimizando a interface entre cidadão e serviços de trânsito; a implementação do RENAve – módulo saída de veículo zero km, projetado para que as concessionárias possam fazer a indicação do comprador e da Nota Fiscal Eletrônica (NFe) utilizada na venda de veículos novos; a disponibilização do aplicativo VIO (validador do QR Code), público e gratuito, traduzido para o espanhol para uso dos agentes de fiscalização dos países que fazem fronteira com o Brasil, objetivando a validação da autenticidade dos documentos brasileiros; o lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital (CRLVe), que reúne o Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Licenciamento Anual (CLA) no mesmo documento; a disponibilização do App Fiscalização com a finalidade de recolhimento administrativo da CNH digital pelos agentes de fiscalização; e o lançamento do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST),

ferramenta de diagnóstico da sinistralidade no trânsito, que possibilitará a identificação das principais causas e circunstâncias das ocorrências de acidentes e, assim, a promoção de ações e medidas preventivas.

Meta: 052B - Melhorar o nível do Indicador de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito – IESTTT, passando 1,59 para 8,00.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: pontos
Linha de base: 1,59
Data de referência da linha de base: 09/06/2019
Meta prevista para 2020: 2,01
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 5,63
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: O IESTTT é composto por vários subíndices e aferido nacionalmente. Devido a metodologia aplicada, a aferição regional é inexecutável.
Notas do usuário: -

Indicador: 8699 - Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito

Informações básicas

Unidade de medida: indicador mantido
Valor de referência: 1,59
Data de Apuração: 19/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 5,63
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0282 - BR-280/SC - Adequação - S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul

Informações básicas

Custo total: 1.363.211.040
Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 2,7
Valor da execução financeira: 79.377.313
Data da informação: 31/12/2021
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 73,9 km de extensão e três lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 2,0 km, o que equivale a 2,70% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 79,38 milhões. Foram concluídas a limpeza e o desmatamento. Estão em execução drenagem de Obra de Arte Complementar (OAC), drenagem superficial, obras complementares, obras geotécnicas, hidrossemeadura, recuperação de áreas degradadas, supressão vegetal, terraplenagem, sub-base, base, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão da obra em março de 2023. Pendências: o crédito suplementar foi publicado apenas em 18/10/2021. Por conta disso, não houve tempo hábil para liquidação. A dotação inicial era de 60 milhões e o crédito suplementar de 54,3 milhões. Restrições na execução física: Lote 1: - Desapropriação: Estimativa de 447 lotes a serem desapropriados ao custo de R\$ 120mi - Ambiental: Sítios históricos e arqueológicos. Lote 2.1: - Desapropriação: Faltam duas desapropriações na área do raio de 3 km das terras indígenas. Lote 2.2: - Desapropriação: Pendências após o emboque oeste do túnel e impedimentos na execução da ponte sobre o Rio Itapocu. - Remanejamento da Rede de Gás, rede elétrica e comunicações
Observação: -

Investimento Plurianual: 0284 - BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio do Sul

Informações básicas

Custo total: 1.197.037.316
Meta de execução física prevista até 2023: 99,5

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 13,66

Valor da execução financeira: 99.630.072

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 73,2 km de extensão e cinco lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 10,0 km, o que equivale a 13,66% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 99,63 milhões. Foi concluído o desmatamento. Estão em conclusão drenagem de OAC, drenagem superficial, obras complementares, obras de contenção, obras geotécnicas, hidrossemeadura, recuperação de áreas degradadas, supressão vegetal, terraplenagem, regularização sub-leito, sub-base, base, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão em novembro de 2022.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0285 - BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA - Entr. BR-324

Informações básicas

Custo total: 1.166.701.857

Meta de execução física prevista até 2023: 82

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 12,01

Valor da execução financeira: 88.992.791,79

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 166,5 km de extensão e quatro lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 20,0 km, o que equivale a 12,01% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 88,99 milhões. Foram concluídos projetos e desmatamento. Estão em execução drenagem, OAC, obras geotécnicas, obras complementares, hidrossemeadura, regularização sub-leito, sub-base, supressão vegetal, terraplenagem, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão em dezembro de 2022.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0286 - BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte

Informações básicas

Custo total: 4.699.255.814

Meta de execução física prevista até 2023: 89,7

Valor da execução física: 0

Valor da execução financeira: 48.867.622,95

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 303,0 km de extensão e dois lotes de obras. Devido ao rompimento de taludes, as obras foram paralisadas e não houve execução física em 2021. Entretanto, foram concluídos projeto, desmatamento e terraplenagem (lote 7). Estão em execução drenagem, OAC, obras complementares, obras de contenção, hidrossemeadura, sub-base, terraplenagem, revestimento, sinalização, supressão vegetal e restauração. Houve execução financeira de R\$ 48,87 milhões. Previsão de conclusão em julho de 2022 (lotes 3.1 e 7). Pendências: instabilidade de taludes no Lote 3.1

Observação: -

Investimento Plurianual: 0391 - BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém

Informações básicas

Custo total: 2.550.293.633

Meta de execução física prevista até 2023: 16

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,1

Valor da execução financeira: 26.225.846,29

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 914,0 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 1,0 km, o que equivale a 0,1% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 26,23 milhões. Foram concluídos desmatamento, terraplenagem (lote 1.6), base, revestimento e sinalização. Estão em execução supressão vegetal, terraplenagem, drenagem, obras complementares, pavimentação e Obra de Arte Especial (OAE). Previsão de conclusão em dezembro de 2022. Pendências: A BR-163/PA não cumpriu com a execução planejada em razão do ritmo lento de obra e cronograma atrasado por responsabilidade da contratada, além de interferências com a desapropriação.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0396 - Porto de Pecém - Acesso Rodoviário - BR-222/CE

Informações básicas

Custo total: 210.944.150

Meta de execução física prevista até 2023: 100

Valor da execução física: 54,17

Valor da execução financeira: 41.705.582,36

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 24,0 km de extensão e um lote de obras. Em 2021, a execução física foi de 13,0 km, o que equivale a 54,17% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 41,71 milhões. Estão em execução drenagem OAC, drenagem superficial, obras complementares, terraplenagem, sub-base, base, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão em maio de 2023.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0397 - BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil

Informações básicas

Custo total: 2.184.467.067

Meta de execução física prevista até 2023: 11,3

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 1,24

Valor da execução financeira: 30.992.491,61

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 403,0 km de extensão e três lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 5,0 km, o que equivale a 1,24% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 30,99 milhões. Foram concluídos terraplenagem (lote 1) e desmatamento. Estão em execução terraplenagem, drenagem, base, revestimento, obras complementares e sinalização. Previsão de conclusão em dezembro de 2022. Pendências: restrição orçamentária.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0399 - BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE

Informações básicas

Custo total: 2.639.978.872

Meta de execução física prevista até 2023: 38,4

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 21,34

Valor da execução financeira: 92.988.514,67

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 248,4 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 53,0 km, o que equivale a 21,34% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 92,99 milhões. Houve suplementação orçamentária, o que permitiu uma execução avançada com priorização da restauração da pista existente com pavimentação superior a meta. Estão em execução drenagem OAC, drenagem superficial, obras complementares, restauração, terraplenagem, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão em janeiro de 2023.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0408 - BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul - Pelotas

Informações básicas

Custo total: 1.987.388.094

Meta de execução física prevista até 2023: 52,8

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 4,84

Valor da execução financeira: 77.162.495,99

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 227,0 km de extensão e nove lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 11,0 km, o que equivale a 4,84% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 77,16 milhões. Foi concluído desmatamento. Estão em execução terraplenagem, base, revestimento, drenagem e sinalização. Previsão de conclusão em novembro de 2022. Pendências: restrição orçamentária.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0429 - BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra

Informações básicas

Custo total: 601.995.484

Meta de execução física prevista até 2023: 46,4

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,68

Valor da execução financeira: 57.041.264,98

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 147,0 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2021, a execução física foi de 1,0 km, o que equivale a 0,68% do total do empreendimento, com execução financeira de R\$ 57,04 milhões. Foi concluído projeto. Estão em execução desmatamento, terraplenagem, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão em agosto de 2022. Pendências: Restrição orçamentária e trecho indígena (km 12,56 ao km 20,34) com impedimento até a elaboração do Projeto Básico Ambiental Indígena - PBAI.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0454 - BR-163/PR - Adequação Entr. BR-277 - Cascavel - Marmelândia

Informações básicas

Custo total: 735.151.010

Meta de execução física prevista até 2023: 46,4

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0

Valor da execução financeira: 4.024.004

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 74,0 km de extensão, com um total de execução da obra de 70,68%. Porém, em 2021, houve a paralisação por parte da empresa contratada, em função disso não houve execução física. Execução financeira de R\$ 4,02 milhões. Foi concluído projeto e resolução de questões de desapropriações pendentes, de um total de 202 cadastros, foram ajuizados 64, com a realização dos mutirões judiciais para resolução dos conflitos. Estão em execução desmatamento, terraplenagem, revestimento e sinalização. Previsão de conclusão em dezembro de 2022. Pendências: Obras paralisadas por iniciativa da empresa. Há processo administrativo aberto para apurar a responsabilidade com possível aplicação de penalidade.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0460 - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS

Informações básicas

Custo total: 927.156.451

Meta de execução física prevista até 2023: 23,2

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 1

Valor da execução financeira: 15.841.989,33

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: A execução física foi de 1% e a financeira de R\$ 15,84 milhões. A travessia principal foi entregue em dezembro de 2020, porém, em agosto de 2021, o contrato foi encerrado, pois a empresa recusou-se a assinar o termo aditivo de prorrogação de prazo. Entre os serviços previstos neste contrato estavam o apoio social para a realocação das famílias, com a falta deste serviço não foi possível realizar as ações judiciais de desapropriação e reassentamento, devido as dificuldades operacionais; Previsão de conclusão em dezembro de 2022. Pendências: restrição orçamentária e desapropriações.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0508 - Construção da ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus/BA - Barreiras/BA) - EF 334

Informações básicas

Custo total: 8.343.700.000

Meta de execução física prevista até 2023: 16,24

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 9,9

Valor da execução financeira: 360.775.357,29

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O empreendimento, com extensão total de 1.022 km, está dividido em dois trechos, sendo FIOL I (Ilhéus/BA-Caetité/BA) e FIOL II (Caetité/BA – Barreiras/BA). Foi realizado o leilão da FIOL I, com a assinatura do contrato em setembro de 2021, referente a 537,0 km, com outorgas de R\$ 32,3 milhões e investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões. Com relação a FIOL II, com extensão de 485,0 km, foram investidos R\$ 360,78 milhões, gerando um avanço físico de 9,9% (percentual referente a todas as intervenções do empreendimento, como por exemplo terraplanagem, drenagem, superestrutura e assentamento de trilhos), resultando na entrega de 73,0 km de lançamento de trilhos, com um total acumulado de 56% no avanço físico das obras. Previsão de conclusão em dezembro de 2023.

Observação: -

Resultado Intermediário: 0007 - Concessões rodoviárias realizadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Km

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quilômetro de rodovias concedido.

Meta prevista para 2020: 657,42

Meta prevista para 2021: 3.118,67
Meta prevista para 2022: 11.090,57
Meta prevista para 2023: 3.128,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 850,7

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram leiloados 2.485,5 km, entretanto, somente 850,7 km tiveram o contrato assinado em 2021, correspondendo ao trecho da BR-153/080/414/GO/TO (sendo 178,9 km no estado de Tocantins e 671,8 km no estado de Goiás). Os demais trechos leiloados e com previsão de assinatura de contrato em 2022 são: BR-163/230/MT/PA (1.009,0 km) e BR-116/101/SP/RJ (625,8 km). Também estava previsto o leilão da BR-381/262/MG/ES (672,0 km) para dezembro de 2021, mas o leilão foi remarcado para 2022.

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: O intervalo de tempo entre o leilão e a assinatura do contrato de concessão tem afetado o desempenho deste resultado intermediário, pois nem sempre é possível pactuar os termos do contrato dentro do mesmo exercício do leilão. Assim, a previsão da meta (que é feita baseada nas datas dos leilões) acaba comprometida.

Providências implementadas para a superação da restrição: Atualização das datas de assinatura dos contratos que ficaram pendentes em eventos de monitoramento posteriores.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Foi necessário adiar o leilão da BR-381/262/MG/ES (672,0 km). A alteração do cronograma e de alguns documentos foi em razão de ajustes propostos pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra), devido à situações que impactam a viabilidade dos projetos que compõem a carteira de concessões de rodovias, principalmente no que tange os efeitos da pandemia de Covid-19, bem como propôs revisão e ajustes dos seguintes aspectos dos documentos dos editais das novas outorgas rodoviárias, quais sejam: -Inserção de instrumento contratual capaz de mitigar o risco que a variação dos custos dos insumos representa para os projetos; -Revisão da diretriz estabelecida sobre o percentual pré-estabelecido de receitas não tarifárias a serem consideradas no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA), tendo em vista avanço da regulamentação do setor de telecomunicações, sobretudo após a edição da Lei nº 13.116/2015, do Decreto nº 10.480/2020 e do próprio leilão do 5G, ocorrido nesse mês de novembro; -Separação da integralização do capital social mínimo em dois momentos: (I) quando da assinatura do contrato de parceria e (II) quando do início da cobrança de pedágio; e -Previsão, especificamente para o projeto da BR-381/262/MG/ES, de que no Programa de Exploração Rodoviária (PER) os parâmetros técnicos sejam compatíveis com a realidade da rodovia, de forma a ser desejável que a exigência original de atendimento irrestrito aos critérios geométricos da Classe I-A seja flexibilizada para as novas intervenções de ampliação de capacidade.

Providências implementadas para a superação da restrição: Adequação da documentação e remarcação do leilão para 2022.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	0	917	845,9	671,8	31/12/2021	Correspondente aos trechos no estado de Goiás da concessão da BR-153/080/414/GO/TO.	Não informado
Região Nordeste	0	0	2.939	437,8	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	0	0	0	0	178,9	31/12/2021	Correspondente ao trecho no estado de Tocantins da concessão da BR-153/080/414/GO/TO.	Não informado
Região Sudeste	0	1.297,97	1.920,9	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	220,42	0	4.509,67	0	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0008 - Concessões ferroviárias realizadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quilômetro de ferrovia concedido.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 537
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 537
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O leilão da subconcessão do trecho entre Ilhéus/BA - Caetité/BA (FIOL I) da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL, com extensão de 537,0 km, foi realizado em abril de 2021. O contrato de concessão foi assinado em setembro do mesmo ano.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	537	0	0	537	31/12/2021	O leilão da subconcessão do trecho entre Ilhéus/BA - Caetitê/BA (FIOL I) da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, com extensão de 537,0 km, foi realizado em abril de 2021. O contrato de concessão foi assinado em setembro do mesmo ano.	Não informado

Resultado Intermediário: 0009 - Construção ou Adequação de rodovias.

Informações básicas

Unidade de medida: Km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Construção ou adequação de quilômetro de rodovia realizada por ano.
Meta prevista para 2020: 544,19
Meta prevista para 2021: 348,49
Meta prevista para 2022: 350
Meta prevista para 2023: 350

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 413,4
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Durante o período de 2021 foram executados 413,41 km de obras de construção/adequação rodoviária. Os empreendimentos executados foram regionalizados da seguinte forma: no Nordeste 254,23 km; no Sul 120,27 km; no Centro-Oeste 19,52 km; no Sudeste 12,76 km e no Norte 6,62 km. A meta para o exercício, que corresponde a 348,49 km, foi superada em 18,62%.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	48,3	29,8	-	-	19,52	31/12/2021	As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a desapropriação, rescisão contratual com a empreiteira, interferências com concessionárias de serviços públicos e meio ambiente.	-Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado do Mato Grosso - 5,24 km. -Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS No Estado de Mato Grosso do Sul - 7,76 km. -Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT - No Estado do Mato Grosso - 6,52 km.
Região Nordeste	159,84	143,84	-	-	254,23	31/12/2021	A meta regionalizada foi superada em 59,05%.	-Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA - 18,9 km. -Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI no Estado do Piauí - 42,87 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe - 47,55 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/BA - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia - 11,8 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Div. SE/BA - Entr. BR-324 - na BR-101/BA - No Estado da Bahia - 20,47 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte - 4,8 km. -Construção de Viaduto Rodoviário nos Municípios de Natal e Parnamirim - na BR-101-RN No Estado do Rio Grande do Norte - 4,88 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará - 13,9 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA No Estado do Maranhão - 3,58 km. -Adequação de Trecho

								Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL - No Estado de Alagoas - 53,6 km. -Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA No Estado da Bahia - 5,75 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB No Estado da Paraíba - 8,99 km. -Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA - 2,02 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI - 4 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR- 222/CE - 11,12 km.
Região Norte	127,59	57	-	-	6,62	31/12/2021	As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a desapropriação, rescisão contratual com a empreiteira, interferências com concessionárias de serviços públicos e meio ambiente.	-Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA - No Estado do Pará - 0,78 km. -Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR - No Estado de Roraima - 4,44 km. -Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - Na BR-364/RO no Município de Porto Velho - RO - 1,4 km.
Região Sudeste	57,5	22,5	-	-	12,76	31/12/2021	As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a desapropriação, rescisão contratual com a empreiteira, interferências com	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG No Estado de Minas Gerais - 3,28 km. Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso ONDA VERDE - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP - No Estado de São Paulo - 8,83 km. Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES No Estado do Espírito Santo - 0,29 km. Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES No Município de Serra - ES - 0,36 km.

							concessionárias de serviços públicos e meio ambiente.	
Região Sul	150,96	95,35	-	-	120,27	31/12/2021	As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a desapropriação, rescisão contratual com a empreiteira, interferências com concessionárias de serviços públicos e meio ambiente.	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul - 14,26 km. Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina - 10,78 km. Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS No Município de Santa Maria - RS - 1,27 km. Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC No Estado de Santa Catarina - 3,72 km. Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR - No Estado do Paraná - 0,86 km. Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina - 2,34 km. Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR No Estado do Paraná - 30,41 km. Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - Na BR-282/SC - No Estado de Santa Catarina - 55,57 km. Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC - 1,06 km.

Resultado Intermediário: 0010 - Manutenção de rodovias.

Informações básicas

Unidade de medida: %

Linha de base: 88

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Taxa de cobertura conservacional rodoviária.

Meta prevista para 2020: 90

Meta prevista para 2021: 90

Meta prevista para 2022: 90

Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94,24

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Atualmente, 60.265,22 km (94,24%) de um total de 63.948,66 km (8.362 km não pavimentados e 55.586,66 km pavimentados) da malha rodoviária federal encontram-se assegurados por serviços de manutenção, todos cobertos por contratos que podem ser: Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), Contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) e Restauração.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	90	90	90	95,5	31/12/2021	Como resultados, cumpre destacar que em 2021, o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas - PROCREMA, aliado às obras de Restauração e serviços de Conservação, contemplou 9.940,70 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Centro-Oeste, correspondendo a cerca de 95,5% da malha total de 10.404,20 km.	A restrição orçamentária tem implicado na mudança de Contratos de Manutenção Estruturada para Contratos de Conservação tradicional. O que poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado.
Região Nordeste	0	90	90	90	95,4	31/12/2021	Como resultados, cumpre destacar que em 2021, o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas - PROCREMA, aliado às obras de Restauração e serviços de Conservação, contemplou 20.333,10 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Nordeste, correspondendo a cerca de 95,4% da malha total de 21.317,20 km.	A restrição orçamentária tem implicado na mudança de Contratos de Manutenção Estruturada para Contratos de Conservação tradicional. O que poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado.
Região Norte	-	90	90	90	95,3	31/12/2021	Como resultados, cumpre destacar que em 2021, o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas - PROCREMA, aliado às	A restrição orçamentária tem implicado na mudança de Contratos de Manutenção Estruturada para Contratos de Conservação tradicional. O que

							obras de Restauração e serviços de Conservação, contemplou 14.065,40 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Norte, correspondendo a cerca de 95,3% da malha total de 14.766,0 km.	poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado.
Região Sudeste	-	90	90	90	84	31/12/2021	Como resultados, cumpre destacar que em 2021, o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas - PROCREMA, aliado às obras de Restauração e serviços de Conservação, contemplou 6.229,19 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Sudeste, correspondendo a cerca de 84,0% da malha total de 7.412,76 km.	A restrição orçamentária tem implicado na mudança de Contratos de Manutenção Estruturada para Contratos de Conservação tradicional. O que poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado.
Região Sul	-	90	90	90	96,5	31/12/2021	Como resultados, cumpre destacar que em 2021, o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas - PROCREMA, aliado às obras de Restauração e serviços de Conservação, contemplou 9.697,20 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Sul, correspondendo a cerca de 96,5% da malha total de 10.048,50 km.	A restrição orçamentária tem implicado na mudança de Contratos de Manutenção Estruturada para Contratos de Conservação tradicional. O que poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado.

Resultado Intermediário: 0011 - Construção de ferrovias.

Informações básicas

Unidade de medida: Km

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Quilômetro de ferrovia construída por ano.

Meta prevista para 2020: 0,01

Meta prevista para 2021: 68,81

Meta prevista para 2022: 141,48

Meta prevista para 2023: 22,97

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 73

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho entre Caetité/BA e Barreiras/BA, intitulado como FIOL II, foram investidos cerca de R\$ 360,78 milhões gerando um avanço físico de 9,9% (percentual referente a todas as intervenções do empreendimento, como, por exemplo terraplanagem, drenagem, superestrutura e assentamento de trilhos), resultando na entrega de 73 km de trilhos assentados, sendo 43 km com recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA), 30 km de Restos a Pagar (RAP) e recursos de investimento cruzado pela renovação de subconcessões junto a Empresa Vale S.A, que contemplam a entrega dos trilhos, chegando a um acumulado de 56% no avanço físico das obras. A meta prevista para o exercício 2021 foi superada em 6,09%.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	68,81	141,48	22,97	73	31/12/2021	A meta prevista para o exercício 2021 foi superada em 6,09%.	Não informado

Resultado Intermediário: 0304 - Adequações ferroviárias

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2021

Indicador: Quantidade de adequações ferroviárias realizadas durante o ano

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foi concluída a obra de adequação da Linha Férrea em Rolândia, na EF-369/PR, no Estado do Paraná, alcançando a meta prevista para o exercício.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	-	0	1	1	0	31/12/2021	Não havia previsão de adequação ferroviário para esta região em 2021.	Não informado
Região Sul	-	1	0	0	1	31/12/2021	Foi concluída a obra de adequação da Linha Férrea em Rolândia, na EF-369/PR, no Estado do Paraná, alcançando a meta prevista para o exercício.	Não informado

PROGRAMA: 4001 - COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS DO GOVERNO FEDERAL

Objetivo: 1198 - Ampliar e modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No que concerne à Empresa Brasil de Comunicação - EBC, o Plano Plurianual - PPA (2020-2023) foi elaborado em consonância com o Planejamento Estratégico da EBC (2021-2025). O objetivo estabelecido visa à continuidade no avanço da consolidação do sistema público de radiodifusão sonora e de sons e imagens complementar ao sistema privado e ao estatal, conforme previsto no artigo 223 da Constituição Federal/88. A EBC estruturou o seu objetivo no PPA 2020-2023 com a meta de estar presente com sinal digital da TV Brasil e sinal de Rádio FM, por meio de estrutura própria ou com o apoio de afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública, com vistas a ampliar e a melhorar os serviços públicos de radiodifusão prestados à população brasileira. As ações voltadas para o alcance deste objetivo estão vinculadas a Estratégia da EBC, consoante o Objetivo Estratégico "Ampliar o alcance da TV e Rádio, por meio da estrutura própria ou de afiliadas". Para este Objetivo, constam 2 Indicadores Estratégicos com resultados diretamente relacionados às metas do PPA: o Índice de Cobertura da Radiodifusão – TV Digital e o Índice de Cobertura da Radiodifusão – Rádio FM. Além desses, foram previstos 2 Indicadores Operacionais: o Índice de

Alcance das Rádios e o Índice de Alcance das TVs. Nesse sentido, o objetivo e as metas no PPA 2020-2023, sob responsabilidade da EBC, foram definidos com base na estratégia da Empresa e na Política Pública de Comunicação do Governo Federal, que prevê a digitalização da televisão no Brasil e a ampliação de oferta de conteúdo multimídia. Para a EBC, o alcance de resultados efetivos na Política Pública de Comunicação do Governo Federal projeta o aumento da cobertura em sinal digital da TV Brasil e da cobertura das Rádios Públicas em FM, além da distribuição de conteúdos em Digital, a fim de possibilitar maior disponibilidade de acesso à população brasileira. 2. Execução das Metas Considerando as emissoras próprias e afiliadas, ao final de 2021, a EBC disponibilizou acesso ao sinal de Televisão Digital terrestre para cerca de 74,2 milhões de pessoas e o sinal de Rádio FM para 42,9 milhões, com referência no Censo 2010 - IBGE, além da disponibilização do sinal para todo o País por meio de satélite e transmissão em ondas curtas de rádio. Segundo dados da Kantar IBOPE Media, em 2021, mais de 42,8 milhões de indivíduos foram impactados pelos conteúdos da TV Brasil, em cerca de 20,7 milhões de domicílios únicos, considerando o desempenho nos 15 mercados de medição regular (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Manaus). Esses resultados renderam ao canal, em dezembro de 2021, a marca histórica do alcance da 5ª posição dentre os mais de 95 canais medidos pelo Painel Nacional de Televisão (PNT). Com relação às Rádios FM, as pesquisas de audiência das emissoras “Nacional FM”, em Brasília/DF, e “MEC FM”, no Rio de Janeiro/RJ, cidades onde há aferição do alcance, apresentaram média mensal de mais de 210,8 mil ouvintes, em 2021. Além disso, nos últimos anos, a EBC reforçou a sua presença no meio digital. A Empresa conta com o aplicativo Rádios EBC que reúne em uma única plataforma as programações das Rádios Nacional e das Rádios MEC, e, em 2021, houve o lançamento de canais da Rádio MEC no Spotify e no Youtube. Confirmou, também, presença para os conteúdos da TV Brasil por meio do aplicativo TV Brasil Play que permite acessar, sob demanda, um catálogo de programas e séries. Esses aplicativos estão disponíveis para as plataformas Android e iOS e podem ser instalados gratuitamente. No PPA 2020-2023 está previsto o alcance de 85% das capitais brasileiras com o sistema de TV Digital em 2021. A meta foi alcançada em 2021, o que equivale a 23 do total de 27 capitais. A ampliação da cobertura das Rádios Públicas, também, foi fortalecida. Em 2021, ao considerar as emissoras próprias da EBC e as afiliadas, a cobertura da radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) fechou o ano com 59% das capitais brasileiras atendidas, sendo representado em números absolutos por 16 das 27 capitais. A meta prevista era de 63%, ou seja, 17 capitais. No entanto, em decorrência da necessidade de devolução do transmissor de Rádio adquirido para instalação na capital São Luís/MA, que apresentou intercorrências técnicas, a meta não foi atingida em sua plenitude, situação sanada em 2022.

Meta: 050J - Ampliar a cobertura da radiodifusão para 100% com a difusão de conteúdos multimídias de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania, nas capitais, no Distrito Federal e suas regiões metropolitanas, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 48
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 61
Meta prevista para 2021: 74
Meta prevista para 2022: 87
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 72
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: A execução da meta da Rádio alcançou quase que em sua totalidade o estimado. Em decorrência da necessidade de devolução do transmissor de Rádio adquirido para instalação na capital São Luís/MA, que apresentou intercorrências técnicas, o atendimento pleno de todas as 17 capitais previstas para 2021 foi prejudicado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Situação já sanada em 2022.

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	63	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado da meta acumulada até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas com TV nesta região: Brasília/DF, Cuiabá/MT e Goiânia/GO Capitais atendidas com Rádio nesta região: Brasília/DF e Campo Grande/MS.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	67	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado da meta acumulada até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas com TV nesta região: Salvador/BA, Fortaleza/CE, João Pessoa/PB, Recife/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Maceió/AL e São Luís/MA. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Aracaju/SE, Natal/RN, Teresina/PI e Recife/PE.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	86	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado da meta acumulada até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas com TV nesta região: Manaus/AM, Boa Vista/RR, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Macapá/AP e Belém/PA. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Macapá/AP, Manaus/AM, Palmas/TO, Boa Vista/RR, Rio Branco/AC e Belém/PA.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	75	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado da meta acumulada até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas com TV nesta	Não informado

							região: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/BH Capitais atendidas com Rádio nesta região: Belo Horizonte/BH, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.	
Região Sul	-	-	-	-	67	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado da meta acumulada até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas com TV nesta região: Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Florianópolis/SC Capitais atendidas com Rádio nesta região: Curitiba/PR	Não informado

Indicador: 8658 - Índice de cobertura da Radiodifusão

Informações básicas

Unidade de medida: percentual alcançado
Valor de referência: 48
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Semestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 72
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: N/A

Resultado Intermediário: 0012 - Expansão da radiodifusão por TV Digital

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cobertura de sinal
Linha de base: 70
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Índice de cobertura da TV Brasil Digital
Meta prevista para 2020: 78
Meta prevista para 2021: 85
Meta prevista para 2022: 93
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 85

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No PPA 2020-2023 estava previsto para 2021, o alcance de 85% das 27 capitais brasileiras com acesso ao sistema de TV Digital, ou seja, 23 capitais. Ao final do ano de 2021, alcançou-se 23 capitais, atingindo 100% da meta prevista para o ano. Destaca-se, ainda, que a EBC disponibilizou acesso ao sinal de televisão digital para cerca de 74,2 milhões de pessoas, considerando as emissoras próprias e afiliadas, impactando, segundo dados da Kantar IBOPE Media, em 2021, mais de 42,8 milhões de indivíduos, em cerca de 20,7 milhões de domicílios únicos, considerando o desempenho nos 15 mercados de medição regular (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Manaus), resultados que renderam ao canal, em dezembro de 2021, alcançar a marca histórica da quinta posição dentre os mais de 95 canais medidos pelo PAINEL Nacional de Televisão (PNT). Como reforço na presença digital, os conteúdos da TV Brasil têm sido disponibilizados, também, por meio do aplicativo TV Brasil Play que permite acessar, sob demanda, o catálogo de programas. Foram contabilizados, em 2021, mais de 430,5 mil usuários que conectaram o aplicativo, um acréscimo de 106% em relação ao ano de 2020 (208,5 mil).

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	75	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Brasília/DF, Cuiabá/MT e Goiânia/GO.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	89	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Salvador/BA, Fortaleza/CE, João Pessoa/PB, Recife/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Maceió/AL e São Luís/MA.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	86	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Manaus/AM, Boa Vista/RR, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Macapá/AP e Belém/PA.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	75	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta	Não informado

							região: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/BH.	
Região Sul	-	-	-	-	100	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Florianópolis/SC.	Não informado

Resultado Intermediário: 0013 - Expansão da radiodifusão por Rádio FM

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cobertura com sinal FM

Linha de base: 26

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Índice de Cobertura da Rádio FM

Meta prevista para 2020: 44

Meta prevista para 2021: 63

Meta prevista para 2022: 81

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 59

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considerando as emissoras próprias da EBC e as consignadas, em 2021, foram alcançadas 16 das 17 capitais previstas na meta de 2021, o que representa 94% da meta do ano e 59% da meta final do PPA que é alcançar as 27 capitais brasileiras com sinal de Rádio FM. O início das transmissões, na faixa de banda estendida de FM em Recife/PE, Brasília/DF, Belo Horizonte/BH, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP contribuíram para esta meta. Assim como as novas afiliações com as seguintes instituições à Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio: Rádio Aldeia FM, Rio Branco/AC; Emissora afiliada Recife/PE; Rádio Marinha – Belém/PR; e Rádio Paraná Educativa, Curitiba/PR. Destaca-se, ainda, que, durante o ano de 2021, a EBC disponibilizou acesso ao sinal de Rádio FM para 42,9 milhões de pessoas, e atingiu o alcance médio mensal de 210,8 mil ouvintes de FM, considerando o desempenho da “Nacional FM Brasília”, em Brasília/DF, e “MEC FM”, no Rio de Janeiro/RJ, cidades onde há aferição do alcance. Nos últimos anos, a EBC reforçou a sua presença no meio digital. A Empresa conta com o aplicativo Rádios EBC, que reúne em uma única plataforma as programações das Rádios Nacional e MEC, e encerrou o ano com mais de 18,6 mil usuários. Além disso, houve o lançamento de canais da Rádio MEC no Spotify e no Youtube.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: A execução da meta da Rádio alcançou quase que em sua totalidade o estimado. Em decorrência da necessidade de devolução do transmissor de Rádio adquirido para instalação na capital São Luís/MA, que apresentou intercorrências técnicas, o atendimento pleno de todas as 17 capitais previstas para 2021 foi prejudicado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Situação já sanada em 2022.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	50	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Brasília/DF e Campo Grande/MS.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	44	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Aracajú/SE, Natal/RN, Teresina/PI e Recife/PE.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	86	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Macapá/AP, Manaus/AM, Palmas/TO, Boa Vista/RR, Rio Branco/AC e Belém/PA.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	75	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Belo Horizonte/BH, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	33	31/12/2021	O percentual apresentado por região demonstra o resultado intermediário acumulado até 2021 em relação a meta prevista até o final do PPA em 2023. Capitais atendidas nesta região: Curitiba/PR.	Não informado

PROGRAMA: 4002 - SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Objetivo: 1205 - Aprimorar a articulação e o assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Assim como em 2020, o ano de 2021 foi marcado, mundialmente, pela pandemia de Covid-19, que trouxe grande impacto às atividades do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Planos foram adaptados e metas revistas, entretanto as atividades relacionadas ao nosso tripé de atuação foram mantidas: a segurança de autoridades, a produção de Inteligência federal e a coordenação de assuntos afetos à segurança institucional, com foco na segurança nuclear, nas atividades ligadas ao setor espacial, na segurança da informação, no acompanhamento das infraestruturas críticas e na proteção de fronteiras. Apesar dos impactos da pandemia, o GSI conseguiu desempenhar suas atividades a contento, realizando adaptações onde necessário e reavaliando suas capacidades de atuação frente às limitações impostas, tais como o distanciamento e a redução nas atividades presenciais. Isto pode ser observado nos resultados apresentados por todas as áreas do GSI na execução de nosso Plano Estratégico Institucional (PEI), conforme monitoramento do Comitê de Governança, Riscos e Controle do GSI. Estes resultados se veem refletidos no monitoramento do PPA. Este ano de 2021 marcou a consolidação do monitoramento das atividades e indicadores determinados em nosso Plano Estratégico Institucional (PEI) e isso demonstrou o processo gradual de maturação das áreas do GSI quanto à governança e ao controle deste instrumento. Indicadores foram atualizados ou substituídos de acordo com a percepção quanto a quais atividades melhor espelham as ações do GSI e como estas atividades devem ser medidas. O aprendizado deste ano será refletido na revisão 2021 de nosso PEI. Todas estas atividades dão suporte ao nosso objetivo de “Aprimorar a articulação e o assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade”. Tal objetivo tem sido alcançado de maneira satisfatória e as providências para o seu alcance são tomadas a cada evento de impacto na sociedade, bem como da percepção de necessárias atualizações e melhorias na articulação e no assessoramento das instâncias político/estratégicas assim por elas demandadas.

Meta: 050M - Elevar o nível de Segurança Institucional mantendo a soberania, salvaguardando os interesses nacionais e garantindo a segurança do Estado e da Sociedade.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0016 - Segurança cibernética e da informação fortalecidas

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de incidentes cibernéticos solucionados

Linha de base: 99

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Incidentes Cibernéticos solucionados/total de incidentes ocorridos

Meta prevista para 2020: 90

Meta prevista para 2021: 92

Meta prevista para 2022: 94

Meta prevista para 2023: 96

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 88,34

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: • Em que pese terem sido identificados 4.984 incidentes e terem sido resolvidos 4.403, ou seja 82%, solicito considerar que: 1. 278 incidentes ainda estão em fase de tratamento (5,58%); 2. 302 incidentes estão pendentes na fase de resposta, ou seja, aguardam ação dos órgãos notificados (6,06%), responsáveis pelos respectivos ativos de informação; e 3. 1 incidente não foi resolvido (0,02%). • A fase de tratamento do incidente que ocorre ao final do exercício, em geral, estende-se pelo exercício seguinte. • A fase de resposta, por sua vez, depende de ação por parte do órgão notificado e dos recursos deste e, portanto, está fora da gestão do CTIR Gov.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: • A solução de incidentes cibernéticos impacta diretamente na disponibilidade dos serviços à toda a sociedade; a sua não solução poderia implicar negativamente na manutenção da segurança das informações pessoais dos cidadãos, na impossibilidade de acesso pela sociedade a serviços “online” oferecidos pelo Estado e prejudicar confiança que a sociedade deposita nestes sistemas. • Pelo fato de a área cibernética ter impactos em todos os outros segmentos da sociedade, sua regionalização não é necessária.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Com o advento da publicação do Decreto nº 9.637, de 2018, houve um aumento significativo das atividades sob responsabilidade do Departamento de Segurança da Informação (DSI) do GSI/PR, sem que houvesse um aumento compatível de seu quadro funcional. Algumas dessas atividades adicionais são: exercer o papel de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor de Segurança da Informação, sob coordenação do GSI/PR (art. 11 do Decreto nº 9.637, de 2018); ser o órgão executivo das ações decorrentes das competências previstas para o GSI/PR no art. 12 do Decreto nº 9.637, de 2018, quanto à segurança da informação e segurança cibernética (ver também Decreto nº 9.668, de 2019, Anexo I, art. 16-A); elaborar normas com diretrizes e requisitos gerais, guias metodológicos, ofícios de recomendações e prestar orientações técnicas aos demais órgãos e entidades do Poder Executivo federal para que cumpram as competências no art. 15 do Decreto nº 9.637, de 2018, em especial quanto à elaboração de política de segurança da informação e normas internas (inciso II), à designação de gestor de segurança da informação interno (inciso III); à instituição de comitê de segurança da informação ou estrutura equivalente (IV); e à instituição e à implementação de equipe de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos (VII). Quanto ao Decreto nº 10.222, de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber) para o quadriênio 2020 – 2023, identificamos dez ações sob responsabilidade de acompanhamento ou execução diretamente pelo GSI/PR, por meio do DSI, 15 ações de responsabilidade compartilhada com outros órgãos e entidades e 29 situações em que pode ser necessária a edição ou revisão de atos normativos do GSI/PR ou de guias metodológicos. Algumas dessas ações têm sido endereçadas pelo DSI em suas atividades, porém, seu quadro funcional está muito aquém da capacidade de execução da maioria delas. Hoje o DSI conta com pouco mais de 30 servidores em seu quadro funcional, NENHUM destes próprios (o GSI/PR não tem quadro próprio), todos requisitados de outros órgãos e entidade, pouco deles servidores civis e a maioria das Forças Armadas. Para agravar a situação, os militares lotados no DSI têm prazos de permanência limitados por norma, sendo de 3 anos para os oficiais, podendo prorrogar por mais 1 ano (máximo de 4 anos) e de 4 anos para os praças, podendo prorrogar por

mais 1 ano (máximo 5 anos). Especificamente na equipe do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov), mais de 90% dos servidores são militares, por conta da disponibilidade em regime 24 x 7, o que torna a situação ainda mais dramática.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para o curto e médio prazo, desde 2019 o GSI/PR tem feito tentativas junto ao Ministério da Economia, sem sucesso até o momento, para obter servidores com conhecimento em segurança da informação oriundos de outros órgãos e entidades, por meio de redistribuição ou requisição, ou para obter Analistas de Tecnologia da Informação (ATI) do quadro daquele Ministério, por meio de lotação descentralizada. Para o longo prazo, o GSI/PR está trabalhando na minuta de um Projeto de Lei de uma política nacional de segurança cibernética, na qual será previsto o fortalecimento dos recursos humanos no setor de segurança da informação e cibernética.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia da covid-19 causou impactos de duas ordens diferentes nas atividades do DSI, ambas prejudicando a evolução de projetos e atividades: 1) as medidas de isolamento social impostas pelas autoridades sanitárias, que levou servidores a executar trabalho remoto em suas residências; e 2) os afastamentos por motivo de saúde de servidores, decorrentes da suspeição ou da efetiva contaminação pela covid-19. Quanto ao trabalho remoto, muitos servidores não possuíam equipamentos pessoais ou links de comunicação adequados ao trabalho remoto, tendo sua produtividade reduzida; também tiveram produtividade reduzida aqueles servidores em cujas residências havia crianças, idosos ou outras pessoas com necessidade de supervisão, haja vista a suspensão de atividades de creches, escolas, cuidadores de idosos, etc.; além disso, as vídeoconferências, para alguns tipos de atividades, mostraram-se muito menos eficientes do que reuniões presenciais. Quanto aos afastamentos por motivo de saúde, houve alguns servidores afastados para cuidar da própria saúde ou da saúde de cônjuge ou dependente acometido pela covid-19. Neste último caso, é necessário destacar que, em face da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021, o trabalho presencial no DSI foi retomado e, a partir de dezembro, vários servidores seus foram contaminados pela covid-19, tiveram sintomas ou familiares contaminados, necessitando se afastar do trabalho e permanecer em repouso em suas residências, ao ponto de, em dado momento, o DSI ter cerca da metade de sua força de trabalho afastada, o que prejudicou o andamento de muitas atividades.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para tentar minimizar esses impactos, o DSI solicitou apoio à DITEC e foi atendida quanto à disponibilização de ferramentas digitais de escritório ao servidores que não possuíam (p.ex. Microsoft Office 365, Microsoft Team, concessão de VPNs em casos específicos). Em algumas situações específicas, e com a devida autorização e termo de responsabilidade, servidores foram autorizados a levar computador pessoal do Departamento para uso na residência. Estabeleceu-se uma escala de rodízio no trabalho presencial, observando-se as restrições das autoridades sanitárias quanto à quantidade máxima de servidores em um mesmo espaço físico, bem como ao distanciamento físico entre estações de trabalho.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0017 - Eventos de Emergência e Segurança Física Nuclear realizados.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de eventos realizados

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Eventos de Emergência e Segurança Física Nuclear realizados

Meta prevista para 2020: 95

Meta prevista para 2021: 96

Meta prevista para 2022: 97

Meta prevista para 2023: 98

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94,44

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: • Resultado: 94,44% (72 eventos previstos e 68 realizados) • A pandemia de COVID-19 e suas restrições tiveram impacto nas atividades presenciais planejadas no Programa Geral de Atividades (PGA) 2021. As atividades não realizadas foram postergadas sem sofrer descontinuidade, mantendo o processo de capacitação dos integrantes do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: • O Planejamento e coordenação das atividades de emergência e segurança física nuclear impactam diretamente na segurança da sociedade, mas afetam, sobretudo, a Região de Angra dos Reis, onde se localizam as Usinas Nucleares e, a Região de Resende, onde se localiza a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN). A realização de simulações envolvendo a população e outros órgãos, treinamentos virtuais e reuniões de preparação e de situação dá a garantia à sociedade que numa eventual crise que envolva emergência e segurança física nuclear a resposta do Estado será efetiva.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: - As reuniões previstas para os diversos comitês do Sipron tiveram que ser redimensionadas. - Os cursos que incluíam parte prática tiveram que ser postergados ou cancelados. - Os exercícios gerais de emergência nuclear, que contam com respondedores em campo, tiveram que ser cancelados.

Providências implementadas para a superação da restrição: - As reuniões passaram a ocorrer em formato virtual. Os assuntos que exigiam maior coordenação ocasionaram no incremento de reuniões bilaterais. - As partes práticas de alguns cursos foram retiradas e a carga horária foi redimensionada. - Os exercícios gerais foram transformados em exercícios de mesa, com a participação de algumas instituições em modo virtual.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0018 - Inteligência para o assessoramento político/estratégico fornecida.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de solitações atendidas

Linha de base: 92,49

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Percentual de Relints difundidos para órgãos do SISBIN

Meta prevista para 2020: 100

Meta prevista para 2021: 80

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 87,84

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: • Resultado: 87,84% (222 Relints difundidos, sendo 195 no SISBIN) • O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) reúne, atualmente, 48 órgãos federais e é responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência. O compartilhamento de informações entre seus integrantes fortalece a estrutura de inteligência e possibilita difusão de conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório. Assim, o fortalecimento do SISBIN, por meio da difusão de conhecimentos entre os órgãos que o compõe, possibilita a tomada de decisões em momentos oportunos.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: • Embora o SISBIN esteja presente em todo o território nacional, já que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que o constituem possuem, em sua maioria, representações em todas as unidades da federação, o indicador não reflete essa característica de atuação. A difusão de conhecimentos de inteligência é medida de acordo com órgão parceiro com o qual há a interação.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Falhas de Articulação institucional

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Falta de pessoal. Embora a ABIN tenha realizado concurso para provimento de 300 vagas, em 2018, o quadro de servidores ainda é deficitário.

Providências implementadas para a superação da restrição: Há expectativa de realização de mais um CFI para preenchimento de cargos desse mesmo concurso, cuja vacância se deu em decorrência de pedidos de exoneração de servidores que tomaram posse provenientes desse processo seletivo.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Detalhamento da restrição: Considerando que o “produto ABIN” deve se amoldar às expectativas dos decisores, é imprescindível que eles estabeleçam as diretrizes de atuação da atividade de inteligência com a ABIN.

Providências implementadas para a superação da restrição: Essa desconexão entre a ABIN e os ocupantes de posições estratégicas foi diagnosticada e está sendo tratada na implementação da nova ferramenta/metodologia de gestão, através da qual os produtos de inteligência produzidos pela ABIN estão sendo mapeados e acordados com os clientes usuários desses produtos.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: A ABIN, enquanto órgão central do SISBIN, tem envidado esforços para aprimorar a articulação entre os órgãos que compõem o Sistema. Os esforços para sanar as falhas de articulação são constantes e permeiam todos os processos de relacionamento entre os órgãos parceiros.

Providências implementadas para a superação da restrição: Embora alguns avanços tenham sido implementados, é uma tarefa que exige melhoramento contínuo a fim de gerenciar as expectativas de todos os membros que integram o SISBIN.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0019 - Combate aos delitos transfronteiriços assegurado à sociedade.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de planos executados no prazo

Linha de base: 74

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Porcentagem de Planos de Ação do PPIF sendo executados no prazo estabelecido

Meta prevista para 2020: 75

Meta prevista para 2021: 77

Meta prevista para 2022: 79

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 73,64

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O valor está abaixo da meta anual de 77% especialmente por alterações internas na composição de alguns órgãos (por exemplo ABIN, PF, PRF, SEOPI E RFB), o que levou à substituição de pessoas envolvidas com o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) naqueles órgãos, influenciando no andamento dos respectivos Planos de Ação.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O combate aos delitos transfronteiriços é uma atividade essencial para o reforço da Segurança Institucional. Com aproximadamente 17 mil km de fronteira terrestre, que abrange 11 estados, e uma costa marítima com aproximadamente 7.500 km, abrangendo 17 estados, há a necessidade de articulação entre diversos órgãos de segurança e inteligência nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como tratativas com órgãos congêneres nos 10 países do nosso entorno para que este combate seja efetivo. O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, por meio de Planos de Ação, procura aprimorar a atuação do Estado brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços. A regionalização do resultado se dá: 1. nos aproximadamente 17 mil km da faixa de fronteira terrestre, englobando todos os estados brasileiros que fazem fronteira com nossos países vizinhos (Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), bem como nos municípios dos estados que apresentam limites que estão na Faixa de Fronteira (150 Km); 2. nos aproximadamente 7.500 km da costa marítima, englobando todos os estados brasileiros costeiros (Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e seus municípios com acesso ao mar, especialmente os que possuam portos.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Em virtude do expressivo aumento da demanda de realização de Operações Conjuntas e/ou Interagências, os órgãos participantes do PPIF têm reportado a necessidade de incremento no orçamento, sobretudo para a contratação de capacidades complementares disponíveis em outros órgãos parceiros e que são essências para o desencadeamento das ações, dentre elas estão aspectos logísticos: transporte, alimentação, instalações; além de capacidades afetas ao comando e controle e inteligência.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para o curto prazo, realização de reuniões multilaterais com os órgãos afetos, a fim de que as necessidades financeiras sejam quantificadas e apresentadas ao Ministério da Economia por meio do Ministério que enquadra o respectivo órgão demandante, a fim de que recursos extras sejam obtidos, de forma que tais operações possam ser realizadas conforme planejadas. Para o médio/longo prazos, o GSI/PR tem orientado aos órgãos do PPIF que incluam essas necessidades em seus orçamentos próprios e que possam encaminhar ao CEPPIF para estudo e planejamento integrado.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Foi observado, ao longo de 2021, que alguns órgãos participantes do PPIF sofreram alterações nos seus quadros, especialmente em cargos elevados. Tal fato levou à decorrente substituição de interna de pessoal, alcançando representantes do PPIF (membros do CEPPIF ou pontos focais). Em função da complexidade do Programa e do dinamismo de suas ações, a substituição de pessoal gera certo hiato de conhecimentos, eventual descontinuidade na condução dos processos afetos ao PPIF, como por exemplo o andamento dos Planos de Ação, vindo, eventualmente, a retardar o atingimento de metas e indicadores planejados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Incremento na quantidade de Reuniões Temáticas com os novos representantes do PPIF junto àqueles órgãos, a fim de nivelar o mais rapidamente possível o nível de conhecimento sobre o Programa e os Planos sob responsabilidade de seus respectivos órgãos.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Conforme mencionado na “Restrição de Pessoal”, as especificidades do PPIF levam a uma necessidade de especialização de pessoal para o andamento de seus Planos de Ação. Desta forma, os afastamentos de servidores que trabalham com o PPIF nos diversos órgãos, por motivos de saúde relacionados à Pandemia do COVID-19, impactaram o andamento dos Planos de Ação, vindo, eventualmente, a estar aquém das metas planejadas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliação das reuniões no modelo virtual, a fim de minimizar os referidos impactos, obviamente com a dependência do estado de saúde dos representantes.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0020 - Soluções tecnológicas de produtos cartográficos de apoio às decisões estratégicas fornecidas

Informações básicas

Unidade de medida: Produto Cartográfico

Linha de base: 260

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Produtos cartográficos produzidos

Meta prevista para 2020: 200

Meta prevista para 2021: 260

Meta prevista para 2022: 260

Meta prevista para 2023: 260

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 617

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado intermediário em questão aponta para elevado índice de produtividade no período, visto que representa cerca de 58% acima do índice obtido no anterior (2020).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não aplicável

Restrições: Não Há Restrições

PROGRAMA: 4003 - GARANTIA DA ESTABILIDADE MONETÁRIA E FINANCEIRA

Objetivo: 1238 - Garantir a estabilidade monetária e um sistema financeiro sólido e eficiente, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A situação do objetivo do programa pode ser analisada em duas partes, ambas congruentes à própria missão do Banco Central do Brasil (BCB). Sobre a garantia da estabilidade monetária. A melhor contribuição que a política monetária do BCB pode dar para o crescimento econômico sustentável e para a melhora nas condições de vida da população é manter a inflação ao redor da meta, sob controle, estável e previsível. Por isso, esse é um objetivo fundamental do BCB. Ele se dá por meio do regime de metas para a inflação, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Ao BCB, por meio do Comitê de Política Monetária (Copom), cabe a implementação das necessárias providências, visando à execução do mandato concedido pelo CMN. Para 2020, a meta para a inflação foi estabelecida em 4,00% (Resolução nº 4.582, de 29 de junho de 2017), com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, e, para 2021, a meta foi estabelecida em 3,75% (Resolução nº 4.671, de 26 de junho de 2018), com igual intervalo de tolerância, podendo variar de 2,25% a 5,25% a.a. Em 2020, a inflação ficou em 4,52%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acima da meta de inflação para o ano (4,00%), mas dentro do intervalo de tolerância (2,50% a 5,50%). A composição da inflação anual refletiu, em parte, os reflexos da pandemia de Covid-19 sobre os preços. Nesse sentido, observou-se significativa mudança de preços relativos, como reflexo da recomposição da cesta de consumo das famílias em direção ao consumo de bens em detrimento de serviços, à heterogeneidade da ociosidade econômica nos diferentes setores e às diferentes participações de produtos comercializáveis e não comercializáveis nas respectivas cestas de ponderação dos índices de preços. Passados os efeitos deflacionários iniciais da pandemia, houve na segunda metade do ano marcante aceleração dos preços, refletindo uma composição de fatores que inclui a depreciação do real, a alta dos preços das commodities, a rápida recuperação da demanda por bens – em parte pelos efeitos do auxílio emergencial – e restrições de oferta e de disponibilidade interna de alguns produtos. Por sua natureza, os efeitos desses fatores sobre a inflação foram predominantemente caracterizados como temporários. Contudo, mostraram-se mais persistentes que o esperado. Em 2021, a inflação ao consumidor elevou-se substancialmente alcançando 10,06%. Os preços de commodities subiram no mercado internacional enquanto a taxa de câmbio apresentou depreciação – combinação de fatores inflacionária e atípica, já que a correlação usual entre as variáveis é negativa. Problemas climáticos, como geadas e a escassez de chuvas, aumentaram a pressão sobre os preços dos alimentos, já impactados pelos movimentos da taxa de câmbio e dos preços internacionais das commodities agrícolas. O período de seca mais severa afetou também o nível dos reservatórios, prejudicando a geração de energia e levando à criação da bandeira de escassez hídrica, que resultou em elevação da inflação do segmento de energia elétrica no ano, com importante reflexo nos custos de produção de diferentes setores da economia. Outros efeitos advindos da pandemia contribuíram também para esse contexto de inflação elevada, como a interrupção de importantes cadeias de produção – que impactam a oferta de produtos e serviços –, combinada com a rápida recuperação da demanda. Essas restrições de oferta e o redirecionamento da demanda em direção a bens, em razão da mudança na composição dos gastos das famílias, impactaram os preços dos bens industriais. Sobre a garantia de um sistema financeiro sólido e eficiente. Os mercados financeiros funcionaram adequadamente em 2021, assim como em 2020. As análises realizadas pelo BCB indicam que não há risco relevante para a estabilidade financeira. Testes de estresse de capital demonstram que o sistema bancário está preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos simulados. O SFN tem mantido provisões elevadas e liquidez confortável. A capitalização do sistema bancário, que já havia se recuperado do choque da pandemia em 2020, continuou melhorando em 2021. Os indicadores econômico-financeiros das empresas de

capital aberto estão melhores que no período pré-pandemia. As empresas de grande porte voltaram ao mercado de capitais. As empresas de menor porte, por sua vez, impulsionaram o crédito bancário. O financiamento a grandes empresas se expandiu de forma importante no mercado de capitais em 2021, após a desaceleração em 2020. Esse aumento deve-se sobretudo às emissões de debêntures e às aquisições de recebíveis por parte dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ligados a grandes empresas. O crédito bancário às micro, pequenas e médias empresas seguiu estimulado pela recuperação econômica e pela flexibilização do distanciamento social. O crescimento foi expressivo em 2021, mesmo com o arrefecimento dos programas emergenciais. O crédito às pessoas físicas cresceu em todas as modalidades em 2021. As contratações do financiamento imobiliário seguiram estimuladas pelas taxas de juros baixas, mas a participação dessa modalidade de crédito no Produto Interno Bruto (PIB) continua baixa para padrões internacionais. O crédito consignado elevou-se devido ao aumento do limite de consignação, que foi prorrogado até dezembro de 2021. O forte aumento das modalidades voltadas ao consumo (cartão de crédito e crédito não consignado) indica mais apetite ao risco por parte das Instituições Financeiras, em um contexto de menos restrições à circulação da população. A materialização do risco de crédito bancário a empresas não financeiras manteve-se relativamente estável em 2021. Não há expectativa de aumento importante no percentual de ativos problemáticos, salvo em caso de deterioração macroeconômica. A materialização do risco de crédito das operações no âmbito dos programas emergenciais tem sido inferior ao verificado nas operações contratadas fora desses programas. No entanto, por serem operações ainda no início dos pagamentos (muitas contaram com carência), os ativos problemáticos tendem a aumentar. Em relação às pessoas físicas, o volume de ativos problemáticos cresceu, mas a parcela desses ativos na carteira total manteve-se estável, considerando o aumento do volume de crédito. O desempenho de algumas carteiras específicas requer acompanhamento, como o crédito imobiliário com recursos do FGTS, cujos ativos problemáticos têm aumentado. Ressalta-se que o nível de provisões para fazer face ao risco de crédito é um dos mais elevados desde 2014, o que demonstra resiliência do sistema bancário. Após a queda significativa no primeiro semestre de 2020, a rentabilidade recuperou-se e retornou ao nível pré-pandemia. Contudo, a incerteza segue acima do usual. A principal causa para a recuperação da rentabilidade é o menor volume de despesas com provisões. A inadimplência sob controle e a materialização de perdas aquém do esperado em 2021 sugerem que não haverá alteração significativa nas despesas com provisões no curto prazo. Melhoras consistentes nas receitas com serviços e as despesas administrativas crescendo abaixo da inflação também têm beneficiado a rentabilidade. A melhora na base de capital e os resultados dos testes de estresse continuaram demonstrando a solidez e a resiliência do sistema bancário. O capital aumentou em quantidade e melhorou em qualidade em 2021. Neste cenário, a atuação do BCB no monitoramento do SFN, na Supervisão Prudencial e na de Conduta continuou a contribuir decisivamente para o funcionamento adequado do SFN ao longo do ano. As equipes de supervisão mantiveram contatos periódicos com representantes das entidades supervisionadas para coleta de informações sobre os efeitos do ambiente econômico no sistema financeiro, verificaram a efetividade das medidas que visavam a preservar a saúde do sistema e o adequado fluxo de crédito para a economia, e trabalharam na formatação de informações de interesse da sociedade. Apesar da tendência de redução do quadro de pessoal concomitante à ampliação de atribuições de supervisão, com a entrada de novas entidades, e da maior proeminência de novos riscos (climático/cibernético), com potenciais impactos futuros no cumprimento da meta, o processo de supervisão deu continuidade ao desenvolvimento dos processos de trabalho baseados em soluções tecnológicas para buscar mitigar tais impactos. No ano de 2021, destacam-se aprimoramentos por meio da intensificação do uso de sistemas de informação, aplicativos, ferramentas e algoritmos que já se encontravam em desenvolvimento nos últimos anos. O Plano de Ação da Supervisão para 2021 foi cumprido conforme o esperado. Foram concluídas 1.158 ações finalísticas de supervisão, contemplando monitoramento micro e macropprudencial; supervisão prudencial bancária, não bancária e de conduta; além de assessoria técnica, supervisão especializada e gestão estratégica. As ações implementadas tiveram como pano de fundo o equilíbrio entre a preservação da saúde financeira das entidades que compõem o SFN, a continuidade da prestação de serviços financeiros essenciais à sociedade e o desenvolvimento de novas soluções para aprimoramento da supervisão. Como resultado desse trabalho, foram realizadas ações que propiciaram o aprimoramento da supervisão dos riscos cibernéticos e da segurança da informação, bem como da supervisão dos riscos socioambiental e climáticos; o acompanhamento das medidas e a avaliação dos impactos decorrentes da pandemia Covid-19; o acompanhamento da implementação e do funcionamento inicial dos novos ecossistemas do SFN; o acompanhamento da ampliação do acesso ao crédito e a contínua melhoria da governança e da supervisão auxiliar do segmento de cooperativismo; a continuidade de ações estratégicas para contínuo aprimoramento do modelo de supervisão, entre outros. Os Relatórios de Inflação e os Relatórios de Estabilidade Financeira, disponíveis no site do BCB, informam mais sobre o objetivo.

Meta: 052T - Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Ainda que a parte da meta referente ao enquadramento das Instituições do SFN às exigências de capitalização tenha sido cumprida a contento, destacamos o potencial impacto no cumprimento futuro das metas em decorrência das restrições de pessoal, pela ausência de reposição de servidores e aumento da idade do quadro atual, e pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético), demandando recursos cada vez mais especializados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para responder à restrição apontada, destaca-se a priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação dos recursos humanos e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Os principais fatores que levaram a inflação em 2021 a ultrapassar o limite superior de tolerância foram os seguintes: i. forte elevação dos preços de bens transacionáveis em moeda local, em especial os preços de commodities; ii. bandeira de energia elétrica de escassez hídrica; e iii. desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos, e gargalos nas cadeias produtivas globais. As pressões sobre os preços de commodities e nas cadeias produtivas globais refletem as mudanças no padrão de consumo causadas pela pandemia, com parcela proporcionalmente maior da demanda direcionada para bens e impulsionada por políticas expansionistas. Esses desenvolvimentos, que ocorreram em nível global, geraram excesso de demanda em relação à oferta de curto prazo de diversos bens, causando um desequilíbrio que, em diversos países e setores, foi exacerbado por falta de mão-de-obra, problemas logísticos e gargalos de produção. De fato, a aceleração significativa da inflação em 2021 para níveis superiores às metas foi um fenômeno global, atingindo a maioria dos países avançados e emergentes. (Para mais detalhes, acesse https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/OF_CIO_823_2022_BCB_SECRE_01.pdf).

Providências implementadas para a superação da restrição: Para responder ao contexto de inflação em patamar mais elevado, o BCB iniciou, em março de 2021, ciclo de aperto monetário em que a taxa Selic foi elevada em 7,25 p.p. atingindo 9,25% a.a. em dezembro de 2021. Adicionalmente, o BCB tem tomado as devidas providências para que a inflação atinja as metas para a inflação estabelecidas pelo CMN para os anos subsequentes, quais sejam 3,50% para 2022, 3,25% para 2023 e 3,00% para 2024. Dessa forma, deve-se ressaltar que o BCB tem calibrado a taxa básica de juros, e continuará a fazê-lo, com vistas ao cumprimento das metas para a inflação estabelecidas pelo CMN.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0224 - Aprimoramento dos modelos desenvolvidos e utilizados pelo Banco Central em seus processos de projeção econômica, envolvendo reestimação de parâmetros e revisão das estruturas dos modelos.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo

Linha de base: 3,4

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Aprimoramento dos modelos de projeção econômica - lampe

Meta prevista para 2020: 2,3

Meta prevista para 2021: 66,67

Meta prevista para 2022: 67

Meta prevista para 2023: 67

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador visa o aprimoramento e reestimação de três categorias de modelos utilizadas nos processos de projeção econômica. Em detalhes, (a) um novo modelo semiestrutural bayesiano desagregado foi entregue, como descrito no box "Novo modelo desagregado de pequeno porte" do Relatório de Inflação de março. Além disso, houve reestimação do modelo agregado. (b) Os modelos auxiliares também foram revistos, e foi desenvolvido um modelo de previsão de taxa de desemprego. Finalmente, um modelo alternativo para nowcast do índice de incerteza foi proposto, com base na série diária do Índice de Incerteza da Economia do Brasil (IIE-Br), disponibilizado pela FGV. (c) Os modelos estruturais (DSGE) foram revistos, em especial com o aprimoramento do Modelo Samba, incluindo: a incorporação de crescimento populacional exógeno, uma nova estrutura de mercado de trabalho e nova calibragem dos parâmetros das priors de estimação do modelo. Desta forma, houve, ao longo de 2021, aprimoramento das três classes de modelos fazendo com que o valor obtido para o lampe, no período, fosse de 1, ou seja, 100% das classes de modelos foram atualizadas/aprimoradas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de processo interno continuado desenvolvido para subsídio de decisões de política monetária que, por definição, tem abrangência nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0225 - Aprimoramento da efetividade do Banco Central na consecução da meta da Taxa Selic definida.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 10

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Índice de Consecução da meta da Taxa Selic - ICMTS

Meta prevista para 2020: 15

Meta prevista para 2021: 10

Meta prevista para 2022: 10
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A atuação diária do BCB, por meio da realização de operações de mercado aberto (compra e venda, definitiva ou compromissada, de títulos públicos federais no mercado secundário) visa regular a disponibilidade de reservas bancárias, de forma a manter a taxa Selic efetiva em conformidade com a meta de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (Copom), que toma suas decisões conforme as expectativas de inflação, o balanço de riscos e a atividade econômica. Portanto, a manutenção da taxa Selic em patamares próximos à meta, como foi observado em 2021, por meio do indicador, atendeu as diretrizes estabelecidas para a condução da política monetária, contribuindo para a redução dos impactos inflacionários sobre o poder de compra ao cidadão.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de processo interno continuado para perseguição da meta da Taxa Selic estabelecida pelo Comitê de Política Monetária. Por definição, não cabe regionalização.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0226 - Aprimoramento da eficácia das ações de supervisão que fazem parte do Plano Anual de Supervisão do Departamento de Supervisão Bancária (PAS-DESUP) elaborado e executado pelo Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo

Linha de base: 98,45

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Execução das Ações de Supervisão (IESUP - Desup)

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 80

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 98,7

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foram previstos 797 produtos (ações de supervisão) e 787 foram

concluídos (98,74%), significando a superação da meta prevista de 80% para o exercício. Compõem esse grupo os produtos executados em atividades de: Avaliação da situação econômico-financeira e o nível de riscos e controles de ESs; Acompanhamento Específico; Análise Horizontal; Verificação Especial.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os resultados intermediários relativos à estabilidade financeira não são regionalizáveis, uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Ressalte-se que muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, embora sediadas em determinadas unidades federativas, têm atuação em todo o território nacional. Além disso, perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de limitarem-se a regiões ou unidades federativas. Portanto, não faria sentido a mensuração regionalizada.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Ainda que tenha havido o cumprimento da meta, destacamos o potencial impacto no cumprimento futuro das metas em decorrência das restrições de pessoal, pela ausência de reposição de servidores e aumento da idade do quadro atual, e pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético), demandando recursos cada vez mais especializados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Contínua revisão de processos de trabalho e priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação dos recursos humanos e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0235 - Aprimoramento da eficácia das ações que fazem parte do Plano Anual de Supervisão do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (PAS-DESUC) executado pelo Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo

Linha de base: 91,79

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Execução das Ações de Supervisão (IESUP - Desuc)

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 80

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 99,3

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foram previstas 311 ações de supervisão sendo que 309 foram concluídas (99,3%), o que representa uma superação da meta prevista de 80% para o exercício. Fazem parte do rol das ações planejadas para o ano as

atividades de: Inspeções, Acompanhamentos; Inspeção Horizontal; Proposição e Instauração de Processo Administrativo Sancionador; e Comunicação a autoridades.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os resultados intermediários relativos à estabilidade financeira não são regionalizáveis, uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Ressalte-se que muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, embora sediadas em determinadas unidades federativas, têm atuação em todo o território nacional. Além disso, perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de limitarem-se a regiões ou unidades federativas. Portanto, não faria sentido a mensuração regionalizada.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Ainda que tenha havido o cumprimento da meta, destacamos o potencial impacto no cumprimento futuro das metas em decorrência das restrições de pessoal, pela ausência de reposição de servidores e aumento da idade do quadro atual, e pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético), demandando recursos cada vez mais especializados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Contínua revisão de processos de trabalho e priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação dos recursos humanos e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0236 - Aprimoramento da eficácia das ações que fazem parte do Plano Anual de Supervisão do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização (PAS-DEGEF) executado pelo Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo

Linha de base: 93,05

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Execução das Ações de Supervisão (IESUP - Degef)

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 80

Meta prevista para 2022: 80

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94,8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foram previstas 116 ações de supervisão, sendo que 110 foram concluídas (94,8%), o que representa uma superação da meta de 80% prevista para o exercício. Fazem parte do rol das ações planejadas para o ano as

atividades de: Inspeções; Acompanhamentos; Análise Horizontal; Condução de Termo de Compromisso; e Assessoria e Análise em Trabalhos de Supervisão.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os resultados intermediários relativos à estabilidade financeira não são regionalizáveis, uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Ressalte-se que muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, embora sediadas em determinadas unidades federativas, têm atuação em todo o território nacional. Além disso, perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de limitarem-se a regiões ou unidades federativas. Portanto, não faria sentido a mensuração regionalizada.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Ainda que tenha havido o cumprimento da meta, destacamos o potencial impacto no cumprimento futuro das metas em decorrência das restrições de pessoal, pela ausência de reposição de servidores e aumento da idade do quadro atual, e pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético), demandando recursos cada vez mais especializados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Contínua revisão de processos de trabalho e priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação dos recursos humanos e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0237 - Aprimoramento da eficácia do processo de autorização a cargo do Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Percentual de processos de autorização sem perda de prazo legal ou normativo

Meta prevista para 2020: 90

Meta prevista para 2021: 90

Meta prevista para 2022: 90

Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 99

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O valor apurado (99%) ficou acima da meta de 90% dos processos de autorização decididos dentro do prazo legal. Os requisitos a serem cumpridos para o ingresso e para a atuação no sistema são, em linha com os padrões internacionais, abrangentes (reputação dos controladores, origem dos recursos, viabilidade do projeto etc), fato que confere complexidade ao exame dos pleitos.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os resultados intermediários relativos à estabilidade financeira não são regionalizáveis,

uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Ressalte-se que muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, embora sediadas em determinadas unidades federativas, têm atuação em todo o território nacional. Além disso, perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de limitarem-se a regiões ou unidades federativas. Portanto, não faria sentido a mensuração regionalizada. Ademais, o exame dos processos de autorização é baseado, majoritariamente, nos segmentos que compõem o SFN, não importando onde está sediada geograficamente a instituição pleiteante.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 4004 - TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Objetivo: 1213 - Fortalecer a Governança, a Gestão, a Transparência, a Participação Social e o Combate à Corrupção

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Analisando-se o alcance do objetivo estabelecido para o Programa 4004 pela perspectiva da meta a ele vinculada, verifica-se que ele foi cumprido no exercício de 2021. Registra-se que a meta cumulativa estabelecida para 2021 de se obter R\$ 18.245.557.963,44 em Benefícios Financeiros decorrente da atuação da CGU foi superada em 174% esse valor, alcançando R\$ 50.073.170.585,25 (valor corresponde aos benefícios financeiros aprovados referentes aos anos de 2020 e 2021 nos valores, respectivamente, de R\$ 17.889.491.082,80 e R\$ 32.183.679.502,45). Observa-se que tal resultado supera em 37% a meta estabelecida para o final do PPA. O resultado em 2021 foi potencializado pelo benefício de R\$ 13 bilhões obtido pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a partir da redução da taxa de administração paga ao agente operador, ação recomendada pela CGU, o que elevou bastante a aferição dos benefícios financeiros contabilizados pela auditoria interna governamental no ano e contribuiu para um acréscimo de cerca de 80% do índice em relação ao resultado obtido em 2020 (R\$ 17,9 bilhões). No contexto de auditoria interna governamental, entende-se como benefício o impacto positivo observado na gestão pública resultante da implementação, por parte dos gestores públicos, de recomendações provenientes da atuação da CGU. Esses benefícios podem ser financeiros ou não-financeiros, sendo o primeiro medidos em reais (R\$). Embora a métrica de benefícios financeiros não reflita a completude dos impactos visados pelo referido Programa, constata-se que o retorno/economia de recursos aos cofres públicos pode proporcionar a ampliação ou criação de novas políticas públicas em benefício da sociedade. Cabe ressaltar que tanto a meta prevista quanto os resultados aferidos foram aqueles apurados apenas pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). No entanto, a partir de 2021 o potencial da CGU foi expandido com a publicação da Portaria nº 1.976, de 20 de agosto de 2021, que regulamentou a aferição dos benefícios financeiros e não-financeiros de forma a englobar a atuação de toda a CGU, sendo passíveis de mensuração não só as atividades de auditoria interna, mas também outras atividades do órgão, como corregedoria, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Diante disso, bem como do excelente desempenho em 2021 do indicador de benefícios financeiros, será necessário revisar a meta do Programa, uma vez que a aferição do indicador do Programa, nos próximos anos, levará em consideração a atuação de todas as unidades finalísticas da CGU. Sob a perspectiva dos resultados intermediários, verificou-se que dos três definidos, um alcançou pouca mais da metade da meta (60%), outro superou as expectativas, apresentando resultado nove vezes superior à meta, e o último ficou próximo da meta pactuada, com 99,86% do valor esperado. O não alcance da meta do RI 0152 - Aumento do índice de efetividades das recomendações da SFC é devido ao indicador estar lastreado em um conjunto de recomendações que foram emitidas em períodos em que não estava vigente o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, a IN 03/2017. Apesar de a nova diretriz ter trazido profundas mudanças na atividade de auditoria interna governamental, as mudanças não apresentam efeitos imediatos por envolverem reformulação de métodos de trabalhos e mudanças culturais que estão em curso. A aferição do RI 0336 - Aumento do

Acesso às Ferramentas de Transparência Ativa (Portal da Transparência e Portal de Dados Abertos) superou o previsto em nove vezes. A ampliação do acesso às ferramentas de transparência se deu principalmente em função do incremento de novas consultas no Portal da Transparência, a saber, a disponibilização das consultas aos dados de remuneração de aposentados e pensionistas e às notas fiscais de aquisições de produtos e serviços do Governo. Além disso, os painéis de acompanhamento das despesas com a COVID-19 têm contribuído para fortalecer o Portal como um instrumento de referência. Vale ressaltar que a CGU está reestruturando o Portal de Dados Abertos e realizando trabalho de diagnóstico de usabilidade do Portal da Transparência. Essas atividades somadas à previsão orçamentária para 2022 relacionadas ao aprimoramento de soluções tecnológicas deverão ampliar ainda mais o quantitativo de acessos em novas aferições, razão pela qual se faz necessária a revisão da meta para o resultado intermediário em análise. Quanto ao RI 0337 houve alcance de 100% de recuperação de valores previstos nos acordos de leniência celebrados cumprindo quase que por completo com a meta estipulada, alcançando 99,86% do valor esperado. Dessa forma, do valor previsto a ser pago no exercício por meio dos acordos de leniência, a CGU recuperou quase a sua totalidade. Com o advento da publicação da Portaria nº 1.976, de 20 de agosto de 2021, que regulamentou a aferição dos benefícios financeiros e não-financeiros de forma a englobar a atuação de toda a CGU, o potencial do órgão foi expandido, sendo passíveis de mensuração não só as atividades de auditoria interna, mas também outras atividades como corregedoria, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Em vista desse fato, houve reflexos da atuação de outras áreas na mensuração dos benefícios financeiros para 2021 e faz-se necessário revisar a META 0514.

Meta: 0514 - Aumentar para R\$ 36,5 bilhões os benefícios financeiros decorrentes da atuação da CGU

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Real
Linha de base: 2.491.022.103,08
Data de referência da linha de base: 13/06/2019
Meta prevista para 2020: 3.590.192.155,76
Meta prevista para 2021: 18.245.557.963,44
Meta prevista para 2022: 27.368.336.945,16
Meta prevista para 2023: 36.491.115.926,88

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 50.073.170.585,25
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: O índice não pode ser regionalizado pelo caráter matricial da execução das auditorias realizadas pela CGU. Pelo modelo atual de trabalho, cada auditoria conta com um conjunto de servidores alocados em função de suas competências e não de sua localização geográfica. Dessa forma, os direcionamentos técnicos realizados abrangem todos os trabalhos realizados no País.

Notas do usuário: Para se calcular o indicador, utiliza-se de consulta ao Painel de Benefícios da SFC na situação de "aprovado" até o período do reporte a ser realizado. Tais valores apurados representam aqueles já submetidos às análises das respectivas instâncias de governança.

Indicador: 8679 - Benefícios financeiros decorrentes da atuação da CGU

Informações básicas

Unidade de medida: R\$
Valor de referência: 2.491.022.103,08
Data de Apuração: 13/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 50.073.170.585,25
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: O valor corresponde aos benefícios financeiros aprovados acumulados referentes aos anos de 2020 e 2021 nos valores, respectivamente, de R\$ 17.889.491.082,80 e R\$ 32.183.679.502,45.

Resultado Intermediário: 0152 - Aumento do índice de efetividades das recomendações da SFC

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual do Índice de Efetividade
Linha de base: 10
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Índice de Efetividade das Recomendações
Meta prevista para 2020: 30
Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 30
Meta prevista para 2023: 35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15
Data do valor apurado: 04/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta apurada representa o alcance de 60% da meta prevista para 2021. Da forma como o indicador foi concebido, entram no cálculo recomendações emitidas no passado, muito antes da entrada em vigor da IN SFC nº. 03/2017, que alterou profundamente a metodologia dos trabalhos de Auditoria Interna Governamental, os quais devem ser realizados de forma sistemática, disciplinada e

baseada em riscos. De acordo com análise de sobrevivência estatística, apenas 23% das recomendações emitidas anteriormente à entrada em vigor da IN SFC nº. 03/2017 têm probabilidade de serem concluídas até o terceiro ano de monitoramento. Por outro lado, para as recomendações emitidas posteriormente à IN essa probabilidade salta para 81%. Assim, a efetividade das recomendações emitidas no presente, ou seja, a sua capacidade de geração de benefícios, apenas será conhecida após a sua implementação pelos gestores. Por conta disso, não se percebe avanço no valor do índice e, conseqüentemente, no atingimento das metas estabelecidas no PPA. Além disso, no momento em que essas metas foram estabelecidas, havia uma série de filtros e condicionantes que acabaram por superdimensionar os resultados do índice. Assim, com vista a torná-lo fiel à realidade, eles foram retirados, o que explica o fato de ter havido uma diminuição no valor aferido em comparação ao ano de 2020.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O índice não pode ser regionalizado pelo caráter matricial da execução das auditorias realizadas pela CGU. Pelo modelo atual de trabalho, cada auditoria conta com um conjunto de servidores alocados em função de suas competências e não de sua localização geográfica. Dessa forma, os direcionamentos técnicos realizados abrangem todos os trabalhos realizados no País.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: O não alcance da meta é devido ao indicador estar lastreado em um conjunto de recomendações que foram emitidas em períodos em que não estava vigente o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, a IN 03/2017. Apesar de a nova diretriz ter trazido profundas mudanças na atividade de auditoria interna governamental, as mudanças não apresentam efeitos imediatos por envolverem reformulação de métodos de trabalhos e mudanças culturais que estão em curso.

Providências implementadas para a superação da restrição: Apesar de a nova diretriz ter trazido profundas mudanças na atividade de auditoria interna governamental, as mudanças não apresentam efeitos imediatos por envolverem reformulação de métodos de trabalhos e mudanças culturais que estão em curso.

Notas do usuário: Para o exercício de 2021 foi realizada a revisão dos parâmetros para efeito da apuração do indicador. O objetivo da revisão foi torná-lo mais representativo do seu objetivo almejado que é demonstrar o percentual das recomendações que geraram benefícios frente ao total de recomendações atendidas. O cálculo do IER é apresentado no Painel dos Gestores e atualmente contempla os seguintes parâmetros: 1) são consideradas apenas as recomendações cujos valores do campo “situação” sejam “atendida” e “concluída”; 2) são consideradas apenas as recomendações cujos valores do campo “Providência” sejam “recomendação implementada” e “recomendação implementada parcialmente”; 3) não são consideradas as recomendações cujo tipo seja “consolidada”; e 4) são consideradas apenas as recomendações dos últimos cinco anos.

Resultado Intermediário: 0336 - Aumento do Acesso às Ferramentas de Transparência Ativa (Portal da Transparência e Portal de Dados Abertos)

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Índice de Acesso às Ferramentas de Transparência Ativa (Portal da Transparência e Portal de Dados Abertos)

Meta prevista para 2020: 5

Meta prevista para 2021: 10

Meta prevista para 2022: 15

Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 91,9

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os acessos, ao final de 2021, já são 91,9% superiores à somatória dos acessos de 2019 (ano da linha de base de referência). O cálculo leva em consideração os acessos (visitas) ao Portal da Transparência, incluindo consultas online e por meio de API, e ao Portal Brasileiro de Dados Abertos. Em 2021, foram registradas 22,5 milhões de visitas às consultas online do Portal, índice 28,9% maior que o quantitativo de 2019. A CGU disponibilizou consulta aos dados de remuneração de aposentados e pensionistas por meio do Portal de Transparência, além de consulta às notas fiscais de aquisições de produtos e serviços do Governo Federal, aumentando as buscas. Os painéis de acompanhamento das despesas com a COVID-19 têm contribuído para fortalecer o Portal como um instrumento de referência. A ferramenta de disponibilização de dados por meio de API recebeu melhorias possibilitando o atendimento de mais de 326 milhões de requisições de dados, provenientes de 18,8 milhões de visitas realizadas por meio da API (quase quatro vezes superior ao de 2019). O Portal Brasileiro de Dados Abertos está em processo de aprimoramento das suas funcionalidades. O Portal disponibiliza mais de 10 mil conjuntos de dados dos órgãos federais, sendo que há previsão de abertura de 6.177 novas bases de dados, desde 2016, como resultado do monitoramento dos Planos de Dados Abertos. Em 2021, o Portal Dados Abertos computou 1,3 milhões de visitas, mais que o dobro das 594,4 mil visitas em 2020. A migração do Portal, anteriormente a cargo do Min. da Economia, para o domínio da CGU impactou o quantitativo de visitas em relação a 2019. Importante destacar que a publicação dos dados sobre os pagamentos do Auxílio Emergencial elevou o volume de acessos ao Portal de Transparência para um patamar consideravelmente acima do previsto à época da construção do indicador. No entanto, avalia-se que a tendência de crescimento no volume de acesso retorne à meta prevista inicialmente.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador não pode ser regionalizado. O Portal da Transparência e o Portal de Dados abertos são as principais ferramentas de transparência ativa e são geridas pela CGU - órgão central, que monitora e disponibiliza os dados/informações à sociedade.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Os dados de acesso ao Portal da Transparência podem ser consultados na seção “Estatísticas de Acesso”

(<http://www.portaltransparencia.gov.br/estatisticas>), que tem como fonte o Google Analytics. Os dados de acesso ao Portal Brasileiro de Dados Abertos também são oriundos do Google Analytics. Informações adicionais sobre o panorama da abertura de bases de dados são disponibilizadas no Painel Monitoramento de Dados Abertos (<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos>).

Resultado Intermediário: 0337 - Alcance de 100% de recuperação de valores previstos nos acordos de leniência celebrados

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Grau de recuperação de valores previstos nos acordos de leniência celebrados

Meta prevista para 2020: 100

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 99,86

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram considerados os valores pagos no ano de 2021 em relação os valores esperados, tendo em questão que a meta é anual. Duas empresas alegaram dificuldade de pagamento integral do que deveriam, o que levou a uma frustração de 0,14% na recuperação do previsto nos acordos de leniência. No entanto, o valor apurado encontra-se dentro da expectativa de adequado cumprimento da meta anual.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador trata da execução financeira (valores pagos sobre valores acordados) de Acordos de Leniência que são celebrados e gerenciados de forma centralizada pela Diretoria de Acordos de Leniência, unidade vinculada à Secretaria de Combate à Corrupção.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: As estimativas atuais corroboram o atingimento da meta prevista para 2021. Informamos ainda que memória de cálculo que embasa os valores mencionados é de acesso restrito por envolver sigilos legais.

PROGRAMA: 4005 - PROTEÇÃO JURÍDICA DA UNIÃO

Objetivo: 1177 - Promover a defesa, o assessoramento e a consultoria jurídica, de forma a gerir os riscos jurídicos da atuação da União.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Na atividade contenciosa perante o Supremo Tribunal Federal, em 2021, apresentou-se o quantitativo total de 13.979 atividades judiciais em processos de controle difuso e concentrado de constitucionalidade, ressaltando-se que o acervo de feitos do Tribunal perfaz quase 3,8 mil processos judiciais ativos. Releva notar que a produção decisória da Corte acarretou a manutenção do número de sustentações orais em patamar elevado (59) e a elaboração de 314 memoriais. No controle concentrado, foram apresentadas cerca de 911 manifestações ao STF envolvendo ações direcionadas contra objetos diversos (federais, estaduais, distritais e municipais, normativos ou concretos). Não obstante a complexidade das providências de acompanhamento das ações que envolvem políticas públicas relevantes, as quais implicam providências judiciais de alto coeficiente interventivo, foram obtidas relevantes conquistas, tais como: validação da Lei Complementar nº 173/2020 (Responsabilidade fiscal e Combate à Covid-19); validação da Lei Complementar nº 179/2021 (Autonomia do BACEN); manutenção da 17ª Rodada de Leilões de Blocos de Exploração de Petróleo e Gás Natural; ADPF 525 (rejeição de pedido de governadores para que a União partilhasse 20% da receita de contribuições sociais desvinculadas do orçamento da seguridade social - DRU); a ADI 6926 (prorrogação do repasse de verbas prevista na Lei nº 14.172/2021 – lei de acesso à internet); e a validação da Lei nº 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento). No que diz respeito aos conflitos federativos no âmbito do

STF, relata-se o ajuizamento de mais de 90 ações cíveis originárias. Dentre as ações relativas ao Covid-19, destacam-se os debates acerca da disponibilização de leitos de UTI e sobre o Plano Nacional de Imunização. No caso, a atuação conjunta da AGU e das equipes técnicas do Ministério da Saúde propiciou um avanço nas tratativas conciliatórias. Além do tema sanitário, em 2021 destacaram-se as seguintes ações de temas relevantes do Governo Federal: diversos mandados de segurança envolvendo pedido de abertura de linha de crédito aos entes subnacionais (com potencial de expressivo impacto financeiro); suspensões de segurança em face da expedição de precatórios de Fundef; suspensão de segurança e ajuizamento de ação cível originária para garantir a realização de leilões de aeroportos (Bloco Sul e Norte) e ajuizamento de suspensão de segurança em que se reconheceu a prevalência de critérios técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quanto à importação de crustáceos, sendo que tal vitória permitiu a retomada de acordos comerciais com a Argentina, garantindo ainda a reputação do país no âmbito regional (Mercosul) e internacional. Na esfera da Administração Direta da União, que abrange os três poderes da República e as funções essenciais à justiça, em 2021, a Procuradoria-Geral da União - PGU recebeu mais de 535 mil ações judiciais. Para atender a demanda, foram realizadas mais de 2,1 milhões de atividades judiciais no Sistema Sapiens, crescimento de 5% em relação ao ano anterior. O ano de 2021 também foi marcado pelo desenvolvimento de novas estratégias e medidas de gestão para o aperfeiçoamento da representação judicial da União, das quais se destacam a) a desterritorialização e a especialização da atuação em equipes temáticas de atribuições regionais e nacionais e b) a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária e excepcional de interesse público de apoio técnico e administrativo nas ações relacionadas ao benefício assistencial do "Auxílio Emergencial", tema objeto de um acervo de mais de 259 mil processos judiciais desde 2020 (105 mil apenas em 2021, ou seja, quase 20% do total de processos judiciais deste ano). Na representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, foram alcançados expressivos resultados. Destaque-se a atuação do Governo Federal para a garantia de projetos estratégicos na área de infraestrutura, telecomunicações, energia, petróleo e gás, que assegurou investimentos de aproximadamente R\$ 305 bilhões, arrecadação de aproximadamente R\$ 35 bilhões e economia pelos consumidores de mais de R\$ 18 bilhões. Importante destacar ainda o avanço do projeto de racionalização da tramitação dos processos judiciais previdenciários, de prevenção de litígios, de gerenciamento de precedentes qualificados e resolução consensual de controvérsias, com grande perspectiva de avanço para o ano de 2022.

Meta: 051M - Aumentar em 1,0 ponto percentual ao ano a Taxa de Sucesso Judicial

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 56,9

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Meta prevista para 2020: 57,4

Meta prevista para 2021: 60,2

Meta prevista para 2022: 60,55

Meta prevista para 2023: 60,9

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 62,6

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades da AGU, especializada e desterritorializada. Em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos

advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente. A atuação processual se perfaz de forma especializada e desterritorializada, não fazendo sentido a aferição da meta segmentada por Estado. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.

Notas do usuário: -

Indicador: 8734 - Taxa de Sucesso Judicial

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 56,9
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 62,6
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0074 - Redução do tempo médio de atendimento das demandas consultivas

Informações básicas

Unidade de medida: Dias
Linha de base: 12,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Tempo estimado de conclusão das demandas do consultivo
Meta prevista para 2020: 19,1
Meta prevista para 2021: 13
Meta prevista para 2022: 12,4
Meta prevista para 2023: 11,8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador é composto pelos resultados da Consultoria-Geral da União - CGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF. Após uma oscilação do resultado do indicador no início do ano, em parte por variações advindas da PGF, foi desenvolvido pelo órgão um painel de acompanhamento de tarefas fechadas no sistema Sapiens. Tal ação, aprimorou o monitoramento e permitiu atingir o excelente resultado para 2021.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades da AGU, especializada e desterritorializada. Em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente. A atuação processual se perfaz de forma especializada e desterritorializada, não fazendo sentido a aferição da meta segmentada por Estado. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0085 - Melhora da taxa de satisfação dos órgãos e entidades assessorados

Informações básicas

Unidade de medida: Nota

Linha de base: 7,5

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de satisfação dos órgãos e entidades assessorados

Meta prevista para 2020: 7,2

Meta prevista para 2021: 7,5

Meta prevista para 2022: 7,6

Meta prevista para 2023: 7,6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8

Data do valor apurado: 25/03/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Pelo segundo ano consecutivo a AGU busca avaliar a sua consultoria e

assessoramento também pelo aspecto qualitativo, por meio da “Taxa de satisfação dos órgãos e entidades assessorados”. Obtida por meio de realização de ampla pesquisa com toda a Administração Pública Federal Direta e Indireta, que contou com 3,5 mil respondentes (em 2020 foram cerca de 3,3 mil), e apresentou a nota 8,0, superando a meta para o ano.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades da AGU, especializada e desterritorializada. Em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente. A atuação processual se perfaz de forma especializada e desterritorializada, não fazendo sentido a aferição da meta segmentada por Estado. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A apuração desse parâmetro foi disponibilizada após o período de inserção das informações no sistema pelo órgão setorial. Portanto, o Valor Apurado e sua respectiva Análise Técnica encontram-se no email de 25/03/2022 enviado por Herminio Alvares Muzzi.

Resultado Intermediário: 0094 - Celebração de acordos estratégicos

Informações básicas

Unidade de medida: Quantidade de acordos

Linha de base: 39

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de acordos estratégicos celebrados (CCAF - Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal)

Meta prevista para 2020: 20

Meta prevista para 2021: 30

Meta prevista para 2022: 40

Meta prevista para 2023: 45

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 31

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Uma das características do indicador de Celebração de Acordos Estratégicos é sua sazonalidade, em que uma considerável parcela dos acordos são realizados no final do ano. Este ano não foi diferente e, após forte elevação no número de conflitos solucionados nos últimos meses do ano, a meta foi alcançada.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades da AGU, especializada e desterritorializada. Em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente. A atuação processual se perfaz de forma especializada e desterritorializada, não fazendo sentido a aferição da meta segmentada por Estado. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde

2015,independente onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0096 - Redução de Litígios

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de redução

Linha de base: 13,33

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de redução de litígios

Meta prevista para 2020: 13,53

Meta prevista para 2021: 13,95

Meta prevista para 2022: 14,37

Meta prevista para 2023: 14,79

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 14,4

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em comparação ao ano de 2020, observa-se estabilidade no resultado obtido, não obstante o fato da meta estipulada para o ano ter sido superada em 0,45 pontos percentuais. A taxa de redução de litígios é composta por duas frentes: acordos firmados entre as partes e a redução de litígios unilateral (desistência de recurso amparada em normativos internos). Nota-se em 2021 grande avanço nos acordos firmados, com crescimento de aproximadamente 100 mil acordos e uma taxa de acordos firmados da ordem de 3,7%, frente a 2,13% em 2020. Os assuntos com maior volume de processos, Auxílio Doença Previdenciário e Aposentadoria por Invalidez, apresentaram aumentos de 3,15 p.p. e 2,04 p.p., impactando fortemente o resultado de acordos firmados totais. Por outro lado, a redução unilateral de litígios apresentou redução em comparação a 2020, quando foi de 12,21%, caindo para o patamar de 10,66%. Dessa forma, um componente compensou o outro, refletindo na estabilidade no comparativo ano a ano.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades da AGU, especializada e desterritorializada. Em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente. A atuação processual se perfaz de forma especializada e desterritorializada, não fazendo sentido a aferição da meta segmentada por Estado. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015,independente onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0097 - Aumento da arrecadação promovida pela AGU

Informações básicas

Unidade de medida: Milhões de Reais
Linha de base: 4.934
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Valor arrecadado pela AGU
Meta prevista para 2020: 4.106
Meta prevista para 2021: 5.337
Meta prevista para 2022: 5.694
Meta prevista para 2023: 6.007

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7.912
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Contribuíram para a superação da meta as seguintes arrecadações extraordinárias: i) R\$ 1,35 bilhão de acordo com a Oi; ii) R\$ 120,4 milhões repatriados do exterior por meio da Operação Lava-Jato; iii) R\$ 102,8 milhões de Acordos Agro.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades da AGU, especializada e desterritorializada. Em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente. A atuação processual se perfaz de forma especializada e desterritorializada, não fazendo sentido a aferição da meta segmentada por Estado. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5011 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Objetivo: 1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Para o alcance do objetivo do Programa 5011, e em consonância com o PNE, o MEC busca, em regime de colaboração com os entes subnacionais, implementar políticas públicas que visam garantir o pleno exercício do direito à educação, compreendendo a universalização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica em todas as suas dimensões. As ações estratégicas do MEC são desenvolvidas por meio da prestação de apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar, aos estados, DF e municípios, promovendo a equidade, a qualidade das aprendizagens escolares e a valorização e a qualificação dos profissionais que atuam na educação básica. Os dados do Ideb 2019 evidenciam que o desempenho da educação básica pública segue tendência de elevação, todavia, o ritmo de crescimento precisa ser acelerado, especialmente em determinadas etapas e momentos do percurso escolar. Considerando o indicador do Programa, Ideb Sintético, o dado apurado a partir dos índices alcançados em 2019, registraram o valor de 5,03. Até o final de 2022 serão disponibilizados os índices alcançados em cada etapa a partir dos resultados do SAEB 2021. Apresentam-se, a seguir, os resultados e desempenho das ações desenvolvidas, em 2021, que consolidam o compromisso do MEC com a elevação da qualidade da Educação Básica. Em relação aos programas suplementares à educação, o MEC apoiou os estudantes de todas as etapas da educação básica, por meio de programas de alimentação, transporte escolar e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência, além de transferência de recursos às escolas. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico) consiste na destinação de recursos financeiros às escolas para cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos. Em 2021, o PDDE Básico contou com recursos de R\$ 941,5 milhões. O Programa também viabiliza a assistência financeira aos estabelecimentos de ensino no âmbito dos programas educacionais geridos pelo MEC (PDDE - Ações Integradas). O repasse de recursos para nove ações integradas totalizou R\$ 990,6 milhões. Assim, em 2021, foram investidos mais de R\$ 1,9 bilhão por meio do PDDE e suas ações integradas, atendendo em torno de 122 mil escolas e beneficiando cerca de 35 milhões de alunos. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, em 2021, foram atendidos 39,5 milhões de estudantes com recursos da ordem de R\$ 4,16 bilhões. Quanto ao apoio ao transporte escolar, o programa Caminho da Escola, repassou R\$479,17 milhões, sendo, R\$ 219 milhões referentes a emendas parlamentares e R\$ 260,2 milhões em recursos do orçamento do FNDE/MEC, totalizando cerca de 2 mil veículos. Já no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foram transferidos recursos na ordem de R\$ 772 milhões para o atendimento de 5.271 Entidades Executoras, beneficiando 4,4 milhões de estudantes. No âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), foram adquiridos mais de 200 milhões de exemplares de livros didáticos e literários, beneficiando 31,27 milhões de estudantes matriculados em cerca de 120 mil escolas, representando investimentos de R\$1,77 bilhão na aquisição direta de livros e materiais didáticos (impresso, digital e em formato acessível) e R\$ 350,4 milhões para triagem e controle de qualidade, mixagem e distribuição. No âmbito do PNLD - Acessível, foram adquiridos livros no formato de livro digital EPUB, disponíveis para todas as escolas que demandam esse tipo de atendimento. Além disso, foram distribuídos mais de 13,7 mil livros no formato tinta-braille para atender 2 mil estudantes cegos e surdocegos matriculados em 1,8 mil escolas. Para o ano de início do quarto ciclo (2021-2024) do Plano de Ações Articuladas (PAR), foram alocados recursos de R\$ 1,07 bilhão, relativos a mais de 4,7 mil projetos apoiados. Na etapa preparatória, o ente teve a oportunidade de utilizar a Plataforma +PNE, que é a ferramenta de apoio ao monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Neste novo ciclo do PAR, 5.165 municípios e 24 estados finalizaram a etapa preparatória, sendo que 4.818 municípios e 23 estados concluíram o diagnóstico e iniciaram o planejamento do PAR. Em 2021, o MEC lançou a ação transversal Avaliações Diagnósticas e Formativas que visa possibilitar o diagnóstico e acompanhamento das aprendizagens dos estudantes ao longo do ano escolar. Trata-se de avaliações especialmente calibradas para correções da aprendizagem ao longo do ano letivo, o que permitirá tanto a identificação das dificuldades dos alunos, possibilitando o diagnóstico do nível de aprendizagem, quanto sua remediação tempestiva. As avaliações são disponibilizadas para todas as redes e escolas brasileiras, públicas e privadas, incluindo a partir de 2022 toda a etapa do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e para o Ensino Médio (1º a 3ª). O Programa de Inovação Educação Conectada, destinado a apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais, investiu, em 2021, mais de R\$ 340 milhões, maior valor investido desde a criação do

Programa, em 2017. Desse valor, R\$ 276 milhões foram repassados via PDDE a mais de 91 mil escolas. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares objetiva alcançar uma gestão de excelência que viabilize uma educação transformadora e promotora de qualidade e equidade no direito à educação escolar básica. Em 2021 houve a implantação de 74 escolas cívico-militares, com investimento de R\$ 49 milhões, beneficiando 86 mil estudantes. O Programa possui, atualmente, 127 escolas implantadas. Criado em 2021, o Programa Educação e Família tem por finalidade implementar ações que fomentem e qualifiquem a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida. Foram repassados, via PDDE, R\$ 12,7 milhões, beneficiando 4,5 mil escolas da educação básica. O MEC intensificou as ações de monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e tem acompanhado os estados e municípios no alinhamento de seus currículos à Base por meio do Programa ProBNCC. Até 2021, foram 23 referenciais curriculares estaduais, relativos ao Ensino Médio, aprovados e homologados pelos Conselhos Estaduais de Educação. A leitura e a escrita permitem ao aluno desenvolver importantes habilidades, impactando positivamente sua vida escolar, pessoal e profissional. A partir da Política Nacional de Alfabetização (PNA) foram desenvolvidos os programas Tempo de Aprender e Conta pra Mim. No âmbito do Programa Conta pra Mim, com a finalidade de orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar, destaca-se que, em 2021, houve o incremento da Coleção Conta pra Mim com a disponibilização de 4 obras inéditas da Série Biografias. Além disso, no formato Podcast, foram disponibilizadas diversas histórias e canções infantis. No contexto do Programa Tempo de Aprender, com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização, destacam-se as seguintes iniciativas/ações: a) oferta dos cursos: Alfabetização Baseada na Ciência (ABC), Formação Continuada em Práticas de Alfabetização e Práticas de Produção de Texto; b) disponibilização do aplicativo GraphoGame; c) realização de 3 Fóruns Nacionais de Coordenadores Locais do Programa; d) lançamento do Sistema On-line de Recursos para a Alfabetização (Sora), que fornece apoio tecnológico aos professores para elaboração de planos de aula, além de ser um repositório de estratégias, atividades, avaliações e recursos pedagógicos; e) lançamento do Livro do Professor Alfabetizador e do Livro de Atividades, que apresentam estratégias e atividades práticas para o ensino da leitura e da escrita; e f) lançamento do curso de Certificação Avançada para Gestores Educacionais da Alfabetização. Além disso, para a atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio foram repassados, por meio do PDDE Alfabetização, R\$ 182,8 milhões às 31,1 mil escolas aderentes ao programa Tempo de Aprender. O MEC tem apoiado ações de busca ativa dos estudantes de modo a trazê-los de volta para o sistema de ensino. Nesse contexto, destaca-se o Programa Brasil na Escola, instituído em 2021, que visa apoiar as redes e unidades escolares no fomento de estratégias e inovações para assegurar a permanência, aprendizagens e progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Em 2021, foram investidos cerca de R\$ 138,6 milhões no Programa, dos quais R\$ 111,1 milhões via PDDE, para 6,5 mil escolas. O Programa Itinerários Formativos, instituído em 2021, visa coordenar a implementação do Novo Ensino Médio e promover o apoio técnico e financeiro às escolas e a integração entre instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. Foram transferidos, via PDDE, R\$ 161,3 milhões. O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio apoia técnica e financeiramente as secretarias de educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio. Desde 2018, o programa repassou às escolas por meio do PDDE mais de R\$ 383,8 milhões para implementação do Novo Ensino Médio. O Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), que visa apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio via transferência de recursos para as secretarias estaduais e distrital de educação, repassou R\$ 232,8 milhões em 2021, contemplando, aproximadamente, 1.425 escolas e 312.513 matrículas (Censo Escolar 2020). Na educação de jovens e adultos, o MEC institucionalizou o Programa EJA Integrada que, em 2020/2021, disponibilizou R\$ 5,5 milhões para a oferta de 690 vagas em cursos para alunos e professores que atuam na modalidade. Além disso, houve a repactuação de R\$ 163 milhões de recursos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), valor que possibilitará atender cerca de 27 mil novos alunos no Programa. Em 2021, o MEC também fomentou e monitorou a oferta de cursos de formação para atender os professores que atuam na educação básica do campo, indígenas e quilombolas. Por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), o MEC oferta cursos de licenciaturas interculturais para a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A descentralização de aproximadamente R\$ 1,9 milhão fomentou a oferta de 184 vagas. A Ação Escola da Terra, que consiste na formação continuada para professores do campo e de comunidades quilombolas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, destinou aproximadamente R\$ 3,6 milhões (custeio e bolsas) para o financiamento dos projetos pilotos dos cursos de especialização, beneficiando 1.160 professores cursistas em 16 IFES. Já a quinta edição da Ação Saberes Indígenas na Escola, que oferta curso de formação continuada a professores indígenas da rede pública de ensino, totalizou 8 meses de formação (nov/2020 a jul/2021), com 180 horas aulas para Professores Alfabetizadores e 200 horas aulas para Orientadores de Estudos e contou com a participação de 22 IES. Em 2021, houve investimentos de aproximadamente R\$ 6,8 milhões para o pagamento de bolsas, sendo ofertadas, nessa edição, mais de 3 mil vagas para cursistas, sendo 2.842 para Professores Alfabetizadores e 280 para Orientadores de Estudos. Foram pagas, ainda, bolsas a 327 Formadores. O PDDE Campo consiste na destinação de recursos financeiros de custeio e capital às escolas públicas localizadas no campo a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades. Em 2021, foram investidos aproximadamente R\$ 88,5 milhões para atender 5.369 escolas e beneficiar 1,4 milhão de alunos.

Já com vistas a atender as escolas públicas do campo e quilombolas, garantindo as adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário, o MEC, por meio do PDDE Água, investiu o valor de aproximadamente R\$ 56,6 milhões para atender 2.111 escolas e beneficiar 141.614 alunos. Em 2021, foi sancionada a Lei 14.191/2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos como uma modalidade de ensino independente na LDB. Essa é uma conquista histórica para a comunidade surda, que vem lutando por seu reconhecimento em todos os níveis, etapas e modalidades, se estendendo ao longo da vida. O MEC tem articulado e envidado esforços para fomentar projetos para a criação, estruturação e fortalecimento das Escolas Bilíngues de Surdos (EBS), de forma a atender as especificidades das pessoas/estudantes surdos e surdocegos, surdos com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e/ou surdos com deficiências associadas que considerem a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Em 2021, o MEC firmou parcerias para implementação de 6 escolas especializadas de surdos, sendo 4 reformas e 2 construções, com um investimento de R\$13 milhões. Além disso, o MEC firmou parcerias com IFES, para oferta de Cursos de Formação Continuada de professores, gestores, estudantes e profissionais da Educação Bilíngue de Surdos. No ano de 2021, em parceria com 5 IFES foram ofertadas 4,1 mil vagas em 6 cursos, com recursos no valor de R\$ 2 milhões. Em 2021, diante do cenário provocado pela pandemia da COVID-19, o MEC, por meio da Capes, preocupou-se em manter a continuidade e a oferta de cursos de qualificação e capacitação para professores da Educação Básica. Foram empenhados o total de R\$ 547,7 milhões em bolsas e custeio, nos seguintes programas e ações: O programa Residência Pedagógica promove a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso, estimulando a articulação entre a formação teórica e prática. Foram concedidas cerca de 30 mil bolsas para residentes, além de bolsas para professores da educação básica e do ensino superior, com recursos de R\$ 173,4 milhões. Já o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é destinado à inserção, no ambiente escolar, de estudantes que estão cursando a primeira metade dos cursos de pedagogia e licenciaturas. Em 2021, concedeu R\$ 197 milhões em bolsas aproximadamente 30 mil licenciandos, além de bolsas para professores da educação básica e do ensino superior para desenvolver projetos institucionais. O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) oferta cursos de licenciatura correspondentes à área em que os professores em serviço na rede pública atuam. Contemplou 8.447 professores cursistas, matriculados em 226 turmas especiais sediadas em 128 municípios, com R\$ 18 milhões. Quanto à Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferece cursos de nível superior prioritariamente para a formação de professores por meio da EaD, mais de mil novas turmas iniciaram as aulas em 69 instituições participantes, correspondendo a 30 mil novas vagas. Atualmente, a UAB conta com 124 mil alunos matriculados em cursos de licenciatura, bacharelado, especialização e de tecnólogo. Participam do sistema 136 instituições públicas de ensino, com 890 polos. O Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (Proeb) disponibilizou 2.620 vagas de mestrados profissionais em Matemática, Física, Letras, Artes, História, Biologia, Química, Filosofia, Educação Física, Sociologia e Inclusão em 317 unidades de ensino. Em relação à Formação Continuada, o MEC disponibilizou várias formações gratuitas e autoinstrucionais no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC (Avamec), destinadas a professores e gestores de toda a educação básica. São formações para professores da educação infantil, do novo ensino médio, formação em educação empreendedora, educação financeira e educação esportiva. Em 2021 foi instituído o Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil (LabInova), que visa fortalecer e apoiar professores e estudantes para ampliar o processo de ensino-aprendizagem com base no tripé Educação, Tecnologias e Inovação. Também foi lançado o Laboratório de Criatividade e Inovação da Educação Básica (Labcrie), com o objetivo de equipar um laboratório em cada Unidade da Federação, destinado à formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias, inovação e robótica. Até dezembro de 2021, já tinham aderido ao programa 24 unidades da Federação. No âmbito da formação inicial, destaca-se o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares, desenvolvido com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente universidades que irão modernizar os currículos de Pedagogia e Licenciaturas, visando preparar os futuros professores com foco em vivência prática na escola e uso pedagógico das tecnologias. Em 2021 foram selecionadas 4 redes para ofertar cursos de pedagogia e licenciaturas a partir do 1º semestre de 2022.

Meta: 050E - Atingir a meta de 5,59 no Ideb Sintético.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: índice numérico

Linha de base: 4,797

Data de referência da linha de base: 31/12/2017

Meta prevista para 2020: 5,06

Meta prevista para 2021: 5,31

Meta prevista para 2022: 5,31

Meta prevista para 2023: 5,59

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 5,03

Data de Referência: 31/12/2019

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Justificativa para não regionalização da Meta: Entende-se que a meta do Programa 5011 não é passível de regionalização pela complexidade do indicador relacionado (IDEB Sintético) que já apresenta em sua fórmula de cálculo uma agregação de três indicadores sintéticos: Ideb anos iniciais, Ideb anos finais e Ideb ensino médio. Portanto, acredita-se que regionalizar um indicador com tantas agregações não é recomendável.

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, a dotação orçamentária para as despesas discricionárias vem sendo reduzida, de forma a comprometer o efetivo atendimento das metas estabelecidas em algumas políticas públicas.

Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito da Educação Básica, a diferença entre o orçamento solicitado pelas áreas e a dotação atualizada (LOA 2021) é de cerca de R\$ 650 milhões.

Valor da insuficiência de recursos: 650.000.000

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia e o isolamento social impactaram sobremaneira a educação, de forma que é esperado uma diminuição no IDEB de 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC realizou uma série de ações para enfrentamento do impacto da pandemia. Para as aprendizagens, destacam-se as Avaliações Diagnósticas e Formativas e o Acompanhamento Personalizado da Aprendizagem; e Repactuação dos saldos em conta do PDDE Emergencial para utilização em ações de enfrentamento da pandemia.

Notas do usuário: -

Indicador: 8654 - IDEB SINTÉTICO

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 4,8
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Bianual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 5,03
Data do valor apurado: 31/12/2019
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0035 - Infraestrutura mínima das escolas ICQ

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 68,18
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Taxa de escolas ICQ sem infraestrutura mínima
Meta prevista para 2020: 23
Meta prevista para 2021: 52,4
Meta prevista para 2022: 48,21
Meta prevista para 2023: 44,35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58,42
Data do valor apurado: 31/12/2020
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Indicador de Infraestrutura Mínima das Escolas (ICQ) mensura o percentual de escolas indígenas, quilombolas e do campo públicas, municipais e estaduais, sem infraestrutura mínima (prédio escolar, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e internet), a partir dos dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica/INEP. O último índice disponível refere-se ao Censo Escolar 2020. Os dados disponibilizados pelo Censo Escolar subsidiam o entendimento de quantas escolas precisam de melhorias em suas estruturas

físicas ou abastecimento de água, além de possibilitar acompanhamento do índice das escolas que já foram atendidas em anos anteriores. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Água se destina a enfrentar o problema de falta de abastecimento de água e de esgotamento sanitário das escolas públicas rurais. Em 2021, o valor investido foi de aproximadamente R\$ 56,6 milhões para atender 2.111 escolas e beneficiar 141.614 alunos. Já o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Campo visa propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades (realização de reparos ou pequenas ampliações e cobertura de outras despesas, que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações, bem como na aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar). Em 2021, foi investido aproximadamente R\$ 88,5 milhões para atender 5.369 escolas e beneficiar 1.422.230 alunos. Em 2021, o MEC articulou a criação de um novo Sistema de Adesão ao PDDE Campo e Água, a fim de melhorar a comunicação entre as entidades executoras e, conseqüentemente, aprimorar a execução dos recursos transferidos. Essa necessidade surgiu devido as dificuldades de adesões anteriores, que criava entraves na execução dos recursos empenhados. O sistema encontra-se em fase de homologação.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	18,59	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	60,29	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	81,98	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	39,61	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	13,65	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0036 - Acesso à banda larga nas escolas

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 61,3

Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de acesso à banda larga nas escolas
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 80
Meta prevista para 2022: 85
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 64,1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), destinado a apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, investiu, em 2021, mais de R\$ 340 milhões, valor recorde dessa Política. Em 2021, o MEC autorizou o pagamento, por meio do PDDE Educação Conectada, para mais de 102 mil escolas, porém, devido a problemas no âmbito financeiro de algumas escolas (inadimplência, abertura de contas, atualização cadastral entre outros), só foi possível transferir recursos para 91,5 mil escolas, totalizando o investimento de R\$ 276 milhões. Ainda no âmbito do PIEC, até 2021, cerca de 7,5 mil escolas foram atendidas por meio do WI FI Brasil, uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que disponibiliza acesso à conectividade via satélite às escolas nas quais a conexão via terrestre não é viável, em sua maioria localizadas na zona rural. Existem, ainda, outros programas que são fomentados por meio do PIEC para complementar esse apoio à conectividade e mitigar os problemas educacionais causados pela pandemia, com o desenvolvimento dos Projetos Norte Conectado, Nordeste Conectado e Amazônia Conectada. Também são disponibilizadas, no âmbito do Programa, cursos gratuitos e autoinstrucionais na Plataforma AVAMEC, além de mais de 300 mil recursos educacionais digitais na plataforma MEC-RED, dos quais 48 desses recursos foram desenvolvidos e disponibilizados por universidades por meio do aporte de recursos do PIEC. Em 2021, o PIEC apoiou a parceria com a UFMS para a criação do Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil (LabInova), que tem como principal objetivo fortalecer e apoiar professores e estudantes para ampliar o processo de ensino-aprendizagem com base no tripé Educação, Tecnologias e Inovação.

Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de implementação; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Demora na entrega dos sistemas SIMEC e PDDE Interativo (módulo Educação Conectada). As tratativas iniciaram em janeiro de 2021 e os sistemas começaram a ser entregues, pela Fábrica de Software, no final de julho de 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: Após a entrega em produção dos sistemas, foram realizadas campanhas de comunicação para as secretarias de educação e diretores escolares. Houve, também, a dilatação dos prazos para o uso dos sistemas pelas escolas elegíveis ao recebimento do PIEC.

Restrição: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição: A Meta para 2021 era apoiar financeiramente 104 mil escolas. Porém, só foi possível apoiar 91.564 escolas, devido a alguns fatores, como: falta de energia elétrica, falta de unidade executora própria, não seleção pela rede, por não realizar o monitoramento e por problemas financeiros. Essas ações dependiam da execução em alguma medida das secretarias de educação e escola.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas reuniões quinzenais com os coordenadores regionais e estaduais do Programa de Inovação Educação Conectada; encaminhamentos de informativos para os atores envolvidos no processo; realização de webinários de formação e capacitação; participação de seminários presenciais e realização de busca ativa para as escolas com pendência no preenchimento do plano, com a finalidade de compreender as dificuldades e tentar apoiar as redes na implementação da política.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A Pandemia da COVID-19 restringiu a presença dos estudantes nas escolas, prejudicando, assim, o monitoramento do uso da internet para a prática pedagógica nas escolas

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas lives, em parcerias com os coordenadores Regionais, para capacitar e orientar os articuladores e gestores sobre as etapas de execução do PIEC. Isso resultou no aumento do número de escolas que preencheram as informações necessárias para recebimento dos repasses.

Notas do usuário: RI "Acesso à banda larga nas escolas": de 60,3% em 31/12/2020 para 64,3% em 31/12/2021, conforme emails enviados pelo MEC em 11/03/2022. ----- EMAIL DE 25/03/22 ----- Bom dia, Eduardo, Em relação ao RI 0036 - Acesso à banda larga nas escolas, identificamos a necessidade de correção no SIOP (3º evento - Monitoramento PPA - exercício 2021) do valor apurado 2021: de 64,3% para 64,1%, conforme solicitado por esta COAV/CGP/SPO/MEC no dia 10/03/22. Os dados regionalizados conferem com os informados, dispensando alterações. Permanecemos à disposição. Atenciosamente, Vivian Delgado da Fonseca Assis Técnica em Assuntos Educacionais COAV/CGP/SPO/MEC

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	82	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Valor apurado foi alterado conforme email enviado pelo MEC em 11/03/2022.
Região Nordeste	-	-	-	-	55,2	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Valor apurado foi alterado conforme email enviado pelo MEC em 11/03/2022.
Região Norte	-	-	-	-	33,5	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Valor apurado foi alterado conforme email enviado pelo MEC em 11/03/2022.
Região Sudeste	-	-	-	-	79,9	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Valor apurado foi alterado conforme email enviado pelo MEC em 11/03/2022.
Região Sul	-	-	-	-	79,3	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) serão disponibilizados até o fim do 1º semestre de 2022.	Valor apurado foi alterado conforme email enviado pelo MEC em 11/03/2022.

Resultado Intermediário: 0037 - Acesso escolar da população de 6 a 14 anos

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 98,1

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de acesso escolar - percentual da população que frequenta a escola (de 6 a 14 anos)

Meta prevista para 2020: 98,5

Meta prevista para 2021: 98,5

Meta prevista para 2022: 98,7

Meta prevista para 2023: 99

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 98

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC tem apoiado ações de busca ativa dos estudantes, de modo a evitar situações de evasão e abandono escolar. Neste contexto, pode-se destacar o Programa Brasil na Escola que busca desenvolver ações que proporcionem a elevação na qualidade do ensino e maximização do atingimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sobretudo das Metas 2 e 7, as quais tratam, respectivamente, da permanência e das aprendizagens para o ensino fundamental. As informações sobre o Programa estão disponíveis em: Brasil na Escola — Português (Brasil) (www.gov.br). O Programa visa apoiar as redes e unidades escolares no fomento de estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, podendo beneficiar cerca de 47 mil escolas e 10 milhões de estudantes. Em 2021, foram investidos cerca de R\$ 138,6 milhões no Programa, dos quais R\$ 111,1 milhões via PDDE, para 6,5 mil escolas. No âmbito do Programa, estão sendo implementadas estratégias, destacando-se o Sistema de Alerta Preventivo, que tem o objetivo de apoiar as redes na retomada das aulas presenciais, na identificação de forma antecipada de estudantes com maiores riscos de abandono escolar, e seu devido acompanhamento e monitoramento, buscando promover intervenções preventivas para garantir a permanência dos estudantes na escola. Outra estratégia, o acompanhamento Personalizado das Aprendizagens, tem o objetivo de atuar no nível de aprendizagem dos estudantes, diminuindo as desigualdades na sala de aula e nas unidades escolares. As estratégias propostas no âmbito do Programa estarão disponíveis para toda a rede implementar e utilizar os materiais, sendo que as escolas atendidas no âmbito do Programa recebem um apoio financeiro para implementação das estratégias.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A situação da Pandemia da COVID-19, que se prolongou durante o ano de 2021, agravou ainda mais os índices de abandono e evasão escolar

Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de ações de busca ativa dos estudantes e de acolhimento de estudantes no retorno aos sistemas de ensino.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	98,7	98,7	99	97,6	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Nordeste	-	98,7	98,7	99	97,8	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Norte	-	97,9	98,2	98,4	97,4	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Sudeste	-	98,7	98,7	99	98,5	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Sul	-	98,7	98,7	99	97,7	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado

Resultado Intermediário: 0038 - Acesso escolar da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 73,1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa Líquida de matrícula no Ensino Médio.
Meta prevista para 2020: 94,3
Meta prevista para 2021: 74
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 76

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 77,2
Data do valor apurado: 31/12/2020
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Itinerários Formativos, instituído em 2021, visa coordenar a implementação do Novo Ensino Médio e promover o apoio técnico e financeiro às escolas de ensino médio, e a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. O Eixo I do Programa prevê apoio técnico e financeiro para 12.788 escolas de ensino médio participantes. Em 2021, foram

transferidos, via PDDE, R\$ 161,3 milhões com o objetivo de apoiar as escolas na oferta de itinerários formativos. O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio objetiva apoiar as secretarias de educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio por meio de apoio técnico e financeiro para a elaboração e execução do Plano de Implementação, a implantação de escolas-piloto e a oferta de formação continuada. Quanto à implementação das escolas-piloto, iniciada em 2018 e finalizada em 2021, das 4.117 escolas-piloto habilitadas, 4.033 (98%) receberam ao menos uma parcela para a implementação da flexibilização curricular. Desde 2018, o programa empenhou, repassando às escolas por meio do PDDE, mais de R\$ 383,8 milhões para implementação do Novo Ensino Médio. Ressalta-se que essa implementação ocorrerá de forma gradativa, iniciando em 2022 com as turmas das 1ª séries. O Programa EMTI, visa apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio por meio da transferência de recursos para as secretarias estaduais e distrital de educação. Ressalta-se que, no âmbito da Câmara Técnica do Ensino Médio, criada para enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, foi elaborado Relatório Técnico contendo informações sobre as matrículas; atuação docente; infraestrutura das escolas; e apresentação de sugestões para recomposição das aprendizagens.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A situação da Pandemia da COVID-19, que se prolongou durante o ano de 2021, agravou ainda mais os índices de abandono e evasão escolar.

Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento da Plataforma de Recuperação das Aprendizagens no EM; desenvolvimento da Plataforma de Busca Ativa; fomento ao ensino híbrido; utilização de recursos orçamentários para a conectividade dos alunos e professores das escolas públicas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	77	78	79	79,9	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Nordeste	-	68	69	70	69,8	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Norte	-	68	69	70	68,4	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Sudeste	-	82	83	84	84,4	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado
Região Sul	-	75	76	77	79,9	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis somente em junho/ 2022 (Pnad-C IBGE).	Não informado

Resultado Intermediário: 0039 - Estudantes no Ensino Médio matriculados em Tempo Integral no Programa EMTI

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 223.608
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de matrículas em tempo integral no Programa EMTI
Meta prevista para 2020: 4,06
Meta prevista para 2021: 339.100
Meta prevista para 2022: 397.441
Meta prevista para 2023: 425.832

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 398.791
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), visa apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio por meio da transferência de recursos para as secretarias estaduais e distrital de educação. No âmbito do Programa, já foram repassados, de 2017 a 2021, o valor de R\$ 2,1 bilhões. Em 2021, o repasse foi de R\$ 232,8 milhões, contemplando, aproximadamente, 1.425 escolas e 312.513 matrículas, conforme Censo Escolar de 2020.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A situação da Pandemia da COVID-19, que se prolongou durante o ano de 2021, agravou ainda mais os índices de abandono e evasão escolar.

Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento da Plataforma de Recuperação das Aprendizagens no EM; desenvolvimento da Plataforma de Busca Ativa; fomento ao ensino híbrido; utilização de recursos orçamentários para a conectividade dos alunos e professores das escolas públicas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	32.280	42.052	45.057	48.536	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Nordeste	-	159.989	185.318	198.555	196.599	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	42.265	49.828	53.387	52.383	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	87.176	98.553	105.593	83.698	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	17.390	21.690	23.240	17.575	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0040 - Implantação do Novo Ensino Médio

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de escolas públicas e privadas com o novo currículo de EM implantado

Meta prevista para 2020: 21,96

Meta prevista para 2021: 15

Meta prevista para 2022: 30

Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20,5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio tem o objetivo de apoiar as secretarias de educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio, aprovado pela Lei nº.13.415/2017, por meio de apoio técnico e financeiro para a elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, a implantação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio e a oferta de formação continuada. Em relação à ação da implementação das escolas-piloto, iniciada em 2018 e finalizada em 2021, das 4.117 escolas-piloto habilitadas, 4.033 (98%) receberam ao menos uma parcela para a implementação da flexibilização curricular. Desde 2018, o programa empenhou, repassando às escolas por meio do PDDE, mais de R\$ 383,8 milhões para implementação do Novo Ensino Médio. Ressalta-se que essa implementação ocorrerá de forma gradativa, iniciando em 2022 com as turmas das 1ª séries conforme previsto na Portaria nº 521/2021. Atualmente, no Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), há 23 UF com referenciais curriculares aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e homologados, 1 UF com currículo aprovado e aguardando homologação e 3 UF com referenciais em análise para a aprovação pelos CEE. O Programa Itinerários Formativos, lançado em 2021, visa coordenar a implementação do Novo Ensino Médio, bem como promover a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação. Em 2021, foram transferidos para unidades escolares, via PDDE, R\$ 161,3 milhões com o objetivo de apoiar as escolas na oferta de itinerários formativos.

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Falha na articulação institucional com as SEE.

Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de formações e de orientações para os gestores das SEE para a implementação do NEM em 2022. Houve maior articulação com as SEE para implementação do NEM por meio do 1º e 2º Ciclo de Coordenação Nacional para Implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Foram realizados 18 encontros, que integram uma das ações do MEC para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio, tendo como objetivo promover o apoio técnico às equipes das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal. No âmbito do acordo com Banco Mundial, foram selecionados 27 consultores para assistência técnica aos Estados na implantação do NEM.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A situação da Pandemia da COVID 19, que se prolongou durante o ano de 2021, agravou ainda mais os índices de abandono e evasão escolar.

Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento de Plataforma de Recuperação das Aprendizagens; Desenvolvimento de Plataforma de Busca Ativa; fomento ao ensino híbrido; utilização de recursos orçamentários para a conectividade dos alunos e professores das escolas públicas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	15	30	60	36	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	15	30	60	45	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	15	30	60	26	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	15	30	60	3,6	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	15	30	60	12	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0041 - Apoio à implantação de Escolas Cívico-Militares - ECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/PECIM)**Informações básicas**

Unidade de medida: Escolas

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de Escolas Cívico-Militares apoiadas
Meta prevista para 2020: 54
Meta prevista para 2021: 54
Meta prevista para 2022: 54
Meta prevista para 2023: 54

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 127

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares tem como objetivo alcançar uma gestão de excelência que viabilize uma educação transformadora e promotora de qualidade e equidade no direito à educação escolar básica. O Programa conta atualmente com 127 escolas cívico-militares implantadas, sendo 74 delas implantadas em 2021 (das quais 30 são estaduais e 44 municipais), com investimento de R\$ 49,6 milhões, beneficiando 86.104 mil alunos. Além disso, destacam-se as seguintes entregas no âmbito do Programa: - Publicação das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares (julho/2021); - Elaboração e realização do curso sobre as Diretrizes na plataforma AVAMEC, que aconteceu entre setembro e dezembro de 2021, e contou com 4.976 inscritos; - Realização da 7ª e 8ª Capacitações dos Profissionais Participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (abril e maio/2021), que tiveram 2.375 participantes entre Secretários de Educação, Pontos Focais, Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Militares; - Realização da Capacitação para o Projeto Valores, em julho de 2021, com 581 participantes; - Realização, em agosto de 2021, do Workshop Planejamento Estratégico das Escolas Cívico-Militares 2020 e 2021, com 435 participantes; - Adaptação e Readaptação dos Militares das Forças Armadas das ECIM 2020 e 2021 – DECIM, com 437 participantes, realizado em outubro de 2021; - Realização, em novembro/2021, das 9ª e 10ª Capacitações dos Militares das Forças Auxiliares das ECIM 2020 e 2021 – DECIM, com 451 participantes; - Implantação de 10 escolas na modalidade autofomentada, que estão em fase de formalização. - Certificação de 43 Ecim implantadas em 2020 que atingiram a pontuação exigida pela portaria que regula as ECIMs.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Destacam-se outras restrições como: demora na ação dos entes; desinteresse dos entes pelo apoio financeiro; dificuldade para aquisição de uniformes (não previsto na LDB); e ação judicial movida por conselhos e associações de classe.

Providências implementadas para a superação da restrição: Melhorar os mecanismos de comunicação com as secretarias de educação dos entes federados, bem como promover maior divulgação e conscientização sobre o Pecim, não deixando somente para a escola interessada fazê-lo.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	21	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Nordeste	-	-	-	-	23	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	29	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	27	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	27	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0042 - Acesso ao material didático e ao material literário (Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD)

Informações básicas

Unidade de medida: Estudantes
Linha de base: 31.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de estudantes da Educação Básica Pública atendidos pelo PNLD
Meta prevista para 2020: 31.100.000
Meta prevista para 2021: 31.238.820
Meta prevista para 2022: 32.800.761
Meta prevista para 2023: 33.128.769

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 31.270.059
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica e às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas de todo o país. O PNLD também contempla jogos educativos, softwares entre outros, inclusive, voltados para a gestão escolar. Em 2021, foram adquiridos mais de 200 milhões de exemplares de livros didáticos e literários, beneficiando 31.270.059 estudantes da Educação Básica Pública matriculados em cerca de 120 mil escolas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o que representou investimentos de R\$1.772.634.160,18 na aquisição direta de livros e materiais didáticos, (impresso, digital e em formato acessível) e R\$ 350.445.110,16 para triagem e controle de qualidade, mixagem e distribuição. No âmbito do PNLD, foram executadas ações voltadas para atender à acessibilidade dos materiais para estudantes cegos e com baixa visão. Os livros destinados aos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio foram adquiridos no formato EPUB e estão disponíveis para todas as escolas que demandam esse tipo de formato a qualquer tempo. Neste exercício, foram distribuídos também 13.759 livros no formato tinta-braille para atender 2.245 estudantes cegos e surdocegos, matriculados em 1.848 escolas. Esse formato traz, em cada página, a transcrição do conteúdo em Braille sobre o texto impresso. Ainda, em 2021, o FNDE iniciou o desenvolvimento de nova plataforma que integra todas as etapas da execução do PNLD, incluindo a futura distribuição de materiais digitais. Esse avanço foi alavancado pelas circunstâncias da pandemia de COVID-19, que tornou ainda mais evidente essa necessidade. Para implementar essas medidas, foram ouvidos segmentos da sociedade, gestores escolares,

professores e demais atores envolvidos na execução do PNLD

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: restrições de Sistemas de TI para a inscrição e validação das obras no âmbito do PNLD.

Providências implementadas para a superação da restrição: A adesão do FNDE como interveniente no Contrato de Gestão do qual faz parte também a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) possibilitou a superação das restrições de Sistemas de TI para a inscrição e validação das obras no âmbito do PNLD. Porém, outras etapas do programa ainda dependem de melhorias no sistema atual para que ocorram tempestivamente até que a RNP termine o desenvolvimento da nova plataforma integrada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	2.747.753	2.885.141	2.913.992	2.750.501	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	10.143.955	10.651.153	10.757.664	10.154.099	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	3.393.291	3.562.956	3.598.585	3.396.684	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	11.470.841	12.044.383	12.164.827	11.482.312	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	3.482.980	3.657.129	3.693.700	3.486.463	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0043 - Estudantes atendidos pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

Informações básicas

Unidade de medida: Estudantes
Linha de base: 38.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Estudantes Atendidos pelo PNAE
Meta prevista para 2020: 38.000.000
Meta prevista para 2021: 38.000.000
Meta prevista para 2022: 38.000.000
Meta prevista para 2023: 38.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 39.532.400
Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o a letivo. São atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal. Para tanto, o FNDE transfere recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios. O montante de recursos financeiros destinados a cada Entidade Executora (EEx) é calculado considerando o número de alunos (censo escolar), o número de dias letivos e o valor per capita definido em resolução própria. Devido ao estado de emergência em saúde pública em razão da Pandemia da Covid-19, fenômeno que teve como um de seus efeitos o aumento da insegurança alimentar e nutricional da população, foi repassada uma parcela extra no valor de R\$ 386.497.966,36, às redes estadual e municipal, bem como R\$ 4.253.467,28 a mais no montante descentralizado para a rede federal Isso porque a Lei nº 13.987/2020 autorizou que, durante a suspensão das aulas presenciais, as EEx distribuíssem às famílias dos estudantes kits compostos por gêneros alimentícios adquiridos com os recursos financeiros federais do PNAE. Esse montante extra não foi previsto à época da elaboração da LOA 2021, pois não havia ainda clareza da dimensão e da durabilidade da Pandemia. Nesse sentido, houve uma suplementação orçamentária, no valor de R\$ 154.544.687,01 para custear as 11 parcelas do exercício. Diante do exposto, foram atendidos 39.532.400 estudantes da educação básica pública, tendo sido pagos R\$ 4.160.699.041,36 às Secretarias de Estado da Educação e às Prefeituras Municipais.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	2.928.526	2.928.526	2.928.526	3.062.929	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Nordeste	-	11.104.551	11.104.551	11.104.551	12.544.479	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	4.432.770	4.432.770	4.432.770	3.285.732	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	14.275.754	14.275.754	14.275.754	15.150.714	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	5.258.399	5.258.399	5.258.399	5.488.546	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0044 - Escolas atendidas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 84,72

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Escolas atendidas no PDDE com os recursos do programa

Meta prevista para 2020: 84,8

Meta prevista para 2021: 84,85

Meta prevista para 2022: 84,9

Meta prevista para 2023: 84,95

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 87,5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica, e às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dessas escolas para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social. Em 2021, o PDDE superou a meta nacional prevista de atendimento às escolas, com recursos empenhados que totalizaram R\$941,5 milhões no PDDE Básico, incluindo valor de R\$ 99,5 milhões do Programa denominado PDDE - Parcela Desempenho, em atendimento ao art. 13 da Resolução do PDDE, a qual prevê que os recursos destinados ao Programa na LOA que não vierem a ser executados poderão ser redistribuídos. As metas regionais não atingidas são devido aos três fatos que impedem o repasse de recursos: inadimplência com prestação de contas das Unidades Executoras Próprias (UEX); falta de atualização cadastral das UEX; e problemas junto às agências bancárias que impedem a abertura de conta do Programa. Além do PDDE Básico, existem também as Ações Integradas, que são programas educacionais geridos pelas Secretarias finalísticas do MEC e que seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico. Em 2021, foram empenhados em torno de R\$ 990,6 milhões para atendimento das ações integradas ao PDDE. Assim, em 2021, mais de R\$ 1,9 bilhão foram empenhados por meio do PDDE e suas ações integradas, atendendo em torno de 122 mil escolas de educação básica e beneficiando cerca de 35 milhões de alunos.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	69,79	69,83	69,87	87,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	84,47	84,52	84,57	88,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	86,29	86,34	86,39	77,4	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	88,62	88,68	88,73	88,7	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	93,33	93,39	93,44	91,7	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0045 - Entidades Executoras atendidas no Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE)**Informações básicas**

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 95,64

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Entidades Executoras atendidas no PNATE em relação às que estão aptas a receber os recursos do programa

Meta prevista para 2020: 85

Meta prevista para 2021: 88

Meta prevista para 2022: 92

Meta prevista para 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 92,64

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Os recursos são destinados aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam transporte escolar. Os valores transferidos diretamente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios são feitos em dez parcelas anuais. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior. No exercício 2021, foi superada a meta de municípios atendidos pelo PNATE. Foram transferidos recursos na ordem de R\$ 772 milhões para o atendimento de 5.271 Entidades Executoras, beneficiando 4,4 milhões de estudantes. Ainda que grande parte das escolas da educação básica estejam fechadas ou funcionando remotamente, os recursos do PNATE puderam ser utilizados na manutenção de veículos escolares de forma abrangente, incluindo serviços de mecânica, funilaria, reformas, etc. Cabe lembrar que os recursos do PNATE são suplementares e não chegam, em média, a 25% do total gasto pelas Entidades Executoras (EEx) na Política Pública de transporte escolar, ou seja, ainda que as EEx não tenham executado a totalidade dos recursos repassados em razão de escolas fechadas, esses recursos ainda serão fundamentais na retomada das aulas presenciais, garantindo a verba para a operação de transporte escolar e desonerando as Entidades Executoras nas outras fontes de custeio dessa Política Pública.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	87,47	91,45	94,43	92,77	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	88	92	95	90,68	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	86,77	90,71	93,67	89,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	86,69	90,63	93,59	93,42	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	91,34	95,49	98,61	95,64	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0308 - Fomento de Novas Matrículas EJA-EPT

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Fomento de Novas Matrículas EJA-EPT
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 3.550
Meta prevista para 2022: 5.325
Meta prevista para 2023: 7.987

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 690

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa da EJA Integrada iniciou como projeto-piloto no ano de 2019, tendo alcançado, desde então, o total de 11.251 ofertas de vagas (tanto de formação de professores quanto de cursos FICs para estudantes). Em dezembro de 2021, o Programa da EJA Integrada foi institucionalizado por meio da Portaria nº 962, de 1º/12/2021. Com essa ação será possível fazer uma chamada pública para a celebração de novos TED's de acordo com a disponibilidade orçamentária a partir de 2022. Nessa direção, no ano de 2021, houve a celebração de apenas dois novos TEDs: um com o Instituto Federal Sul Rio Grandense – IFSUL, no valor de R\$ 799 mil, para a oferta de 340 vagas, sendo 250 vagas para os cursos de EJA integrados à uma qualificação profissional e 90 vagas de formação continuada de profissionais que atuarão nos cursos de EJA integrado; e outro TED com o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), no valor de R\$ 620 mil, para a oferta de 350 vagas de curso de aperfeiçoamento para formação de professores para atuação na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, totalizando 690 vagas ofertadas no âmbito do Programa no ano de 2021.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, a dotação orçamentária para as despesas discricionárias vem sendo reduzida, de forma a comprometer o efetivo atendimento das metas estabelecidas em algumas políticas públicas.

Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito da Secretaria de Educação Básica, a diferença entre o orçamento solicitado e a dotação atualizada (LOA 2021) é de cerca de R\$ 564,5 milhões.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	350	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Sul	-	-	-	-	340	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0309 - Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) - ETAPA DO ENSINO MÉDIO

Informações básicas

Unidade de medida: Unidades da Federação
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Estados com Referenciais Curriculares (RCs) alinhados à BNCC
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 16
Meta prevista para 2023: 26

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 23
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os estados trabalham atualmente na construção e implementação dos novos currículos de referência para o Ensino Médio, que serão formados pela BNCC e pelos Itinerários Formativos. Nesse novo arranjo, a BNCC é a referência para a parte comum e obrigatória: a Formação Geral Básica. Em 2021, foram 23 referenciais curriculares estaduais aprovados e homologados pelos Conselhos Estaduais de Educação (AC, AM, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE e SP); um estado, TO, está com o referencial curricular aprovado e aguarda homologação; e, 3 Estados, AL, BA e RO, enviaram seus referenciais para a aprovação de seus Conselhos Estaduais de Educação. A meta foi superada pelo apoio do CONSED e apoio técnico e financeiro intensificado junto às SEDUCs. O MEC tem acompanhado mensalmente o processo de implementação da BNCC e atualizado as informações que são repassadas pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Ressalta-se que, apesar de algumas dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, os resultados intermediários têm sido alcançados.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Atraso nas ações previstas para elaboração, realização de consultas públicas nas UF, encaminhamento para análise, aprovação e homologação pelos Conselhos de Educação Estadual.
Providências implementadas para a superação da restrição: Processos formativos realizados por meio de reuniões periódicas com o apoio dos consultores do acordo de empréstimo do Banco Mundial, a partir das demandas apresentadas pelas SEE (realizados em 2020 e 2021); encontros periódicos com o CONSED.
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	2	2	0	4	31/12/2021	Centro-Oeste: 4 UFs (MT, MS, GO e DF)	Não informado
Região Nordeste	-	1	3	5	7	31/12/2021	Nordeste: 7 UFs (MA, PI, CE, PB, PE, RN e SE)	Não informado
Região Norte	-	0	4	3	5	31/12/2021	Norte: 5 UFs (AC, AM, PA, RR e AP)	Não informado
Região Sudeste	-	1	1	1	4	31/12/2021	Sudeste: 4 UFs (MG, SP, ES, RJ)	Não informado
Região Sul	-	0	2	1	3	31/12/2021	Sul: 3 UFs (SC, PR, RS)	Não informado

Resultado Intermediário: 0310 - Avaliação formativa para a Alfabetização

Informações básicas

Unidade de medida: Testes

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Testes de fluência aplicados por ano para o 1º e 2º ano do Ensino do Fundamental I

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 2

Meta prevista para 2022: 2

Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em outubro de 2021, o MEC lançou a ação transversal “Avaliações Diagnósticas e Formativas”, no âmbito do Programa Tempo de Aprender, que visa disponibilizar, por meio de Plataforma (elaborada em parceria com o CAEd/UFJF), avaliações formativas estruturadas para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo de cada ano escolar dos anos iniciais do ensino fundamental. Nessa ocasião, com o objetivo de apoiar as redes de ensino na retomada das aulas presenciais e na recomposição das aprendizagens, foram disponibilizadas avaliações de Língua Portuguesa, Matemática e Fluência em leitura oral para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Trata-se de avaliações especialmente calibradas para correções da aprendizagem ao longo do ano letivo, o que permitirá não apenas a identificação das dificuldades dos alunos como também sua remediação tempestiva. Essa ação visa a consolidação efetiva da alfabetização no período correto e preparação dos alunos para o Saeb 2º ano e exames internacionais. A elaboração de diversos itens com alta qualidade técnica foi executada conforme esperado. Além disso, as avaliações foram e

permanecem disponibilizadas a contento, sendo que diversas escolas do país já podem realizar seu planejamento pedagógico do ano de 2022 baseados nos resultados de 2021. Nesse sentido, a utilização dessa ferramenta já possibilitou a professores e gestores da alfabetização a identificação das deficiências de aprendizagem dos alunos. A plataforma já possui mais de 56 mil profissionais cadastrados.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O RI/indicador proposto não é passível de regionalização por se tratar de uma disponibilização nacional, a todos os municípios que aderirem ao programa Tempo de Aprender. As avaliações formativas serão aplicadas no âmbito do Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização do programa, de modo que será possível a análise dos microdados dos municípios, os quais poderão ser agregados para a análise por região

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: A plataforma das Avaliações Diagnósticas e Formativas foi customizada a partir do sistema do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - Caed e a conclusão de sua devida parametrização foi possível apenas no mês de outubro do exercício de 2021, já no 4º bimestre do ano letivo. Observado o cronograma das escolas, foi identificada a inviabilidade da aplicação de outra avaliação formativa ainda no final do mesmo ano.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi mantida a disponibilização apenas da 1ª Avaliação Diagnóstica e Formativa no 4º bimestre de 2021. As avaliações continuarão a ser disponibilizadas sempre em caráter inédito a cada bimestre de 2022, permitindo assim que as escolas se programem e incorporem as avaliações formativas em seus cronogramas.

Notas do usuário: Será solicitada ao ME, no momento de Revisão do PPA (março/2022), a alteração da unidade de medida desse indicador/RI de “testes aplicados” para “avaliações formativas disponibilizadas”

Resultado Intermediário: 0311 - Estruturação de Escolas Bilíngues de Surdos

Informações básicas

Unidade de medida: Projetos

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Projetos de Aquisição de equipamentos e materiais; e implantação, reforma e ampliação das escolas bilíngues de surdos

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 4

Meta prevista para 2022: 4

Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC tem articulado e envidado esforços para apoiar projetos para a estruturação e o fortalecimento das Escolas Bilíngues de Surdos (EBS), de forma a atender as pessoas/estudantes surdos, surdocegos, surdos com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e/ou surdos com deficiências associadas, que considerem a Língua Brasileira de Sinais (Libras)

como primeira língua e língua de instrução, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. No ano de 2021, o MEC, em articulação com as Secretarias de Educação, firmou parcerias para implementação de 6 escolas especializadas de surdos, sendo 4 reformas e 2 construções, com um investimento de R\$13 milhões nos seguintes municípios: Porto Alegre (RS), Esteio (RS), Laguna (SC), Florianópolis (SC) e Juazeiro do Norte (CE), Imperatriz (MA).

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	3	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0312 - Formação Continuada de Professores em Educação Bilíngue de Surdos

Informações básicas

Unidade de medida: Vagas

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Vagas ofertadas para formação dos profissionais, gestores e professores de Educação Bilíngue de Surdos.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 1.000

Meta prevista para 2022: 1.000

Meta prevista para 2023: 1.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.100

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC firmou parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para oferta de Cursos de Formação Continuada de professores, gestores, estudantes e profissionais da Educação Bilíngue de Surdos. No ano de 2021, em parceria com 5 Instituições de Ensino Superior (IFBA, IFSC, UFCA, UFU, UFRN), foram ofertadas 4.100 vagas em seis Cursos de Formação Continuada para

profissionais que atuam na área da educação de surdos, com recursos no valor de R\$ 2 milhões. Os cursos possuem carga horária de 90 a 360 horas e promovem a formação continuada dos professores que atuam com estudantes surdos, surdocegos, surdos com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e/ou surdos com deficiências associadas, que considerem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e língua de instrução, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. •Conhecendo a Surdocegueira e a Deficiência Múltipla Sensorial- Caminhos para aprendizagem e inclusão - 90 horas •Atendimento ao aluno surdo - 90 horas •Formação de Professores Bilíngues para Surdos - 90 horas •Educação de Surdos em tempos de Pandemia – 2ª Edição - 180 horas •Educação e Projetos de Educação Bilíngue de Surdos - 180 horas •Educação de Surdos em perspectiva bilíngue (Libras/Português): teoria à prática de ensino - 360 horas

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	-	-	-	1.800	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	2.000	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	300	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5012 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Objetivo: 1204 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Educação é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Possui como prioridade fortalecer as ações que viabilizem a ampliação da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assim como a oferta de qualificação profissional por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT) é composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Cumpre informar que no ano de 2021 houve a autorização de funcionamento de mais uma unidade,

Campus Itaboraí vinculado ao Instituto Federal Fluminense. O MEC apoia a gestão administrativa, financeira e técnica e o desenvolvimento de ações para o funcionamento e a qualidade dos cursos ofertados nas 670 unidades das 41 Instituições Federais da Rede EPCT distribuídas entre as 27 unidades federativas do País. Em 2021, foram empenhados R\$ 1,4 bilhão para garantir o funcionamento, com qualidade, dos IFs. No âmbito das ações de fortalecimento da Rede Federal EPCT, o MEC disponibilizou o repasse de recursos para as instituições da Rede Federal, com a finalidade de concluir as obras em execução; adquirir equipamentos e mobiliário; e para as obras de acessibilidade. As instituições receberam R\$ 109,8 milhões destinados ao apoio de 148 ações, elencadas como prioritárias. Soma-se a esse apoio o recurso empenhado diretamente por cada Instituição Federal, que totalizou R\$ 101,6 milhões. Registra-se ainda, que em 2021 foram iniciadas 219 obras e outras 239 foram concluídas. A fim de assegurar a qualidade da oferta educação profissional técnica de nível médio, o MEC promoveu a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), referencial normativo que orienta a respeito dos perfis profissionais e seus campos de atuação, aliando as necessidades de formação dos jovens e trabalhadores com as demandas do mercado de trabalho, propiciando maiores oportunidades de emprego e geração de renda. Ao todo, são apresentados 215 cursos distribuídos em 13 diferentes eixos tecnológicos. A 4ª versão do CNCT, disponível em cnct.mec.gov.br, foi aprovada por meio da Resolução nº 2 e entrou em vigor em janeiro de 2021. Outra importante publicação que reúne estatísticas relacionada à área foi lançada em 2021: o Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica (ano-base 2019), instrumento oficial e público que apresenta dados sistematizados referentes a matrículas, estudantes, docentes, cursos e instituições de ensino da Educação Profissional e Tecnológica. Relativamente à regulamentação da oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), o MEC publicou a Portaria nº 1718, de 08/10/2019, viabilizando a oferta regular de cursos técnicos por essas instituições que, a despeito de já terem sido autorizadas a ofertar cursos técnicos desde 2016, estavam impossibilitadas de registrar os diplomas dos concluintes, o que é requisito para a validade. Nesse sentido, a Portaria nº 1717/2019 permitiu a emissão de códigos autenticadores e, dessa forma, a validade dos diplomas aos concluintes das turmas iniciadas a partir de 11 de maio de 2016. O MEC realizou a autorização de 772 pedidos de oferta de cursos técnicos de nível médio por 124 IPES, viabilizando cerca de 742 mil vagas. Em 2021 foram regularizados 1.069 diplomas; de 2019 a 2021 já foram beneficiados mais de 3,2 mil egressos de cursos técnicos, encontrando-se em análise 425 pedidos de IPES para validação de registros de diplomas. Em 2021, foram também disponibilizadas importantes ferramentas de consulta para gestores, educadores, representantes do setor produtivo, estudantes e público em geral, que desejam compreender o cenário da EPT no Brasil. O Painel de Fomento da Educação Profissional e Tecnológica, acessível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/paineis-de-monitoramento-e-indicadores/painel-de-fomento-ept>, tem como objetivo dar transparência e mais efetividade às iniciativas de fomento do Bolsa-Formação, cuja finalidade é oferecer, gratuitamente, qualificação profissional e cursos técnicos. Esses cursos são ofertados por instituições de ensino públicas e privadas, com entidades do Sistema S e com entes da federação, por intermédio dos órgãos gestores da Educação Profissional e Tecnológica. O Monitor das Profissões (MONP), disponível em <https://www.monp.com.br/home>, é uma Plataforma que disponibiliza dados e informações sobre oportunidades de oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e dados do mercado de trabalho facilitando a aproximação entre oferta e demanda de perfis profissionais. A Plataforma Nilo Peçanha (PNP), acesso em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>, é um ambiente de coleta virtual, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal que tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente e técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pelo MEC. Já está disponível a PNP 2021 (ano-base 2020). O Mapa de Demanda por Educação Profissional e Tecnológica, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/paineis-de-monitoramento-e-indicadores/mapa-de-demandas>, consiste em um conjunto de ferramentas que permite identificar as necessidades regionais por qualificação profissional. A partir do cruzamento de dados socioeconômicos e do mercado de trabalho, o painel orienta a oferta de EPT apresentando famílias ocupacionais com maior potencial de empregabilidade em cada uma das mesorregiões do país. Em setembro de 2021 foi lançado o Mapa de Demandas 2.0, com nova metodologia que, além de apresentar a variação de admissões das famílias ocupacionais por mesorregião, incorporou também a variação de salários. Em virtude da identificação, pelo MEC, de saldos financeiros não utilizados nas contas correntes de alguns dos parceiros ofertantes de educação profissional e tecnológica no âmbito do Bolsa-Formação, foi publicada a Portaria MEC nº 1.720, de 8/10/2019, que disciplinou a repactuação dos saldos remanescentes de repasses efetivados em anos anteriores em conta e que estavam ociosos, e trouxe como inovação o valor hora-aluno variável e a possibilidade de execução indireta pelos parceiros. A repactuação de saldos ocorreu de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, e autorizou a oferta, entre 2020 e 2023, de 168.132 novas vagas (110 mil presenciais): 133.249 em cursos de qualificação profissional e 34.883 em cursos técnicos. Desse total, no ano de 2021, foram ofertadas 34,6 mil vagas, sendo 25,1 mil de qualificação profissional e 9,5 mil de cursos técnicos. O Qualifica Mais é um conjunto de linhas de fomento que atende a demandas específicas de cursos técnicos ou de qualificação profissional apresentadas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Qualifica Mais busca potencializar a inclusão produtiva e a entrada dos estudantes egressos no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional. Em 2021 foram estruturadas e lançadas 3 linhas de fomento: Qualifica Mais – Emprega Mais, voltado para jovens de até 29 anos com oferta de cursos de qualificação profissional na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC); Qualifica Mais – Progredir, voltado ao atendimento e à inclusão produtiva dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil com oferta de

cursos de qualificação profissional de Microempreendedor Individual (MEI); e Qualifica Mais – EnergIF, com oferta de cursos no segmento das Energias Renováveis por meio da qualificação profissional de Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis. No âmbito do Programa Qualifica Mais foram ofertadas, em 2021, mais de 128 mil vagas em cursos de qualificação profissional, sendo 51,2 mil vagas (QM-Progredir); 61,4 mil vagas (QM-Emprega Mais) e 9,4 mil vagas (QM-Energif). Os cursos acontecerão entre os anos de 2021 e 2022 com investimentos da ordem de R\$ 93,4 milhões. O curso de Mentoria para a EPT visa a oferta de complementação pedagógica, atualização tecnológica e/ou especialização para o atendimento de professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio para que possam atuar como orientadores dos estudantes nas suas escolhas de itinerários formativos, no contexto do novo ensino médio. Em set/21 foi realizada a pactuação para a oferta dos cinco módulos que serão realizados até 2022. Já foram ofertados 4 cursos MOOC de 40 horas. Foram 10.429 cursistas inscritos no Programa e 2.669 concluintes e aprovados. O curso de Pós-Graduação Lato Sensu DocentEPT destina-se à formação de professores para atuar no itinerário da formação técnica e profissional do novo ensino médio, tendo em vista as competências e habilidades específicas requeridas para atuação pedagógica nesses cursos. Em março de 2021 foi iniciada a 1ª turma com oferta de 8.220 vagas, sendo 4.320 vagas ofertadas por meio do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o restante pela Capes/MEC, todas preenchidas e com baixo índice de evasão. O recurso investido no âmbito da oferta nos Institutos foi de R\$ 9 milhões. Instituído por meio da Portaria MEC nº 24, de 19/01/2021, o Re-Saber é uma rede de certificação profissional gratuita que atenderá os trabalhadores que reúnem saberes e competências desenvolvidas ao longo da vida, de maneira não-formal e informal, mas que não possuem o reconhecimento formal. Em setembro de 2021 foi lançado o edital nº 06/2021 de adesão das instituições ao Sistema Re-Saber. O Programa IF Mais Empreendedor tem a finalidade de incentivar o empreendedorismo, mobilizando estudantes, professores e técnicos em atividades práticas de assessoria à Microempreendedores Individuais (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (MPes) para remodelagem de negócios formais que sofreram efeitos negativos diante da pandemia do Covid-19. O Programa pretende atender cerca de 2,2 mil empreendimentos com recursos empenhados no valor de R\$ 10,4 milhões. Em março de 2021 foram selecionados 180 projetos de 40 Instituições da Rede Federal, resultando em mais de 1,4 mil empreendimentos atendidos. O Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal (EnergIF), instituído por meio da Portaria nº 941, de 11/11/2020, tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos e de profissionais nas áreas de energias renováveis e eficiência energética. Em 2021 foram criados 9 Laboratórios de Referência em Energia Solar Fotovoltaica (LabSolar), na Rede Federal, ao custo de R\$ 2,7 milhões. A Plataforma Aprenda Mais é uma ferramenta de Cursos Online (MOOC) da Rede Federal EPCT, na forma de ambiente virtual, para oferta de cursos on-line abertos e massivos, com emissão de certificados para os concluintes. O objetivo é ampliar a disponibilização de cursos massivos da Rede Federal para a sociedade em geral, possibilitando mais opções de qualificação para os brasileiros e de forma online e livre. A plataforma tem expectativa de atingir cerca de 821 mil matrículas até 2025. Em 2021 foram disponibilizados 90 cursos na plataforma, atingindo 115 mil matrículas e 26 mil concluintes. O MEC também apoia o desenvolvimento de projetos de iniciação tecnológica, em ações de estímulo à formação de estudantes do ensino médio técnico, médio regular e dos anos finais do ensino fundamental em habilidades relacionadas às novas tecnologias digitais aplicáveis no contexto das transformações dos setores produtivos no âmbito da “Economia 4.0”, contribuindo assim para estímulo à Iniciação e Extensão Tecnológica na Rede Federal. Em agosto de 2021 foi realizada a seleção de 60 projetos de 37 Instituições da Rede Federal EPCT, atingindo a meta dos 120 projetos. Nessa linha, em outubro de 2021 foi lançada a 2ª chamada pública para a seleção de 110 projetos de inovação e empreendedorismo no âmbito das novas tecnologias digitais da “Economia 4.0”, resultando a seleção de 69 projetos. Por fim, cumpre informar que, considerando a pandemia de Covid-19, as medidas de isolamento social impostas, o aparecimento de novas variantes e o atraso na vacinação tornou-se um desafio o atingimento do objetivo proposto para o Programa. Nesse sentido, o adequado planejamento e o fortalecimento de ações com o intuito de minimizar o impacto da pandemia na formação dos estudantes permeou a atuação do MEC. Lançado em 2020 pelo MEC, o projeto Alunos Conectados, permitiu a oferta de conectividade aos alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação. O investimento no projeto foi de R\$ 11,6 milhões, com atendimento de 160,2 mil alunos, sendo 87,3 mil em Institutos Federais EPCT. Após consulta de interesse às instituições da Rede Federal EPCT, o MEC doou 2,6 mil computadores para 11 Institutos Federais e para a Operação Acolhida, que presta atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima. Estes computadores foram destinados ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante o período de suspensão das atividades presenciais. Além desses, o FNDE doou 178 equipamentos de informática diversos para o Instituto Federal de Brasília (IFB). As iniciativas visam suprir a falta de equipamentos e de conectividade dos estudantes no acesso e uso de tecnologias digitais.

Meta: 052F - Elevar para 3 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, em 2023.

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 1.902.636
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 2.283.163
Meta prevista para 2021: 2.317.845
Meta prevista para 2022: 2.650.987
Meta prevista para 2023: 3.000.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 2.534.470
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Justificativa para não regionalização da Meta: A política a ser implementada pelo MEC para o alcance da meta proposta depende sobretudo da adesão dos estados, dificultando sobremaneira a contabilização das vagas a serem ofertadas por região. Tal complexidade, portanto, não permite a projeção de metas regionalizadas. Ressalta-se, porém, que a ferramenta de acompanhamento orçamentário será utilizada para o levantamento de informações regionalizadas na execução do Programa.

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, a dotação orçamentária para as despesas discricionárias vem sendo reduzida, de forma a comprometer o efetivo atendimento das metas estabelecidas em algumas políticas públicas.
Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a diferença entre o orçamento solicitado e a dotação atualizada (LOA 2021) é de cerca de R\$ 251,4 milhões.
Valor da insuficiência de recursos: 251.400.000

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Estado de pandemia, com suspensão das atividades das instituições de ensino que compõem as redes públicas ofertantes dos cursos. Interrupção das atividades presenciais em respeito às medidas isolamento social determinadas pelas autoridades sanitárias como enfrentamento à COVID-19.
Providências implementadas para a superação da restrição: Dada a suspensão das atividades presenciais, a SETEC direcionou os esforços para o fomento de novas vagas em cursos na modalidade de educação a distância (EaD). Por meio do projeto Alunos Conectados, desenvolvido em conjunto com a SESu e a RNP, oferta de mais de 78 mil chips com pacote de dados móveis.

Notas do usuário: -

Indicador: 8702 - Número absoluto de matrículas de cursos técnicos e de cursos de qualificação profissional

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 1.902.636
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2.534.470
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: O Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica – 2019 foi publicado apenas em 2021 pelo Inep e revelou uma quantidade de cursos FIC muito maior do que se coletava anteriormente ao Anuário. Os cursos de qualificação profissional incluem a capacitação profissional, o aperfeiçoamento, a especialização, a atualização, a aprendizagem e os programas especiais de duração variável. O Anuário se limita a estudar os cursos de qualificação profissional com carga horária igual ou superior a 160 horas, cujos dados das matrículas são obtidos mediante as informações sobre ingressantes em cada ano constantes no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Resultado Intermediário: 0021 - Cursos Técnicos de Nível Médio

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 1.868.917
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Matrículas de Cursos Técnicos de Nível Médio
Meta prevista para 2020: 1.949.973
Meta prevista para 2021: 2.138.910
Meta prevista para 2022: 2.444.467
Meta prevista para 2023: 2.750.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.851.541
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Conforme dados do Censo Escolar 2021 (último disponível), o número absoluto de matrículas em educação profissional e tecnológica de nível médio foi de 1.851.541 matrículas. Relativamente à regulamentação da oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), o MEC publicou a Portaria nº 1718, de 08/10/2019, viabilizando a oferta regular de cursos técnicos por essas instituições. O MEC realizou a autorização de 772 pedidos de oferta de cursos técnicos de nível médio por 124 IPES, viabilizando cerca de 742 mil vagas. Foi

publicada a Portaria MEC nº 1.720, de 8/10/2019, que disciplinou a repactuação dos saldos remanescentes de repasses efetivados em anos anteriores em conta e que estavam ociosos. A repactuação de saldos ocorreu de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, e autorizou a oferta, entre 2020 e 2023, de 168.132 novas vagas (110 mil presenciais). Desse total, no ano de 2021, foram ofertadas 9.528 vagas em cursos técnicos. O curso de Mentoria para a EPT e o curso de Pós-Graduação Lato Sensu Docentes EPT destinam-se à formação de professores para atuar no itinerário da formação técnica e profissional do novo ensino médio. O MEC também apoia o desenvolvimento de projetos de iniciação tecnológica, em ações de estímulo à formação de estudantes em habilidades relacionadas às novas tecnologias digitais aplicáveis. Em agosto de 2021 foi realizada a seleção de 60 projetos de 37 Instituições da Rede Federal EPCT, atingindo a meta dos 120 projetos. Nessa linha, em outubro de 2021 foi lançada a 2ª chamada pública para a seleção de 110 projetos de inovação e empreendedorismo, resultando a seleção de 69 projetos. Lançado em 2020 pelo MEC, o Projeto Alunos Conectados colaborou para garantir acesso à internet aos estudantes matriculados na Rede Federal. São 101 Instituições participantes das Instituições da Rede Federal e das Universidades Federais. Até dezembro de 2021 foram distribuídos mais de 160 mil chips.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, a dotação orçamentária para as despesas discricionárias vem sendo reduzida, de forma a comprometer o efetivo atendimento das metas estabelecidas em algumas políticas públicas.

Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a diferença entre o orçamento solicitado e a dotação atualizada (LOA 2021) é de cerca de R\$ 251,4 milhões.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Estado de pandemia, com suspensão das atividades das instituições de ensino que compõem as redes públicas ofertantes dos cursos. Interrupção das atividades presenciais em respeito às medidas isolamento social determinadas pelas autoridades sanitárias como enfrentamento à COVID-19.

Providências implementadas para a superação da restrição: Dada a suspensão das atividades presenciais, a SETEC direcionou os esforços para o fomento de novas vagas em cursos na modalidade de educação a distância (EaD). Providências para a superação da restrição 3: Por meio do projeto Alunos Conectados, desenvolvido em conjunto com a SESu e a RNP, oferta de mais de 78 mil chips com pacote de dados móveis.

Notas do usuário: Valor apurado atualizado referente a 31/12/2021, conforme consulta ao InepData.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	93.763	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Valores alterados conforme informações constantes da Sinopse Estatística da Educação Básica, publicada pelo Inep em fevereiro de 2022.
Região Nordeste	-	-	-	-	588.880	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Valores alterados conforme informações constantes da Sinopse Estatística da Educação Básica, publicada pelo Inep em fevereiro de 2022.

Região Norte	-	-	-	-	104.041	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Valores alterados conforme informações constantes da Sinopse Estatística da Educação Básica, publicada pelo Inep em fevereiro de 2022.
Região Sudeste	-	-	-	-	765.272	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Valores alterados conforme informações constantes da Sinopse Estatística da Educação Básica, publicada pelo Inep em fevereiro de 2022.
Região Sul	-	-	-	-	299.585	31/12/2021	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Valores alterados conforme informações constantes da Sinopse Estatística da Educação Básica, publicada pelo Inep em fevereiro de 2022.

Resultado Intermediário: 0022 - Cursos de Qualificação Profissional

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 33.719
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Matrículas de cursos FIC - Formação Inicial e Continuada
Meta prevista para 2020: 347.726
Meta prevista para 2021: 178.936
Meta prevista para 2022: 204.498
Meta prevista para 2023: 250.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 682.929
Data do valor apurado: 31/12/2019
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O dado mais recente e consolidado sobre as matrículas em cursos de qualificação profissional é referente ao ano de 2019 e está disponível no Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica. Naquele ano, foram registradas 682.929 matrículas. Foi publicada a Portaria MEC nº 1.720, de 8/10/2019, que disciplinou a repactuação dos saldos remanescentes de repasses efetivados em anos anteriores em conta e que estavam ociosos. A repactuação de saldos ocorreu de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, e autorizou a oferta, entre 2020 e 2023, de 168.132 novas vagas (110 mil presenciais), sendo 133.249 em cursos FIC. Desse total, no ano de 2021, foram ofertadas 25.144 vagas de qualificação profissional. O Qualifica Mais busca potencializar a inclusão produtiva e a entrada dos estudantes egressos no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional. Em 2021 foram estruturadas e lançadas 3 linhas de fomento: Qualifica Mais – Emprega Mais, voltado para jovens com oferta de cursos FIC na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC); Qualifica Mais – Progredir, voltado à inclusão produtiva dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil com oferta de cursos FIC de Microempreendedor Individual (MEI); e Qualifica Mais – Energize, com oferta de cursos no segmento das Energias Renováveis. No âmbito do Programa foram ofertadas, em 2021, mais de 128 mil vagas em cursos de qualificação profissional, sendo 51,2 mil vagas (QM-Progredir); 61,4 mil vagas (QM-

Emprega Mais) e 9,4 mil vagas (QM-Energif). Os cursos acontecerão entre os anos de 2021 e 2022 com investimentos da ordem de R\$93,4. A Plataforma Aprenda Mais é uma ferramenta de Cursos Online (MOOC) da Rede Federal EPCT, para oferta de cursos com emissão de certificados para os concluintes. Em 2021 foram disponibilizados 90 cursos na plataforma, atingindo 115 mil matrículas e 26 mil concluintes.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, a dotação orçamentária para as despesas discricionárias vem sendo reduzida, de forma a comprometer o efetivo atendimento das metas estabelecidas em algumas políticas públicas.

Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a diferença entre o orçamento solicitado e a dotação atualizada (LOA 2021) é de cerca de R\$ 251,4 milhões.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Obtenção de dados de todos os ofertantes, via Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, uma vez que se trata da principal fonte dos dados, considerando que o Censo Escolar do INEP não faz essa coleta.

Providências implementadas para a superação da restrição: A restrição está sendo solucionada com o desenvolvimento do novo Sistec, o qual prevê a integração com outras bases de dados. Trata-se da realização de aprimoramento de requisitos funcionais do sistema para a obtenção de dados de todas as instituições ofertantes de cursos de EPT.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Estado de pandemia, com suspensão das atividades das instituições de ensino que compõem as redes públicas ofertantes dos cursos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Dada a suspensão das atividades presenciais, a SETEC direcionou os esforços para o fomento de novas vagas em cursos na modalidade de educação a distância (EaD).

Notas do usuário: OBS.: o total distinto não corresponde necessariamente à soma das parcelas, devido a alunos matriculados em mais de uma rede ou região.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	95.774	31/12/2019	Os dados relativos à oferta de qualificação são dados que teremos apenas quando do resultado do Anuário 2021. Os dados fornecidos para os cursos técnicos (fonte censo escolar) são de 2020; os dados de qualificação profissional (fonte Anuário) são de 2019.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	130.871	31/12/2019	Os dados relativos à oferta de qualificação são dados que teremos apenas quando do resultado do Anuário 2021. Os dados fornecidos para os cursos técnicos (fonte censo escolar) são de 2020; os dados de qualificação profissional (fonte Anuário) são de 2019.	Não informado

Região Norte	-	-	-	-	64.442	31/12/2019	Os dados relativos à oferta de qualificação são dados que teremos apenas quando do resultado do Anuário 2021. Os dados fornecidos para os cursos técnicos (fonte censo escolar) são de 2020; os dados de qualificação profissional (fonte Anuário) são de 2019.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	297.379	31/12/2019	Os dados relativos à oferta de qualificação são dados que teremos apenas quando do resultado do Anuário 2021. Os dados fornecidos para os cursos técnicos (fonte censo escolar) são de 2020; os dados de qualificação profissional (fonte Anuário) são de 2019.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	95.310	31/12/2019	Os dados relativos à oferta de qualificação são dados que teremos apenas quando do resultado do Anuário 2021. Os dados fornecidos para os cursos técnicos (fonte censo escolar) são de 2020; os dados de qualificação profissional (fonte Anuário) são de 2019.	Não informado

PROGRAMA: 5013 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Objetivo: 1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Censo da Educação Superior de 2020 registrou 8,6 milhões de matrículas em cursos de graduação no Sistema Federal de Ensino da Educação Superior, que contempla instituições públicas e privadas. A Rede Federal de Educação é formada por 69 Universidades (Rede Federal de Educação Superior) e 41 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal EPT). Essas 110 instituições federais amparam 6.669 cursos de graduação, com 1.254.080 estudantes matriculados e uma média de 335 mil novos ingressantes matrículas/ano (entre 2018 e 2020). Entre 2018 e 2019, inclusive, apenas na Rede Federal, foram 425.061 concluintes nos cursos de graduação. O MEC apoia a gestão administrativa, financeira e técnica e o desenvolvimento de ações para o funcionamento e a qualidade dos cursos ofertados nas 69 Universidades Federais do País. Em 2021, foram empenhados mais de 4,3 bilhões para garantir o funcionamento, com qualidade, das IFES. Em acordo com as diretrizes da educação nacional e com o estabelecido no PNE, o Programa 5013 do PPA 2020-2023 tem como objetivo fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado. A meta do programa é elevar a taxa bruta de matrícula (TBM) na graduação em 5 pontos percentuais, em consonância com a Meta 12 do PNE. A TBM no Brasil era de 34,6%, em 2017, e alcançou a marca de 40,7%, em 2020. Para a expansão com qualidade da educação superior em nível de graduação, investiu-se na manutenção e no aprimoramento dos programas de acesso: O Sisu é o sistema informatizado do MEC, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No primeiro semestre de 2021 foram 2.4 milhões de inscritos para mais de 200 mil vagas ofertadas. Enquanto que no segundo semestre foram 697 mil inscritos para as 62,3 mil vagas disponíveis.

O ProUni oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições de educação superior não gratuitas. Foram mais de 311 mil inscritos no programa no primeiro semestre de 2021 para as 162.806 bolsas ofertadas. No segundo semestre o ProUni recebeu mais de 287 mil inscritos para 134.853 bolsas. A edição da Medida Provisória nº 1.075/2021, oportunizará a participação de alunos da rede pública e privada com baixa renda, uma vez que a regra de renda familiar per capita de até 3 salários-mínimos permanece. O PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Atualmente o programa conta com 1.663 alunos estrangeiros matriculados em 88 IES em todo o país, sendo que 64 delas são Universidades Federais. O Fies objetiva conceder financiamento a estudantes em cursos superiores de IES não gratuitas aderentes ao programa. No ano de 2021 o Fies recebeu cerca de 480 mil inscrições para 93 mil vagas aprovadas, resultando em quase 46 mil contratos firmados. Uma ação importante do MEC foi a renegociação de débitos de contratos do Fies firmados até o segundo semestre de 2017. Como resultado dessa medida, 39,3 mil pessoas foram beneficiadas com o parcelamento de suas dívidas, com a retirada da situação de inadimplência e, conseqüentemente, com a regularização de suas situações junto aos cadastros devedores, minimizando, assim, o impacto econômico da pandemia para eles. Além das ações para acesso ao ensino superior, o MEC também assegurou mais de R\$ 1 bilhão para atendimento aos programas de assistência estudantil em 2021. O Programa de Bolsa Permanência (PBP) é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas (PBP-IFES). O programa apresenta, ainda, uma política pública voltada aos estudantes bolsistas do ProUni (PBP-ProUni). No total, em 2021, foram concedidas bolsas a 26.190 estudantes: 15.773 nas IFES e 10.417 por meio do PBP-ProUni. Foram, ao todo, executados cerca de R\$ 152,4 milhões para atendimento do Programa. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é o programa destinado a democratizar o acesso e permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e a redução das taxas de evasão e retenção. Em 2021, foram alocados R\$ 852 milhões para execução das ações do programa. O MEC apoia a gestão administrativa, financeira e técnica e o desenvolvimento de ações para o funcionamento e a qualidade dos cursos ofertados nas 69 Universidades Federais do País. Em 2021, foram empenhados mais de 4,3 bilhões para garantir o funcionamento, com qualidade, das IFES. O Programa Educação Tutorial (PET) destina-se a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores-tutores. Em 2021, foram empenhados R\$ 69,4 milhões para a manutenção de 118,4 mil bolsas a alunos e professores da educação superior. Além disso, durante a vigência das medidas de isolamento social, o projeto Alunos Conectados, permitiu a oferta de conectividade aos alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação. O investimento no projeto foi de R\$ 11,6 milhões, com atendimento de 160,2 mil alunos, sendo 72,9 mil em Universidades Federais. Entre 2020 e 2021, o MEC esteve trabalhando na elaboração do 'Plano de Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais' visando novas vagas na educação superior pública na modalidade a distância (EaD). Foram instituídos o Comitê de Orientação Estratégica e Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade EaD. No que se refere à pesquisa e inovação, destaca-se a parceria do MEC com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Organização Social que visa contribuir para o desenvolvimento da inovação na indústria brasileira apoiando institutos de pesquisas e universidades. Em 2020, foi realizado Edital que permitiu o credenciamento de mais 11 unidades Embrapii, totalizando, assim, 17 universidades federais credenciadas. Além disso, em 2021 foi realizado outro Edital, com recursos aportados pelo MEC (aproximadamente R\$ 12 milhões), o qual credenciou mais 8 unidades, totalizando atualmente 23 universidades federais que contemplam 25 polos Embrapii. Até o final de 2021 foram mais de 500 pedidos de propriedade intelectual, sendo que cerca de 160 foram desenvolvidos na esfera das Universidades Federais. É relevante destacar, ainda, a ação do MEC na Gestão do Banco de Professor Equivalente, visando evitar a não oferta de disciplinas por falta de docentes e preencher as vacâncias do quadro das Universidades. A Portaria nº 213, de 14 de abril de 2021, possibilitou o provimento de 770 vagas de professores do Magistério Superior. Relativamente à formação em saúde, o MEC fomentou a capacitação dos profissionais por meio de parceria realizada com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Foram viabilizadas 200 vagas para cursos de pós-graduação lato sensu na área de Gestão em Saúde e 200 vagas para o Mestrado Profissional em Saúde da Família para os profissionais da saúde em âmbito nacional. Para esta ação, com investimento previsto de R\$ 30 milhões até 2024, foram empenhados recursos da ordem de R\$ 282 mil em 2021. Com a pandemia, o MEC implantou e padronizou, com abrangência nacional, a WebSupervisão no âmbito do Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB). Por meio de sistema informatizado, realizou as ações de Educação Permanente em Saúde com adesão de 57 Instituições Supervisoras, 143 tutores acadêmicos e 1.581 supervisores para um total de 16.116 médicos participantes do PMMB com recursos da ordem de R\$ 84,7 milhões em 2021. O Programa de Desenvolvimento da Preceptoría em Saúde (Prodeps) oferta bolsas de preceptoría para os cursos de medicina das IFES sem hospitais próprios, para fins de utilização como campo de prática para internato. Em 2021, foram contemplados 42 cursos de medicina, com recursos empenhados da ordem de R\$ 10,4 milhões. Nessa linha, a ação de apoio às Instituições Federais de Ensino Superior sem Hospitais Universitários (IFES sem HU) permitiu que os estudantes tivessem cenários de práticas para o internato, por meio de recursos de custeio. Assim, foram descentralizados R\$ 30 milhões contemplando cursos de

medicina em 40 IFES. Quanto à Residência Médica, modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização, os dados já apurados de 2021 mostram que foram ofertadas 9,2 mil bolsas. Na Residência Multiprofissional, pós-graduação lato sensu destinada às profissões da saúde, caracterizada por ensino em serviço, foram ofertadas 4,4 mil bolsas. Os recursos empenhados nas ações de Residência em Saúde (médica e multiprofissional) totalizaram R\$ 654,6 milhões em 2021. No exercício de 2021, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) contribuiu para o objetivo do Programa 5013 por meio das ações fomentadas pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), pelos recursos destinados ao funcionamento da empresa e de seus hospitais filiados, além dos recursos destinados a ensino e pesquisa. Em 2021 o Rehuf passou a ser financiado exclusivamente pelo MEC, com aporte de R\$ 508,1 milhões executados por meio da EBSERH. Esses recursos foram destinados ao apoio das atividades assistenciais e recuperação da capacidade de oferta de serviços de saúde pelos Hospitais Universitários Federais (HUFs), bem como à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, realização de reformas e obras de adequação e ampliação da infraestrutura física e renovação do parque tecnológico. A EBSERH também atua na formação e na geração de conhecimentos na área da saúde. Atualmente, a empresa oferece cerca de 8 mil vagas de residências médica e multiprofissional distribuídas em 1.046 programas, além de ser campo de prática para cerca de 51,5 mil alunos, de graduação e ensino técnico, na área da saúde, em 32 Universidades Federais. Em relação à área assistencial, em 2021 houve aumento no número de atendimentos prestados à população pelos HUs da Rede EBSERH quando comparado ao mesmo período de 2020 (janeiro a outubro). As consultas apresentaram crescimento de 19%, passando de 3,7 milhões para 4,4 milhões; os exames tiveram aumento de 12%, passando de 10,4 milhões para 11,6 milhões; as internações, em função da Covid-19, apresentaram uma discreta redução de 9%, passando de 278 mil para 252 mil; o mesmo ocorreu com as cirurgias, por conta da suspensão de cirurgias eletivas (- 10%), saindo de cerca de 178 mil para 138 mil cirurgias realizadas em regime hospitalar. Importante mencionar que essas reduções refletem o impacto da Covid-19 no 1º semestre/2021. Por outro lado, o 2º semestre desse ano sinalizou a retomada da oferta de serviços à população, com o arrefecimento da pandemia e desmobilização dos leitos para o enfrentamento da doença. No campo da pós-graduação, em 2021, o Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), concedeu cerca de 93,2 mil bolsas de estudo e pesquisa no país, sendo mais de 42 mil de mestrado, aproximadamente 47 mil de doutorado e 4 mil de pós-doutorado, dentre outras, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões, o que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação. Contabilizando também as 3,1 mil bolsas no exterior, alcança-se mais de 96 mil bolsas para formação em nível de pós-graduação. Por meio dos programas estratégicos chamados de Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG), a Capes promoveu ações voltadas para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento de pesquisas em áreas ainda incipientes no país, buscando a redução dessas assimetrias. Com o investimento de até R\$12,9 milhões, o “PDPG - Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira”, apoia 30 projetos voltados ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico dessa Região, que serão desenvolvidos ao longo do quadriênio 2021-2024. Em 2021, foram investidos R\$ 250,1 mil para o financiamento de 60 bolsas. Houve continuidade do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias. Lançado em 2020 e iniciado com a Ação Emergencial (1.189 bolsas e investimento de R\$ 83,1 milhões), teve três editais publicados naquele ano: Combate a Epidemias; Fármacos e Imunologia; e Telemedicina e Análise de Dados Médicos, os quais selecionaram 109 projetos com investimento de R\$ 94,1 milhões. No âmbito na internacionalização, em 2021 a Capes apoiou 3.418 bolsistas brasileiros no exterior, contemplando tanto os bolsistas que já se encontravam no exterior, quanto os discentes, docentes e pesquisadores selecionados em editais pré-pandemia bem como aqueles lançados durante a pandemia, e também 601 estrangeiros participando de projetos de cooperação internacional em instituições brasileiras. Também cabe destaque a titulação de 60.039 mestres e 20.075 doutores em 2020 (dados de 2021 estão em processamento). Com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia nas atividades acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu, foi publicada a Portaria Capes nº 55, de 29 de abril de 2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país e a exclusão da variável “tempo de titulação” em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no quadriênio 2017-2020, demanda da comunidade acadêmica plenamente atendida pela Capes. Outra frente de atuação do MEC é a regulação e a supervisão das instituições de educação superior (IES) federais e privadas, visando assegurar a qualidade e a regularidade dos cursos superiores e das IES que os ofertam. No ano de 2021, o sistema federal de educação possuía 2.830 IES ativas. Apesar do cenário negativo imposto pela pandemia, foi dada celeridade aos processos, tendo sido expedidos 13.095 atos regulatórios, o que representou um aumento de mais de 39% em comparação ao ano anterior. Foram 1.576 novos cursos autorizados, 925 cursos reconhecidos, 8.214 cursos com renovação de reconhecimento e mais 596.198 novas vagas em cursos, conforme sistema e-MEC Relativamente à Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (Cebas) com atuação na área de educação, foram 1.184 decisões publicadas. No que concerne ao combate à prática de oferta irregular da educação superior e às ações relacionadas ao cumprimento da legislação educacional, foi apurado um total de 687 processos de supervisão em 2021, dos quais 33 encontram-se em fase recursal.

Meta: 052E - Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 5 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 34,6
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Meta prevista para 2020: 35,6
Meta prevista para 2021: 37,93
Meta prevista para 2022: 38,77
Meta prevista para 2023: 39,6

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 40,7
Data de Referência: 31/12/2020
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Há uma restrição legislativa quanto a implementação do Reuni Digital no modelo 100% online, uma vez que a legislação da EAD regimenta sobre a necessidade de parte dos cursos EAD terem atividades presenciais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Articulação entre a SESU e a SERES para avaliar sobre a possibilidade de oferta de cursos EAD integralmente online ou quais serão as ações necessárias para que isso ocorra, como por exemplo, ajuste na portaria. A princípio, os pilotos do Reuni Digital deverão ocorrer conforme a legislação atual, isto é, quando parte das atividades dos cursos EAD ocorrem presencialmente.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Imposições trazidas pelo Coronavírus, que resultaram no fechamento temporário das faculdades e universidades e deverá impactar no cronograma das atividades regulares, afetando também a permanência dos alunos na educação superior.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram alocados cerca de R\$ 21 milhões para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação nas Universidades Federais (UFs). Além disso, R\$ 247 milhões foram alocados diretamente nas Universidades e em três complexos hospitalares (Hospitais Universitários da UFRJ e UNIFESP; e Hospital das Clínicas de Porto Alegre) e mais R\$ 60 milhões foram descentralizados por meio de Termos de Execução Descentralizada, ambos os recursos destinados para ações de enfrentamento à Covid-19. Construção do Portal de Monitoramento das

IFES, cujo objetivo principal é monitorar a situação de funcionamento das UF's e apoiar ações de enfrentamento. Protocolo de Biossegurança (2ª versão): o documento reforça as medidas de prevenção e proteção e estabelece a recomendação de parâmetros a serem considerados para a retomada das atividades presenciais. Alunos Conectados: o projeto permitiu a oferta de conectividade a alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica nas IFES. O projeto foi estendido até abril de 2022.

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	45,4	46,1	46,7	47,4	45,5	31/12/2020	Não informado	Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2013-2020). Pannel de Monitoramento PNE/INEPDATA, publicado em 25/06/2021.
Região Nordeste	31,2	32,2	33,2	34,1	32,1	31/12/2020	Não informado	Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2013-2020). Pannel de Monitoramento PNE/INEPDATA, publicado em 25/06/2021.
Região Norte	33,9	35	36,1	37,2	37,3	31/12/2020	Não informado	Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2013-2020). Pannel de Monitoramento PNE/INEPDATA, publicado em 25/06/2021.
Região Sudeste	40,7	41,5	42,3	43,1	43,8	31/12/2020	Não informado	Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2013-2020). Pannel de Monitoramento PNE/INEPDATA, publicado em 25/06/2021.
Região Sul	45,3	46,2	47,2	48,1	50,2	31/12/2020	Não informado	Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2013-2020). Pannel de Monitoramento PNE/INEPDATA, publicado em 25/06/2021.

Indicador: 8749 - Taxa bruta de matrícula na graduação

Informações básicas

Unidade de medida: %
 Valor de referência: 34,6
 Data de Apuração: 31/12/2017

Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 40,7

Data do valor apurado: 31/12/2020

Notas do usuário: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2013-2020). Painel de Monitoramento PNE/INEPDATA, publicado em 25/06/2021.

Resultado Intermediário: 0030 - Regulação e Supervisão de Instituições do Sistema Federal de Ensino

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 89,73

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de regulação e supervisão de instituições do sistema federal de ensino

Meta prevista para 2020: 91,34

Meta prevista para 2021: 91,34

Meta prevista para 2022: 91,34

Meta prevista para 2023: 91,34

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 99,06

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC, apesar das restrições impostas pela situação de pandemia da Covid-19, envidou esforços na manutenção e continuidade das atividades de regulação e supervisão da educação superior atuando no combate à prática de oferta irregular da Educação Superior no País. No ano de 2021, o sistema federal de educação possuía 2.830 instituições de educação superior ativas. Apesar do cenário imposto pela pandemia, foi dada celeridade aos processos, tendo sido expedidos 13.095 atos regulatórios, o que representou um aumento de mais de 39% em comparação ao ano anterior. Foram 1.576 novos cursos autorizados, 925 cursos reconhecidos, 8.214 cursos com renovação de reconhecimento e mais 596.198 novas vagas em cursos, conforme sistema e-MEC (sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil) No que concerne ao combate à prática de oferta irregular da educação superior e às ações relacionadas ao cumprimento da legislação educacional, foi apurado um total de 687 processos de supervisão em 2021, dos quais 33 encontram-se em fase recursal. Relativamente à Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (Cebas) com atuação na área de educação, política coordenada pelo MEC, nos termos do art. 24 do Decreto nº 10.195/2019, foram 1.184 decisões publicadas. Em novembro de 2021 o Ministério realizou um Webnário para orientar melhor as Entidades acerca dos processos Cebas, o qual atingiu uma audiência consistente e um feedback positivo. No final de 2021, foi publicada também a Lei Complementar n. 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social. O MEC obteve êxito no atingimento da meta da

taxa de regulação e supervisão de instituições do sistema federal de ensino, superando a expectativa prevista onde o alcance total da meta foi de 99,06% em nível nacional. No aspecto da regionalização, a SERES também superou a meta prevista.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	91,34	91,34	91,34	99,04	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	91,34	91,34	91,34	99,16	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	91,34	91,34	91,34	96,51	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	91,34	91,34	91,34	99,31	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	91,34	91,34	91,34	99,46	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0031 - Docentes na Educação Superior com Mestrado ou Doutorado

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 81,3

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado

Meta prevista para 2020: 83,34

Meta prevista para 2021: 87,1

Meta prevista para 2022: 88,9

Meta prevista para 2023: 90,6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 82,5

Data do valor apurado: 31/12/2019

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta 13 do PNE visa elevar a qualidade da educação superior por meio ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores, até 2024. Vale destacar que a meta foi alcançada ainda em 2015, quando 75,4% do corpo de docentes na educação superior brasileira passaram a possuir mestrado ou doutorado, e 37,2% com doutorado. Entretanto, a meta estipulada para o RI (87, 10%) foi superestimada e ainda não foi alcançada.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Imposições trazidas pelo Coronavírus, que resultaram no fechamento temporário das faculdades e universidades e deverá impactar no cronograma das atividades regulares, inclusive da pós-graduação.

Providências implementadas para a superação da restrição: Painel de Monitoramento das Instituições de Ensino Superior; Grupo de Trabalho para Governança e Gestão de Riscos relacionados ao Enfrentamento da COVID-19; a substituição (temporária) das disciplinas presenciais, em andamento, por vias digitais/on-line (EAD). O MEC continua atuando no monitoramento e manutenção dos processos de ensino-aprendizagem mesmo com as restrições que o cenário atual prevê.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	84,3	86,8	89,2	77,3	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	87,5	89,8	92	81,9	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Norte	-	82	84,5	87,1	76,6	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	88	89,8	91,6	83,5	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Sul	-	88,9	90,6	92,3	85,4	31/12/2019	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0032 - Títulos de Mestrado concedidos por ano no País

Informações básicas

Unidade de medida: Títulos de Mestrado

Linha de base: 64.432

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Número de títulos de mestrado concedidos por ano

Meta prevista para 2020: 64.400

Meta prevista para 2021: 75.469

Meta prevista para 2022: 79.242

Meta prevista para 2023: 83.205

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 60.039

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, a Capes concedeu cerca de 93,2 mil bolsas de estudo e pesquisa no país, sendo mais de 42 mil de mestrado, aproximadamente 47 mil de doutorado e 4 mil de pós-doutorado, dentre outras, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões, entre bolsas e custeio para a pós-graduação, o que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação. A Capes também firmou parcerias com entidades como o Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Regional de Nutrição – 4ª Região, a Secretaria Nacional da Família, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal, entre outros. No âmbito na internacionalização, em 2021 a Capes apoiou 3.418 bolsistas brasileiros no exterior, contemplando tanto os bolsistas que já se encontravam no exterior, quanto os discentes, docentes e pesquisadores selecionados em editais pré-pandemia bem como aqueles lançados durante a pandemia, e também 601 estrangeiros participando de projetos de cooperação internacional em instituições brasileiras. Ainda que os números de titulados de mestres e doutores estejam abaixo do previsto e apresentem uma diminuição em relação ao ano anterior, é importante considerar os impactos que a pandemia de COVID-19 trouxe para esses indicadores. Com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia nas atividades acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu, a Capes publicou a Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país e a exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no quadriênio 2017-2020. Apesar da falta de informações mais precisas sobre os efeitos gerados pela pandemia, pode-se supor que as defesas de teses e dissertações foram profundamente afetadas e que pode ter resultado na diminuição dos indicadores mencionados.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia da COVID-19 provocou o fechamento das IES e, por consequência, afetou o funcionamento dos programas de pós-graduação stricto sensu.

Providências implementadas para a superação da restrição: Continuidade dos editais com temas correlatos à pandemia (Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias). Publicação da Portaria Capes nº 55/2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país e a exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no quadriênio 2017-2020.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	6.213	6.575	6.957	5.011	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Nordeste	-	15.623	16.617	17.672	12.053	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Norte	-	4.683	5.134	5.618	3.075	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Sudeste	-	33.073	34.223	35.406	27.188	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Sul	-	15.877	16.693	17.552	12.712	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0033 - Títulos de Doutorado concedidos por ano no País

Informações básicas

Unidade de medida: Títulos de Doutorado
Linha de base: 22.901
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Número de Títulos de Doutorado concedidos por ano
Meta prevista para 2020: 22.900
Meta prevista para 2021: 26.540
Meta prevista para 2022: 27.868
Meta prevista para 2023: 29.260

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20.075

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, a Capes concedeu cerca de 93,2 mil bolsas de estudo e pesquisa no país, sendo mais de 42 mil de mestrado, aproximadamente 47 mil de doutorado e 4 mil de pós-doutorado, dentre outras, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões, entre bolsas e custeio para a pós-graduação, o que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação. A Capes também firmou parecerias com entidades como o Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Regional de Nutrição – 4ª Região, a Secretaria Nacional da Família, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal, entre outros. No âmbito da internacionalização, a Capes encerrou o ano de 2021 com 3.418 bolsistas brasileiros no exterior, contemplando tanto os bolsistas que já se encontravam no exterior, quanto os discentes, docentes e pesquisadores selecionados em editais pré-pandemia bem como aqueles lançados durante a pandemia, e com 601 estrangeiros participando de projetos de cooperação internacional em instituições brasileiras. Ainda que os números de titulados de mestres e doutores estejam abaixo do previsto e apresentem uma diminuição em relação ao ano anterior, é importante considerar os impactos que a pandemia de COVID-19 trouxe para esses indicadores. Com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia nas atividades acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu, a Capes publicou a Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país e a exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no quadriênio 2017-2020. Apesar da falta de informações mais precisas sobre os efeitos gerados pela pandemia, pode-se supor que as defesas de teses e dissertações foram profundamente afetadas e que pode ter resultado na diminuição dos indicadores mencionados.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia da COVID-19 provocou o fechamento das IES e, por consequência, afetou o funcionamento dos programas de pós-graduação stricto sensu.

Providências implementadas para a superação da restrição: Continuidade dos editais com temas correlatos à pandemia (Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias). Publicação da Portaria Capes nº 55/2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país e a exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no quadriênio 2017-2020.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	1.787	1.927	2.075	1.365	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma	Não informado

							Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	
Região Nordeste	-	4.545	4.894	5.267	3.173	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Norte	-	985	1.101	1.225	611	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Sudeste	-	13.671	14.003	14.333	10.668	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado
Região Sul	-	5.552	5.943	6.360	4.258	31/12/2020	Os dados são relativos ao ano de 2020, já que os dados de 2021 ainda se encontram em atualização, considerando que o período para envio do Coleta de Dados na Plataforma Sucupira vai até dia 31/03/2022. Os dados 2020 referem-se à carga dos dados no GeoCapes em 05/11/2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0034 - Escolarização líquida na Educação Superior

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 25,2
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Taxa líquida de escolarização na educação superior
Meta prevista para 2020: 25,5
Meta prevista para 2021: 27,2
Meta prevista para 2022: 27,9
Meta prevista para 2023: 28,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 28
Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados das estatísticas gerais do Censo da Educação Superior de 2020 mostram que a Rede Federal de Educação Superior ampara 6.669 cursos de graduação, com 1.254.080 estudantes matriculados e uma média de 352 mil novos ingressantes matrículas/ano (2019 e 2020). Entre 2018 e 2019, inclusive, apenas na Rede Federal, foram 268.143 concluintes nos cursos de graduação. O estabelecimento ou a ampliação de estratégias de ensino a distância, tornou-se uma resposta geral do setor educacional à interrupção repentina dos processos pela pandemia de Covid. Fato é que a Educação a Distância ainda precisa ser fortalecida no Brasil, em especial nas universidades, já que conforme aponta o Censo da Educação Superior 2019, apenas 5,8% ingressaram em cursos na modalidade EaD na rede pública. Por compreender a relevância de ações que contemplam a educação a distância, o MEC vem trabalhando, desde maio de 2020, no denominado Plano de Expansão da EaD nas IES Públicas Federais – Reuni Digital. De forma geral, o projeto visa ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior pública, por meio da educação a distância, e assegurar a qualidade da oferta. O projeto já consolidou algumas entregas em 2021, entre elas: a) Diagnóstico da EaD no Brasil; b) Benchmarking Internacional da EaD; c) Análise dos desafios para a expansão da EaD no Brasil; e, d) Plano de Expansão da EAD nas Universidades Federais, com a missão (ou missões), objetivos, metas e ações articuladas, definição de responsabilidades, prazos para a execução, com métricas e resultados esperados (indicadores) e as fontes de recursos e parcerias que contribuirão para o seu cumprimento.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Há uma restrição legislativa quanto a implementação do Reuni Digital no modelo 100% online, uma vez que a legislação da EAD regimenta sobre a necessidade de parte dos cursos EAD terem atividades presenciais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Articulação entre a SESU e a SERES para avaliar sobre a possibilidade de oferta de cursos EAD integralmente online ou quais serão as ações necessárias para que isso ocorra, como por exemplo, ajuste na portaria. A princípio, os pilotos do Reuni Digital deverão ocorrer conforme a legislação atual, isto é, quando parte das atividades dos cursos EAD ocorrem presencialmente.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Imposições trazidas pelo Coronavírus, que resultaram no fechamento temporário das faculdades e universidades e deverá impactar no cronograma das atividades regulares, afetando também a permanência dos alunos na educação superior.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram alocados cerca de R\$ 21 milhões para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação nas Universidades Federais (UFs). Além disso, R\$ 247 milhões foram alocados diretamente nas Universidades e em três complexos hospitalares (Hospitais Universitários da UFRJ e UNIFESP; e Hospital das Clínicas de Porto Alegre) e mais R\$ 60 milhões foram descentralizados por meio de Termos de Execução Descentralizada, ambos os recursos destinados para ações de enfrentamento à Covid-19. Construção do Portal de Monitoramento das IFES, cujo objetivo principal é monitorar a situação de funcionamento das UFs e apoiar ações de enfrentamento. Protocolo de Biossegurança (2ª versão): o documento reforça as medidas de prevenção e proteção e estabelece a recomendação de parâmetros a serem considerados para a retomada das atividades presenciais. Alunos Conectados: o projeto permitiu a oferta de conectividade a alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica nas IFES. O projeto foi estendido até abril de 2022

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	32,3	33	33,6	34,5	31/12/2020	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	21,2	22,1	22,9	20,8	31/12/2020	Não informado	Não informado
Região Norte	-	23,1	24,2	25,2	24,8	31/12/2020	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	29,5	30,2	31	30,8	31/12/2020	Não informado	Não informado
Região Sul	-	31,8	32,4	33,1	34,1	31/12/2020	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0324 - Ocupação dos programas de residência da Rede Ebserh

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 81
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Taxa de ocupação dos programas de Residência da Rede Ebserh
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 82
Meta prevista para 2022: 83
Meta prevista para 2023: 84

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 82,06
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A EBSEH atua na formação e na geração de conhecimentos na área da saúde. Atualmente, a empresa oferece cerca de 8.025 vagas de residências médica e multiprofissional distribuídas em 1.046 programas, além de ser campo de prática para cerca de 51.477 alunos, de graduação e ensino técnico, na área da saúde, em 32 Universidades Federais. Ademais, o número de preceptores voltados aos programas de residência cadastrados na Rede é de 13.748, sendo 9.893 de residência médica e 3.855 de residência multi/uniprofissional. A EBSEH também promove o Exame Nacional de Residência EBSEH (Enare), processo seletivo unificado dos programas de residência médica e multiprofissional. A 2ª Edição, realizada em 2021, ofereceu aproximadamente oito vezes mais vagas que a edição 2020: foram 2.336 vagas de residência médica e 862 vagas de residência

uni/multiprofissional ofertadas totalizando 3.198 vagas, contando com a participação de 77 instituições públicas e/ou sem fins lucrativos, sendo 20 Hospitais Universitários Ebserh. Foram homologadas 18.586 inscrições para residência médica e 12.783 para residência uni/multiprofissional totalizando 31.369 inscrições. Verifica-se que apesar do advento da pandemia por COVID-19 o resultado final de 2021 superou em 0,06% (82,06%) a meta estabelecida para o período, que foi de 82%.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	88,25	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	82,61	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	91,63	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	80,67	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	75,68	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5014 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

Objetivo: 1240 - Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Para o alcance do objetivo do Programa 5014, o MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), busca fornecer evidências cada vez mais abrangentes e fidedignas sobre a realidade e a qualidade da educação brasileira a partir do aperfeiçoamento contínuo das estatísticas, estudos, exames e avaliações realizados, de forma a fornecer importantes subsídios para o desenvolvimento e a reorientação das políticas

públicas educacionais, bem como contribuir para a indução da melhoria do ensino ofertado. Ainda com o desafio das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, mas com protocolos de biossegurança mais estruturados, o Inep realizou os exames, pesquisas, avaliações e censos previstos para 2021, ao tempo em que garantiu a proteção à saúde dos participantes e dos colaboradores envolvidos. O Instituto produziu também as estatísticas anuais da educação básica e da educação superior. Destacam-se, a seguir, os principais pontos do Programa 5014 em 2021. O Inep/MEC tem por competência propor e definir parâmetros, critérios e mecanismos de realização para as avaliações dos sistemas de educação em todos os níveis e modalidades, bem como para os processos de certificação de competências, em articulação com os sistemas de ensino. Na Educação Básica são aplicados os exames e avaliações a seguir descritos. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. O Exame aperfeiçoou sua metodologia e, em 2009, passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior, por meio, principalmente, do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Os resultados do Enem continuam possibilitando o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais. Em 2021, não obstante os desafios novamente impostos pela pandemia, o Enem foi realizado regularmente, não registrando intercorrências em sua aplicação. Foram 3,39 milhões de inscrições, sendo 3,32 milhões para as provas impressas e 69 mil inscritos para o Enem digital. O Enem impresso foi aplicado em 11.074 locais de prova, distribuídos por 1.747 municípios brasileiros. Também foi aplicado com sucesso o Enem PPL 2021 para 54,2 mil pessoas privadas de liberdade ou sob medida socioeducativa que incluía privação de liberdade. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é fundamental para a aferição da qualidade das etapas da educação básica brasileira. Devido a restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e à suspensão de aulas presenciais nas escolas brasileiras, foram realizadas rodadas de reuniões com representantes do Inep, MEC, Consed, Undime para análise do contexto das redes de ensino e para mobilização do público-alvo do Saeb, na busca por atingir os percentuais mínimos de participação para geração de resultados válidos e confiáveis. A edição do Saeb 2021 foi aplicada em todo o país entre os dias 8 de novembro e 10 de dezembro de 2021, contemplando as seguintes avaliações: Saeb 2º ano do ensino fundamental, Saeb 5º ano do ensino fundamental, Saeb 9º ano do ensino fundamental, Saeb 3º ano do ensino médio. Nessa edição, foram avaliados cerca de 6 milhões de alunos, alcançando 255 mil turmas de 116 mil escolas, distribuídas em 5.564 municípios brasileiros. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referente ao ano de 2021. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é realizado pelo Inep, desde 2002, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Além de possibilitar a certificação e a continuidade na trajetória educacional, o Encceja oferece parâmetros para que o participante possa se avaliar e, assim, ter uma orientação para a continuidade da formação e para a colocação no mercado de trabalho. Como em todos os exames impactados pela pandemia do COVID-19, o Inep adotou um conjunto de medidas preventivas para garantir uma aplicação segura do Encceja nacional em 622 municípios distribuídos por todas as Unidades da Federação. Aplicado em agosto de 2021, o Exame registrou 1,6 milhão de inscritos, sendo 1,3 milhão para o Ensino Médio e 300 mil para o Ensino Fundamental. Em 2021, o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), composto por provas escrita e oral, foi aplicado a 4.980 estrangeiros em 91 postos aplicadores, sendo 37 no Brasil e 54 no exterior. O Celpe-Bras é o exame brasileiro oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira e é aplicado pelo Inep, com apoio do Ministério da Educação (MEC) e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O Inep também desenvolve, em parceria com países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior. O Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS -Progress in International Reading Literacy Study) busca aferir as habilidades em leitura de alunos do 4º ano do ensino fundamental, e é realizado a cada cinco anos pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA). O PIRLS foi aplicado pela primeira vez no Brasil, em novembro de 2021, para 6,3 mil estudantes do 4º ano do ensino fundamental de 193 escolas (públicas e privadas) de todas as regiões do Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa - Programme for International Student Assessment), é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como reflexo das dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia de COVID-19, os países-membros e associados da OCDE decidiram adiar a avaliação do Pisa 2021 para 2022 e do Pisa 2024 para 2025. O Pisa 2022 será aplicado entre 11 de abril e 31 de maio de 2022. No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.681/2014, os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e sua operacionalização é de responsabilidade do Inep/MEC a partir da execução do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), bem como das avaliações in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior. Em 2021, o Enade foi aplicado com sucesso para cursos de 30 áreas do conhecimento vinculadas ao ano II do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840/2018. Foram inscritos no Exame 489.958 estudantes concluintes de 8.009 cursos de graduação dos graus de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Para as atividades envolvendo a elaboração das matrizes das provas do Enade 2021, foram compostas 23 Comissões Assessoras de Áreas, formadas por um total de 127 docentes de instituições de ensino superior públicas e privadas de todas as regiões do País. As avaliações in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior continuaram, em

2021, a serem impactadas pela pandemia do COVID-19. Estavam previstas 5 mil avaliações in loco em 2021. Diante da impossibilidade de realizações presenciais dessa avaliação, foi publicada, em abril, a Portaria nº 165/2021, que instituiu de forma emergencial e temporária a Avaliação Externa Virtual in Loco, com o intuito de diminuir o prejuízo às Instituições de Ensino Superior (IES) e principalmente aos estudantes da educação superior. Para tal, foram capacitadas instituições e 5.920 avaliadores nesse inovador formato de avaliação in loco. Com esse novo cenário, foi possível minimizar os impactos e realizar 3.583 avaliações in loco, sendo 3.008 de forma virtual e 575 de forma presencial. A inovação cumpre com os princípios da eficiência, celeridade e economicidade ao afastar a necessidade de dispêndios com passagens aéreas, hotéis, transporte e alimentação. Ainda, ao eliminar a necessidade de viagens e deslocamentos para a realização de avaliação, contribui-se para o distanciamento social, evitando uma possível proliferação e contaminação da comunidade acadêmica e atores envolvidos no processo avaliativo, além de aumentar significativamente a celeridade do processo. O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) subsidia o processo de revalidação dos diplomas de médicos que se formaram no exterior e querem atuar no Brasil. O exame é direcionado tanto aos estrangeiros formados em medicina fora do Brasil quanto aos brasileiros que se graduaram em outro país e querem exercer a profissão em sua terra natal. Cabe registrar que, em 2021, atingiu-se um número recorde de inscritos no Revalida (edição 2020), com a participação de 15.580 participantes. No âmbito das atividades de execução dos censos educacionais foi necessário, principalmente, ajustar as atividades internas em relação aos sistemas de coleta e o cronograma de execução, no caso do Censo da Educação Superior. No entanto, foram realizadas todas as atividades dos censos educacionais junto aos parceiros institucionais, as reuniões técnicas foram realizadas por meio de videoconferências com os parceiros e usuários externos, e também foram cumpridas as verificações in loco no formato remoto à distância, com vistas a garantir a qualidade das informações. Convém destacar que, no âmbito do Censo da Educação Básica, foi elaborado instrumento da 2ª edição da pesquisa Resposta Educacional à pandemia de Covid-19. Também é importante citar que em decorrência das restrições desse período de pandemia, as atividades tiveram que ser reestruturadas e muitas vezes redefinidas e ampliadas, trazendo grandes desafios para que fossem cumpridas as metas institucionais, o que também trouxe inovações, como, por exemplo a realização de lives informativas e instrutivas para todo o Brasil no canal oficial do Inep no YouTube. Os resultados da coleta da primeira etapa foram apresentados em 31 de janeiro de 2022 e estão disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=hCYZpmjXyQc>. No caso do Censo da Educação Superior, foi aperfeiçoado o processo de verificação in loco das IES com adaptação do processo de verificações para o formato de videoconferência, em decorrência da pandemia, bem como foram aperfeiçoados o ambiente de treinamento a distância e a comunicação com as instituições de educação superior por meio de lives, publicação de manuais de preenchimento, de boletins e de informativos referentes ao processo de coleta. Os dados referentes ao ano de 2020 estão em processamento e os resultados serão divulgados em 18 de fevereiro de 2022 (Portaria Inep nº 286, de 4/8/2021). Destaque-se que, em 2021, foram disponibilizados à sociedade indicadores e relatórios sobre estatísticas internacionais comparadas: Taxas de Rendimento Escolar, referente ao ano de 2020; Indicadores de Investimento Público em Educação para a Comparabilidade Internacional, Indicador de Remuneração Média dos Docentes da Educação Básica, referente ao ano de 2018; e o Relatório Panorama da Educação Brasileira no âmbito do relatório da OCDE Education at a Glance (EaG). Quanto às publicações de estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais do Brasil, o Inep publica, a cada dois anos, o Relatório de Monitoramento do PNE – 2014/2024. Em 2020 foi publicado o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2020), enquanto o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE será elaborado e publicado no ano de 2022. No que tange aos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, no ano de 2021 foram publicados: 1) Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – Cenários do Direito à Educação – Volume 4; 2) Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – Estratégias do Plano Nacional de Educação – Volume 5. O Inep também publica a Revista Em Aberto, publicação monotemática, com periodicidade quadrimestral, cuja finalidade é estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira. No ano de 2021 foram publicadas o número 110: Linguagens artísticas e expressivas das crianças pequenas (v.34 n.110); número 111: Ensino de Sociologia (v. 34 n.111) e número 112: Enem e Gaokao – repercussões no ensino médio e da educação superior (v. 34 n.112). A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), criada em 1944, possui nota máxima no Qualis Periódicos, classificação da Capes para publicações científicas. Em 2021 foram publicadas três edições: números 260 a 262, com artigos inéditos resultados de pesquisas que apresentam consistência, rigor e originalidade na abordagem de temas que contribuem para a área da Educação.

Meta: 052J - Realizar 100% dos estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, conforme planejamento anual.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 88,8
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de implementação; Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Justificativa para não regionalização da Meta: O indicador mensura o número de estudos, pesquisas, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, desenvolvidos pelo Inep. Como uma autarquia da Administração Pública Federal, as pesquisas desenvolvidas têm interesse e abrangência nacionais. Todos os eventos/ocorrências acompanhados pelo indicador são pesquisas/estudos de caráter nacional, sendo alguns deles até internacionais. O indicador faz uma relação entre o número de eventos planejados e o número dos eventos realizados anualmente. A condição aferida para cada pesquisa (a unidade do indicador) é a sua execução total (1) ou não execução (0). Desta forma, o indicador e a sua meta não podem ser regionalizados.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, contratação temporária de colaboradores especializados de nível superior (estatísticos, analistas de sistema, advogados, pedagogos etc), além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Falhas e inconsistências no Sistema do Banco Nacional de Itens ocasionaram transtornos e atrasos aos trabalhos dos elaboradores e revisores de itens das provas do Enade e do Revalida.
Providências implementadas para a superação da restrição: Investimento financeiro na TI do Inep de forma a proporcionar desenvolvimento ou compra de sistemas que assegurem o funcionamento adequado do Banco Nacional de Itens. Tornar remotas etapas do desenvolvimento das provas em sistema, com garantia do sigilo e da segurança das informações.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Revisão das leis nº 10.861/2004 (Enade) e nº 13.959/2019 (Revalida).
Providências implementadas para a superação da restrição: 1) Revisão da Lei nº 10.861/2004 a fim de verificar a possibilidade de avaliação por novos

indicadores, a necessidade de aplicação da avaliação de estudantes ingressantes, a alteração do ciclo avaliativo (para que deixe de ser meramente temporal e passe a utilizar critérios estratégicos), e o incentivo/obrigatoriedade de participação dos estudantes concluintes, por exemplo, poderiam ser revistas de modo a permitir o aperfeiçoamento da avaliação; 2) Revisão da Lei nº 13.959/2019 a fim de explicitar o papel do Inep no processo do Revalida e sugerir a exigência de o candidato apresentar um diploma de medicina expedido por instituição de educação superior estrangeira para poder participar da Prova.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: 1) Em relação ao Enade e ao Revalida, as restrições introduzidas pela pandemia da COVID-19 impactam fortemente na produção de itens, já que esses são feitos presencialmente no Inep, no ambiente seguro. Nas reuniões presenciais em ambiente seguro no Inep, onde as comissões de professores e servidores se reúnem para a elaboração dos instrumentos de prova, não há espaço suficiente para a execução dos trabalhos de forma a garantir o cumprimento dos protocolos de segurança sanitários de distanciamento social. 2) Essas restrições impactam também fortemente nas avaliações presenciais.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1) Para os Exames: Garantia de orçamento para que a aplicação das provas cumpra todos os protocolos de segurança sanitária necessários; Revisão do modelo de prova de habilidades clínicas do Revalida, a exemplo da utilização de VOSCE (avaliação virtual), de modo a depender menos do uso de hospitais. 2) Para as avaliações presenciais: Alteração da Lei 10.861, de 14/4/2004, para prever a modalidade de avaliação virtual in loco. Ampliação dos espaços destinados aos ambientes seguros para elaboração de provas.

Notas do usuário: -

Indicador: 8705 - Indicador para monitoramento do cumprimento da meta do Inep no Plano Plurianual

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Valor de referência: -

Data de Apuração: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 88,8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5015 - JUSTIÇA

Objetivo: 1210 - Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em virtude da extensão da caracterização da Análise Situacional do Objetivo 1210 – Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça, as informações foram disponibilizadas no arquivo anexo.

Meta: 050X - Alcançar 80% do índice de direitos promovidos aos cidadãos, de acesso ao acervo da memória nacional, da defesa do mercado concorrencial e do consumidor e da aplicação da justiça na gestão de ativos

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 75,32
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 74,71
Meta prevista para 2021: 76,71
Meta prevista para 2022: 78,78
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 81
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Foram regionalizados os resultados das Unidades: Arquivo Nacional e SENACON. Seguem as justificativas apresentadas pelos órgãos envolvidos para não regionalização: 1 - CADE - Os Atos de Concentração não são detalhados por origem visto que a política pública de defesa da concorrência é executada em âmbito nacional. 2 - SENAD - A falta de interoperabilidade dos sistemas informatizados dos atores que atuam na gestão de ativos (forças policiais, Poder Judiciário e Senad) e a atual versão do sistema informatizado de gestão de ativos (Sigap) ainda não permitem a geração de relatórios regionalizados de resultados. 3 - SENAJUS (NATURALIZAÇÃO) - Ainda não é possível haver a regionalização dos dados em função do Sistema Naturalizar-se não está integrado com o Sismigra da Polícia Federal visto que ainda são recebidos os processos remanescentes encaminhados pela Polícia Federal em volume considerável via SEI, deste modo, considerando que o SEI não possui base de dados estruturada não é possível o filtro por regiões. 4 - SENAJUS (CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA) - Não se aplica. A Política Pública é de alcance Nacional.

Notas do usuário: -

Indicador: 8672 - Índice de Direitos Promovidos

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 75,32
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 81
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0051 - Atendimento das demandas de informações sobre o acervo do Arquivo Nacional a partir do aperfeiçoamento e da inovação do atendimento ao usuário

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O AN realiza atendimentos presenciais e a distância para promover o acesso público ao acervo documental, orientando os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pesquisa produzidos pela instituição. Em 2021, todos os usuários que enviaram demanda obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como alcançá-las. Foram 21.574 usuários atendidos, o que equivale a 100% de seus usuários atendidos. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e as demais bases de dados de consulta ao acervo totalizaram 10.539.422 acessos e foram consultados 1.979.923 documentos arquivísticos.
Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: O AN teve 100% de seus usuários atendidos. Não obstante, é importante ressaltar que, embora alinhado ao objetivo 1210 do PPA, esse indicador apresenta grandes desafios para aferição da efetividade dos serviços prestados aos usuários do AN. Embora todos os usuários que demandaram informações sobre o acervo do AN tenham recebido retorno sobre a sua solicitação, é importante avançar na mensuração da efetividade do atendimento, ou seja, se a informação encaminhada atendeu à real necessidade apresentada pelo usuário.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para isso, o AN tem aprimorado o sistema de avaliação de satisfação do seu usuário. Como exemplo, realizou a revisão dos seus indicadores estratégicos e, entre eles, o indicador Percentual de satisfação dos usuários com a pesquisa realizada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	2,92	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1,48	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	0,45	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	0,31	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1,09	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	0,72	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	0,59	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	6,05	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1,05	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	0,35	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	0,35	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	5,94	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de São Paulo	-	-	-	-	30,36	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	0,25	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	0,09	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0,07	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	0,44	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	0,91	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1,66	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	0,37	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	0,58	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	9,18	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	0,26	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	27,13	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	0,41	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	6,87	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	0,12	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0052 - Análise de processos de conflitos de consumo

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 81

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br

Meta prevista para 2020: 70

Meta prevista para 2021: 70
 Meta prevista para 2022: 70
 Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 78

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com o objetivo de fortalecer as políticas de prevenção e redução de conflitos de consumo através do aprimoramento da transparência e incentivo à excelência no atendimento aos consumidores, a Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON tem disponibilizado a todo o Brasil, por meio do site Consumidor.gov.br, um serviço público de resolução alternativa de conflitos de consumo pela internet, a partir da ação integrada entre os órgãos do governo federal, gestores e empresas participantes. O Consumidor.gov.br já conta com 1.154 empresas cadastradas e mais de 5 milhões de reclamações registradas. Em complemento à Portaria n.º 15, publicada em 2020, foi editada a Portaria nº 12, de 5 de abril de 2021, que tornou obrigatória a participação de alguns grupos de empresas e segmentos no Consumidor.gov.br. Em 2021, 183 novas empresas aderiram ao serviço e 1.434.101 reclamações foram finalizadas. O índice médio de solução das empresas é de 78%, e as reclamações são respondidas em um prazo médio de 8 dias. A resolutividade média da plataforma e de cada uma das empresas participantes é monitorada de forma constante, a fim de garantir melhorias nos fluxos de atendimento interno. No ano de 2021, destacou-se o monitoramento da SENACON relativo aos segmentos de turismo e transporte aéreo, setores amplamente afetados em decorrência da pandemia do Covid-19. Em 2021, ainda foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica para adesão ao Consumidor.gov.br com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Ministério do Turismo, Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD com vistas a ampliar a utilização do Consumidor.gov.br. O que se pretende com a gestão desta política é que a plataforma funcione como uma alternativa aos canais clássicos estatais, sobretudo ao já abarrotado Poder Judiciário.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	3,2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	4,4	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	0,9	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	0,7	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	2,8	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1,2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	8,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	2,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	0,3	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	0,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	3,3	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	18,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	0,4	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	0,2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	2,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1,9	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	1,9	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	6,6	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	1,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	7,2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	0,6	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	5,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	0,5	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0053 - Ampliação dos ativos destinados pela SENAD

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 26

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Meta prevista para 2020: 33

Meta prevista para 2021: 40

Meta prevista para 2022: 48

Meta prevista para 2023: 55

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 46

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos busca mensurar a quantidade relativa de bens destinados pela SENAD ao longo do ano, frente à quantidade de bens possíveis de destinação. Alguns fatores impedem ou dificultam a destinação de bens, tais como a ausência de toda a documentação necessária à venda (registros em cartório ou em órgãos de trânsito, tais como DETRAN), baixa de pendências e débitos, localização, avaliação, remoção, entre outros. Assim, o indicador serve de auxílio à identificação de gargalos na destinação de bens e permite a adoção de ações que gerem maior agilidade ao processo. O valor alcançado em 2021 (46%) superou a meta estabelecida para o ano (40%). Embora tenha sido um número inferior ao valor alcançado em 2020 (52,26%), pode-se dizer que a complexidade dos bens destinados foi maior que no ano anterior, o que se pode perceber pelo valor da receita gerada pela destinação dos bens. Naturalmente, quanto maior a complexidade, maior a materialidade dos valores auferidos e maior o tempo necessário à destinação dos bens (exemplo: complexidade envolvida na destinação de um celular é bem menor que na destinação de uma fazenda).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A falta de interoperabilidade dos sistemas informatizados dos atores que atuam na gestão de ativos (forças policiais, Poder Judiciário e Senad) e a atual versão do sistema informatizado de gestão de ativos (Sigap) ainda não permitem a geração de relatórios regionalizados de resultados.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A recente alteração do Decreto 9.662/2019 trouxe novas atribuições que elevaram as demandas dirigidas à SENAD a patamares inéditos no que diz respeito à gestão de ativos: - leilões por plataforma da Administração Pública; - ativos especiais de todos os crimes; - desembaraço e transferência patrimonial de todos os bens vendidos. De forma a não haver prejuízo à tendência de elevação do percentual de ativos destinados faz-se

necessário o reforço da equipe que atua na temática atualmente.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1) Ampliação da força de trabalho por meio de 52 contratados temporário a serem recebidos até o final do primeiro semestre; 2) início das operações do sistema eletrônico de leilões (SEL) para realização de leilões públicos online.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0054 - Análise de processos de naturalização

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 47

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Processos de naturalização decididos

Meta prevista para 2020: 47

Meta prevista para 2021: 51,7

Meta prevista para 2022: 56,8

Meta prevista para 2023: 56,8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 64,56

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Visando Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça por meio da 'Análise de processos de naturalização' o Departamento de Migrações superou a meta estabelecida para 2021 de 51,70%, tendo sido recebidos 8.771 processos de naturalização, e foram decididos 5663, totalizando o resultado positivo de 64,56%. Destaca-se que em novembro de 2020 foi implementado o Sistema Naturalizar-se, que passou a ser o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização, tornando o processo mais ágil e simplificado. Como consequência da simplificação do processo e prestígio ao direito de petição, houve aumento do fluxo de recebimento de pedidos, no ano de 2020 foram recebidos 4.444 processos, ao passo em que, em 2021, foram recebidos 8.711 processos, o que importa em um aumento de quase 100%. E para manter as boas médias de análise do setor, foram implementadas algumas medidas de gestão como novas versões de melhoria do Ssistema Naturalizar-se, e redimensionamento da mão de obra, notadamente com remoções e implementação de mutirão (com servidores do DEMIG, da Polícia Federal e do Ministério da Economia).

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ainda não é possível haver a regionalização dos dados em função do Sistema Naturalizar-se não está integrado com o Sismigra da Polícia Federal.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Considerando o aumento histórico de recebimento de pedidos, em que pese a superação da meta prevista, isso só foi possível a partir do redimensionamento da mão de obra, notadamente com remoções e implementação de mutirão (com servidores do DEMIG, da Polícia Federal e do Ministério da Economia).

Providências implementadas para a superação da restrição: Integração do sistema Naturalizar-se com o Sismigra da Polícia Federal; Publicação de manual do sistema para cidadão e analistas.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0055 - Análise de obras para fins de classificação indicativa

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Percentual de obras analisadas para fins de classificação indicativa

Meta prevista para 2020: 100

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Atualmente, regulamentada pela Portaria MJ nº 502 de 23 de novembro de 2021, a Classificação Indicativa é informação aos pais acerca do conteúdo que pode não ser recomendado a determinadas faixas etárias e atinge a programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico (DVD), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG e vídeo por demanda (VOD). Para que fosse realizado o cumprimento da meta, a área realizou ajustes nos fluxos de análise, simplificando o relatório de atribuição da classificação indicativa de obras, sobretudo para aquelas de exibição única (longa, média e curtas-metragens). Neste sentido, e em razão desta melhoria, a área conseguiu reduzir o tempo de finalização de cada obra em aproximadamente 30%.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não se aplica. A Política Pública é de alcance Nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0303 - Análise de processos de atos de concentração

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 96,4

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Índice de análise de processos de atos de concentração

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 98,3

Meta prevista para 2022: 98,3

Meta prevista para 2023: 98,3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 97,44

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2021, foram analisados 611 Atos de Concentração de um total de 627 notificados, ou seja, 97,44% do estoque de ACs no ano. Vale ressaltar que dos 611 Atos de Concentração analisados pelo Cade em 2021, 527 foram pelo rito sumário, com prazo médio de 20,3 dias. Já os casos ordinários foram decididos, em média, em 113,7 dias. Assim, mesmo os casos de maior complexidade foram analisados pela Autarquia em um prazo consideravelmente inferior ao estabelecido na Lei de Defesa da Concorrência. Cabe ressaltar que em 2021 houve um acréscimo de 33% de notificações de Atos de Concentração e de 34,6% na análise dos mesmos em relação a 2020. Nesse contexto, incluem-se as análises de casos de destaques, tais como: Localiza/Unidas, aprovado em dezembro, condicionado à adoção de remédios; Intermédica/Hapvida, operação aprovada sem restrições; Danfoss 5/A e Eaton, aprovada com restrições; e o caso da Claro/Telefônica/Tim/Oi, submetido ao tribunal do Cade, com a recomendação de aprovação mediante adoção de remédios. Quanto aos mercados relevantes, observou-se o predomínio de processos nos setores de geração de energia elétrica, petróleo e gás natural; planos de saúde e serviços médico-hospitalares; e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Atos de Concentração não são detalhados por origem visto que a política pública de defesa da concorrência é executada em âmbito nacional.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: A quantidade de notificações de atos de concentração vem crescendo desde 2021, em virtude do aumento de fusões e aquisições. Entretanto, o quantitativo de servidores do Cade, responsáveis pela análise dos atos de concentração, permaneceu estável, o que dificulta absorver um crescimento substancial no número de notificações de atos de concentração em curto período de tempo. Nesse sentido, o Cade tem se esforçado para recrutar e selecionar servidores para compor a força de trabalho. Além disso, continuamente há o esforço da Autarquia para aperfeiçoar os fluxos e métodos (seja oferecendo capacitação, seja desenvolvendo sistemas), o que tem contribuído para que os prazos de tramitação dos processos permaneça dentro dos parâmetros Legais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Realização periódica de recrutamento e seleção de servidores a fim de suprir a necessidade de pessoal; Oferecimento de cursos de capacitação para que o quadro de pessoal da Superintendência-Geral mantenha atualizado o conhecimento técnico necessário para desenvolver o trabalho demandado; Desenvolvimento de sistemas informatizados para a manutenção da celeridade dos processos.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO

Objetivo: 1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A análise situacional do objetivo encontra-se em anexo.

Meta: 050N - Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Operações
Linha de base: 4.727
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 5.000
Meta prevista para 2021: 19.358
Meta prevista para 2022: 29.496
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 25.167
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	576	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	854	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	621	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	313	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	632	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	580	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1.682	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.572	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	661	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	492	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	767	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1.232	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	2.301	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	430	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	589	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	365	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	593	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	648	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	536	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Maranhão	-	-	-	-	430	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	731	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	3.669	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	409	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1.821	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	531	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.761	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	307	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8661 - Índice de Operações de Combate à Criminalidade

Informações básicas

Unidade de medida: número absoluto
Valor de referência: 4.727
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 25.167
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0346 - Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS

Informações básicas

Custo total: 44.000.000

Meta de execução física prevista até 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,37

Valor da execução financeira: 301.185,96

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Atrasos na execução da obra em razão das restrições impostas pela situação da pandemia do novo coronavírus, incidindo em prorrogações dos cronogramas de entregas, e das alterações de grande vulto na arquitetura do estabelecimento penal.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0352 - Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses

Informações básicas

Custo total: 38.502.479,27

Meta de execução física prevista até 2023: 19

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 4

Valor da execução financeira: 4.005.044,49

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: A obra foi concluída.

Observação: -

Resultado Intermediário: 0046 - Operações da força de cooperação penitenciária realizadas pelo DEPEN

Informações básicas

Unidade de medida: Operações

Linha de base: 1

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de operações realizadas pela força de cooperação penitenciária.

Meta prevista para 2020: 3

Meta prevista para 2021: 6
 Meta prevista para 2022: 9
 Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Depen está buscando mecanismos que contribuam para que se tenha êxito em realizar ações de ordem preventiva em benefício dos sistemas prisionais estaduais, de modo a se antecipar e evitar atos graves de subversão e indisciplina, visando ainda capacitação de servidores, com melhor preparo para manter a ordem e segurança, além de melhoria de ações de cidadania nas unidades prisionais em prol da população carcerária. Em 2021 foi promovida Força de Cooperação no Distrito Federal, em caráter de sobreaviso, ocasião em que a tropa está promovendo alinhamento tático operacional, bem como recebendo ensinamentos das técnicas prisionais implementadas no âmbito das unidades prisionais federais. A superação da meta prevista deu-se sobretudo pela demanda advinda do sistema prisional do Estado de Roraima, com a operação na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em que houve requerimento e deferimento de sucessivas prorrogações no decorrer do ano, visando a necessidade de continuidade de manutenção da ordem e segurança daquele estabelecimento penal até que o Estado se organizasse com o aumento no quadro de servidores penitenciários estaduais

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1	31/12/2021	A FTIP/DF é uma ação de caráter preventivo que busca realizar o treinamento de servidores estaduais nos moldes dos fluxos e rotinas carcerárias aplicadas no Sistema Penitenciário Federal, de forma a possibilitar a formação de contingente treinado e apto a intervir nas situações emergenciais de crise nos sistemas penitenciários estaduais.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	5	31/12/2021	No ano de 2021 houve 4 operações da força de cooperação penitenciária no estado de Roraima, autorizadas pelas portarias: PORTARIA MJSP Nº 52, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021, por 90 dias, de 04/02/2021 A 04/05/2021; PORTARIA MJSP Nº 172, DE 26 DE ABRIL DE 2021, por 90 dias, de 05/05/2021 A 02/08/2021; PORTARIA MJSP Nº 336, DE 02 DE AGOSTO DE 2021, por 90 dias, de 03/08/2021 A 31/10/2021; e PORTARIA MJSP Nº 477,	Não informado

							DE 27 DE OUTUBRO DE 2021, por 30 dias, de 01/11/2021 A 30/11/2021.	
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0047 - Operações de combate à criminalidade deflagradas pela Polícia Federal

Informações básicas

Unidade de medida: Operações

Linha de base: 4.271

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal

Meta prevista para 2020: 4.484

Meta prevista para 2021: 13.685

Meta prevista para 2022: 20.485

Meta prevista para 2023: 27.285

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16.626

Data do valor apurado: 18/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A PF desempenhou, no ano de 2021, papel relevante visando o cumprimento do objetivo de “fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento” por meio de ações que buscaram proporcionar mais segurança à população brasileira bem como desarticular e descapitalizar organizações criminosas. Em razão da necessidade de acompanhar a forma dos governos gerirem os recursos federais destinados ao combate à pandemia, bem como maior controle dos auxílios recebidos por uma parcela da sociedade brasileira, foi empregado maior esforço para desempenho de suas atribuições e, ainda, deu-se ênfase à atuação conjunta com outros órgãos responsáveis pela persecução criminal, possibilitando a superação da meta.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	278	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	252	18/02/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	409	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	166	18/01/2022	Não informado	00
No Estado de Goiás	-	-	-	-	401	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	379	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1.233	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	710	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	384	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	324	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	570	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	620	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1.829	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	245	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	479	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	220	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	511	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	372	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	334	18/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Maranhão	-	-	-	-	200	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	573	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	3.045	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	239	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1.143	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	237	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.328	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	145	18/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0048 - Operações de combate ao crime realizadas pela Polícia Rodoviária Federal

Informações básicas

Unidade de medida: Operações

Linha de base: 455

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Operações de combate à criminalidade

Meta prevista para 2020: 465

Meta prevista para 2021: 5.602

Meta prevista para 2022: 8.897

Meta prevista para 2023: 12.563

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.464

Data do valor apurado: 10/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O planejamento operacional sustentado por automação e eficiente Comando e Controle orientado por Inteligência, conforme diretrizes do Manual de Gestão Operacional – MGO, que proporcionou o aprimoramento da gestão operacional e a própria atividade finalística, corroborado pelas operações temáticas que atenderam satisfatoriamente às orientações estabelecidas pelo Manual de Operações Temáticas de Fiscalização e Transporte (M-021), cuja finalidade objetiva padronizar as diversas etapas das Operações Temáticas, resultou no proeminente aumento de 57% neste indicador, em relação ao ano anterior, alcançando o quantitativo de 5.169 operações, superando a meta do ano 2021 em 0,6%. As

Operações Temáticas se destacam pelas etapas: planejamento, execução, medição, avaliação e controle de resultados operacionais.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	297	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	602	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	212	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	147	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	230	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	200	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	449	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	862	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	276	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	168	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	192	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	612	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	472	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	185	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	110	10/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Amapá	-	-	-	-	145	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	82	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	276	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	201	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	230	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	157	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	623	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	170	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	678	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	294	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	432	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	162	10/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0049 - Ampliação da abrangência territorial da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta desenvolvida pela SENASP

Informações básicas

Unidade de medida: Municípios

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta

Meta prevista para 2020: 5

Meta prevista para 2021: 25

Meta prevista para 2022: 45

Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A partir da experiência dos 5 municípios, em 2021, foi produzido conhecimento sistematizado objetivando a qualificação da metodologia de forma a viabilizar a construção de um programa nacional escalável, exequível e convergente com o novo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituído pelo Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021, contemplando ajustes apontados pelos órgãos de controle em relação à versão anterior, instituída pelo Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018. Com isso, para o exercício 2022 espera-se a implementação de Observatórios Municipais de Segurança Pública nos 05 (cinco) municípios do projeto piloto e em mais 15 (quinze) municípios em 2022 e perspectiva de mais 20 (vinte) municípios em 2023, dentre os 120 (cento e vinte) que concentram aproximadamente 50% do número de homicídios no país e; a sistematização automatizada da metodologia por meio de plataforma interativa que disponibilize aos demais 5.450 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta) a metodologia para a realização de diagnósticos e planos municipais de segurança pública, acessando-se mais de uma centena de indicadores sócioeconômicos e de criminalidade e gerando insights para as ações necessárias à solução ou amenização dos problemas, podendo-se alcançar, em tese, a totalidade desses municípios desde que haja a adesão.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1	31/12/2020	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0050 - Operações integradas - planejadas e coordenadas pela SEOPI.

Informações básicas

Unidade de medida: Operações

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Operações integradas

Meta prevista para 2020: 20

Meta prevista para 2021: 40

Meta prevista para 2022: 60

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 64

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta de 20 operações integradas foi alcançada, tendo sido coordenadas e planejadas 37 operações integradas pela SEOPI no ano de 2021. As entregas, com isso, revelam o alcance do resultado intermediário, demonstrando os esforços envidados para o fortalecimento da integração em segurança pública. O aumento na quantidade de Operações Policiais Planejadas e Coordenadas pela SEOPI é consequência do planejamento e integração dos órgãos de segurança pública, indicando uma tendência no aumento das operações planejadas por esta Secretaria e justificando a superação da meta para 2021.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As operações integradas são realizadas em âmbito nacional, em razão da natureza e da abrangência das operações desenvolvidas, bem como do caráter reservado e da adaptabilidade necessária às equipes integradas em atuar de acordo com a dinâmica da criminalidade.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Embora a SEOPI tenha alcançado a meta, algumas restrições tiveram que ser superadas: • Restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que restringiu ações de operações integradas junto aos estados e seus órgãos, devido ao problema de indisponibilidade de efetivo e restrições de deslocamento. • Fragilidade na cultura de integração entre os órgãos de segurança pública. • Volatilidade de servidores mobilizados

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando melhoria do quadro de COVID-19 nos Estados para retomar as atividades com mais eficácia.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5017 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS

Objetivo: 1239 - Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A assistência farmacêutica realiza ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do uso racional. Este objetivo busca o fornecimento de medicamentos e insumos estratégicos à população por meio da produção, da aquisição e da distribuição. Além disso, dedica-se à implantação de melhorias nas ações estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) integrada às demais diretrizes prioritárias com a finalidade de ampliar a dispensação, o uso racional de medicamentos e assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos com o intuito de garantir a integralidade da atenção proporcionando melhor qualidade de vida à população. Em relação à aquisição de medicamentos, informa-se que foram adquiridos 96,69% dos medicamentos e insumos estratégicos programados para o ano de 2021, ou seja, 966.963.435 unidades de medicamentos. A expansão do programa "Aqui Tem Farmácia Popular" em municípios com menos de 40.000 habitantes atingiu o percentual de 75,73%, alcançando 3.560 municípios com pelo menos 1 farmácia credenciada. Quanto ao fornecimento de medicamentos para doenças prevalentes, a Fiocruz entregou ao MS 392.718.110 unidades farmacêuticas em 2021, totalizando 851.374.770 unidades fornecidas desde o início deste PPA. Além disso, informa-se que foram anuídos 90% dos processos de Licença de Importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária dentro do prazo de 5 dias e que é constante a busca pela melhoria dos processos de trabalho, resolutividade de questões relacionadas ao sistema de peticionamento e a capacitação de colaboradores. Ações complementares também são desenvolvidas visando garantir à população o abastecimento tempestivo e resolutivo, a qualificação dos serviços da assistência farmacêutica, obtenção de redução de custos, ampliação do acesso e do uso racional de medicamentos.

Meta: 052I - Adquirir 100% dos medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde para abastecimento do SUS

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual medicamentos e insumos estratégicos
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 30/11/2019
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 96,69
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: É importante esclarecer que a meta visa adquirir a totalidade dos medicamentos e insumos estratégicos programados para compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Portanto, não é uma meta sobre a 'distribuição' desses insumos, mas sim sobre cumprir a

'aquisição' de 100% do programado. Assim, não há regionalização deste resultado.

Notas do usuário: A aquisição de 100% dos medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde visa a garantia do acesso à medicamentos junto à população, uma vez que o medicamento é insumo essencial para o desenvolvimento das ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). A meta estabelecida busca auxiliar o planejamento dos processos de aquisição de medicamentos no âmbito do Ministério da Saúde e aprimorar a gestão da informação a fim de subsidiar a tomada de decisão de modo tempestivo, resolutivo e acurado. Em 2020, o percentual alcançado foi de 104,65%* em relação aos medicamentos planejados para o ano (1.060.696.863 un.), o que significa que 1.110.058.747 unidades de medicamentos foram adquiridas. Em 2021, foram adquiridas 966.963.435 unidades de medicamentos de um total de 1.000.056.184 previstos para o ano, atingindo um percentual de 96,69% de aquisição em relação ao quantitativo programado. Destaca-se também que até dezembro de 2021, 108 tecnologias foram incorporadas, alteradas ou excluídas na Rename após passar por pactuação tripartite de financiamento. Destas, 64 foram incluídas e passaram por pactuação na CIT, 22 itens foram excluídos e 22 sofreram alteração de uso. É relevante registrar que o Ministério da Saúde tem continuamente priorizado a gestão e o monitoramento, no sentido de evitar, de forma cuidadosa e responsável, o desabastecimento. Nesse momento atípico da pandemia de COVID-19, o departamento tem focado na abertura de processos emergenciais e aditivos, além de realizar o contínuo atendimento das demandas e dos processos de aquisição em todas as modalidades (Pregão, Dispensa, Inexigibilidade, Cooperação Técnica com a OPAS, entre outras). *Dado atualizado no RAG/MS 2020.

Indicador: 8747 - Percentual de aquisições de medicamentos e insumos estratégicos em relação à programação

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Valor de referência: 100

Data de Apuração: 30/11/2019

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Quadrimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 96,69

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: A aquisição de 100% dos medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde visa a garantia do acesso à medicamentos junto à população, uma vez que o medicamento é insumo essencial para o desenvolvimento das ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). A meta estabelecida busca auxiliar o planejamento dos processos de aquisição de medicamentos no âmbito do Ministério da Saúde e aprimorar a gestão da informação a fim de subsidiar a tomada de decisão de modo tempestivo, resolutivo e acurado. Em 2020, o percentual alcançado foi de 104,65%* em relação aos medicamentos planejados para o ano (1.060.696.863 un.), o que significa que 1.110.058.747 unidades de medicamentos foram adquiridas. Em 2021, foram adquiridas 966.963.435 unidades de medicamentos de um total de 1.000.056.184 previstos para o ano, atingindo um percentual de 96,69% de aquisição em relação ao quantitativo programado. Destaca-se também que até dezembro de 2021, 108 tecnologias foram incorporadas, alteradas ou excluídas na Rename após passar por pactuação tripartite de financiamento. Destas, 64 foram incluídas e passaram por pactuação na CIT, 22 itens foram excluídos e 22 sofreram alteração de uso. É relevante registrar que o Ministério da Saúde tem continuamente priorizado a gestão e o monitoramento, no sentido de evitar, de forma

cuidadosa e responsável, o desabastecimento. Nesse momento atípico da pandemia de COVID-19, o departamento tem focado na abertura de processos emergenciais e aditivos, além de realizar o contínuo atendimento das demandas e dos processos de aquisição em todas as modalidades (Pregão, Dispensa, Inexigibilidade, Cooperação Técnica com a OPAS, entre outras). *Dado atualizado no RAG/MS 2020.

Resultado Intermediário: 0154 - Expansão do programa "Aqui Tem Farmácia Popular" em municípios com menos de 40.000 habitantes

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de municípios

Linha de base: 75

Data de referência da linha de base: 30/11/2019

Indicador: Percentual de municípios com menos de 40.000 habitantes que possuem pelo menos 1 estabelecimento credenciado no Programa "Aqui Tem Farmácia Popular"

Meta prevista para 2020: 77

Meta prevista para 2021: 81

Meta prevista para 2022: 86

Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75,73

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Esse resultado intermediário contribui para o fortalecimento da Política Pública do SUS e para a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, uma vez que promove de forma indireta o aumento do acesso e o uso racional de medicamentos considerados essenciais. Segundo estimativa da população IBGE 2021, o Brasil apresenta 4.701 municípios com menos de 40.000 habitantes, dos quais 3.560 municípios possuem pelo menos uma farmácia credenciada no Programa "Aqui tem Farmácia Popular", representando 75,73%. A diminuição no resultado do índice em relação ao ano anterior (75,80%* em 2020) se deve a descredenciamentos de estabelecimentos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB). Destaca-se que, em 2021, foi realizada a atualização da normativa do PFPB para prever explicitamente que os novos credenciamentos dependerão da publicação de instrumento convocatório que definirá critérios e regras para a seleção dos municípios, de modo a serem priorizados os municípios com até 40.000 habitantes onde ainda não haja nenhuma farmácia credenciada ao programa. Trata-se da Portaria GM/MS Nº 2.898, de 26 de outubro de 2021, publicada em 4/11/2021. *Dado atualizado no RAG/MS 2020.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Informa-se que a expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), prevista para 90% dos municípios com até 40 mil habitantes, levará em consideração critérios definidos com base na metodologia do Índice de Saúde Urbana (UHI – Urban Health Index), aplicada, validada e publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem por finalidade identificar as desigualdades em saúde. Visando o aperfeiçoamento do PFPB e a qualificação de sua expansão, com foco na promoção da equidade, foi definida uma metodologia, baseada no UHI, para priorização dos municípios elegíveis (municípios com até 40 mil habitantes que ainda não possuem farmácia credenciada ao PFPB). Nesse sentido, foi criado o Índice de Credenciamento (IC) (baseado no UHI), o qual leva em consideração indicadores de vulnerabilidade social, econômicos, demográficos e de saúde, a saber: Taxa de hospitalização por diabetes; Taxa de hospitalização; Taxa de hospitalização por asma; Cobertura da Atenção Básica no município; Densidade populacional do município; Proporção dos residentes com idade igual e superior a 60 anos de idade; Proporção de pessoas pobres (renda mensal de até 1

salário mínimo); Índice de Gini. Dessa forma, considerando que o IC atende às expectativas de aprimoramento do PFPB, priorizando as populações em maior vulnerabilidade social (independentemente da localização do município), em consonância com o princípio da equidade, e que, nesse contexto, a regionalização poderia comprometer e enviesar a análise das entregas, entende-se que este resultado intermediário não deve ser regionalizado.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0155 - Fornecimento de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de medicamentos

Linha de base: 290.000.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência) fornecidos por Farmanguinhos ao SUS

Meta prevista para 2020: 302.261.250

Meta prevista para 2021: 833.141.646

Meta prevista para 2022: 1.166.570.823

Meta prevista para 2023: 1.500.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 851.374.770

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A partir do fornecimento de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência), pretende-se reduzir o custo de aquisição de medicamentos exclusivamente na iniciativa privada, podendo mensurar a capacidade da produção de medicamentos pela Fiocruz, auxiliando na mediação dos preços e abastecimento do SUS. Em 2020, houve o fornecimento de 458.656.660 unidades farmacêuticas (nesse resultado estão inclusas unidades farmacêuticas remanescente do ano de 2019 que foram programadas e fornecidas em 2020). Em 2021, foram fornecidas 392.718.110 unidades farmacêuticas (estão inclusas unidades farmacêuticas remanescente do ano de 2020, que por solicitação do Ministério da Saúde, a fim de atendimento de pauta, foram programadas e fornecidas em 2021). Assim, desde o início do plano foram fornecidas 851.374.770 unidades farmacêuticas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O fornecimento é direcionado a um único comprador, o Ministério da Saúde, ou seja a Fiocruz produz e entrega ao MS, este por sua vez, é quem distribui os insumos. Portanto, a Fiocruz não faz gestão sobre a distribuição dos insumos.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0156 - Agilização dos processos de Licença de Importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de processos de Licença de Importação

Linha de base: 84,96

Data de referência da linha de base: 31/01/2019

Indicador: Percentual de processos de Licença de Importação com conclusão da análise em até 5 dias

Meta prevista para 2020: 86

Meta prevista para 2021: 86,5

Meta prevista para 2022: 87

Meta prevista para 2023: 87,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90

Data do valor apurado: 21/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com o objetivo de dar maior celeridade às Licenças de Importação, buscar-se-á conclusão dos processos de análises em até 5 dias para medicamentos, produtos para saúde, cosméticos, entre outros, pois quanto menor for o tempo de avaliação, menor será o tempo de distribuição de um determinado produto, proporcionando maior disponibilidade para a população. Nesse sentido, informa-se que 305.970 processos de importação foram anuídos em até 5 dias de um total de 340.013 processos de importação recebidos, o que demonstra que 90% dos processos foram atendidos dentro do prazo de 5 dias. Deve-se esclarecer que durante o estado de emergência sanitária as inspeções de cargas foram suspensas, com objetivo de proteção da equipe e da comunidade aeroportuária. Assim, houve necessidade de deslocamento de parte da força de trabalho que atua na anuência de importação para atividades nos portos e aeroportos para atuarem em atividades de combate à pandemia pelo covid-19. Reitera-se a busca por melhorias nos procedimentos de análise e dedicação constante ao monitoramento das anuências, inclusive com monitoramento das filas através do portal analítico no site da ANVISA e a implementação da gestão de risco na importação. Qualquer problema no sistema de peticionamento e/ou ausência de servidores para a análise dos processos pode influenciar na redução do percentual de processos anuídos no prazo. As informações podem ser verificadas através do Painel no link a seguir (painel de acesso público): <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/importacao/tempo-de-analise>

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de atividade cuja operacionalização é centralizada na Anvisa, não sendo aplicável a regionalização.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: - Ausência de servidores para avaliar os processos de importação

Providências implementadas para a superação da restrição: -realização de concurso; realização de remoção interna; remanejamento entre os posto de anuência e capacitação por procedimentos operacionais homologados.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: - falhas no sistema, problemas no sistema de protocolo e tramitação dos processos de importação,

Providências implementadas para a superação da restrição: -adoção do plano de contingência aprovado (OS 107/2021)

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: - Ausência de servidores para avaliar os processos de importação devido estarem com Covid e o deslocamento da força de trabalho de forma significativa para atuar em força tarefa para realizar atividades nos portos e aeroportos para o enfrentamento à pandemia pelo Covid-19

Providências implementadas para a superação da restrição: - remanejamento de servidores entre os posto de anuência

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5018 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Objetivo: 1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo visa ampliar a oferta de serviços de Atenção Especializada por meio do aprimoramento da gestão dos recursos assistências, reconhecendo a desigualdade na oferta de serviços de saúde e dando ênfase ao processo de regionalização, tendo como norteador a primazia do acesso como o fundamento determinante para a análise relacional entre escala, qualidade e suficiência dos serviços de saúde oferecidos no território, com vistas à superação dos vazios assistências. Além disso, busca qualificar a utilização dos recursos assistências e aperfeiçoar o processo de monitoramento da implementação das políticas da Atenção Especializada. Dentro deste contexto, destacam-se o resultado alcançado da meta no exercício 2021: - Foram realizados 7.327 transplantes de órgãos sólidos refletindo em 34,60, o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp) e demonstrou o alcance de 79,6% da meta prevista para o exercício de 2021. Esse resultado parcial pode ser considerado satisfatório, levando em conta que a pandemia do novo coronavírus, durante o ano de 2021, continuou a impactar de forma negativa no processo de doação e transplantes, no qual ocorreu diminuição dos números registrados devido a permanência da paralisação das atividades de vários serviços que realizavam transplantes. Além do que, houve necessidade de destinar áreas hospitalares para atendimento exclusivo a pacientes acometidos por COVID-19, incluindo leitos de terapia intensiva e centros cirúrgicos destinados somente a casos de emergência. Cabe salientar que a apresentação de apenas uma meta acompanhada no âmbito do PPA 2020-2023, segue a metodologia estabelecida no documento orientador: Manual Técnico do PPA 2020-2023. Nesse sentido, para o PPA 2020-2023 a opção do Ministério da Saúde foi a de destacar como marcador do desenvolvimento da Atenção Especializada o transplante de órgãos sólidos, que se evidencia pela sua importância social, coordenado pelo Sistema Nacional de Transplante - SNT, que é o responsável por todo o processo de captação e distribuição dos órgãos doados no país, ademais, os inúmeros avanços nesta área com ampliação do número de transplantes realizados e a colocação do Brasil como o segundo país do mundo em número de transplantes, com atendimento dos procedimentos pela rede pública. Este sistema integra as secretarias de saúde de todos os estados, em uma estrutura coordenada para centralizar a notificação de doações e munir a logística adequada dos órgãos e tecidos, possibilitando que estes cheguem ao seu destino nas condições certas e favorecendo aos usuários. Para propiciar visibilidade a outros resultados relevantes que contribuem para o Objetivo da Atenção Especializada, o Ministério da Saúde na revisão do PPA para 2021, apresentou 6 resultados intermediários para serem acompanhados durante o ano. Nesse sentido, apresenta-se na sequência a situação atual desses resultados intermediários: - Houve ampliação de 424 novos leitos de UTI adulto, totalizando 15.528 leitos de UTI adulto convencionais disponibilizados, recebendo recursos financeiros do Ministério da Saúde. Destaca-se que esse resultado representa o alcance em 103,1% da meta prevista de 15.065 leitos para o ano de 2021, o que demonstra a expansão do acesso de pacientes graves ou de risco, necessitando de cuidados intensivos, assistência médica, de enfermagem e fisioterapia ininterruptas, monitorização contínua

durante 24 horas, além de equipamentos e equipe multidisciplinar especializada, para reduzir mortalidade. Esclarece-se que a solicitação para ampliação de leitos de UTI parte dos gestores locais (Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), após pactuação na CIB e, o Ministério da Saúde realiza a homologação ou não da requisição. - Em 2021, 237.717 recém-nascidos foram beneficiados pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil. - Houve conclusão de mais 13 soluções, totalizando o acumulado de 50 soluções de Radioterapia. Os resultados apresentados para 2021 representam 86,2% da meta esperada para 2021 e 50% da meta esperada para o final do PPA (2023).- Alcance de 6.908.510 procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meio Auxiliares de Locomoção não cirúrgicas (OPM) nas modalidades auditiva, física, visual, em gastroenterologia e em urologia. Esse resultado representa a realização de 82,3% do total de 8.391.239, previsto para 2021, o qual demonstra aumento da oferta de serviços da atenção especializada e se comparado ao ano de 2020, observa-se ampliação de 12,25%, e corresponde a 69,10% da meta prevista de 10 milhões para o final do PPA 2020-2023. - Em dezembro de 2021, foi alcançado 49 das 117 macrorregiões oferecendo concomitantemente Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades auditiva, física, intelectual e visual, o que representa 41,8% das macrorregiões de saúde do país com oferta de reabilitação ao mesmo tempo nas quatro modalidades, mostrando o resultado de 99,5% da meta prevista de 42% para 2021, indicando um crescimento do acesso à Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (RCPD) de 0,8% em relação ao mesmo período de 2020. - Dado o caráter excepcional para enfrentamento à pandemia de Covid-19, de janeiro a dezembro de 2021, houve a autorização, com pagamento mensal e temporário, de forma gradativa, mediante solicitação do gestor local, de 26.155 leitos de UTI adulto e pediátrico. Na transição para 2021, a alteração no processo de habilitação dos leitos de UTI COVID-19 visou melhor servir aos propósitos do enfrentamento às consequências do Coronavírus, instrumentalizando os gestores de saúde e, por conseguinte, ampliou o acesso dos usuários aos serviços prestados pelos estabelecimentos pertencentes e prestadores dos SUS. Nesse sentido, durante o ano deste monitoramento, o processo de autorização dos leitos de UTI COVID-19 foi condicionado à avaliação técnica da requisição dos gestores, conforme condições estabelecidas na Portaria, de 28 de abril de 2021. Para considerar a possibilidade de aprovação dos pedidos, levou-se em conta o seguinte contexto: o comportamento do vírus, a situação epidemiológica e a rede assistencial disponível, devendo os leitos estarem prontos à utilização em estabelecimentos hospitalares do SUS. Em 2021, a gestão da atenção especializada foi alinhada com os rumos e definições da gestão do Ministério da Saúde, inseridas dentro da governança estabelecida para o SUS, de negociação e pactuação na instância tripartite. Além de interlocução e atendimento das demandas estaduais e municipais para enfrentamento da pandemia de Covid-19, como também direcionar esforços para dar continuidade na gestão das atividades de implementação das políticas de atenção especializada à saúde para atendimento do SUS. Para alcançar o objetivo procurou-se ampliar o debate com os atores envolvidos, para compatibilizar as necessidades das políticas de saúde da atenção especializada com a disponibilidade de recursos, visando qualificar o monitoramento no âmbito da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS). Rotineiramente, se coleta, consolida e analisa as informações sobre a execução das metas do Plano Plurianual (PPA) e do Plano Nacional de Saúde (PNS) para o quadriênio 2020-2023 e, produzir relatórios semestrais e anuais. Este trabalho, entretanto, buscou promover a qualificação do debate sobre a implementação das políticas públicas. Além de permitir o acompanhamento do desempenho das políticas, detecção de gargalos e evidencição dos resultados alcançados, para subsidiar na tomada de decisão da gestão. Cabe salientar que, no nível do planejamento na dimensão operacional, as despesas orçamentárias têm sido gerenciadas por meio de planos de uso orçamentários, que permitem a gestão do financiamento realizado, por meio dos instrumentos de repasse, tais como – convênios, transferências fundo a fundo, Termo de Execução Descentralizada e aplicações diretas. São realizadas reuniões para acompanhamento, alinhamentos operacionais e avaliação do ritmo de execução orçamentária. Durante 2021, concentrou esforços para avançar no monitoramento e prestação de contas formalmente previstos. As informações foram utilizadas para subsidiar análises e avaliação dos resultados alcançados, elaborou-se e divulgou relatório de execução das metas e do resultado intermediário constantes no PPA 2020-2023.

Meta: 051Z - Ampliar para 46,7 o índice de transplantes de órgãos sólidos realizados/por milhão de população (pmp).

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: 1/1.000.000

Linha de base: 42,6

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Meta prevista para 2020: 43,6

Meta prevista para 2021: 35,6
 Meta prevista para 2022: 41,6
 Meta prevista para 2023: 46,7

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 34,6
 Data de Referência: 31/12/2021
 Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: SITUAÇÃO ATUAL DA META Em 2021, foram realizados 7.327 transplantes de órgãos sólidos, sendo 34,60 o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp). Os resultados parciais apresentados representam 79,6% da meta esperada para 2021 e 74% da meta esperada para o final do PPA. Justificativa para NÃO REGIONALIZAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO: Não é possível a regionalização na programação, tendo em vista a complexidade técnica e grau de desenvolvimento tecnológico, além do auto-limitado número de inscritos em lista de espera, impondo a centralização de algumas modalidades de transplantes em centros de referência a fim de determinar série histórica e desenvolver a capacidade técnica. Deverá ser considerado para fins de monitoramento e avaliação o resultado nacional.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	22,3	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	20,88	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	1,66	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	47,98	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	48,32	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8695 - Índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp)

Informações básicas

Unidade de medida: 1/1.000.000
 Valor de referência: 42,6

Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 34,6
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: SITUAÇÃO ATUAL DO INDICADOR Em 2021, foram realizados 7.327 transplantes de órgãos sólidos, sendo 34,60 o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp). Os resultados parciais apresentados representam 79,6% da meta esperada para 2021 e 74% da meta esperada para o final do PPA. JUSTIFICATIVA PARA NÃO REGIONALIZAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO E NEM NO MONITORAMENTO: : A unidade utilizada para aferição - partes por milhão de população (pmp) - se refere à população brasileira total segundo o IBGE e, se regionalizada, impactará no não atingimento da meta nacional pactuada.

Resultado Intermediário: 0157 - Disponibilidade de leitos de terapia intensiva adulto habilitados para o SUS

Informações básicas

Unidade de medida: Número de leitos de terapia intensiva adulto
Linha de base: 14.449
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de leitos de terapia intensiva adulto habilitados para o SUS
Meta prevista para 2020: 14.620
Meta prevista para 2021: 15.065
Meta prevista para 2022: 15.510
Meta prevista para 2023: 15.954

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15.528
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foram ampliados 424 novos leitos de UTI adulto, totalizando 15.528 leitos de UTI adulto convencional disponibilizados recebendo recursos financeiros do Ministério da Saúde. Importa ressaltar que houve solicitações de habilitações de leitos pelos gestores referente a 10 propostas (novas e reenviadas), dessas, 05 foram aprovadas e acrescentando às 29 dos ciclos anteriores, totalizou 34 propostas. A previsão inicial para 2021 era ampliar mais 445 novos leitos de UTI, no entanto com a Pandemia de Covid-19, verificou-se a necessidade de adiantamento das habilitações, alcançando no final de 2020 a meta de 15.094 leitos de Unidade de Terapia Intensiva adulto. Entre janeiro a dezembro de 2020, houve ampliação de 595 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, que, somados aos 324 leitos disponibilizados entre outubro a dezembro de 2019 e ao índice de referência de 14.175 (Out/2019), totalizou 15.094 leitos disponibilizados (o índice de referência que orientou a projeção da meta para o ano de 2020, era um índice parcial, então foi necessário considerar os leitos que foram disponibilizados no período de out a dez/2019). Diante desse contexto, o ano

de 2021 iniciou com a necessidade de manutenção de 15.094 leitos de UTI adulto. Esclarece-se que a solicitação para ampliação de leitos de UTI parte dos gestores de saúde locais (SES e SMS), após pactuação na CIB. O MS é demandado, homologando ou não a requisição dos Estados. No que se referem a leitos excepcionais criados para atender a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do novo Coronavírus, não serão computados nessa meta, mas em meta específica que foi incluído para dar destaque ao tema.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: JUSTIFICATIVA PARA NÃO REGIONALIZAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO: Esclarece-se que a solicitação para a ampliação de leitos de UTI parte dos gestores de saúde locais (SES e SMS), após pactuação na CIB. O MS é demandado, homologando ou não, a requisição dos Estados. O MS não tem governabilidade para realizar a regionalização na programação, embora se reconheça a importância deste processo na política de saúde para o SUS. Iremos informa a Regionalização por UF somente no momento do monitoramento.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	306	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	856	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	273	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	154	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	543	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	236	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	199	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2.081	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	816	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	159	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	17	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	551	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de São Paulo	-	-	-	-	3.683	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	161	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	33	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	4	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	181	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	478	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	496	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	313	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	378	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1.208	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	147	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	999	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	195	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	988	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	73	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0158 - Capacidade de atendimento da Rede de Bancos de Leite Humano

Informações básicas

Unidade de medida: Número de crianças

Linha de base: 191.000

Data de referência da linha de base: 31/01/2019

Indicador: Número de crianças atendidas anualmente pela Rede de Bancos de Leite humano

Meta prevista para 2020: 195.000

Meta prevista para 2021: 200.000
 Meta prevista para 2022: 210.000
 Meta prevista para 2023: 221.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 237.717

Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para a Rede de Bancos de Leite Humano, segundo informações do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, no período de janeiro a dezembro de 2021, o número total de receptores de leite humano (recém-nascidos) beneficiados pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil foi de 237.717, sendo: Sul (52.570), Sudeste (58.261), Norte (31.588) Nordeste (68.844) e Centro-Oeste (26.454). Dados coletados no Sistema de Informação da rBLH (www.rblh.fiocruz.br) em 11/01/2022. Os resultados parciais apresentados para 2021 representam 118,90% da meta esperada para 2021 e 107,60% da meta esperada para o final do PPA (2023).

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	23.600	24.676	25.968	26.454	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	62.600	65.764	69.209	68.844	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	21.400	22.534	23.714	31.588	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	55.600	58.302	61.355	58.261	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	36.800	38.724	40.754	52.570	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0298 - Ampliação dos Serviços de Radioterapia.

Informações básicas

Unidade de medida: Número de serviços de radioterapia

Linha de base: 21

Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Serviços de Radioterapia Concluídos
Meta prevista para 2020: 37
Meta prevista para 2021: 58
Meta prevista para 2022: 90
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 50

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A ampliação dos serviços de radioterapia em hospitais habilitados no SUS visa reduzir os vazios assistenciais e atender as demandas regionais de assistência oncológica em consonância com os Estados e Municípios. Essa ampliação da oferta dos serviços de radioterapia permitirá o acesso da população aos procedimentos de terapia integral contra o câncer, tendo em vista o crescimento da incidência de câncer no Brasil, ocasionados pela exposição a fatores de risco e mudança do perfil etário da população. Além disso, proporcionar ações de controle do câncer em uma linha de cuidados que envolve desde práticas de saúde preventiva, associada à atenção básica, até de alta densidade tecnológica, aplicada ao diagnóstico e ao tratamento, este relacionado à assistência de alta complexidade. Em 2021 houve conclusão de mais 13 soluções, totalizando o acumulado de 50 soluções de Radioterapia. Os resultados apresentados para 2021 representam 86,2% da meta esperada para 2021 e 50% da meta esperada para o final do PPA (2023). Também houve evolução em outros aspectos e atividades, tais como conclusão do projeto executivo de quatro soluções, entrega de planilhas orçamentárias de duas soluções que encontram-se sob análise e ajustes, com posterior envio para divisão de licitação para iniciar processo de contratação, aprovação de alguns projetos básicos na Vigilância Sanitária e Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN, permitindo assim o prosseguimento para a próxima etapa, qual seja a elaboração de projeto executivo e por conseguinte elaboração de planilhas orçamentárias.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Obras de adequação do Bunker - Casamata Vazia: Hospitais contemplados têm dificuldade em executar as adequações ao bunker, para receber o equipamento de Radioterapia (acelerador linear)

Providências implementadas para a superação da restrição: Periodicamente é solicitado aos Hospitais, um cronograma atualizado do andamento das obras, e em cada caso é realizada análise das etapas que podem ser adiantadas para agilizar a importação do equipamento. Cumpre destacar que, por se tratar de obra realizada pelos Hospitais com recursos próprios, a participação nas obras de adequação fica efetivamente limitada a orientações e acompanhamento dos prazos. A atualização mensal dos Cronogramas tem sido possível planejar o cronograma de importação e embarque do equipamento para que este chegue ao Hospital contemplado, concomitante a conclusão da obra.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	4	6	9	10	4	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	11	19	27	29	20	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	3	3	6	7	3	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	9	15	28	34	10	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	10	15	20	20	13	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0350 - Concessão de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção não cirúrgicos

Informações básicas

Unidade de medida: Número de procedimentos de concessão.

Linha de base: 6.712.991

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Número de procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção não cirúrgicos

Meta prevista para 2020: 7.552.115

Meta prevista para 2021: 8.391.239

Meta prevista para 2022: 9.230.363

Meta prevista para 2023: 10.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6.908.510

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A apuração do indicador refere-se ao acumulado do período de janeiro a novembro de 2021, representando o alcance de 6.908.510 procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meio Auxiliares de Locomoção não cirúrgicas (OPM) nas modalidades auditiva, física, visual, em gastroenterologia e em urologia, conforme registros preliminares disponíveis no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) que disponibilizam, dados até a competência de novembro/2021. Esse resultado reflete o alcance de 82,3% da meta prevista para 2021, o qual demonstra ampliação da oferta de serviços da atenção especializada em relação ao ciclo antecedente. E se comparado ao ano de 2020, houve aumento de 12,25% em relação ao ano anterior, o que equivale a 69,10% da meta prevista para o final do PPA.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Esse resultado adota como estratégia suprir os vazios assistenciais em reabilitação nas diversas regiões do país, por meio das macrorregiões de saúde. Dessa forma, a priorização não leva em consideração a ampliação de cobertura do serviço por Unidade da Federação (UF) ou Região do país, mas sim pelas Macrorregiões de Saúde. Soma-se a isso, a dependência da adesão dos gestores; o número reduzido de empresas que fornecem OPMs; capacidade limitada dos gestores estaduais e municipais para compra e dispensação e; a baixa capacidade instalada de serviços que dispensam OPM inviabilizam a regionalização.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Escassez de profissionais técnicos ortopédicos no SUS.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MS ampliou a formação de profissionais técnicos ortopédicos no SUS com a realização de Curso para formação de Ortesista e Protésista, em parceria com a ICICT/FIOCRUZ e foram disponibilizadas 172 vagas.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em decorrência da emergência de saúde pública, de importância internacional devido a Infecção Humana pelo Covid-19, os gestores locais e serviços de reabilitação vêm enfrentando dificuldades na dispensação e adaptação de OPMs, bem como na sua aquisição

Providências implementadas para a superação da restrição: O Ministério da Saúde vem acompanhando esses municípios e emitindo atos normativos com diretrizes para orientar os gestores, visando minimizar o impacto desses entraves no momento atual.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0351 - Macrorregiões de saúde com oferta concomitante de Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades: auditiva, física, intelectual e visual

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de macrorregiões de saúde

Linha de base: 34

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de macrorregiões de saúde com oferta concomitante de Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades: auditiva, física, intelectual e visual

Meta prevista para 2020: 38

Meta prevista para 2021: 42

Meta prevista para 2022: 46

Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 41,8

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em dezembro/2021, 49 das 117 macrorregiões oferecendo concomitantemente Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades auditiva, física, intelectual e visual, o que representa 41,8% das macrorregiões de saúde do país com oferta de reabilitação, ao mesmo tempo, nas quatro modalidades mostrando o resultado de 99,5% da meta prevista de 42% para 2021, indicando um crescimento do acesso à Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (RCPD) de 0,8% em relação ao mesmo período de 2020, e 83,60% da meta prevista para o final do PPA. A finalização da identificação de vazios assistenciais em dezembro de 2020, possibilitou iniciar a indução e priorização de propostas de equipamentos e habilitação dos serviços levando em conta estes vazios assistenciais e viabilizou as demandas e as propostas de investimentos para aquisição de equipamentos e obras de ampliação e reforma para qualificar os atendimentos de reabilitação, incluindo os cuidados pós-Covid-19. Para impulsionar a execução desta meta,

o Ministério da Saúde investiu esforços para a qualificação dos serviços já existentes por meio do financiamento de obras de construção, reformas e ampliações; aquisições de equipamentos; e habilitação de Serviços de Reabilitação nas modalidades auditiva, física, intelectual e visual.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Esse resultado adota como estratégia suprir os vazios assistenciais em reabilitação nas diversas regiões do país, por meio das macrorregiões de saúde. Dessa forma, a priorização não leva em consideração a ampliação de cobertura do serviço por Unidade da Federação (UF) ou Região do país, mas sim pelas Macrorregiões de Saúde. Soma-se a isso, a dependência da adesão dos gestores; o número reduzido de empresas que fornecem OPMs; capacidade limitada dos gestores estaduais e municipais para compra e dispensação e; a baixa capacidade instalada de serviços que dispensam OPM inviabilizam a regionalização.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Os gestores municipais vêm enfrentando dificuldades para a contratação de equipes para atuação nos serviços de reabilitação, além dos impasses na formulação de novos projetos de obras, na execução das obras em andamento, bem como nos processos de aquisição de equipamentos.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Ministério da Saúde (MS) vem acompanhando esses municípios e emitindo atos normativos com diretrizes para orientar os gestores, monitoramento as propostas por meio dos sistemas oficiais e da articulação interfederativa, visando minimizar o impacto desses entraves no momento atual.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0354 - Autorização, pelo Ministério da Saúde, de leitos de terapia intensiva adulto e pediátrico exclusivos para tratamento de pacientes com a COVID-19

Informações básicas

Unidade de medida: Número de leitos

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Número de leitos de UTI adulto e pediátrico exclusivos para tratar pacientes acometidos pela COVID-19 autorizados pelo Ministério da Saúde.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 23.000

Meta prevista para 2022: 0

Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 26.155

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Dado o caráter excepcional para enfrentamento à pandemia de Covid-19, de janeiro a dezembro de 2021, houve a autorização, com pagamento mensal e temporário, de forma gradativa, mediante solicitação do gestor local, de 26.155 leitos de UTI adulto e pediátrico. Em janeiro de 2021 constatou-se a necessidade de revisão e atualização das normativas de acordo com o contexto epidemiológico, com definições e critérios mais específicos com alinhamento entre as ações desenvolvidas nesta pasta, resultando na publicação em março da

Portaria GM/MS n. 373/2021. Traçando um panorama do processo de leitos de UTI para Covid-19, em janeiro haviam 7.990 leitos habilitados vigentes com pagamento antecipado conforme estabelecidos nas Portarias publicadas durante 2020, e o total de 1.135 leitos aprovados para autorização. Em fevereiro tinham 3.254 leitos com habilitação vigente com pagamento antecipado e 6.083 leitos aprovados para autorização; em 31 de março haviam 17.689 leitos de UTI adulto e pediátrico autorizados conforme estabelecido na Portaria nº 373, de 02 março de 2021. Em 07 de maio o quantitativo alcançado foi de 22.074 leitos e, em 31 de agosto de 2021 atingiu 26.000 leitos, que apresentou uma ampliação de 3.926 leitos. A partir de 1º de abril passou a vigorar nova contagem dos leitos de UTI – COVID-19. Na transição para 2021, a alteração no processo de habilitação dos leitos de UTI Covid-19 visou melhor servir aos propósitos do enfrentamento às consequências do Coronavírus, instrumentalizando os gestores de saúde e, por conseguinte, ampliando o acesso dos usuários aos serviços prestados pelos estabelecimentos pertencentes e prestadores do Sistema Único de Saúde.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Diante da limitação texto nos campos, e tendo em vista a necessidade de detalhar melhor a situação do Resultado Intermediário, aproveitamos esse campo. Segue texto complementar: Para melhor visualização e entendimento, segue o histórico das normativas que vigiram e a atual, para leitos de UTI Covid-19: a) Portaria GM/MS Nº 568, de 26 de março de 2020; b)) Portaria GM/MS Nº 1.802, de 20 de julho de 2020; c) Portaria GM/MS Nº 3.300, de 4 de dezembro de 2020; 4) Portaria GM/MS Nº 373, de 02 de março de 2021; d)) Portaria GM/MS Nº 829, de 28 de abril de 2021 (vigente até 30/12/2021). No exercício de 2021, o Ministério da Saúde foi demandado e a autorização dos leitos de UTI Covid-19 foi condicionada à avaliação técnica da requisição dos gestores, conforme entendimento das condições estabelecidas pela Portaria nº 829, de 28 de abril de 2021 (vigente à época). Para considerar a possibilidade de aprovação dos pedidos, foram levados em conta o seguinte contexto: o comportamento do vírus, a situação epidemiológica, e a rede assistencial disponível, devendo os leitos estarem prontos à utilização em estabelecimentos hospitalares do SUS. O custeio dos leitos de UTI Covid-19 autorizados correspondeu a um valor de diária de R\$ 1.600,00, conforme definido na Portaria SAES/MS Nº 237, de 18 de março de 2020. Importante destacar ainda, que com o avanço da vacinação, e consequente queda na taxa de ocupação dos leitos de UTI Covid-19, iniciou-se por parte dos Estados, uma demanda crescente por solicitação de cancelamento desta tipologia de leitos.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	238	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 228 UTI Pediátrico Covid 19: 10	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.414	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.382 UTI Pediátrico Covid 19: 32	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	449	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 437 UTI Pediátrico Covid 19: 12	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	379	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 369 UTI Pediátrico Covid 19: 10	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1.056	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.056 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	612	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 602 UTI Pediátrico Covid 19: 10	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	394	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 394 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado

No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2.617	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 2.592 UTI Pediátrico Covid 19: 25	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1.401	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.354 UTI Pediátrico Covid 19: 47	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	195	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 195 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	54	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 54 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1.173	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.142 UTI Pediátrico Covid 19: 31	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	6.495	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 6.402 UTI Pediátrico Covid 19: 93	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	207	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 201 UTI Pediátrico Covid 19: 6	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	50	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 50 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	85	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 85 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	307	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 307 UTI Pediátrico Covid 19: 0	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	1.133	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.095 UTI Pediátrico Covid 19: 38	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	930	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 908 UTI Pediátrico Covid 19: 22	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	456	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 447 UTI Pediátrico Covid 19: 9	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	458	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 436 UTI Pediátrico Covid 19: 22	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1.613	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.593 UTI Pediátrico Covid 19: 20	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	351	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 342 UTI Pediátrico Covid 19: 09	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1.764	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.749 UTI Pediátrico Covid 19: 15	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	351	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 336 UTI Pediátrico Covid 19: 15	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.774	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 1.748 UTI Pediátrico Covid 19: 26	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	199	31/12/2021	UTI Adulto. Covid 19: 193 UTI Pediátrico Covid 19: 6	Não informado

PROGRAMA: 5019 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: 1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Atenção Primária à Saúde (APS), no Brasil, é parte da estrutura de organização do SUS e é composta por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com cuidados paliativos e a vigilância em saúde. Tem o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na saúde das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades, devendo ser a principal porta de entrada no SUS, o primeiro contato do usuário para o cuidado integral e longitudinal, o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e a coordenadora do cuidado. Está organizada de forma descentralizada, sendo desenvolvida pelas equipes e pelos serviços próximos aos locais onde as pessoas vivem e trabalham. Este objetivo envolve a ampliação da cobertura populacional da APS para garantia do acesso e da resolutividade no cuidado em saúde na APS, proporciona também a expansão de Unidades de Saúde da Família (USF) com funcionamento em horário estendido e o provimento de profissionais. Além disso, visa à ampliação da cobertura da APS das pessoas privadas de liberdade, acesso aos cuidados em saúde por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, por pessoas em situação de vulnerabilidade, acesso à assistência odontológica, acesso oportuno ao pré-natal, acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil, aumento da realização de exames de rastreamento de câncer de colo do útero e de câncer de mama, redução da mortalidade materna, neonatal, entre outros. Destacam-se outros resultados alcançados até 2021: 152 Equipes de Consultório na Rua (eCnR) custeadas; 1.930 Unidades de Saúde da Família em funcionamento com horário estendido financiadas pelo Programa Saúde na Hora; 183 equipes de Atenção Primária à Saúde de referência para o atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa em funcionamento; 574 equipes de saúde prisional habilitadas; 33 Unidades de Saúde da Família Fluvial implantadas; 1.187 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) estavam credenciados, sendo 508 tipo I, 523 tipo II e 156 tipo III; Em dezembro de 2021, havia 265.393 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) implantados no Brasil; De janeiro a dezembro de 2020, houve 27.105 atendimentos ambulatoriais em CAPS para pessoas que fazem uso abusivo de álcool. Foram realizados 12.952.854 atendimentos ambulatoriais em CAPS. De janeiro a novembro de 2021, houve 35.942 atendimentos ambulatoriais em CAPS para pessoas que fazem uso abusivo de álcool. Foram realizados 14.918.310 atendimentos ambulatoriais em CAPS; Dados de janeiro a dezembro de 2020 apresentaram 3.179.195 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico de rastreamento realizado e 1.168.602 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos com realização de mamografia de rastreamento. Dados parciais de janeiro a dezembro de 2021 apresentaram 4.860.591 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico de rastreamento realizado e 1.676.283 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos com realização de mamografia de rastreamento.

Meta: 0508 - Ampliar para 59,54% a cobertura da Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: Percentual de cobertura

Linha de base: 52,76

Data de referência da linha de base: 31/10/2020

Meta prevista para 2020: 69,68
Meta prevista para 2021: 54,41
Meta prevista para 2022: 56,97
Meta prevista para 2023: 59,54

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 69,69
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O ano de 2021 finalizou com o seguinte quantitativo de equipes pagas pelo MS: Equipe de Saúde da Família (eSF) = 47.278; Equipe de Atenção Primária (eAP) 20h = 2.344; Equipe de Atenção Primária (eAP) 30h = 1.491, totalizando 3.835 eAP. A cobertura da APS registrada foi de 69,69%. Para o cálculo da cobertura da APS foi considerado no numerador o quantitativo de pessoas cadastradas em eSFs e eAPs, financiadas pelo MS na competência avaliada, sendo que em dez/2021 o quantitativo de pessoas foi de 146.467.458. O denominador foi de 210.147.125 pessoas, que corresponde a estimativa populacional calculada pelo IBGE/2019. As alterações das regras de financiamento do componente de capitação ponderada, a continuidade da aderência dos municípios ao Previne Brasil, continuam contribuindo para a superação da meta. Destaca-se a continuidade do crescimento da área de cobertura dialogando com o esforço dos municípios e Distrito Federal para a ampliação do cadastro de pessoas em eSF e eAP, motivada pelo início, na competência financeira setembro de 2021, da validação do custeio da Capitação Ponderada do Programa Previne Brasil considerando as pessoas efetivamente cadastradas nessas equipes, e não mais o equivalente a 100% do quantitativo potencial de cadastro, como vinha sendo realizado de janeiro de 2020 a agosto de 2021. Ainda, destaca-se que o custeio por Capitação Ponderada tem como principal objetivo ampliar o número de pessoas cadastradas no âmbito da APS, garantindo, desse modo, a assistência a um maior número de usuários. Nota-se, pela evolução dos números durante o ano de 2021, um estímulo significativo para a realização de ações de cadastramento e de aumento da cobertura da APS, fato que é demonstrado pelo avanço da superação da meta estabelecida para o período. Sinaliza-se a necessidade da revisão do quantitativo desta meta para os anos 2022 e 2023.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	54,51	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	73,92	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	86,71	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	73,14	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	63,56	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	78,35	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	78,68	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	84,59	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	72,65	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	73,95	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	78,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	92,4	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	52,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	88,61	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	69,98	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	42,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	67,08	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	89,3	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	72,72	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	78,14	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	55,59	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	80	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	95,14	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	57,06	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	76,72	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	66,99	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	89,29	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8649 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Valor de referência: 52,76

Data de Apuração: 31/10/2020

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 69,69

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: O ano de 2021 finalizou com o seguinte quantitativo de equipes pagas pelo MS: Equipe de Saúde da Família (eSF) = 47.278; Equipe de Atenção Primária (eAP) 20h = 2.344; Equipe de Atenção Primária (eAP) 30h = 1.491, totalizando 3.835 eAP. A cobertura da APS registrada foi de 69,69%. Para o cálculo da cobertura da APS foi considerado no numerador o quantitativo de pessoas cadastradas em eSFs e eAPs, financiadas pelo MS na competência avaliada, sendo que em dez/2021 o quantitativo de pessoas foi de 146.467.458. O denominador foi de 210.147.125 pessoas, que corresponde a estimativa populacional calculada pelo IBGE/2019. As alterações das regras de financiamento do componente de capitação ponderada, a continuidade da aderência dos municípios ao Previn Brasil, continuam contribuindo para a superação da meta. Destaca-se a continuidade do crescimento da área de cobertura dialogando com o esforço dos municípios e Distrito Federal para a ampliação do cadastro de pessoas em eSF e eAP, motivada pelo início, na competência financeira setembro de 2021, da validação do custeio da Capitação Ponderada do Programa Previn Brasil considerando as pessoas efetivamente cadastradas nessas equipes, e não mais o equivalente a 100% do quantitativo potencial de cadastro, como vinha sendo realizado de janeiro de 2020 a agosto de 2021. Ainda, destaca-se que o custeio por Capitação Ponderada tem como principal objetivo ampliar o número de pessoas cadastradas no âmbito da APS, garantindo, desse modo, a assistência a um maior número de usuários. Nota-se, pela evolução dos números durante o ano de 2021, um estímulo significativo para a realização de ações de cadastramento e de aumento da cobertura da APS, fato que é demonstrado pelo avanço da superação da meta estabelecida para o período. Sinaliza-se a necessidade da revisão do quantitativo desta meta para os anos 2022 e 2023.

Resultado Intermediário: 0159 - Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cobertura

Linha de base: 34,78

Data de referência da linha de base: 31/10/2020
Indicador: Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde
Meta prevista para 2020: 43
Meta prevista para 2021: 37,38
Meta prevista para 2022: 38,79
Meta prevista para 2023: 40,2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 38,12

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A cobertura de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde (APS) foi de 38,12%, que representa 80.128.817 pessoas cadastradas dentre a população IBGE de 2019 = 210.147.125. Quantidade de equipes de Saúde Bucal (eSB) pagas pelo MS em dez/21: eSB 40h, 26.688; eSB 20h, 319; eSB 30h, 32; totalizando 27.039. Em dezembro de 2021, havia 80.714.435 pessoas cadastradas pelas equipes de Saúde da Família (eSF) com eSB 40h vinculadas e 978.003 pessoas cadastradas pelas equipes de Atenção Primária (eAP) com eSB com carga horária diferenciada vinculada, totalizando 81.692.438 pessoas cadastradas por essas equipes. Entretanto, conforme metodologia de cálculo, quando o número de pessoas cadastradas for superior ao número populacional do município, é considerado o número de pessoas da população do município. A nova metodologia de cálculo da cobertura de saúde bucal na APS considera a quantidade de pessoas cadastradas pelas equipes que atuam na APS (eSF e eAP) vinculadas às eSB financiadas pelo Ministério da Saúde. Não são todas as equipes homologadas que cumprem os requisitos previstos nas normas para recebimento de incentivo. Estas não são contabilizadas no cálculo de cobertura. Foi publicada Nota Técnica nº 15/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS de setembro de 2021, a qual esclarece que as eSB, que apresentem problemas no cadastro, mas que demonstraram estar em funcionamento terão até a competência CNES dezembro para regularizarem cadastro, sob pena de serem descredenciadas. Percebe-se um esforço por parte dos gestores na regularidade das eSB vinculadas às equipes que atuam na APS (eSF e eAP) juntamente com a quantidade de pessoas cadastradas, repercutindo no aumento do resultado indicador e demonstrando o engajamento das gestões locais quanto ao acesso ao tratamento odontológico.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Devido à pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, o Ministério da Saúde, considerando as adaptações requeridas para a oferta da assistência odontológica e as excepcionalizações concedidas aos gestores municipais quanto aos repasses do componente de desempenho do Programa Previne Brasil, no ano de 2020 e no 1º quadrimestre de 2021, não aplicou suspensão do repasse de recursos financeiros para os casos de eSB com ausência de envio de informação de produção por meio de Sistema de Informação da Atenção Básica até a competência CNES agosto/2021 (financeira setembro/2021) e manteve o credenciamento das eSB já cadastradas no CNES, mas com as pendências quanto aos critérios criados para homologação, prorrogada, excepcionalmente, até a competência CNES dezembro/2021 (financeira janeiro/2022).

Providências implementadas para a superação da restrição: Publicação da Nota Técnica nº8/2021 CGSB/DESF/SAPS e da Nota Técnica nº15/2021 CGSB/DESF/SAPS e realização de webconferências com gestores estaduais e municipais de saúde com o objetivo de prestar orientações sobre o cadastro correto das eSB no CNES. Também foram compartilhadas mensalmente informações sobre a situação dos cadastros com o CONASEMS a fim de apoiar os municípios na regularização das inconsistências.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	15,82	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	48,79	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	76,97	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	59,44	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	43,44	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	52,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	63,56	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	46,92	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	52,34	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	24,46	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	34,25	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	46,71	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	17,71	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	53,13	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	40,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	27,53	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	40,15	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	61,74	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	33,7	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	53,91	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	32,32	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	36,7	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	80,6	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	21,32	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	57,83	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	25,31	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	72,07	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0160 - Atendimento odontológico individual com Equipes de Saúde Bucal a gestantes com pré-natal na Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Proporção de gestantes

Linha de base: 19

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado

Meta prevista para 2020: 35

Meta prevista para 2021: 35

Meta prevista para 2022: 45

Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 33,58

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de janeiro a dezembro/2020, a proporção de gestantes com atendimento odontológico correspondeu à 19,12%, que representa 338.941 gestantes com atendimento odontológico entre as 1.772.740 acompanhadas pelas

equipes homologadas na Atenção Primária à Saúde (APS). No período de janeiro a dezembro/2021, essa proporção foi de 33,58%, que representa 620.346 gestantes entre as 1.847.552 acompanhadas na APS. O resultado considera a soma das gestantes acompanhadas pela APS no 1º quadrimestre/2021 (n= 603.316), no 2º quadrimestre/2021 (n= 616.123) e no 3º quadrimestre (n= 628.113), e a soma das que tiveram atendimento odontológico, respectivamente, 1º quadrimestre/2021 (n= 153.822), no 2º quadrimestre/2021 (n= 209.027) e no 3º quadrimestre (257.497). Em 2021, foi publicada Nota Técnica nº 3 (abril/21) que revoga as Notas Técnicas nº 9 e 16, e reforça as orientações para a reorganização da atenção odontológica no contexto da pandemia. Além disso, foi publicada a Portaria nº 731/GM/MS, de 16/04/21, que instituiu, em caráter excepcional, incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de apoio à gestação, ao pré-natal e puerpério, com vistas ao enfrentamento da pandemia. Entre as ações a serem desenvolvidas consta a qualificação da atenção ao pré-natal odontológico realizado pelas equipes de Saúde Bucal (eSB) na APS. Ressalta-se que embora os atendimentos odontológicos tenham sido afetados pela pandemia da covid-19, acredita-se que as ações realizadas pelo Ministério da Saúde desde o último quadrimestre de 2020 até agora possam ter contribuído para a melhoria do desempenho do Resultado Intermediário.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em razão da pandemia da COVID-19, o Ministério da Saúde publicou Nota Técnica nº 9/2020 e Nota Técnica nº16/2020-CGSB/Desf/Saps, por meio das quais recomendou a suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos. Por mais que as eSB na APS sejam responsáveis pelos atendimentos das urgências odontológicas, houve significativo impacto na oferta deste cuidado à população evidenciado no Sistemas de Informação da Atenção Básica (SISAB/SUS) e nos relatórios dos indicadores de desempenho do Previne Brasil até pelo menos o 2º quadrimestre de 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em março de 2021, o Ministério da Saúde publicou a Nota Técnica nº3/CGSB/Desf/Saps/MS que revogou as Notas Técnicas 9 e 16 e definiu novas recomendações e orientações para a reorganização e retomada dos atendimentos odontológicos eletivos, entre eles, a retomada dos atendimentos odontológicos a gestantes. Além disso, publicou 2 edições do GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA ATENÇÃO ODONTOLÓGICA NO CONTEXTO DA COVID-19, o material orienta a realização do atendimento odontológico em diversos cenários epidemiológicos, abordando as especificidades e aspectos gerais a serem considerados na organização local no que tange a atenção à saúde bucal. O principal objetivo é nortear gestores e profissionais da saúde sobre a tomada de decisão para os atendimentos odontológicos, explorando, desde aspectos organizacionais da atenção a ser ofertada às medidas transversais integrantes de um novo paradigma para o cuidado odontológico, tais como o acesso avançado, a odontologia de mínima intervenção e a teleodontologia. Para apoiar a implementação das ações do Guia, foram publicados conjuntamente os 10 passos para sua implementação, entre os quais há taxativa recomendação de que os profissionais de saúde bucal sejam suficientemente protegidos de seu risco ocupacional, mediante aquisição e disponibilização de equipamentos de proteção individual e priorização desse público para a imunização contra a covid-19. Complementarmente, foi publicada a Portaria nº 731/GM/MS, de 16/04/21, que institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de apoio à gestação, ao pré-natal e puerpério, com vistas ao enfrentamento da pandemia. Através da medida, foi repassado incentivo financeiro federal de custeio correspondente a R\$ 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais) por cada eSB 40 horas e R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) por cada eSB com carga horária diferenciada, com a finalidade de organização dos processos de trabalho das eSB para atendimento odontológico das gestantes que realizam acompanhamento pré-natal na APS, favorecendo o avanço dos resultados do indicador “Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado”.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	18,75	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado da Bahia	-	-	-	-	32,16	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	41,66	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	57,05	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	24,01	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	34,79	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	38,16	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	30,54	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	43,99	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	36,96	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	23,26	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	31,69	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	28,25	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	29,01	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	23,79	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	24,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	61,33	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	46,47	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	31,42	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	35,59	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	23,77	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná	-	-	-	-	35,79	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	40,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	25,62	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	39,09	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	28,22	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	34,57	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0161 - Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) com perfil saúde nas condicionalidades de saúde acompanhados na atenção primária à saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de beneficiários do PBF

Linha de base: 79,71

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de beneficiários do PBF com perfil saúde acompanhados nas condicionalidades de saúde na Atenção Primária

Meta prevista para 2020: 77

Meta prevista para 2021: 78

Meta prevista para 2022: 79

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 69,78

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De acordo com a Lei nº 14.284/2021, que criou o Programa Auxílio Brasil e revogou o Programa Bolsa Família (PBF), as condicionalidades de saúde em participantes do Programa Auxílio Brasil permanecem as mesmas do PBF. Conforme disposto no Art. 43 da Lei nº 14.284/2021, os normativos infralegais, como portarias, instruções normativas, notas técnicas, que disciplinam o PBF, no que forem compatíveis com a Lei, permanecem em vigor até que sejam reeditados. O Art. 83 do Decreto 10.852/2021 dispõe que, para fins de transição do PBF para o Programa Auxílio Brasil, as famílias atendidas pelo PBF no mês anterior à sua extinção serão migradas para o Programa Auxílio Brasil. Os beneficiários do Programa são acompanhados na Atenção Primária no conjunto das condicionalidades de saúde, que são: estado nutricional de crianças menores de sete anos e mulheres, situação do calendário vacinal de crianças menores de sete anos, e, caso a mulher esteja gestante, data da última menstruação (DUM) e situação de acesso ao pré-natal. A cada ano são realizados dois acompanhamentos, um por semestre/vigência. No que se refere ao acompanhamento, na

Atenção Primária, dos beneficiários do Programa nas condicionalidades de saúde, informa-se que, na 2ª vigência de 2021, o número de indivíduos a serem acompanhados foi de 25.785.490, destes, 17.991.990 indivíduos foram acompanhados, sendo assim, o resultado final representa 69,78%.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Considerando a redução da cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde nas últimas vigências, especificamente em crianças, bem como a redução de atendimentos de puericultura e registros de vacinação em dia no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB) no mesmo período; e também a necessidade de intensificar as ações de atenção nutricional às gestantes e crianças beneficiárias do PBF diagnosticadas com má nutrição, no âmbito da Portaria nº 894/2021, o MS orienta que as Secretarias Municipais de Saúde devem retomar o acompanhamento obrigatório das condicionalidades de saúde para todos os beneficiários com perfil saúde na 2ª vigência de 2021.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	55,25	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	72,44	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	73,25	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	69,81	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	62,09	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	65,85	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	70,38	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	78,1	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	71,08	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	54,46	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	51,7	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	71,03	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado de São Paulo	-	-	-	-	56,27	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	78,69	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	66,98	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	52,63	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	69,01	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	79,49	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	69,87	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	74,91	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	63,86	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	72,59	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	76,46	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	67,61	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	68,77	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	63,01	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	75,2	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0162 - Vagas oferecidas em programas de provimento médico federal efetivamente ocupadas (Projeto Mais Médicos + Programa Médicos pelo Brasil)

Informações básicas

Unidade de medida: Taxa de ocupação de vagas

Linha de base: 78,39

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de ocupação de vagas de programas de provimento médico federal
Meta prevista para 2020: 85
Meta prevista para 2021: 85
Meta prevista para 2022: 85
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 85,34

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), é previsto o quantitativo de 18.240 vagas para alocação de médicos em regiões prioritárias para o SUS. Destas vagas, 15.566 (85,34%) estão ocupadas, distribuídas em 3.712 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Por fim, ressalta-se que o PMMB é um programa dinâmico, no qual ocorrem desligamentos diários, tais como: fim de contrato, decisão da Coordenação em processo administrativo, interesse do profissional em participar de Residência médica, aprovação em concurso público, motivos de saúde e outros. Deste modo, existem variações no quantitativo de profissionais alocados (enquanto existem médicos ocupando vagas, outros estão sendo desligados do Projeto). Conforme Lei nº 13.958/2019, instituída pelo Decreto nº 10.283/ 2020, que institui o programa Médicos pelo Brasil, em 2021, foram iniciadas as atividades que visam a substituição, gradativa, das vagas do Programa Mais Médicos. Em outubro de 2021, foi publicada a Resolução nº 1 que define o Estatuto da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) e a Resolução nº 5, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Contrato de Gestão para o desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde e estabelece a meta de seleção de 5 mil médicos bolsistas em 2022.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	60,15	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	86,18	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	86,33	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em	Não informado

							relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	84,98	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	86,15	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	87,98	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	93,78	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	81,5	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	89,55	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	95,47	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	83,14	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	80,7	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	76,98	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em	Não informado

							relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	87	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	102,35	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	83,85	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	101,88	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	91,04	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	79,61	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	93,32	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	90,85	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	84,7	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	92,37	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em	Não informado

							relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	80,47	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	81,11	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	82,26	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	85,62	31/12/2021	Para os valores apurados nas regionalizações, foi considerado o percentual de vagas ocupadas no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado pelo PMMB.	Não informado

PROGRAMA: 5020 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E PRODUTIVO EM SAÚDE

Objetivo: 1234 - Fomentar a produção do conhecimento científico, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo é constituído de uma meta e três resultados intermediários que envolvem a meta (052A) de fomentar 500 pesquisas científicas e tecnológicas visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas; além de ter os seguintes resultados intermediários esperados: o fomento a 20 projetos para o desenvolvimento tecnológico e produtivo no âmbito do Complexo Industrial da Saúde (RI 0163); a elaboração e/ou atualização de 60 Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) (RI 0164); e a avaliação de 120 tecnologias em saúde para incorporação no Sistema Único de Saúde (RI 0165). A meta e seus resultados intermediários são orientados pela geração de evidências e conhecimentos científicos que norteiam a formação das políticas públicas de saúde e subsidiam a tomada de decisão por parte dos gestores. Observa-se que tanto a meta quanto os resultados intermediários ultrapassaram a meta física prevista para o período de janeiro de 2020 até dezembro de 2021. É importante destacar que a situação de pandemia teve relação direta com o aumento expressivo da execução física da meta e dos resultados intermediários, visto que houve necessidade de ampliação nas elaborações e atualizações de PCDT, houve uma maior demanda por avaliações de novas tecnologias, além de uma maior necessidade de fomento de pesquisas científicas e soluções tecnológicas. A consecução da meta e de seus objetivos foi de extrema relevância no período de pandemia do covid-19. Além disso, o seu alcance contribui para a sustentabilidade do SUS, para o desenvolvimento do País, para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como fortalecem o enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens

e serviços em saúde e garantia da cidadania plena. A implementação das propostas deste objetivo está alinhada com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS). A finalidade dessa política é contribuir para que o desenvolvimento nacional atinja a sustentabilidade, baseada na produção de conhecimentos técnicos e científicos que atendam às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Meta: 052A - Fomentar o total de 500 pesquisas científicas e tecnológicas visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas para subsidiar a melhoria da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de saúde.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Número de pesquisas
Linha de base: 138
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 300
Meta prevista para 2022: 400
Meta prevista para 2023: 500

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 706
Data de Referência: 10/02/2022
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta de fomento às pesquisas científicas e tecnológicas visa à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas, alinhadas às prioridades de saúde, bem como ambiciona promover uma maior aplicação de evidências científicas para a tomada de decisão por parte dos gestores, além de reduzir a dependência externa de conhecimento científico, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de saúde. No ciclo de janeiro a dezembro de 2021 foram fomentadas 509 pesquisas científicas e tecnológicas em saúde, por meio das modalidades: Fomento Nacional (19); Fomento Descentralizado - PPSUS (479); e Contratação Direta (11). A distribuição entre as regiões do País está descrita em seguida: 44 - Região Norte, 185 - Nordeste, 52 - Centro-Oeste, 74 - Sudeste e 154 - Sul, totalizando um investimento de R\$ 140.750.775,54. Do total de pesquisas fomentadas, 139 foram direcionadas à produção de conhecimentos relacionados ao SARS-CoV-2. Destacam-se as pesquisas de avaliação da efetividade das vacinas contra Covid-19 e de doses de reforço. O total alcançado nos anos de 2020 e 2021 é de 706 pesquisa, superando a meta planejada. A meta foi superada, haja vista que as mudanças ocorridas na legislação de convênios e as novas diretrizes do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), resultaram na otimização dos processos de realização das chamadas públicas nas UF, bem como a redução do tempo de contratação dos projetos selecionados em seu âmbito, adiantando assim, o resultado esperado de 2022 para 2021. Em decorrência dessa condição, a meta foi revista para os anos de 2022 e 2023.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1	10/02/2022	Uma pesquisa relacionada ao covid.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	38	10/02/2022	São 17 pesquisas relacionadas ao covid e 21 não relacionadas, totalizando 38.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	22	10/02/2022	São cinco pesquisas relacionadas ao covid e 17 não relacionadas, totalizando 22.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	25	10/02/2022	São duas pesquisas relacionadas ao covid e 23 não relacionadas, totalizando 25.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	20	10/02/2022	São três pesquisas relacionadas ao covid e 17 não relacionadas, totalizando 20.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	31	10/02/2022	São 11 pesquisas relacionadas ao covid e 20 não relacionadas, totalizando 31.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	8	10/02/2022	São uma pesquisa relacionada ao covid e sete não relacionadas, totalizando oito.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	31	10/02/2022	São 11 pesquisas relacionadas ao covid e 20 não relacionadas, totalizando 31.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	24	10/02/2022	São quatro pesquisas relacionadas ao covid e 20 não relacionadas, totalizando 24.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	40	10/02/2022	São quatro pesquisas relacionadas ao covid e 36 não relacionadas, totalizando 40.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	19	10/02/2022	São 11 pesquisas relacionadas ao covid e oito não relacionadas, totalizando 19.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	20	10/02/2022	São três pesquisas relacionadas ao covid e 17 não relacionadas, totalizando 20.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	32	10/02/2022	São nove pesquisas relacionadas ao covid e 23 não relacionadas, totalizando 32.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	19	10/02/2022	São seis pesquisas relacionadas ao covid e 13 não relacionadas, totalizando 19.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	19	10/02/2022	São nove pesquisas relacionadas ao covid e 10 não relacionadas, totalizando 19.	Não informado

No Estado do Paraná	-	-	-	-	41	10/02/2022	São 10 pesquisas relacionadas ao covid e 31 não relacionadas, totalizando 41.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	17	10/02/2022	São três pesquisas relacionadas ao covid e 14 não relacionadas, totalizando 17.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	28	10/02/2022	São 11 pesquisas relacionadas ao covid e 17 não relacionadas, totalizando 28.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1	10/02/2022	Uma pesquisa relacionada ao covid.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	73	10/02/2022	São 17 pesquisas relacionadas ao covid e 56 não relacionadas, totalizando 73.	Não informado

Indicador: 8698 - Número de pesquisas fomentadas

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 138
Data de Apuração: 30/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Semestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 706
Data do valor apurado: 10/02/2022
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0490 - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro

Informações básicas

Custo total: 1.768.000.000
Meta de execução física prevista até 2023: 42

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,17

Valor da execução financeira: 126.000.000

Data da informação: 19/01/2022

Detalhamento da execução física: O novo Centro de Processamento Final contará com tecnologias de ponta, facilitando a obtenção de certificações das agências regulatórias e de órgãos internacionais, garantindo ao Instituto a condição de fornecedor global de imunobiológicos. O alto nível de automação aplicada permitirá maior segurança operacional a um menor custo e maior precisão e garantia na qualidade das etapas de processamento final de biofármacos, vacinas para doenças negligenciadas e kits de diagnósticos. Algumas das ações realizadas até o momento foram: -Contratação e execução dos projetos conceitual, básico e executivo - Aquisição do terreno de 580 mil m² no Distrito Industrial de Santa Cruz – Rio de Janeiro -Revisão/elaboração de requisito de especificação do usuário para linha de envase de diluentes em bisnagas (BFS - Blow fill seal), linhas de embalagem e isoladores para formulação -Contratação e execução da terraplanagem, do estaqueamento e dos blocos e cintas -Cercamento provisório -Adutora CEDAE -Medidas compensatórias (parcial) -Contratação de topografia para as placas de recalque -Elaboração e montagem dos processos para aquisição do processador de rolhas, da linha de envase de BFS e dos isoladores para formulação -Licitação do BTS -Terraplanagem de todo terreno elevando o mesmo a cota 6, conforme recomendado pelos estudos feitos pela UFRJ Além disso, foi realizado o estaqueamento dos prédios planejados, bem como os blocos e cintas de forma a garantir a fixação das estacas. Foram adquiridos, mais de 90% dos grandes equipamentos de produção, de forma a garantir a chegada destes antes do fechamento dos prédios visando posicioná-los na obra sem prejudicar a construção. Foi concluída a obra referente à contratação dos serviços de construção dos blocos e vigas com chumbadores e insertos das fundações do Prédio 17 - Centro de Ciência e Tecnologia. Além disso foram realizados os FAT (recebimento dos equipamentos na fábrica) dos isoladores das linhas de envase e de linha de embalagem.

Observação: Também por conta da pandemia houve um pequeno atraso nas atividades de automação desenvolvidas pela Empresa MSS/Rovisys, para a linha de envase SU 1 o que culminou na necessidade de um aditivo de tempo. Após alguns meses na execução deste aditivo, a Rovisys solicitou um encerramento amigável do contrato tendo como motivação a imprevisibilidade de término do empreendimento, a falta de interesse e atratividade para continuar o trabalho. Neste sentido, esta proposição foi aceita por Bio-Manguinhos, e está se dando o rito jurídico cabível ao contrato. Por necessidade de acompanhamento dos recalques, foi contratado o acompanhamento topográfico das placas de recalque no site em Santa Cruz, em julho de 2021 com previsão de término em junho de 2022. Foi realizada a licitação do BTS (built to suit) e, em 30/12/21, foi publicada no DOU a Adjudicação e Homologação do resultado do procedimento licitatório. A FIOCRUZ está em fase de assinatura do contrato com o consórcio vencedor, para posterior início das obras no complexo CIBS, previsto para fevereiro de 2022.

Investimento Plurianual: 0517 - Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS

Informações básicas

Custo total: 163.353.251

Meta de execução física prevista até 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 1

Valor da execução financeira: 90.126.566

Data da informação: 09/02/2022

Detalhamento da execução física: O escopo referente ao projeto busca a contratação de obras necessárias à Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS). Nessa contratação está considerada Reforma do CDTS e a construção do Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias Ao longo do ano de 2021 foram realizadas as seguintes etapas na construção do CDTS: - Contratação de serviço de engenharia para adequação, complementação e integração do Projeto de Ventilação e Ar Condicionado (VAC) com projetos e obras da edificação principal do Centro de

Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS); - Contratação de serviço de engenharia para adequação, complementação e integração dos Projetos de Tecnologias de Informação e Automação (TIAs) com os projetos e obras da edificação principal do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS); - Contratação de desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharias, inclusive redes externas, e respectiva obra de engenharia para construção do Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias, Nível de Biossegurança 2 e 3, no Rio de Janeiro/RJ.

Observação: Considera a execução financeira da ação 15VX de R\$ 90.126.566,00.

Resultado Intermediário: 0163 - Projetos para o desenvolvimento tecnológico e produtivo no âmbito do Complexo Industrial da Saúde fomentados

Informações básicas

Unidade de medida: Número de projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo

Linha de base: 3

Data de referência da linha de base: 30/11/2019

Indicador: Número de projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo fomentados no âmbito do Complexo Industrial da Saúde

Meta prevista para 2020: 5

Meta prevista para 2021: 10

Meta prevista para 2022: 15

Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12

Data do valor apurado: 10/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em dezembro/2021, sete projetos foram apoiados, incluindo o credenciamento das quatro Unidades Embrapii (UE) por meio da chamada pública nº 4/2021 resultante do Contrato de Gestão para desenvolvimento na área de fármacos e biofármacos. Dessa forma, esse Contrato passa a ser contabilizado pelos quatro projetos gerados e não apenas como um projeto, conforme era contabilizado até antes de dezembro. Assim, soma-se 12 projetos novos apoiados de 2020 a 2021: 1. Chamada Pública MS-SCTIE-DECIT-DGITIS-CGCIS/CNPq Nº 26/2020 (TED 48/2020 - vigência 02/07/2025). 2. TED 122/2020 (vigência 24/11/2021) Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA), do Rio de Janeiro. 3. Convênio nº 905690/2020 Fundação BUTANTAN*, de São Paulo (prestação de contas). 4. PRODOC PNUD BRA/20/22. 5. FINEP-FNDCT (TED 36/2021-CGTIS/DGITIS/SCTIE/MS). 6. TED 87/2021 com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estruturar o Centro Nacional de Análise de Explantes (CNAEx). 7. Convênio nº 922300/2021 com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED) para aquisição de equipamento para pesquisa. 8. Convênio nº 922496/2021 com o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (LAFEPE) para aquisição de equipamentos para modernização do laboratório. 9. UE – Universidade Federal de Minas Gerais. 10. UE – Universidade de São Paulo – Centro de Inovação em Fármacos. 11. UE – Universidade de São Paulo – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. 12. UE – Instituto D’Or de Pesquisa e Ensino (ID’Or), com sede no Rio de Janeiro. *O Butantan optou por fazer uso de recursos próprios para as aquisições, em razão da urgência e complexidade, não somente logística, mas de ordem prática e técnica para a efetiva importação de tais equipamentos, não podendo aguardar a liberação de recursos para o referido convênio. Os recursos não utilizados foram devolvidos ao MS em agosto de 2021.

Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Com o Decreto nº 10.426/2020 houve a necessidade de um tempo de adaptação para a execução dos vigentes e para a articulação de novos

Providências implementadas para a superação da restrição: A limitação foi momentânea e houve boa adaptação ao novo marco legal, o que facilitou o alcance da meta

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia do covid-19 ocasionou algumas limitações na rotina das Instituições Públicas (IP), o que dificultou a execução de projetos atuais e a articulação de novos

Providências implementadas para a superação da restrição: Com o tempo as instituições foram se adaptando, com novos procedimento e rotinas, inclusive à distância. Ao final do exercício a execução teve um bom resultado

Notas do usuário: Dentre as entregas relevantes, cabe mencionar que, para ampliar a capacidade produtiva dos laboratórios das Forças Armadas, foi realizada articulação com o Ministério da Defesa com objetivo de avaliação de propostas dos laboratórios das Forças Armadas e ações de fomento voltadas ao desenvolvimento tecnológico e produtivo de insumos essenciais e estratégicos de saúde, bem como houve fomento em 2021 ao Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica (LQFA) e visita para acompanhar o projeto firmado em 2020, bem como ao Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) referente a projeto firmado em 2019. Aguarda apresentação de proposta do Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército (LQFEx).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	3	10/02/2022	Estes projetos estão relacionados a instituições sediadas no DF, todavia são seleções que podem envolver profissionais e instituições parceiras de diversos estados 1 - Chamada Pública MS-SCTIE-DECIT-DGITIS-CGCIS/CNPq Nº 26/2020 - 25000.070235-2020-41 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Em fase de seleção de propostas de qualquer UF 2 - PRODOC BRA20/22 - 25000.198338/2019-31 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - Descentralização realizada para apoio, como contratação de especialistas e visitas técnicas em diversas UF 3 - TED 36/2021 - CGTIS/DGITIS/SCTIE/MS - 25000.120987/2021-00 - FINEP-FNDCT - Em fase de seleção de propostas de qualquer UF para desenvolver e otimizar formulações farmacêuticas para tratamento de doenças negligenciadas, tropicais, transmitidas por vetores e de outras doenças em populações desassistidas.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2	10/02/2022	1 - Convênio nº 922300/2021 - 25000.177130/2021-01 - Fundação Ezequiel Dias (FUNED) - Equipamentos para	Não informado

							Pesquisa 2 - Contrato de Gestão - 01200.002974/2013-67 - Unidade EMBRAPII (UE): Universidade Federal de Minas Gerais (obs: Transferência de orçamento para a ação 212h para viabilizar a interveniência do MS no Contrato de Gestão da EMBRAPII)	
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1	10/02/2022	Convênio 922406 - 25000.177132/2021-92 - Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (LAFEPE) - Apoio à aquisição de equipamentos para modernização do laboratório	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1	11/02/2022	TED 83/2021 - 25000.181261/2021-85 - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Estruturar o Centro Nacional de Análise de Explantos (CNAEx)	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	4	10/02/2022	1 - Convênio nº 905690 - 25000.176579/2020-63 - Fundação BUTANTAN - A instituição decidiu em 2021 fazer aquisição com recursos próprios, em razão da urgência da importação, devolveu o orçamento de 2021, mas o de 2020 ficou comprometido. Em prestação de contas. 2 - Contrato de Gestão - 01200.002974/2013-67 - Unidade EMBRAPII (UE): Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (ID'Or) 3 - Contrato de Gestão - 01200.002974/2013-67 - Unidade EMBRAPII (UE): Universidade de São Paulo – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto 4 - Contrato de Gestão - 01200.002974/2013-67 - Unidade EMBRAPII (UE): Universidade de São Paulo – Centro de Inovação em Fármacos Observação sobre os projetos da Embrapii: transferência de orçamento para a ação 212h para viabilizar a interveniência do MS no Contrato de Gestão da EMBRAPII. Em 2021 foi publicada chamada para o credenciamento de quatro Unidades EMBRAPII (UEs) de qualquer UF, para desenvolvimento na área de Fármacos e Biofármacos. Em 2022 será publicada nova chamada para credenciar duas novas UEs para desenvolvimento de equipamentos e produtos para a saúde.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1	10/02/2022	TED 122/2020 - 25000.162261/2020-03 - Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA) - Aquisição de Equipamentos para Área de Produção e Controle de Qualidade.	Não informado

Resultado Intermediário: 0164 - Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados ou atualizados

Informações básicas

Unidade de medida: Número de protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas

Linha de base: 96

Data de referência da linha de base: 30/11/2019

Indicador: Número de Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados ou atualizados

Meta prevista para 2020: 14

Meta prevista para 2021: 28

Meta prevista para 2022: 44

Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 55

Data do valor apurado: 10/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No acumulado 2020/2021 foram elaborados e/ou atualizados 55 PCDT, dos quais 29 foram elaborados e/ou atualizados em 2021, sendo 02 em janeiro, 01 em fevereiro, 01 em março, 3 em abril, 3 em maio, 1 em junho, 2 em julho, 5 em agosto, 2 setembros, 1 em outubro, 1 em novembro e 7 em dezembro. Cumpre informar, que em razão da deflagração da pandemia de COVID-19 houve expressivo aumento na demanda por elaboração e/ou atualização de PCDT. Por tanto, a meta para 2021 foi superada o que motivou a revisão da meta para 2022 e 2023

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: É inviável rastrear geograficamente o uso de cada PCDT. Cada PCDT não é um bem escasso, podendo ser disponibilizado à uma ampla comunidade médica e científica. Assim, este RI não foi regionalizado, dada a sua característica de execução centralizada e benefícios difusos em todo o território

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0165 - Tecnologias em saúde avaliadas para incorporação no Sistema Único de Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Tecnologias em saúde

Linha de base: 179

Data de referência da linha de base: 30/11/2019

Indicador: Número de tecnologias em saúde avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.

Meta prevista para 2020: 25

Meta prevista para 2021: 62

Meta prevista para 2022: 85

Meta prevista para 2023: 120

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 159

Data do valor apurado: 10/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foram avaliadas 101 tecnologias, além das 58 avaliadas em 2020. Em janeiro não houve avaliação de tecnologia em saúde publicada, em fevereiro foram 6 avaliações, em março 3, em abril 5, em maio 2, em junho 16, em julho 15, em agosto 10, em setembro 10, em outubro 1, em novembro 2 e em dezembro foram 29 tecnologias avaliadas para incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS), totalizando 159 tecnologias avaliadas no ciclo 2020-2023. Destaca-se que, dentre as tecnologias avaliadas em 2021, em cinco situações houve mais de uma tecnologia avaliada num mesmo relatório técnico. Desta forma, o número de tecnologias avaliadas é maior do que o número de publicações. Ademais, cabe pontuar que, em decorrência da deflagração da pandemia da COVID-19, houve expressivo aumento de demanda por avaliação de tecnologias em saúde, o que motivou a revisão da meta para 2022 e 2023.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não é possível identificar geograficamente as tecnologias avaliadas. Cada avaliação é um bem não escasso, produto intelectual não tangível. A regionalização, portanto, não é aplicável, visto que o RI tem característica de execução centralizada e benefícios difusos em todo o território nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5021 - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SUS

Objetivo: 1217 - Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo colabora para a qualificação profissional e para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), além de contribuir para a alocação mais eficiente dos profissionais de saúde e o aprimoramento das relações de trabalho, seja em seus vínculos empregatícios, seja para a obtenção de condições satisfatórias para o exercício de suas funções. Além disso, o objetivo tem ações multidisciplinares e transversais, utilizando-se de novas tecnologias para proporcionar maior transparência das atividades desenvolvidas, celeridade e equidade no atendimento a fim de alcançar a atenção integral ao paciente. Dentro desse contexto, destacam-se o resultado alcançado da meta e dos resultados intermediários durante o exercício de 2021: Sabe-se que a informatização das equipes da Atenção Primária à Saúde, tem o objetivo de subsidiar o planejamento e a gestão nas três esferas de governo e acompanhar a informatização dos serviços de Atenção Primária no Brasil. Quanto maior a informatização, melhor será a qualidade dos dados que são utilizados no cálculo dos indicadores de avaliação da Atenção Primária à Saúde (APS). Evidências demonstram que a utilização de ferramenta de prontuário eletrônico é capaz de permitir um registro mais qualificado e fidedigno das intervenções em saúde realizadas nas unidades de saúde e, por conseguinte, uma melhor utilização dos dados por parte de profissionais e gestores. É um instrumento que proporciona a segurança do paciente não só pela segurança dos dados, mas também acaba com o problema da letra ilegível e o paciente não corre mais o risco de entender errado o que foi escrito na prescrição. Assim é de suma importância a informatização das Unidades Básicas de Saúde e a utilização de ferramentas de Prontuário Eletrônico para a garantia da continuidade informacional e o compartilhamento de dados entre diferentes serviços e em diferentes níveis de atenção para a qualificação das ações de saúde e para a tomada de decisão no âmbito do SUS. Para estimular a informatização pelos municípios, foi lançado pela Portaria n.º 2.983, de 11 de novembro de 2019, o programa Informatiza APS, que prevê o custeio para manutenção do uso do prontuário eletrônico e envio dos dados com qualidade, com parâmetros determinados anualmente para melhoria dessa qualidade. Quando o programa foi

instituído, em novembro de 2019, havia 24.752 equipes de Saúde da Família informatizadas (55,1% do total de 44.915 equipes). Em dezembro de 2020 o número de equipes informatizadas chegou a 35.544 (67,24% do total de 52.864 equipes). Ou seja, foi um aumento de mais de dez mil equipes informatizadas no país, mesmo em meio a uma pandemia. Até dezembro de 2020 foram publicadas cinco portarias de homologação de equipes ao programa Informatiza APS, com apenas uma alteração de portaria (Portaria GM/MS n.º 3.774, de 23 de dezembro de 2020, que altera a Portaria GM/MS n.º 285, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no DOU n.º 247, Seção 1, de 28 de dezembro de 2020.), que desconsiderou como participantes do programa aquelas equipes que não cumpriam o requisito de estarem credenciadas (Equipe credenciada = que teve seu Identificador Nacional de Equipe (INE) publicado em portaria e já recebe financiamento federal para APS) pelo MS, o que acarretou na diminuição do número de equipes homologadas. Após essas modificações, o programa Informatiza APS passou a ter em dezembro de 2020 o quantitativo de 29.029 equipes homologadas. Já o valor apurado para dezembro de 2021 foi de 75,61% das equipes informatizadas, considerando que havia 55.328 equipes cadastradas no CNES (sendo 50.486 eSF e 4.842 eAP), e, dessas, 41.835 equipes estavam informatizadas (sendo 38.407 eSF e 3.428 eAP). Em 2021 foram publicadas uma portaria de homologando equipes que solicitaram adesão e cinco portarias cancelando a adesão de equipes que não cumpriram regras do plano de monitoramento do programa (não envio de prontuário eletrônico por seis meses consecutivas ou suspensão do recurso por seis meses consecutivos). A portaria de homologação foi Portaria GM/MS n.º 1.474, de 30 de junho de 2021 e as portarias de cancelamento foram: Portaria GM/MS n.º 1.689, de 23 de julho de 2021, Portaria GM/MS n.º 2.503, de 30 de setembro de 2021, Portaria GM/MS n.º 3.914, de 24 de dezembro de 2021; Portaria GM/MS n.º 3.940, de 27 de dezembro de 2021; Portaria GM/MS n.º 3.977, de 28 de dezembro de 2021. Após esses cancelamentos, 27.007 equipes estavam homologadas no programa Informatiza APS. A meta estabelecida para 2021 era de 85% das equipes informatizadas, porém atingiu-se 75,61% neste ano. A mudança do número do índice de referência estabelecido em junho de 2019 (62%) para 57% em dezembro de 2019, devido a mudança de metodologia de determinação de uma equipe informatizada ainda causa o mesmo efeito do ciclo de 2020, pois as metas não foram alteradas. Outra questão que pode ter influenciado o não atingimento da meta é a prioridade dos gestores em meio a pandemia de covid-19 que atingiu os maiores picos no ano de 2021. Quanto às certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS, esse Resultado Intermediário de qualificar, valorizar e aperfeiçoar os profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos de saúde que atuam no SUS, por meio de ações educacionais, com o objetivo de melhorar a assistência à população em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Tal ação poderá ser desenvolvida por intermédio de pesquisas, intervenções juntamente com a equipe de saúde, discussão e atualização de diretrizes e protocolos e diversas outras medidas que colaborem para o aprimoramento do SUS e para a qualificação de seus integrantes, incluindo gestores municipais e estaduais. Para contabilizar as certificações de qualificação, é feito levantamento das certificações emitidas na plataforma da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS) e do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS). As temáticas escolhidas para os módulos são definidas conforme a necessidade e prioridade de capacitação e qualificação do SUS. No ano de 2021, foram contabilizadas 694.775 certificações, sendo 508.444 pela UNASUS e 186.331 pelo AVASUS. Somando-se ao realizado em 2020 (1.033.788 certificações), já foram emitidas 1.728.563 certificações, sendo 1.277.356 pela UNASUS e 451.207 pelo AVASUS. No Brasil, um país com alto número de comunidades isoladas e regiões onde há escassez de médicos, o Telessaúde surge como excelente alternativa para melhora do cuidado integral à saúde da população assistida, sobretudo da Atenção Primária à Saúde e interação com os demais níveis de atenção fortalecendo as Redes de Atenção à Saúde do SUS. O Brasil tem recebido maior suporte para o crescimento da telemedicina, além disso, o país apresenta condições ideais para a tecnologia em saúde devido à extensão territorial, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, a dificuldade de transporte e a desigualdade da distribuição dos recursos humanos e de saúde. Contudo, os fatores que mais contribuem para a dificuldade da implementação da telemedicina se dá por falta de regulamentação, poucos profissionais da saúde capacitados para serviços de telemedicina, dificuldade de infraestrutura e conexão. As avaliações dos telediagnósticos são realizadas por meio de laudos baseados em evidências científicas e são disponibilizadas de forma gratuita aos profissionais de saúde e à população, haja vista se tratar de um serviço autônomo que utiliza as tecnologias de informação e comunicação para realizar serviços de apoio ao diagnóstico através de distância e temporal. Por fim, cumpre ressaltar que no ano de 2021, foram realizados 824.978 telediagnósticos, somando-se com o resultado obtido em dezembro de 2020 (682.109) já foram realizados um total de 1.507.087 telediagnósticos. Com o intuito de subsidiar os gestores nas tomadas de decisão, são monitorados e avaliados os entes federados que enviarão os Relatórios Anuais de Gestão (instrumento de gestão com elaboração anual) para apreciação do Conselho de Saúde, por meio do digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), em cumprimento a Lei Complementar n.º 141/2012. No ano de 2021, 3.350 municípios e 18 estados (Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins) encaminharam o Relatório Anual de Gestão (RAG) ao Conselho de Saúde por meio do digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), totalizando 3.368 entes. O Ministério da Saúde (MS) elabora mensalmente, desde maio de 2020, boletins com informes sobre a situação de elaboração e entrega dos instrumentos de planejamento. Os boletins são encaminhados ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEMS), com o objetivo de que todos os atores

dos SUS se mobilizem em seus respectivos estados para apoio aos municípios na elaboração de seus instrumentos de planejamento. Muitos municípios alegam dificuldades estruturais, como por exemplo, quadro de pessoal limitado. Não há estatísticas, mas é fato que diversos municípios elaboram os seus instrumentos de planejamento do SUS mediante contratação de consultorias, situação de conhecimento do Conasems. Ao longo de 2021, a Coordenação-Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS (CGFIP) realizou 62 eventos virtuais: 19 reuniões com as Seções de Apoio Institucional do Ministério da Saúde nos estados, 21 reuniões/seminários com SEMS, Cosems e SES sobre temas relativos ao planejamento e ao DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP), 22 treinamentos no DGMP e Sistema de Cadastro e Permissão de Acesso (SCPA). Os treinamentos são fundamentais no contexto de novas gestões municipais e novos técnicos que irão utilizar a plataforma. Em referência ao APURASUS, é o sistema de informação para apuração de custos do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC). Sistema gratuito, desenvolvido para atender diferentes perfis de estabelecimentos de saúde do SUS, possibilita o conhecimento do custo total das unidades, dos seus setores e serviços realizados, gerando diversos indicadores. O APURASUS é uma ferramenta de grande importância, que vem contribuir com a inserção da cultura da gestão de custos no âmbito do SUS, produzindo informação a ser utilizada como subsídio para a tomada de decisão e para melhorar a aplicação dos recursos públicos destinados à produção de serviços de saúde. A implementação do PNGC se dar por meio de adesão voluntária por secretarias de saúde, que escolhe quais das suas unidades participarão do Programa. Como não há obrigatoriedade de aderir ao Programa, nem de permanecer, existe um desafio inerente para o alcance da gestão de custos no SUS. Considera-se para mensuração do indicador uma unidade alimentando o sistema pelo menos um mês nos últimos 12 meses, por meio do APURASUS. Tem sido desenvolvido um trabalho em parceria com municípios e o DF para desenvolver metodologia de apuração e gestão de custos para unidades da Atenção Primária à Saúde. No 1º quadrimestre de 2021 havia 137 estabelecimentos de saúde alimentando o APURASUS, somando-se 151 novos que foram incluídos no período de maio a dezembro, totaliza-se 288 estabelecimentos. Porém, durante o ano de 2021, o quantitativo de 41 estabelecimentos deixou de alimentar o APURASUS, finalizando o ano com 247 estabelecimentos (hospitais, policlínicas, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e unidades de saúde da família) alimentando o sistema. Em relação à ampliação do quantitativo de Bolsas de Residência Médica e de Residência em Área Profissional da Saúde, tem a finalidade de elevar o nível de profissionais qualificados em áreas estratégicas e prioritárias de saúde do país. Em 2021, foi apurado o quantitativo de 22.446 residentes ativos, dos quais 10.103 são residentes de primeiro ano (R1). O Sistema de Informações Gerenciais do Pró-Residência (SIGRESIDÊNCIAS) calcula desistências e novas entradas (ocorrem por matrículas especiais fora do período normal ou por transferências de residentes vindos de outros programas não financiados pelo Ministério da Saúde). Como, também, residentes em situação de afastamento temporário (por motivo de atestado médico, licença-maternidade ou trancamento de matrícula), que não recebem bolsa, mas podem voltar a receber.

Meta: 0517 - Ampliar para 92% a informatização das equipes da Atenção Primária à Saúde.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: Percentual de equipes

Linha de base: 57

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Meta prevista para 2020: 75

Meta prevista para 2021: 85

Meta prevista para 2022: 90

Meta prevista para 2023: 92

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 75,61
Data de Referência: 31/01/2022
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta estabelecida para 2021 era de 85% das equipes informatizadas, porém atingiu-se 75,61% neste ano. A mudança do número do índice de referência estabelecido em junho/2019 (62%) para 57% em dezembro/2019 devido a mudança de metodologia de determinação de uma equipe informatizada ainda causa o mesmo efeito do ciclo de 2020, pois as metas não foram alteradas. Outra questão que pode ter influenciado o não atingimento da meta é a prioridade dos gestores em meio a pandemia de covid-19 que atingiu os maiores picos no ano de 2021.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	97,55	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no DF: 611. Desse total, 97,55% (596) estavam informatizadas.
No Estado da Bahia	-	-	-	-	67,06	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no BA: 4.517. Desse total, 67,06% (3.029) estavam informatizadas.
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	74,62	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no PB: 1.529. Desse total, 74,62% (1.141) estavam informatizadas.
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	64,82	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no AL: 955. Desse total, 64,82% (619) estavam informatizadas.
No Estado de Goiás	-	-	-	-	84,46	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no GO: 1.783. Desse total, 84,46% (1.506) estavam informatizadas.
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	90,5	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no MT: 916. Desse total, 90,50% (829) estavam informatizadas.
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	96,31	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no MS: 758. Desse total, 96,31% (730) estavam informatizadas.
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	87,18	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no MG: 6.224. Desse total, 87,18% (5.426) estavam informatizadas.

No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	67,05	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no PE: 2.719. Desse total, 67,05% (1.823) estavam informatizadas.
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	84,6	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no RO: 448. Desse total, 84,60% (379) estavam informatizadas.
No Estado de Roraima	-	-	-	-	57,89	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no RR: 152. Desse total, 57,89% (88) estavam informatizadas.
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	93,67	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no SC: 2.289. Desse total, 93,67% (2.144) estavam informatizadas.
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	83,47	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no SP: 8.603. Desse total, 83,47% (7.181) estavam informatizadas.
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	61,99	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no SE: 734. Desse total, 61,99% (455) estavam informatizadas.
No Estado do Acre	-	-	-	-	49,45	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no AC: 275. Desse total, 49,45% (136) estavam informatizadas.
No Estado do Amapá	-	-	-	-	9,5	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no AP: 200. Desse total, 9,50% (19) estavam informatizadas.
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	71,5	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no AM: 1.158. Desse total, 71,50% (828) estavam informatizadas.
No Estado do Ceará	-	-	-	-	71,99	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no CE: 2.899. Desse total, 71,99% (2.087) estavam informatizadas.
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	86,98	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no ES: 1.144. Desse total, 86,98% (995) estavam informatizadas.
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	27,53	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no MA: 2.514. Desse total, 27,53% (692) estavam informatizadas.
No Estado do Pará	-	-	-	-	30,21	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no PA: 2.208. Desse total, 30,21% (667) estavam informatizadas.

No Estado do Paraná	-	-	-	-	92,32	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no PR: 3.072. Desse total, 92,32% (2.836) estavam informatizadas.
No Estado do Piauí	-	-	-	-	79,29	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no PI: 1.381. Desse total, 79,29% (1.095) estavam informatizadas.
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	68,99	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no RJ: 3.428. Desse total, 68,99% (2.365) estavam informatizadas.
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	64,57	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no RN: 1.146. Desse total, 64,57% (740) estavam informatizadas.
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	93,53	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no RS: 3.075. Desse total, 93,53% (2.876) estavam informatizadas.
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	93,73	31/01/2022	Não informado	Total de equipes cadastradas no TO: 590. Desse total, 93,73% (553) estavam informatizadas.

Indicador: 8711 - Percentual de Equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária à Saúde Informatizadas

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 57
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 75,61
Data do valor apurado: 31/01/2022
Notas do usuário: A meta estabelecida para 2021 era de 85% das equipes informatizadas, porém atingiu-se 75,61% neste ano. A mudança do número do índice de referência estabelecido em junho/2019 (62%) para 57% em dezembro/2019 devido a mudança de metodologia de determinação de uma equipe informatizada ainda causa o mesmo efeito do ciclo de 2020, pois as metas não foram alteradas. Outra questão que pode ter influenciado o não atingimento da meta é a prioridade dos gestores em meio a pandemia de covid-19 que atingiu os maiores picos no ano de 2021.

Resultado Intermediário: 0166 - Certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS

Informações básicas

Unidade de medida: Número de certificações de qualificação

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS

Meta prevista para 2020: 100.000

Meta prevista para 2021: 1.110.000

Meta prevista para 2022: 1.480.000

Meta prevista para 2023: 1.610.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.728.563

Data do valor apurado: 24/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para contabilizar as certificações de qualificação, é feito levantamento das certificações emitidas na plataforma da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS) e do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS). As temáticas escolhidas para os módulos são definidas conforme a necessidade e prioridade de capacitação e qualificação do SUS. Diante disso, de janeiro a dezembro de 2021, foram contabilizadas 694.775 certificações, sendo 508.444 UNASUS e 186.331 AVASUS. Somando-se ao realizado em 2020 (1.033.788 certificações), já foram emitidas 1.728.563 certificações, sendo 1.277.356 UNASUS e 451.207 AVASUS. Deste total, não foram identificadas as localizações de 12.615 certificações e 796 foram realizadas no exterior.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	-	-	-	-	796	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Distrito Federal	-	-	-	-	52.161	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	92.348	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	42.119	24/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Alagoas	-	-	-	-	29.750	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	53.836	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	53.249	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	35.073	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	159.701	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	108.811	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	33.010	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	10.724	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	60.744	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	224.815	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	53.570	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	14.911	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	14.653	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	38.085	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	89.382	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	46.803	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	39.860	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	54.549	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	98.506	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	35.678	24/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	100.770	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	62.025	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	84.322	24/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	25.697	24/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0167 - Laudos de diagnóstico realizados por meio do Telessaúde

Informações básicas

Unidade de medida: Número de laudos
Linha de base: 946.761
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de laudos realizados por meio do Telessaúde
Meta prevista para 2020: 700.000
Meta prevista para 2021: 600.000
Meta prevista para 2022: 850.000
Meta prevista para 2023: 950.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.507.087
Data do valor apurado: 13/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os núcleos que compõe o programa Telessaúde Brasil Redes oportunizam demandas aos profissionais do SUS, que estão categorizados em quatro conjuntos: Teleconsultoria, Telediagnóstico, Tele-educação e Segunda Opinião Formativa. Diante do exposto, cumpre ressaltar o Telediagnóstico (diagnóstico efetuado a distância). A principal vantagem da utilização do telediagnóstico está na melhoria do acesso, especialmente para moradores de locais distantes dos grandes centros urbanos, aos métodos diagnósticos essenciais à atenção à saúde. O objetivo é facilitar o acesso dos usuários ao exame e melhorar o manejo e acompanhamento, além de proporcionar ao paciente o diagnóstico mais próximo de sua residência. Dessa forma, importante destacar que no ano de 2020 foi realizado 682.109 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021, o qual foi de 824.978 telediagnósticos, denota-se que já foram realizados um total de 1.507.087 telediagnósticos. Sendo assim, registra-se um aumento de 142.869 telediagnósticos, quando se compara os quantitativos dos dois anos, resultando em um acréscimo de 21% no ano de 2021.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Alguns Núcleos de Telessaúde relataram no decorrer do ano de 2021, que a demanda por telediagnóstico nas mais variadas especialidades vem crescendo, e que existe uma grande demanda reprimida. Ademais é recorrente o relato dos Núcleos em dificuldade na seleção de equipe de

TI/Pesquisa para a implementação das melhorias levantadas para alguns serviços de Telessaúde, em função do período de pandemia, bem como pelos altos valores praticados no mercado para alguns perfis de recursos humanos. Alguns Núcleos relataram ainda a demora em receber o recurso, o que acabou ocasionando um atraso na contratação da equipe, ou reformulação na equipe.

Providências implementadas para a superação da restrição: A referida restrição sensibilizou e fomentou uma ação do Departamento de Saúde Digital em apresentar uma Proposta ao Ministério da Saúde de um Programa e uma Política capaz de dar uma resposta mais eficiente a nova realidade na Saúde, por meio da ampliação dos serviços de Saúde Digital. Ademais, diante das dificuldades relatadas por alguns Núcleos, o departamento procurou subsidiar e apoiar de perto os Núcleos no tocante a dificuldade de pessoal, mobilizando os técnicos do departamento para fornecer a devida assistência.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Alguns Núcleos de Telessaúde relataram no tocante ao sistema de monitoramento e avaliação - SMART, dificuldades em inserir os dados no sistema, haja vista que o sistema apenas aceita a produção retroativa dos mesmos.

Providências implementadas para a superação da restrição: O referido sistema precisa continuamente passar por adequações às novas demandas, até mesmo por se tratar de um produto tecnológico. Dessa forma, o Departamento vem trabalhando com ações para dar suporte aos Núcleos de Telessaúde no Brasil, para o Ministério da Saúde, buscando manter e evoluir o Sistema Smart, o que inclusive gerou a pactuação de um TED com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a qual é a desenvolvedora do sistema Smart.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Atualmente a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020 autoriza o uso da telemedicina enquanto durar a crise ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), e competirá ao Conselho Federal de Medicina a regulamentação da telemedicina após o período consignado. Dessa forma, torna-se necessário a regulação da atividade pelos conselhos de classes.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Departamento vem procurando apresentar uma proposta ao Ministério da Saúde de um Programa e de uma Política, capaz de dar uma resposta a nova realidade na Saúde Digital, tornando suas ações mais eficientes, e procurando expandir os seus serviços, enquanto aguarda a resolução por parte do Congresso e do Conselho Federal de Medicina.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Alguns Núcleos de Telessaúde relataram limitações impostas pela pandemia da COVID-19, com dificuldades de acesso a canais de comunicação, com agendamento de reuniões e eventos que passaram a ser remotos, e que muitas ações não foram implementadas de acordo com o cronograma inicial em razão da pandemia.

Providências implementadas para a superação da restrição: A referida restrição fez com que o Departamento buscasse fomentar novas ações para apoiar os Núcleos de Telessaúde na oferta dos serviços de Telessaúde, bem como proporcionar o apoio aos referidos Núcleos, por exemplo, por meio de serviços de Tele-educação. Ademais o departamento vem procurando apresentar uma proposta ao Ministério da Saúde de um Programa e de uma Política, capaz de dar uma resposta mais eficiente à uma nova realidade na Saúde Digital.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

No Estado da Bahia	-	-	-	-	143.800	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 46.327 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (97.473) já foram realizados um total de 143.800 telediagnósticos.
No Estado de Goiás	-	11.142	11.142	18.900	20.618	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 8.080 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (12.538) já foram realizados um total de 20.618 telediagnósticos.
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	70.826	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 25.410 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (45.416) já foram realizados um total de 70.826 telediagnósticos.
No Estado de Minas Gerais	-	303.706	382.560	423.151	1.015.450	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 517.101 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (498.349) já foram realizados um total de 1.015.450 telediagnósticos.
No Estado de Pernambuco	-	6.000	6.000	6.000	9.722	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 158 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (9.564) já foram realizados um total de 9.722 telediagnósticos.
No Estado de Roraima	-	0	5.820	5.820	12.816	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 5.438 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (7.378) já foram realizados um total de 12.816 telediagnósticos.
No Estado de Santa Catarina	-	70.290	105.687	177.220	83.294	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 25.590 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (57.704) já foram realizados um total de 83.294 telediagnósticos.
No Estado do Acre	-	0	10.092	25.607	25.623	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 9.228 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (16.395) já foram realizados um total de 25.623 telediagnósticos.
No Estado do Amazonas	-	0	14.150	14.150	22.163	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 3.178 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (18.985) já foram realizados um total de 22.163 telediagnósticos.
No Estado do Ceará	-	-	-	-	77.306	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 33.975 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (43.331) já foram realizados um total de 77.306 telediagnósticos.
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1.059	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 1.059 telediagnósticos e em 2021 não houve realização de telediagnósticos, em virtude de que o Termo de Execução Descentralizada (TED), com o qual o Departamento de Saúde Digital/SE/MS tinha pactuação no estado do ES, não estava mais vigente no ano de 2021.
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	720	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 720 telediagnósticos e em 2021 não houve realização de telediagnósticos, em virtude de que o Termo de Execução Descentralizada (TED), com o qual o Departamento de Saúde

								Digital/SE/MS tinha pactuação no estado do MA, não estava mais vigente no ano de 2021.
No Estado do Pará	-	208.043	313.730	278.333	0	13/01/2022	Não informado	Havia a previsão para a realização de 208.043 telediagnósticos para o ano de 2021, haja vista o Termo de Execução Descentralizada (TED) que havia sido firmado entre o Departamento de Saúde Digital (DESD) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). O início das metas do projeto estava previsto para 01/11/2020 (projeto no Fundo Nacional de Saúde), o TED foi assinado em 24/12/2020 e publicado no DOU em 28/12/2020, no entanto o recurso para a execução do projeto só foi descentralizado para o Complexo Hospitalar Universitário (CHU): Hospital Universitário João de Barros Barreto e Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza em 15/06/2021, acarretando um atraso inicial de cerca de sete meses, conforme relatado pela UFPA. Além disso, em decorrência de pequenas alterações no plano que suscitaram parecer do DESD e da detecção pelo FNS de rubricas não permitidas para esse projeto e do tempo para correções, ocorreu um atraso na execução de mais cinco meses, totalizando 12 meses de atraso. Por fim, conforme narrado pela UFPA, apenas em 16/11/2021 foi autorizado o pagamento. A partir dessa data foram realizados trâmites para a contratação dos bolsistas da equipe de Coordenação do Núcleo o que se concretizou em dezembro de 2021. Sendo assim, acarretou que o Núcleo do Pará acabou não conseguindo realizar os números de Telediagnósticos que havia previsto, e que apenas irá projetá-los no decorrer do ano de 2022.
No Estado do Piauí	-	819	819	819	16.190	13/01/2022	Não informado	Em 2020 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2021 foi realizado um total de 16.190 telediagnósticos.
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	6.175	13/01/2022	Não informado	Em 2020 foi realizado um total de 5.845 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (330) já foram realizados um total de 6.175 telediagnósticos.
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	415	13/01/2022	Não informado	Em 2020 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2021 foi realizado um total de 415 telediagnósticos.
No Estado do Paraná	-	-	-	-	775	13/01/2022	Não informado	Em 2020 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2021 foi realizado um total de 775 telediagnósticos.
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	135	13/01/2022	Não informado	Em 2020 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2021 foi realizado um total de 135 telediagnósticos.

Resultado Intermediário: 0168 - Entes federados com Relatório Anual de Gestão enviados ao Conselho

Informações básicas

Unidade de medida: Número de entes federados
Linha de base: 1.177
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de entes federados com Relatório Anual de Gestão enviado ao Conselho
Meta prevista para 2020: 1.320
Meta prevista para 2021: 3.200
Meta prevista para 2022: 3.800
Meta prevista para 2023: 4.400

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.368
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2021, 3.350 municípios e 18 estados (Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins) encaminharam o Relatório Anual de Gestão (RAG) ao Conselho de Saúde por meio do digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), totalizando 3.368 entes.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	1	1	1	0	31/12/2021	Não informado	Para o DF não há meta relativa ao número de municípios que encaminharam o Relatório Anual de Gestão (RAG), visto que não possui municípios. A sua meta refere-se a entrega do seu próprio RAG para apreciação no Conselho de Saúde.
No Estado da Bahia	-	148	211	254	149	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado da Paraíba	-	180	198	224	156	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	37	52	64	54	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	176	199	224	205	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	101	114	129	101	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	28	41	50	48	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	521	601	694	581	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	113	131	151	106	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	19	27	36	17	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	11	12	15	10	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	181	208	240	206	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	354	418	487	413	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	42	50	58	32	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	8	11	15	4	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	6	9	11	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	39	45	52	40	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	103	121	140	70	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	44	52	61	53	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	79	111	133	63	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	52	73	90	45	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná	-	244	281	323	265	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	81	113	137	79	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	52	61	71	59	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	93	110	128	99	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	401	449	498	425	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	86	101	114	86	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0169 - Estabelecimentos de saúde gerando informações de custos por meio do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (APURASUS)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de estabelecimentos de saúde

Linha de base: 161

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de estabelecimentos de saúde gerando informações de custos por meio do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (APURASUS)

Meta prevista para 2020: 206

Meta prevista para 2021: 266

Meta prevista para 2022: 336

Meta prevista para 2023: 400

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 247

Data do valor apurado: 21/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considera-se para mensuração do indicador uma unidade alimentando o sistema pelo menos um mês nos últimos 12 meses, por meio do APURASUS. Tem sido desenvolvido um trabalho em parceria com municípios e o DF para desenvolver metodologia de apuração e gestão de custos para unidades da Atenção Primária à Saúde. No 1º quadrimestre de 2021 havia 137 estabelecimentos de saúde alimentando o APURASUS, somando-se 151 novos que foram incluídos no período de maio a dezembro, totaliza-se 288 estabelecimentos. Porém, durante o ano de 2021, o quantitativo de 41 estabelecimentos deixou de alimentar o APURASUS, finalizando o ano com 247 estabelecimentos (hospitais, policlínicas, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e unidades de saúde da família) alimentando o sistema.

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: (1) As eleições municipais de 2020 causaram mudanças de gestão nas Secretarias Municipais de Saúde e de técnicos nas unidades de saúde, o que levou a paralisação da alimentação do APURASUS. (2) Não adesão de Secretarias de Saúde por desconhecimento da existência do PNGC.

Providências implementadas para a superação da restrição: (1) Sensibilização dos novos gestores sobre a importância da gestão de custos. (2) Execução de ações de divulgação do PNGC.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Dificuldade na realização das sensibilizações de novos entes federados e das capacitações dos entes participantes, uma vez que, em ambas as situações, os entes estão focados no combate à pandemia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardar as situações nos entes federados retomar a normalidade.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	98	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	32	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	3	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	14	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	12	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	1	21/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Amapá	-	-	-	-	0	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	13	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	18	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	2	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	25	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	22	21/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	4	21/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0299 - Ampliação do número de bolsas de residência médica e de residência em área profissional da saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Número de bolsas de residência

Linha de base: 21.294

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Indicador: Número de bolsas de residência médica e de residência em área profissional da Saúde

Meta prevista para 2020: 21.294

Meta prevista para 2021: 22.000

Meta prevista para 2022: 22.714

Meta prevista para 2023: 23.423

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 22.446

Data do valor apurado: 18/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foi apurado o quantitativo de 22.446 residentes ativos, dos quais 10.103 são residentes de primeiro ano (R1). O Sistema de Informações Gerenciais do Pró-Residência (SIGRESIDÊNCIAS) calcula desistências e novas entradas (ocorrem por matrículas especiais fora do período normal ou por transferências de residentes vindos de outros programas não financiados pelo Ministério da Saúde). Como, também, residentes em situação de afastamento temporário (por motivo de atestado médico, licença-maternidade ou trancamento de matrícula), que não recebem bolsa, mas podem voltar a receber.

Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Suspensão das atividades da Comissão de Residência Multiprofissional que impedia a criação/ credenciamento de novos programas e aumento de autorização de novas vagas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Publicação da Portaria Interministerial MEC/MS nº 7 de 16 de setembro de 2021 que reativou a comissão.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	566	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	855	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	481	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	206	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	613	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	201	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	409	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2.308	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	946	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	262	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	2	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	742	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	7.049	18/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Sergipe	-	-	-	-	123	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	2	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	7	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	122	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	1.311	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	486	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	103	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	650	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1.555	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	104	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1.825	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	126	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.146	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	246	18/01/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5022 - PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA

Objetivo: 1241 - Fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é a área do Ministério da Saúde responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O presente Objetivo orienta a operacionalização da proteção, promoção e recuperação da saúde dos povos indígenas por meio de ações de saneamento e de atenção integral à saúde, que devem levar em consideração as peculiaridades e práticas de saúde tradicionais indígenas, o perfil epidemiológico e a condição sanitária da população de cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). No SasiSUS, a redução da morbimortalidade infantil é uma prioridade. Por isso, indicadores relacionados à assistência à saúde das crianças foram selecionados para acompanhamento nos instrumentos de gestão. O monitoramento dos indicadores selecionados diz respeito ao período de janeiro a dezembro de 2021, contudo, cumpre ressaltar que a inserção de dados no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) não é imediata, devido a logística de trabalho das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e a limitada estrutura tecnológica e de conectividade em muitos territórios indígenas. Por isso, os dados referentes a 2021 são preliminares e estão em processo de registro e qualificação. A inserção de dados desse ano continuará a ser objeto de monitoramento até março de 2022, conforme rotina de qualificação estabelecida pela SESAI. Destaca-se que a Secretaria entende a importância da promoção e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento como eixo estruturante das linhas de cuidado da atenção integral à saúde da criança (0 a 9 anos) por possibilitar a identificação de necessidades especiais que merecem abordagem oportuna. Esse acompanhamento reveste-se de particular relevância, considerando as mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais às quais estão submetidas as crianças indígenas. Nesse sentido, foram registrados no de 2021, 6.922 crianças menores de 1 ano com acesso às consultas de crescimento e desenvolvimento, o que representa 34,5% do total de crianças para essa faixa etária. (dado preliminar) Destaca-se também, o módulo de vigilância alimentar e nutricional das crianças menores de cinco anos que foram acompanhadas ao longo do ano de 2021. Nesse ano, do total de 100.956 crianças indígenas dessa faixa etária, 84,2% tiveram acompanhamento realizado conforme os critérios estabelecidos pela Vigilância Alimentar e Nutricional. Com relação à imunização, era esperado para o ano de 2021 que 87,5% das crianças indígenas menores de 5 anos estivessem com Esquema Vacinal Completo (EVC), conforme o Calendário Nacional de Imunização (CNV). Dados preliminares e sujeitos à revisão, registram que das 93.803 crianças menores de 5 anos, 79.182 possuíam esquema vacinal completo até dezembro de 2021, o que representa 84,4% do total. Em virtude dos impactos da Covid-19, houve dificuldade de entrada em algumas localidades e, conseqüentemente, dificuldade de acesso aos indígenas para a vacinação dos imunobiológicos do CNV. No que diz respeito à atenção à saúde da mulher, dados preliminares referentes à dezembro/21 registram 44,38% de gestantes indígenas com acesso a 6 ou mais consultas de pré-natal em 2021, em relação a uma meta anual de 43%. No mesmo período, foi acompanhado a investigação de óbitos maternos em mulheres indígenas. Dados preliminares apontam que 8 óbitos tiveram a investigação concluída, de um total de 11 registrados. Também é acompanhada a investigação de óbito de crianças indígenas menores de um ano. No ano, 328 dos 461 óbitos registrados foram investigados (71,1%). Para o ano de 2021 foi estabelecida a meta para realização da primeira consulta odontológica programática em pelo menos 25% da população indígena. De acordo com os dados preliminares do SIASI, 225.935 primeiras consultas foram realizadas no ano, representando um atendimento a 29,6% da população. Dentre estes, 48,8% teve seu tratamento odontológico básico concluído no ano. Destaca-se que, em decorrência da pandemia da COVID-19, foi recomendada a realização de atendimento odontológico apenas de casos de urgência e emergência, o que impactou de forma negativa o desempenho. A pandemia do novo coronavírus limitou o acesso às aldeias indígenas como medida preventiva e, com isso, suspendeu a maioria das ações referentes ao saneamento. Em 2021, 12% das aldeias indígenas realizaram atividades educativas voltadas aos resíduos sólidos e/ou reaproveitamento dos orgânicos e promoção da reciclagem na cadeia local. A partir da consolidação dos dados encaminhados pelos DSEI, até dezembro foram realizadas 4.267 atividades educativas. Com relação a cobertura de aldeias indígenas com água potável, para o ano de 2021, a expectativa era alcançar 3.060 aldeias com sistema de abastecimento de água potável (SAA). Ao longo do ano, 34 aldeias tiveram as obras de infraestrutura de abastecimento de água concluídas e, dessa forma, há atualmente 3.066 aldeias com acesso à água potável. Dentre estas, 1.601 possuem tratamento adequado da água, o equivalente a 52,2% das aldeias com SAA. Além disso, o SASISUS também realiza o monitoramento da qualidade da água. Para isso, cada aldeia deve receber a inspeção mensal do técnico por, no mínimo, 9 vezes ao ano para a realização da coleta e análise das amostras de água. Em 2021, essa frequência foi atingida em 11% das aldeias indígenas.

Meta: 052N - Ampliar para 60% a proporção de crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento (CeD)

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual de crianças indígenas menores de 1 ano
Linha de base: 39,9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 44
Meta prevista para 2022: 52
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 34,5
Data de Referência: 04/01/2022
Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Baixa inserção dos dados de crescimento e desenvolvimento infantil no SIASI (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena)

Providências implementadas para a superação da restrição: (1) Foram realizadas reuniões com os DSEI com objetivo de qualificar as equipes responsáveis pelo monitoramento quanto à interpretação do indicador e utilização dos sistemas de informação disponíveis. (2) Foi realizada verificação trimestral junto aos DSEI que apresentaram resultados parciais abaixo de 50% da meta anual para identificar quais os principais desafios enfrentados. (3) Envio de processo SEI, identificando as dificuldades e propondo ações para qualificar a atenção à saúde da criança e a qualificação das informações inseridas no SIASI de forma oportuna.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O contexto da pandemia impactou significativamente na rotina de trabalho das equipes a exemplo de: afastamento de trabalhadores (assintomáticos e/ou que testaram positivo); sobrecarga de trabalho; cumprimentos de decretos (estadual/municipal de isolamento); priorização das ações e protocolos de prevenção à Covid-19 para a entrada em área e suspensão de atividades em área para realização de atendimentos de rotina.

Providências implementadas para a superação da restrição: Informes Técnicos e Protocolos a serem seguidos pelos DSEI: (1) Informe Técnico 08/SESAI/MS - NUP (0025177826); (2) OFÍCIO CIRCULAR Nº 19/2022/COGASI/DASI/SESAI/MS, que traz "Orientações sobre Protocolo de Isolamento e Quarentena para trabalhadores suspeitos ou confirmados para covid-19" NUP (0025177866); e (3) Protocolo Sanitário de Entrada em Territórios Indígenas - Emergências de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019 – NUP (0025177927).

Notas do usuário: Foram analisados os dados das crianças que completaram um ano, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, registradas no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), sendo dados preliminares e sujeitos a alterações. Para este indicador, foram consideradas apenas as consultas realizadas antes da criança completar um ano, pelas categorias profissionais médico(a) e enfermeiro(a). Das 20.055 crianças registradas no SIASI no período analisado, 6.922 receberam o número de consultas preconizadas para a idade, representando um percentual de 34,5% do total de crianças para essa faixa etária. Informa-se ainda que 16.264 crianças receberam alguma consulta, representando 81,1% do total de crianças. Tendo em vista o prazo para inserção de dados no SIASI, cumpre destacar que o valor alcançado para esse indicador no ano de 2020 foi atualizado para 27,2%.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	44	52	60	47,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	44	52	60	26,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	44	52	60	0,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	44	52	60	66,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	44	52	60	8,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	44	52	60	54,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	44	52	60	0	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	44	52	60	44,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	44	52	60	9,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	44	52	60	21,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	44	52	60	50,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	44	52	60	21,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	44	52	60	47,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	72,1	73	73	78,9	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	44	52	60	44,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	44	52	60	4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	44	52	60	41,2	04/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	55	60	65	41,5	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	44	52	60	44,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	52	55	60	24,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	44	52	60	29,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	46	54	60	60,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	45	52	60	23,1	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	44	52	60	72,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	50	55	60	53	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	44	52	60	13,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	44	52	60	70,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	44	52	60	46,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	44	52	60	69,1	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	44	52	60	17,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	50	55	60	76,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	44	52	60	16,9	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	46	52	60	10,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	44	52	60	22	04/01/2022	Não informado	Não informado

Indicador: 8716 - Proporção de crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento (CeD)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 39,9
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 34,5
Data do valor apurado: 04/01/2022
Notas do usuário: Foram analisados os dados das crianças que completaram um ano, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, registradas no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), sendo dados preliminares e sujeitos a alterações. Para este indicador, foram consideradas apenas as consultas realizadas antes da criança completar um ano, pelas categorias profissionais médico(a) e enfermeiro(a). Das 20.055 crianças registradas no SIASI no período analisado, 6.922 receberam o número de consultas preconizadas para a idade, representando um percentual de 34,5% do total de crianças para essa faixa etária. Informa-se ainda que 16.264 crianças receberam alguma consulta, representando 81,1% do total de crianças. Tendo em vista o prazo para inserção de dados no SIASI, cumpre destacar que o valor alcançado para esse indicador no ano de 2020 foi atualizado para 27,2%.

Resultado Intermediário: 0170 - Crianças indígenas menores de 5 anos com esquema vacinal completo (EVC)

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de crianças indígenas com menos de 5 anos
Linha de base: 81,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com esquema vacinal completo (EVC)
Meta prevista para 2020: 86
Meta prevista para 2021: 87,5
Meta prevista para 2022: 88,5
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 84,4

Data do valor apurado: 15/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A análise do indicador se refere aos dados extraídos das planilhas padronizadas de imunização, encaminhadas pelos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), pois a inserção dos dados no módulo de Imunização do SIASI está em fase final de ajustes para implantação. As informações consolidadas em 15/02/2022 referem-se ao 4º trimestre de 2021 e contabilizam uma população de 93.803 crianças menores de 5 anos, das quais 79.182 (84,4%) apresentam esquema vacinal completo para o ano de 2021, conforme o Calendário Nacional de

Vacinação. Ressalta-se que os dados são preliminares e sujeitos a revisão, tendo em vista que apenas 13 DSEI enviaram dados atualizados para o 4 trimestre. Dentre os demais DSEI, 17 DSEI com dados do 3º Trimestre e 4 com dados do 2º trimestre de 2021.

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Atraso no envio das planilhas padronizadas de Imunização pelos DSEI para o nível central da SESAI, o que impacta na consolidação final e na qualificação dos dados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Ao longo do ano foram realizadas reuniões para informações quanto aos atrasos de envio de informações para agilizar a consolidação dos dados e envio no prazo estabelecido pelo núcleo de imunização. Reuniões mensais eram realizadas com todos os coordenadores dos 34 DSEI.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em virtude dos impactos da pandemia da Covid-19, tivemos dificuldades de entrada em algumas localidades, consequentemente o acesso aos indígenas para a vacinação dos imunobiológicos do Calendário Nacional de Vacinação e da vacina contra a Covid-19.

Providências implementadas para a superação da restrição: (1) Realização de planos de sensibilização e conscientização para Campanha de vacinação contra a Covid-19 com ações desenvolvidas para entrada em áreas com o imunobiológico e consequentemente busca ativa e vacinação para as demais doses do Calendário Nacional de Vacinação (2) Realização de reuniões técnicas mensalmente com o núcleo de imunização apresentando os resultados alcançados no indicador de EVC (dados trimestrais), assim como planos de ação para melhoria do alcance de percentual das crianças menores de 5 anos vacinadas com esquema completo. (3) Capacitação dos profissionais em sala de vacina para melhoria dos resultados alcançados, assim como intensificação da busca ativa dos não vacinados.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	95,5	96	96,5	93,7	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	87,5	88,5	90	69,5	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	87,5	88,5	90	64,6	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	87,5	88,5	90	79,1	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	87,5	88,5	90	60,4	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	92	93	94	91,5	15/02/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	87,5	88,5	90	67,6	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	87,5	88,5	90	93,6	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	88,5	89	90	90,5	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	87,5	88,5	90	90,1	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	87,5	88,5	90	86,6	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	87,5	88,5	90	92,3	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	88	89	90	84,9	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	94	95	95	92,7	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	88	89	90	62,6	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	87,5	88,5	90	80,3	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	91	92	93	98,5	15/02/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	87,5	88,5	90	87,5	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	87,5	88,5	90	81,1	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	88,2	88,5	90	93,4	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	87,5	88,5	90	41,1	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	87,5	88,5	90	73,6	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	95,2	95,3	95,4	95,3	15/02/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	87,5	88,5	90	89,1	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	95,5	95,7	95,9	97,1	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	87,5	88,5	90	93	20/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguará	-	87,5	88,5	90	96,3	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	87,5	88,5	90	76,4	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	88	88,5	90	84,3	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	87,5	88,5	90	62,9	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	93	94	95	94,9	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	87,5	88,5	90	86,4	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	91	92	93	76,2	20/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	87,5	88,5	90	72,8	20/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0171 - Gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de gestantes indígenas
Linha de base: 37,3
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal
Meta prevista para 2020: 39
Meta prevista para 2021: 43
Meta prevista para 2022: 47
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 44,4
Data do valor apurado: 04/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A presente análise trata do período de 01/01/2021 a 31/12/2021, com a extração do banco do SIASI, módulo de pré-natal, realizada em 04/01/2022. As informações demográficas referem-se ao total de gestações finalizadas no período considerando os registros ativos em aldeia ou acampamento e excluindo-se aquelas que foram interrompidas por aborto. Para apuração do indicador são consideradas apenas as consultas realizadas por médico(a) ou enfermeiro(a). No ano de 2021 foram identificadas 20.103 gestações finalizadas, dentre as quais 8.921 (44,4%) contabilizaram 6 ou mais consultas de pré-natal pela gestante. Além disso, em 93,2% (18.745) dos casos, a gestante teve acesso a pelo menos

uma consulta. A meta esperada para 2021 foi alcançada, apesar de serem observados desempenhos desiguais entre os DSEI, persistindo realidades com cobertura de pré-natal muito baixa e/ou baixa inserção de informações no SIASI por parte de alguns distritos. Ressalta-se que os dados são preliminares e, desse modo, é esperada uma ampliação do resultado do indicador nas próximas extrações, tendo em vista o tempo necessário para a inserção e qualificação das informações no sistema.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: O contexto da pandemia impactou significativamente na rotina de trabalho das equipes a exemplo de: afastamento de trabalhadores (assintomáticos e/ou que testaram positivo); sobrecarga de trabalho; cumprimentos de decretos (estadual/municipal de isolamento); priorização das ações e protocolos de prevenção à Covid-19 para a entrada em área e suspensão de atividades em área para realização de atendimentos de rotina.

Providências implementadas para a superação da restrição: (1) Informes Técnicos e Protocolos a serem seguidos pelos DSEI: Informe Técnico 08/SESAI/MS - NUP (0025177826); OFÍCIO CIRCULAR Nº 19/2022/COGASI/DASI/SESAI/MS, que traz “Orientações sobre Protocolo de Isolamento e Quarentena para trabalhadores suspeitos ou confirmados para covid-19” NUP (0025177866); e Protocolo Sanitário de Entrada em Territórios Indígenas – Emergências de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019 – NUP (0025177927). (2) Foram realizadas reuniões técnicas com todos DSEI com objetivo de qualificar as equipes responsáveis pela gestão da atenção ao pré-natal e pela inserção e monitoramento das informações. (3) Foram realizadas devolutivas mensais dos dados aos DSEI; (4) Foi elaborado um processo com análise de informações dos DSEI que tiveram baixo ou muito baixo desempenho no alcance das metas dos indicadores da atenção à saúde materno e infantil, no qual consta identificação de dificuldades, justificativas e proposta de ações para superar as dificuldades.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	55	57	60	70,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	43	47	50	25,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	43	47	50	51	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	43	47	50	30,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	43	47	50	21,1	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	43	47	50	58,9	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	43	50	55	10,1	04/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	43	47	50	4,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	43	47	50	50,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	43	47	50	76	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	48	49	50	51,5	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	43	47	50	29,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	43	47	50	61,9	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	51	52	52	75,9	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	55,1	52,2	55,3	80,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	43	47	50	17,5	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	45	48	52	63,1	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	50	55	60	47,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	43	47	50	59	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	43	47	50	51,5	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	43	47	50	47,2	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	44	48	50	47,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	65	67	70	64,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	43	47	50	62	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	79	80	81	77,9	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	52	53	54	44,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	43	47	50	71,8	04/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	43	47	50	22,4	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	57	58	58,5	64,1	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	43	47	50	35,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	52	54	56	74,6	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	43	47	50	32,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	43	47	50	8,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	43	47	50	4	04/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0172 - Investigação de óbitos em crianças indígenas menores de um ano

Informações básicas

Unidade de medida: Proporção de óbitos de crianças indígenas menores de um ano

Linha de base: 81,7

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Proporção de óbitos em crianças indígenas menores de um ano investigados

Meta prevista para 2020: 87

Meta prevista para 2021: 88

Meta prevista para 2022: 89

Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 71,1

Data do valor apurado: 04/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ao longo do ano de 2021 foram registrados 461 óbitos em menores de um ano de idade em 33 DSEI, dentre os quais 328 foram efetivamente investigados. Dos 30 Distritos que realizaram a investigação, 8 alcançaram 100% e 3 não investigaram nenhum óbito. O DSEI Ceará não notificou ocorrência de óbito infantil no SIASI, na data de extração. Ressalta-se que esse indicador é sensível ao tempo de realização das investigações, que pode ser de até 4 meses pós-óbito, devido a questões culturais com relação ao luto e também como consequência da pandemia de Covid-19, que restringiu o acesso às aldeias e há a necessidade de realização de entrevistas presenciais para finalização da investigação. Além disso, os dados ainda são preliminares e estão sujeitos a atualização.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena sem capacitação para realizar investigação de óbitos

Providências implementadas para a superação da restrição: (1) Estruturação de curso EAD sobre vigilância do óbito para profissionais de saúde dos DSEI, ainda em andamento. (2) Divulgação de curso sobre Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal, e atuação em Comitês de Mortalidade, elaborado pelo Instituto Fernandes Figueira e Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Diante da pandemia pelo novo coronavírus, a conclusão da investigação do óbito fica dificultada, uma vez que as entrevistas ou levantamentos em prontuários ocorrem presencialmente nos âmbitos domiciliar, ambulatorial e hospitalar. Além disso, as equipes de saúde estão voltadas para o enfrentamento da COVID-19 (prevenção e manejo dos casos), priorizando ainda ações programáticas essenciais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Orientar os DSEI para focarem nos âmbitos domiciliar e ambulatorial da investigação.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	100	100	100	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	100	100	100	60	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	88	89	90	0	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	92	94	95	83,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	88	89	90	81,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	89	90	91	87,5	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	88	89	90	0	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	88	89	90	50	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	88	89	90	75	04/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	88	89	90	Valor não disponível	04/01/2022	Não foram registrados óbitos pelo DSEI Ceará	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	100	100	100	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	88	89	90	33,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	88	89	90	70	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	100	100	100	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	96,2	96,6	96,4	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	88	89	90	58,1	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	88	89	90	80	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	90	91	92	83,3	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	88	89	90	93,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	100	100	100	77,8	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	88	89	90	75	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	92	93	94	87	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	93	94	95	66,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	88	89	90	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	100	100	100	90	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	88	89	90	60	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	90	91	92	66,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	100	100	100	95,7	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	90,1	90,3	92	80	04/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	88	89	90	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	100	100	100	80	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	88	89	90	0	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	89	90	92	100	04/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	88	89	90	100	04/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0173 - Aldeias indígenas com água potável

Informações básicas

Unidade de medida: Cobertura de aldeias indígenas
Linha de base: 2.990
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Cobertura de aldeias indígenas com água potável
Meta prevista para 2020: 56
Meta prevista para 2021: 3.060
Meta prevista para 2022: 3.090
Meta prevista para 2023: 3.120

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.066
Data do valor apurado: 07/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Entre janeiro e dezembro de 2021, 34 aldeias foram beneficiadas com a conclusão de obras de infraestrutura de abastecimento de água. Dessa forma, atualmente, 3.066 aldeias possuem acesso à água potável. Ressalte-se que outras 52 aldeias possuem obras de implantação de infraestrutura de abastecimento de água em andamento.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	-	-	-	24	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	-	-	-	38	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	-	-	-	58	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	-	-	-	17	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	-	-	-	33	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	-	-	-	30	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	-	-	-	36	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	-	-	-	28	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	-	-	-	81	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	-	-	-	92	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	-	-	-	94	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	-	-	-	194	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	-	-	-	175	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	-	-	-	37	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	-	-	-	50	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	-	-	-	320	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	-	-	-	102	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	-	-	-	55	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	-	-	-	301	07/01/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	85	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	-	-	-	59	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	-	-	-	59	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	-	-	-	90	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	-	-	-	44	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	-	-	-	155	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	-	-	-	152	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	-	-	-	31	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	-	-	-	57	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	-	-	-	120	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	-	-	-	13	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	-	-	-	69	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	-	-	-	235	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	-	-	-	78	07/01/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	-	-	-	54	07/01/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5023 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Vigilância em Saúde é um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças. As ações de vigilância epidemiológica das doenças abrangem um elenco de agravos como: as doenças imunopreveníveis (sarampo, tétano, coqueluche etc.); antroponozoonoses e doenças transmitidas por vetores (leishmaniose, esquistossomose, leptospirose, febre amarela, raiva etc.); as doenças de veiculação hídrica e alimentar (febre tifoide, botulismo etc.) e de veiculação respiratória, como as meningites, influenza, tuberculose, entre outras. Assim como a vigilância epidemiológica de doenças, a vigilância em saúde ambiental se desenvolve por meio da detecção de fatores ambientais, especialmente qualidade da água para consumo humano, qualidade do ar e exposição a substâncias químicas, que influenciam na saúde da população brasileira. Ao longo de 2021, em que pese o enfrentamento da pandemia de Covid-19 ter prejudicado o desenvolvimento das ações e serviços de saúde em âmbito nacional, a Vigilância em Saúde experimentou avanços importantes com os investimentos e o aprendizado decorrente da pandemia. Após revitalizar e automatizar os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) das Secretarias Estaduais de Saúde, adaptando-os para realizar o exame que detecta o novo coronavírus e ampliando a capacidade de testagem e da rede de vigilância laboratorial, o Governo Federal vem apoiando o aperfeiçoamento dos serviços, além de fomentar a inclusão de novas competências. A Rede Nacional de Sequenciamento Genético nos Lacen vai investigar mutações e diferentes linhagens do SARS-CoV-2. Na fase piloto executada em 2021, 1,2 mil amostras do vírus de todas as unidades da Federação serão sequenciadas. Também cabe destacar a criação da Rede Vírus, coordenada pelo MCTI em cooperação com o Ministério da Saúde e com a rede Lacen para atuar no monitoramento e sequenciamento do genoma do vírus circulante no país. A Rede VigiAR-SUS foi instituída, em 2021, no contexto da pandemia de COVID-19 para ampliar, modernizar e fortalecer os componentes da Vigilância em Saúde que atuam nos eixos de detecção, monitoramento, alerta e resposta às Emergências em Saúde Pública. Seus eixos de atuação envolvem a ampliação e fortalecimento da Rede de Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs); Ampliação e fortalecimento dos núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (REVAVEH), Ampliação e fortalecimento das Equipes de Pronto Resposta e a ampliação e fortalecimento dos serviços de verificação de óbito no Brasil. Os resultados obtidos para o VigiAR SUS representam um legado para a saúde pública, no que tange as ações de gestão de riscos à eventos em saúde pública que possam vir a se tornar emergências. Neste ano, o Programa Nacional de Imunização que completou 48 anos de existência e é o maior programa público de imunização do mundo. A estrutura de atendimento conta com 38 mil salas de vacinação em todo o País, sendo que em campanhas realizadas anualmente esse número chega a até 50 mil postos, além de 52 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais. Anualmente, sem contar a campanha de vacinação contra Covid-19, mais de 400 milhões de doses de imunizantes são distribuídas pelo programa. Para operacionalização da vacinação contra a Covid-19, além da distribuição das vacinas, também foram disponibilizadas, às secretarias estaduais e municipais de saúde, seringas e agulhas para realização da campanha. Outro importante resultado obtido no ano foi a redução de 7,3% no número de casos autóctones de malária, passando de 143.394 em 2020 para 132.954 casos em 2021.

Meta: 052K - Adquirir e distribuir 100% de imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde, conforme programação anual

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: Percentual de imunobiológicos

Linha de base: 92,88

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Meta prevista para 2020: 100

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 76,77

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de implementação; Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Acessibilidade dos locais de vacinação: Barreiras de acesso decorrentes das restrições de horário e local das salas de vacinas. Barreiras que possam impedir o acesso do indivíduo de obter o serviço que lhe é garantido.

Providências implementadas para a superação da restrição: A implementação de providências para melhoria na acessibilidade dos locais de vacinação ainda necessita de amplo debate entre gestores das esferas federal, estadual e municipal que respondem pelas ações de vacinação integrantes do Programa Nacional de Imunizações.

Restrição: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição: Indisponibilidade do Imunobiológico na sala de vacinação: Desabastecimento pontual de imunobiológicos na sala de vacinação ocasionado pela indisponibilidade de vacina no mercado.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1. Utilização de esquema alternativo de vacina quando possível. Ex.: Substituição da Tetra Viral pelo esquema de imunização com a vacina Tríple Viral + Varicela. Substituição da vacina DTPa pela vacina Hexavalente. 2. Aquisição de vacina no mercado internacional.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Baixa procura por vacinas do calendário de vacinação: Impossibilidade de vacinar simultaneamente contra a COVID-19 e outras vacinas e receio da população em procurar os postos de vacinação, considerando o risco de infecção COVID.

Providências implementadas para a superação da restrição: Publicação da Nota Técnica nº 1203/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS de 28/09/2021 com orientações referentes à co-administração das vacinas COVID-19 e demais vacinas do calendário vacinal. (Fonte: <https://sbim.org.br/images/files/notas-tecnicas/nt-covid-coadministracao-210928.pdf> acesso em 16/02/2022).

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Priorização para vacina da COVID-19 em detrimento das demais vacinas que compõem o calendário vacinal usual.

Providências implementadas para a superação da restrição: Promoção da intensificação do resgate da população de não vacinados durante a campanha de multivacinação - Informe Técnico - Campanha Nacional de Imunização para atualização de caderneta da criança e do adolescente (Fonte: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/setembro/16/informe-multivacinacao_cgpn_atualizacao-tecnica_14_setembro-2021_fernanda-1.pdf)

Notas do usuário: Cabe ao Ministério da Saúde garantir a aquisição e distribuição de imunobiológicos, assegurando melhores condições de saúde para toda população, uma vez que viabiliza as condições para evitar a propagação e disseminação de doenças e agravos passíveis de imunização e controle. Em 2021, foram distribuídas 270.548.185 doses/frascos de imunobiológicos de 352.422.003 programadas, o que corresponde a 76,8% do planejamento anual. Foram celebrados 27 contratos sendo 23 para fornecimento de vacinas e 4 para imunoglobulinas. A rotina de distribuição ocorreu conforme planejado, porém a entrega de alguns imunobiológicos ocorreu de forma parcial tanto pela falta de alguns imunobiológicos quando pela baixa demanda das SES/UF; barreiras de acesso

decorrentes das restrições de horário e local das salas de vacinas; foco na vacinação contra covid-19, o que prejudicou a força de trabalho e a comunicação e conscientização da população; baixa procura pelas demais vacinas; impossibilidade de vacinar simultaneamente contra a covid-19 e outras vacinas; receio da população de procurar os postos, considerando a possibilidade de contaminação. Dos imunobiológicos que não tiveram desabastecimento, os que tiveram baixa demanda de doses em relação ao planejado para 2021 foram para as vacinas Pentavalente, DTP, Varicela e Meningocócica C Conjugada.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A	Não informado

							metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A	Não informado

							metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	76,77	31/12/2021	O percentual de alcance da meta é o mesmo do nacional visto que o cálculo é feito por imunobiológicos programados. A metodologia que atende à regionalização está em desenvolvimento.	Não informado

Indicador: 8706 - Percentual de imunobiológicos adquiridos de acordo com a programação anual

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 92,88
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Quadrimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 76,77
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: Conforme a programação anual, foram distribuídos em 2021, 270.548.185 doses/frascos de imunobiológicos de 352.422.003 programadas, o que corresponde a 76,8% do planejamento anual.

Resultado Intermediário: 0177 - Maior efetividade na cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cura
Linha de base: 75,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Indicador: Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.
Meta prevista para 2020: 76
Meta prevista para 2021: 76,5
Meta prevista para 2022: 77
Meta prevista para 2023: 77,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 64,3

Data do valor apurado: 30/11/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A tuberculose é uma doença infecciosa, considerada enquanto condição crônica, com um tratamento que dura, para casos novos, no mínimo seis meses. O tempo considerado oportuno para registro de encerramento é em até nove meses da data de diagnóstico. Portanto, a análise do indicador de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial é realizada no ano corrente para dados dos casos diagnosticados no ano anterior. Antes de registrar os dados apurados em 2021, relativo ao ano de 2020, cabe informar o percentual de cura revisado referente ao ano de 2019, conforme dados consolidados em novembro de 2021. Portanto, dentre os casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial diagnosticados em 2019, 73,2% apresentaram cura como desfecho. A análise do indicador para o presente ciclo de monitoramento,

identificou que, dentre os casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial diagnosticados entre janeiro a dezembro de 2020, 64,3 %, ou seja, 26.985 casos apresentaram encerramento por cura. Ressalta-se que esta análise é parcial, uma vez que os dados de 2020 ainda são preliminares. Atualização da apuração 2020-2021: ANO Previsto Realizado 2020 76% 73,2% (Dado revisado em nov./2021) 2021 76,5% 64,3% (Dado preliminar)

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Realocação de parte das equipes de trabalho dos programas de controle da tuberculose nos estados e municípios para o enfrentamento da pandemia, e fragilidades no conhecimento de profissionais de saúde sobre as recomendações de controle da TB.

Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento de materiais (Guia Rápido para profissionais de saúde sobre as recomendações para controle da TB, Ferramenta Instrumentalizadora para assistência do enfermeiro à pessoa com TB na Atenção Primária à Saúde, dentre outros) e iniciativas de capacitação de trabalhadores da saúde em TB, tais como o curso de EaD “Programa online de Formação Modular no Manejo da Tuberculose na Atenção Primária à Saúde – UNASUS”, capacitações virtuais em vigilância da ILTB, treinamento para monitores da rede de teste rápido molecular de tuberculose, apoio às ações de controle da TB para população indígena e imigrante, dentre outras.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Fragilidades relacionadas à capacidade instalada e organização de fluxos para as ações de controle da TB.

Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento de materiais e ações (publicação da Linha de cuidado da TB e pactuação do Plano Nacional pelo Fim da TB 2021-2015 na Comissão Intergestores Tripartite) para apoiar as coordenações locais na formulação de estratégias de organização das estratégias de enfrentamento à TB em seus territórios.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Discordâncias identificadas entre dados das bases estaduais e da base da rede Sinan.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1. A área técnica mantém o monitoramento da base da TB da rede Sinan de forma a identificar oportunamente possíveis discordâncias com os dados das bases estaduais. Quando uma discordância é identificada, se solicita as bases locais junto às coordenações estaduais de TB e se comunica a unidade técnica do Sinan para verificação de problemas na transmissão dos dados ou outros. (Fonte: SIPLAM - Pontos críticos). 2. Realização de ações rotineiras de remoção de duplicidade e vinculação de registros utilizando linkage de base de dados, para qualificação da base de dados em tuberculose. Ações de articulação com a Secretaria Nacional de Assistência Social para qualificar profissionais do SUS e do SUAS sobre ampliação da proteção social à pessoa com tuberculose.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Impacto no desenvolvimento de ações de TB durante a pandemia de COVID-19.

Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento de estratégias para monitoramento de dados relacionados ao diagnóstico laboratorial da TB e notificações de casos novos para compreensão dos efeitos da pandemia da Covid-19 nas ações de controle da TB. Realização de reunião virtual com coordenadores dos programas de tuberculose estaduais e de capitais brasileiras para orientações e esclarecimentos.

Notas do usuário: Dados preliminares, sujeitos à revisão.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	31	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	57	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	49,3	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	58	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	60	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	57	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	52,9	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	61	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	65,7	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	67,5	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	67	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	60,9	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	74,1	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	71,8	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	82,5	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	60,6	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	68,7	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	59,9	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado

No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	0,0001	30/11/2021	Sem informação. O Estado do Espírito Santo utiliza, desde janeiro de 2020, o sistema para vigilância “e-SUS VS”, no qual variáveis de acompanhamento e encerramento da tuberculose são indisponíveis, o que inviabiliza o cálculo desse indicador.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	68,1	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	60,1	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	60,9	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	56,4	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	58,2	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	68,8	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	56,6	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	63,8	30/11/2021	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado

Resultado Intermediário: 0178 - Ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano em municípios

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de municípios

Linha de base: 41,5

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de municípios desenvolvendo ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano

Meta prevista para 2020: 45

Meta prevista para 2021: 50

Meta prevista para 2022: 55

Meta prevista para 2023: 60

Valor Apurado: 47,18

Data do valor apurado: 01/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O percentual apurado referente ao ano de 2021 foi de 47,18%, correspondente à 2.628 dos municípios. Trata-se do resultado final do ano de acordo com dados extraídos dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS para extração dos dados e cálculo dos resultados anuais. Com relação ao Distrito Federal, desde junho de 2021 passou-se a considerar o DF com somente o município Brasília não considerando as Regiões Administrativas (RAs) do DF como municípios. Dessa forma, o denominador utilizado é 5.570 municípios, conforme dados do IBGE. A equipe de Articulação Interfederativa da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental da Secretaria de Vigilância em Saúde está implementando plano de auxílio aos estados com baixo desempenho com o objetivo de incentivá-los no desenvolvimento de ações do Vigiagua e possibilitar o atingimento da meta. O resultado de 2021 representa um incremento de 32 municípios quando comparado com o ano anterior. Ressalta-se que o resultado da meta não é cumulativo, em cada ano os municípios devem atualizar as formas de abastecimento para obter as informações de cadastro do respectivo ano de referência e inserir os respectivos dados de Controle e Vigilância referente ao monitoramento qualidade da água consumida pela população. Apuração 2020-2021: ANO Previsto Realizado 2020 45% 44,61% 2021 50% 47,18%

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Falhas de implementação; Falhas de Articulação institucional; Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: As ações do Programa Vigiagua são desenvolvidas por profissionais das Secretarias estaduais e municipais de saúde. Vale ressaltar as frequentes mudanças de profissionais na equipe, devido a isso são necessárias capacitações rotineiras.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Ministério da Saúde orienta os estados e municípios a fortalecerem as equipes do Programa Vigiagua no território. Ademais, foi disponibilizado um Curso EAD do Vigiagua para capacitar os profissionais nesse assunto e ainda são realizadas reuniões com os gestores do Programa Vigiagua nas UF's com necessidades específicas.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Detalhamento da restrição: As ações do Vigiagua são preteridas em razão de outras ações de saúde do município.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1. O Ministério da Saúde recomenda aos estados e municípios o fortalecimento das ações do Programa Vigiagua nos territórios.

Restrição: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição: Faltam dados relacionados a Cobertura de abastecimento e/ou dados de Vigilância e/ou Controle referentes ao monitoramento da qualidade da água consumida pela população.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1. Reunião com os gestores do Vigiagua dos estados que apresentam municípios com dificuldade de alcance da meta. 2. Treinamento para inserção de dados no Sisagua.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: Necessidade de maior apoio das SES e SMS para execução das ações do Vigiagua e alcance da meta proposta.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1. Reunião com os gestores para fortalecimento das ações de monitoramento da qualidade da água realizado pelas Secretarias de Saúde estaduais e municipais.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: 1. Problemas na alimentação oportuna dos dados no Sisagua. 2. Dos 3.046 municípios que possuem informações de pelo menos

90% da população, 108 possuem somente dados de Cadastro e Controle, ou seja, faltam dados de Vigilância, referentes ao monitoramento da qualidade da água realizado pela Secretaria de Saúde e 236 possuem somente dados de Cadastro e Vigilância, ou seja, faltam dados de Controle referentes ao monitoramento realizado pelos prestadores de serviço de abastecimento. 3. O mapa de espacialização de amostras, presente nas versões anteriores do painel público de informações do Sisagua com o relatório de alimentação dos dados, não está funcionando.

Providências implementadas para a superação da restrição: 1. Reunião com os gestores do Vigagua nos estados que apresentam municípios com dificuldade de alcance da meta. 2. Reunião com a CGLAB/SVS para fortalecimento das ações de monitoramento da qualidade da água realizado pelas Secretarias de Saúde e aprimoramento da integração do Sisagua com o GAL 3. Reunião com o DEMAS, no dia 14/12/21, para estabelecimento de planejamento para construção dos painéis e cronograma de entregas, com o painel de “controle mensal” definido como primeira entrega.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Com a pandemia de COVID-19, houve prejuízos às ações de vigilância da qualidade da água em vários municípios, considerando as normas estaduais e municipais de restrição de atividades, além do quadro técnico das vigilâncias por comporem grupos de risco.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MS orientou as Secretarias de Saúde dos estados e municípios a manterem as ações de Vigilância, e não autorizarem a flexibilização do monitoramento da qualidade da água pelas companhias de abastecimento, intensificando especialmente o monitoramento de cloro na água, considerando a sensibilidade do SARS-COV-2 e outros agentes patogênicos ao teor residual de cloro previsto na norma de potabilidade brasileira.

Notas do usuário: Resultado final do ano extraídos no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	100	01/02/2022	Resultado final do ano extraídos no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	48,4	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	43	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	52,9	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	63,8	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	34,8	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigagua nas SES e SMS.	Não informado

No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	57	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	46,4	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	31,4	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	5,8	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	6,7	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	53,2	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	47,4	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	61,3	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	0	01/02/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	8,1	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	74,5	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	37,2	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	4,6	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado

No Estado do Pará	-	-	-	-	9	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	81,7	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	8	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	26,1	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	31,7	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	79,1	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	35,3	01/02/2022	Resultado final do ano extraído no dia 01/02/2022, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.	Não informado

Resultado Intermediário: 0179 - Redução do número de casos autóctones de malária no Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Número de casos autóctones de malária

Linha de base: 187.756

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Número de casos autóctones de malária no Brasil

Meta prevista para 2020: 150.000

Meta prevista para 2021: 131.500

Meta prevista para 2022: 113.000

Meta prevista para 2023: 94.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 132.954

Data do valor apurado: 18/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A malária é uma doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários transmitidos pela fêmea infectada do mosquito Anopheles. No Brasil existem três espécies de Plasmodium que afetam o ser humano: P. falciparum, P. vivax e P. malariae. O mais agressivo é o P. falciparum, que se multiplica rapidamente na corrente sanguínea, destruindo de 2% a 25% do total de hemácias (glóbulos vermelhos) e provocando um quadro de anemia grave. Dados preliminares apontam que em 2021, no Brasil, houve redução de 7,3% no número de casos autóctones de malária, passando de 143.394 em 2020 para 132.954 casos em 2021. Ao analisar os dados de malária por estado da Região Amazônica no período, é possível identificar aumento de casos nos estados do Mato Grosso (passando de 3.615 para 4.253, 17,6%), Maranhão (passando de 69 para 99, 43,5%), Rondônia (passando de 11.801 para 14.254, 20,8%) e no Amapá (passando de 3.304 para 4.018, 21,6%). Os Estados que apresentaram maior redução no período foram o Acre e Pará, com redução de 27,3% (de 11.629 para 8.453), 22,2% (de 24.556 para 19.105), respectivamente. Na região extra-amazônica, o estado que apresentou o maior número de casos autóctones foi a Bahia, com 67 casos (63 de Itabela e 4 de Porto Seguro), quando não havia registrado nenhum caso autóctone em 2020. Em relação às áreas consideradas especiais na Região Amazônica, de acordo com dados preliminares, foi observado aumento de casos autóctones apenas nas áreas de garimpo (39,8%) e em áreas não categorizadas (11,9%), ou seja, sem preenchimento dessa informação, sendo registrada redução nas demais áreas consideradas especiais. As reduções foram de 14,1% em áreas rurais, 11,9% em áreas indígenas, 13,2% em áreas urbanas, 8,5% em assentamentos agrários. Atualização da apuração 2020-2021: ANO Previsto Realizado 2020 150.000 143.394 (Dado revisado) 2021 131.500 132.954 (Dado parcial)

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Aumento no número de casos de malária em 04 estados da região amazônica, em áreas de garimpo e ocorrência de surtos na região extra-amazônica (BA e PI).

Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de balanço mensal da situação de antimaláricos, testes rápidos e inseticidas, a fim de assegurar o abastecimento regular; Assessoria periódica, videoconferências e visitas técnicas aos estados, municípios e DSEI prioritários; Integração com a SESAI para a realização de reuniões técnicas com os 21 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) que notificaram casos de malária nos últimos 3 anos; Monitoramento e avaliação do Projeto Apoiadores para prevenção, controle e eliminação da malária; Monitoramento das ações de controle da malária nos processos de licenciamento ambiental; Continuidade de projetos (apoiadores); Interlocução com outras áreas do setor saúde e intersetorial.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Impacto da emergência da COVID-19 na rotina das ações desenvolvidas; consumo de cloroquina de forma ampla; afastamento de profissionais devido a atestados médicos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Assessoria periódica, videoconferências e visitas técnicas aos estados, municípios e DSEI prioritários; Capacitações periódicas principalmente relacionadas ao tratamento e manejo clínico; Atualização e divulgação de documentos técnicos como o guia de tratamento da malária no Brasil; Discussões com o departamento de assistência farmacêutica em relação ao monitoramento e uso da cloroquina.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	0	18/01/2022	Ausência de casos.	Não informado

No Estado da Paraíba	-	-	-	-	0	18/01/2022	Ausência de casos.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	807	706	605	505	4.253	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	9	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	6.184	5.411	4.638	3.865	14.254	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de Roraima	14.670	12.836	11.002	9.169	23.803	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	13	18/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	20.644	18.064	15.483	12.903	8.453	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Amapá	11.455	10.023	8.591	7.160	4.018	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Amazonas	58.761	51.416	44.071	36.726	58.852	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Maranhão	234	205	176	147	99	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Pará	37.124	32.484	27.843	23.203	19.105	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	14	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	0	18/01/2022	Ausência de casos.	Não informado
No Estado do Tocantins	2	2	1	1	1	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	67	18/01/2022	Dados preliminares, sujeitos à revisão.	Não informado

Resultado Intermediário: 0352 - Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) com desempenho satisfatório

Informações básicas

Unidade de medida: Porcentual de CIEVS

Linha de base: 14

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual dos CIEVS com capacidade satisfatória de monitoramento, alerta e resposta às emergências de saúde pública

Meta prevista para 2020: 20

Meta prevista para 2021: 30

Meta prevista para 2022: 40

Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 45,74

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Este Resultado Intermediário tem por finalidade qualificar os Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) Estaduais, de Capitais e de Fronteira com desempenho satisfatório, de acordo com os seguintes critérios: Possuir sala exclusiva para equipe; telefone fixo; formalização do CIEVS; equipe de sobreaviso ou plantão 24h do CIEVS; Comitê de Monitoramento de Eventos ou Reuniões ativo para discutir as potenciais emergências em Saúde Pública; boa comunicação do CIEVS com as áreas técnicas; boa comunicação do CIEVS com áreas externas; Realizar captura de rumores; Possuir documentos com as definições das responsabilidades, operacionalização e organização nas respostas às emergências (planos e protocolos ativos ou em elaboração). Em 2021, 45,74% dos CIEVS foram considerados com desempenham satisfatório os seguintes critérios indispensáveis: Há equipe de sobreaviso ou plantão do CIEVS? O CIEVS possui boa comunicação com as áreas técnicas? Há boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI? Realiza captura de rumores? Os demais critérios foram relativizados. O CIEVS Nacional ampliou a estratégia de fortalecimento da Rede a partir da introdução de interlocutores e apoiadores nos 129 cenários distribuídos no território nacional. A Rede Nacional de Vigilância, Alerta e Resposta está em fase de devolutiva e construções dos planos de ação para atender as capacidades básicas previstas no Regulamento Sanitário Internacional (RSI), para otimização e adequado funcionamentos dos centros de inteligência epidemiológica compostos pelas Unidades CIEVS. Investimento em capacitações para a Rede Nacional: Curso de Gestão em Emergências em Saúde Pública – ESP; Curso de capacitação na ferramenta de detecção Epidemic Intelligence from Open Sources (EIOS); EpiSUS Intermediário; Curso de Formação de Tutores em Epidemiologia de Campo; VI Encontro da Rede CIEVS; I simulado CIEVS; e o Workshop da rede CIEVS.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Falhas de implementação; Falhas de Articulação institucional; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Necessidade de profissionais com conhecimentos e práticas de vigilância epidemiológica e de padronização da atuação em âmbito nacional, com fluxos bem definidos e alinhamentos conceituais sobre as ações de Emergência em Saúde Pública no Brasil.

Providências implementadas para a superação da restrição: Disponibilização de um apoiador qualificado para cada unidade CIEVS e um apoiador para implementação do projeto VigiAR-SUS. A Seleção foi realizada através de chamadas públicas da Fiotec, com vinculação a partir de março de 2021, com previsão de término em dezembro de 2022. Os apoiadores são profissionais com experiência mínima de cinco anos no SUS e com formação na área de epidemiologia, análises de situação de saúde e habilitados para manejo e interpretação de dados em saúde. Os ganhos com os apoiadores se consolidaram principalmente no apoio a consolidação de informações sobre as unidades, implementação de planos de trabalho e avaliações periódicas de indicadores de monitoramento interno,

para mensuração de resultados e impactos de ações relacionadas a vigilância ativa e passiva das doenças e agravos de notificação compulsória. Além disso, tratou-se da oportunidade de resposta à potenciais emergências com o processo de detecção e monitoramento de eventos em saúde pública. Desenvolvimento do Programa de Formação em Emergências em Saúde Pública, criado a partir das lacunas de conhecimento identificadas pelos coordenadores locais, técnicos locais e do nível nacional. Em 2021, foram realizadas as seguintes capacitações: Curso de Gestão em Emergências em Saúde Pública – ESP; Curso de capacitação na ferramenta de detecção Epidemic Intelligence from Open Sources (EIOS); EpiSUS Intermediário; Curso de Formação de Tutores em Epidemiologia de Campo; VI Encontro da Rede CIEVS; I simulado CIEVS; e o Workshop da rede CIEVS, com garantias de acesso equânime as formações.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: As unidades CIEVS, por serem um centro de inteligência epidemiológica, necessitam de condições mínimas tecnológicas de acesso à internet e equipamentos que permitam a leitura de bancos de dados, espaços de vídeo/web conferências, serviços de impressões, entre outros, que foram identificados a partir do diagnóstico realizado em 2019 e 2020. Os principais entraves eram as dificuldades de aquisições de equipamentos eficientes e falta de priorização das unidades.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi pactuado com o Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), em atendimento a agenda prioritária da covid-19 e outras potenciais emergências a montagem de salas com estruturas mínimas, que atendessem aos requisitos das capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Neste sentido, foi disponibilizado para as 129 unidades a possibilidade de adesão ao processo de montagem das salas, sendo de responsabilidade do Ministério da Saúde o provimento de: 2 notebook, 2 computador desktop, 2 tablet android para coleta de dados em campo, 1 impressora, 4 headset, 1 microfone omnidirecional para webconferência sem fio, 1 lousa de vidro magnética 0,90 x 0,60, 2 TVs LED 65” 4k e link de internet do DATASUS dedicado às salas e serviço de instalação dos equipamentos. No monitoramento de dezembro de 2021 foi possível aferir que 100% das unidades tiveram a conclusão do processo de instalação das salas e afirmam uso dos materiais de forma rotineira nos processos de trabalho.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Detalhamento da restrição: Não formalização das unidades CIEVS por ato normativo.

Providências implementadas para a superação da restrição: No I ciclo de avaliação das capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional, surgiram agendas estratégicas de apresentação da missão das unidades CIEVS aos gestores Estaduais/Municipais e a importância de fomentar o processo de formalização, através de ato normativo e inclusão enquanto unidades orgânicas das secretarias. Foram realizadas 131 visitas em 27 dias, com uma média de 4 a 5 unidades visitadas simultaneamente por dia. O quadro de técnicos incluiu 16 do CIEVS Nacional e DSASTE, 09 da OPAS, 13 da SESAI e 05 da Anvisa, totalizando 45 técnicos em campo. Também foi realizada a revisão da Portaria nº 30/2005, que cria o CIEVS nacional com previsão de publicação no 1º semestre de 2022.

Restrição: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição: Os diagnósticos das capacidades básicas demonstram que menos da metade das unidades CIEVS apresentam desempenho satisfatório, de acordo com o indicador pactuado no PNS. Quando analisado sob o prisma do “Guia de implementação para os países do RSI” as unidades apresentam implementação, em sua maioria, “adequada” ou “adequado parcialmente”. Cabe salientar que atualmente as unidades CIEVS dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que foram criadas em 2021, apresentam avaliação “em desenvolvimento” segundo o guia, atribuído principalmente pelos avaliadores ao tempo de implantação ainda muito curto, sendo promissoras no processo de preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública.

Providências implementadas para a superação da restrição: Criou-se espaços de diálogo e canais de comunicação, com realização de encontros semanais com representantes de todas as unidades. Foi desenvolvido o ciclo de construção e apresentação dos planos de ação das unidades e monitoramento periódico através de formulários eletrônicos das ações propostas. O grande momento de consolidação das avaliações do período foi a realização do I ciclo de avaliação das capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional, em outubro de 2021. As 131 visitas realizadas, em 27 dias, contaram com a participação dos coordenadores e técnicos de cada localidade. O quadro de técnicos incluiu: 16 do CIEVS Nacional e DSASTE, 09 da OPAS, 13 da SESAI e 05 da Anvisa, totalizando 45 técnicos em campo. O CIEVS nacional foi avaliado por 02 representantes da OPAS. Analisando-se os resultados gerais por tipo de unidade CIEVS, a unidade Nacional obteve resultado adequado; a maioria das unidades estaduais (77,78%), de capital (72,00%), de municípios estratégicos (74,19%) e de fronteira (53,85%) alcançaram resultado ‘adequado parcialmente’. A unidade Nacional alcançou pontuação suficiente para ser classificada como ‘adequada’. Quanto aos DSEI, a predominância foi de unidades ‘em desenvolvimento’ (68,75%), mesma categoria alcançada pela unidade regional, conforme escala de avaliação do guia supracitado.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: Não consolidação da referência nacional e arcabouço de atuação de cada um dos níveis de vigilância para garantir a resposta coordenada às emergências em saúde pública em articulação com Estados, Municípios e Distrito Federal.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estruturação dos canais de comunicação, disponibilização de referências técnicas nacionais e fomento ao processo de implantação das unidades CIEVS.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Necessidade de maior capilaridade das estruturas de vigilância, alerta e resposta às emergências em saúde pública no SUS para identificação dos potenciais impactos à saúde humana decorrente das emergências, principalmente relacionada a pandemia da covid-19. Existiam apenas 55 unidades no país no início de 2021, sendo a meta prevista a ampliação para 129 unidades, com designação de coordenação e local de implantação.

Providências implementadas para a superação da restrição: Criação da Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, com finalidade de aprimorar a capacidade de preparação e resposta do país às emergências em saúde pública. Ampliação surge do projeto VigiAR-SUS, que em agosto de 2021 foi transformado em estrutura permanente do SUS, através da publicação da Portaria GM/MS nº 1.802/2021, visando estabelecer estratégias de resposta coordenada às emergências em saúde pública em articulação com Estados, Municípios e Distrito Federal.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	6,2	31/12/2021	Em 2021, 6,2% dos CIEVS da Região Centro-Oeste tiveram desempenho satisfatório. Foram considerados os seguintes critérios indispensáveis: Há equipe de sobreaviso ou plantão do CIEVS? O CIEVS possui boa comunicação com as áreas técnicas? Há boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI? Realiza captura de rumores? Os demais critérios foram relativizados.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	14	31/12/2021	Em 2021, 14% dos CIEVS da Região Nordeste tiveram desempenho satisfatório. Foram considerados os seguintes critérios indispensáveis: Há equipe de sobreaviso ou plantão do CIEVS? O CIEVS possui boa comunicação com as áreas técnicas? Há boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI? Realiza captura de rumores? Os demais critérios foram relativizados.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	7,8	31/12/2021	Em 2021, 7,8% dos CIEVS da Região Norte tiveram desempenho satisfatório. Foram considerados os seguintes critérios indispensáveis: Há equipe de sobreaviso ou plantão	Não informado

							do CIEVS? O CIEVS possui boa comunicação com as áreas técnicas? Há boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI? Realiza captura de rumores? Os demais critérios foram relativizados.	
Região Sudeste	-	-	-	-	12,4	31/12/2021	Em 2021, 12,4% dos CIEVS da Região Sudeste tiveram desempenho satisfatório. Foram considerados os seguintes critérios indispensáveis: Há equipe de sobreaviso ou plantão do CIEVS? O CIEVS possui boa comunicação com as áreas técnicas? Há boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI? Realiza captura de rumores? Os demais critérios foram relativizados.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	5,4	31/12/2021	Em 2021, 5,4% dos CIEVS da Região Sul tiveram desempenho satisfatório. Foram considerados os seguintes critérios indispensáveis: Há equipe de sobreaviso ou plantão do CIEVS? O CIEVS possui boa comunicação com as áreas técnicas? Há boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI? Realiza captura de rumores? Os demais critérios foram relativizados.	Não informado

Resultado Intermediário: 0353 - Redução do número de óbitos por arboviroses (dengue, chikungunya, zika e febre amarela)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de óbitos por arboviroses
Linha de base: 962
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de óbitos por arboviroses (dengue, chikungunya, zika e febre amarela)
Meta prevista para 2020: 911
Meta prevista para 2021: 854
Meta prevista para 2022: 804
Meta prevista para 2023: 750

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 265
Data do valor apurado: 25/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Este resultado tem a finalidade de analisar as variações populacionais, geográficas e temporais de letalidade pelas arboviroses dengue, chikungunya, Zika e febre amarela no país. No período da Semana Epidemiológica 1 até a 52ª (de 03/01/2021 a 01/01/2022), foram confirmados: • Para dengue, 246 óbitos onde os Estados que apresentaram o maior número de óbitos dengue foram, São Paulo (63), Paraná (28), Goiás (24), Ceará (20), Mato Grosso do Sul (13) e Distrito Federal (11), representado 65% dos óbitos por dengue do país. • Para

chikungunya foram confirmados 14 óbitos por critério laboratorial, os quais ocorreram no Estado de São Paulo (6), Pernambuco (2), Espírito Santo (2), Paraíba (1), Sergipe (1), Bahia (1) e Minas Gerais (1). • Não houve ocorrência de óbito para zika no País. • Houve 5 óbitos por Febre Amarela confirmados nos Estados de Santa Catarina (3) e no Pará (2). Considerando que a expectativa para o ano de 2021 era de 857 óbitos (429 óbitos por semestre), o resultado atual apurado de 259 óbitos é avaliado como positivo.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Falhas de Articulação institucional; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Devido as atividades desenvolvidas durante a pandemia de COVID-19, ocorreu um déficit de profissionais para as demais ações de arboviroses.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas videoconferências, capacitações on-line, Webinários e capacitações presenciais em alguns Estados prioritários.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Detalhamento da restrição: Houve uma priorização das ações voltadas para a pandemia do COVID-19, gerando impactos na vigilância adequada das arboviroses.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas reuniões periódicas com os Estados, capacitações on-line e presencial para estados e municípios. Foi realizado uma sensibilização de profissionais. Realização da campanha “Combata o mosquito todo dia”.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: Devido a rotatividade dos profissionais e concentração dos serviços para a pandemia em todos os níveis de atenção à saúde, houve comprometimento no desenvolvimento das ações relacionadas às arboviroses.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas ações voltadas para os profissionais e articulação/alinhamento para trabalho integrado nos três níveis de gestão.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Devido as atividades desenvolvidas durante a pandemia de COVID-19, ocorreu um déficit de profissionais para as demais ações de arboviroses.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas videoconferências, capacitações on-line, Webinários e capacitações presenciais em alguns Estados prioritários.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	11	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	5	25/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado da Paraíba	-	-	-	-	3	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	10	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	24	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	11	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	13	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	8	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	8	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	2	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	0	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	11	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	69	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	2	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	4	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	8	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	20	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	4	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	0	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	2	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	30	25/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Piauí	-	-	-	-	0	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	4	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	11	25/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	4	25/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0355 - Vacinação da população-alvo contra a COVID-19

Informações básicas

Unidade de medida: Milhões de doses de vacina

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020

Indicador: Doses de vacinas COVID-19 distribuídas pelo Ministério da Saúde aos entes federativos

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 316,2

Meta prevista para 2022: 0

Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 400,8006

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2021 foi criada a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 com a missão de propor diretrizes nacionais e ações de implementação de políticas de saúde, em articulação com os gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como a responsabilidade por definir e coordenar as ações do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Desde os primeiros casos da Covid19 identificados no Brasil, o Governo Federal acompanhou o desenvolvimento das vacinas por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Assim que Anvisa conferiu a autorização para uso emergencial do imunizante, o país já estava pronto para iniciar a campanha de vacinação em massa. No curso da vacinação, a Lei 14.124/2021 criou o PNO – Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19. Estas estratégias resultaram na aplicação de mais de 334 milhões doses de vacina, sendo mais de 144 milhões completamente imunizadas, com as duas doses da vacina ou com o imunizante de dose única. Em 2021 foram distribuídas mais de 400 milhões de doses de vacina contra a Covid-19, e em 2022 a expectativa é de entregar mais 354 milhões de doses para o PNO – Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	6,2477	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	27,9573	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	7,6388	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	5,7819	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	13,2057	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	6,8412	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	5,4372	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	40,2333	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	17,7994	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	3,314	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1,4825	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	13,7894	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	89,5473	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	4,1817	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	1,4756	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	1,4606	31/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Amazonas	-	-	-	-	6,7653	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	17,6569	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	7,6818	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	12,1791	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	14,289	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	22,0357	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	6,3042	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	33,8521	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	7,6422	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	23,2161	31/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	2,7847	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5024 - ATENÇÃO INTEGRAL À PRIMEIRA INFÂNCIA

Objetivo: 1231 - Promover atenção integral a gestantes e crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5024 se destina à promoção do desenvolvimento humano pela ação estratégica no período mais propício ao desenvolvimento de competências – 0 a 6 anos – que viabilizam a capacidade de aprendizagem, solução de conflitos, saúde, convivência pacífica e produtividade ao longo de toda vida, por meio do acompanhamento das crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, gestantes e suas famílias, que devem receber visitas domiciliares, visando a promoção do seu desenvolvimento integral. Considerado como o maior programa de visita domiciliar voltado à primeira infância no mundo e vencedor do prêmio internacional WISE Awards 2019, o Programa Criança Feliz (PCF) está presente em 3.028 municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal, alcançando em 2021 404.227 crianças e gestantes atendidas até 31 de dezembro de 2021. No ano de 2021, foi incluído, como público prioritário do Programa, as

crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19. Para ampliar e qualificar a atuação dos profissionais do PCF, o Ministério da Cidadania lançou em março de 2021 o curso "Programa Criança Feliz: Dialogando com as famílias" e em maio de 2021 o curso "Planejamento e Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento da Primeira Infância" no Portal Capacitação Cidadania. Os cursos contemplam mais de 40 horas destinadas a multiplicadores estaduais, supervisores municipais, visitadores domiciliares, gestores municipais de assistência social, técnicos do CRAS e demais atores de políticas voltadas para a primeira infância. O curso "Programa Criança Feliz: Dialogando com as famílias", registrou a inscrição de 4.504 pessoas e objetivou aprofundar os conhecimentos dos participantes sobre as etapas de desenvolvimento infantil e a importância do brincar, de modo que os profissionais possam apoiar as crianças durante a visita e encaminhá-las, quando necessário, à rede de serviços do território. Já o curso "Planejamento e Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento da Primeira Infância", cujo objetivo é contribuir para a formação e qualificação dos gestores públicos por meio do aprimoramento dos conhecimentos a respeito do cuidado das crianças de 0 a 6 anos e do desenvolvimento da Primeira Infância, registrou 829 pessoas inscritas. O conteúdo do curso é direcionado a agentes pensadores, formuladores e implementadores de políticas voltadas para a primeira infância. O tema é estratégico para um país que busca alcançar padrões de referência em desenvolvimento humano. Também estão disponíveis na plataforma do Ministério da Cidadania outras iniciativas, como os cursos "Curso Básico do Programa Criança Feliz", "A Promoção do Desenvolvimento Infantil e o PCF", "Programa Criança Feliz – Conhecendo a Família e a Comunidade" e "Criança Feliz - Planejando as ações". No sentido de dar visibilidade à pauta da primeira infância, o Ministério da Cidadania promoveu, durante o mês de agosto de 2021, o Mês da Primeira Infância. Com o tema: "O Brasil do futuro começa agora", a campanha foi realizada em todo território nacional e envolveu diversos atores sociais, gestores nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital. Durante o mês, os estados, municípios e Distrito Federal realizaram agendas com temáticas transversais. Deste evento nacional, foram desenvolvidas 65 atividades em 119 horas sendo 22 atividades do Governo Federal e 28 atividades dos governos estaduais. Com vistas ao fortalecimento do Programa, a SNAPI vem estabelecendo parcerias com organizações voltadas para a temática da primeira infância, dentre elas: a Fundação Bernard Van Leer, ONU/Fundo Conjunto do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Fundação LEGO, Fundação Pitágoras, Fundação Itaú Social, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, dentre outras. Em outubro de 2021, foi publicada Portaria que instituiu a abertura de prazo para novas adesões e solicitação de aumento de metas ao Programa. Os municípios de pequenos e médios portes tiveram prioridade no atendimento das novas adesões. Aderiram ao PCF 119 novos municípios, somando 36.850 metas aderidas. Além disso, 178 municípios expandiram suas metas, somando 20.000 novas metas, totalizando 56.850 novas metas autorizadas. Ainda no ano de 2021, foram adotadas várias estratégias para o combate à Covid-19, tais como, readequação de normativas, produção de materiais informativos, cards, folders, elaboração de protocolos e manuais. Outro destaque foi a inclusão do Ministério da Justiça e Segurança Pública como membro do Comitê Gestor do PCF, importante instrumento de diálogo e elaboração de políticas públicas, cuja atuação foi fortalecida no decorrer do ano.

Meta: 0520 - Acompanhar 3 milhões crianças beneficiadas, desde a gestação até os 6 anos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: indivíduo atendido (unidade)

Linha de base: 533.901

Data de referência da linha de base: 31/05/2019

Meta prevista para 2020: 1.300.000

Meta prevista para 2021: 1.850.000

Meta prevista para 2022: 2.500.000

Meta prevista para 2023: 3.000.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.625.446

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: Não há meta regionalizada definida para o Programa. O monitoramento de dados e metas é feita seguindo critério nacional.

Notas do usuário: -

Indicador: 8713 - Percentual de indivíduos atendidos do público do Programa Criança Feliz (PCF), desde a gestação até os 6 anos

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem

Valor de referência: 11,9

Data de Apuração: 31/05/2019

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 54

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0127 - Ampliação do número de crianças e gestantes acompanhadas pelo Programa Criança Feliz

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada

Linha de base: 554.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de crianças e gestantes de famílias beneficiárias do Bolsa Família/BPC acompanhadas pelo Programa Criança Feliz

Meta prevista para 2020: 700.000

Meta prevista para 2021: 550.000

Meta prevista para 2022: 650.000
Meta prevista para 2023: 500.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 404.227

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Desempenho de 73,5% da meta estabelecida. Para atingir a meta prevista para o próximo ano haverá necessidade de acréscimo no orçamento.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não há meta regionalizada definida para o Programa. O monitoramento de dados e metas é feita seguindo critério nacional.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0128 - Ampliação do número de municípios participantes do Programa Criança Feliz

Informações básicas

Unidade de medida: município

Linha de base: 2.787

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de municípios participantes do Programa Criança Feliz

Meta prevista para 2020: 2.900

Meta prevista para 2021: 3.100

Meta prevista para 2022: 3.300

Meta prevista para 2023: 3.500

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.028

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Desempenho de 97,7% da meta estabelecida. Para atingir a meta prevista para o próximo ano haverá necessidade de acréscimo no orçamento.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não há meta regionalizada definida para o Programa. O monitoramento de dados e metas é feita seguindo critério nacional.

Restrições: Não Há Restrições

PROGRAMA: 5025 - CULTURA

Objetivo: 1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2021 a pandemia permaneceu como um dos principais obstáculos às atividades do setor cultural, sendo o Programa 5025 - Cultura responsável por incentivar ou fomentar 4.942 projetos em todo país. Embora esse resultado seja bastante inferior, deve-se salientar que em 2020 as medidas emergenciais para o setor adotadas pelo governo federal tiveram grande impacto nos números apurados, o que não ocorre em 2021. Nesse contexto, destacaram-se: a) o mecanismo do incentivo fiscal da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, captou em 2021 R\$ 1.912.049.151,66 destinados a 3.238 projetos incentivados nas áreas de artes cênicas, artes visuais, audiovisual, humanidades, museus e memória, música e patrimônio cultural, registrando aumento em relação ao ano anterior, que obtera as marcas de R\$ 1.499.796.734,55 e 3.140 projetos. b) 935 projetos incentivados ou fomentados no âmbito de atribuições da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), sendo 552 de fomento direto por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e 383 decorrentes do incentivo fiscal específico do setor. Por outro lado, se a quantidade de projetos incentivados pela Lei nº 8.313, de 1991, teve alta, a capacidade de fomento a projetos com o orçamento discricionário do programa foi bastante impactado. Durante o exercício as dotações discricionárias do foram reduzidas em R\$ 41,7 milhões ou 19% aproximadamente, finalizando o ano R\$ 180,9 milhões. Conclui-se que, embora abaixo da meta, o programa continua contribuindo decisivamente para consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável do país.

Meta: 051D - Ampliar em 60,45% o número de projetos e ações culturais fomentados e incentivados

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: Número de projetos e ações fomentados e incentivados

Linha de base: 5.500

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Meta prevista para 2020: 6.000

Meta prevista para 2021: 6.600

Meta prevista para 2022: 7.600

Meta prevista para 2023: 8.825

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 4.942
Data de Referência: 27/01/2022
Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: 1. Compatibilização de emendas fora das especificações para admissão. 2. Paralisação das atividades nas Pracinhas da Cultura em virtude da 3. Pandemia de COVID-19 e derivações dos Decretos de isolamento social de Estados e Municípios. 4. Reduções orçamentárias.

Providências implementadas para a superação da restrição: - Junção/Incorporação de propostas de mesmos parlamentares com objetivos semelhantes, com mesma localidade e/ou com propostas de mesma localidade. Junções de propostas com risco de impedimento técnico em outras propostas para execução dos recursos. - Realização de monitoramento das Pracinhas, Capacitação Virtual de gestores, colaboradores e usuários das Pracinhas, acompanhamento da Mobilização Social do programa Pracinhas da Cultura. - Em termos orçamentários, buscou-se a realização de parcerias com agentes externos, como o Fundo de Direitos Difusos (FDD) e também o remanejamento de dotações próprias. - Manutenção de algumas medidas para a mitigação dos impactos da pandemia no setor, como prorrogação de prazos quando possível.

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	207	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	501	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	74	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	2.898	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	1.262	27/01/2022	Não informado	Não informado

Indicador: 8732 - Número de projetos e ações culturais

Informações básicas

Unidade de medida: número absoluto
Valor de referência: 5.500
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 4.942
Data do valor apurado: 27/01/2022
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0291 - Ampliar a quantidade de municípios com adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de Municípios
Linha de base: 47,8
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Municípios com Acordos de Cooperação Federativa publicados no DOU.
Meta prevista para 2020: 49
Meta prevista para 2021: 51
Meta prevista para 2022: 55
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 51
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Um dado relevante e positivo é que a construção do Sistema Nacional de Cultura, embora com estágios bastante diferenciados, encontra-se em andamento em todos os estados brasileiros. Esse processo ocorre com a criação, por estados e municípios, de órgãos gestores da cultura, constituição de conselhos de política cultural, realização de conferências com ampla participação dos diversos segmentos culturais e sociais, elaboração de planos de cultura com participação da sociedade (já aprovados ou em processo de aprovação pelas respectivas casas legislativas), criação de sistemas de financiamento com fundos específicos para a cultura, de sistemas de informações e indicadores culturais, de programas de formação e de sistemas setoriais articulados em várias áreas da cultura. Destaca-se que, se, de um lado, as adesões se referem a 51% dos municípios, por outro, as 2.862 cidades e o DF abrangem municípios que totalizam mais de 171,9 milhões de habitantes, o que corresponde a mais de 80,92 % da população brasileira (dados IBGE/dezembro de 2020)
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	53,7	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	54,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	46	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	45,2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	55,9	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0292 - Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais de diversos tipos.

Informações básicas

Unidade de medida: Iniciativas apoiadas

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de equipamentos culturais implantados, recuperados ou modernizados.

Meta prevista para 2020: 150

Meta prevista para 2021: 175

Meta prevista para 2022: 200

Meta prevista para 2023: 250

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 141

Data do valor apurado: 27/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 os efeitos da pandemia ainda afetaram bastante o desempenho neste assunto, principalmente pelos esforços orçamentários que o governo federal fez para combater a pandemia, que refletiu nas despesas discricionárias do Programa 5025 - Cultura. Somente entre o LOA 2021 e o encerramento do exercício, a redução foi de R\$ 41,7 milhões, ou 19% das despesas discricionárias do

programa. Além disso, o IPHAN, principal entidade ligada às intervenções dessa natureza, teve redução de 89% do orçamento da Ação 5538 e 77% na Ação 20ZH. Na ação orçamentária 5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas houve a redução de 171 milhões executados em 2019 para cerca de 20 milhões em 2021. Já a ação 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, foram executados 77 milhões em 2019 e o orçamento para o exercício de 2021 foi de aproximadamente 18 milhões.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Atraso na aprovação da LOA, dificuldades enfrentadas pelos parceiros e contingenciamentos e reduções orçamentárias nos últimos anos, especialmente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Providências implementadas para a superação da restrição: Intensificação das atividades de orientação aos convenientes; Debloqueio e remanejamentos orçamentários; Envio de expedientes ao Ministério da Economia detalhando a situação orçamentária, com especial atenção a obras relacionadas à equipamentos e bens culturais

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	16	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	36	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	58	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	28	27/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0338 - Ampliar o acesso do público à BNDigital da FBN

Informações básicas

Unidade de medida: Acesso ao site <http://bndigital.bn.gov.br>

Linha de base: 33.104.136

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de acessos ao site <http://bndigital.bn.gov.br>

Meta prevista para 2020: 101.602.664

Meta prevista para 2021: 102.118.900
Meta prevista para 2022: 102.640.300
Meta prevista para 2023: 103.167.100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 89.385.221

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Embora aquém da meta, a quantidade de acessos manteve o mesmo nível do primeiro semestre, quando foram contabilizados pouco menos de 46 milhões de acessos. Esse número continua a demonstrar o interesse da população pelos conteúdos disponibilizados pela Biblioteca Nacional na internet, já havendo mais de 2,1 milhões de documentos de livre acesso, quantidade de aumenta consistentemente.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Por se tratar de acesso a site na internet, não há como ser feita a regionalização do resultado.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0339 - Ampliar a quantidade de pontos e pontões de cultura certificados na Plataforma Rede Cultura Viva

Informações básicas

Unidade de medida: Pontos e Pontões de Cultura Certificados

Linha de base: 4.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Entidades privadas sem fins lucrativos e coletivos culturais certificados como pontos ou pontões de cultura na Plataforma Rede Cultura Viva

Meta prevista para 2020: 4.250

Meta prevista para 2021: 4.500

Meta prevista para 2022: 4.750

Meta prevista para 2023: 5.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.292

Data do valor apurado: 27/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: 4.292 Pontos e Pontões de Cultura certificados na Plataforma Rede Cultura Viva. A partir dos dados exportados da Plataforma Rede Cultura Viva, foi considerado o quantitativo de certificações simplificadas emitidas até a data de 27/01/2022

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Redução de pessoal

Providências implementadas para a superação da restrição: Formação de equipe em caráter de força-tarefa para composição da Comissão de Certificação Simplificada e análise dos cadastros

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Dificuldades de manutenção da Plataforma pela Equipe de TI.

Providências implementadas para a superação da restrição: Reuniões periódicas com a TI para ajustes na Plataforma

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	315	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	1.440	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	249	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.829	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	459	27/01/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5026 - ESPORTE

Objetivo: 1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5026 está estruturado em duas frentes. A primeira busca promover o desporto educacional, bem como desenvolver e implementar ações de inclusão social por meio do esporte, com a perspectiva de garantir à população o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Em outra, busca garantir o desenvolvimento de políticas e incentivos para o esporte de alto rendimento. Todas estas visam contribuir com a meta de aumentar em 20,60% o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte. Visando incrementar o acesso das pessoas com as mais diversas deficiências, em todas as faixas etárias à prática esportiva englobando todas as suas manifestações, da iniciação ao alto rendimento, no âmbito do Paradesporto, destaca-se o apoio do Ministério da Cidadania às Surdolímpiadas, evento multidesportivo realizado no mês de dezembro em São José dos Campos/SP que valorizou a diversidade cultural e propagou o movimento paradesportivo. O evento contou com a participação de 740 atletas em 15 modalidades e 60 profissionais de apoio. O Ministério da Cidadania, dentre outras iniciativas, atua por meio do Programa Seleções do Futuro, o qual visa incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva em futebol para crianças e adolescentes (6 aos 17 anos), buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte, por meio da implantação de núcleos de futebol de base, masculino e feminino, em todo o território nacional. Atualmente estão vigentes 28 convênios para a implantação de 36 núcleos de futebol de base em áreas de vulnerabilidade social. Já o Programa Academia & Futebol é baseado em três pilares: a) prática do futebol, futsal e Beach Soccer a jovens e pessoas com deficiência; b) fomento à produção científica, a partir da instalação de centros de desenvolvimento do futebol em Universidades e Institutos Federais; e, c) apoio para a realização de pesquisas, produção de artigos e livros, participação dos pesquisadores em congressos e a realização de cursos e eventos para capacitação de profissionais. Ao todo estão em execução 37 Termos de Execução Descentralizada - TEDS e 02 Convênios em parceria com Universidades, Institutos Federais e Universidades Estaduais. Cabe também mencionar o apoio e realização de Torneios Regionais/Nacionais de Futebol Amador e suas modalidades derivadas (Futsal e Beach Soccer), masculino e feminino, desde as categorias de base ao veteraníssimo. São 70 convênios e 03 termos de fomento vigentes e o Integra Brasil que visa utilizar o futebol como ferramenta para sensibilizar, promover e enfrentar violações de direitos humanos, e ampliar o acesso e o alcance da prática esportiva no país. Quanto ao objetivo de ampliar e qualificar o acesso ao esporte para todos os cidadãos, através de programas esportivos, educacionais, de lazer e de inclusão social para atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com ênfase na população de regiões com alta vulnerabilidade social destaca-se a prática do desporto educacional nas centenas de programas e projetos esportivos, nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) e nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs). Os Jogos Escolares Brasileiros realizados em 2021 reuniram cerca de 5,1 mil estudantes (todos na faixa etária de 12 a 14 anos) no Parque Olímpico do Rio de Janeiro. As competições aconteceram em 17 modalidades, com representantes de todas as unidades da federação. Já os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) foram realizados em Brasília no mês de outubro de 2021, com a participação de 4,5 mil atletas em 26 diferentes modalidades esportivas praticadas por estudantes universitários brasileiros. Ainda na seara de ampliar o acesso ao esporte, o Programa Segundo Tempo tem como objetivo permitir o acesso às práticas esportivas de crianças e adolescentes matriculados nos ensinos fundamental e médio, os quais recebem, num segundo turno escolar, aulas de esporte. Em 2021, temos 76 parcerias em execução, sendo 03 formalizadas em 2021, com 166 núcleos e 20.760 beneficiários. Em 2021, houve o lançamento do Programa Vem Ser!, que tem o propósito de promover o desenvolvimento integral dos alunos-atletas por meio da vivência da prática esportiva. Trata-se de uma intervenção que visa ao aperfeiçoamento do Programa Segundo Tempo, com foco na melhoria da experiência dos cidadãos na interação com serviços públicos, com atenção às seguintes oportunidades: Iniciação esportiva; Diversidade de modalidades; Equilíbrio de gênero; Flexibilização da matriz de valores; Número de alunos por núcleo e por aula; Metodologia socioemocional; e Realização de eventos e torneios. Já em 2021 há 06 parcerias em execução, com 6 núcleos e 600 beneficiários. O Ministério da Cidadania também apoia diversos projetos e eventos de esporte, educação, lazer e inclusão social. Atualmente existem 176 parcerias em execução, 264 parcerias formalizadas em 2021, 1.466 núcleos e 216.039 beneficiados. Quanto aos eventos de esporte, lazer e inclusão social há 171 parcerias em execução, 92 parcerias formalizadas em 2021 e 634.082 beneficiados. Quanto à infraestrutura de esporte educacional, recreativo e de lazer, que visa estimular a população à prática esportiva por meio da infraestrutura e/ou espaços esportivos, adequados, atualmente existem 224 convênios em execução e 122 parcerias

formalizadas em 2021. No âmbito do alto rendimento, cabe mencionar o Bolsa Atleta e o Bolsa Pódio, que desde sua criação já concederam mais de 81 mil bolsas, para mais de 29 mil atletas, superando a marca de R\$ 1,3 bilhão de investimento. O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. Em 2021, o Bolsa Atleta atingiu a maior marca da história do programa, com 7.248 atletas contemplados no Edital 2020/2021. É o maior número de beneficiados de modalidades olímpicas e paralímpicas que a iniciativa do Governo Federal já alcançou em uma única lista. Além deles, há outros 336 contemplados pela categoria Pódio (relativo ao Ciclo Olímpico/Paralímpico de Tóquio 2021), a mais alta do programa, que tem edital separado. Dessa forma, o total geral de beneficiados do Programa foi de 7.584 atletas contemplados. Dentro desse grupo de contemplados, são 4.356 homens (57,44%) e 3.228 mulheres (42,56%). Em outro recorte, 5.744 são praticantes de modalidades olímpicas (75,74%) e 1.840 de paralímpicas (24,26%). A maior parte (72,01%) é de modalidades individuais, com 5.461 atletas, enquanto 2.123 participam de esportes coletivos (27,99%). Na divisão por categorias, a Nacional tem o maior número de beneficiados: 4.890 (64,47). Em seguida aparecem as categorias Internacional (1.211), Estudantil (460), Olímpica/Paralímpica (371), Base (316) e Pódio (336). O resultado da política se reflete nos Jogos Olímpicos de Tóquio, onde o Brasil finaliza o evento com a melhor campanha na história do mega evento esportivo. O país conquistou 21 medalhas nos 19 dias de competições, em 13 modalidades diferentes, com 07 ouros, 06 pratas e 08 bronzes. Um resultado que significa a 12ª colocação no quadro de medalhas, tanto na contagem de ouros quanto no total de pódios. Até então, a melhor campanha registrada havia sido em casa, no Rio, em 2016, com 19 medalhas. Cabe ressaltar que dos 21 pódios do país, 19 são bolsistas do Programa Bolsa Atleta. Nos jogos paralímpicos houve a participação de 226 atletas bolsistas do Programa na edição de Tóquio 2021, este número de atletas representa 95,76% da delegação brasileira. Cabe ressaltar que o Brasil tem a maior delegação das Paralimpiadas de Tóquio 2021. Na campanha mais vitoriosa do Brasil, a digital do programa Bolsa Atleta, está presente em 68 das 72 medalhas obtidas pelos atletas nacionais em Tóquio, ou 94,4% do total. Os bolsistas conquistaram 20 dos 22 ouros, assim como 18 das 20 pratas e os 100% dos 30 bronzes. Entre as 20 medalhas de ouro obtidas por bolsistas, 18 vieram de integrantes da categoria Pódio, a principal do programa executado pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. No âmbito da Política Antidopagem, na frente de combate à dopagem o Plano de Distribuição de Testes é um dos mais relevantes requisitos de conformidade do país e ferramenta principal no combate à dopagem. Trata-se de um documento técnico elaborado anualmente ancorado em uma detalhada análise de risco e inteligência, que define quantitativos e estratégias, observando o calendário esportivo nacional e, principalmente, a participação da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O Ministério da Cidadania iniciou o ano de 2021 desempenhando suas atividades conforme previsto no Plano de Distribuição de Testes (PDT) e no Cronograma de Ações de Educação. O Plano de Distribuição de Testes (PDT) elaborado anualmente pela ABCD ancora-se em uma detalhada análise de risco, que define quantitativos e estratégias, observando o calendário esportivo nacional e, principalmente nos anos de 2020 e 2021, a participação da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em Tóquio. Destaca-se, contudo, que o advento da pandemia causada pela COVID-19 resultou em importante adequação no plano de testes e quaisquer outras atividades presenciais planejadas pela ABCD. E apesar da pandemia de Covid-19, de janeiro a dezembro deste ano a ABCD realizou 2.041 coletas de amostras válidas, que correspondem a cerca de 88,7% da meta anual, que é de 2.300 amostras válidas, mesmo com o calendário de competições nacionais parcialmente suspenso. Em ano de Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a ABCD convergiu seus esforços para a proteção da delegação brasileira, realizando testes em atletas brasileiros que residem e treinam no Brasil e, também, auxiliando as Federações Internacionais com informações de inteligência para realização de testes em atletas brasileiros treinando em outros países. Foram priorizados os testes fora de competição, mais qualificados, pautados em estratégia e inteligência, que corresponderam a mais de 60% das amostras coletadas para fins antidopagem. As Ações de Educação tiveram sua formatação adaptada para o cenário atual, onde os eventos virtuais passaram a ser a opção mais segura e de maior alcance. Foram realizadas 36 Treinamentos Especiais, 13 Palestras Institucionais, Tradução de 08 cursos da Plataforma ADEL, 08 lives temáticas, 05 Cursos para Agentes de Controle, 07 Estações #jogolimpico em eventos presenciais e 18 adesões de Entidades Esportivas ao Programa #Jogo Limpo, totalizando 95 Ações de Educação de janeiro a dezembro deste ano. Foram atendidas mais de 16.000 pessoas diretamente, de forma virtual e presencial. Em 2021 trabalhou-se em 42 (quarenta e dois) resultados analíticos adversos (RAAs). Destes, 2 (dois) casos não foram considerados como violação de regra antidopagem nos termos do que determina o Código Brasileiro Antidopagem (casos de Autorização de Uso Terapêutico (AUT) e via de uso permitida, por exemplo) e, portanto, foram encerrados. Há 13 (trezes) casos em revisão inicial, ou seja, sob análise da Coordenação, fase pré-processual ao envio para o Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD). Há 9 (nove) casos pendentes de julgamento perante o TJD-AD e 18 (dezoito) casos já com trânsito em julgado, decisão final da qual não cabe mais recurso. Identificou-se que os esportes onde os resultados analíticos adversos foram mais incidentes foram o Ciclismo, com 12 casos; o Futebol, com 9 casos; e o Levantamento de Peso, com 8 casos. Com relação à oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, temos o Programa Estação Cidadania – Esporte, o qual consiste em uma edificação esportiva de alto rendimento que objetiva ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em regiões de vulnerabilidade social das grandes cidades, dispondo de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, área de apoio, administração, sala de professores, vestiários, enfermaria, copa, depósito, academia e sanitários. Com oferta de até 13 modalidades olímpicas, 6 paralímpicas e 1 não-olímpica e capacidade para atender entre 500 a 1000 pessoas. Em 2021 foram entregues 13 (treze) espaços esportivos do Estação Cidadania – Esporte, com a estimativa de 12.551 pessoas beneficiadas sendo, 1.550 usuários atendidos através da implantação de 2 espaços esportivos na região Centro-Oeste, 4.801 usuários atendidos através da

implantação de 5 espaços esportivos na região Nordeste, 800 usuários atendidos através da implantação de 1 espaço esportivo na região Norte, 2.150 usuários atendidos através da implantação de 3 espaços esportivos na região Sudeste e 3.250 usuários atendidos através da implantação de 2 espaços esportivos na região Sul.

Meta: 051E - Aumentar em 20,60% o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: pessoa atendida
Linha de base: 4.285.000
Data de referência da linha de base: 23/07/2019
Meta prevista para 2020: 4.390.342
Meta prevista para 2021: 4.495.964
Meta prevista para 2022: 4.610.260
Meta prevista para 2023: 5.167.710

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 4.776.292
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Vide resultados intermediários.

Notas do usuário: -

Indicador: 8751 - Atendimentos com programas, projetos e ações federais na área do Esporte

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem
Valor de referência: 90,4
Data de Apuração: 23/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Semestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 92,42
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0129 - Ações de paradesporto fomentadas

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/05/2019

Indicador: Número de pessoas atendidas com ações, programas e projetos paradesportivos.

Meta prevista para 2020: 600

Meta prevista para 2021: 1.000

Meta prevista para 2022: 2.000

Meta prevista para 2023: 2.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9.640

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sendo 2021 o primeiro ano de execução desta Secretaria Nacional de Paradesporto, considera-se o desempenho positivo tendo em vista o resultado alcançado, o empenho do recurso. A dificuldade encontrada foi a morosidade dos proponentes quanto a entrega dos documentos necessários para a formalização.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A surdolimpiada nacional, abrangeu pessoas de todas as regiões, não sendo possível estabelecer a proveniência dos beneficiários para fins de regionalização.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0130 - Ampliação do apoio a núcleos de formação em futebol, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional

Informações básicas

Unidade de medida: ação apoiada

Linha de base: 60

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de núcleos de formação em futebol implantados, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional apoiados, em relação ao registrado no ano de 2019

Meta prevista para 2020: 60

Meta prevista para 2021: 60

Meta prevista para 2022: 72

Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 51

Data do valor apurado: 18/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram Apoiadas 48 parcerias/ações, sendo: a) 15 Convênios e 02 segundas parcelas: 10 para a Realização de Torneios Futebol e Futsal, 03 para a Implantação de Núcleos de Futebol de Base - Programa Seleções do Futuro, 02 para a Implantação de núcleos de Treinamento e 02 segundas parcelas para o Programa Academia & Futebol; b) 05 Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e 17 (dezessete) segundas parcelas para a Implantação de núcleos do Programa Academia & Futebol, totalizando 32 ações apoiadas nesse Programa; c) 09 Termos de Fomento, sendo 07 para Núcleos de Treinamento, 01 Futebol e Cidadania e 01 para a Realização de Torneios Regionais de Futebol. Foram realizadas ainda, 03 Plenárias da APFUT.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O orçamento discricionário não foi suficiente para atingirmos as metas propostas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitamos sistematicamente o aumento do orçamento discricionário para o atingimento das metas estabelecidas.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Considerando as restrições relacionadas à pandemia, várias ações tiveram que ser adiadas e/ou canceladas.

Providências implementadas para a superação da restrição: Adaptação dos cronogramas e atividades.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	10	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	18	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Norte	-	-	-	-	3	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	12	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	8	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0131 - Ampliação do número de atletas atendidos pelo programa Bolsa Atleta

Informações básicas

Unidade de medida: atleta

Linha de base: 6.204

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de atletas praticantes de esportes de alto rendimento, a partir de 14 anos, que tenham obtido bons resultados em competições nacionais e internacionais atendidos pelo programa Bolsa Atleta

Meta prevista para 2020: 6.316

Meta prevista para 2021: 7.384

Meta prevista para 2022: 7.384

Meta prevista para 2023: 7.384

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7.584

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Bolsa Atleta contemplou 7.584 atletas em 2021, sendo 336 da categoria atleta Pódio e 7.248 nas demais categorias (Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paralímpica), o que possibilitou o suporte à preparação dos atletas de alto rendimentos elegíveis ao Programa. Desse total, 57,44% são do sexo masculino e 42,56% do sexo feminino, 75,74% dos atletas são de modalidades olímpicas e 24,26% de modalidades paralímpicas, ao passo que cerca de 98% declaram não possuir outra fonte de patrocínio. Nesse sentido, o Programa Bolsa Atleta superou a meta estabelecida no PPA para o exercício de 2021 em aproximadamente 2,7%. Vale dizer que foram atendidos 100% dos atletas que preencheram os requisitos da categoria de bolsa pleiteada.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	534	31/12/2021	O Programa atendeu a 534 atletas na região centro-oeste.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	1.131	31/12/2021	O Programa atendeu a 1.131 atletas na região nordeste.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	286	31/12/2021	O Programa atendeu a 286 atletas na região norte.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	4.023	31/12/2021	O Programa atendeu a 4.023 atletas na região sudeste.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	1.610	31/12/2021	O Programa atendeu a 1.610 atletas na região sul.	Não informado

Resultado Intermediário: 0132 - Ampliação e qualificação do acesso ao esporte educacional, recreativo e ao lazer para todas as idades.

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada

Linha de base: 580.446

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: População beneficiária por programas educacionais, de participação e do lazer financiados pelo Ministério da Cidadania

Meta prevista para 2020: 594.957

Meta prevista para 2021: 609.831

Meta prevista para 2022: 625.077

Meta prevista para 2023: 700.018

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 422.817

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em 2021 por meio da ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social celebrou 408 instrumentos, visando beneficiar 422.817.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O orçamento disponibilizado ao longo dos anos vem comprometendo o atendimento das metas previstas no PPA.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação sistemática de aumento do orçamento para o atingimento das metas estabelecidas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	117.232	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	70.565	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	23.613	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	190.279	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	21.128	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0133 - Ampliação do quantitativo de testes de controle de dopagem em competição e fora de competição.

Informações básicas

Unidade de medida: amostras coletadas
Linha de base: 1.906
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de amostras coletadas de atletas
Meta prevista para 2020: 2.060
Meta prevista para 2021: 2.300
Meta prevista para 2022: 2.600
Meta prevista para 2023: 2.900

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.041
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Plano de Distribuição de Testes (PDT) elaborado anualmente pela ABCD ancora-se em uma detalhada análise de risco, que define quantitativos e estratégias, observando o calendário esportivo nacional e, principalmente nos anos de

2020 e 2021, a participação da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em Tóquio. Destaca-se, contudo, que o advento da pandemia causada pela COVID-19 resultou em importante adequação no plano de testes e quaisquer outras atividades presenciais planejadas pela ABCD. E apesar da pandemia de Covid-19, de janeiro a dezembro de 2021 a ABCD realizou 2.041 coletas de amostras válidas, que correspondem a cerca de 88,7% da meta anual, que é de 2300 amostras válidas, mesmo com o calendário de competições nacionais parcialmente suspenso. Em ano de Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a ABCD convergiu seus esforços para a proteção da delegação brasileira, realizando testes em atletas brasileiros que residem e treinam no Brasil e, também, auxiliando as Federações Internacionais com informações de inteligência para realização de testes em atletas brasileiros treinando em outros países. Foram priorizados os testes fora de competição, mais qualificados, pautados em estratégia e inteligência, que corresponderam a mais de 60% das amostras coletadas para fins antidopagem.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Política Antidopagem é realizada de forma nacional, não se fazendo necessária a regionalização.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Falta de servidores para abertura, instrução, acompanhamento, pagamento e fiscalização dos processos administrativos, considerando toda a sistemática complexa criada pelo processo de contratação via credenciamento.

Providências implementadas para a superação da restrição: Trabalho executado com os servidores da ABCD.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Calendário de competições nacionais parcialmente suspenso.

Providências implementadas para a superação da restrição: Resultou em importante adequação no plano de testes. A ABCD convergiu seus esforços para a proteção da delegação brasileira, realizando testes em atletas brasileiros que residem e treinam no Brasil e, também, auxiliando as Federações Internacionais com informações de inteligência para realização de testes em atletas brasileiros treinando em outros países. Foram priorizados os testes fora de competição, mais qualificados, pautados em estratégia e inteligência, que corresponde a mais de 60% das amostras coletadas para fins antidopagem.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0293 - Ampliar oferta de infraestrutura esportiva por meio da implantação de Estações Cidadania - Esporte

Informações básicas

Unidade de medida: usuários atendidos

Linha de base: 9.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de usuários dos serviços e ações realizados nas Estações Cidadania - Esporte

Meta prevista para 2020: 10.290

Meta prevista para 2021: 11.400

Meta prevista para 2022: 12.000

Meta prevista para 2023: 12.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12.551

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De janeiro de 2021 a dezembro de 2021 foram entregues 13 (treze) espaços esportivos do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)), com a estimativa de 12.551 pessoas beneficiadas nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Estas edificações esportivas de alto rendimento dispõem de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, área de apoio, administração, sala de professores, vestiários, enfermaria, copa, depósito, academia e sanitários. As unidades podem ofertar até 13 modalidades olímpicas, 6 paralímpicas e 1 não-olímpica.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Cabe ressaltar que, os números (valores) apresentados estão em formato não cumulativo, apesar do que consta no cadastro. Será efetiva a alteração do cadastro para não cumulativo, no processo de revisão.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2.100	-	-	-	1.550	31/12/2021	1.550 usuários atendidos através da implantação de 2 espaços esportivos do Estação Cidadania - Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), na região Centro-Oeste.	Não informado
Região Nordeste	4.300	-	-	-	4.801	31/12/2021	4.801 usuários atendidos através da implantação de 5 espaços esportivos do Estação Cidadania - Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), na região Nordeste.	Não informado
Região Norte	1.200	-	-	-	800	31/12/2021	800 usuários atendidos através da implantação de 1 espaço esportivo do Estação Cidadania - Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), na região Norte.	Não informado
Região Sudeste	2.690	-	-	-	2.150	31/12/2021	2.150 usuários atendidos através da implantação de 3 espaços esportivos do Estação Cidadania - Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), na região Sudeste.	Não informado
Região Sul	0	-	-	-	3.250	31/12/2021	3.250 usuários atendidos através da implantação de 2 espaços esportivos do Estação Cidadania - Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), na região Sul.	Não informado

Resultado Intermediário: 0294 - Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e lazer

Informações básicas

Unidade de medida: empreendimentos apoiados
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Empreendimentos apoiados
Meta prevista para 2020: 187
Meta prevista para 2021: 196
Meta prevista para 2022: 206
Meta prevista para 2023: 222

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 735
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em 2021 por meio da ação 5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, celebrou 735 empreendimentos, visando implantar e modernizar infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e lazer. Nesse sentido, a ação superou a meta estabelecida no PPA para o exercício de 2021.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	84	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	228	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	82	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	195	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	146	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0295 - Aquisição de equipamentos para esporte educacional, recreativo e lazer, de esporte

Informações básicas

Unidade de medida: equipamentos adquiridos

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade de equipamentos para esporte educacional, recreativo e lazer, de esporte adquiridos

Meta prevista para 2020: 23

Meta prevista para 2021: 24

Meta prevista para 2022: 25

Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 162

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em 2021 por meio da ação 5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, celebrou 162 convênios, visando a aquisição de equipamentos para o esporte educacional, recreativo e lazer, de esporte. Nesse sentido, a ação superou a meta estabelecida no PPA para o exercício de 2021.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	19	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	17	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	94	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	27	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5027 - INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Objetivo: 1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5027 tem por finalidade viabilizar a inclusão social e produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade, para tanto, o Governo Federal lançou o Plano Progredir (Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017), voltado às ações em meio urbano, o Plano tem por objetivo articular e coordenar políticas públicas inclusivas com o objetivo de garantir a autonomia socioeconômica das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal por meio de um conjunto integrado e articulado de inclusão produtiva, com iniciativas de qualificação profissional, empreendedorismo e intermediação profissional. O Plano Progredir conta com um portal e um aplicativo que permitem que as pessoas cadastrem currículos, busquem vagas de emprego, cursos gratuitos de qualificação profissional, desenvolvam ações empreendedoras e tenham orientações para acesso ao microcrédito. Destaca-se que 24.073 pessoas realizaram o cadastro na Plataforma do Plano Progredir em 2021, tendo condições de acessarem vagas em cursos de qualificação profissional, oportunidade de empregos formais e microcrédito produtivo ofertados pela rede de parceiros. Em relação à qualificação profissional, em face da pandemia da Covid-19, todas as ofertas realizadas no ano de 2021 pelos parceiros do Progredir foram na modalidade EaD, tendo sido cadastrados 580 novos cursos na Plataforma do Plano Progredir, sem número mínimo ou máximo de vagas. Em relação ao ano anterior houve um crescimento de cerca de 12% em 2021 na oferta de novos cursos de qualificação profissional, em consonância com a situação de crescimento geral dessa modalidade de cursos no mercado de trabalho, haja vista as restrições sanitárias impostas pela pandemia para realização de cursos na modalidade presencial. Na plataforma do Plano Progredir também foram ofertadas 54.085 vagas de emprego em 2021, ampliando de forma importante os meios de acesso da população mais vulnerável a melhores condições de vida e renda, mesmo considerando que esse quantitativo de vagas foi inferior às 75.133 vagas do ano de 2020, representando uma redução de cerca de 28%. Esse comportamento de ofertas de vagas pelos parceiros do Progredir em seu Portal destoa do resultado líquido da geração de empregos no país registrada no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), considerando que em 2021 foram gerados mais de 2 milhões de novos postos de trabalho apurados pelas admissões e desligamentos registrados no CAGED. No que diz respeito ao eixo do empreendedorismo, registra-se que 8.121 pessoas acessaram a plataforma e responderam ao questionário sobre o interesse em acessar microcrédito, sendo 6.234 querendo se tornar empreendedoras e 1.887 que já eram empreendedoras. Aqui também se observa situação de redução de cerca de 14% comparativamente às 9.421 pessoas interessadas em microcrédito que responderam aos questionários no ano de 2020. Essa situação de redução pode estar relacionada ao fato de que em 2020 houve mais admissões de empregados do que desligamentos, reduzindo a busca de renda pela via do empreendedorismo. Em dezembro de 2021 foram retomados os trabalhos do Grupo Gestor do Plano Progredir. Reformulado pelo Decreto nº 10.149, de 2 de dezembro de 2019, o Grupo Gestor é responsável pela articulação e coordenação de ações transversais de inclusão produtiva para pessoas do Cadastro Único do Governo Federal, fortalecendo a focalização na vulnerabilidade e promovendo ações compartilhadas, o que evita a sobreposição de iniciativas e amplia o público beneficiado, com base nos princípios da eficiência e a eficácia da política pública. Com participação do Ministério da Economia (ME), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e coordenado pelo Ministério da Cidadania, o Grupo Gestor organiza um mapa da inclusão produtiva e estabelece estratégias de mobilização do público para as oportunidades. Na área de economia solidária, associativismo e cooperativismo urbanos, foi mantido e impulsionado o “Projeto Roda Bem Caminhoneiro”, incentivando a formação de cooperativas de transportadores autônomos de cargas, incluindo entrega de kit de combustível (bomba e tanque de abastecimento e de kit administrativo) e container sede (equipamentos de informática e de comunicação), além de planos de negócio e qualificação profissional. O Projeto fortalece o cooperativismo do setor, gera ganhos econômicos com compras coletivas, promove a segurança nas estradas e amplia a renda das famílias participantes. Em dezembro/21, na cidade de Montevidéu/Ur, o Roda Bem foi apresentado na

Reunião Especial de Cooperativas do Mercosul como uma referência na organização do setor da América Latina. Além dos instrumentos de novas parcerias celebrados com recursos de emendas parlamentares, também destaca-se a celebração do Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, com recursos discricionários do Ministério, que irá promover o "Desenvolvimento de pesquisa aplicada com vistas a Implantar e estruturar Arranjos Produtivos Locais, formados preferencialmente por catadores/as de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis", uma política de fortalecimento, organização e qualificação da atividade dos catadores, com aumento de renda para as famílias e dividendos socioambientais que promovem a sustentabilidade e a proteção ambiental.

Meta: 051F - Ampliar por meio de ações de inclusão produtiva o público em 40.000 pessoas do Cadastro Único, preferencialmente os beneficiários do Bolsa Família

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: pessoa atendida (unidade)
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/07/2019
Meta prevista para 2020: 2.705
Meta prevista para 2021: 19.108
Meta prevista para 2022: 29.554
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 24.073
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Valor da meta para 2021 alterado por solicitação do MCidadania.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	202	1.452	2.235	3.018	1.871	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	903	6.424	9.905	13.390	7.578	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Norte	250	1.779	2.745	3.700	3.622	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	1.010	7.200	11.100	15.007	9.024	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	176	2.253	3.569	4.885	1.978	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8746 - Quantidade de pessoas que tem acesso às políticas de inclusão social e produtiva cidadã

Informações básicas

Unidade de medida: %
Valor de referência: 4,14
Data de Apuração: 31/07/2019
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2,33

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: Para a coerência do cálculo do NISP é preciso considerar que a variável NBACEN deve-se tratar da quantidade de pessoas inscritas no CadÚnico que realizaram operações de crédito, e não da quantidade dessas operações. Não faz sentido somar quantitativos de pessoas inscritas no Progredir (NUA) e operações de microcrédito como está previsto na fórmula inicial do NISP, são variáveis de unidades distintas. Agora, quando consideramos a variável NBACEN como a quantidade de pessoas que realizaram as operações de crédito, aí, no caso em questão, fica coerente o somatório NUA (quantidade de pessoas inscritas no Progredir) e NBACEN (quantidade de pessoas do CadÚnico que realizaram operações de microcrédito) dividido pela variável NT (quantidade de pessoas do CadÚnico, na faixa etária economicamente ativa de 16 a 64 anos). Segue abaixo demonstrativo do cálculo do NISP:

Variável	Ano de Apuração	2019	2020	2021	NUA	34.724
61.545	20.434	24.073	496.803	944.380	999.417	1.140.866* NT
46.695.083	45.800.638	45.542.002	49.911.930	NISP = [(NUA+NBACEN)/NT]*100		
				1,14	2,20	2,24

2,33 * Dados do cruzamento Bacen e CadÚnico disponibilizado somente para o 1º semestre de 2021, no total de 530.431. A quantidade para o ano de 2021 foi estimada considerando para o 2º semestre o acréscimo de 15,08% sobre o total do 1º semestre (530.431 + 610.435). *Nota SEPLA: não é possível alterar o sistema relativamente aos anos anteriores.

Resultado Intermediário: 0134 - Ampliação do número de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano ProgreDir

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano ProgreDir

Meta prevista para 2020: 1.400

Meta prevista para 2021: 19.108

Meta prevista para 2022: 29.554

Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24.073

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Durante o exercício de 2021 foram firmadas parcerias com o objetivo de ampliar os números de pessoas inscritas no Cadastro Único por meio de ações de inclusão produtiva no âmbito do plano progredir. Essas parcerias envolveram, 2 Acordos de Cooperação Técnica: Com o MEC e com o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos visando o apoio a qualificação dos beneficiários do CADUNICO. Também foram celebrados 2 Termos de Execução Descentralizada: Com o IBCT a fim de realizar Estudo e proposição de plataforma informacional, armazenamento e processamento de dados do sistema PROGREDIR, para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com a UFG, para Desenvolvimento de pesquisa aplicada com vistas a apoiar a estruturação de empreendimentos econômicos e solidários (EES) beneficiados pelo projeto em municípios de Goiás e em Regiões Administrativas de Distrito Federal. Além desses instrumentos foi firmada a parceria, por meio de Termo de Fomento com o MOVIMENTO ORGANIZACIONAL VENCER EDUCAR E REALIZAR - MOVER HELIPA, com recursos discricionários. Ainda, por meio de captação de recursos oriundos de emendas parlamentares foram firmados instrumentos a fim de promover a qualificação do público alvo da política apoiada pela ação 20GG. Além do apoio a outras parcerias já em andamento com o mesmo objetivo. Apesar das restrições impostas pela pandemia do COVID - 19 tem-se alcançado o objetivo pretendido além do previsto.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Valor alcançado em 2021 alterado para 24.073 pessoas, por solicitação do MCidadania. Resultado intermediário com meta não cumulativa.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	105	1.452	2.235	3.018	1.871	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	467	6.424	9.905	13.390	7.578	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Norte	129	1.779	2.745	3.700	3.622	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	523	7.200	11.100	15.007	9.024	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	176	2.253	3.569	4.885	1.978	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0135 - Ampliação do número de empreendimentos apoiados de economia solidária, associativismo e cooperativismo que promovam a inclusão produtiva de pessoas inscritas no Cadastro Único

Informações básicas

Unidade de medida: empreendimento apoiado

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo apoiados por ações desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania

Meta prevista para 2020: 50

Meta prevista para 2021: 200

Meta prevista para 2022: 200

Meta prevista para 2023: 200

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 516

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para o desenvolvimento da ação governamental foram realizadas parcerias tendo por objetivo prestar apoio, assessoramento técnico, aquisição e/ou instalação de equipamentos, incubação de associações, cooperativas e empreendimentos econômicos solidários, com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo, bem como fomentar a comercialização em rede através da incubação e assessoramento para os EES. O público-alvo da ação constitui-se de pessoas em situação de vulnerabilidade social e produtiva, entre as quais, as inscritas no Cadastro Único, catadores de materiais recicláveis, egressos do sistema penal, usuários dos serviços de saúde mental, artesãos, pessoas em situação de rua, pessoas organizadas em empreendimentos econômicos solidários rurais e urbanos, cooperativas e associações. Em 2021, o aumento expressivo do Valor Apurado de 516 EES apoiados em relação à Meta Prevista de 200 foi pelo fato de que houve no exercício o efetivo desembolso de parcelas de instrumentos inscritos em RAP, com cálculo proporcional de meta realizada no valor apurado de 467 EES apoiados, e de 2 instrumentos celebrados no exercício com recursos de emendas parlamentares que tiveram desembolso de parcela no próprio 2021, com cálculo proporcional de meta realizada no valor apurado de 49 EES apoiados (esses das emendas foram todos na Região Sul). Esclarece-se que, embora tenham sido celebradas 15 novas parcerias, com recursos oriundos de emendas parlamentares, somente duas dessas parcerias novas tiveram desembolso efetivo de parcela no próprio exercício. À medida que as parcelas financeiras desses instrumentos forem efetivamente liberadas, far-se-á o cálculo do Valor Apurado para o exercício de competência do monitoramento do PPA proporcionalmente ao que nele fora desembolsado financeiramente.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O cálculo do Valor Apurado para o RI 0135 se dá proporcionalmente ao efetivo desembolso das parcelas do valor financeiro de cada

instrumento no exercício do monitoramento. Com isso, no Valor Apurado do RI 0135 para 2021, somente está contada a parte da meta proporcional ao valor financeiro efetivamente desembolsado pelo Ministério da Cidadania em 2021, seja qual for a origem dos recursos orçamentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	5	10	10	10	257	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	15	80	80	80	21	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	5	10	10	10	2	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	10	40	40	40	29	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	15	60	60	60	207	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5028 - INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: 1221 - Aliviar a pobreza por meio da garantia de renda e da promoção de acesso a serviços de educação, saúde e assistência social

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Inicialmente cabe o registro de que o Programa Bolsa Família foi extinto a partir de novembro de 2021, nos termos da Lei n.º 14.284, de 2021. O ano de 2021 foi atípico para o Programa Bolsa Família - PBF devido à continuidade da pandemia da Covid-19 e às medidas tomadas para enfrentar seus efeitos econômicos. As medidas de isolamento social para evitar a propagação do novo coronavírus afetaram duramente os segmentos mais vulneráveis da população, que exercem atividades no mercado de trabalho informal, têm rendimentos baixos e incertos e não contam com nenhuma forma de amparo contra crises. Em 2021, a fim de assegurar uma renda mínima ao brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da COVID-19, foi publicada a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que instituiu o Auxílio Emergencial 2021, previsto inicialmente para ser pago em quatro parcelas mensais. Com a edição do Decreto nº 10.740, de 5 de julho de 2021, o Auxílio Emergencial 2021 foi prorrogado por mais três meses, passando de quatro para sete parcelas. Com o Auxílio Emergencial e o Auxílio Emergencial Residual, o PBF atingiu um patamar histórico em 2021, alcançando 14,69 milhões de famílias. O Auxílio Emergencial 2021 previa o pagamento dos benefícios em três categorias distintas: (i) benefício básico; (ii) benefício para a mãe solo; e (iii) benefício para famílias unipessoais. Os valores são

de R\$ 250,00 no enquadramento básico, com ampliação para R\$ 375,00 à mãe solo e redução para R\$ 150,00 à família unipessoal. O apoio financeiro foi destinado ao mesmo público beneficiário do auxílio financeiro emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e do auxílio emergencial residual de que trata a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020. Em abril, 10.013.426 trabalhadores de famílias PBF foram beneficiados com o Auxílio Emergencial 2021. No total, o valor repassado às famílias PBF, entre AE e PBF, foi em torno de 28,9 bilhões entre abril e outubro de 2021. A maior parte dos beneficiários (mais de 50%) eram mulheres chefes de famílias, que receberam R\$375,00 cada uma. Em segundo lugar, estavam os beneficiários que receberam o benefício padrão de R\$250,00, representando 33,4% da folha. Outras 15,6% das famílias eram unipessoais, e cada uma delas recebeu R\$150,00. Optou-se por manter as regras de pagamento do PBF para o saque pelos beneficiários do Programa. O calendário de pagamentos continuou o mesmo, sendo organizado de acordo com o último dígito do Número de Identificação Social (NIS). A opção pelo pagamento escalonado, já conhecido pelos beneficiários do PBF, teve como objetivos evitar dificuldades de entendimento e mitigar problemas de logística e aglomerações. Assim, finalizado o ano de 2021, o Auxílio Emergencial 21 foi pago diretamente a mais de 10 milhões de pessoas do Programa Bolsa Família, somando aproximadamente 20,3 bilhões repassados em benefício. Em março de 2020, o Ministério da Cidadania suspendeu pela primeira vez, por meio da Portaria nº 335 e pelo prazo de 120 dias, os processos do Bolsa Família e do Cadastro Único que pudessem resultar na interrupção dos pagamentos dos benefícios financeiros do PBF e de outros programas usuários do Cadastro Único, como a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Com o prolongamento da pandemia, a pasta publicou, em julho de 2020, a Portaria nº 443, suspendendo os processos por mais 180 dias. Parte desses processos seguiu suspensa no transcurso do ano de 2021, após a publicação da Portaria nº 591, de 15 de janeiro de 2021, da Portaria nº 624, de 31 março de 2021, e da Portaria nº 649, de 27 de julho de 2021, que estipulou a suspensão de procedimentos como a Averiguação e Revisão Cadastral por 180 dias, logo, até janeiro de 2022. Com a publicação da Instrução Normativa MC/SEDS/SENARC/SE/SECAD nº 05/2021, e da Instrução Normativa MC/SEDS/SENARC nº 06/2021, as ações de administração de benefícios do Bolsa Família / Auxílio Brasil realizadas em âmbito municipal e o reflexo das alterações cadastrais passaram a ser retomadas gradualmente, embora com novas suspensões temporárias. Tal processo foi realizado de forma gradual em razão do processo de migração do PBF ao PAB, entre outubro/2020 e janeiro/2021, e das adaptações sistêmicas e operacionais que se fizeram necessárias, o que também acarretou a suspensão temporária das ações de administração de benefícios, realizadas pelo Ministério da Cidadania, derivadas de monitoramento e repercussões não automáticas. Finalmente, a retomada dos processos de gestão de benefícios do PAB, de forma plena e regular, incluindo a interrupção de pagamentos a partir de eventuais inconsistências identificadas, foi efetivada em janeiro de 2022, no terceiro mês de vigência do Auxílio Brasil, por meio da edição da Instrução Normativa MC/SEDS/SENARC nº 09, de 2022. Isso foi possível com a conclusão do processo de migração do PBF pelo PAB e o término da suspensão dos últimos processos de gestão do PAB e CadÚnico ainda interrompidos, em face do art. 1º da Portaria nº 649, de 2021. Salienta-se que a decisão pela suspensão das ações supramencionadas entre março de 2020 e outubro de 2021 justificou-se com base no argumento de que a adoção dessas medidas seria imprescindível no intuito de evitar deslocamentos e aglomerações dispensáveis, considerando que os procedimentos operacionais e de gestão do Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) e do Cadastro Único envolveriam visitas domiciliares, e o chamamento da população para atendimento presencial pelos municípios poderia resultar em aglomerações nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais postos de atendimento. Contribuiu-se, assim, com ações de distanciamento social, impedindo a difusão do vírus SARS-CoV-2 no período mais grave da pandemia de Covid-19, e preservando usuários e trabalhadores da assistência social e da rede de gestão dos programas. As ações de combate à pandemia de Covid-19 no ano de 2021 também afetaram fortemente o eixo das condicionalidades do Programa Bolsa Família, fundamental para alcançar o objetivo de promoção de acesso a serviços. Assim como em 2020, em 2021 não houve coleta e registro da frequência escolar referente à condicionalidade de educação. Em função da suspensão das atividades escolares nos sistemas públicos e privados determinadas pelos governos estaduais, municipais e do DF como medida de proteção e enfrentamento da emergência de saúde pública, o Ministério da Educação (MEC), responsável pelo acompanhamento da condicionalidade de educação, avaliou por diversas vezes ao longo de 2021 as condições de funcionamento das redes escolares e concluiu que seria inviável a realização da coleta e do registro da frequência escolar dos beneficiários. Em decorrência dessas avaliações suspendeu a realização do registro da frequência escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família em todos os períodos de acompanhamento do ano. O acompanhamento das condicionalidades de saúde foi mantido durante o ano todo. Entretanto, devido aos efeitos da pandemia sobre os serviços de saúde, o Ministério da Saúde (MS), responsável pelo acompanhamento das condicionalidades de saúde, decidiu pela: (i) não obrigatoriedade do registro das condicionalidades de saúde das crianças e mulheres não gestantes; e (ii) continuidade do registro das condicionalidades de saúde das gestantes, quando possível, a fim de não prejudicar a concessão do Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG). As orientações do Ministério da Saúde foram direcionadas ao registro do acompanhamento, da 1ª vigência de 2021, mantendo a prestação dos serviços de saúde aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Como esperado, o percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde no primeiro semestre de 2021 caiu em relação ao mesmo período de 2019, mas mostrou avanço em relação ao resultado alcançado em 2020, já durante a pandemia. Dos 25 milhões de beneficiários, 61,08% (15,3 milhões) tiveram registro de acompanhamento. Em 2019, a taxa de acompanhamento foi de 76,09% no mesmo período, e no 1º semestre de 2020, 51,73%. O público

mais afetado foi o infantil: das 7,1 milhões de crianças menores de sete anos, aproximadamente 2,4 milhões tiveram registro de acompanhamento, o que corresponde a uma cobertura de 33,45%. Entre as que foram acompanhadas, o percentual de cumprimento continuou alto: 99,5% estavam com a vacinação em dia e 93,6% realizaram o acompanhamento do peso e altura. Já com relação às mulheres, quase 13 milhões tiveram registro de acompanhamento, o que representa 72,07% das quase 18 milhões que fizeram parte do público para acompanhamento. A possibilidade de importação de informações do Sistema de Gestão do PBF na Saúde para o e-SUS AB explica o maior número de mulheres com registro de acompanhamento em relação ao de crianças. Essa importação é menos exitosa para as crianças, porque em geral esse público não tem CPF. Das mulheres acompanhadas, 534.385mil foram identificadas como gestantes, entre as quais 99,92% estavam realizando o pré-natal. Mesmo com a pandemia, o número de gestantes identificadas continuou estável em relação às vigências anteriores, mostrando o esforço e importante trabalho realizado pela rede de saúde nos Municípios. No acompanhamento do 2º semestre de 2021, o MS orientou pela retomada do registro obrigatório, mas os resultados desse período ainda estão sendo consolidados.

Meta: 051G - Atendimento de 100% das famílias pobres elegíveis ao Programa, de acordo com a estimativa de pobreza oficial

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 01/07/2019
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 106,67
Data de Referência: 29/10/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A localização geográfica das famílias beneficiárias não interfere na definição da meta, sendo de 100% para todas as regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul). Ademais, a gestão da concessão do benefício é municipal.

Notas do usuário: Inicialmente cabe o registro de que o Programa Bolsa Família foi extinto a partir de outubro de 2021, nos termos da Lei n.º 14.284, de 2021. A cobertura de atendimento do Programa Bolsa Família consiste na divisão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e o número estimado de famílias pobres da unidade federativa correspondente, calculado com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - (Portaria MDS nº 341/2008, art. 2º, III e § 1º). Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Em outubro de 2021, último mês, do Programa, foram atendidas 14.654.783 famílias, do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo 106,67% do público. Registra-se que conforme previa o Art. 5º da Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, nas situações em que for mais vantajoso, o Auxílio Emergencial 2021 substituirá, temporariamente e de ofício, o benefício do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 2004, ainda que haja um

único beneficiário no grupo familiar. Por essa razão, no mês de referência, 5.045.219 famílias do público do PBF, não foram contemplados nas ações de pagamento do Auxílio Emergencial – 21.

Indicador: 8712 - Taxa de atendimento de famílias pobres

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem
Valor de referência: 100
Data de Apuração: 01/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 106,67
Data do valor apurado: 29/10/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0136 - Ampliação do número de municípios aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

Informações básicas

Unidade de medida: município
Linha de base: 4.781
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de municípios recebendo apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
Meta prevista para 2020: 5.250
Meta prevista para 2021: 5.300
Meta prevista para 2022: 5.350
Meta prevista para 2023: 5.400

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5.428
Data do valor apurado: 29/10/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os resultados alcançados, medidos pelo IGD, permitem que os Municípios recebam recursos para viabilizarem a consecução dos objetivos do Programa, em um ciclo virtuoso em que os resultados geram recursos recebidos e os recursos geram os resultados. O IGD é calculado mensalmente e observa indicadores de acompanhamento de atualização cadastral, de acompanhamento das condicionalidades na educação e de acompanhamento das condicionalidades na saúde, bem como de fatores que identificam como ocorreu a prestação de contas do uso dos recursos no âmbito local. Embora os referenciais que suportam o cálculo do Índice tenham sido mantidos ao longo de 2021, observou-se uma acentuada elevação no número de municípios recebendo recursos ao longo do ano. Esse fato se deu primordialmente em razão da prestação de informação ao Ministério da Cidadania de como ocorreu prestação de contas de recursos gastos em 2019. Em outubro de 2021, 5.428 municípios do 5.570 fizeram jus a recebimento de recursos a título de apoio a gestão descentralizada, num total de 97,45% do público previsto.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Os resultados alcançados, medidos pelo IGD, permitem que os Municípios recebam recursos para viabilizarem a consecução dos objetivos do Programa, em um ciclo virtuoso em que os resultados geram recursos recebidos e os recursos geram os resultados. O IGD é calculado mensalmente e observa indicadores de acompanhamento de atualização cadastral, de acompanhamento das condicionalidades na educação e de acompanhamento das condicionalidades na saúde, bem como de fatores que identificam como ocorreu a prestação de contas do uso dos recursos no âmbito local. Embora os referenciais que suportam o cálculo do Índice tenham sido mantidos ao longo de 2021, observou-se uma acentuada elevação no número de municípios recebendo recursos ao longo do ano. Esse fato se deu primordialmente em razão da prestação de informação ao Ministério da Cidadania de como ocorreu prestação de contas de recursos gastos em 2019. Em outubro de 2020, 5.428 municípios do 5.570 fizeram jus a recebimento de recursos a título de apoio a gestão descentralizada, num total de 97,45% do público previsto.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	0,9936	29/10/2021	Na região centro oeste existem 467 municípios, dos quais 464 receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) referente a outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, representando 99,36% do seu total. O IGD foi o instrumento criado para a aferição da qualidade da gestão do PBF no nível municipal e estadual, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004. Sua regulamentação foi promovida pelos artigos 11-A a 11-J do Decreto nº 5.209, de 2004, sendo as variáveis a serem aferidas definidas pelo art. 11-B e a forma de prestação de contas dos recursos repassados objeto dos art. 11-E a 11-I. Todos esses aspectos estão disciplinados nas Portarias MDS nº 256 (IGD-E) e nº 754 (IGD-M), ambas de 2010. Com base nos resultados da aferição realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), os municípios que apresentam adequado desempenho recebem, mensalmente, recursos que podem ser investidos nas atividades voltadas à	Não informado

							gestão do PBF e do Cadastro Único, alimentando um ciclo virtuoso na gestão intersetorial do Programa no âmbito do ente federado. A transferência dos recursos está estabelecida no art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004, desde que cumpridos os requisitos impostos por sua regulamentação (Art. 11 a 11J, do Decreto n.º 5.209, de 2004), tendo por finalidade o cofinanciamento das atividades realizadas para viabilizar a consecução dos objetivos do Programa, ou seja, esta transferência é obrigatória recompõe parcialmente aos entes federados por dispêndios financeiros por eles realizados para gestão e execução do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A legislação do PBF prevê a sua execução descentralizada com adesão voluntária dos entes federados (art. 8º, caput e § 1º) e institui uma metodologia para aferição pelo MC do desempenho desses entes na execução e gestão descentralizadas do Programa e do Cadastro Único (§ 2º). Completando a lógica de sua formulação e resguardando o modelo de qualquer incoerência interna, o § 5º deixa claro que, para a União, o desembolso financeiro aos entes federados deve ocorrer após a mensuração dos resultados obtidos, passo necessário para o atendimento do disposto no art. 63, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e o § 6º prevê que a adequada execução financeira destes recursos deverá ser comprovada no âmbito do próprio ente federado, junto à respectiva instância de Controle Social do PBF, e caso essa comprovação não ocorra, ou seja, em caso de rejeição por esse órgão, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo de Assistência Social do próprio ente federado para que sejam reutilizados de forma regular. Pelo modelo, essa despesa da União funciona como um mecanismo para impelir os demais entes federados a realizar as atividades necessárias ao êxito do Programa, uma vez que lhes proporcionará recursos que serão incorporados como receita em seu orçamento, permitindo sua aplicação na continuidade das referidas atividades, além, é claro, dos benefícios proporcionados à municipalidade com a transferência de renda diretamente às famílias, melhorando suas condições de vida, especialmente quanto à segurança alimentar, à saúde e à educação, e com a dinamização da economia local e seus reflexos sobre a administração municipal e as oportunidades para a população local como um todo.	

Região Nordeste	-	-	-	-	0,971	29/10/2021	Na região nordeste existem 1794 municípios, dos quais 1742 receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) referente a outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, representando 97,10% do seu total. O IGD foi o instrumento criado para a aferição da qualidade da gestão do PBF no nível municipal e estadual, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004. Sua regulamentação foi promovida pelos artigos 11-A a 11-J do Decreto nº 5.209, de 2004, sendo as variáveis a serem aferidas definidas pelo art. 11-B e a forma de prestação de contas dos recursos repassados objeto dos art. 11-E a 11-I. Todos esses aspectos estão disciplinados nas Portarias MDS nº 256 (IGD-E) e nº 754 (IGD-M), ambas de 2010. Com base nos resultados da aferição realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), os municípios que apresentam adequado desempenho recebem, mensalmente, recursos que podem ser investidos nas atividades voltadas à gestão do PBF e do Cadastro Único, alimentando um ciclo virtuoso na gestão intersetorial do Programa no âmbito do ente federado. A transferência dos recursos está estabelecida no art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004, desde que cumpridos os requisitos impostos por sua regulamentação (Art. 11 a 11J, do Decreto n.º 5.209, de 2004), tendo por finalidade o cofinanciamento das atividades realizadas para viabilizar a consecução dos objetivos do Programa, ou seja, esta transferência é obrigatória recompõe parcialmente aos entes federados por dispêndios financeiros por eles realizados para gestão e execução do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A legislação do PBF prevê a sua execução descentralizada com adesão voluntária dos entes federados (art. 8º, caput e § 1º) e institui uma metodologia para aferição pelo MC do desempenho desses entes na execução e gestão descentralizadas do Programa e do Cadastro Único (§ 2º). Completando a lógica de sua formulação e resguardando o modelo de qualquer incoerência interna, o § 5º deixa claro que, para a União, o desembolso financeiro aos entes federados deve ocorrer após a mensuração dos resultados obtidos, passo necessário para o atendimento do disposto no art. 63, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e o § 6º prevê que a adequada execução financeira destes recursos deverá ser comprovada no âmbito do próprio ente federado, junto à respectiva instância de Controle Social do PBF, e caso essa	Não informado

							comprovação não ocorra, ou seja, em caso de rejeição por esse órgão, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo de Assistência Social do próprio ente federado para que sejam reutilizados de forma regular. Pelo modelo, essa despesa da União funciona como um mecanismo para impelir os demais entes federados a realizar as atividades necessárias ao êxito do Programa, uma vez que lhes proporcionará recursos que serão incorporados como receita em seu orçamento, permitindo sua aplicação na continuidade das referidas atividades, além, é claro, dos benefícios proporcionados à municipalidade com a transferência de renda diretamente às famílias, melhorando suas condições de vida, especialmente quanto à segurança alimentar, à saúde e à educação, e com a dinamização da economia local e seus reflexos sobre a administração municipal e as oportunidades para a população local como um todo.	
Região Norte	-	-	-	-	0,96	29/10/2021	Na região norte existem 450 municípios, dos quais 432 receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) referente a outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, representando 96,00% do seu total. O IGD foi o instrumento criado para a aferição da qualidade da gestão do PBF no nível municipal e estadual, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004. Sua regulamentação foi promovida pelos artigos 11-A a 11-J do Decreto nº 5.209, de 2004, sendo as variáveis a serem aferidas definidas pelo art. 11-B e a forma de prestação de contas dos recursos repassados objeto dos art. 11-E a 11-I. Todos esses aspectos estão disciplinados nas Portarias MDS nº 256 (IGD-E) e nº 754 (IGD-M), ambas de 2010. Com base nos resultados da aferição realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), os municípios que apresentam adequado desempenho recebem, mensalmente, recursos que podem ser investidos nas atividades voltadas à gestão do PBF e do Cadastro Único, alimentando um ciclo virtuoso na gestão intersetorial do Programa no âmbito do ente federado. A transferência dos recursos está estabelecida no art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004, desde que cumpridos os requisitos impostos por sua regulamentação (Art. 11 a 11J, do Decreto n.º 5.209, de 2004), tendo por finalidade o cofinanciamento das atividades realizadas para viabilizar a consecução dos objetivos do Programa, ou seja, esta transferência é obrigatória recompõe parcialmente aos entes federados por dispêndios financeiros por eles	Não informado

							realizados para gestão e execução do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A legislação do PBF prevê a sua execução descentralizada com adesão voluntária dos entes federados (art. 8º, caput e § 1º) e institui uma metodologia para aferição pelo MC do desempenho desses entes na execução e gestão descentralizadas do Programa e do Cadastro Único (§ 2º). Completando a lógica de sua formulação e resguardando o modelo de qualquer incoerência interna, o § 5º deixa claro que, para a União, o desembolso financeiro aos entes federados deve ocorrer após a mensuração dos resultados obtidos, passo necessário para o atendimento do disposto no art. 63, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e o § 6º prevê que a adequada execução financeira destes recursos deverá ser comprovada no âmbito do próprio ente federado, junto à respectiva instância de Controle Social do PBF, e caso essa comprovação não ocorra, ou seja, em caso de rejeição por esse órgão, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo de Assistência Social do próprio ente federado para que sejam reutilizados de forma regular. Pelo modelo, essa despesa da União funciona como um mecanismo para impelir os demais entes federados a realizar as atividades necessárias ao êxito do Programa, uma vez que lhes proporcionará recursos que serão incorporados como receita em seu orçamento, permitindo sua aplicação na continuidade das referidas atividades, além, é claro, dos benefícios proporcionados à municipalidade com a transferência de renda diretamente às famílias, melhorando suas condições de vida, especialmente quanto à segurança alimentar, à saúde e à educação, e com a dinamização da economia local e seus reflexos sobre a administração municipal e as oportunidades para a população local como um todo.	
Região Sudeste	-	-	-	-	0,9742	29/10/2021	Na região sudeste existem 1668 municípios, dos quais 1668 receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) referente a outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, representando 97,42% do seu total. O IGD foi o instrumento criado para a aferição da qualidade da gestão do PBF no nível municipal e estadual, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004. Sua regulamentação foi promovida pelos artigos 11-A a 11-J do Decreto nº 5.209, de 2004, sendo as variáveis a serem aferidas definidas pelo art. 11-B e a forma de prestação de contas dos recursos repassados objeto dos art. 11-E a 11-I. Todos esses	Não informado

						aspectos estão disciplinados nas Portarias MDS nº 256 (IGD-E) e nº 754 (IGD-M), ambas de 2010. Com base nos resultados da aferição realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), os municípios que apresentam adequado desempenho recebem, mensalmente, recursos que podem ser investidos nas atividades voltadas à gestão do PBF e do Cadastro Único, alimentando um ciclo virtuoso na gestão intersetorial do Programa no âmbito do ente federado. A transferência dos recursos está estabelecida no art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004, desde que cumpridos os requisitos impostos por sua regulamentação (Art. 11 a 11J, do Decreto n.º 5.209, de 2004), tendo por finalidade o cofinanciamento das atividades realizadas para viabilizar a consecução dos objetivos do Programa, ou seja, esta transferência é obrigatória recompõe parcialmente aos entes federados por dispêndios financeiros por eles realizados para gestão e execução do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A legislação do PBF prevê a sua execução descentralizada com adesão voluntária dos entes federados (art. 8º, caput e § 1º) e institui uma metodologia para aferição pelo MC do desempenho desses entes na execução e gestão descentralizadas do Programa e do Cadastro Único (§ 2º). Completando a lógica de sua formulação e resguardando o modelo de qualquer incoerência interna, o § 5º deixa claro que, para a União, o desembolso financeiro aos entes federados deve ocorrer após a mensuração dos resultados obtidos, passo necessário para o atendimento do disposto no art. 63, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e o § 6º prevê que a adequada execução financeira destes recursos deverá ser comprovada no âmbito do próprio ente federado, junto à respectiva instância de Controle Social do PBF, e caso essa comprovação não ocorra, ou seja, em caso de rejeição por esse órgão, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo de Assistência Social do próprio ente federado para que sejam reutilizados de forma regular. Pelo modelo, essa despesa da União funciona como um mecanismo para impelir os demais entes federados a realizar as atividades necessárias ao êxito do Programa, uma vez que lhes proporcionará recursos que serão incorporados como receita em seu orçamento, permitindo sua aplicação na continuidade das referidas atividades, além, é claro, dos benefícios proporcionados à municipalidade com a transferência de renda diretamente às	

							famílias, melhorando suas condições de vida, especialmente quanto à segurança alimentar, à saúde e à educação, e com a dinamização da economia local e seus reflexos sobre a administração municipal e as oportunidades para a população local como um todo.	
Região Sul	-	-	-	-	0,9681	29/10/2021	Na região sul existem 1191 municípios, dos quais 1153 receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) referente a outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, representando 96,81% do seu total. O IGD foi o instrumento criado para a aferição da qualidade da gestão do PBF no nível municipal e estadual, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004. Sua regulamentação foi promovida pelos artigos 11-A a 11-J do Decreto nº 5.209, de 2004, sendo as variáveis a serem aferidas definidas pelo art. 11-B e a forma de prestação de contas dos recursos repassados objeto dos art. 11-E a 11-I. Todos esses aspectos estão disciplinados nas Portarias MDS nº 256 (IGD-E) e nº 754 (IGD-M), ambas de 2010. Com base nos resultados da aferição realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), os municípios que apresentam adequado desempenho recebem, mensalmente, recursos que podem ser investidos nas atividades voltadas à gestão do PBF e do Cadastro Único, alimentando um ciclo virtuoso na gestão intersetorial do Programa no âmbito do ente federado. A transferência dos recursos está estabelecida no art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004, desde que cumpridos os requisitos impostos por sua regulamentação (Art. 11 a 11J, do Decreto n.º 5.209, de 2004), tendo por finalidade o cofinanciamento das atividades realizadas para viabilizar a consecução dos objetivos do Programa, ou seja, esta transferência é obrigatória recompõe parcialmente aos entes federados por dispêndios financeiros por eles realizados para gestão e execução do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A legislação do PBF prevê a sua execução descentralizada com adesão voluntária dos entes federados (art. 8º, caput e § 1º) e institui uma metodologia para aferição pelo MC do desempenho desses entes na execução e gestão descentralizadas do Programa e do Cadastro Único (§ 2º). Completando a lógica de sua formulação e resguardando o modelo de qualquer incoerência interna, o § 5º deixa claro que, para a União, o desembolso financeiro aos entes federados deve ocorrer após a mensuração dos resultados obtidos, passo necessário	Não informado

							para o atendimento do disposto no art. 63, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e o § 6º prevê que a adequada execução financeira destes recursos deverá ser comprovada no âmbito do próprio ente federado, junto à respectiva instância de Controle Social do PBF, e caso essa comprovação não ocorra, ou seja, em caso de rejeição por esse órgão, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo de Assistência Social do próprio ente federado para que sejam reutilizados de forma regular. Pelo modelo, essa despesa da União funciona como um mecanismo para impelir os demais entes federados a realizar as atividades necessárias ao êxito do Programa, uma vez que lhes proporcionará recursos que serão incorporados como receita em seu orçamento, permitindo sua aplicação na continuidade das referidas atividades, além, é claro, dos benefícios proporcionados à municipalidade com a transferência de renda diretamente às famílias, melhorando suas condições de vida, especialmente quanto à segurança alimentar, à saúde e à educação, e com a dinamização da economia local e seus reflexos sobre a administração municipal e as oportunidades para a população local como um todo.	

Resultado Intermediário: 0137 - Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza contempladas no Programa Bolsa Família

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de famílias atendidas

Linha de base: 13.800.000

Data de referência da linha de base: 31/07/2019

Indicador: Taxa de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família frente à estimativa oficial de pobreza

Meta prevista para 2020: 100

Meta prevista para 2021: 100

Meta prevista para 2022: 100

Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 106,67

Data do valor apurado: 29/10/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Bolsa Família atendeu todo seu público com o benefício do PBF e o Auxílio Emergencial 2021. Entre janeiro e outubro de 2021, o Programa Bolsa Família alcançou 14,69 milhões de famílias, das quais cerca de 9,7 milhões receberam pelo menos uma parcela do Auxílio Emergencial 2021. Em outubro de 2021, último mês, do Programa, foram atendidas 14.654.783 famílias, do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo 106,67% do público. Registra-se que conforme previa o Art. 5º da Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, nas situações em que for mais vantajoso, o Auxílio Emergencial 2021 substituirá, temporariamente e de ofício, o benefício do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 2004, ainda que haja um único beneficiário no grupo familiar. Por essa razão, no mês de referência, 5.045.219 famílias do público do PBF, não foram contemplados nas ações de pagamento do Auxílio Emergencial – 21.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	100	-	-	-	0,9405	29/10/2021	Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Com a realização de nova pesquisa censitária, prevista para 2022, espera-se a atualização da estimativa de pobreza por Município, acarretando, assim, a atualização das taxas de cobertura municipais do Bolsa Família e, em consequência, dos Municípios prioritários para fins de concessão de benefício do Programa, de modo a refletir com maior acurácia a realidade socioeconômica corrente. Na região Centro Oeste, a estimativa aponta para a atendimento a 751.467 famílias, sendo que no mês de outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, foram atendidas 706.735 responsáveis familiares, representando 94,05%. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para o ingresso das famílias no Programa, são realizados, mensalmente, procedimentos de Habilitação e Seleção de famílias e Concessão de benefícios, conforme estabelecidos na Portaria nº 341, de 7 de outubro de 2008. Tais procedimentos são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Para estes processos são utilizadas as informações	Não informado

							declaradas pelas famílias e registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) conforme explicação abaixo. O processo de Habilitação consiste na identificação no Cadastro Único de todas as famílias que estejam aptas a receber o benefício do PBF. Serão habilitadas as famílias registradas no Cadastro Único, com informações atualizadas nos últimos dois anos e qualificadas no processo de averiguação cadastral, e que possuam perfil de renda e composição familiar que as tornem elegíveis para o PBF. Atualmente, as famílias devem ter renda familiar per capita de até R\$ 89,00 mensais; ou renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. O processo de Seleção, por sua vez, define, com base nas famílias habilitadas ao PBF, a quantidade de famílias que terão o benefício concedido, além de sua ordem de entrada no Programa. O cálculo mensal do número de famílias a serem selecionadas tem como referência a disponibilidade orçamentária do Governo Federal, conforme a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, e a estimativa de pobreza para o município. Por fim, o processo de Concessão consiste no pagamento de benefícios do PBF às famílias selecionadas, de acordo com a sua renda familiar por pessoa, o número de pessoas na família e se existem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos ou grávidas em sua composição. A concessão é atribuição exclusiva do Ministério da Cidadania, que aciona a CAIXA para que as famílias habilitadas e selecionadas passem a ser beneficiárias. Para a operacionalização da concessão de benefícios do Programa, são realizadas, portanto, as etapas de Habilitação e Seleção de famílias e, na sequência, a Concessão de benefícios. Todos estes processos são executados seguindo um calendário operacional definido anualmente entre o Ministério da Cidadania e a CAIXA	
Região Nordeste	100	-	-	-	1,1298	29/10/2021	Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Com a realização de nova pesquisa censitária, prevista para 2022, espera-se a atualização da estimativa de pobreza por Município, acarretando, assim, a atualização das taxas de cobertura municipais do Bolsa Família e, em consequência, dos Municípios prioritários para fins de concessão de benefício do	Não informado

						Programa, de modo a refletir com maior acurácia a realidade socioeconômica corrente. Na região nordeste, a estimativa aponta para a atendimento a 6.366.268 famílias, sendo que no mês de outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, foram atendidas 7.192.307 responsáveis familiares, representando 112,98% O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para o ingresso das famílias no Programa, são realizados, mensalmente, procedimentos de Habilitação e Seleção de famílias e Concessão de benefícios, conforme estabelecidos na Portaria nº 341, de 7 de outubro de 2008. Tais procedimentos são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Para estes processos são utilizadas as informações declaradas pelas famílias e registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) conforme explicação abaixo. O processo de Habilitação consiste na identificação no Cadastro Único de todas as famílias que estejam aptas a receber o benefício do PBF. Serão habilitadas as famílias registradas no Cadastro Único, com informações atualizadas nos últimos dois anos e qualificadas no processo de averiguação cadastral, e que possuam perfil de renda e composição familiar que as tornem elegíveis para o PBF. Atualmente, as famílias devem ter renda familiar per capita de até R\$ 89,00 mensais; ou renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. O processo de Seleção, por sua vez, define, com base nas famílias habilitadas ao PBF, a quantidade de famílias que terão o benefício concedido, além de sua ordem de entrada no Programa. O cálculo mensal do número de famílias a serem selecionadas tem como referência a disponibilidade orçamentária do Governo Federal, conforme a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, e a estimativa de pobreza para o município. Por fim, o processo de Concessão consiste no pagamento de benefícios do PBF às famílias selecionadas, de acordo com a sua renda familiar por pessoa, o número de pessoas na família e se existem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos ou grávidas em sua composição. A concessão é atribuição exclusiva do Ministério da Cidadania, que aciona a CAIXA para que as famílias habilitadas e selecionadas	

							passem a ser beneficiárias. Para a operacionalização da concessão de benefícios do Programa, são realizadas, portanto, as etapas de Habilitação e Seleção de famílias e, na sequência, a Concessão de benefícios. Todos estes processos são executados seguindo um calendário operacional definido anualmente entre o Ministério da Cidadania e a CAIXA	
Região Norte	100	-	-	-	1,1337	29/10/2021	Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Com a realização de nova pesquisa censitária, prevista para 2022, espera-se a atualização da estimativa de pobreza por Município, acarretando, assim, a atualização das taxas de cobertura municipais do Bolsa Família e, em consequência, dos Municípios prioritários para fins de concessão de benefício do Programa, de modo a refletir com maior acurácia a realidade socioeconômica corrente. Na região norte, a estimativa aponta para a atendimento a 1.581.402 famílias, sendo que no mês de outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, foram atendidas 1.792.778 responsáveis familiares, representando 113,37% O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para o ingresso das famílias no Programa, são realizados, mensalmente, procedimentos de Habilitação e Seleção de famílias e Concessão de benefícios, conforme estabelecidos na Portaria nº 341, de 7 de outubro de 2008. Tais procedimentos são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Para estes processos são utilizadas as informações declaradas pelas famílias e registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) conforme explicação abaixo. O processo de Habilitação consiste na identificação no Cadastro Único de todas as famílias que estejam aptas a receber o benefício do PBF. Serão habilitadas as famílias registradas no Cadastro Único, com informações atualizadas nos últimos dois anos e qualificadas no processo de averiguação cadastral, e que possuam perfil de renda e composição familiar que as tornem elegíveis para o PBF. Atualmente, as famílias devem ter renda familiar per capita de até R\$ 89,00 mensais; ou renda per capita entre R\$ 89,01	Não informado

							e R\$ 178,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. O processo de Seleção, por sua vez, define, com base nas famílias habilitadas ao PBF, a quantidade de famílias que terão o benefício concedido, além de sua ordem de entrada no Programa. O cálculo mensal do número de famílias a serem selecionadas tem como referência a disponibilidade orçamentária do Governo Federal, conforme a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, e a estimativa de pobreza para o município. Por fim, o processo de Concessão consiste no pagamento de benefícios do PBF às famílias selecionadas, de acordo com a sua renda familiar por pessoa, o número de pessoas na família e se existem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos ou grávidas em sua composição. A concessão é atribuição exclusiva do Ministério da Cidadania, que aciona a CAIXA para que as famílias habilitadas e selecionadas passem a ser beneficiárias. Para a operacionalização da concessão de benefícios do Programa, são realizadas, portanto, as etapas de Habilitação e Seleção de famílias e, na sequência, a Concessão de benefícios. Todos estes processos são executados seguindo um calendário operacional definido anualmente entre o Ministério da Cidadania e a CAIXA	
Região Sudeste	100	-	-	-	1,0148	29/10/2021	Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Com a realização de nova pesquisa censitária, prevista para 2022, espera-se a atualização da estimativa de pobreza por Município, acarretando, assim, a atualização das taxas de cobertura municipais do Bolsa Família e, em consequência, dos Municípios prioritários para fins de concessão de benefício do Programa, de modo a refletir com maior acurácia a realidade socioeconômica corrente. Na região sudeste, a estimativa aponta para a atendimento a 3.950.757 famílias, sendo que no mês de outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, foram atendidas 4.009.045 responsáveis familiares, representando 101,48% O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para o ingresso das famílias no Programa, são realizados, mensalmente, procedimentos de Habilitação e Seleção de famílias e Concessão de benefícios, conforme estabelecidos	Não informado

							na Portaria nº 341, de 7 de outubro de 2008. Tais procedimentos são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Para estes processos são utilizadas as informações declaradas pelas famílias e registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) conforme explicação abaixo. O processo de Habilitação consiste na identificação no Cadastro Único de todas as famílias que estejam aptas a receber o benefício do PBF. Serão habilitadas as famílias registradas no Cadastro Único, com informações atualizadas nos últimos dois anos e qualificadas no processo de averiguação cadastral, e que possuam perfil de renda e composição familiar que as tornem elegíveis para o PBF. Atualmente, as famílias devem ter renda familiar per capita de até R\$ 89,00 mensais; ou renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. O processo de Seleção, por sua vez, define, com base nas famílias habilitadas ao PBF, a quantidade de famílias que terão o benefício concedido, além de sua ordem de entrada no Programa. O cálculo mensal do número de famílias a serem selecionadas tem como referência a disponibilidade orçamentária do Governo Federal, conforme a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, e a estimativa de pobreza para o município. Por fim, o processo de Concessão consiste no pagamento de benefícios do PBF às famílias selecionadas, de acordo com a sua renda familiar por pessoa, o número de pessoas na família e se existem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos ou grávidas em sua composição. A concessão é atribuição exclusiva do Ministério da Cidadania, que aciona a CAIXA para que as famílias habilitadas e selecionadas passem a ser beneficiárias. Para a operacionalização da concessão de benefícios do Programa, são realizadas, portanto, as etapas de Habilitação e Seleção de famílias e, na sequência, a Concessão de benefícios. Todos estes processos são executados seguindo um calendário operacional definido anualmente entre o Ministério da Cidadania e a CAIXA	
Região Sul	100	-	-	-	0,8763	29/10/2021	Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Com a realização de	Não informado

							nova pesquisa censitária, prevista para 2022, espera-se a atualização da estimativa de pobreza por Município, acarretando, assim, a atualização das taxas de cobertura municipais do Bolsa Família e, em consequência, dos Municípios prioritários para fins de concessão de benefício do Programa, de modo a refletir com maior acurácia a realidade socioeconômica corrente. Na região sul, a estimativa aponta para a atendimento a 1.088.521 famílias, sendo que no mês de outubro de 2021, último mês de vigência do PBF, foram atendidas 953.918 responsáveis familiares, representando 87,63% O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para o ingresso das famílias no Programa, são realizados, mensalmente, procedimentos de Habilitação e Seleção de famílias e Concessão de benefícios, conforme estabelecidos na Portaria nº 341, de 7 de outubro de 2008. Tais procedimentos são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Para estes processos são utilizadas as informações declaradas pelas famílias e registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) conforme explicação abaixo. O processo de Habilitação consiste na identificação no Cadastro Único de todas as famílias que estejam aptas a receber o benefício do PBF. Serão habilitadas as famílias registradas no Cadastro Único, com informações atualizadas nos últimos dois anos e qualificadas no processo de averiguação cadastral, e que possuam perfil de renda e composição familiar que as tornem elegíveis para o PBF. Atualmente, as famílias devem ter renda familiar per capita de até R\$ 89,00 mensais; ou renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. O processo de Seleção, por sua vez, define, com base nas famílias habilitadas ao PBF, a quantidade de famílias que terão o benefício concedido, além de sua ordem de entrada no Programa. O cálculo mensal do número de famílias a serem selecionadas tem como referência a disponibilidade orçamentária do Governo Federal, conforme a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, e a estimativa de pobreza para o município. Por fim, o processo de Concessão consiste no pagamento de benefícios do PBF às famílias selecionadas, de acordo com a sua renda familiar por	

							pessoa, o número de pessoas na família e se existem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos ou grávidas em sua composição. A concessão é atribuição exclusiva do Ministério da Cidadania, que aciona a CAIXA para que as famílias habilitadas e selecionadas passem a ser beneficiárias. Para a operacionalização da concessão de benefícios do Programa, são realizadas, portanto, as etapas de Habilitação e Seleção de famílias e, na sequência, a Concessão de benefícios. Todos estes processos são executados seguindo um calendário operacional definido anualmente entre o Ministério da Cidadania e a CAIXA	

PROGRAMA: 5029 - PRODUÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTO PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: 1233 - Identificar, caracterizar, localizar e dar visibilidade à situação de vulnerabilidade das famílias para a promoção da inclusão social

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Durante o ano de 2021, foram realizadas ações para a manutenção dos processos do Cadastro Único e que impactam no nível de atualização cadastral: - (i) implantação da melhoria no Sistema de Cadastro Único que possibilitou aos usuários municipais corrigirem informações que, porventura, tenham sido cadastradas incorretamente, o que permitirá uma melhor qualidade do cadastro da família; (ii) Manutenção da Portaria nº 368, de 29 de abril de 2020, que autoriza a realização de cadastramento ou atualização cadastral por telefone ou outro meio eletrônico como medida excepcional em municípios e em estado de calamidade pública ou em situação de emergência; e (iii) implantação de melhoria no Sistema de Cadastro Único que possibilita o cadastramento de crianças e adolescentes menores de 16 anos que não possuem vínculos familiares e estão sendo atendidas em abrigos públicos ou a inclusão de pessoas com mais de 16 anos, porém que possuem incapacidade civil, por meio da indicação de um Responsável Legal. No que se refere a segurança no acesso ao Sistema de Cadastro Único, também houve aprimoramentos como a restrição para acesso ao sistema por operadores menores de 18 anos. Durante o ano de 2021 foi prorrogado até abril de 2021 o Termo de Execução Descentralizada nº 12/2019/SAGI/MC, firmado com a Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC, bem como em dezembro de 2021 foi assinado novo TED com o Ministério das Comunicações (Mcom), para a instalação de conexão de internet em banda larga nos municípios da Amazônia Legal que não tem internet disponível para operar o Sistema de Cadastro Único. Ademais, para possibilitar o aprimoramento contínuo do Cadastro Único, foi assinado contrato com a Dataprev (Contrato nº 32/2021), com a finalidade de prover operações necessárias de coleta, manutenção, qualificação e análise dos dados das famílias de baixa renda existentes no país, inclusive a partir de consulta a outras bases de dados administrativos, para fins de formulação de políticas públicas e inclusão das famílias em programas sociais. Essa reformulação da arquitetura tecnológica da solução gerenciadora de programas sociais tem como finalidade otimizar o processo de cadastramento das famílias pelos cidadãos e municípios; reduzir custos do governo com a captação e atualização do cadastro; e melhorar os processos de qualificação dos dados, a partir da interoperabilidade com outras bases governamentais, diminuindo o risco nos processos de elegibilidade de público-alvo dos programas.

Meta: 0522 - Ampliar para 75% o nível de informações atualizadas das famílias de baixa renda no Cadastro Único

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual de informações atualizadas
Linha de base: 83
Data de referência da linha de base: 31/07/2019
Meta prevista para 2020: 84
Meta prevista para 2021: 72
Meta prevista para 2022: 73
Meta prevista para 2023: 75

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 63,57
Data de Referência: 18/12/2021
Restrições: -
Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	64,9	18/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	65,31	18/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	61,22	18/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	60,96	18/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	66,63	18/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8753 - Taxa de atualização cadastral

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem
Valor de referência: 83
Data de Apuração: 31/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 63,57
Data do valor apurado: 18/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0138 - Ampliação do índice de informações atualizadas das famílias de baixa renda no Cadastro Único

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de informações atualizadas
Linha de base: 83
Data de referência da linha de base: 31/07/2019
Indicador: Taxa de atualização cadastral dos municípios brasileiros
Meta prevista para 2020: 84
Meta prevista para 2021: 72
Meta prevista para 2022: 73
Meta prevista para 2023: 75

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 63,57
Data do valor apurado: 18/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram realizadas ações para a manutenção dos processos do Cadastro Único e que impactam no nível de atualização cadastral: - a implantação da melhoria no Sistema de Cadastro Único que possibilitou aos usuários municipais corrigirem informações que, porventura, tenham sido cadastradas incorretamente, o que permitirá uma melhor qualidade do cadastro da família; - Manutenção da Portaria nº 368, de 29 de abril de 2020, que autoriza medida excepcional em municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência, permitindo a realização de cadastramento ou atualização cadastral por telefone ou outro meio eletrônico; - implantação de melhoria que possibilita o cadastramento de

crianças e adolescentes menores de 16 anos que não possuem vínculos familiares e estão sendo atendidas em abrigos públicos ou a inclusão de pessoas com mais de 16 anos, porém que possuem incapacidade civil, esse cadastramento será realizado por meio da indicação de um Responsável Legal.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A Pandemia COVID-19 e as medidas de distanciamento social adotadas dificultaram a realização dos processos de atualização cadastral de forma presencial. Providências implementadas para a superação da restrição: Publicação da Portaria nº 368, de 29 de abril de 2020, que autoriza a realização de cadastramento ou atualização cadastral por telefone ou outro meio eletrônico como medida excepcional em municípios e em estado de calamidade pública ou em situação de emergência. Entretanto, mesmo com essa medida, tendo em vista as ações para conter o contágio do coronavírus, alguns Municípios tiveram suas atividades reduzidas, o que impactou nos números apresentados.

Providências implementadas para a superação da restrição: -

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5031 - PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Objetivo: 1222 - Garantir Serviços e Benefícios Socioassistenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, com respeito à diversidade de públicos e territórios.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Brasil ainda apresenta parcela significativa da população vivendo em situação de vulnerabilidade e riscos sociais decorrentes da combinação de causas estruturais (baixa escolaridade, vínculos precários ao trabalho) e condições pessoais (ciclo de vida, deficiência congênita ou adquirida, violência, abuso/exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, etc) que comprometem a capacidade de proteção a ser desempenhada pelas famílias e a superação de situações pelos indivíduos. A magnitude e a dispersão territorial dessas situações constituem grandes desafios que exigem do SUAS, simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso, integração das ações, inclusive com outras políticas setoriais, e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas. Nesse sentido, os déficits de cobertura e qualidade dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS se constituem em causas críticas para sua efetividade no enfrentamento da pobreza, desigualdade, vulnerabilidades e riscos sociais. Ao articular benefícios e serviços ofertados em uma rede de considerável capilaridade, o SUAS se reveste em instrumento fundamental para uma significativa redução dessas situações indesejadas. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é o principal benefício da Assistência Social. É um benefício individual, de 1 salário mínimo (mensal) à pessoa idosa (65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência (com impedimentos de longo prazo) de qualquer idade, em ambas as situações, com renda per capita familiar mensal inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. A Assistência Social também responde pela manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV), paga às pessoas que faziam jus a esse benefício quando de sua extinção, em janeiro/1996, quando foi implantado o BPC. O BPC atende a 4,7 milhões de pessoas, sendo 2,56 milhões de pessoas com deficiência e 2,15 milhões de idosos. Desse total, 93% dos beneficiários e suas famílias já estão incluídos no Cadastro Único (posição em novembro/2021), permitindo maior conhecimento da realidade socioeconômica desse público e o acesso a outros serviços, programas e benefícios, da Assistência Social e de outras políticas. Apenas em 2021, foram concedidos novos benefícios a aproximadamente 219,5 mil idosos e 180,7 mil pessoas com deficiência. O BPC vem tendo diversos aprimoramentos nos últimos anos, como a regulamentação e implementação da avaliação da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade para acesso ao benefício (como previsto na Lei nº 14.176/2021) e a regulamentação do Auxílio-Inclusão (previsto na Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI). Além disso, pretende-se aprimorar o processo de revisão do BPC, a partir das conclusões de um grupo de trabalho interministerial, visando identificar possíveis indícios de irregularidades na sua concessão e aprimorar a manutenção do BPC ao longo do tempo. Em razão da pandemia de COVID-19, foram prorrogados até 31/12/2021 os prazos para inclusão dos beneficiários e suas famílias no Cadastro Único - o que pode ser feito, inclusive, de modo remoto. Os serviços socioassistenciais são organizados em dois níveis, considerando a complexidade das situações envolvidas. A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS são as principais unidades da Proteção Social Básica. Localizadas prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 7,45 mil CRAS, o que equivale a 88% dos 8,5 mil unidades existentes, cuja cobertura atinge 25,7 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. Dados preliminares (fonte: RMA/SNAS) informam que, em 2021, os CRAS realizaram 34,2 milhões de atendimentos individualizados, inseriram ou atualizaram o registro de 6 milhões de famílias no Cadastro Único, realizaram 3,4 milhões de visitas domiciliares e acompanharam, em média, 1,34 milhão de famílias/mês. O atendimento às famílias é complementado pelo serviço de convivência, ofertado em grupos organizados por faixas etárias. Ao final de 2021, existiam 2 milhões de usuários nesses grupos, dos quais 821 mil em alguma situação prioritária (fonte: SISC/SNAS). Além dos CRAS, esse serviço também pode ser ofertado em outras unidades públicas ou entidades de assistência social. Estas somam mais de 6,7 mil unidades de atendimento, atuando em parceria em mais de 1,4 mil municípios. A Proteção Social Especial oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social, ameaças ou violações de direitos (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (Média e Alta Complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS são as principais unidades de prestação de serviços de Média Complexidade. Os CREAS são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF (em alguns casos, de estados), onde são ofertados diversos serviços especializados. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 2,6 mil unidades CREAS, cobrindo aproximadamente 2,5 mil municípios, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes, onde a cobertura alcança 98%. Dados preliminares (fonte: RMA/SNAS) informam que, em 2021, os CREAS realizaram 3 milhões de atendimentos particularizados, realizaram 779 mil visitas domiciliares e acompanharam, em média, 304 mil casos/mês. Além disso, mais de 27 mil adolescentes foram inseridos em acompanhamento pelo serviço de medidas socioeducativas, ao longo do ano. Esse serviço acompanha a cada mês, em média, 29 mil adolescentes em cumprimento de medidas aplicadas pelo Judiciário, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os Centros Pop,

também de média complexidade, são unidades públicas especializadas no atendimento à população em situação de rua. O Ministério da Cidadania cofinancia a oferta de serviços em 228 unidades Centro Pop, existentes em 203 municípios. Com base nos dados preliminares do sistema RMA/SNAS, em 2021 essas unidades realizaram 2,8 milhões de atendimentos, a quase 444 mil pessoas, dentre as quais migrantes (122 mil) e usuários de drogas (191 mil). O Ministério da Cidadania também cofinancia o serviço de Abordagem Social, realizado por mais de 500 equipes de CREAS e Centro Pop, em 265 municípios. Esse serviço realiza a busca ativa de pessoas expostas a riscos sociais e pessoais, como situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual e uso abusivo de drogas. Com base nos dados

preliminares do RMA/SNAS, em 2021 foram realizadas 1,67 milhão de abordagens, a 761 mil pessoas, das quais 134 mil migrantes e 270 mil adultos usuários de drogas. Por sua vez, os Centros-Dia de Referência são unidades públicas especializadas que oferecem atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia e, ao mesmo tempo, servem de apoio às famílias e aos cuidadores familiares, desempenhando um papel complementar aos cuidados das famílias. São 18 unidades, em 18 estados, além de 1,9 mil unidades similares (destas, 92% em parcerias com entidades não governamentais), cuja cobertura atinge mais de 1 mil municípios. Existem outras 9 unidades (em 9 municípios) específicas para o atendimento de crianças de 0-6 anos, com microcefalia ou deficiências associadas ao Zika vírus. Cada unidade Centro-Dia tem capacidade de atender entre 30-150 pessoas/mês. A proteção social especial de alta complexidade oferta serviços de acolhimento aos indivíduos que perderam seus vínculos familiares e comunitários, visando maiores níveis de autonomia e sua reinserção familiar e comunitária, quando possível. Ao final de 2021, existiam 6,8 mil unidades de Acolhimento (dessas, 66% em parceria com entidades não governamentais), com capacidade para atender 220 mil pessoas, em mais de 2,2 mil municípios, de todos os estados e DF. A cobertura do cofinanciamento federal atinge 86 mil dessas vagas. A alta complexidade também atua em situações de calamidades e emergências: como resposta ao aumento de migrantes venezuelanos, o Ministério da Cidadania tem cofinanciado a manutenção de abrigos temporários e a interiorização dos migrantes para outros estados. Até dezembro/2021, foram interiorizados 66,2 mil imigrantes (dos quais 19,7 mil apenas em 2021) e outros 9,9 mil imigrantes se encontravam em unidades de acolhimento em Roraima. De natureza não governamental e sem fins lucrativos, as entidades ou organizações de assistência social atuam em parceria com a Administração Pública no atendimento às famílias e indivíduos em vulnerabilidade e riscos sociais, sendo de fundamental importância para a capilaridade de serviços de proteção básica e especial do SUAS. Existem mais de 14 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na rede SUAS, atuando em mais de 2,2 mil municípios. Um importante instrumento de parceria público-privada, visando ampliar a cobertura e melhoria dos serviços socioassistenciais, é a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), por meio da qual as entidades contam com a isenção de contribuições sociais e podem acessar outras fontes para o financiamento de suas atividades. Em dezembro/2021, havia 5,8 mil entidades com CEBAS vigente, das quais aproximadamente 1,2 mil foram concedidas pelo Ministério da Cidadania durante o ano. Para estruturar a rede de serviços socioassistenciais, em 2021 foram firmados 4.652 instrumentos de transferência de recursos aos demais entes. Por meio da estrutura de Mobilidade da Rede de Proteção do SUAS (MobSUAS) já foram distribuídos, desde 2019, um total de 1.118 veículos, dos quais 393 somente em 2021 (sendo 84 micro-ônibus e 309 automóveis), para auxiliar nas atividades das equipes que prestam serviços do SUAS. Contudo, 2020 e 2021 entrarão para a história pela maior pandemia dos últimos 100 anos. Em resposta à Covid-19, foi aberto um crédito extraordinário (MP nº 953, de 15/04/20) de R\$ 2,5 bilhões, com o objetivo de fortalecer as ações do SUAS no atendimento à população em vulnerabilidade social, ampliada no contexto da pandemia. Os recursos foram transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos de Assistência Social dos demais entes, contribuindo significativamente para a capacidade de resposta do SUAS e, sobretudo, para reduzir o impacto da pandemia no público da assistência social. O Decreto nº 10.614/2021 autorizou a reprogramação da parcela desses recursos não utilizada pelos demais entes naquele exercício, o que se mostrou essencial para a continuidade dos serviços do SUAS e a intensificação dos atendimentos. Para operacionalizar a execução desses recursos e orientar o funcionamento e organização das ações e serviços do SUAS no enfrentamento da Covid-19, em 2020 e 2021 foram elaboradas e publicadas diversas normativas e orientações direcionadas a gestores, técnicos e membros dos Conselhos de Assistência Social, bem como realizadas várias ações, a exemplo de videoconferências de apoio técnico aos demais entes. Os objetivos do SUAS no PPA 2020-2023, de ampliar a cobertura e qualidade dos serviços e benefícios ofertados a famílias e indivíduos em situações diversas de vulnerabilidade e riscos sociais, visando a redução de desigualdades e a inclusão socioeconômica de significativa parcela da população, enfrentam, ainda, um desafio de natureza estrutural, representado pela crise fiscal, fortemente agravada pela pandemia. O efeito mais imediato e visível tem sido a redução do volume de recursos (ordinários) disponíveis para o cofinanciamento federal dos serviços ofertados pelos demais entes. Com isso, pontuais ampliações de acesso/cobertura ou melhoria de qualidade dos serviços já ofertados têm sido financiados quase que exclusivamente com recursos próprios dos demais entes, elevando o risco de que os objetivos definidos para o médio prazo (2023) não sejam atingidos.

Meta: 051H - Ampliar para 70% a cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual de cobertura

Linha de base: 68

Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 68
Meta prevista para 2021: 69
Meta prevista para 2022: 69
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 65,7
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Em consequência das limitações fiscais, em relação aos exercícios anteriores, não ocorreu incremento do financiamento federal (ordinário), seja para alguma expansão da rede de unidades/serviços, seja para algum reajuste dos valores de referência do cofinanciamento federal. Em relação aos valores pactuados em meados da década passada, observa-se significativa redução dos valores efetivamente transferidos a título de cofinanciamento federal (ordinário) aos demais entes, para oferta dos serviços de proteção social básica e especial. Nesse sentido, as demais esferas tendem a arcar com parcela maior do custo de ofertar os serviços nos níveis já existentes ou reduzir a cobertura (ou qualidade) alcançada. Considerando apenas as ações que registram os recursos para os serviços de proteção social básica e especial, a diferença entre os valores estimados e disponibilizados superaram R\$ 1,5 bilhão.

Providências implementadas para a superação da restrição: . Solicitação de créditos adicionais, ao longo do exercício; . Apresentação dos desafios ao Congresso Nacional, especialmente em oportunidades durante o processo de elaboração do Orçamento Anual.

Valor da insuficiência de recursos: 1.506.218.090

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	77,6	77,5	77,5	78	73,8028	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	66	66,5	66,5	67,5	62,7651	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	61	63	63	64	58,0496	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	70,1	71	71	72,5	67,6955	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	77,5	77	77	77,7	77,5701	31/12/2021	Não informado	Não informado

Indicador: 8708 - Percentual de famílias cobertas por CRAS e CREAS

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem
Valor de referência: 68
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 65,7007
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: O indicador de monitoramento do PPA 2020-2023 é o Percentual de famílias cadastradas no CadÚnico com renda até ½ s.m. cobertas pelo referenciamento de CRAS e CREAS. O referenciamento das famílias nos CRAS e CREAS é função da expansão dessas unidades. No período 2020-2021, vimos uma pequena expansão do número dessas unidades e, conseqüentemente, do número de famílias referenciadas (cobertas) por esses equipamentos. Entre dez/19 e dez/21 ocorreu um aumento de 116 unidades CRAS (de 8.406 para 8.522) e 61 unidades CREAS (de 2.740 para 2.801). Entretanto, apesar da oscilação positiva na cobertura (1,3% para os CRAS e 2,2% para os CREAS), o número de famílias necessitando cobertura da Assistência Social aumentou significativamente (quase 14%, passando de 22,2 milhões para 25,3 milhões de famílias). Vale lembrar que os atendimentos na rede têm apresentado aumentos muito superiores ao quantitativo dessas unidades: comparando o volume anual de 2019 com os resultados ainda preliminares do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do período janeiro-novembro de 2021, os atendimentos nos CRAS aumentaram pelo menos 22,5% e nos CREAS pelo menos 7%. Dentre as hipóteses para explicar esse fenômeno, destaca-se a atual crise econômica, que tem elevado as taxas de desemprego e inflação, dentre os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19. Adicionalmente, a adoção de ações de busca ativa e mutirões de cadastramento também incluíram mais famílias pobres e vulneráveis no cadastro único, aumentando o número de famílias elegíveis. Desta forma, apesar da leve expansão da rede socioassistencial, e do significativo aumento do volume de atendimentos, a cobertura do público-alvo permanece inferior à necessidade, considerando o aumento no número de famílias em situação de (extrema) pobreza.

Resultado Intermediário: 0139 - Ampliação da cobertura dos serviços e programas referenciados nos CRAS

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de cobertura
Linha de base: 82,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CRAS
Meta prevista para 2020: 82,5
Meta prevista para 2021: 82

Meta prevista para 2022: 82
Meta prevista para 2023: 82,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 78,2448

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS são as principais unidades da Proteção Social Básica, a qual visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Localizadas prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 7,45 mil CRAS, o que equivale a 88% dos 8,5 mil existentes, cuja cobertura atinge 25,7 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. Dados preliminares (fonte: RMA/SNAS) informam que em 2021, os CRAS realizaram 34,2 milhões de atendimentos individualizados, inseriram ou atualizaram o registro de 6 milhões de famílias no Cadastro Único, realizaram 3,4 milhões de visitas domiciliares e acompanharam, em média, 1,34 milhão de famílias/mês. De dezembro/2020 a dezembro/2021, a taxa de cobertura dos CRAS oscilou negativamente, de 81,4% para 78,2%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no CadÚnico), de 22,6 milhões para 25,3 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Em consequência das limitações fiscais, em relação aos exercícios anteriores, não ocorreu incremento do financiamento federal (ordinário), seja para alguma expansão da rede de unidades/serviços, seja para algum reajuste dos valores de referência do cofinanciamento federal. Em relação aos valores pactuados em meados da década passada, observa-se significativa redução dos valores efetivamente transferidos a título de cofinanciamento federal (ordinário) aos demais entes, para oferta dos serviços de proteção social básica e especial. Nesse sentido, as demais esferas tendem a arcar com parcela maior do custo de ofertar os serviços nos níveis já existentes ou reduzir a cobertura (ou qualidade) alcançada. Considerando apenas as ações que registram os recursos para os serviços de proteção social básica, a diferença entre os valores estimados e disponibilizados superaram R\$ 1 bilhão.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos adicionais, ao longo do exercício; apresentação dos desafios ao Congresso Nacional, especialmente em oportunidades durante o processo de elaboração do Orçamento Anual.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	92,9	93,2	93,2	93,5	88,695	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	78,4	79	79	79,5	74,4932	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Norte	70,3	71	71	71,5	66,5184	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	83,1	83,7	83,7	84	80,274	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	98,8	99	99	99	97,8766	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0140 - Ampliação da cobertura dos serviços e programas referenciados nos CREAS

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de cobertura

Linha de base: 84,4

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CREAS

Meta prevista para 2020: 84,4

Meta prevista para 2021: 86,5

Meta prevista para 2022: 86,5

Meta prevista para 2023: 86,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 86,1596

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Proteção Social Especial oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social, ameaças ou violações de direitos (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras), sendo seus serviços organizados em dois níveis (média e alta) de complexidade, conforme a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS são as principais unidades de prestação de serviços da PSE de Média Complexidade. Os CREAS são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF (em alguns casos, de estados), onde são ofertados diversos serviços especializados. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 2,6 mil unidades CREAS, cobrindo aproximadamente 2,5 mil municípios, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes, onde a cobertura alcança 98%. Dados preliminares (fonte: RMA/SNAS) informam que em 2021, os CREAS realizaram 3 milhões de atendimentos particularizados, 779 mil visitas domiciliares e acompanharam, em média, 304 mil casos/mês, além de outros 29 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas determinadas pelo judiciário. De dezembro/2020 a dezembro/2021, a taxa de cobertura dos CREAS manteve-se estável em 86%, oscilando negativamente no nordeste e positivamente nas demais regiões, apesar do aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no CadÚnico (de 22,6 milhões para 25,3 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Em consequência das limitações fiscais, em relação aos exercícios anteriores, não ocorreu incremento do financiamento federal

(ordinário), seja para alguma expansão da rede de unidades/serviços, seja para algum reajuste dos valores de referência do cofinanciamento federal. Em relação aos valores pactuados em meados da década passada, observa-se significativa redução dos valores efetivamente transferidos a título de cofinanciamento federal (ordinário) aos demais entes, para oferta dos serviços de proteção social básica e especial. Nesse sentido, as demais esferas tendem a arcar com parcela maior do custo de ofertar os serviços nos níveis já existentes ou reduzir a cobertura (ou qualidade) alcançada. Considerando apenas as ações que registram os recursos para os serviços de proteção social especial, a diferença entre os valores estimados e disponibilizados alcançaram R\$ 479,7 milhões.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos adicionais, ao longo do exercício; apresentação dos desafios ao Congresso Nacional, especialmente em oportunidades durante o processo de elaboração do Orçamento Anual.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	84,7	84,7	84,7	85	84,9645	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	85,9	86,5	86,5	87	85,7652	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	89,9	90,5	90,5	91	90,4549	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	86,8	87,2	87,2	87,5	87,1791	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	78,5	78,7	78,7	79	79,4769	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5032 - REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO: CUIDADOS, PREVENÇÃO E REINserção SOCIAL

Objetivo: 1223 - Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere a prevenção, tratamento, acolhimento e recuperação, culminando com a sua reinserção social

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No PPA 2020-2023, o Programa 5032 abriga atividades relacionadas a SENAPRED e impõe para os gestores, de modo geral, constante aprimoramento na eficiência e eficácia da Política de Redução da Demanda de Drogas, como aumentar o número de vagas para tratamento de

dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas e ampliar, consideravelmente, o número de pessoas conscientizadas e protegidas dos prejuízos sociais, econômicos e de saúde pública representados pelo uso, pelo uso indevido e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas. Referente a temática de ACOlhIMENTO em 2021 (que é um dos itens deste monitoramento), a SENAPRED apresentou os seguintes números: 16.938 vagas para acolhimento em Comunidades Terapêuticas em 481 contratos renovados, perfazendo 28.600 dependentes químicos tratados, com investimento direto de R\$ 149.220.000,00. Concomitantemente, no âmbito do plano de ação do planejamento estratégico do Ministério da Cidadania, a SENAPRED tem 4 metas para a sua área de atuação, cujo monitoramento efetuado ao final de 2021, mostrou que todos os índices foram superados: 1. Aumentou a taxa média de ocupação de dependentes químicos nas Comunidades Terapêuticas, saltando de 85% para 90%. 2. Aumentou o índice de fiscalizações de Comunidades Terapêuticas, tanto presencial como remotamente, em relação ao período anterior. 3. Aumentou em 62,5% o número de vagas em Comunidades Terapêuticas através do Edital 17/2019, passando a financiar 16.938 vagas no total. 4. Foram capacitadas 6.375 pessoas com cursos e capacitações promovidos ou apoiados pela SENAPRED (outro item deste monitoramento). No contexto das demais realizações destacamos: Ações de Cuidados As ações de cuidados estão associadas diretamente com o acolhimento de dependentes químicos no âmbito das Comunidades Terapêuticas, bem como o fortalecimento dos Grupos Anônimos, de Ajuda Mútua e de Apoio a Familiares de Dependentes Químicos. As Comunidades Terapêuticas são contratadas pelo Governo Federal, com base nos Editais de Credenciamento – SENAD 01/2018 e SENAPRED 17/2019. Em 2018, eram 2.900 vagas financiadas, a partir de 2019 foram 10.680 e saltou para 16.938 vagas ao final de 2021. Segundo levantamento periódico no Sistema de Comunidades Terapêuticas - SISCT, isso representaria uma estimativa de acolhimento de mais de 51.000 dependentes químicos, com investimentos superiores a R\$ 220 milhões para 2022. Buscando aprimorar os instrumentos de transparência, monitoramento e fiscalização, especialmente ao cumprimento da prestação de serviços de acolhimento, o Ministério da Cidadania publicou a Portaria nº 625, de 6 de abril de 2021, que institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas, por meio de videoconferências. Trata-se de uma forma moderna e inovadora de fiscalizar essas entidades e uma modalidade de fiscalização recomendada por parte dos Órgãos de Controle. Importante registrar que o Ministério da Cidadania tem buscado firmar Termos de Cooperação Técnica com estados e municípios para o fortalecimento da fiscalização dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas de mútuo interesse, ampliar ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas e promover a reinserção social dos acolhidos nas Comunidades Terapêuticas com foco na geração de emprego e renda. Em janeiro de 2021 foi publicado o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Cidadania e o Narcóticos Anônimos (NA) para a criação da linha telefônica 132, que ampliou o acesso da população, em especial dependentes químicos e familiares, aos atendimentos e orientações prestados pelo NA. O atendimento começou a funcionar em maio de forma gratuita e 24 horas por dia. Através das Portarias 513 e 514, publicadas em outubro de 2020, mais de 53 veículos apreendidos em decorrência do narcotráfico foram doados a entidades credenciadas e que atuam na redução da demanda de drogas, permitindo melhor mobilidade para complementariedade do tratamento do acolhido e acompanhamento terapêutico. Ao passo que as Portarias 721 e 722, publicadas em 22 de dezembro de 2021, regulamenta e monitora, respectivamente, a doação de imóveis recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, às Organizações da Sociedade Civil que atuam na redução da demanda de drogas. Com o Conselho Federal de Medicina – CFM estabeleceu parceria para a regulamentação das clínicas especializadas em dependência química, um passo importante para aumentar a rede de cuidados. Ações de Prevenção e Reinserção Social As ações de prevenção estão associadas com todas as atividades de conscientização sobre os malefícios do álcool e outras drogas. Esse eixo compreende: projetos, programas, cursos, capacitações, seminários, eventos presenciais e online, campanhas, pesquisas, estudos científicos, material de divulgação, entre outros. Assim, visando levar mais conhecimento e informação sobre os malefícios do consumo do álcool e outras drogas, a SENAPRED disponibilizou mais 4 novas cartilhas em seu acervo bibliográfico: "Conhecendo os efeitos do uso de drogas na gestação e as consequências para os bebês": cartilha aborda as consequências do consumo de bebidas alcoólicas, do tabaco, da maconha, da cocaína e do crack para a mãe e para o desenvolvimento do bebê. Ela será utilizada na capacitação de visitantes e supervisores do Programa Criança Feliz e pelo público em geral; "Parar de Fumar, um Guia de Autoajuda": cartilha que demonstra o impacto do uso do tabaco na saúde e na vida das pessoas que fumam, tanto no seu entorno quanto na sociedade e na saúde pública; "Estratégias para o Gerenciamento de casos complexos de dependência química": cartilha contextualiza o gerenciamento de caso complexo, em que é possível aumentar o alcance e a efetividade do tratamento, além de promover maior grau de saúde e qualidade de vida à pessoa em recuperação e a seus familiares; "Argumentos contra a legalização da maconha": cartilha qualifica o debate acerca da legalização da maconha com base em dados científicos. Iniciadas ao final de 2019, a SENAPRED tem em curso duas importantes pesquisas em âmbito nacional e cujos resultados definitivos serão conhecidos em 2022: • Com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): pesquisa para verificação do perfil de uso de drogas através da análise do esgoto nos municípios de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Carlos (SP), Campinas (SP), Natal (RN), além do Distrito Federal; e • Com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP: que realiza o III LENAD - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas e I Levantamento de Cenas de uso em Capitais (LECUCA), com vistas à apuração do real e atual panorama do consumo de drogas no país, além de inédita investigação acerca dos aspectos do consumo em cenas abertas, mais conhecidas como cracolândias. A SENAPRED tem promovido várias parcerias com entidades nacionais e internacionais para a realização de cursos e capacitações. Em maio lançou o curso “Política Nacional Sobre

Drogas: O Que Os Gestores Estaduais e Municipais Devem Saber". Este mesmo curso foi replicado em outubro e foi estendido para os 5 municípios do Projeto Em Frente Brasil da Presidência da República que abrange: Goiânia/GO, Cariacica/ES, Ananindeua/PA, Paulista/PE e São José dos Pinhais/PR. A partir de então, o referido curso está aberto permanentemente na plataforma digital do Ministério da Cidadania às pessoas interessadas sobre o tema a fazerem o curso a qualquer momento. Em agosto promoveu, em parceria com o Instituto Nacional de Câncer – INCA, capacitação para os gestores de Comunidades Terapêuticas sobre tabagismo. Em outubro, ainda realizou Workshop de prevenção com o International Society of Substance use Professionals – ISSUP Brasil e Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – CICAD sobre prevenção nas escolas. Neste mesmo mês a SENAPRED capacitou gestores do município de Sorocaba/SP sobre a Política de Redução da Demanda de Drogas. Lançou em dezembro o curso sobre “Direitos Humanos para os Gestores de CTs”. Em 2021 foram mais de 6.300 pessoas capacitadas. Na agenda internacional ainda foram realizadas diversas reuniões técnicas e especializadas com países como Colômbia, Peru, Chile, União Europeia e Estados Unidos para discussão de práticas, estabelecimento de protocolos e definição de agenda futura para ampla abordagem, em todos os aspectos, da temática sobre drogas. Objetivando fortalecer laços com novos parceiros em seus projetos e ações, a SENAPRED deu continuidade as parcerias com Denatran – Departamento Nacional de Trânsito, Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Instituto de Juristas Cristãos e PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas para ações conjuntas na prevenção às drogas. Em setembro de 2021, o Ministério da Cidadania formalizou acordo de cooperação técnica com a Associação Brasileira de Psiquiatria para promover o evento denominado “Setembro Amarelo”, com o objetivo de prevenir e reduzir os índices de suicídios no Brasil. Em abril de 2021, foi lançado o “Projeto Cuidar”, iniciativa que une o Ministério da Cidadania e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, com o objetivo de conscientizar povos tradicionais e comunidades indígenas sobre os efeitos do uso de álcool e outras drogas e em outubro aconteceu o lançamento da Campanha “Refeições Em Família”, focada no convívio familiar como fator de proteção ao uso e abuso de drogas. Com o Ministério do Turismo/EMBRATUR foi lançado, em outubro, o Projeto “Turismo Sem Drogas” com a confecção de placas nos hotéis e agências de turismo e materiais educativos relacionados a prevenção do uso de drogas. Execução Orçamentária Do Orçamento da União previsto para a SENAPRED foram executados R\$244.004.367,00 assim distribuídos: • R\$184.000.000,00 recursos da Lei Orçamentária Anual (RP2); • R\$35.418,836,00 recursos de emendas parlamentares impositivas (RP 6); e • R\$24.585.531,00 recursos de emenda de bancada (RP7). Desafios e Perspectivas Para 2022 está prevista a implantação do Projeto “Hera- Protegendo a Vida” para a prevenção do uso de drogas entre gestantes, lactantes e mães de crianças na primeira infância com a capacitação de 10.000 profissionais do SUS, SUAS e SISNAD e a realização do curso de prevenção nas escolas com o objetivo de capacitar educadores para a prevenção ao uso de drogas, como também o curso de tratamento e recuperação da dependência química voltado a profissionais da área; Finalização da implantação do Sistema Nacional de Prevenção- SINAP, que visa o estabelecimento de protocolos e diretrizes para as ações preventivas nos entes da Federação; Publicação do Edital de seleção de pessoa jurídica para implantação de projeto piloto para a intervenção qualificada em cenas de uso do crack (cracolândias), visando uma abordagem de tratamento; Serão lançados termos de cooperação técnica com os Ministérios da Saúde (para Tratamento de Dependência Química e ações de saúde correlatas, visando o desenvolvimento de ações conjuntas de mútuo interesse, na área da saúde, voltadas à prevenção, à formação, à pesquisa, ao cuidado e à reinserção social de acordo com a política nacional de Saúde Mental e a Política Nacional Sobre Drogas) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (para inclusão social e produtiva de dependentes químicos acolhidos nas Comunidades Terapêuticas); Por fim, a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas seguirá a com a ampliação do número de vagas em Comunidades Terapêuticas por meio do Edital 17/2019, cuja a contratação está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira. A SENAPRED vem trabalhando para ampliar e aperfeiçoar as ferramentas de gestão, controle e fiscalização das Comunidades Terapêuticas. Estão em curso a pesquisa para parametrização de indicadores de qualidade e avaliação da efetividade do modelo terapêutico, implantação da certificação facial, bem como cursos de capacitação.

Meta: 051I - Ampliar em 100% o número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: atendimento contratado ou conveniado (unidade)

Linha de base: 20.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Meta prevista para 2020: 22.000
 Meta prevista para 2021: 27.247
 Meta prevista para 2022: 30.000
 Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 28.623
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta meta é 28.623 atendimentos contratados.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2.090	2.588	2.850	3.800	2.719	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 2.719 atendimentos contratados ou conveniados.
Região Nordeste	5.170	6.400	7.050	9.400	6.721	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 6.721 atendimentos contratados ou conveniados.

Região Norte	880	1.089	1.200	1.600	1.136	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 1.136 contratados ou conveniados.
Região Sudeste	7.480	9.300	10.200	13.600	9.787	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 9.787 contratados ou conveniados.
Região Sul	6.380	7.870	8.700	11.600	8.260	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 8.260 contratados ou conveniados.

Indicador: 8748 - Atendimentos de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem
Valor de referência: 50
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 71,55

Data do valor apurado: 02/02/2022

Notas do usuário: O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O valor aferido é 71,55%.

Resultado Intermediário: 0141 - Ampliação do número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos

Informações básicas

Unidade de medida: atendimentos realizados

Linha de base: 20.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos, em relação ao número de atendimentos registrados no ano de 2019

Meta prevista para 2020: 22.000

Meta prevista para 2021: 27.247

Meta prevista para 2022: 30.000

Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 28.623

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O aumento da resultado intermediário previsto para 2021, assim como a meta, deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Em novembro de 2021 a SENAPRED iniciou a contratação de mais 6.337 vagas para acolhimento em Comunidades Terapêuticas pelo edital 17/2019. Essas vagas não fazem parte do cálculo da meta pois tiveram o seu preenchimento iniciado no início de 2022. Prevale, portanto, como cálculo base o número de 10.601 vagas contratadas para se chegar a meta aqui estabelecida.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta meta é 28.623 atendimentos contratados.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2.090	2.588	2.850	3.800	2.719	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 2.719 atendimentos realizados.
Região Nordeste	5.170	6.400	7.050	9.400	6.721	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 6.721 atendimentos realizados.
Região Norte	880	1.089	1.200	1.600	1.136	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 1.136 atendimentos realizados.
Região Sudeste	7.480	9.300	10.200	13.600	9.787	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma

							2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 9.787 atendimentos realizados.
Região Sul	6.380	7.870	8.700	11.600	8.260	31/12/2021	O aumento desta regionalização do resultado intermediário em 2021 deve-se ao fato do melhoramento do índice da taxa média de ocupação que saltou de 85% em 2020 para 90% em 2021. Esta taxa incide sobre o valor previsto em todas as regiões onde há Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED.	O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou nesta regionalização do resultado intermediário é 8.260 atendimentos realizados.

Resultado Intermediário: 0191 - Ampliação no número de pessoas conscientizadas sobre os malefícios do consumo de substâncias psicoativas

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa capacitada

Linha de base: 2.500

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de pessoas conscientizadas sobre os malefícios do consumo de substâncias psicoativas através de cursos e capacitações.

Meta prevista para 2020: 2.000

Meta prevista para 2021: 2.000

Meta prevista para 2022: 2.000

Meta prevista para 2023: 2.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6.375

Data do valor apurado: 02/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 a SENAPRED planejou e executou vários cursos e capacitações, tanto em parcerias com organismos nacionais como internacionais e também em ações próprias através de plataformas contratadas. Na construção deste item, no PPA 2020/2023, a secretaria foi conservadora ao sugerir o número de 2.000 pessoas capacitadas em razão de não ter uma memória de cálculo desse quesito, visto que em 2020, não realizou nenhum curso e capacitação por conta da pandemia da Covid-19 e em 2019 por ter sido recém-criada como secretaria nacional dentro do ordenamento administrativo do Ministério da Cidadania. Assim sendo, na revisão deste PPA, compromete-se em ser mais assertiva e realista neste item.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Alguns cursos e capacitações são dirigidos a públicos específicos bem como há cursos para o público em geral, essa a razão para a não regionalização deste resultado intermediário. Outra razão é pelo fato de algumas plataformas usadas para disseminar cursos e capacitações não indicarem a localização do participante, dificultando o levantamento do dado por região. E por fim, ao construir esse indicador, a SENAPRED entendeu ser importante levar conhecimento sobre a temática de drogas ao maior número possível de pessoas e não levando em consideração a sua localização.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O sistema não permite que se informe um número absoluto pois, foi feito para indicar valores monetários, visto que há várias casas decimais. Este erro já deveria ter sido corrigido uma vez que se repete há vários anos. O número que a SENAPRED alcançou neste resultado intermediário é 6.375 pessoas conscientizadas sobre os malefícios do consumo de substâncias psicoativas através de cursos e capacitações.

PROGRAMA: 5033 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: 1224 - Ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5033 trata diversas questões que buscam promover a segurança alimentar e nutricional da população. Para tanto, utiliza de diferentes estratégias, prioriza a população mais vulnerável e promove a criação de um contexto favorável à adoção de hábitos alimentares saudáveis. Nesse sentido, o Programa condensa um conjunto de políticas que promovem o fomento à inclusão produtiva rural e o acesso à alimentação adequada e saudável da população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Para o cumprimento do Objetivo do Programa 5033, o Ministério da Cidadania estabeleceu como meta chegar a 100% dos 2.227 municípios em situação de vulnerabilidade, universo definido a partir de indicadores de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional, com ao menos um desses programas por ela executados: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas, o Programa de Fomento Rural e a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No ano de 2021, referente ao Programa Cisternas, estavam disponíveis apenas R\$ 32 milhões e foram entregues 3.613 tecnologias de acesso à água no total, sendo 3.177 cisternas em municípios prioritários, representando 88% do total de entregas, com a seguinte distribuição dentre as 5 regiões Nordeste (3.427; 91%); Norte (351; 9%); Centro-Oeste (0; 0%); Sudeste (0; 0); Sul (0; 0%). Em que pese a importância dos resultados alcançados, a questão orçamentária deve ser considerada como a maior restrição potencial ao atingimento da meta ao longo do PPA 2020-2023, ainda que sucessivos esforços de focalização do público-alvo desses programas venham sistematicamente sendo feitos nos últimos anos. Também é preciso mencionar a necessidade de investimentos em sistemas informatizados para o Programa Cisternas e mais recursos orçamentários, sendo que a LOA 2022 prevê uma disponibilidade de recursos de R\$ 45 milhões, o que representa uma redução de 17 milhões em relação ao valor solicitado pelo Ministério da Cidadania via PLOA da ordem de R\$ 62 milhões. Portanto, será preciso estar atento especialmente à questão orçamentária - além das questões de TI - para o cumprimento do que foi definido para o período 2020-2023. Já Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, busca combater a insegurança alimentar e nutricional, incentivar agricultura familiar e fomentar circuitos curtos de comercialização. No dia 9 de agosto de 2021, por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, que promoveu consolidação normativa e ampliação dos limites financeiros de venda dos agricultores familiares. Em 2021 foram adquiridas cerca de 107 mil toneladas de alimentos diversos, de 68.658 agricultores familiares, além de 33.090.983 litros de leite adquiridos de 5.698 agricultores da região semiárida. Esses alimentos foram

doados a mais de 20 mil entidades da rede socioassistencial que atendem às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. No ano de 2021 foi aportado mais R\$ 100 milhões para o desenvolvimento do Programa junto aos Estados e municípios. Criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Programa Fomento Rural combina duas ações: a) acompanhamento social e produtivo, e b) transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil (dividido em duas parcelas, uma no início e uma no decorrer da implementação do projeto produtivo). Essas duas ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, a fim de que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a superação da situação de extrema pobreza. Em 2021, foram incluídas 8.918 famílias no Programa, sendo 1.869 de grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE). Ao total, são mais de 293 mil famílias beneficiadas desde o início de suas atividades em 2012, das quais 45.84728 famílias de GPTE. Em relação aos recursos, foram transferidos às famílias, em 2021, R\$ 23,2 milhões, o que considera o valor da primeira parcela (no início da implementação do projeto produtivo) transferida às famílias incluídas neste ano, assim como o valor referente à segunda parcela (entregue durante o desenvolvimento do projeto produtivo), direcionada a famílias incluídas neste ano ou em anos anteriores. Instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito federal, estadual e municipal. Em 2021, cabe destacar a publicação do Decreto nº 10.713, de 7 de junho de 2021, que dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). A publicação do normativo é um grande avanço para a retomada do diálogo deste colegiado, que possibilitando a realização de encontros regionais com as Caisans das regiões Norte, Sul e Sudeste que visa a apresentação de agenda de governo sobre a segurança alimentar e nutricional e articulação com os estados. Ainda houve a construção de uma agenda de convergência para formações em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) com a celebração de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Santa Catarina, no valor de R\$ 820.000,000, tendo por objeto: "Qualificação do processo formativo dos atores envolvidos no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional". No tocante à adesão ao SISAN, em 2021, 36 novos municípios aderiram ao sistema, perfazendo um total de 479 municípios aderidos.

Meta: 052C - Alcançar 100% dos municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional com ações de Acesso à Água, Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou adesão ao SISAN

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: município
Linha de base: 1.397
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 1.536
Meta prevista para 2021: 1.675
Meta prevista para 2022: 1.951
Meta prevista para 2023: 2.227

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.667
Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	31	46	69	92	56	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	1.023	1.099	1.214	1.329	1.071	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	250	267	293	319	275	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	191	231	293	355	185	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	64	80	106	132	90	31/12/2022	Não informado	Não informado

Indicador: 8750 - % de municípios em situação de pobreza e extrema pobreza no C.Único e com déficit de altura-idade em menores de 5 anos acomp .nas condiic. saúde no PBF atendidos com Água, Fomento, PAA e no SISVAN

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem

Valor de referência: 62,7

Data de Apuração: 31/12/2018

Polaridade: Não se aplica

Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 75,3

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0142 - Ampliação do acesso à água para consumo humano e produção em territórios mais vulneráveis do semiárido

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de cisternas

Linha de base: 77

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Proporção de cisternas de acesso à água para consumo humano implementadas em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 83

Meta prevista para 2022: 86

Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 88

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação ao total de tecnologias sociais implementadas para o consumo humano, no âmbito do Programa Cisternas, a saber: 3.613 tecnologias, informa-se que 3.177 (88%) foram implementadas em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Com o período de quarentena a que o mundo foi submetido em virtude da pandemia do Coronavírus, todos os setores tiveram impactos. Entre prós e contras, alguns sofreram mais e outros menos. Para a construção civil, houve várias implicações. Um grande problema tem assolado as empresas do setor: a alta dos preços de materiais de construção civil. Neste sentido, as entidades executoras responsáveis pela implementação das tecnologias sociais do Programa Cisternas in loco, logo identificaram um aumento significativo nos preços dos materiais de construção civil, cujo acréscimo em consulta e comparação ao Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI (referência em preços e custos estabelecida pelo Decreto 7.983/2013) resulta em alguns casos a mais de 100% do que era praticado no mercado antes da pandemia, resultando em desafios para os parceiros executores do Ministério da Cidadania para a execução das metas pactuadas em Plano de Trabalho. Em 2020, foi relatado pelos parceiros executores a falta de alguns insumos associados aos materiais de construção e em 2021, segundo relato dos parceiros executores, foi verificado o custo elevado de vários itens de materiais de construção. As somas destes fatores impactaram o ritmo da execução in loco das tecnologias sociais de acesso à água. Além disso, o orçamento do Programa Cisternas vem sofrendo sucessivos cortes. Avalia-se que com maior aporte de recursos orçamentários, o Programa Cisternas teria condições de atingir maior escala de atendimento do seu público alvo, contribuindo substancialmente para o atendimento de municípios em situação de extrema pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional.

Providências implementadas para a superação da restrição: Como forma de debelar tais entraves, o Programa Cisternas vem atualizando o custo unitário de referência de suas tecnologias sociais, de modo a acompanhar os novos cenários de preços do mercado, além de buscar recursos externos para financiar a contratação de mais tecnologias sociais e consequentemente o atendimento de mais famílias em situação de vulnerabilidade social do ponto de vista do acesso à água para o consumo humano. Além disso, o Programa Cisternas vem solicitando via PLOA a adição de novos recursos orçamentários para atendimento do seu público alvo.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	90	-	-	-	87	10/02/2022	Em relação ao total de tecnologias sociais de acesso à água implementadas em 2021 no semiárido, no total de 3.262, registra-se que 2.826 (87%) foram implementadas em territórios mais vulneráveis do semiárido	Não informado
Região Norte	5	-	-	-	100	10/02/2022	Em relação ao total de tecnologias sociais de acesso à água para o consumo humano implementadas em 2021 na região norte, no total de 351 tecnologias, registra-se que 100% dos reservatórios implementados foram em territórios mais vulneráveis do Estado do Pará elencados nos municípios prioritários do PPA.	Não informado
Região Sudeste	5	-	-	-	0	10/02/2022	Em razão da escassez de recursos orçamentários e alta demanda, não foram celebrados novos convênios com estados da região sudeste, tendo sido priorizados convênios da região semiárida com a LOA 2021.	Não informado

Resultado Intermediário: 0143 - Ampliação do número de agricultores familiares beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de agricultores

Linha de base: 64

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Indicador: Proporção de agricultores familiares beneficiados pelo PAA localizados em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional

Meta prevista para 2020: 65

Meta prevista para 2021: 70

Meta prevista para 2022: 75

Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 53

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados ainda são preliminares pois a modalidade PAA-Leite, executada via convênio, tem prazo para apresentação dos relatórios de execução até o primeiro trimestre do ano seguinte, portanto os dados ainda poderão ser atualizados. Além disso, destaca-se que em 2021 30% do orçamento do Programa foi composto de emendas parlamentares cuja indicação de beneficiários independe dos critérios de focalização e priorização do Ministério, impactando no alcance da meta.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Baixa disponibilidade de orçamento discricionário, para o qual é possível a focalização, prejudicando o alcance da meta.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de orçamento adequado para a PLOA 2022 e tentativa de indicação de priorização para a aplicação dos recursos de emendas de relator geral.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2	-	-	-	31,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	60	-	-	-	69	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	14	-	-	-	65,6	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	18	-	-	-	18,9	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	6	-	-	-	7,4	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5034 - PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS

Objetivo: 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem a missão de promover políticas públicas de fortalecimento de vínculos familiares, assim como contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de proteção e promoção dos direitos humanos e de articular políticas públicas, tendo como enfoque o público invisibilizado. Nesse ano de 2021, diversas iniciativas foram interrompidas em decorrência da pandemia da Covid-19, com resquícios principalmente no primeiro semestre do ano. Em contrapartida, esforços não foram cessados para o combate à violência contra a mulher, para a defesa da criança e do adolescente, aos idosos, às pessoas com deficiência e à população vulnerável. Para tanto, o MMFDH vem aprimorando os canais de comunicação para que a sociedade possa ser ouvida. Diversas iniciativas foram aprimoradas nesse sentido e como exemplo podemos citar "Canais Disque 100 e Ligue 180", obtendo o atingimento de público-alvo o número de 2,4 milhões de atendimentos e 246,6 mil denúncias efetivadas. Outra importante iniciativa é o Programa Abrace o Marajó, que reúne um conjunto de compromissos concretos voltados para a geração de empregos e promoção da melhoria da dignidade, da educação e da saúde da população da região norte do país. Ao todo, são mais de 110 ações, divididas em quatro eixos: Desenvolvimento Social, Infraestrutura, Desenvolvimento produtivo e Desenvolvimento institucional. No que diz respeito ao combate à violência das mulheres, foram implementadas 7 Casas da Mulher Brasileira, que atendeu um público-alvo de 343 mil mulheres. Em atendimento às pessoas deficientes em situação de vulnerabilidade social, foram firmados diversos instrumentos de parcerias com entes federativos, possibilitando, dessa forma, o atendimento a 202 mil pessoas e com olhar voltado também às pessoas com doenças raras. Com foco na equipagem de Conselhos de Direitos, foi instituído pelo Decreto nº 10.520, de 06 de outubro de 2020, e regulamentado pela Portaria no 20, de 21 de janeiro de 2021, o Programa de equipagem e modernização da infraestrutura dos órgãos, entidades e instâncias colegiadas públicas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Pró-DH, que visa contribuir para a modernização da infraestrutura, ampliação de serviços e integração e fortalecimento de políticas públicas que utilizam espaços e equipamentos de promoção e defesa de direitos da família; crianças, adolescentes e jovens; mulheres; pessoas idosas; pessoas com deficiência; população negra e povos e comunidades tradicionais. Esse Programa visa fortalecer os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos, e os espaços e equipamentos públicos de prestação de serviços voltados para a promoção e defesa de direitos humanos nos estados, Distrito Federal, e nos municípios, por meio da doação de bens móveis necessários ao desempenho de suas funções institucionais. Diversos fatores contribuíram para o avanço dessas importantes ações. Citamos a governança do MMFDH, o valioso empenho da força de trabalho da equipe do Subcomitê Assessor do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles - CIGRC do MMFDH; do Mapa Estratégico desenvolvido e do constante monitoramento dos indicadores de desempenho, por meio de realizações de Reuniões de Avaliação Estratégica - RAEs; e da idealização do Portfólio Estratégico. Todos esses esforços contribuem para a execução e bom desempenho desse objetivo.

Meta: 0506 - Promover maior e melhor acesso aos serviços de promoção e proteção de direitos, com foco no fortalecimento da família e em públicos não alcançados por políticas de governo, de modo a ampliar os resultados do índice Direitos para Todos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Índice
Linha de base: 0,025
Data de referência da linha de base: 01/01/2019
Meta prevista para 2020: 0,25
Meta prevista para 2021: 0,3

Meta prevista para 2022: 0,4
Meta prevista para 2023: 0,5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1,03
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: Meta global composta pela agregação dos resultados regionais ponderados, o que inviabiliza sua fragmentação, ou fatiamento, sob o risco de distorcer os valores finais, comprometendo o entendimento dos resultados genuínos obtidos. Nesse sentido, observa-se a predominância de um planejamento que não se baseia em problemas e demandas de um território ou de uma determinada região geográfica, apenas o orçamento como instrumento de planejamento que usa a dimensão territorial e regional e suas variações para justificar o valor orçamentário das políticas públicas.

Notas do usuário: -

Indicador: 8694 - Índice Direitos para Todos

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 0,03
Data de Apuração: 01/01/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1,03
Data do valor apurado: 23/02/2022
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0071 - Equipar Conselhos de Direito

Informações básicas

Unidade de medida: Conselhos Equipados
Linha de base: 17
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Conselhos equipados
Meta prevista para 2020: 300
Meta prevista para 2021: 738
Meta prevista para 2022: 525
Meta prevista para 2023: 475

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 401
Data do valor apurado: 03/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Esse RI é composto por três Secretarias, sendo: SNDPI (Sec. Nac. dos Direitos da Pessoa Idosa); SNDPD (Sec. Nac. dos Direitos da Pessoa com Deficiência); e SNDCA (Sec. Nac. dos Direitos da Criança e Adolescente). Nessa apuração, a SNDPI apurou um total de 41 Conselhos de direitos equipados; a SNDPD apurou um total 47 Conselhos de direitos equipados, executado por meio de emendas impositivas em decorrência ao atendimento ao TCU (Acórdão 2140/2017; e Acórdão 866/2020 - TC 017.730/2020-1), sendo necessário estudo técnico preliminar que forneça base para a política de equipagem, o que ainda não foi finalizado; e SNDCA apurou um total 313 Conselhos de direitos equipados, que nesse segundo semestre houve expressivo número de entregas de bens.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Segue justificativa enviada pelo Órgão setorial em email do dia 29/03/2022 que complementa a observação acima, e explica o baixo desempenho do RI: "Dessa forma, diversos municípios tiveram dificuldades à adequação documental para atendimento às exigências impostas pelos editais de chamamento público lançados, conforme Decreto nº 10.509, de 6 de outubro de 2020. Outra causa que impactou no alcance da meta se deu em decorrência do impedimento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD, que em atendimento aos dois acórdãos referentes à necessidade da realização de estudos para subsidiar as políticas da pessoa com deficiência (Acórdão 2140/2017 e Acórdão 866/2020 - TC 017.730/2020-1), sendo que um dos acórdãos trata exclusivamente sobre política de equipagem, e, no intuito de atender às demandas do TCU, bem como desenvolver políticas públicas qualificadas para as pessoas com deficiência, a SNDPD terá que realizar estudo técnico preliminar que forneçam base para as políticas de equipagem, inclusive com a contratação de Consultoria Especializada. Dessa forma, essa Secretaria optou por não realizar políticas de equipagem sem esses estudos estarem concluídos. Em virtude dessas restrições, o alcance da meta foi severamente impactado, não sendo possível o total alcance da meta estipulada."

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	-	93	35	38	52	02/02/2022	Os números descritos são referentes à quantidade de entregas realizadas aos Conselhos de Direitos da região Centro-Oeste, cuja meta engloba três secretarias.	Não informado
Região Nordeste	-	308	95	82	196	02/02/2022	Os números descritos são referentes à quantidade de entregas realizadas aos Conselhos de Direitos da região Nordeste, cuja meta engloba três secretarias.	Não informado
Região Norte	-	34	65	68	39	03/02/2022	Os números descritos são referentes à quantidade de entregas realizadas aos Conselhos de Direitos da região Norte, cuja meta engloba três secretarias.	Não informado
Região Sudeste	-	187	180	154	79	02/02/2022	Os números descritos são referentes à quantidade de entregas realizadas aos Conselhos de Direitos da região Sudeste, cuja meta engloba três secretarias.	Não informado
Região Sul	-	116	150	133	35	03/02/2022	Os números descritos são referentes à quantidade de entregas realizadas aos Conselhos de Direitos da região Sul, cuja meta engloba três secretarias.	Não informado

Resultado Intermediário: 0072 - Assegurar o direito à vida e aos direitos humanos de populações vulneráveis

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas Atendidas

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/03/2020

Indicador: QUANTIDADE DE PESSOAS VULNERÁVEIS atendidas

Meta prevista para 2020: 75.000

Meta prevista para 2021: 2.653.439

Meta prevista para 2022: 2.653.439

Meta prevista para 2023: 2.653.439

Valor Apurado: 835.167

Data do valor apurado: 31/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: (SNDPI) - No segundo semestre de 2021 não houve nenhum atendimento às Instituições de Longa Permanência - ILPs, mantendo-se apenas atendimentos realizados no primeiro semestre. (SNPM) - Os números referem-se às mulheres atendidas nas sete Casas da Mulher Brasileira em funcionamento no ano 2021 = 343.017, assim como de cestas básicas entregues pela Secretaria em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de violência nos estados de Sergipe, Rio de Janeiro, Piauí, Mato Grosso do Sul, Bahia, Amazonas e Acre.= 21.609. Importante mencionar o equívoco no lançamento do RI 72 na primeira apuração, cujo valor foi demonstrado acumuladamente, sendo retificado nesta atual apuração. (SNPIR) - CGMAT/DIPER - As ações realizadas a partir de Brasília em que foi possível quantificar o público atendido, mas sem recorte de localidade específico foram lançados na região Centro-Oeste = 30.047. // CGPER/DIPER - Pessoas beneficiadas direta ou indiretamente por meio de convênios, termos de fomento, termos de colaboração, termos de execução descentralizada e acordos de subvenção = 64.245 // DIMOPE - Entrega de cisternas + 376 (BA), 04 (CE), 339 (MG), 283 (PI), 146 (RN), 55 (PE) e 77 (PB). Unidades de cisternas x 4 pessoas por família = 5.120 // DIMOPE - Entrega de 11.460 cestas de alimentos a 2.865 famílias indígenas no Estado do Pará. Entrega de 4.600 cestas de alimentos para 4.600 famílias quilombolas da Paraíba; 11.989 cestas de alimentos

entregues a 5.445 famílias indígenas de Alagoas e 3.127 famílias indígenas da Paraíba; entrega de 4.400 cestas de alimentos ao mesmo número de famílias quilombolas do Mato Grosso. Cestas de alimentos x 4 pessoas por família = 81.748. (SNDPD) - Atendimentos prestados a pessoas com doenças raras sofreram internação compulsória em hospitais-colônia = 9; e termos de fomento e de convênio em execução na SNDPD. O número de pessoas com deficiência atendidas nas ações foram enviados pelos convenientes = 202.561. Retificação do valor apurado.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Na formulação das metas, houve

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	104.567	104.567	104.567	205.230	31/12/2021	Não informado	Ajuste do valor regionalizado para coincidir com o valor total (casas decimais)
Região Nordeste	-	771.798	771.798	771.798	342.416	31/12/2021	Não informado	Ajuste do valor regionalizado para coincidir com o valor total (casas decimais)
Região Norte	-	430.790	430.790	430.790	126.203	31/12/2021	Não informado	Ajuste do valor regionalizado para coincidir com o valor total (casas decimais)
Região Sudeste	0	364.319	364.319	364.319	118.826	31/12/2021	Não informado	Ajuste do valor regionalizado para coincidir com o valor total (casas decimais)
Região Sul	0	281.093	281.093	281.093	42.492	31/12/2021	Não informado	Ajuste do valor regionalizado para coincidir com o valor total (casas decimais)

Resultado Intermediário: 0073 - Melhoria no atendimento de chamadas do DISQUE 100 / LIGUE 180

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 65

Data de referência da linha de base: 30/12/2018

Indicador: Percentual de chamadas atendidas em até 30 segundos

Meta prevista para 2020: 90

Meta prevista para 2021: 92

Meta prevista para 2022: 95
Meta prevista para 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 99
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado alcançado para o indicador em 2021 supera a meta prevista para 2021.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Disque 100 / Ligue 180 é um canal receptor de chamadas atuante em nível nacional, não sendo possível a regionalização desse serviço.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0075 - Acesso a políticas públicas de Direitos Humanos no Arquipélago de Marajó

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de ações executadas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 30/12/2018
Indicador: Implementação do Programa Abrece o Marajó
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 20
Meta prevista para 2022: 60
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 39
Data do valor apurado: 20/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Nesse período somam-se 51 Projetos, Atividades e Iniciativas em execução com atividade no território (empenho, lançamento de edital, diagnóstico, etc.), de diversos parceiros do PAM.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Norte	1	20	60	100	39	20/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0076 - Adesão a programas e projetos de fortalecimento no âmbito familiar

Informações básicas

Unidade de medida: quantidade de entes federativos
Linha de base: 6
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de estados/DF em que tenham ocorrido iniciativas em conjunto com o MMFDH para a execução de projetos relativos ao fortalecimento no âmbito familiar
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 19
Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20
Data do valor apurado: 27/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O alcance esperado da SNF para 2021 foi superado.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	1	2	4	4	3	27/01/2022	Não informado	Não informado

Região Nordeste	5	7	9	9	8	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	2	4	7	7	3	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3	4	4	4	3	27/01/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	2	2	3	3	3	27/01/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5035 - PROMOÇÃO DE CIDADANIA POR MEIO DO AUXÍLIO BRASIL E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: 1247 - Promover a redução da pobreza e extrema pobreza e a emancipação das famílias por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas, visando a cidadania e a superação de vulnerabilidades sociais.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Diante do cenário projetado para o período pós-pandemia, o Governo Federal criou o Programa Auxílio Brasil, que substituiu o Programa Bolsa Família, o qual amplia significativamente seu escopo, além de simplificar a cesta de benefícios e modernizar sua gestão. O Programa Auxílio Brasil objetiva integrar de forma eficiente e inovadora as políticas de assistência social, segurança alimentar, saúde, educação e emprego, garantindo renda básica às pessoas mais necessitadas e formando uma teia de proteção social. Assim, o novo Programa Auxílio Brasil (PAB) visa de reduzir as situações de pobreza e de extrema pobreza das famílias beneficiárias; promover, prioritariamente, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, a nutrízes, a crianças e a adolescentes em situação de pobreza ou de extrema pobreza; estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência. O novo programa conta com os seguintes benefícios básicos: Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar, Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Além destes, o Programa também possui benefícios complementares: Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Júnior, Auxílio Criança Cidadã, Auxílio Inclusão Produtiva Rural, Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, Benefício Compensatório de Transição. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.076, de 7 de dezembro de 2021, instituiu o Benefício Extraordinário destinado às famílias do PAB na folha de dezembro de 2021, garantindo o pagamento mínimo de R\$ 400 para todas as famílias, sem caráter continuado, mas podendo ser prorrogado, o que ocorreu por meio do Decreto nº 10.919, de 29 de dezembro de 2021, para o período de janeiro a dezembro de 2022. No tocante à transferência de renda, em novembro de 2021, foi realizado o primeiro pagamento do PAB a 14.506.301 famílias, com 105,59% de cobertura das famílias pobres atendidas, já em dezembro de 2021, o pagamento foi a 14.519.216 famílias, com 105,68% de cobertura das famílias pobres. No mesmo mês, foi pago a 13.006.248 famílias beneficiárias do PAB, o Benefício Extraordinário, que equivale ao valor necessário para alcançar R\$ 400,00 às famílias beneficiárias do PAB. Assim, vem sendo assegurado o pagamento mínimo de R\$ 400,00 a essas famílias desde o mês de dezembro de 2021, o que ocorrerá até o último pagamento do ano de 2022. A gestão do Programa Auxílio Brasil será realizada de forma descentralizada, com atribuições para União, estados, Distrito Federal e municípios, e intersetorial, com a atuação de diversas áreas em sua execução, como saúde, educação, assistência social, esporte, entre outras. As condicionalidades estão previstas como eixo do Auxílio Brasil, com ampliação do público para acompanhamento da frequência escolar, o qual passa agora a incluir as crianças de 4 e 5 anos e os jovens de 18 a 21 anos incompletos. O Programa Auxílio Brasil busca o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes das famílias beneficiárias, por meio do incentivo à melhoria do desempenho esportivo e científico. O Programa também

possibilita o acesso a creches regulamentadas ou autorizadas, em tempo parcial ou integral. Ademais, a autonomia financeira dos beneficiários é prioridade para o Programa Auxílio Brasil. Para isso, o Programa promove a participação do público beneficiário em políticas e programas de inclusão produtiva urbana e rural, além da promoção da capacitação para o trabalho e o incentivo ao empreendedorismo. O objetivo é criar oportunidades para que as pessoas em idade ativa se insiram no mercado de trabalho formal ou consigam elevar seus rendimentos por meio de atividades autônomas até atingir a emancipação e, com isso, permitir que outras famílias em situação de vulnerabilidade sejam beneficiadas. Liberdade, inclusão e transformação são os valores fundamentais do Programa Auxílio Brasil. Assim, para o ano de 2022, o Governo, por meio do Auxílio Brasil, continuará priorizando a integração de diversas políticas públicas de assistência social, saúde, educação e emprego, com foco em famílias em situação de vulnerabilidade. Para além da transferência de renda, o Auxílio Brasil utiliza ferramentas de emancipação socioeconômica para que as famílias beneficiárias tenham autonomia e exerçam a cidadania plena.

Meta: 053H - Atendimento de 100% das famílias elegíveis ao Programa.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual de famílias atendidas
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 01/11/2021
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 105,68
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A localização geográfica das famílias beneficiárias não interfere na definição da meta, com 100% de cobertura para todas as regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul). Além de quer a gestão da concessão do benefício é municipal.

Notas do usuário: Com a extinção do Programa Bolsa Família (PBF), em novembro de 2021, foi instituído o Programa Auxílio Brasil (PAB), pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto 2021, que foi convertida pela Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, seguindo a lógica de cobertura do PBF. A cobertura de atendimento do Programa Auxílio Brasil consiste na divisão entre o número de famílias beneficiárias do PAB e o número estimado de famílias pobres da unidade federativa correspondente, calculado com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - (Portaria MDS nº 341/2008, art. 2º, III e § 1º). Em dezembro de 2021, foram atendidas 14.519.216 famílias, do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo uma cobertura de 105,68% do público.

Indicador: 8762 - Taxa de atendimento de famílias pobres

Informações básicas

Unidade de medida: porcentagem
Valor de referência: 100
Data de Apuração: 01/11/2021
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 105,68
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: A cobertura de atendimento do Programa Auxílio Brasil consiste na divisão entre o número de famílias beneficiárias do PAB e o número estimado de famílias pobres da unidade federativa correspondente, calculado com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - (Portaria MDS nº 341/2008, art. 2º, III e § 1º). Em dezembro de 2021, foram atendidas 14.519.216 famílias, do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo uma cobertura de 105,68% do público.

Resultado Intermediário: 0356 - Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza contempladas no Programa Auxílio Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de famílias atendidas
Linha de base: 14.700.000
Data de referência da linha de base: 31/07/2021
Indicador: Taxa de famílias atendidas pelo Programa Auxílio Brasil frente à estimativa oficial de pobreza
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 105,68
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Auxílio Brasil atendeu todo seu público com o benefício do PAB e seus componentes tendo em dezembro/2021, 14.519.216 famílias atendidas do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo 105,68% do público.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A localização geográfica das famílias beneficiárias não interfere na definição da meta, com

100% de cobertura para todas as regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul). Além de quer a gestão da concessão do benefício é municipal.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Com a extinção do Programa Bolsa Família (PBF), em novembro de 2021, foi instituído o Programa Auxílio Brasil (PAB), pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto 2021, que foi convertida pela Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, seguindo a lógica de cobertura do PBF. A cobertura de atendimento do Programa Auxílio Brasil consiste na divisão entre o número de famílias beneficiárias do PAB e o número estimado de famílias pobres da unidade federativa correspondente, calculado com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - (Portaria MDS nº 341/2008, art. 2º, III e § 1º). Em dezembro de 2021, foram atendidas 14.519.216 famílias, do total de 13.738.415 famílias estimadas para o perfil de pobreza e extrema pobreza, perfazendo uma cobertura de 105,68% do público.

Resultado Intermediário: 0357 - Ampliação do número de municípios aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único para Programas Sociais (IGD-PAB)

Informações básicas

Unidade de medida: Município

Linha de base: 5.300

Data de referência da linha de base: 31/07/2021

Indicador: Número de municípios recebendo apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

Meta prevista para 2020: 5.300

Meta prevista para 2021: 5.300

Meta prevista para 2022: 5.400

Meta prevista para 2023: 5.500

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Devido a publicação do DECRETO Nº 10.852, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021, que regulamenta a instituição do Programa Auxílio Brasil e, por consequência, extingue o Programa Bolsa Família, é necessário fazer algumas alterações e validações da legislação vigente para que este repasse continue a ser realizado no intuito de apoiar a Gestão Descentralizada do novo programa.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Aguardando definição acerca do IGDPAB para informar dados regionalizados.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 6011 - COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Objetivo: 1209 - Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A despeito das dificuldades inerentes, principalmente à Pandemia do Covid-19, o objetivo de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade evoluiu em 2021, graças aos arranjos de gestão estabelecidos, com vistas a contornar o cenário de incerteza trazido pela Pandemia a partir do 2020. Assim, a maior parte das atividades que concorrem para o alcance do objetivo apresentaram resultados positivos.

Meta: 050P - Atingir 70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 80,8
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 81
Meta prevista para 2021: 69,86
Meta prevista para 2022: 70,11
Meta prevista para 2023: 70,29

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 70
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Como a meta é composta por uma cesta de ações diversas, não há como quantificar, em percentual, por região. É possível regionalizar de forma individual, mas não de forma global.

Notas do usuário: -

Indicador: 8671 - Índice de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 19/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 70
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0119 - Formação de aquaviários e portuários pelo Ensino Profissional Marítimo.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 12.058
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade anual de profissionais formados pelo Ensino Profissional Marítimo.
Meta prevista para 2020: 6.500
Meta prevista para 2021: 23.919
Meta prevista para 2022: 37.797
Meta prevista para 2023: 42.847

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 17.180
Data do valor apurado: 10/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar da instabilidade causada pela Pandemia do COVID 19, a qual culminou na postergação e cancelamento de diversos cursos a partir de março de 2020; foram formados e capacitados, no período de janeiro a dezembro de 2021, o total de 17.180 Aquaviários e Portuários, nos cursos presenciais e à distância do Programa de Ensino Profissional Marítimo (PREPOM). Diante do cenário da Pandemia, por medidas de segurança, a retomada das atividades de ensino foram ocorrendo de forma gradual, em 2021, com observância nas orientações sanitárias

estabelecidas pelos Estados e Municípios. No momento atual, torna-se desafiador estipular um prazo para normalização, pois ainda estamos vivendo um momento de instabilidade de saúde pública.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Devido à instabilidade causada pela Pandemia de COVID-19 e ao fato de o provisionamento de recursos ter ocorrido somente no 2º trimestre do exercício de 2021 e aquém do planejado no ano anterior; houve postergação de alguns cursos Ensino Profissional Marítimo para o segundo semestre e o cancelamento de outros.

Providências implementadas para a superação da restrição: A Diretoria de Portos e Costas tem incentivado as entidades parceiras a realizarem as turmas na modalidade de Ensino à Distância ou semipresencial, com o intuito de minimizar os impactos causados pela Pandemia. Cabe informar, que os cursos realizados na modalidade à distância permite o atendimento de mais alunos com o custo reduzido.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	60	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	835	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	108	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	208	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	30	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	330	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	240	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	435	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	698	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	183	10/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Roraima	-	-	-	-	75	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1.008	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1.118	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	60	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	120	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	303	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	987	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	557	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	722	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	336	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	2.585	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	497	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	90	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	4.299	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	499	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	530	10/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	267	10/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0145 - Qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas, por intermédio de cursos, complementando a formação cívica-cidadã e facilitando o ingresso no mercado de trabalho, após o Serviço Militar.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 9.052
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Militares habilitados pelo Projeto Soldado-cidadão.
Meta prevista para 2020: 3.300
Meta prevista para 2021: 4.300
Meta prevista para 2022: 4.300
Meta prevista para 2023: 4.100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5.928
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O desempenho foi acima do esperado. A Pandemia de COVID-19 ocasionou um efeito inverso ao esperado. Com as restrições sanitárias impostas às escolas de qualificação profissional, o que provocou seu fechamento, os cursos passaram a ser realizados dentro das organizações militares, assim, o valor do custo hora-aula praticado foi reduzido, o que favoreceu a contratação de mais cursos com o recurso disponibilizado.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	1.185	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	1.245	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	889	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.601	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	1.008	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0146 - Inclusão social de crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 28.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade anual de crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Forças no Esporte.

Meta prevista para 2020: 30.000

Meta prevista para 2021: 40.000

Meta prevista para 2022: 40.000

Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 30.428

Data do valor apurado: 28/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No primeiro semestre de 2021, em virtude da continuidade da suspensão das atividades do Programa Forças no Esporte (PROFESP), em decorrência da Pandemia do Covid 19, o Ministério da Defesa (MD), com o apoio das Forças Armadas, buscou meios para continuar a atender os beneficiados dos referidos Programa e Projeto, por meio da distribuição de kits alimentação. Já no segundo semestre, foi dado prosseguimento à distribuição de kits, entretanto, com um cenário mais favorável, algumas organizações militares iniciaram a retomada das atividades presenciais seguindo a todas medidas sanitárias para conter o avanço da Pandemia. Com o avanço da vacinação e com o retorno gradual das atividades presenciais nas escolas da rede pública, Organizações Militares das Forças Armadas estão iniciando a retomada das atividades do PROFESP, seguindo todos os protocolos de medidas sanitárias (individuais e coletivas) para conter o avanço da Covid-19. Diante de um cenário favorável no combate à COVID-19, o Ministério da Defesa já iniciou gestões, que se intensificarão em 2022, para que processo retomada das atividades do PROFESP sejam normalizadas até o primeiro semestre de 2022.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Suspensão das atividades presenciais nas escolas em decorrência da Pandemia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Com o avanço da vacinação e com o retorno gradual das atividades presenciais nas escolas da rede pública, organizações militares das Forças Armadas estão iniciando a retomada das atividades do PROFESP e PJP, seguindo todos os protocolos de medidas sanitárias (individuais e coletivas) para conter o avanço da Covid-19.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1.814	28/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.250	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	80	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	270	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	700	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	450	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1.512	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.835	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1.730	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	100	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	480	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	910	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	2.112	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	170	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	450	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	80	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1.575	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	940	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	465	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	380	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1.602	28/12/2021	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná	-	-	-	-	840	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	215	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	5.883	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1.800	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	2.415	28/12/2021	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	370	28/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0147 - Universitários capacitados do Projeto Rondon.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 756
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade anual de universitários capacitados do Projeto Rondon.
Meta prevista para 2020: 1.008
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1.008
Meta prevista para 2023: 1.008

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 28/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado Intermediário: Diante da atual crise sanitária, as operações planejadas para os meses de janeiro e fevereiro de 2020 e 2021 foram adiadas para esses mesmos meses de 2022 e; aquelas que seriam realizadas nos meses de julho, também foram adiadas para julho de 2022. Apesar de os estudantes inscritos no Projeto já estarem imunizados no início de 2021, com o recrudescimento da Pandemia em decorrência do surgimento e da rápida proliferação da nova variante do Vírus do Covid-19; por questões de segurança sanitária, essas operações tiveram de ser adiadas mais uma vez.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: -
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As Instituições de Ensino Superior (IES) não se propuseram a realizar as operações previstas até julho de 2021, uma vez que o Programa de imunização ainda não havia alcançado os universitários rondonistas. Além disso, houve a suspensão das aulas presenciais, inclusive do programa de extensão do Projeto Rondon das IES.

Providências implementadas para a superação da restrição: Como não foi possível realizar as operações do projeto Rondon, previstas para 2021, foram adotadas gestões junto às companhias aéreas, com vistas à alteração das passagens aéreas, que já haviam sido adquiridas.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 6012 - DEFESA NACIONAL

Objetivo: 1178 - Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do país contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2021 avalia-se que, não obstante as dificuldades enfrentadas em virtude de restrições orçamentárias, da Pandemia do Covid-19 e, também, em algumas situações, dificuldades de ordem técnica; houve evolução do objetivo de Preparo das Forças Armadas para Defesa do País, tendo em vista os avanços obtidos nas áreas do adestramento, capacidade operativa e a prontidão logística. Esse avanço pode ser percebido também pelo incremento no Indicador de Operacionalidade das Forças Armadas, que em 2021 atingiu o percentual de 72,87%, superando o patamar previsto para o exercício que era de 71,50%.

Meta: 0505 - Atingir 75% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Meta prevista para 2020: 70

Meta prevista para 2021: 71,5

Meta prevista para 2022: 73,5

Meta prevista para 2023: 75

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 72,87

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: Não é possível regionalizar a meta, tendo em vista que a operacionalidade das Forças Armadas não é algo que se possa mensurar por região e sim de forma global.

Notas do usuário: -

Indicador: 8647 - Índice de operacionalidade das Forças Armadas

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Valor de referência: 0

Data de Apuração: 02/01/2019

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 72,87

Data do valor apurado: 31/12/2021

Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0019 - Programa Estratégico ASTROS 2020

Informações básicas

Custo total: 2.435.000.000

Meta de execução física prevista até 2023: 45,1

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 5,73

Valor da execução financeira: 139.588.961,6

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 – atingiu a meta estipulada para 2021 de três viaturas blindadas adquiridas (Remuniçadoras (AV-RMD) do Sistema ASTROS, versão MK6), sem restrições. Além disso, cabe ressaltar as seguintes realizações: - Conclusão das instalações do Comando de Artilharia do Exército e Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército; - Conclusão da Integração do Simulador Virtual Tático Bateria de Mísseis e Foguetes com o Sistema COMBATER; - Continuação das etapas de desenvolvimento do Sistema Transportável de Rastreamento de Engenheiros em Voo; - Continuação da construção das instalações de infraestruturas da Base de Administração/Apoio do Forte Santa Bárbara (FSB); - Continuação do Projeto Ambiental do FSB; - Continuação das obras de adequações do Anfiteatro do FSB. - Instalação de 4.900 metros de cerca no perímetro do FSB; - Aquisição de 20 contêineres lançadores reutilizáveis AV-CL/SS - 09 TS para o Sistema ASTROS; - Aquisição de munição de foguetes para o Comando de Artilharia do Exército; - Contratação do Projeto de Construção do Pavilhão STREV no Centro de Avaliação do Exército (CAEx), no Rio de Janeiro - RJ; e - Aquisição de Containers de Ferramental para o Centro Logístico de Mísseis e Foguetes do FSB.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0028 - Programa Estratégico do Exército Guarani

Informações básicas

Custo total: 20.800.000.000

Meta de execução física prevista até 2023: 440

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 64

Valor da execução financeira: 530.052.150,38

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: O Programa Estratégico do Exército GUARANI – ultrapassou a meta para 2021 estipulada de 54 viaturas blindadas adquiridas sem restrições, alcançando a meta de 64 blindados, sendo 49 VBTP-MSR 6x6 GUARANI e 15 VBMT-LSR 4X4. Além do recebimento de viaturas, destacam-se as seguintes realizações, relacionadas ao Programa: - Aquisição de 54 Sistemas de Armas Automatizada REMAX; - Aquisição de três metralhadoras 12,7mm; - Aquisição de 53 Sistemas de Comando e Controle; - Continuidade das obras do pavilhão de manutenção no 15º Batalhão Logístico; - Início das obras do pavilhão de manutenção em cinco Organizações Militares (30º Batalhão de Infantaria Mecanizado, 28º Batalhão Logístico, 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 11º RC Mec e 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado); - Capacitação de pessoal: Curso de manutenção de Chassi (20 militares); Curso de operador (20 militares); Curso de sistemas de armas (13 militares); - Contratação de serviços de Sistema Logístico Inicial (SLI) para as plataformas das VBTP-MR Guarani 6x6 e para o sistema de armas REMAX; - Adequação da Infraestrutura das organizações Militares que receberam Viaturas Blindadas (estruturas de Manutenção e Garagem); - Início da produção do Protótipo da Viatura Blindada Especializada Morteiro Pesado (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Médio sobre Rodas - Guarani); e - Término dos Protótipos das Viaturas Blindadas de Engenharia.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0048 - Projeto FX-2 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins

Informações básicas

Custo total: 21.409.490.263,82
Meta de execução física prevista até 2023: 17

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 1.454.559.527,58
Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Devido às limitações orçamentárias ocorridas no exercício, somadas aos problemas relacionados à Pandemia COVID-19, não houve entrega das quatro aeronaves do Projeto no ano de 2021. A despeito disso, houve um avanço físico de 4,48%, nas etapas do Projeto. Cita-se como resultados desse avanço a integração de armamentos, a produção de aeronaves, a produção e o desenvolvimento de sistemas e equipamentos auxiliares, entre outros. Ressalta-se que a evolução física do Projeto foi impactada pelo corte de R\$ 115.558.112,00 no orçamento do ano. Dessa forma, com a finalidade de adequação dos cronogramas físico-financeiros aos recursos disponibilizados até 2021, foi assinado em 20/12/2021 o 8º Termo Aditivo ao contrato principal (003/DCTA-COPAC/2014) e realizada negociação de Termos Aditivos aos demais contratos pertinentes. No último Termo Aditivo, as metas físicas dos próximos exercícios foram ajustadas com base nos cronogramas físicos-financeiros e o contrato estendido até 2028, sem custos até o momento. Entretanto, a empresa contratada sinalizou necessidade de repactuação das condições atuais com consequente aumento de custos, caso haja necessidade de nova extensão de prazo.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0051 - Projeto KC-X

Informações básicas

Custo total: 6.643.038.003
Meta de execução física prevista até 2023: 1,33

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,73
Valor da execução financeira: 53.114.497,07
Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Em termo percentuais, o Projeto já atingiu 99,16% de execução até 2021, sendo 0,73% no exercício. Esperava-se concluir o Projeto ao final de 2021, entretanto, em função de problemas de ordem técnica relacionados à certificação final do Projeto, a conclusão foi postergada para o ano de 2022. O avanço físico de 0,73% alcançado em 2021 representa as entregas de etapas contratuais relativas à qualificação ambiental e à atualização do protótipo, ambos do sistema de lançamento e de transporte de cargas e de pessoal; a resultado de testes do sistema FMS militar; e à certificação do sistema de combustível aos tanques auxiliares de fuselagem. Além disso, foi emitido em 2021 o Certificado de Tipo Militar Provisório, que precede o Certificado Tipo Final, pelo Instituto de Fomento e Coordenação Industrial – IFI. Esse certificado provisório atesta uma grande evolução no processo de certificação das capacidades militares da aeronave KC-390. Cabe informar que os R\$ 240 milhões, que seriam utilizados na etapa de certificação foram remanejados, por meio de autorização legislativa (Lei 14.241/2021), para a Ação 14XJ (Aquisição do KC-390), para viabilizar o pagamento de etapas contratuais atrasadas.

Observação: Em virtude de repactuação do cronograma físico-financeiro, o percentual de execução física de 2019 passou a ser 97,09% e não 98,67%, restando para a conclusão do Projeto durante o PPA 2020-2023 2,91%. A previsão de conclusão foi postergada para 2022. Execução Até Dez 2019 = 97,09%; Execução em 2020= 1,34% Execução até Dez 2020=98,43%; Execução em 2021=0,73% Execução até Dez 2021=99,16%

Investimento Plurianual: 0066 - Projeto KC-390 - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares

Informações básicas

Custo total: 12.912.248.776,08

Meta de execução física prevista até 2023: 13

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0

Valor da execução financeira: 375.535.377,78

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Em função do impacto da Pandemia de COVID-19 e o déficit financeiro para o Projeto, não foi possível atingir a maturidade necessária para a realização da entrega definitiva da aeronave na versão FOC (Final Operational Capability), prevista para 2021. Com o objetivo de reduzir os impactos da Pandemia e do déficit financeiro no Projeto, está sendo negociada uma revisão contratual com a Embraer, com a finalidade de reduzir a quantidade de aeronaves a serem adquiridas do Projeto KC-390 para patamares adequados ao cenário de restrições. Entretanto essa alteração no contratual terá reflexos no prazo, no valor, na cadência de entrega anual das aeronaves e no prazo de conclusão do Projeto. Cabe ressaltar que, com a finalidade de viabilizar o pagamento de etapas contratuais atrasadas e possibilitar o andamento da linha de produção e a entrega da aeronave, foi solicitada a transferência dos 240 milhões da Ação 123B (KC-X). Porém, isso não foi suficiente para cumprir todas as obrigações contratuais.

Observação: -

Investimento Plurianual: 0099 - Programa Nuclear da Marinha

Informações básicas

Custo total: 6.834.730.000

Meta de execução física prevista até 2023: 18

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 2

Valor da execução financeira: 197.809.775,03

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: No exercício de 2021, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) trabalhava inicialmente com valores da ordem de R\$ 300 milhões, estabelecidos no PLOA. Com o veto presidencial após sanção da LOA, o montante reduziu-se a R\$ 154,34 milhões o que provocou à renegociação de acordos administrativos, desaceleração no ritmo de obras em andamento e ao atraso na celebração de novas contratações. Em agosto de 2021 houve uma suplementação de créditos de R\$ 58,78 milhões, perfazendo a dotação de 2021 de R\$ 213,12 milhões. Esse aporte suplementar permitiu a retomada de contratações, originalmente planejadas no PA 2021 (PLOA), mas sem avanços significativos. O cronograma de execução física do PNM planejado para 2021 foi reduzido para 2%, em virtude do veto ora mencionado. Destaca-se em 2021, o estágio avançado de obras de infraestrutura, do desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico e da infraestrutura para o ciclo do combustível. No exercício de 2021, foram concluídas as seguintes atividades: instalação, teste de carga e comissionamento da ponte rolante do prédio do reator do Laboratório de Geração de Energia Nuclear-Elétrica (LABGENE); revisão e atualização dos cálculos de blindagem aplicáveis ao LABGENE; obras de acabamento do PANC; desenvolvimento de novas gerações de ultracentrífugas para separação isotópica de urânio; e fabricação das pastilhas do elemento combustível. O corte na LOA impactou diretamente a não contratação da montagem eletromecânica do LABGENE, que compreende a montagem em campo dos equipamentos e sistemas componentes do circuito primário e complementação da montagem do circuito secundário; e a não contratação da montagem eletromecânica da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA).

Observação: Os percentuais de execução do Programa Nuclear de Marinha, estão incorretos, por isso, solicita-se a alteração para dos seguintes valores: Programa Nuclear de Marinha (PNM) Até 2019 = 54% Até 2020 = 55% - Em 2020 1% Até 2021 = 57% - Em 2021 2%

Investimento Plurianual: 0291 - Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Nuclear

Informações básicas

Custo total: 40.925.812.802

Meta de execução física prevista até 2023: 20,21

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 4,44

Valor da execução financeira: 1.499.176.873,33

Data da informação: 31/12/2021

Detalhamento da execução física: Estaleiro e Base Naval: Em função de os recursos orçamentários alocados ao Projeto no ano de 2021 terem ficado aquém das necessidades planejadas, os investimentos foram concentrados na adequação das instalações necessárias à continuidade dos testes dos Submarinos Riachuelo e Humaitá, bem como no apoio à operação e manutenção desse meio. Em consequência, houve atraso em outras obras do Estaleiro de Manutenção e da Base Naval. O atual cenário de Pandemia causou impactos negativos pontuais no andamento das obras do Estaleiro e Base Naval, principalmente em relação às dificuldades das subcontratadas no fornecimento tempestivo de materiais e serviços. Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR): No momento, encontra-se em desenvolvimento a fase inicial de detalhamento do Submarino de Propulsão Nuclear, iniciada em fevereiro de 2019, com previsão de duração total de 36 meses. Em paralelo, prosseguem os trabalhos de projeto da Planta Nuclear Embarcada do SN-BR e de construção do Labgene. Submarinos Convencionais: Apesar de não ter sido entregue o Submarino Riachuelo em 2021, foi realizado o primeiro lançamento de um torpedo F21. Os testes de aceitação estão em fase final, com previsão de entrega do meio em março de 2022. O Submarino Humaitá (S-BR2) encontra-se no Estaleiro de Construção em fase de integração e testes dos sistemas em oficina, além de atividades de preparação para início das provas de cais, prevista para abril de 2022. As principais razões que impediram a entrega do Submarino Riachuelo, no exercício, foram: a dificuldades para adaptação aos processos iniciais de fabricação do casco resistente; atraso nas entregas de materiais; problemas técnicos durante a construção que demandaram tempo maior que o previsto para sua solução, necessitando de docagens extraordinárias; restrições devido à Pandemia do

Covid-19; e dificuldades enfrentadas na execução da fase de testes do primeiro submarino da classe.

Observação: -

Resultado Intermediário: 0118 - Submarinos convencionais entregues à Marinha do Brasil.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de submarinos convencionais entregues à esquadra da Marinha do Brasil.

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 3

Meta prevista para 2023: 3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O principal resultado esperado no período era a entrega definitiva do Submarino Riachuelo, já construído, entretanto, essa entrega foi postergada para março 2022. As principais razões que impediram a entrega desse Submarino no exercício foram: a dificuldades para adaptação aos processos iniciais de fabricação do casco resistente; atraso nas entregas de materiais; problemas técnicos durante a construção que demandaram tempo maior que o previsto para sua solução, necessitando de docagens extraordinárias; restrições devido à Pandemia do Covid-19; e dificuldades enfrentadas na execução da fase de testes do primeiro submarino da classe. A despeito disso, em 2021, foi alcançado um marco muito importante do Projeto, ou seja, o lançamento dos torpedos de exercícios F21 a 70 milhas da Restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro. Também em 2021, ocorreu a primeira carga completa das baterias do SBR-2, a conclusão da última união das seções o SBR-3 e o SBR-4 iniciado o embarque de cradles e grandes equipamentos, com o embarque do módulo de armazenamento de torpedos e do cradle dos diesel-geradores.

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Dificuldades de ordem técnica, inerentes ao ineditismo dos testes do primeiro submarino da Classe Riachuelo.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aplicação dos conhecimentos adquiridos pelo corpo técnico da Marinha, na realização dos testes do Submarino Riachuelo. As lições aprendidas no período de testes do S. Riachuelo servirão para otimizar o cronograma de testes dos demais submarinos. Todas as intercorrências, não conformidades e resultados dos testes são registrados e carregados em um sistema de informação. Tais informações servirão para realimentar o planejamento dos testes dos demais submarinos, bem como para evitar falhas na sua execução.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Restrições do número de pessoas a bordo do Submarino Riachuelo, devido ao distanciamento físico, adotado como medida de segurança em decorrência da Pandemia do Covid 19.

Providências implementadas para a superação da restrição: Para o . Riachuelo, os impactos da COVID foram contornados por meio da adoção de um protocolo para as saídas de mar. Os demais submarinos ainda sofrem reflexos das restrições impostas pela Pandemia, que vêm sendo superados de forma gradativa.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Rio de Janeiro	1	1	3	3	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0120 - Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 65

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais.

Meta prevista para 2020: 70

Meta prevista para 2021: 79

Meta prevista para 2022: 83

Meta prevista para 2023: 86

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em função de os recursos orçamentários alocados ao Projeto no ano de 2021 terem ficado aquém das necessidades planejadas, foram priorizadas as adaptações das instalações necessárias à continuidade de realização dos testes do Submarino Riachuelo e Humaitá e ao apoio à sua operação e manutenção desses meios. Em contrapartida houve atraso de outras obras do Estaleiro de Manutenção e da Base Naval. Apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, foram entregues, no ano de 2021, as obras do prédio da administração, portaria, vestiário, refeitório, cozinha subestação da área administrativa do Estaleiro de Manutenção. Além dessas, a oficina de mastros; periscópios e sistema de combate; parte das instalações do edifício de submarinos convencionais, para atendimento da tripulação do Submarino Riachuelo e; posto de atendimento de saúde da Base Naval. Menciona-se também o avanço na contratação do Projeto Básico dos Cais 1, 14 e 15 (Fase 1 do Complexo de Manutenção

Especializada), cujo termo aditivo encontra-se em análise na Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Marinha. O atraso na conclusão das obras implica em ampliação do valor global do Projeto, em cerca de R\$ 150 milhões por ano, em função das despesas indiretas com o apoio operacional; da manutenção das instalações e equipamentos; da desmobilização; da nova mobilização de equipamentos e pessoal; e do plano básico ambiental. Até o momento, ainda não há como mensurar os impactos da Pandemia no Projeto.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: No Exercício de 2021, dos R\$ 535 milhões previstos na PLOA, foram consignados na LOA apenas R\$ 79.083.681,00. Após o remanejamento interno de recursos promovidos pela Marinha, foram destinados ao Projeto R\$ 237 milhões. Porém, o montante necessário para atender minimamente as obras prioritárias do Projeto era da ordem de R\$ 368 milhões. Assim, foi solicitada a suplementação dessa dotação, no valor de R\$ 131 milhões, a qual não foi atendida. Diante de tal cenário, houve a necessidade de paralisação de várias obras e da compra de equipamentos para o Estaleiro de Manutenção, o que irá comprometer a capacidade de manutenção do S. Riachuelo (S-BR1).

Providências implementadas para a superação da restrição: Manutenção da estratégia de priorização da conclusão das obras mais urgentes dentro dos recursos orçamentários disponibilizados, o que, porém, traz impactos no prazo final de conclusão do Projeto e consequentes custos adicionais. Renegociação com as empresas contratadas para ajustes nos cronogramas físico-financeiros, a qual, contudo, tem resultado na prorrogação do término e no aumento do valor total do Projeto.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Rio de Janeiro	70	79	83	86	75	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0121 - Viaturas blindadas sobre rodas do Programa Guarani entregues ao Exército Brasileiro.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 412

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de viaturas blindadas sobre rodas do Programa Guarani entregues ao Exército Brasileiro.

Meta prevista para 2020: 455

Meta prevista para 2021: 526

Meta prevista para 2022: 587

Meta prevista para 2023: 642

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 536

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta prevista para o exercício de 2021 foi ultrapassada. Com os recursos consignados na LOA, seria possível receber mais unidades no exercício de 2021, entretanto, por limitações contratuais, foram entregues 64 unidades nesse exercício, totalizando, então, as 536 viaturas, desde o início do contrato. O ritmo previsto deverá ser retomado no próximo ano.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Problemas contratuais. Negociações acerca de reequilíbrio e separação do contrato de suporte logístico inicial do contrato principal por solicitação do TCU.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram adiantadas aquisições de armamento e de sistemas de comunicações e postergadas para o próximo ano as aquisições das viaturas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	455	526	587	642	536	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0123 - Viaturas blindadas sobre rodas do Sistema ASTROS, nas versões MK3M e MK6, entregues ao Exército Brasileiro.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 77

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de viaturas blindadas sobre rodas do Sistema ASTROS, nas versões MK3M e MK6, entregues ao Exército Brasileiro.

Meta prevista para 2020: 80

Meta prevista para 2021: 83

Meta prevista para 2022: 86

Meta prevista para 2023: 89

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 83

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado intermediário pactuado quando da elaboração do Plano Plurianual, para o Programa ASTROS, refere-se apenas à aquisição de Viaturas Astros. Dessa forma, a meta planejada foi atingida, ou seja foram entregues ao Exército Brasileiro mais três viaturas, totalizando 83, em 2021. Isso foi possível graças aos recursos suplementares recebidos no final do ano. Cabe informar que as demais atividades de todos os projetos que compõem o Programa ASTROS prosseguiram, possibilitando a entrega de etapas de obras de construção de instalações do Forte Santa Bárbara e dos demais projetos de P&D, avançando o cronograma físico-financeiro do Programa.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Parte dos créditos destinados ao Programa ASTROS tiveram de ser remanejados ao Programa SISFRON, para minimizar os impactos de um corte de cerca de 70% do orçamento daquele Programa.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos suplementares.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	80	83	86	89	83	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0144 - Participação em eventos de adestramentos, nacionais e internacionais.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 5

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Quantidade anual de eventos de adestramento realizados (exercícios de adestramento singulares e conjuntos, nacionais e internacionais).

Meta prevista para 2020: 14

Meta prevista para 2021: 25

Meta prevista para 2022: 25

Meta prevista para 2023: 25

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16

Data do valor apurado: 03/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em virtude da Pandemia do COVID 19 não foram executados todos os exercícios planejados para o período. Entretanto, os exercícios foram adaptados às condições sanitárias impostas pela Pandemia. Dessa forma, foi possível, em condições excepcionais, a realização desses eventos, que se constituíram em oportunidades de adestramento dos efetivos das Forças Armadas.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Alguns exercícios foram cancelados e outros sofreram alterações de data e também diminuição no ritmo da execução. A Pandemia de COVID19 trouxe óbices consideráveis não apenas nos planejamentos efetuados, mas, principalmente, na execução das diferentes atividades. Tais obstáculos, fruto de uma série de ações adotadas não apenas no MD, mas em toda a esfera da administração pública, cerceou a oportunidade de execução dos exercícios previstos, já que houve restrições de toda ordem, como impedimento de deslocamentos e alocação de recursos humanos para o efetivo combate ao vírus. Destaca-se, em 2021, a realização dos seguintes eventos de adestramento: Exercícios de Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica, Exercício Multifuncional PANAMAX, Operação Conjunta e Interagência Guardião Cibernético 3.0, Operação Conjunta Escudo Antiaéreo 2021, Exercício Gerais de Resposta à Emergência Nuclear, Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil e Adestramento Conjuntos Específico.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em consonância com as restrições já elencadas, cabe destacar que houve constante preocupação com o monitoramento de pessoal envolvido nas operações conjuntas, com a tônica maior de preservação da saúde do pessoal. Nesse mister, o acompanhamento dos locais possíveis de realização dos diferentes exercícios, especialmente quanto aos índices de contaminação e outros referentes ao desenvolvimento da Pandemia, foi uma das ações, desenvolvidas em paralelo à reprogramação de eventos e adequação de datas. Tais providências, constantemente adotadas, tiveram o propósito exato de permitir, se possível, o desencadeamento das tarefas previstas sempre nas condições de segurança adequadas em um quadro pandêmico vivenciado por longo período no país.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	-	-	-	-	1	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	4	03/01/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	3	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	03/01/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3	03/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0148 - Aeronaves de Caça FX-2 entregues à Força Aérea Brasileira (Projeto FX-2).

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de aeronaves de caça Gripen entregues à frota da Força Aérea Brasileira.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 11
Meta prevista para 2023: 17

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em função de restrições financeiras; de fatores técnicos relacionados à certificações e; da Pandemia, foi necessário ajustar mais uma vez o contrato principal. Dessa forma, foi assinado o 8º Termo Aditivo ao CT 003/DCTA-COPAC/2014 e realizadas negociações de termos aditivos de outros contratos do Projeto, com a finalidade de adequação dos cronogramas físico-financeiros aos recursos disponíveis. Diante do exposto, a entrega das quatro aeronaves prevista para 2021 foi adiada para 2022. Entretanto, mesmo com a assinatura do 8º termo aditivo, os impactos futuros advindos das atuais restrições podem gerar mais dificuldades no andamento do Projeto. Devido à imprevisibilidade do fim da Pandemia e de suas consequências, não é possível definir um prazo para normalização das atividades do Projeto
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Dotação orçamentária da LOA 2021 insuficiente para cumprimento das etapas contratuais previstas para exercício e imprevisibilidade de suplementação orçamentária.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em dezembro de 2021, foi assinado o 8º Termo Aditivo ao CT 003/DCTA-COPAC/2014 e

realizada negociação de termos aditivos em outros contratos do Projeto. As metas físicas dos próximos exercícios foram ajustadas com base nos cronogramas físico-financeiros dos termos aditivos e o contrato estendido até 2028, sem custos até o momento. Entretanto, a empresa contratada sinalizou necessidade de repactuação das condições atuais com consequente aumento de custos, caso haja necessidade de nova extensão de prazo.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Aumento de custo dos insumos e medidas restritivas adotadas por vários países, inclusive a Suécia, que afetaram o fornecimento de insumos e o intercâmbio de pessoas envolvidas no Projeto.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em dezembro de 2021, foi assinado o 8º Termo Aditivo ao CT 003/DCTA-COPAC/2014 e realizadas negociações de termos aditivos em outros contratos do Projeto, com a finalidade de ajustar os cronogramas físicos-financeiros, afetadas, também, pela Pandemia do Covid-19. A Saab, empresa contratada, vem realizando gestões junto aos seus fornecedores para minimizar os efeitos da Pandemia, porém, tem enfrentando dificuldades, tendo em vista que vários países adotaram medidas restritivas que afetaram o fornecimento de insumos e o intercâmbio de pessoas envolvidas no Projeto.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	0	4	11	17	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0149 - Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 2

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB.

Meta prevista para 2020: 5

Meta prevista para 2021: 5

Meta prevista para 2022: 8

Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4

Data do valor apurado: 05/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em função do impacto da Pandemia de Covid-19 e o déficit financeiro para o Projeto, não foi possível atingir a maturidade necessária para a realização da entrega da aeronave na versão FOC (Final Operational Capability) prevista para 2021. Além disso, o complexo processo de negociações com a Embraer, com a finalidade de reduzir a frota de Aeronaves KC-390 para patamares considerados adequados frente ao cenário supracitado, afetou ainda mais o desempenho do Projeto. Com o objetivo de reduzir o impacto da Pandemia no processo de retomada da normalidade na execução do Projeto, está sendo realizada a revisão contratual para adequações, tais como a redução da quantidade de aeronaves a serem adquiridas. Entretanto, tal processo poderá impactar a cadência de recebimento das aeronaves, o prazo de conclusão e o valor do Projeto. Cabe ressaltar, que com a finalidade de viabilizar o pagamento de etapas contratuais atrasadas do Projeto KC-390 e possibilitar o andamento da linha de produção e a entrega da aeronave, foi solicitada a transferência dos 240 milhões do Projeto KC-X, porém, isso não foi suficiente para cumprir todas as obrigações contratuais.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Dotação orçamentária da LOA 2021 insuficiente para cumprimento das etapas contratuais previstas para o exercício.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estão em processo de negociação novos termos aditivos para ajustes contratuais, visando à adequação dos cronogramas físico-financeiros à realidade orçamentária.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em função do impacto da Pandemia do COVID-19, não foi possível o atingimento da maturidade necessária para a realização da entrega da aeronave na versão FOC prevista para 2021.

Providências implementadas para a superação da restrição: Está em processo de negociação novos termos aditivos para ajustes contratuais, considerando que a Pandemia também afetou o contrato vigente.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	5	5	8	12	4	05/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0150 - Helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 35

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas.

Meta prevista para 2020: 39

Meta prevista para 2021: 40

Meta prevista para 2022: 42
Meta prevista para 2023: 44

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 40

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ao todo, até 2021, foram entregues 40 aeronaves para as três Forças Armadas, sendo 13 para a Marinha do Brasil, 13 para o Exército Brasileiro e 14 para a Força Aérea Brasileira. As entregas de aeronaves realizadas até 2021 foram abaixo das quantidades previstas contratualmente, isso se deu pela baixa disponibilidade de recursos orçamentários para este Projeto. Essa baixa de recursos resultou na necessidade de negociação de termos aditivos, prorrogações contratuais, alta demanda orçamentária permanente e incidências de reajustes contratuais. Cabe destacar que apesar da empresa contratada para produção e venda dos helicópteros ter sido impactada pela Pandemia do COVID-19, ela não permitiu que tal efeito afetasse as entregas programadas. Portanto, o que mais vem impactando o Projeto são as restrições orçamentárias, cujos efeitos vêm sendo minimizados por meio de negociações de termos aditivos para ajustes de valores e prazos contratuais.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Dotação orçamentária da LOA 2021 insuficiente para cumprimento das etapas contratuais previstas para exercício e imprevisibilidade de suplementação orçamentária.

Providências implementadas para a superação da restrição: Negociação de termos aditivos para reajustes contratuais.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	39	40	42	44	40	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 6013 - OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Objetivo: 1183 - Promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em que pese as restrições, em especial, aquelas relacionadas com a Pandemia mundial do COVID-19, foi possível, no ano de 2021, dar continuidade as ações de promoção do conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.

Meta: 0509 - Concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 30
Data de referência da linha de base: 27/08/2019
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 50
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 74
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Devido ao Programa ser composto por um conjunto de planos e programas setoriais, bem como, à forma de mensuração adotada para a meta (ver indicador), a regionalização desta se apresenta inviável. Os Resultados Intermediários, que contribuem para o alcance do Objetivo e da Meta do Programa por sua vez estão todos regionalizados.

Notas do usuário: Sem comentários.

Indicador: 8733 - Índice de realização das ações previstas nos planos e programas setoriais

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 30

Data de Apuração: 05/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 74
Data do valor apurado: 31/12/2021
Notas do usuário: Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0211 - Manter a presença brasileira e o apoio logístico às atividades (de pesquisa) desenvolvidas na Região Antártica.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 96
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Presença de meios de apoio às atividades desenvolvidas pelo PROANTAR no continente Antártico.
Meta prevista para 2020: 88
Meta prevista para 2021: 88
Meta prevista para 2022: 92
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em que pese os reflexos das restrições causadas pela pandemia mundial do COVID-19, foram realizadas adaptações que permitiram alcançar a meta de manter a presença brasileira na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) ao longo de todo ano, por meio da permanência dos militares do Grupo-Base na estação. Além disso, por ocasião da OPERANTAR XL, foi possível realizar o apoio logístico necessário à retomada das pesquisas científicas naquela região, abastecer e realizar manutenções na EACF e realizar a troca de militares do Grupo-base.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	88	88	92	100	100	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0212 - Ocupação permanente da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa anual de ocupação da Estação Científica do arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP).
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) manteve-se operacional e ocupada por militares ao longo do ano, mesmo diante dos entraves advindos da pandemia mundial do COVID-19. Diante da restrição de participação de pesquisadores, as expedições passaram a ser integradas por militares da Marinha.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

No Estado do Rio Grande do Norte	100	100	100	100	100	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0213 - Manter a operacionalidade da rede de Dispositivos Fixos para coleta de dados meteoceanográficos do GOOS-Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 80
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de operacionalidade dos Dispositivos Fixos de coleta de dados instalados.
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 53
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O desempenho no ano de 2021 foi abaixo da meta estabelecida de 70%, em virtude das restrições. Espera-se que ao longo de 2022 haja uma gradual normalização das observações do oceano e do clima realizadas pelo GOOS-Brasil. O plano de ampliação das redes de coleta de dados provavelmente precisará ser postergado em função das restrições que ocorrem desde 2017.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O projeto foi afetado pela insuficiência de recursos orçamentários para a manutenção da rede de equipamentos meteoceanográficos. A obsolescência dos equipamentos e sensores afetou o grau de operacionalidade dos pontos de coleta, sendo que vários desses pontos foram desativados. Os poucos equipamentos ainda em operação também sofreram com os efeitos deletérios do vandalismo.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estão sendo buscados apoios e incentivos por meio de acordos de cooperação técnica e científica e também parcerias que envolvam aporte de recursos financeiros.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: A pandemia de COVID 19 afetou o planejamento de expedições para a manutenção e restabelecimento de equipamentos em níveis operacionais e prejudicou a aquisição de novos equipamentos e sensores em função das restrições no subsídio da taxa de importação imposta pelo CNPq.
Providências implementadas para a superação da restrição: O projeto está sendo reestruturado para a otimização das coletas de dados. Estão sendo realizados investimento na nacionalização de equipamentos para evitar os entraves relacionados à importação.

Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	35	35	35	35	26,5	31/12/2021	Sem comentários	Sem comentários
Região Sul	35	35	35	35	26,5	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0214 - Ampliação do conhecimento científico sobre processos atmosféricos, climáticos, biológicos, criosféricos, geológicos, oceânicos e antárticos, que impactam os oceanos, clima e biodiversidade brasileiros

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 69
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de projetos de pesquisa financiados
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021, foram apoiados o total de 90 projetos, superando a meta estabelecida. São eles: PIRATA, MoVar, SIMCosta, IBICT, Chamada nº 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP, Chamada CNPq/MCTI nº 06/2020, Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil, Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, Emergência Derramamento OLÉO e INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: Sem comentários

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	1	1	1	1	0	31/12/2021	Sem comentários	Sem comentários
No Distrito Federal	3	3	3	3	3	31/12/2021	Projetos: CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP - Universidade de Brasília - UnB/DF CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP - Universidade Católica de Brasília - UCB/DF Apoio ao Programa Ciência No Mar - IBICT/DF	Sem comentários
No Estado da Bahia	6	6	6	6	10	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFRB/BA Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFBA/BA Emergência Derramamento ÓLEO (INCT-EA)/BA Emergência Derramamento ÓLEO (INCT-GP)/BA Emergência Derramamento ÓLEO (INCT-AmbTropic)/BA Emergência Derramamento ÓLEO (INCT-AmbTropic) e (INCT-MAR COI)/BA Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFBA/BA Chamada CNPq/MCTI 06/2020 SENAI/DR/BA/BA Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFBA/BA Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFBA/BA	Sem comentários
No Estado de Minas Gerais	8	8	8	8	11	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFV Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFMG Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFMG Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFMG Emergência Derramamento ÓLEO (INCT-Teranano) Emergência Derramamento ÓLEO (INCT-Teranano) CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal de Viçosa CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal de Minas Gerais CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal de Minas Gerais INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 UFV INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 UFMG	Sem comentários
No Estado de Pernambuco	6	6	6	6	9	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRPE Chamada nº 31/2019 -	Sem comentários

							Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRPE Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRPE Emergência Derramamento ÓLEO PELD da APA Costa dos Corais (PELD-CCAL) Emergência Derramamento ÓLEO PELD da APA Costa dos Corais (PELD-CCAL) Emergência Derramamento ÓLEO PELD Tamandaré Emergência Derramamento ÓLEO PELD APA Costa dos Corais - AL Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFPE CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP UFPE	
No Estado de Santa Catarina	1	1	1	1	1	31/12/2021	Projeto: Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFSC	Sem comentários
No Estado de São Paulo	12	12	12	12	14	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil USP Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UNICAMP Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas USP Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas USP Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas USP Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas USP Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas USP Emergência Derramamento ÓLEO INCT (INCTAA) Chamada CNPq/MCTI 06/2020 INPE CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP INPE CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade de São Paulo - USP, Brasil INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 INPE INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 USP PIRATA - INPE	Sem comentários
No Estado do Pará	1	1	1	1	1	31/12/2021	Projeto: CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Pará PA	Sem comentários
No Estado do Paraná	4	4	4	4	5	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFPR PR Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFPR PR Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFPR PR Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFPR PR Chamada 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP UFPR PR	Sem comentários
No Estado do Rio de Janeiro	12	12	12	12	16	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil UFRJ Chamada nº 21/2017 - Baías do Brasil FIOCRUZ Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFF Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRJ Chamada nº	Sem comentários

							31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRJ Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRJ Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFRJ Chamada CNPq/MCTI 06/2020 IEAPM CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Rio de Janeiro CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Rio de Janeiro CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Rio de Janeiro CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal Fluminense CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 UERJ INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 UFRJ MoVar - UFRJ	
No Estado do Rio Grande do Norte	3	3	3	3	4	31/12/2021	Projetos: Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRN Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRN Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRN Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFRN	Sem comentários
No Estado do Rio Grande do Sul	13	13	13	13	15	31/12/2021	Projetos: INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 FURG INCT da CRIOSFERA Processo CNPq nº 465680/2014 UFRGS CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Pampa CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade do Vale do Rio dos Sinos CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Rio Grande CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Rio Grande CHAMADA 21/2018 CNPQ-MCTIC-FNDCT/FINEP Universidade Federal do Rio Grande do Sul Emergência Derramamento ÓLEO - (INCT-MAR COI) Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas FURG Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UNIPAMPA Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRGS Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRGS Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UNISINOS Chamada nº 31/2019 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas UFRGS SIMCosta - FURG	Sem comentários
No Estado do Ceará	-	-	-	-	1	31/12/2021	Projeto: Chamada CNPq/MCTI 06/2020 UFC	Sem comentários

Resultado Intermediário: 0215 - Conclusão e entrega de duas novas embarcações - Laboratórios de Ensino Flutuantes

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 2
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de embarcações entregues
Meta prevista para 2020: 4
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta foi concluída em 2020 com a entrega das duas últimas embarcações do projeto, totalizando 4 embarcações (Laboratórios de Ensino Flutuante).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Sem comentários

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	1	1	1	1	1	31/12/2021	Sem comentários	Sem comentários
Região Norte	1	1	1	1	1	31/12/2021	Sem comentários	Sem comentários
Região Sudeste	1	1	1	1	1	31/12/2021	Sem comentários	Sem comentários
Região Sul	1	1	1	1	1	31/12/2021	Sem comentários	Sem comentários

Resultado Intermediário: 0216 - Publicação de novos títulos de material didático baseados na realidade nacional para distribuição entre os estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 3

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de títulos da área de Ciências do Mar, baseados na realidade nacional, elaborados e publicados.

Meta prevista para 2020: 6

Meta prevista para 2021: 6

Meta prevista para 2022: 7

Meta prevista para 2023: 9

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em decorrência da necessidade de adaptação à nova realidade imposta pela pandemia mundial do COVID-19, foi necessário adiar a conclusão de uma das obras para dezembro de 2022. As publicações são títulos de material didático disponíveis para uso em todos os cursos de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar, localizados nas 4 regiões costeiras do país.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Em decorrência da necessidade de adaptação à nova realidade imposta pela pandemia, foi necessário adiar a conclusão de uma das obras para dezembro de 2022. Cabe ressaltar que o referido material didático é elaborado por especialistas que trabalham em caráter voluntário.

Providências implementadas para a superação da restrição: Adiamento da conclusão de uma das obras para dezembro de 2022.

Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	3	3	3	4	3	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.
Região Sul	3	3	4	5	2	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0217 - Atualização do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM/PNRM) (revisão compromissos)

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Aprovação do X Plano Setorial para os Recursos do Mar (X PSRM - 2020-2023)
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Meta concluída em 2020 com a aprovação do X Plano Setorial para os Recursos do Mar.
Restrições: Não Há Restrições
Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	1	1	1	1	1	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0218 - Manter os esforços técnicos e diplomáticos para homologar a ampliação da área da plataforma continental estendida do Brasil.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de demandas da CLPC/ONU atendidas.
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2021, não houve demandas por parte da CLPC/ONU. Mas considera-se atingida a meta, uma vez que toda a infraestrutura permaneceu em prontidão para atender as possíveis demandas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os esforços técnicos e diplomáticos visam atender as demandas da CLPC/ONU no intuito de homologar a ampliação da área da plataforma continental estendida do Brasil, não cabendo regionalização da meta.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0219 - Conclusão de estudos sobre a potencialidade de recursos minerais marinhos dos projetos (Fosforita, Granulados marinhos (GRANMAR) e Diamantes).

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de estudos concluídos anualmente sobre o potencial de recursos minerais marinhos.
Meta prevista para 2020: 3
Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 3
Meta prevista para 2023: 3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Entrega dos Informes de Recursos Minerais Marinhos: (1) Projeto Fosforita, (2) Projeto Diamantes e (3) Projeto GranMar. As informações já estão disponibilizadas no RIGEO, que é Repositório Institucional de Geociências (RIgeo) do SGB/CPRM e serão lançados oficialmente na 'Mine Week' - MME, em fevereiro 2022.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	1	1	1	1	1	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.
Região Sul	2	2	2	2	2	31/12/2021	Sem comentários.	Sem comentários.

Resultado Intermediário: 0220 - Docentes de Ensino Fundamental e Médio e outros multiplicadores capacitados em temas da Cultura Oceânica.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de pessoas alcançadas pelos projetos de capacitação em temas da Cultura Oceânica.

Meta prevista para 2020: 90

Meta prevista para 2021: 300

Meta prevista para 2022: 300

Meta prevista para 2023: 300

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.159

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foram capacitados 4159 pessoas, superando a meta inicialmente estabelecida, em virtude da adaptação dos projetos de capacitação para a modalidade a distância, o que permitiu uma maior visibilidade e a participação de um

público superior ao inicialmente planejado.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Sem comentários.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	60	200	200	200	1.509	31/12/2021	Em virtude da alteração de modalidade do curso que passou ser a distância e da ausência de dados censitários em 2021, o valor apurado da meta regionalizada foi registrado proporcionalmente ao apurado no ano de 2020.	Sem comentários.
Região Sul	30	100	100	100	1.250	31/12/2021	Em virtude da alteração de modalidade do curso que passou ser a distância e da ausência de dados censitários em 2021, o valor apurado da meta regionalizada foi registrado proporcionalmente ao apurado no ano de 2020.	Sem comentários.
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	100	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	1.000	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	300	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 6014 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS NOS BIOMAS

Objetivo: 1243 - Reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Para reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental num país em desenvolvimento e de dimensões continentais, é necessário não apenas o fortalecimento de medidas institucionais já existentes, mas também a criação de novas soluções, baseadas na valorização da floresta em pé e em incentivos financeiros robustos para a sua conservação. Assim, para enfrentar esse cenário, por meio da resolução nº, de 23 de junho e 2020, da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal - CONAVEG, foi aprovado o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023, que fornece as diretrizes para combater o desmatamento com base em três temas transversais: ambiente de negócios;

inovação e soluções tecnológicas; e financiamento para práticas sustentáveis. Para facilitar a articulação e combinação desses temas, o Plano foi estruturado em cinco grandes eixos: tolerância zero ao desmatamento e combate aos incêndios, regularização fundiária, ordenamento territorial, bioeconomia, pagamento por serviços ambientais que inclui também recuperação da vegetação nativa. Dentro do eixo de Pagamento por Serviços Ambientais, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, foi instituído o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+ (Portaria nº 288, de 2 de julho de 2020). O Programa Floresta+ é uma ação do MMA para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária. No âmbito do Floresta+, tem-se o Projeto Piloto Floresta+ Amazônia, que objetiva contribuir para a implementação das ações no setor florestal do Brasil e da Estratégia Nacional para REDD+, conta com recursos do Green Climate Fund – GCF e pretende conservar e recuperar, respectivamente, 380 e 180 mil hectares de florestas nativas do Bioma Amazônia até 2023. Dos 500 milhões de reais captados pelo Brasil, mais de 80% serão destinados ao desenvolvimento do Projeto Piloto Floresta+. O restante do recurso será destinado ao fortalecimento da Estratégia Nacional para REDD+ e à gestão e operacionalização do projeto como um todo. Para o ano de 2021 a previsão é de zero hectares tendo em vista a fase atual de estruturação do projeto. A expectativa é que para os próximos anos possa se avançar no sentido de alcançar as metas projetadas. Considerando a necessidade de complementar e reforçar os investimentos e esforços para a redução de emissões por desmatamento e degradação empreendidos pelos governos federal, estaduais e municipais, o mercado voluntário de carbono de floresta nativa foi reconhecido pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), por meio da Resolução nº 03, de 22 de Julho de 2020. A CONAREDD reconhece a contribuição do mercado voluntário de carbono florestal e fomenta o seu funcionamento em harmonia com os instrumentos jurídicos nacionais e subnacionais relevantes. Nesse sentido, com a publicação da Portaria nº 518, de 29 de setembro de 2020, que instituiu a modalidade Floresta+ Carbono, o mercado voluntário de créditos de carbono por redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal, reconhecido pela Resolução CONAREDD+ nº 03, de 22 de julho de 2020, não acarretará qualquer obrigação referente à contabilização, ajuste ou registro no inventário nacional de emissões por parte do Governo Federal, permitindo, assim, que o mercado voluntário estabeleça suas próprias regras e parâmetros, sem qualquer estabelecimento de responsabilidade ou correlação com os compromissos assumidos pelo governo brasileiro. Em 2021, foram submetidos resultados de redução de emissões da Amazônia e Cerrado. Para a Amazônia, foi apresentado à Convenção um total de 546.506.478,61 tCO₂ reduzidas entre 2018 e 2019. Para o Cerrado, foram 697.486.485 tCO₂ reduzidas entre 2018 e 2020. No acumulado, para a Amazônia tem-se um total de 6.894.524.854,22 tCO₂ de resultados de redução do desmatamento desde 2006 e 1.237.996.005,00 tCO₂ de redução de emissões no Cerrado desde 2011. Com relação aos Planos de Manejo Integrado do Fogo, cabe destacar que o ICMBio, órgão responsável pelo resultado, está em processo de aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento das ações de prevenção e combate a incêndios. Durante o ano de 2021, foram feitas adequações no instrumento Plano de Manejo Integrado do Fogo - PMIF frente as recentes mudanças ocorridas no marco do próprio planejamento do manejo das unidades de conservação. O momento é de transição de um horizonte de planejamento de curto prazo para um horizonte de planejamento de médio prazo. O PMIF foi reformulado para se tornar um plano específico, complementar e agregado ao plano de manejo da unidade. Sua roteirização está sendo enviada para as unidades de conservação e estão previstas oficinas durante o mês de fevereiro e março de 2022 para o fechamento de apoios necessários, se for o caso. Há previsão para a publicação de uma IN – Instrução Normativa do Manejo Integrado do Fogo em Unidades de Conservação Federais para o mês de fevereiro ou março de 2022, normativo interno que traz os conceitos, diretrizes e normas para aplicação nas unidades. Assim, a meta de Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo (30%) não foi atingida devido ao trâmite para implementação de novos normativos que regulamentarão a ação de PMIF nas unidades, a previsão é que sejam publicados no início da segunda quinzena de 2022. Desta forma, as UCs que já possuíam PMIF em 2020 (25%) foram desobrigadas a refazer seus Planos, ocasionando o não atingimento da meta. Já com relação aos números de ação de fiscalização pelo ICMBio em Unidades de Conservação Federais, apesar dos desafios enfrentados no ano de 2021, observa-se o alcance da meta estabelecida principalmente devido ao fortalecimento das ferramentas de gestão da informação, como é o caso do relatório consolidado de ação executada – documento de envio obrigatório pela UC ao executar uma ação de fiscalização ambiental, no qual são levantados os dados quantitativos das ações de campo. Foram registradas 893 ações de fiscalização ambiental em UCs. Para a proteção de áreas federais prioritárias contra os Incêndios Florestais, no ano de 2021, a meta inicialmente idealizada de proteção de 200.000km² não foi completamente atingida devido principalmente à ampliação do quantitativo das brigadas Pronto-Emprego. Esta constatação influenciou no atingimento da meta, vez que as brigadas Pronto-Emprego não possuem área de atuação direta, sendo empregadas mais ativamente nas operações de combate nível II e III. Além disso, uma brigada de Roraima que teria sede na terra indígena Yanomami não foi contratada por questões que fogem à governança do IBAMA. Com relação às ações de fiscalização ambiental realizadas pelo IBAMA foram realizadas pelo IBAMA 627 ações de fiscalização ambiental, previstas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, relacionadas aos temas: flora, fauna, atividade pesqueira, qualidade ambiental, licenciamento ambiental federal, comércio exterior e recursos genéticos, resultando 9.172 autos de infração. Um esforço de mais de 20% dessas ações de fiscalização dirigiu-se ao combate de crimes contra a flora, que atingiram o seguinte resultado resultando: 3.877 autos de infração, 2.615 embargos, que juntos somaram uma área total embargada de 429.996,749 ha e no

valor total de R\$ 2.043.974.057,12 em multas aplicadas. No âmbito das ações do Grupo de Combate ao Desmatamento na Amazônia – GCDA, o qual atende principalmente aos alertas de desmatamento, foram lavrados 2.123 autos infração, que atingiram o valor de R\$ 1.689.717.671,64 em multas. Essas ações de fiscalização cobriram os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e Pará que formam atualmente o arco do desmatamento. As operações de fiscalização ambiental do Ibama também foram realizadas em Terras Indígenas, localizadas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia e Roraima. Nestas localidades, o foco principal foi a desativação de mineração ilegal, desmatamento e outros delitos ambientais. O grupo especial de fiscalização empreendeu, de forma estruturada, operações nas Terras Indígenas Kayapó, Trinchiera-Bacajá, Yanomami, Raposa Serra do Sol, Munduruku, Saí Cinza e Kayabi, e nas áreas localizadas na PARNA Jurueña e Flona Crepori. A concessão dos parques e florestas nacionais tem como maior objetivo melhorar a infraestrutura e os serviços nos parques para potencializar o ecoturismo e atrair recursos para a proteção ambiental, gerando emprego e renda. As unidades de conservação que tiveram editais publicados no ano de 2021 foram: Floresta Nacional de São Francisco de Paula; Floresta Nacional de Canela e Parque Nacional do Iguaçu. Em 2021, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE manteve o monitoramento operacional de focos de queimadas por meio de imagens diárias de dez satélites, com dados e relatórios apresentados no Portal Queimadas e distribuídos a instituições federais (IBAMA, ICMBio, CIMAN, CENSIPAM, ONS, ANEEL), secretarias estaduais de meio ambiente, e a milhares de usuários diversos, incluindo a imprensa. Os produtos de monitoramento de focos de calor foram gerados rotineiramente, bem como os mapas diários de análise e previsão do risco meteorológico de fogo, estimativa mensal de área queimada com resolução 01 km para todo País e de 30m apenas para o Cerrado. Em 2021, o INPE passou a produzir o "Boletim Semanal - Previsões meteorológicas e monitoramento de fogo na vegetação" para área da Amazônia Legal, bem como a análise das condições e tendências de mudanças de cenário para reuniões semanais na Casa Civil. O INPE também passou a produzir boletins mensais de ocorrência de alertas de supressão de vegetação nativa, encaminhados à VPR, Casa Civil, MCTI, MAPA e MMA. Já com relação aos alertas de supressão de vegetação nativa, as informações são disponibilizadas diariamente a todos os usuários cadastrados na Plataforma TerraBrasilis (secretarias estaduais de meio ambiente, IBAMA, ICMBio, VPR, Casa Civil, Ministério Público, INCRA). Também foram elaborados os mapas anuais de supressão da vegetação nativa para os biomas Amazônia e Cerrado. Para os demais biomas está em construção a série histórica de acordo com o cronograma do projeto Biomas, ou seja, até dezembro de 2022 a série estará completa. Destaca-se a elaboração dos mapas agregados mensais da supressão de vegetação nativa para os biomas Amazônia e Cerrado. Além disso, foram elaborados 6 mapas bimestrais de hotspots da supressão de vegetação nativa para o bioma Amazônia. O monitoramento do uso e cobertura da terra para os biomas Amazônia e Cerrado está em curso. Para o bioma Amazônia, foram iniciados os trabalhos de monitoramento através de um TED do CENSIPAM para a EMBRAPA, viabilizando recursos financeiros para o projeto TerraClass Amazônia. Para o bioma Cerrado, foram entregues os dados completos do TerraClass Cerrado referentes ao ano de 2018, graças aos recursos extra orçamentários oriundos do Programa FIP (Projeto FIP Paisagens Rurais), administrados pelo Banco Mundial. Para os demais biomas, ainda não foram alocados recursos financeiros que permitam a execução dos mapeamentos. Com relação à Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA, foram emitidos 139.526 documentos titulatórios em 2021, sendo 120.946 referentes a Projetos de Assentamento e 18.580 da titulação de Regularização Fundiária. Apesar das restrições enfrentadas relativas à falta de pessoal, orçamento e pandemia, esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Finalmente, sobre a implementação de projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas e contenção de processos erosivos, foram alcançados 4.080 hectares de áreas recuperadas (3.000 ha na bacia do rio São Francisco, 80 ha nos municípios de São Francisco e Malhada dos Bois e 1.000 ha em Barreira). As intervenções realizadas promoveram aumento da infiltração de água no solo, diminuição da erosão e da perda de solo, promovendo a melhoria na trafegabilidade de estradas vicinais e a diminuição do assoreamento de nascentes e cursos d'água. Ao longo do processo, foram realizadas ações de conscientização dos produtores rurais em relação à importância do manejo adequado de solo e água em áreas suscetíveis à erosão, cujos resultados são observados pelos produtores com a melhoria da produtividade agrícola em consequência do aumento da oferta de água e diminuição da perda de fertilidade do solo. Como desafios, aponta-se: o processo de conscientização e convencimentos dos produtores rurais proprietários de áreas ambientalmente importantes ou com áreas degradadas; a identificação de empresas executoras das ações de revitalização com perfil ambiental; a compatibilização de recursos orçamentários para elaboração e execução de projetos, de forma a evitar o descompasso das ações; e a instituição de parcerias mais sólidas para integração e troca de informações e experiência entre os vários órgãos que executam ações de revitalização hidroambiental. Por fim, dada a característica de integração de ações de revitalização, também é um desafio a definição de indicadores que mensurem de forma prática e objetiva os resultados das ações e práticas implantadas.

Meta: 052U - Reduzir o desmatamento e os incêndios ilegais nos biomas em 90%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Meta prevista para 2020: -

Meta prevista para 2021: -

Meta prevista para 2022: -

Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Outras

Justificativa para não regionalização da Meta: Conforme anteriormente mencionado, não há indicador que contemple todos as variáveis definidas para a meta.

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: O Programa 6014, seu Objetivo e sua Meta foram criados por emenda parlamentar e posteriormente formalizados pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o PPA 2020 a 2023. A meta estabelecida contempla quatro variáveis, quais sejam: 1. Índice de desmatamento; 2. Índice de ocorrência de incêndios; 3. Qualificação de supressão vegetal autorizada, portanto legal, de desmatamento ilegal. O mesmo conceito vale para queimadas, ou seja, queimadas legais e ilegais; 4. Dados consolidados bioma a bioma. A meta não pôde ser apurada para o Ano-Base 2021 pela inexistência de indicador que contemple todas as variáveis.

Providências implementadas para a superação da restrição: Com relação ao Programa 6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas, cujo objetivo é reduzir o desmatamento e os incêndios ilegais nos biomas em 90%, o Ministério do Meio Ambiente tem aprimorado as ações de proteção ao meio ambiente com atividades interagências. A Comissão-Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) é uma instância de decisão interministerial, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente que foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, como um órgão colegiado de formulação de políticas públicas para a redução do desmatamento e dos incêndios ilegais, e promoção da recuperação da vegetação nativa. Em sua estrutura de governança, a CONAVEG pode instituir Câmaras Consultivas Temáticas - CCTs para tratar de assuntos específicos e subsidiar seus trabalhos. Portanto, será criada uma Câmara Consultiva Temática (CCT) na Comissão para tratar sobre o estabelecimento de indicadores para mensuração do desmatamento e dos incêndios florestais ilegais em todo o país. Tal tema será deliberado em reunião extraordinária e a CCT será criada através de nova resolução da Comissão. Além disso, o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 foi revisado e aprovado pela Resolução nº 7 de outubro de 2021 da CONAVEG. Esse plano fornece as diretrizes para combater o desmatamento com base em três temas transversais: ambiente de negócios; inovação e soluções tecnológicas; e financiamento para práticas sustentáveis. Para facilitar a articulação e combinação desses temas, o Plano foi estruturado em cinco grandes eixos: tolerância zero ao desmatamento e combate aos incêndios, regularização fundiária, ordenamento territorial, bioeconomia, pagamento por serviços ambientais que inclui também recuperação da vegetação nativa.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0248 - Proteção de 200.000 Km2 de áreas federais prioritárias contra os Incêndios Florestais

Informações básicas

Unidade de medida: Km2

Linha de base: 203.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Áreas federais prioritárias protegidas contra os Incêndios Florestais

Meta prevista para 2020: 200.000

Meta prevista para 2021: 200.000

Meta prevista para 2022: 200.000

Meta prevista para 2023: 200.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 196.647

Data do valor apurado: 03/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta inicialmente idealizada de proteção de 200.000km² não foi completamente atingida devido principalmente à ampliação do quantitativo das brigadas Pronto Emprego por solicitação do Ministério do Meio Ambiente. Esta mudança de diretriz influenciou no atingimento da meta, vez que as brigadas Pronto-Emprego não possuem área de atuação direta, sendo empregadas mais ativamente nas operações de combate nível II e III. Além disso, uma brigada de Roraima que teria sede na terra indígena Yanomami não foi contratada por questões que fogem à governança do IBAMA.

Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: A restrição mais significativa foi a diretriz vinda do Ministério do Meio Ambiente de ampliar o número de brigadas Pronto-Emprego, as quais não tem uma área de atuação direta, e sim maior mobilidade para atuarem em combates aos incêndios florestais em diversos pontos do país. Neste contexto, o número de brigadas Pronto-Emprego aumentou de 5, em 2020, para 13, em 2021, diminuindo assim a atuação direta do Prevfogo em algumas regiões. Quanto à não contratação da brigada Yanomami, esta não foi possível por uma série de fatores, desde dificuldades de logística para sediar a brigada no território indígena, como questões internas da própria comunidade e problemas na documentação.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Prevfogo não entendeu como negativa a mudança de diretriz vinda do Ministério do Meio Ambiente, mas sim como uma mudança de olhar e perspectiva da meta, pois embora o número de km² de atuação direta tenha diminuído, ampliou-se a área de apoio, vez que estas brigadas foram empregadas em diversos combates por solicitação do ICMBio, governos de estado e demais instituições parceiras, aumentando a resposta do Governo Federal nos combates ampliados em diferentes pontos do país. No caso da brigada Yanomami, em Roraima, buscou-se articulação com as instituições parceiras, mas sem êxito em tempo hábil para realizar a contratação.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	0	03/01/2022	Não informado	No Distrito Federal foi contratada apenas brigada Pronto-Emprego, caracterizada por não possuir área de atuação direta, e sim maior mobilidade para atuar em diferentes pontos do país, a fim de aumentar a resposta do Governo Federal nos combates aos incêndios florestais nível II e III.
No Estado da Bahia	-	-	-	-	217,24	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3.050	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	42.978,12	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	6.087,38	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	965,71	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	238,98	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	2.809,89	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	24.762,35	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	1.238,33	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	5.068,65	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	12.896,88	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	0	03/01/2022	Não informado	No estado do Ceará foi contratada apenas brigada Pronto-Emprego, caracterizada por não possuir área de atuação direta, e sim maior mobilidade para atuar em diferentes pontos do país, a fim de aumentar a resposta do Governo Federal nos combates aos incêndios florestais nível II e III.

No Estado do Maranhão	-	-	-	-	8.518,94	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	67.812,8	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	140,09	03/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	0	03/01/2022	Não informado	No Rio de Janeiro foi contratada apenas brigada Pronto-Emprego, caracterizada por não possuir área de atuação direta, e sim maior mobilidade para atuar em diferentes pontos do país, a fim de aumentar a resposta do Governo Federal nos combates aos incêndios florestais nível II e III.
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	19.861,83	03/01/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0251 - Operações de fiscalização ambiental realizadas

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 800

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Operações de fiscalização ambiental realizadas

Meta prevista para 2020: 800

Meta prevista para 2021: 560

Meta prevista para 2022: 560

Meta prevista para 2023: 560

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 627

Data do valor apurado: 14/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até o terceiro quadrimestre de 2021 havia sido executado 66,25% do planejado para o PPA em 2021, mesmo em um cenário de pandemia, no qual um número considerável de agentes com restrições para retorno as atividades de campo e em vias de se aposentar não estavam participando das operações. No segundo semestre, foi aprovada a Lei nº 14169, de 10/06/2021 que representou um acréscimo de R\$ 168.300.000,00 no orçamento da fiscalização. Soma-se a este fato, o avanço da vacinação, que permitiu o retorno de vários agentes as atividades de campo, possibilitando a superação da meta prevista.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Uma das estratégias da fiscalização ambiental é a restrição da informação de quando e onde ocorrerá a operação, tal estratégia protege não só os recursos ambientais, mas também as equipes de eventuais consequências da fiscalização ambiental. A regionalização do indicador demonstraria onde o Ibama está agindo prioritariamente, ou seja, poderá dar ideia, a eventual infrator, da falta do Estado em outras regiões. Ressalta-se ainda que é sabido que o Ibama age prioritariamente na Amazônia Legal, no que tange as ações de combate ao desmatamento, mas os

eventuais infratores não sabem exatamente onde as ações ocorrerão, regionalizar o indicador poderia trazer consequências as ações de fiscalização, pois a comunicação poderia dar uma ideia de onde o Ibama não consegue agir, haja vista que a fiscalização do Ibama só não age em territórios maiores e prioriza ações em função da limitação de recursos humanos.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Redução do número de servidores em campo decorrente de aposentadorias e outros afastamentos

Providências implementadas para a superação da restrição: Parceria com a Força Nacional em 2021, e, para 2022, estruturação de operações integradas com outras agências que atuam na proteção ao meio ambiente e realização de concurso público com previsão de destinação de cerca de 400 servidores para atuar na fiscalização ambiental

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Elevado número de servidores portadores de comorbidades, além daqueles acima de 60 anos, deixando de ir a campo, por conta da pandemia.

Providências implementadas para a superação da restrição: Operações integradas com outras agências que atuam na proteção ao meio ambiente

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0253 - Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) instituído.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Portaria publicada que institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 27/10/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+ foi formalizado em 2020 (Portaria nº 288, de 2 de julho de 2020), portanto, a meta estabelecida no PPA referente ao presente resultado intermediário já se apresenta como cumprida. O Programa Floresta+ é uma ação do MMA para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária. O indicador busca aferir a instituição do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais, que fomentará o mercado privado de pagamentos por serviços ambientais em áreas mantidas com cobertura de vegetação nativa, bem

como, promover a articulação de políticas públicas de conservação e proteção de vegetação nativa e de mudança do clima.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de publicação de um ato normativo.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0259 - Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa publicado.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa aprovado por Resolução da CONAVEG.

Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1

Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1

Data do valor apurado: 07/10/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador busca aferir a aprovação e publicação do Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa. O Plano é baseado em 05 eixos 1) tolerância zero com desmatamento ilegal; 2) regularização fundiária; 3) ordenamento territorial; 4) Pagamentos por Serviços Ambientais e 5) Bioeconomia. O Plano foi revisado em 2021 e aprovado pela Resolução nº 7 de outubro de 2021 da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal - CONAVEG.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de publicação de um Plano de abrangência Nacional. O plano foi aprovado em 2020 e revisado e aprovado em 2021.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0260 - Estratégia Nacional de REDD+: reconhecimento dos resultados de reduções de emissões do Cerrado e Amazônia perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Nº anual de Relatórios de emissões evitadas nos biomas Cerrado e Amazônia submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e aprovados.

Meta prevista para 2020: 2

Meta prevista para 2021: 2

Meta prevista para 2022: 0

Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador busca quantificar o montante de emissões decorrentes da redução do desmatamento na Amazônia e Cerrado submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em 2021, foram submetidos resultados de redução de emissões da Amazônia e Cerrado. Para a Amazônia, foi apresentado à Convenção um total de 546.506.478,61 tCO₂ reduzidas entre 2018 e 2019. Para o Cerrado, foram 697.486.485 tCO₂ reduzidas entre 2018 e 2020. No acumulado, para a Amazônia tem-se um total de 6.894.524.854,22 tCO₂ de resultados de redução do desmatamento desde 2006 e 1.237.996.005,00 tCO₂ de redução de emissões no Cerrado desde 2011.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de aprovação dos relatórios de emissões evitadas nos biomas Cerrado e Amazônia submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0261 - Área de Floresta Nativa conservada por meio do Projeto Piloto Floresta+ (Amazônia).

Informações básicas

Unidade de medida: Hectares

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Área de florestas nativas conservadas no Bioma Amazônia.

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 0

Meta prevista para 2022: 100.000

Meta prevista para 2023: 380.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador busca aferir as áreas de florestas nativa do Bioma Amazônia conservadas por meio do Projeto Piloto Floresta +, tendo a previsão da conservação de 380 mil hectares até 2023. Para o ano de 2021 a previsão é de zero hectares tendo em vista a fase atual de estruturação do projeto.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	0	0	100.000	380.000	0	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0264 - Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 20

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo

Meta prevista para 2020: 30

Meta prevista para 2021: 30

Meta prevista para 2022: 50

Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 14

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta de Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo (30%) não foi atingida devido ao trâmite para implementação de novos normativos que regulamentarão a ação de PMIF nas unidades. A previsão é que sejam publicados no início de 2022 (fevereiro ou março). Desta forma, as UCs que já possuíam PMIF em 2020 (25%) foram desobrigadas a refazer seus Planos, ocasionando o não atingimento da meta.

Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: Processo de alteração de normativo legal em andamento. Durante o ano de 2021 foram feitas adequações no instrumento Plano de Manejo Integrado do Fogo - PMIF frente às recentes mudanças ocorridas no marco do próprio planejamento do manejo das unidades de conservação.

Providências implementadas para a superação da restrição: A restrição tende a ser normalizada com a publicação da Instrução Normativa do Manejo Integrado do Fogo em Unidades de Conservação Federais previsto para o mês de fevereiro ou março de 2022.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	3,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	1	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	4	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	2	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0267 - Ações de fiscalização ambiental em Unidades de Conservação

Informações básicas

Unidade de medida: Número de ações

Linha de base: 596

Data de referência da linha de base: 31/12/2017

Indicador: Número de ações de fiscalização ambiental executadas em Unidades de Conservação

Meta prevista para 2020: 622

Meta prevista para 2021: 684

Meta prevista para 2022: 753

Meta prevista para 2023: 790

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 893

Data do valor apurado: 07/02/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar dos principais desafios enfrentados no ano de 2021, observa-se o alcance da meta estabelecida principalmente devido ao fortalecimento das ferramentas de gestão da informação, como é o caso do relatório consolidado de ação executada - documento de envio obrigatório pela UC ao executar uma ação de fiscalização ambiental, no qual são levantados os dados quantitativos das ações de campo. Ademais, cabe esclarecer que dependemos do envio deste documento para dimensionamento das ações e, no caso de não encaminhamento, os dados podem ficar subdimensionados.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: A insuficiência de quadro de pessoal foi sentida principalmente na baixa quantidade de agentes de fiscalização em atividade.

Providências implementadas para a superação da restrição: Contratação de mais agentes de fiscalização.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Processos relacionados a fiscalização foram impactadas devido à pandemia do COVID-19.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardar regularização das questões sanitárias.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	-	-	-	-	226	07/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Caatinga	-	-	-	-	69	07/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Cerrado	-	-	-	-	94	07/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Mata Atlântica	-	-	-	-	388	07/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Pampa	-	-	-	-	31	07/02/2022	Não informado	Não informado
Bioma Pantanal	-	-	-	-	5	07/02/2022	Não informado	Não informado
Zona costeira e marinha	-	-	-	-	80	07/02/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0305 - Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA e a Titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária por meio da execução de ações integradas e coordenadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de títulos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de documentos titulatórios entregues
Meta prevista para 2020: 50.000
Meta prevista para 2021: 100.000
Meta prevista para 2022: 150.000
Meta prevista para 2023: 200.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 139.526
Data do valor apurado: 02/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram emitidos 139.526 documentos titulatórios em 2021, sendo 120.946 referentes a Projetos de Assentamento e 18.580 da titulação de Regularização Fundiária. Para ano de 2021 no Plano Plurianual - PPA foi estabelecida para o indicador - Índice de Regularização Fundiária, a meta de alcance de 9,75%. O índice obtido foi de 24,24%, considerando o total de 248.638 documentos titulatórios emitidos (cumulativamente entre os anos de 2020 e 2021), em relação a demanda estimada de 1.025.875 de processos. Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à Pandemia da Covid-19, que limitaram as atividades de campo nos PA, e a redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, tanto no Incra/Sede como nas SR, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo. Outra restrição que tivemos foi relativa ao orçamento, em termos de valores disponibilizados e extemporaneidade na liberação.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Elevado número de servidores aposentados nos últimos anos, reduzindo a capacidade operacional da Instituição.

Providências implementadas para a superação da restrição: Estabelecimento de parcerias institucionais com outras esferas do poder público (municípios, estados e instituições federais).

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As restrições da Covid 19 impactaram na capacidade operacional das Superintendências Regionais para as atividades de campo (supervisão ocupacional), com muitos servidores atuando em trabalho remoto.

Providências implementadas para a superação da restrição: Planejamento, monitoramento e apoio operacional junto às Superintendências Regionais.

Notas do usuário: As informações deste resultado Intermediário foram prestadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Ministério da Agricultura - MAPA.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	57.377	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	57.377	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	55.125	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	6.795	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	5.679	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0307 - Parques e Florestas Nacionais com editais de concessão publicados

Informações básicas

Unidade de medida: número de unidades de conservação
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: N° de Unidades de Conservação com editais de concessão publicados
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 5
Meta prevista para 2022: 9
Meta prevista para 2023: 14

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5
Data do valor apurado: 21/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As unidades de conservação que tiveram editais publicados no ano de 2021 foram: Floresta Nacional de São Francisco de Paula; Floresta Nacional de Canela e Parque Nacional do Iguaçu.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sul	-	-	-	-	5	21/02/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0331 - Monitoramento anual da supressão da vegetação nativa e recuperação da vegetação secundária por bioma disponibilizado publicamente na plataforma Terrabrasilis.

Informações básicas

Unidade de medida: número de mapas anuais

Linha de base: 1

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de mapas anuais disponibilizados publicamente

Meta prevista para 2020: 2

Meta prevista para 2021: 2

Meta prevista para 2022: 6

Meta prevista para 2023: 6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Mapas de Supressão da Vegetação Nativa: Foram produzidos 2 mapas contendo a área da vegetação nativa suprimida no intervalo agosto/2020 a julho/2021, para os biomas Amazônia e Cerrado (1 mapa para cada bioma). Mapas de Recuperação da vegetação secundária: Foi produzido 1 mapa de regeneração na Amazônia Legal. O mapa de regeneração no bioma Cerrado tem previsão de entrega para junho/2022. Para fins de monitoramento da vegetação, é utilizado o ano de referência de agosto de um ano a julho do ano seguinte, pois as imagens usadas no monitoramento devem ser do período seco (menor ocorrência de chuvas), quando há menos cobertura de nuvens, assim o melhor período para aquisição de imagens se inicia próximo ao mês de agosto.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O Monitoramento do desmatamento tem sido realizado para todos os biomas brasileiros. Para Amazônia e Cerrado, são realizados monitoramento anual pelo projeto PRODES e diário pelo DETER. Para os demais biomas, é necessária ainda a construção da série histórica dos dados que permitirá a comparação para identificação da supressão atual de vegetação nativa. A referida série histórica tem previsão de entrega até dezembro/2022.

Entretanto, é importante ressaltar, que os recursos oriundos do orçamento anual cobrem exclusivamente o monitoramento do bioma Amazônia, e as ações dos demais biomas advêm de recursos extra orçamentários, que representaram cerca de 2/3 do valor total dos gastos.

Providências implementadas para a superação da restrição: O INPE conseguiu captar e executar recursos extra orçamentários, que supriu as necessidades orçamentária e de pessoal até o final de 2021.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Há uma significativa falta de equipe especializada para execução do monitoramento da vegetação nativa. Hoje a maior parte do monitoramento de desmatamento é realizada com equipe de bolsistas via TED CNPq.

Providências implementadas para a superação da restrição: O INPE conseguiu captar e executar recursos extra orçamentários, que supriu as necessidades orçamentária e de pessoal até o final de 2021.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: O Marco Legal em vigor apresenta restrições à contratação de equipe técnica-científica para execução das atividades envolvidas no resultado intermediário 0331.

Providências implementadas para a superação da restrição: Sem providências registradas.

Notas do usuário: As informações deste resultado Intermediário foram prestadas pelo Ministério de Ciências e tecnologia - MCTIC.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	-	-	-	-	2	31/12/2021	A restrição de pessoal/orçamento/Marco Legal na execução das tarefas do PO 20V9.0001, que também produz esse Resultado Intermediário, impõe obstáculos à consecução do referido PO, sendo uma forte restrição para o atingimento da meta.	Conforme descrito, o resultado alcançado em 2021 é a estimativa da Taxa de desmatamento da Amazônia no período ago/2020-jul/2021 que totalizou 13.235 km2.
Bioma Cerrado	-	-	-	-	1	31/12/2021	A restrição de pessoal/Marco Legal na execução das tarefas do PO 20V9.0001, que também produz esse Resultado Intermediário, impõe obstáculos à consecução do referido PO, sendo uma forte restrição para o atingimento da meta. A restrição orçamentária também se constituiu um forte obstáculo para o	vegetação nativa no bioma Cerrado que totalizou 8.531,44 km2.

							atingimento do resultado, contornável apenas com os recursos extraorçamentários oriundos do projeto FIP Monitoramento, que se encerrou em dezembro de 2021.	

Resultado Intermediário: 0332 - Monitoramento diário da ocorrência de focos de fogo ativo disponibilizado publicamente na plataforma do BDQueimadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número total de mapas mensais disponibilizados publicamente no ano

Linha de base: 12

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número total de mapas mensais disponibilizados publicamente no ano

Meta prevista para 2020: 12

Meta prevista para 2021: 12

Meta prevista para 2022: 12

Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Durante o ano 2021, o Programa Queimadas teve condições de produzir todos os dados devido ao aporte de recursos extra orçamentários (o projeto FIP-Cerrado concluído em dezembro/2021), que permitiram a contratação dos recursos humanos, e desta maneira concluir todas as atividades e produtos com sucesso. No período de 01/jan/2021 até 31/dez/2021 foram detectados 6.390 focos de fogo ativo na Amazônia pelo satélite de referência; 17.917 focos de fogo ativo na Caatinga; 62.728, no Cerrado; 18.832, na Mata Atlântica; 1.256, no Pampa; e 8.258 focos no Pantanal. Para acompanhamento dos resultados recomenda-se os seguintes links: <https://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas> <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/outros-produtos/paineis-de-monitoramento-da-ocorrencia-de-focos-de-fogo-ativo> Os dados para o monitoramento da ocorrência dos focos de fogo ativo em todos os biomas continentais brasileiros, foram produzidos sistematicamente durante o ano 2021, com uso de recursos orçamentários externos ao Programa 6014, assim como recursos humanos e infraestrutura compartilhados por outras fontes, não existindo pessoas dedicadas ao aprimoramento e melhorias deste Resultado Intermediário, mesmo havendo grandes demandas de novos indicadores que podem ser gerados a partir destes dados base.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Este Resultado Intermediário não é regionalizado porque o indicador (número total de mapas mensais disponibilizados publicamente no ano) é produzido para todo o território nacional, independentemente do bioma continental considerado. Qualquer tipo de regionalização ou divisão da informação gerada seria derivada do dado original produzido e entregue (mapa nacional), conforme a necessidade do usuário.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Durante o ano 2021 o Programa Queimadas do INPE teve corte orçamentário contando atualmente com R\$ 700.000,00 e demandaria idealmente aproximadamente R\$ 2.500.000,00. Segundo a LOA 2021, não houve recursos ou transferência de recursos orçamentários vinculadas ao Programa 6014 para o INPE. O PO 20V9.0002 possui apenas previsão orçamentária para a execução do monitoramento do risco de fogo. Os indicadores previstos neste resultado intermediário demandam à efetiva liberação de recursos em tempo e a tempo para a execução das atividades necessárias para o atendimento destas. Os mapas de ocorrência de fogo ativo indicam a localização dos pontos de foco de calor, e portanto não representam a estimativa da área queimada atingida pelo fogo.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Programa Queimadas teve aporte de recursos extra orçamentários até 2021, que permitiram a contratação dos recursos humanos que estavam alocados e por este motivo todos as atividades e produtos foram realizados com sucesso. A necessidade de aportes de recursos orçamentários e de pessoal tem sido sistematicamente reportados nos relatórios de acompanhamento de execução orçamentária.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Atualmente a equipe conta apenas 2 servidores especializados para manter as atividades de pesquisa, inovação e operação, que foi possível apenas devido a parcerias externas que aportam equipe adicional. Deve ser ressaltado que o aquecimento do mercado de trabalho na área de Tecnologia da Informação em 2021 levou a perda de pessoal especializado que atuava como colaborador contratado por meio de projeto.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Programa Queimadas teve aporte de recursos extra orçamentários até 2021, que permitiram a contratação dos recursos humanos que estavam alocados e por este motivo todos as atividades e produtos foram realizados com sucesso. A necessidade de aportes de recursos orçamentários e de pessoal tem sido sistematicamente reportados nos relatórios de acompanhamento de execução orçamentária.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: O atual Marco Legal em vigor não permite solucionar a restrição de pessoal para execução das atividades fins (técnicas e científicas) do resultado intermediário 0332.

Providências implementadas para a superação da restrição: O Programa Queimadas teve aporte de recursos extra orçamentários até 2021, que permitiram a contratação dos recursos humanos que estavam alocados e por este motivo todos as atividades e produtos foram realizados com sucesso. A necessidade de aportes de recursos orçamentários e de pessoal tem sido sistematicamente reportados nos relatórios de acompanhamento de execução orçamentária.

Notas do usuário: As informações deste resultado Intermediário foram prestadas pelo Ministério de Ciências e tecnologia - MCTIC.

Resultado Intermediário: 0333 - Implementar projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas e contenção de processos erosivos.

Informações básicas

Unidade de medida: hectare (ha)

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Área (ha) recuperada

Meta prevista para 2020: 6.000

Meta prevista para 2021: 10.000

Meta prevista para 2022: 10.000

Meta prevista para 2023: 10.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.080

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As intervenções promoveram aumento da infiltração de água no solo, diminuição da erosão do solo e da perda de solo, promovendo a melhoria na trafegabilidade de estradas vicinais e a diminuição do assoreamento de nascentes e cursos d'água. Ao longo do processo, são realizadas ações de conscientização dos produtores rurais em relação à importância do manejo adequado de solo e água em áreas suscetíveis à erosão. Os resultados são observados pelos produtores, com a melhoria da produtividade agrícola em consequência do aumento da oferta de água e diminuição da perda de fertilidade do solo. Como desafios há o processo de conscientização e convencimentos dos produtores rurais proprietários de áreas ambientalmente importantes, ou com áreas degradadas, e a identificação de empresas executoras das ações de revitalização com perfil ambiental; a compatibilização de recursos orçamentários para elaboração de projetos e execução dos mesmos, de forma a evitar o descompasso das ações; a instituição de parcerias mais sólidas para integração e troca de informações e experiência entre os vários órgãos que executam ações de revitalização hidroambiental para planejamento das ações e potencialização dos resultados esperados. Por fim, dada a característica de integração de ações de revitalização, também é um desafio a definição de indicadores que mensurem de forma prática e objetiva os resultados das ações e práticas implantadas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não se aplica - Regionalização de todos os resultados está na região Nordeste

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: As informações deste resultado Intermediário foram prestadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR.

PROGRAMA: 6015 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: 1244 - Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica e a atuação do Ministério da Educação (MEC) busca apoiar os entes federados na ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino ofertado, promovendo o acesso, permanência e aprendizagem com equidade, em consonância ao estabelecido na Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). O Objetivo do Programa 6015, de ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos em creches, é uma clara referência ao disposto na meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). Conforme dados mais recentes disponíveis (Pnad-c/IBGE), o percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche chegou a 37% em 2019. Observa-se que a análise tendencial da cobertura de 0 a 3 anos sugere que, até 2024, o Brasil não deve ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a Meta. Diante desse desafio, o MEC implementa importantes ações com vistas a garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. Assim, destacam-se a seguir as iniciativas e políticas desenvolvidas pelo MEC, voltadas ao acesso e à melhoria da qualidade de atendimento nessa etapa específica da educação básica, de forma a contribuir para o alcance do Objetivo do Programa 6015. Cabe

ressaltar, contudo, que diversas ações e políticas educacionais do MEC desenvolvidas no âmbito do Programa 5011 – Educação Básica de Qualidade, também contribuem para o aprimoramento dessa etapa educacional, demonstrando que as políticas no âmbito da educação básica são sistêmicas e integradas. Como exemplo da abrangência das ações da Educação Básica que contemplem os estudantes da Educação Infantil, pode-se citar, entre outros: o financiamento de apoio ao desenvolvimento da Educação Básica (ação orçamentária 0509); a assistência financeira para melhoria da infraestrutura para a Educação Básica (ação 20RP), visando atender a todas as matrículas da Educação Básica, e até mesmo a toda comunidade escolar; os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (ação 0515), que beneficiam, via de regra, todos os alunos matriculados em uma determinada escola, independente da etapa ou modalidade; a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a Educação Básica (ação 20RQ); a aquisição dos ônibus por meio do Programa Caminho da Escola (ação 0E53), que transporta as crianças e jovens para a escola, independentemente da etapa ou modalidade da Educação Básica que frequentam; assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (ação 00PI), e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE (ação 0969). O Apoio à Manutenção da Educação Infantil se constitui como uma importante estratégia de auxílio do Governo Federal aos entes subnacionais na expansão da oferta da educação infantil, conforme previsto na Meta 1 do PNE, compreendendo o regime de colaboração e o papel da União na função supletiva e redistributiva em relação as demais instâncias educacionais (art. 8º, § 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Nesse sentido, o MEC implementa o Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil, iniciativa que contribui para a expansão da oferta de vagas na educação infantil pública e para o funcionamento regular das novas matrículas. O objetivo do Programa é prestar apoio financeiro aos municípios para atender a novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil construídos com recursos federais (Proinfância – Novos Estabelecimentos), bem como para abertura de novas turmas de educação infantil (Brasil Carinhoso – Novas Turmas) em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público. Os recursos desses programas visam prover o período em que essas novas vagas ainda não tenham sido contabilizadas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em 2021, foram transferidos R\$ 46,6 milhões, sendo R\$ R\$ 37,8 milhões para Novas Turmas (Brasil Carinhoso), beneficiando 7.141 novas matrículas de creche e 4.026 de pré-escola; já para os Novos Estabelecimentos (Proinfância), foram transferidos R\$ 8,8 milhões, beneficiando 2.463 novas matrículas de creche e 826 de pré-escola. O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) é uma das estratégias que contribui para o alcance da Meta 1 do PNE e da Meta do Programa 6015, mediante repasse de recursos do Governo Federal aos entes federados (municípios e o Distrito Federal) para a reestruturação e ampliação da rede física escolar pública. Durante o ano de 2021, cerca de 201 escolas de educação infantil foram concluídas, beneficiando 167 municípios em 23 estados da federação. Quanto aos valores totais investidos em infraestrutura educacional, objetivando a construção de creches e pré-escolas, foram empenhados R\$ 153,8 milhões em 2021. O Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares é desenvolvido com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente universidades que irão modernizar os currículos de Pedagogia e Licenciaturas, visando preparar os futuros professores com foco em vivência prática na escola e uso pedagógico das tecnologias. A readequação atende às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e matrizes estabelecidos pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de educação básica e à Base Nacional Comum da Formação Inicial. Em 2021 foram selecionadas 4 redes para ofertar cursos de pedagogia e licenciaturas a partir do 1º semestre de 2022. Serão formados 2.880 docentes até 2025. O MEC também oferta formação continuada aos profissionais da Educação Infantil, por meio da Plataforma Avamec, com o objetivo de qualificar profissionais de creches e de pré-escolas brasileiras, concorrendo para o estabelecimento de práticas pedagógicas criativas e teoricamente embasadas que contribuam para a formação integral da criança. Lançada em outubro de 2021, a formação autoinstrucional de 200 horas registrou, até janeiro/2022, cerca de 9,7 mil profissionais certificados. No período de 20 de outubro de 2021 a 20 de janeiro de 2022, participaram mais de 100 mil professores e profissionais no curso de Formação para Profissionais da Educação Infantil. Para o ano letivo de 2022 estão sendo distribuídos 3,15 milhões de livros e materiais destinados aos professores da educação infantil, para apoiar no desenvolvimento das crianças de até 5 anos de idade. Isso beneficiará 4,2 milhões de estudantes matriculados em cerca de 65 mil escolas, representando um investimento de R\$ 56,1 milhões. Ressalta-se que, pela primeira vez, o PNLD distribuirá livros para alunos da pré-escola.

Meta: 052V - Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/ creche
Linha de base: 35,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: 37,26
Meta prevista para 2022: 39,82
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 37
Data de Referência: 31/12/2019
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Dificuldades de cumprimento por fatores relacionados à capacidade técnica e operacional dos entes federativos para execução das obras, problemas em licitações, compatibilização do orçamento com a liberação do financeiro.
Providências implementadas para a superação da restrição: Viabilizar capacitações e assistência técnica aos entes federativos com o objetivo de propiciar melhoria na execução das obras conforme a programação pactuada.

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	29,7	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	33	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	18,7	31/12/2019	Não informado	Não informado

Região Sudeste	-	-	-	-	43	31/12/2019	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	44	31/12/2019	Não informado	Não informado

Indicador: 8759 - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/ creche

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 35,7
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 37
Data do valor apurado: 31/12/2019
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0023 - População de 4 a 5 anos que frequenta a pré-escola.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 93,8
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Taxa de acesso escolar - Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola
Meta prevista para 2020: 94,8
Meta prevista para 2021: 94,86
Meta prevista para 2022: 96,95
Meta prevista para 2023: 99

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94,1
Data do valor apurado: 31/12/2019
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Entende-se que o Apoio à Manutenção da Educação Infantil se constitui como uma importante estratégia de auxílio do Governo Federal aos entes subnacionais na expansão da oferta da educação infantil, conforme previsto na Meta 1 do PNE, compreendendo o regime de colaboração e o papel da União na função supletiva e redistributiva em relação as demais instâncias educacionais (art. 8º, § 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil, iniciativa do MEC que contribui para a

expansão da oferta de vagas na educação infantil pública e para o funcionamento regular das novas matrículas, objetiva prestar apoio financeiro aos municípios para atender a novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil construídos com recursos federais (Proinfância – Novos Estabelecimentos), bem como para abertura de novas turmas de educação infantil (Brasil Carinhoso – Novas Turmas) em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público. Os recursos desses programas visam prover o período em que essas novas vagas ainda não tenham sido contabilizadas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)”. Em 2021, foram transferidos R\$ 46.627.336,98, sendo R\$ 37.839.625,40 para Novas Turmas (Brasil Carinhoso), beneficiando 7.141 novas matrículas de creche e 4.026 de pré-escola; já para os Novos Estabelecimentos (Proinfância), foram transferidos R\$ 8.787.711,58, beneficiando 2.463 novas matrículas de creche e 826 de pré-escola.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	89,6	31/12/2019	Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 (Pnad-c) estarão disponíveis no Relatório do 4º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, em junho/2022 (Inep/MEC).	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	96,7	31/12/2019	Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 (Pnad-c) estarão disponíveis no Relatório do 4º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, em junho/2022 (Inep/MEC).	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	88,2	31/12/2019	Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 (Pnad-c) estarão disponíveis no Relatório do 4º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, em junho/2022 (Inep/MEC).	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	95,2	31/12/2019	Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 (Pnad-c) estarão disponíveis no Relatório do 4º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, em junho/2022 (Inep/MEC).	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	93,5	31/12/2019	Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 (Pnad-c) estarão disponíveis no Relatório do 4º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, em junho/2022 (Inep/MEC).	Não informado

Resultado Intermediário: 0024 - Creches e Pré-escolas Implantadas

Informações básicas

Unidade de medida: Creches e Pré-escolas
Linha de base: 325
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Creches e Pré-escolas Implantadas
Meta prevista para 2020: 363
Meta prevista para 2021: 358
Meta prevista para 2022: 483
Meta prevista para 2023: 673

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 201
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Neste exercício, projetou-se a conclusão de 358 creches, no entanto, foram concluídas 201 escolas de educação infantil com recursos repassados pelo FNDE/MEC, atingindo 55,5% da meta do Resultado Intermediário. Quanto aos valores totais investidos em infraestrutura educacional, objetivando a construção de creches e pré-escolas, foram empenhados R\$ 153,8 milhões em 2021, sendo que cerca de R\$ 21 milhões foram destinados aos projetos das 201 escolas concluídas. Diante disso, é necessário promover ações de monitoramento e repasse financeiro de acordo com o planejado e o bom andamento das obras, a fim de garantir o funcionamento e a conclusão das obras. Em 2022, continuaremos investindo os recursos para a construção e conclusão de obras de escolas de educação infantil que se encontram em andamento, envidando relevantes esforços no sentido de promover o alcance da meta.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Dificuldades de cumprimento por fatores relacionados à capacidade técnica e operacional dos entes federativos para execução das obras, problemas em licitações, compatibilização do orçamento com a liberação do financeiro.
Providências implementadas para a superação da restrição: Viabilizar capacitações e assistência técnica aos entes federativos com o objetivo de propiciar melhoria na execução das obras conforme a programação pactuada.
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	24	58	81	14	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	132	173	267	72	31/12/2021	Não informado	Não informado

Região Norte	-	44	57	78	18	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	108	133	151	48	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	50	62	96	49	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0025 - Formação dos Professores da Educação Básica - Educação Infantil

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 54,8

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de formação dos professores da educação básica - Educação Infantil

Meta prevista para 2020: 55,9

Meta prevista para 2021: 57,01

Meta prevista para 2022: 58,15

Meta prevista para 2023: 59,32

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58,6

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De acordo com o Censo Escolar de 2020, o percentual de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam alcançou o índice de 58,6%. O MEC oferta formação continuada aos profissionais da Educação Infantil, por meio da Plataforma Avamec, com o objetivo de qualificar profissionais de creches e de pré-escolas, concorrendo para o estabelecimento de práticas pedagógicas criativas e teoricamente embasadas que contribuam para a formação integral da criança. No período de outubro/2021 a janeiro/2022, foram mais de 100 mil professores e profissionais participantes no curso de Formação para Profissionais da Educação Infantil, registrando 9.751 certificados. O Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares é desenvolvido com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente universidades que irão modernizar os currículos de Pedagogia e Licenciaturas, visando preparar os futuros professores com foco em vivência prática na escola e uso pedagógico das tecnologias. A readequação atende às diretrizes da BNCC, aos currículos e matrizes estabelecidos pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de educação básica e à Base Nacional Comum - Formação Inicial. Em 2021 foram selecionadas 4 redes para ofertar cursos de pedagogia e licenciaturas a partir do 1º semestre de 2022. Serão formados 2.880 docentes até 2025, totalizando um repasse de R\$ 18 milhões às 12 universidades participantes: Sudeste: UFABC, USP e Universidade Católica de Santos (Unisantos). Nordeste: UFPI, Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Centro-Oeste: UFMS, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Universidade Católica de Brasília (UCB). Híbrida – Nordeste e Sul: UFAL, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade La Salle (Unilasalle).

Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Detalhamento da restrição: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional considera que o professor da Educação Infantil pode atuar também com formação em nível médio: “Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)”

Providências implementadas para a superação da restrição: Instituição do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, que ofertará o curso de Pedagogia aos professores que não possuem curso superior.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	62,8	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	52,2	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	62,1	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	60,5	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	58,2	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 estarão disponíveis em junho/2022 (Censo Escolar Inep/MEC).	Não informado

Resultado Intermediário: 0313 - PNLD – Educação Infantil**Informações básicas**

Unidade de medida: Estudantes

Linha de base: 5.448.222

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Estudantes matriculados na Educação Infantil atendidos pelo PNLD

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 5.189.287
Meta prevista para 2022: 5.344.966
Meta prevista para 2023: 5.398.416

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.197.306

Data do valor apurado: 31/12/2021

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica e às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas de todo o país. Ressalta-se que, pela primeira vez, o PNLD distribuirá livros para alunos da pré-escola. Para o ano letivo de 2022 estão sendo distribuídos 3.151.794 livros destinados aos professores para apoiar no desenvolvimento das crianças até 5 anos de idade, de forma a beneficiar 4,2 milhões de estudantes matriculados em cerca de 65 mil escolas, representando um investimento de R\$ 56,1 milhões. Em 2021, o FNDE iniciou o desenvolvimento de nova plataforma que integra todas as etapas da execução do PNLD, incluindo a futura distribuição de materiais digitais. Esse avanço foi alavancado pelas circunstâncias da pandemia de COVID-19, que tornou ainda mais evidente essa necessidade, tornando-se um desafio para o PNLD. Para implementar essas medidas, foram ouvidos segmentos da sociedade, gestores escolares, professores e demais atores envolvidos na execução do PNLD.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Nos últimos anos, o número de servidores ativos vem diminuindo devido a afastamentos e aposentadorias. Assim, as equipes estão com número reduzido de servidores, o que tem dificultado sobremaneira a gestão do conhecimento e o atendimento das demandas com a celeridade necessária.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem buscado suprir a carência de pessoal com a otimização e capacitação da força de trabalho, parcerias com instituições federais de ensino e com organismos internacionais, além de solicitar a realização de concurso público para o órgão junto ao ME.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: restrições de Sistemas de TI para a inscrição e validação das obras no âmbito do PNLD

Providências implementadas para a superação da restrição: A adesão do FNDE como interveniente no Contrato de Gestão do qual faz parte também a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) possibilitou a superação das restrições de Sistemas de TI para a inscrição e validação das obras no âmbito do PNLD. Porém, outras etapas do programa ainda dependem de melhorias no sistema atual para que ocorram tempestivamente até que a RNP termine o desenvolvimento da nova plataforma integrada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	-	456.447	470.141	474.842	369.193	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	1.685.079	1.735.632	1.752.988	1.362.960	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	563.682	580.592	586.398	455.929	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	1.905.497	1.962.662	1.982.289	1.541.243	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	578.581	595.938	601.898	467.980	31/12/2021	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 6016 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivo: 1245 - Elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O direito à educação escolar das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação, público da Educação Especial, é um direito inscrito em vários normativos que se inicia na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global da criança e prossegue até à formação superior. A Educação Básica tem demonstrado um decréscimo de matrícula em razão do novo perfil demográfico brasileiro, caracterizado pelo envelhecimento da população. A despeito dessa realidade, as matrículas na Educação Especial vêm crescendo, embora já se observe uma desaceleração nos percentuais positivos, demonstrados no Censo Escolar. O Programa 6016 do PPA 2020-2023 possui como objetivo a melhoria da qualidade da educação especial, em consonância com o disposto na Meta 4 do PNE. Conforme o Censo Escolar 2020, o número de matrículas de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 4 a 17 anos, atingiu o total de 1.063.496 matrículas, sendo 991.522 em classes comuns, perfazendo um percentual de 93,2% das matrículas, o que representa um aumento de 4,9 pontos percentuais em relação a cenário de 2015. Atribui-se esse crescimento, em classes comuns, ao desenvolvimento de programas e ações para universalizar o acesso desse público, preferencialmente, na classe comum, ao garantir a matrícula, a participação e a aprendizagem desses estudantes, público da Educação Especial. O Serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos educandos. Também consiste na mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos educandos público da Educação Especial em todas as etapas e modalidades da educação básica. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos educandos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos educandos, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas são realizadas por professor especializado, no contraturno de escolarização, visando apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum e a inclusão educacional do educando. Nesse contexto, a política pública para a área segue buscando alcançar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e, para isso, o MEC desenvolve programas e ações com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino na implementação da Educação Especial. Cabe ressaltar que diversas ações e políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito do Programa 5011- Qualidade

da Educação Básica, também contribuem para o aprimoramento dessa modalidade, demonstrando que as políticas são sistêmicas e integradas. Com vistas a alcançar o Objetivo do Programa 6016 de “elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade”, em 2021, o MEC deu continuidade as suas ações, acompanhando os sistemas de ensino, em especial para monitorar o desenvolvimento da Educação Especial em face aos efeitos da pandemia, revitalizou programas com o objetivo de garantir a oferta dos serviços de Educação Especial, principalmente a oferta do atendimento educacional especializado. Também foram fomentadas ações voltadas à melhoria do ensino e à qualificação dos profissionais que atuam na área da educação especial. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC revitalizou o programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos, com o aporte de aproximadamente R\$ 354 milhões nos anos de 2020 e 2021. Em 2021, atendeu a 4,6 mil escolas, beneficiando cerca de 113,8 mil estudantes, com investimentos de aproximadamente R\$ 100 milhões por meio do PDDE. Esses recursos destinaram-se a montagem de novas salas ou reequipagem das salas já existentes. No âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático em sua versão Acessível (PNLD – Acessível), foram executadas ações voltadas para atender à acessibilidade dos materiais para estudantes cegos ou com baixa visão. Os livros destinados aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio foram adquiridos no formato de livro digital EPUB e estão disponíveis para todas as escolas que demandam esse tipo de atendimento a qualquer tempo. Além disso, todos os títulos do PNLD 2019 e PNLD 2020 foram produzidos no formato braille-tinta com caracteres ampliados para atender aos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em 2021, foram distribuídos mais de 13,7 mil livros no formato tinta-braille para atender 2 mil estudantes cegos e surdocegos matriculados em 1,8 mil escolas. O Programa de Formação de Profissionais da Educação Básica em Educação Especial tem por finalidade promover a formação continuada em Educação Especial de professores do AEE e profissionais da Educação Básica. Em 2021, foram descentralizados, por meio de TED's junto à 13 Instituições de Ensino Superior, o valor de R\$ 3,4 milhões à para oferta de 14.825 vagas, em 23 cursos. Além disso, o MEC contratou consultoria especializada para elaboração de 15 cursos com 90 horas cada, com temáticas do AEE para assegurar a oferta desse serviço. Os cursos serão ofertados em 2022, em plataforma aberta própria do MEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVAMEC), que é um sistema on-line que permite a concepção e a administração de cursos à distância. O MEC realizou ainda, no ano de 2021, reuniões individuais com todos os dirigentes de Educação Especial dos estados e do Distrito Federal para monitorar os efeitos da pandemia, conhecer as soluções encontradas, acompanhar o desenvolvimento dos programas e ações, ressaltar pontos de atenção quanto ao desenvolvimento da Educação Especial em cada unidade da federação. Os resultados alcançados com essa ação estão sendo sintetizados para direcionamento das prioridades para 2022.

Meta: 052W - Ampliar para 1,14 milhão o número de matrículas de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 1.009.917
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: 1.096.643
Meta prevista para 2022: 1.118.576
Meta prevista para 2023: 1.140.947

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.063.496
Data de Referência: 31/12/2020

Restrições: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: As ações e programas da SEMESP possuem alcance nacional e são implementadas em resposta às demandas dos entes federados por adesão ou a partir do Diagnóstico do PAR, o que inviabiliza o estabelecimento de metas regionalizadas.

Notas do usuário: -

Indicador: 8761 - Número de matrículas de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação que frequentam a escola

Informações básicas

Unidade de medida: número absoluto

Valor de referência: 1.009.917

Data de Apuração: 31/12/2019

Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Bianual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.063.496

Data do valor apurado: 31/12/2020

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0026 - Formação Continuada em Educação Especial de Professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 42,3

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de professores que atuam no atendimento educacional especializado com formação continuada em educação especial

Meta prevista para 2020: 42,3

Meta prevista para 2021: 50

Meta prevista para 2022: 50

Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 43,1

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Conforme dados do Censo Escolar 2020 (último disponível), 43,1% dos docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado possuem alguma formação específica em Educação Especial. O Programa de Formação de Profissionais da Educação Básica em Educação Especial tem por finalidade promover a formação continuada em Educação Especial de professores do atendimento educacional especializado e profissionais da Educação Básica. As principais metas são: Fomentar, acompanhar e avaliar a formação continuada em Educação Especial para potencializar a efetividade nos processos de ensino e de aprendizagem do público da educação especial, em parceria com Instituições Federais de Educação Superior (IFES), e com Secretarias de Educação Estaduais, do Distrito Federal e municipais. Em 2021, houve por meio de TED's, descentralização no valor de R\$ 3,4 milhões à 13 IFES para oferta de 14.825 vagas, em 23 cursos com carga horária de 90 a 240 horas cada. A UFPB realizou o curso na modalidade presencial com a carga horária de 180 horas disponibilizando 600 vagas. As demais IFES ofertaram seus cursos na modalidade a distância. No estado do Rio Grande do Sul tivemos a UFPEL, UNIPAMPA e a UFSM. Na região sudeste houve a oferta de cursos na UFES, UFU, UFSCAR, UFF e UFRJ. No Centro-Oeste, as universidades UFGD e UFMS ofertaram vagas. Na região nordeste houve oferta de vagas no IF-Baiano e na UFPB já citada. Por fim, na região Norte a oferta de vagas ficou por conta da UFT. Houve incremento das parcerias com as Instituições de Ensino Superior para formação dos profissionais da educação básica em educação especial, agregando novas Universidades Federais e Institutos Federais que não participavam da ação anteriormente, como UFU, UFGD; UFRJ; IFB, IFBA, entre outras. Articulação com a rede de IES para a preparação de encontros técnicos de avaliação das parcerias firmadas a serem realizados no primeiro semestre de 2022.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Será solicitada a revisão das metas para os demais anos, no momento de revisão do PPA, para 44%.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	38,1	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021(Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	35,5	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021(Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	43,6	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021(Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	40,1	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021(Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado

Região Sul	-	-	-	-	56,1	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021(Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0028 - Matrículas de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no atendimento educacional especializado

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 42,6

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de Matrículas de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no atendimento educacional especializado

Meta prevista para 2020: 43,1

Meta prevista para 2021: 39

Meta prevista para 2022: 39,9

Meta prevista para 2023: 40,9

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 44

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Na oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), percebe-se que, embora tenha havido aumento no número de matrículas de 2015 a 2019 (de 287 mil para 431 mil), não refletiu em aumento percentual de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados no AEE, que passou de 48,9% para 47,9% no período. Conforme o Censo Escolar de 2020, o número de matrículas atingiu o total de 414.553 matrículas, apresentando um índice de 44% de estudantes da educação especial matriculados no AEE. Avalia-se que, pelo menos, três fatores têm contribuído para esse desenvolvimento negativo: - A paralisação, desde 2013, do Programa Sala de Recursos Multifuncionais, legalmente instituído (Decreto 7.611/2011) para a realização do AEE. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC reativou o programa, com o aporte de aproximadamente R\$ 354 milhões nos anos de 2020 e 2021. - O arrefecimento do Programa de Formação dos Professores da Educação Básica em Educação Especial a partir de 2014. A partir de 2020, este programa foi potencializado, multiplicando a oferta de vagas e o número das instituições parceiras. - A ampliação da educação integral. Em razão das condicionalidades estabelecidas no Decreto 7.611/2011, o AEE ofertado na educação integral não é declarado no Censo Escolar. Para resolver esta situação, o MEC fez reuniões com todos os entes federados para propor, em 2022, a alteração do Decreto. Adicionalmente, o MEC, em parceria com a Unesco, está contratando consultoria para investigar a realidade brasileira quanto à oferta do AEE, tanto os modelos praticados antes da pandemia, como aqueles implementados durante a pandemia da Covid-19, sejam eles convergentes ou divergentes das políticas públicas para a área, as boas práticas, motivos de não-oferta, para oferecer subsídios consistentes para que o MEC possa realizar as alterações operacionais e normativas quanto ao atendimento educacional especializado.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Dificuldades impostas pela pandemia quanto à oferta do atendimento educacional especializado.

Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC realizou reuniões individuais, com todos os sistemas de ensino, para informar-se das dificuldades impostas pela pandemia na oferta do AEE. Sistematização das informações e dados fornecidos pelos sistemas públicos de ensino para subsidiar a tomada de decisões e a criação de ações que fortaleçam a oferta do AEE.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	42,2	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis em junho/ 2022.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	39,9	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis em junho/ 2022.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	49,8	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis em junho/ 2022.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	41,4	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis em junho/ 2022.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	53,4	31/12/2020	Indicador PNE: Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar Inep/MEC) estarão disponíveis em junho/ 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0029 - Número de Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos para Atendimento Educacional Especializado

Informações básicas

Unidade de medida: Escolas

Linha de base: 31.626

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de surdos para Atendimento Educacional Especializado

Meta prevista para 2020: 33.281

Meta prevista para 2021: 35.781

Meta prevista para 2022: 36.281
Meta prevista para 2023: 38.781

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 32.386

Data do valor apurado: 31/12/2020

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos educandos. Também consiste na mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos educandos público da Educação Especial em todas as etapas e modalidades da educação básica. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos educandos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos educandos, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas são realizadas por professor especializado, no contraturno de escolarização, visando apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum e a inclusão educacional do educando. A sala de recursos multifuncionais é o ambiente legalmente instituído (Decreto 7.611/2011) para a realização do AEE. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC reativou o programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos para Atendimento Educacional Especializado, com o aporte de aproximadamente R\$ 354 milhões nos anos de 2020 e 2021. Em 2021, o Programa atendeu a 4.637 escolas, beneficiando cerca de 113.833 estudantes, com investimentos de aproximadamente R\$ 100 milhões. Esses recursos destinaram-se a montagem de novas salas ou reequipagem das salas já existentes.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	2.870	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	7.769	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3.694	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado

Região Sudeste	-	-	-	-	10.553	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	7.500	31/12/2020	Os dados referentes ao ano de 2021 (Censo Escolar) estarão disponíveis até o fim do 1º semestre de 2022.	Não informado

VOLUME II

Execução Orçamentária e Não Orçamentária dos Programas

**Plano
Pluri
Anual**
2020-2023

PROGRAMA: 0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.445.387.902	606.688.678	608.609.391	521.760.053
Despesas Correntes	2.416.892.578	604.220.678	568.225.767	516.848.173
Despesas de Capital	28.495.324	2.468.000	40.383.624	4.911.880
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.445.387.902	606.688.678	608.609.391	521.760.053

PROGRAMA: 0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	30.146.603.825	7.584.603.017	7.618.813.975	7.491.452.900
Despesas Correntes	29.493.058.584	7.327.593.774	7.437.442.657	7.357.192.707
Despesas de Capital	653.545.241	257.009.243	181.371.318	134.260.192
Orçamento de investimento das estatais				
Total	30.146.603.825	7.584.603.017	7.618.813.975	7.491.452.900

PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.257.321.909.674	315.810.047.714	327.132.595.688	312.308.542.758
Despesas Correntes	1.252.492.076.064	314.854.563.312	325.557.316.674	311.858.697.708
Despesas de Capital	4.829.833.610	955.484.402	1.575.279.014	449.845.050
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.257.321.909.674	315.810.047.714	327.132.595.688	312.308.542.758

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	196.799.886.705	49.212.388.536	49.378.679.519	46.663.730.069
Despesas Correntes	192.254.177.209	47.708.445.618	47.330.756.518	46.288.295.481
Despesas de Capital	4.545.709.496	1.503.942.918	2.047.923.001	375.434.588
Orçamento de investimento das estatais				
Total	196.799.886.705	49.212.388.536	49.378.679.519	46.663.730.069

PROGRAMA: 0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	54.090.385.950	13.470.089.324	13.471.734.848	12.163.760.060
Despesas Correntes	53.080.061.207	13.181.534.001	13.178.938.079	12.125.618.695
Despesas de Capital	1.010.324.743	288.555.323	292.796.769	38.141.364
Orçamento de investimento das estatais				
Total	54.090.385.950	13.470.089.324	13.471.734.848	12.163.760.060

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social Despesas Correntes Despesas de Capital				
Orçamento de investimento das estatais	34.812.708.802	9.955.890.870	10.147.438.128	5.340.937.723
Total	34.812.708.802	9.955.890.870	10.147.438.128	5.340.937.723

PROGRAMA: 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	389.474.105	80.154.317	131.131.777	62.167.338
Despesas Correntes	332.928.679	72.442.317	119.643.381	59.170.361
Despesas de Capital	56.545.426	7.712.000	11.488.396	2.996.978
Orçamento de investimento das estatais				
Total	389.474.105	80.154.317	131.131.777	62.167.338

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	389.474.105	80.154.317	131.131.777	62.167.338

PROGRAMA: 1031 - Agropecuária Sustentável (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	71.816.623.220	17.188.334.041	20.607.738.163	11.117.214.394
Despesas Correntes	41.288.866.018	7.592.715.250	10.680.810.335	6.348.910.242
Despesas de Capital	30.527.757.202	9.595.618.791	9.926.927.828	4.768.304.152
Orçamento de investimento das estatais				
Total	71.816.623.220	17.188.334.041	20.607.738.163	11.117.214.394

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	2.105.010.497	278.568.802	278.568.802	90.687.245.674
Gastos Tributários *****	57.128.746.238	15.404.966.673	15.404.966.673	17.019.537.931
Total	59.233.756.735	15.683.535.475	15.683.535.475	107.706.783.605

Total do Programa (1+2)	131.050.379.955	32.871.869.516	36.291.273.638	118.823.997.999

PROGRAMA: 1040 - Governança Fundiária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.534.202.903	565.851.100	475.702.927	142.610.977
Despesas Correntes	617.268.291	375.107.743	244.777.555	62.836.526
Despesas de Capital	1.916.934.612	190.743.357	230.925.372	79.774.451
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.534.202.903	565.851.100	475.702.927	142.610.977

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	92.366.399	91.301.030	91.301.030	136.759.848
Gastos Tributários *****	210.607.375	47.471.417	47.471.417	50.291.250
Total	302.973.774	138.772.446	138.772.446	187.051.098

Total do Programa (1+2)	2.837.176.677	704.623.546	614.475.373	329.662.075

PROGRAMA: 1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	897.018.443	159.412.640	192.743.428	126.890.988
Despesas Correntes	788.094.080	138.346.064	163.129.186	124.574.933
Despesas de Capital	108.924.363	21.066.576	29.614.242	2.316.056
Orçamento de investimento das estatais				
Total	897.018.443	159.412.640	192.743.428	126.890.988

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	897.018.443	159.412.640	192.743.428	126.890.988

PROGRAMA: 1043 - Qualidade Ambiental Urbana (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	43.868.169	21.462.600	20.023.796	2.029.284
Despesas Correntes	17.311.255	5.633.350	3.031.563	1.259.284
Despesas de Capital	26.556.914	15.829.250	16.992.233	770.000
Orçamento de investimento das estatais				
Total	43.868.169	21.462.600	20.023.796	2.029.284

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	43.868.169	21.462.600	20.023.796	2.029.284

PROGRAMA: 1058 - Mudança do Clima (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.201.571.659	340.195.737	340.200.822	335.917.433
Despesas Correntes	134.905.892	17.024.656	16.892.381	12.836.713
Despesas de Capital	1.066.665.767	323.171.081	323.308.441	323.080.720
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.201.571.659	340.195.737	340.200.822	335.917.433

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	47.950.360	16.011.120	16.011.120	29.277.419
Gastos Tributários *****				
Total	47.950.360	16.011.120	16.011.120	29.277.419

Total do Programa (1+2)	1.249.522.019	356.206.857	356.211.942	365.194.853

PROGRAMA: 2201 - Brasil Moderniza (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	341.048.658	71.590.136	84.791.834	58.977.851
Despesas Correntes	252.107.900	65.325.036	78.707.559	58.010.061
Despesas de Capital	88.940.758	6.265.100	6.084.275	967.790
Orçamento de investimento das estatais				
Total	341.048.658	71.590.136	84.791.834	58.977.851

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	341.048.658	71.590.136	84.791.834	58.977.851

PROGRAMA: 2202 - Defesa Agropecuária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	603.461.949	120.720.794	222.677.770	94.838.595
Despesas Correntes	559.148.961	113.550.794	176.507.770	92.689.531
Despesas de Capital	44.312.988	7.170.000	46.170.000	2.149.064
Orçamento de investimento das estatais				
Total	603.461.949	120.720.794	222.677.770	94.838.595

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	603.461.949	120.720.794	222.677.770	94.838.595

PROGRAMA: 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	842.101.799	166.665.633	255.490.856	115.465.929
Despesas Correntes	729.852.489	157.788.992	228.809.580	112.529.511
Despesas de Capital	112.249.310	8.876.641	26.681.276	2.936.418
Orçamento de investimento das estatais				
Total	842.101.799	166.665.633	255.490.856	115.465.929

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	842.101.799	166.665.633	255.490.856	115.465.929

PROGRAMA: 2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	6.699.193.967	1.504.207.231	1.809.253.830	1.408.765.936
Despesas Correntes	6.386.060.607	1.441.124.420	1.648.105.181	1.355.748.685
Despesas de Capital	313.133.360	63.082.811	161.148.649	53.017.251
Orçamento de investimento das estatais				
Total	6.699.193.967	1.504.207.231	1.809.253.830	1.408.765.936

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	39.815.190	11.650.792	11.650.792	21.458.951
Gastos Tributários *****	11.582.867.674	2.253.583.765	2.253.583.765	2.641.258.157
Total	11.622.682.864	2.265.234.558	2.265.234.558	2.662.717.108

Total do Programa (1+2)	18.321.876.831	3.769.441.789	4.074.488.388	4.071.483.044

PROGRAMA: 2205 - Conecta Brasil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	3.824.197.681	932.722.534	1.165.762.618	953.594.853
Despesas Correntes	1.860.160.515	498.378.319	653.533.307	578.952.507
Despesas de Capital	1.964.037.166	434.344.215	512.229.311	374.642.346
Orçamento de investimento das estatais	190.810.607	48.750.004	48.750.004	3.258.620
Total	4.015.008.288	981.472.538	1.214.512.622	956.853.473

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	4.015.008.288	981.472.538	1.214.512.622	956.853.473

PROGRAMA: 2206 - Política Nuclear (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.139.253.072	480.293.313	1.074.814.154	955.627.768
Despesas Correntes	1.945.177.330	435.900.707	1.000.971.548	931.168.185
Despesas de Capital	194.075.742	44.392.606	73.842.606	24.459.583
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.139.253.072	480.293.313	1.074.814.154	955.627.768

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	1.135.500.000	196.500.000	196.500.000	0
Gastos Tributários *****				
Total	1.135.500.000	196.500.000	196.500.000	0

Total do Programa (1+2)	3.274.753.072	676.793.313	1.271.314.154	955.627.768

PROGRAMA: 2207 - Programa Espacial Brasileiro (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	490.501.728	87.827.519	87.807.519	35.699.887
Despesas Correntes	243.367.852	41.713.237	39.949.860	18.945.022
Despesas de Capital	247.133.876	46.114.282	47.857.659	16.754.865
Orçamento de investimento das estatais				
Total	490.501.728	87.827.519	87.807.519	35.699.887

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	8.751.226	0	0	0
Total	8.751.226	0	0	0

Total do Programa (1+2)	499.252.954	87.827.519	87.807.519	35.699.887

PROGRAMA: 2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.762.369.605	539.548.851	695.219.882	503.522.087
Despesas Correntes	2.440.748.074	452.326.070	609.789.986	434.534.845
Despesas de Capital	321.621.531	87.222.781	85.429.896	68.987.241
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.762.369.605	539.548.851	695.219.882	503.522.087

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	4.799.981.270	635.989.470	635.989.470	393.161.689
Gastos Tributários *****	39.780.943.880	10.210.746.764	10.210.746.764	4.448.014.061
Total	44.580.925.150	10.846.736.233	10.846.736.233	4.841.175.750

Total do Programa (1+2)	47.343.294.755	11.386.285.084	11.541.956.115	5.344.697.837

PROGRAMA: 2209 - Brasil, Nosso Propósito (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	5.792.013.278	985.004.275	796.544.192	408.878.856
Despesas Correntes	5.773.551.471	981.246.475	787.907.192	408.849.639
Despesas de Capital	18.461.807	3.757.800	8.637.000	29.217
Orçamento de investimento das estatais				
Total	5.792.013.278	985.004.275	796.544.192	408.878.856

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	14.583.736.678	1.555.531.386	1.555.531.386	1.995.541.750
Gastos Tributários *****	2.015.493.634	461.177.599	461.177.599	604.081.670
Total	16.599.230.312	2.016.708.985	2.016.708.985	2.599.623.420

Total do Programa (1+2)	22.391.243.590	3.001.713.260	2.813.253.177	3.008.502.276

PROGRAMA: 2210 - Empregabilidade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	149.771.407	30.904.034	25.567.577	22.186.936
Despesas Correntes	140.486.689	30.704.034	25.567.577	22.186.936
Despesas de Capital	9.284.718	200.000	0	0
Orçamento de investimento das estatais				
Total	149.771.407	30.904.034	25.567.577	22.186.936

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	118.886.289	118.886.289	118.886.289	171.069.456
Gastos Tributários *****				
Total	118.886.289	118.886.289	118.886.289	171.069.456

Total do Programa (1+2)	268.657.696	149.790.323	144.453.866	193.256.392

PROGRAMA: 2211 - Inserção Econômica Internacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	13.791.459.428	2.608.217.867	2.797.948.104	1.507.956.906
Despesas Correntes	4.842.689.234	608.217.868	784.372.107	611.248.870
Despesas de Capital	8.948.770.194	1.999.999.999	2.013.575.997	896.708.036
Orçamento de investimento das estatais				
Total	13.791.459.428	2.608.217.867	2.797.948.104	1.507.956.906

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	2.801.984.146	476.441.130	476.441.130	559.052.356
Gastos Tributários *****	186.255.864	52.247.155	52.247.155	9.932.794
Total	2.988.240.010	528.688.285	528.688.285	568.985.151

Total do Programa (1+2)	16.779.699.438	3.136.906.152	3.326.636.389	2.076.942.057

PROGRAMA: 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.331.136.476	325.890.850	340.886.195	319.495.862
Despesas Correntes	1.279.414.469	308.041.490	327.264.066	308.784.715
Despesas de Capital	51.722.007	17.849.360	13.622.129	10.711.147
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.331.136.476	325.890.850	340.886.195	319.495.862

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	114.651.670	114.651.670	114.651.670	87.703.544
Gastos Tributários *****	428.053.013.009	80.389.235.986	80.389.235.986	13.803.871.757
Total	428.167.664.680	80.503.887.656	80.503.887.656	13.891.575.301

Total do Programa (1+2)	429.498.801.156	80.829.778.506	80.844.773.851	14.211.071.163

PROGRAMA: 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	101.633.488.567	49.170.324.461	57.566.071.002	53.025.740.342
Despesas Correntes	101.590.360.373	49.164.166.294	57.546.682.980	53.025.144.795
Despesas de Capital	43.128.194	6.158.167	19.388.022	595.547
Orçamento de investimento das estatais				
Total	101.633.488.567	49.170.324.461	57.566.071.002	53.025.740.342

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	54.136.975.462	10.835.551.453	10.835.551.453	7.978.533.102
Total	54.136.975.462	10.835.551.453	10.835.551.453	7.978.533.102

Total do Programa (1+2)	155.770.464.029	60.005.875.914	68.401.622.455	61.004.273.444

PROGRAMA: 2214 - Nova Previdência (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.774.062.107.633	677.032.687.914	688.361.268.282	687.016.399.842
Despesas Correntes	2.774.040.670.561	677.016.111.009	688.345.519.834	687.015.192.981
Despesas de Capital	21.437.072	16.576.905	15.748.448	1.206.861
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.774.062.107.633	677.032.687.914	688.361.268.282	687.016.399.842

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	24.015.461.182	3.788.272.963	3.788.272.963	658.651.538
Total	24.015.461.182	3.788.272.963	3.788.272.963	658.651.538

Total do Programa (1+2)	2.798.077.568.815	680.820.960.877	692.149.541.245	687.675.051.381

PROGRAMA: 2215 - Política Econômica e Equilíbrio Fiscal (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	987.849.523	298.246.964	311.471.543	286.420.523
Despesas Correntes	884.381.473	271.567.184	273.444.095	257.244.297
Despesas de Capital	103.468.050	26.679.780	38.027.448	29.176.226
Orçamento de investimento das estatais				
Total	987.849.523	298.246.964	311.471.543	286.420.523

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	5.794.618.224	1.394.941.317	1.394.941.317	0
Gastos Tributários *****	12.352.458.752	2.330.503.789	2.330.503.789	1.687.773.311
Total	18.147.076.976	3.725.445.106	3.725.445.106	1.687.773.311

Total do Programa (1+2)	19.134.926.499	4.023.692.070	4.036.916.649	1.974.193.833

PROGRAMA: 2216 - Política Externa (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	3.952.807.357	1.115.367.061	1.185.581.945	1.129.704.368
Despesas Correntes	3.876.413.670	1.081.158.178	1.157.723.062	1.109.197.904
Despesas de Capital	76.393.687	34.208.883	27.858.883	20.506.464
Orçamento de investimento das estatais				
Total	3.952.807.357	1.115.367.061	1.185.581.945	1.129.704.368

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	3.952.807.357	1.115.367.061	1.185.581.945	1.129.704.368

PROGRAMA: 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	23.740.516.696	9.503.885.355	14.263.866.857	328.624.214
Despesas Correntes	728.269.815	229.324.059	187.529.665	104.205.224
Despesas de Capital	23.012.246.881	9.274.561.296	14.076.337.192	224.418.990
Orçamento de investimento das estatais				
Total	23.740.516.696	9.503.885.355	14.263.866.857	328.624.214

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	138.344.541.716	30.540.620.082	30.540.620.082	30.446.539.371
Gastos Tributários *****	166.839.166.657	37.154.346.238	37.154.346.238	55.316.211.428
Total	305.183.708.373	67.694.966.320	67.694.966.320	85.762.750.799

Total do Programa (1+2)	328.924.225.069	77.198.851.675	81.958.833.177	86.091.375.013

PROGRAMA: 2218 - Gestão de Riscos e de Desastres (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.988.231.510	671.665.297	1.229.900.032	754.411.376
Despesas Correntes	1.551.429.349	551.524.330	908.904.050	619.648.743
Despesas de Capital	1.436.802.161	120.140.967	320.995.982	134.762.633
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.988.231.510	671.665.297	1.229.900.032	754.411.376

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	474.080.000	102.120.000	102.120.000	31.286.133
Gastos Tributários *****				
Total	474.080.000	102.120.000	102.120.000	31.286.133

Total do Programa (1+2)	3.462.311.510	773.785.297	1.332.020.032	785.697.510

PROGRAMA: 2219 - Mobilidade Urbana (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	776.689.093	14.477.710	40.927.710	0
Despesas Correntes				
Despesas de Capital	776.689.093	14.477.710	40.927.710	0
Orçamento de investimento das estatais				
Total	776.689.093	14.477.710	40.927.710	0

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	23.113.300.337	6.055.260.554	6.055.260.554	447.202.894
Gastos Tributários *****	3.780.803.262	680.463.399	680.463.399	817.394.571
Total	26.894.103.599	6.735.723.954	6.735.723.954	1.264.597.465

Total do Programa (1+2)	27.670.792.692	6.750.201.664	6.776.651.664	1.264.597.465

PROGRAMA: 2220 - Moradia Digna (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	9.499.455.430	874.670.300	1.635.099.882	1.398.900.119
Despesas Correntes	3.769.175.265	503.096.796	407.112.109	311.904.200
Despesas de Capital	5.730.280.165	371.573.504	1.227.987.773	1.086.995.918
Orçamento de investimento das estatais				
Total	9.499.455.430	874.670.300	1.635.099.882	1.398.900.119

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	466.300.000.000	116.762.500.000	116.762.500.000	211.836.739.936
Gastos Tributários *****	34.490.649.743	7.595.503.801	7.595.503.801	7.866.003.464
Total	500.790.649.743	124.358.003.801	124.358.003.801	219.702.743.399

Total do Programa (1+2)	510.290.105.173	125.232.674.101	125.993.103.683	221.101.643.518

PROGRAMA: 2221 - Recursos Hídricos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	7.982.803.946	1.746.626.681	1.874.335.108	1.134.550.522
Despesas Correntes	1.547.304.180	360.541.093	362.154.001	256.630.001
Despesas de Capital	6.435.499.766	1.386.085.588	1.512.181.107	877.920.521
Orçamento de investimento das estatais				
Total	7.982.803.946	1.746.626.681	1.874.335.108	1.134.550.522

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	19.865.500	5.569.565	5.569.565	0
Gastos Tributários *****				
Total	19.865.500	5.569.565	5.569.565	0

Total do Programa (1+2)	8.002.669.446	1.752.196.246	1.879.904.673	1.134.550.522

PROGRAMA: 2222 - Saneamento Básico (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	3.138.188.448	623.888.285	912.561.988	417.859.967
Despesas Correntes	185.426.702	40.868.101	30.221.031	4.785.552
Despesas de Capital	2.952.761.746	583.020.184	882.340.957	413.074.414
Orçamento de investimento das estatais				
Total	3.138.188.448	623.888.285	912.561.988	417.859.967

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	4.548.300.000	875.550.000	875.550.000	2.227.452.146
Gastos Tributários *****				
Total	4.548.300.000	875.550.000	875.550.000	2.227.452.146

Total do Programa (1+2)	7.686.488.448	1.499.438.285	1.788.111.988	2.645.312.113

PROGRAMA: 2223 - A Hora do Turismo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	6.493.846.197	281.162.686	312.713.175	11.649.182
Despesas Correntes	309.086.573	53.099.334	38.996.590	10.974.004
Despesas de Capital	6.184.759.624	228.063.352	273.716.585	675.177
Orçamento de investimento das estatais				
Total	6.493.846.197	281.162.686	312.713.175	11.649.182

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	0	0	0	195.939.033
Gastos Tributários *****				
Total	0	0	0	195.939.033

Total do Programa (1+2)	6.493.846.197	281.162.686	312.713.175	207.588.215

PROGRAMA: 3001 - Energia Elétrica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	532.109.878	136.563.016	122.554.316	87.264.926
Despesas Correntes	502.892.189	133.273.016	119.264.316	83.977.586
Despesas de Capital	29.217.689	3.290.000	3.290.000	3.287.340
Orçamento de investimento das estatais	26.563.996.534	6.982.282.486	6.995.489.373	3.508.055.126
Total	27.096.106.412	7.118.845.502	7.118.043.689	3.595.320.052

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	2.513.349.387	758.977.966	758.977.966	784.038.624
Total	2.513.349.387	758.977.966	758.977.966	784.038.624

Total do Programa (1+2)	29.609.455.799	7.877.823.468	7.877.021.655	4.379.358.676

PROGRAMA: 3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	204.575.826	68.668.076	65.064.929	33.251.858
Despesas Correntes	180.482.221	58.981.770	56.749.849	31.146.967
Despesas de Capital	24.093.605	9.686.306	8.315.080	2.104.891
Orçamento de investimento das estatais				
Total	204.575.826	68.668.076	65.064.929	33.251.858

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	204.575.826	68.668.076	65.064.929	33.251.858

PROGRAMA: 3003 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	317.224.561	67.521.510	62.722.481	43.082.835
Despesas Correntes	307.100.744	67.521.510	56.769.858	42.978.124
Despesas de Capital	10.123.817	0	5.952.623	104.711
Orçamento de investimento das estatais	351.129.524.000	124.450.520.000	124.476.723.000	46.430.042.871
Total	351.446.748.561	124.518.041.510	124.539.445.481	46.473.125.706

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	4.754.802.491	2.410.547.127	2.410.547.127	4.017.696.068
Total	4.754.802.491	2.410.547.127	2.410.547.127	4.017.696.068

Total do Programa (1+2)	356.201.551.052	126.928.588.637	126.949.992.608	50.490.821.775

PROGRAMA: 3004 - Aviação Civil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	835.874.482	177.731.240	215.991.322	93.389.263
Despesas Correntes	291.413.574	55.574.000	48.671.070	34.274.097
Despesas de Capital	544.460.908	122.157.240	167.320.252	59.115.166
Orçamento de investimento das estatais	1.921.934.730	523.088.163	674.370.467	402.673.860
Total	2.757.809.212	700.819.403	890.361.789	496.063.123

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	13.596.195.807	4.489.702.508	4.489.702.508	4.849.111.592
Total	13.596.195.807	4.489.702.508	4.489.702.508	4.849.111.592

Total do Programa (1+2)	16.354.005.019	5.190.521.911	5.380.064.297	5.345.174.715

PROGRAMA: 3005 - Transporte Aquaviário (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	19.418.468.033	6.009.690.539	5.954.177.653	403.696.169
Despesas Correntes	676.628.361	190.862.926	178.989.008	75.095.424
Despesas de Capital	18.741.839.672	5.818.827.613	5.775.188.645	328.600.746
Orçamento de investimento das estatais	3.477.161.744	591.267.076	591.727.076	66.583.415
Total	22.895.629.777	6.600.957.615	6.545.904.729	470.279.584

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	7.318.695.336	114.321.639	114.321.639	8.386.531.735
Gastos Tributários *****	788.273.629	12.612.517	12.612.517	18.081.893
Total	8.106.968.965	126.934.156	126.934.156	8.404.613.628

Total do Programa (1+2)	31.002.598.742	6.727.891.771	6.672.838.885	8.874.893.213

PROGRAMA: 3006 - Transporte Terrestre e Trânsito (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	23.462.499.757	5.408.519.615	6.971.085.789	3.975.226.649
Despesas Correntes	1.523.203.179	413.324.642	376.068.793	267.890.154
Despesas de Capital	21.939.296.578	4.995.194.973	6.595.016.996	3.707.336.495
Orçamento de investimento das estatais	8.100.000	0	0	0
Total	23.470.599.757	5.408.519.615	6.971.085.789	3.975.226.649

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	23.470.599.757	5.408.519.615	6.971.085.789	3.975.226.649

PROGRAMA: 4001 - Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	718.092.342	181.031.400	184.130.182	135.529.961
Despesas Correntes	628.635.303	152.178.766	153.754.485	130.815.473
Despesas de Capital	89.457.039	28.852.634	30.375.697	4.714.488
Orçamento de investimento das estatais				
Total	718.092.342	181.031.400	184.130.182	135.529.961

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	718.092.342	181.031.400	184.130.182	135.529.961

PROGRAMA: 4002 - Segurança Institucional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	481.136.354	121.043.753	114.507.353	71.292.790
Despesas Correntes	309.555.369	79.098.093	84.220.093	68.066.945
Despesas de Capital	171.580.985	41.945.660	30.287.260	3.225.845
Orçamento de investimento das estatais				
Total	481.136.354	121.043.753	114.507.353	71.292.790

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	481.136.354	121.043.753	114.507.353	71.292.790

PROGRAMA: 4003 - Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	382.615.786	133.631.515	141.351.707	136.464.837
Despesas Correntes	187.984.210	58.199.451	74.683.379	72.276.753
Despesas de Capital	194.631.576	75.432.064	66.668.328	64.188.084
Orçamento de investimento das estatais				
Total	382.615.786	133.631.515	141.351.707	136.464.837

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	4.455.586.901	1.127.711.615	1.127.711.615	0
Gastos Tributários *****				
Total	4.455.586.901	1.127.711.615	1.127.711.615	0

Total do Programa (1+2)	4.838.202.687	1.261.343.130	1.269.063.322	136.464.837

PROGRAMA: 4004 - Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	426.541.923	98.910.060	98.546.231	70.636.884
Despesas Correntes	365.857.390	88.848.300	82.966.408	70.055.129
Despesas de Capital	60.684.533	10.061.760	15.579.823	581.756
Orçamento de investimento das estatais				
Total	426.541.923	98.910.060	98.546.231	70.636.884

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	426.541.923	98.910.060	98.546.231	70.636.884

PROGRAMA: 4005 - Proteção Jurídica da União (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.803.333.175	448.507.418	441.815.555	327.556.127
Despesas Correntes	1.707.998.541	415.327.418	403.334.478	311.239.699
Despesas de Capital	95.334.634	33.180.000	38.481.077	16.316.428
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.803.333.175	448.507.418	441.815.555	327.556.127

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	1.803.333.175	448.507.418	441.815.555	327.556.127

PROGRAMA: 5011 - Educação Básica de Qualidade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	44.954.722.488	11.551.437.406	14.752.885.015	8.886.670.476
Despesas Correntes	39.101.681.301	9.583.594.141	11.343.857.001	8.079.903.414
Despesas de Capital	5.853.041.187	1.967.843.265	3.409.028.014	806.767.062
Orçamento de investimento das estatais				
Total	44.954.722.488	11.551.437.406	14.752.885.015	8.886.670.476

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	46.946.130.684	9.127.045.831	9.127.045.831	9.189.289.868
Total	46.946.130.684	9.127.045.831	9.127.045.831	9.189.289.868

Total do Programa (1+2)	91.900.853.172	20.678.483.237	23.879.930.846	18.075.960.344

PROGRAMA: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	8.372.210.973	2.370.009.557	2.416.034.239	1.318.383.608
Despesas Correntes	7.054.727.721	2.048.026.391	1.889.420.644	1.242.757.951
Despesas de Capital	1.317.483.252	321.983.166	526.613.595	75.625.657
Orçamento de investimento das estatais				
Total	8.372.210.973	2.370.009.557	2.416.034.239	1.318.383.608

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	8.372.210.973	2.370.009.557	2.416.034.239	1.318.383.608

PROGRAMA: 5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	40.696.873.204	10.779.298.048	10.923.260.903	8.204.889.143
Despesas Correntes	37.640.552.776	10.102.477.612	9.917.041.858	8.038.807.282
Despesas de Capital	3.056.320.428	676.820.436	1.006.219.045	166.081.861
Orçamento de investimento das estatais				
Total	40.696.873.204	10.779.298.048	10.923.260.903	8.204.889.143

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	20.782.180.536	2.289.815.104	2.289.815.104	14.993.891.149
Gastos Tributários *****	11.892.621.981	2.692.183.215	2.692.183.215	2.468.106.234
Total	32.674.802.517	4.981.998.319	4.981.998.319	17.461.997.383

Total do Programa (1+2)	73.371.675.721	15.761.296.367	15.905.259.222	25.666.886.526

PROGRAMA: 5014 - Estatísticas e Avaliações Educacionais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	4.226.579.588	1.259.993.454	827.214.883	317.179.837
Despesas Correntes	4.213.247.097	1.256.330.974	820.000.436	314.614.472
Despesas de Capital	13.332.491	3.662.480	7.214.447	2.565.366
Orçamento de investimento das estatais				
Total	4.226.579.588	1.259.993.454	827.214.883	317.179.837

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	4.226.579.588	1.259.993.454	827.214.883	317.179.837

PROGRAMA: 5015 - Justiça (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	670.032.061	204.576.056	194.617.009	80.056.287
Despesas Correntes	398.480.194	122.594.975	96.682.207	67.756.670
Despesas de Capital	271.551.867	81.981.081	97.934.802	12.299.617
Orçamento de investimento das estatais				
Total	670.032.061	204.576.056	194.617.009	80.056.287

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	670.032.061	204.576.056	194.617.009	80.056.287

PROGRAMA: 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	11.152.775.135	3.100.244.595	3.522.455.655	1.846.511.899
Despesas Correntes	5.896.844.735	1.574.989.275	1.475.505.758	1.132.731.477
Despesas de Capital	5.255.930.400	1.525.255.320	2.046.949.897	713.780.422
Orçamento de investimento das estatais				
Total	11.152.775.135	3.100.244.595	3.522.455.655	1.846.511.899

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	11.152.775.135	3.100.244.595	3.522.455.655	1.846.511.899

PROGRAMA: 5017 - Assistência Farmacêutica no SUS (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	60.483.814.770	15.157.945.983	15.260.236.153	12.510.590.245
Despesas Correntes	60.464.496.770	15.157.945.983	15.251.236.153	12.510.590.245
Despesas de Capital	19.318.000	0	9.000.000	0
Orçamento de investimento das estatais				
Total	60.483.814.770	15.157.945.983	15.260.236.153	12.510.590.245

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	71.708.206.959	14.351.761.070	14.351.761.070	12.390.219.306
Total	71.708.206.959	14.351.761.070	14.351.761.070	12.390.219.306

Total do Programa (1+2)	132.192.021.729	29.509.707.053	29.611.997.223	24.900.809.551

PROGRAMA: 5018 - Atenção Especializada à Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	296.460.154.953	63.254.244.470	98.300.117.275	88.368.087.088
Despesas Correntes	288.324.734.642	61.554.913.405	95.783.227.751	87.753.952.817
Despesas de Capital	8.135.420.311	1.699.331.065	2.516.889.524	614.134.271
Orçamento de investimento das estatais				
Total	296.460.154.953	63.254.244.470	98.300.117.275	88.368.087.088

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	82.624.079.345	19.174.288.574	19.174.288.574	15.632.398.745
Total	82.624.079.345	19.174.288.574	19.174.288.574	15.632.398.745

Total do Programa (1+2)	379.084.234.298	82.428.533.044	117.474.405.849	104.000.485.833

PROGRAMA: 5019 - Atenção Primária à Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	107.010.594.566	31.027.290.781	35.245.725.010	32.841.842.156
Despesas Correntes	105.630.635.919	30.440.851.346	34.221.196.082	32.375.288.516
Despesas de Capital	1.379.958.647	586.439.435	1.024.528.928	466.553.640
Orçamento de investimento das estatais				
Total	107.010.594.566	31.027.290.781	35.245.725.010	32.841.842.156

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	106.583.770.942	27.094.968.658	27.094.968.658	26.579.758.725
Total	106.583.770.942	27.094.968.658	27.094.968.658	26.579.758.725

Total do Programa (1+2)	213.594.365.508	58.122.259.439	62.340.693.668	59.421.600.881

PROGRAMA: 5020 - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	4.053.076.734	898.868.581	1.352.634.666	999.499.945
Despesas Correntes	2.580.551.401	631.298.581	926.073.629	807.200.458
Despesas de Capital	1.472.525.333	267.570.000	426.561.037	192.299.487
Orçamento de investimento das estatais				
Total	4.053.076.734	898.868.581	1.352.634.666	999.499.945

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	61.541.652	18.302.725	18.302.725	17.738.906
Total	61.541.652	18.302.725	18.302.725	17.738.906

Total do Programa (1+2)	4.114.618.386	917.171.306	1.370.937.391	1.017.238.851

PROGRAMA: 5021 - Gestão e Organização do SUS (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	8.722.262.868	2.283.263.729	2.641.437.489	2.227.623.322
Despesas Correntes	8.318.416.092	2.282.679.070	2.593.090.223	2.212.982.105
Despesas de Capital	403.846.776	584.659	48.347.266	14.641.218
Orçamento de investimento das estatais	1.576.862.885	230.064.374	230.064.374	22.628.058
Total	10.299.125.753	2.513.328.103	2.871.501.863	2.250.251.380

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	10.299.125.753	2.513.328.103	2.871.501.863	2.250.251.380

PROGRAMA: 5022 - Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	6.011.373.388	1.493.045.000	1.577.212.000	1.463.135.879
Despesas Correntes	5.767.571.517	1.434.200.000	1.520.285.063	1.435.542.861
Despesas de Capital	243.801.871	58.845.000	56.926.937	27.593.018
Orçamento de investimento das estatais				
Total	6.011.373.388	1.493.045.000	1.577.212.000	1.463.135.879

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	6.011.373.388	1.493.045.000	1.577.212.000	1.463.135.879

PROGRAMA: 5023 - Vigilância em Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	34.251.423.247	8.637.188.815	24.344.328.458	15.065.418.550
Despesas Correntes	33.827.491.321	8.517.829.017	23.689.675.856	15.012.449.798
Despesas de Capital	423.931.926	119.359.798	654.652.602	52.968.751
Orçamento de investimento das estatais				
Total	34.251.423.247	8.637.188.815	24.344.328.458	15.065.418.550

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	34.251.423.247	8.637.188.815	24.344.328.458	15.065.418.550

PROGRAMA: 5024 - Atenção Integral à Primeira Infância (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.604.427.933	452.153.000	379.872.829	292.518.104
Despesas Correntes	1.603.377.933	451.603.000	379.522.829	292.518.104
Despesas de Capital	1.050.000	550.000	350.000	0
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.604.427.933	452.153.000	379.872.829	292.518.104

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	1.604.427.933	452.153.000	379.872.829	292.518.104

PROGRAMA: 5025 - Cultura (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	4.887.350.837	1.168.706.524	1.119.572.858	136.961.221
Despesas Correntes	981.780.711	278.466.970	225.288.288	117.733.407
Despesas de Capital	3.905.570.126	890.239.554	894.284.570	19.227.814
Orçamento de investimento das estatais				
Total	4.887.350.837	1.168.706.524	1.119.572.858	136.961.221

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	8.244.366.104	2.044.300.088	2.044.300.088	2.212.585.769
Total	8.244.366.104	2.044.300.088	2.044.300.088	2.212.585.769

Total do Programa (1+2)	13.131.716.941	3.213.006.612	3.163.872.946	2.349.546.990

PROGRAMA: 5026 - Esporte (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.817.911.111	822.563.279	874.670.106	213.964.268
Despesas Correntes	1.015.426.693	471.859.091	386.583.972	205.322.376
Despesas de Capital	802.484.418	350.704.188	488.086.134	8.641.892
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.817.911.111	822.563.279	874.670.106	213.964.268

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	2.838.463.745	676.134.971	676.134.971	670.292.686
Total	2.838.463.745	676.134.971	676.134.971	670.292.686

Total do Programa (1+2)	4.656.374.856	1.498.698.250	1.550.805.077	884.256.954

PROGRAMA: 5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	182.037.338.643	26.801.451	20.401.451	9.263.861
Despesas Correntes	182.021.435.716	19.933.151	17.322.446	7.463.861
Despesas de Capital	15.902.927	6.868.300	3.079.005	1.800.000
Orçamento de investimento das estatais				
Total	182.037.338.643	26.801.451	20.401.451	9.263.861

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	0	0	0	1.559.974.528
Gastos Tributários *****				
Total	0	0	0	1.559.974.528

Total do Programa (1+2)	182.037.338.643	26.801.451	20.401.451	1.569.238.389

PROGRAMA: 5028 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	439.524.244.842	35.416.754.992	83.962.643.562	76.671.151.877
Despesas Correntes	439.514.911.746	35.415.254.992	83.961.343.562	76.671.134.277
Despesas de Capital	9.333.096	1.500.000	1.300.000	17.600
Orçamento de investimento das estatais				
Total	439.524.244.842	35.416.754.992	83.962.643.562	76.671.151.877

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	439.524.244.842	35.416.754.992	83.962.643.562	76.671.151.877

PROGRAMA: 5029 - Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	73.737.056	27.758.771	17.278.378	6.599.183
Despesas Correntes	68.479.536	27.758.771	17.278.378	6.599.183
Despesas de Capital	5.257.520	0	0	0
Orçamento de investimento das estatais				
Total	73.737.056	27.758.771	17.278.378	6.599.183

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	73.737.056	27.758.771	17.278.378	6.599.183

PROGRAMA: 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	265.359.780.381	66.586.536.756	69.090.299.970	67.413.048.693
Despesas Correntes	264.745.091.294	66.173.533.367	68.766.575.359	67.370.708.380
Despesas de Capital	614.689.087	413.003.389	323.724.611	42.340.312
Orçamento de investimento das estatais				
Total	265.359.780.381	66.586.536.756	69.090.299.970	67.413.048.693

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	99.167.985.666	22.454.761.210	22.454.761.210	23.197.823.291
Total	99.167.985.666	22.454.761.210	22.454.761.210	23.197.823.291

Total do Programa (1+2)	364.527.766.047	89.041.297.966	91.545.061.180	90.610.871.983

PROGRAMA: 5032 - Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	376.344.100	100.553.244	245.138.156	125.003.894
Despesas Correntes	342.318.853	81.763.251	203.244.177	119.649.941
Despesas de Capital	34.025.247	18.789.993	41.893.979	5.353.953
Orçamento de investimento das estatais				
Total	376.344.100	100.553.244	245.138.156	125.003.894

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	376.344.100	100.553.244	245.138.156	125.003.894

PROGRAMA: 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	2.307.760.983	503.539.398	1.362.726.498	467.699.183
Despesas Correntes	2.090.737.793	452.604.405	1.235.837.703	467.629.183
Despesas de Capital	217.023.190	50.934.993	126.888.795	70.000
Orçamento de investimento das estatais				
Total	2.307.760.983	503.539.398	1.362.726.498	467.699.183

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	85.426.335.893	18.980.277.922	18.980.277.922	30.569.190.656
Total	85.426.335.893	18.980.277.922	18.980.277.922	30.569.190.656

Total do Programa (1+2)	87.734.096.876	19.483.817.320	20.343.004.420	31.036.889.840

PROGRAMA: 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.318.330.452	304.374.131	296.761.658	103.634.243
Despesas Correntes	1.018.013.695	217.973.760	203.668.410	97.206.122
Despesas de Capital	300.316.757	86.400.371	93.093.248	6.428.121
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.318.330.452	304.374.131	296.761.658	103.634.243

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes	0	0	0	5.955.447
Gastos Tributários *****	53.809.154.158	12.440.571.144	12.440.571.144	12.937.322.733
Total	53.809.154.158	12.440.571.144	12.440.571.144	12.943.278.180

Total do Programa (1+2)	55.127.484.610	12.744.945.275	12.737.332.802	13.046.912.423

PROGRAMA: 5035 - Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	0	0	0	9.195.057.136
Despesas Correntes	0	0	0	9.195.057.136
Despesas de Capital				
Orçamento de investimento das estatais				
Total	0	0	0	9.195.057.136

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	0	0	0	9.195.057.136

PROGRAMA: 6011 - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.374.748.049	215.474.115	419.476.487	221.081.274
Despesas Correntes	1.205.425.601	189.337.706	382.288.465	214.898.513
Despesas de Capital	169.322.448	26.136.409	37.188.022	6.182.761
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.374.748.049	215.474.115	419.476.487	221.081.274

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	1.374.748.049	215.474.115	419.476.487	221.081.274

PROGRAMA: 6012 - Defesa Nacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	40.667.969.415	11.543.320.553	12.764.328.370	9.263.250.617
Despesas Correntes	19.193.139.122	4.971.365.084	5.726.282.026	4.064.653.158
Despesas de Capital	21.474.830.293	6.571.955.469	7.038.046.344	5.198.597.459
Orçamento de investimento das estatais	5.739.981.449	1.639.460.000	1.641.410.000	1.050.049.110
Total	46.407.950.864	13.182.780.553	14.405.738.370	10.313.299.727

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****	63.415.528	958.808	958.808	127.563.316
Total	63.415.528	958.808	958.808	127.563.316

Total do Programa (1+2)	46.471.366.392	13.183.739.361	14.406.697.178	10.440.863.043

PROGRAMA: 6013 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	162.818.186	52.448.579	26.000.938	11.618.676
Despesas Correntes	59.857.254	17.704.453	14.023.862	5.389.713
Despesas de Capital	102.960.932	34.744.126	11.977.076	6.228.963
Orçamento de investimento das estatais				
Total	162.818.186	52.448.579	26.000.938	11.618.676

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	162.818.186	52.448.579	26.000.938	11.618.676

PROGRAMA: 6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	688.955.772	134.881.233	364.275.233	192.964.039
Despesas Correntes	659.513.278	134.081.233	273.983.421	190.703.600
Despesas de Capital	29.442.494	800.000	90.291.812	2.260.439
Orçamento de investimento das estatais				
Total	688.955.772	134.881.233	364.275.233	192.964.039

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	688.955.772	134.881.233	364.275.233	192.964.039

PROGRAMA: 6015 - Educação Infantil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	6.439.100.000	160.567.722	96.627.423	80.997.857
Despesas Correntes	5.930.108.000	51.808.249	46.627.423	45.410.700
Despesas de Capital	508.992.000	108.759.473	50.000.000	35.587.157
Orçamento de investimento das estatais				
Total	6.439.100.000	160.567.722	96.627.423	80.997.857

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	6.439.100.000	160.567.722	96.627.423	80.997.857

PROGRAMA: 6016 - Educação Especial (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução **** Exercício 2021
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	1.609.775.000	40.793.181	42.120.181	21.668.316
Despesas Correntes	1.482.527.000	38.261.191	39.588.191	21.623.072
Despesas de Capital	127.248.000	2.531.990	2.531.990	45.243
Orçamento de investimento das estatais				
Total	1.609.775.000	40.793.181	42.120.181	21.668.316

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2021	Previsão atualizada *** Exercício 2021	Execução Exercício 2021
Créditos e demais fontes				
Gastos Tributários *****				
Total				

Total do Programa (1+2)	1.609.775.000	40.793.181	42.120.181	21.668.316

* Valor da Lei nº 13.971/2019, que institui o Plano Plurianual 2020-2023, para os quatro anos do PPA, atualizado em 2021.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários.e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2019 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.